

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: HISTÓRIA, CULTURA E POLÍTICA
LINHA DE PESQUISA: HISTÓRIA POLÍTICA

GELISE CRISTINE PONCE MARTINS

A CONSTRUÇÃO DA HISTÓRIA OFICIAL DE CIANORTE E A CONSOLIDAÇÃO DA
MEMÓRIA COLETIVA, ATRAVÉS DO PROJETO RESGATE CULTURAL (1953-1975)

TESE DE DOUTORADO

MARINGÁ

2021

GELISE CRISTINE PONCE MARTINS

A CONSTRUÇÃO DA HISTÓRIA OFICIAL DE CIANORTE E A CONSOLIDAÇÃO DA MEMÓRIA COLETIVA, ATRAVÉS DO PROJETO RESGATE CULTURAL (1953-1975)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em História.

Orientador: Professor Dr. Angelo Priori.

MARINGÁ

2021

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca Central - UEM, Maringá - PR, Brasil)

M385c

Ponce Martins, Gelise Cristine

A construção da história oficial de Cianorte e a consolidação da memória coletiva, através do Projeto Resgate Cultural (1953-1975) / Gelise Cristine Ponce Martins. -- Maringá, PR, 2021.

350 f.: il. color., figs., tabs., maps.

Orientador: Prof. Dr. Angelo Aparecido Priori.

Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Departamento de História, Programa de Pós-Graduação em História, 2021.

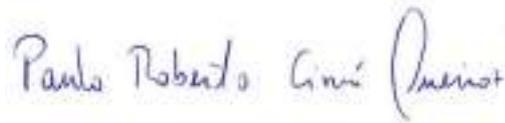
1. Paraná (Estado) - Região noroeste - Colonização - História. 2. Cianorte (Paraná) - Memória. 3. Cianorte (Paraná) - História. I. Priori, Angelo Aparecido, orient. II. Universidade Estadual de Maringá. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Departamento de História. Programa de Pós-Graduação em História. III. Título.

CDD 23.ed. 981.62

BANCA EXAMINADORA



Prof.º. Dr. Angelo Priori
Presidente/Orientador



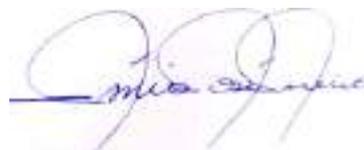
Prof.º. Dr. Paulo Roberto Cimó Queiroz
Membro Externo (UFGD)



Prof.ª. Dra. Verônica Karina Ipólito
Membro Externo (Unicesumar)



Prof.º. Dr. João Fábio Bertonha
Membro Corpo Docente (UEM/PPH)



Prof.º. Dr. Márcio José Pereira
Membro Corpo Docente (UEM/PPH)

MARINGÁ

2021

Aos meus pais, Gines Ponce Martins e Silvia de Oliveira, e à minha filha, Alícia Ponce Menezes, sem os quais esta pesquisa não teria sido realizada.

AGRADECIMENTOS

À Izaura Aparecida Tomaroli Varella, professora, advogada e escritora, por me receber em sua casa, doar livros de sua autoria, disponibilizar boa parte das fontes desta pesquisa, conceder entrevistas e estar sempre disponível para minhas solucionar dúvidas, a qualquer hora do dia ou da noite.

Ao professor Doutor Angelo Aparecido Priori, meu excelente orientador, que me “apadrinhou”. E há dez anos vem me auxiliando ao indicar leituras, corrigir textos, localizar e disponibilizar fontes importantes (que dificilmente acharia sozinha). Nos últimos tempos, atua também como secretário, advogado e conselheiro.

Aos meus maravilhosos pais, Gines Ponce Martins e Silvia da Conceição de Oliveira Martins, que sempre me incentivaram a estudar e apoiaram esta pesquisa de inúmeras formas, financeiramente, emocionalmente e academicamente – ajudando a encontrar documentos sobre Cianorte e concedendo preciosas informações oriundas da vivência nesta cidade.

Ao meu querido irmão, Alexandre Luís Ponce Martins, doutor em Geografia, que auxiliou com pesquisas na internet, dados geográficos e elaborou mapas para a tese.

À minha amada filha, Alícia Ponce Menezes, linda e inteligente, que compreendeu os momentos de ausência e me deu forças para prosseguir com os estudos.

Ao colega historiador Daniel Longhini Vicençoni, que estagiou com Izaura Aparecida Tomaroli Varella, por disponibilizar documentos fundamentais para este trabalho.

Aos meus amigos, Moisés Wagner Franciscon e Denilton Novais Azevedo, parceiros de estudos, publicações, congressos e diversões, que sempre me apoiaram e incentivaram quando duvidei que seria capaz de concluir esta pesquisa.

Ao Programa de Pós Graduação em História, por semestralmente lembrar-me da necessidade de realizar matrículas e entregar relatórios e por ser flexível com os prazos.

MARTINS, Gelise Cristine Ponce. **A construção da história oficial de Cianorte e a consolidação da memória coletiva, através do Projeto Resgate Cultural (1953-1975)**. 350 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2021.

RESUMO

A relevância desta pesquisa justifica-se diante do fato de que há poucos trabalhos acadêmicos sobre a história de Cianorte. E a maioria destes tem como referência o livro “Cianorte, sua história contada pelos pioneiros” (1995), escrito por Helena Cioffi, Irene Gimenes Praxedes, Izaura Aparecida Tomaroli Varella e Wilma Kobayashi Mesquita, professoras da educação básica. O livro é resultado do “Projeto Resgate Cultural” (1984-1992), organizado pelas professoras, com apoio da Prefeitura Municipal de Cianorte, a partir de entrevistas com os primeiros habitantes da cidade, fotografias antigas e reportagens de jornais locais e regionais. Analisamos o material produzido pelo Projeto e a publicação dele resultante, a fim de perscrutar o processo de construção da versão oficial da história de Cianorte. Devido à variedade de fontes, valemo-nos do instrumental teórico-metodológico de campos distintos: História Oral, História Visual, História Política, dentre outros. Para a contextualização, abrangemos o período de 1953 a 1975, ou seja, da data da fundação da cidade ao ano da geada negra – que modificou os rumos da economia local, até então centrada na cafeicultura, para cultivos mecanizados e indústria têxtil. Além de estudar a visão predominante, buscamos construir novos saberes e “dar vez e voz” aos indivíduos cujas trajetórias foram deixadas em segundo plano na história cianortense.

Palavras-chave: História; Memória; Colonização; Norte do Paraná; Cianorte.

PONCE MARTINS, Gelise Cristine. **The construction of the official history of Cianorte and the consolidation of collective memory, through the Projeto Resgate Cultural (1953-1975).** 350 p. Thesis (Doctorate in History) - State University of Maringá, Maringá, 2021.

ABSTRACT

The relevance of this research is justified by the fact that there are few academic papers on the history of Cianorte. And most of them have as reference the book “Cianorte, its story told by the pioneers” (1995), written by Helena Cioffi, Irene Gimenes Praxedes, Izaura Aparecida Tomaroli Varella and Wilma Kobayashi Mesquita, teachers of basic education. The book is the result of the “Projeto Resgate Cultural” (1984-1992), organized by the teachers, with support from the City Hall of Cianorte, based on interviews with the first inhabitants of the city, old photographs and reports from local and regional newspapers. We analysed the material produced by the Project and the resulting publication, in order to scrutinize the construction process of the official version of Cianorte's history. Due to the variety of sources, we use theoretical and methodological tools from different fields: Oral History, Visual History, Political History, among others. For contextualization, we cover the period from 1953 to 1975, that is, from the date of the city's foundation to the year of the black frost – which changed the direction of the local economy, until then centered on coffee growing, towards mechanized cultivation and the textile industry. In addition to studying the prevailing view, we seek to build new knowledge and “give a voice” to individuals whose trajectories were left in the background in the history of Cianorte.

Keywords: History; Memory; Colonization; North of Paraná; Cianorte.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO I. OS DOCUMENTOS DA DIVISÃO DE CULTURA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CIANORTE E O PROJETO RESGATE CULTURAL	23
1.1. Entrevistas	27
1.2. Jornais	32
1.3. Fotografias	37
1.4. Outros documentos.....	39
1.4.1. Ofícios	39
1.4.2. Panfletos	45
1.4.3. Telegramas	48
1.4.4. Ata	48
1.5. Projeto Resgate Cultural de Cianorte	50
1.5.1. “Cianorte, sua história contada pelos pioneiros”	55
CAPÍTULO II. HISTÓRIA ORAL E MEMÓRIA NA CONSTRUÇÃO DA HISTÓRIA OFICIAL DE CIANORTE.....	59
2.1. Um breve histórico da História Oral	59
2.2. História Oral: definições e contribuições	61
2.3. Concepções de História Oral e perspectivas de trabalho	65
2.4. Conceito de testemunho e tipos de depoimentos	67
2.5. Técnicas de coleta e transcrição de depoimentos	73
2.6. História Oral, memória e identidade no Projeto Resgate Cultural	81
2.7. Considerações sobre o Projeto Resgate Cultural, o livro “Cianorte: sua história contada pelos pioneiros” e suas fontes	97
2.7.1. Comemorações e memória	101
2.7.2. Análise de conteúdo e impressos	104
2.7.3. Fotografias e cultura visual	105
CAPÍTULO III. COLONIZAÇÃO DO NORTE DO PARANÁ: HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA.....	109
3.1. O Norte do Paraná	109

3.2. Os indígenas na (re)ocupação do norte do Paraná: o mito do vazio demográfico	112
3.3. A colonização do Norte do Paraná como expansão da cafeicultura paulista e sua dependência econômica em relação a São Paulo	116
3.4. Concessões do Estado às companhias privadas e sua ação como colonizador direto	119
3.4.1. A Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP).....	120
3.4.2. Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (CMNP).....	132
3.4.3. O Estado enquanto colonizador direto	138
3.5. Os conflitos pela posse da terra no Norte do Paraná	139
3.6. A cafeicultura e o fim do processo de (re)ocupação do Norte do Paraná (1945-1975)	144
3.7. A historiografia paranaense e os debates sobre a colonização da região Norte.....	148

CAPÍTULO IV. DADOS AMBIENTAIS, SOCIOECONÔMICOS, POPULACIONAIS E ARQUITETÔNICOS DE CIANORTE (1953-1975)

4.1. História Ambiental de Cianorte: relações entre Geografia, Política e Economia	154
4.1.1. Localização, hidrografia, relevo e solo	155
4.1.2. Erosão e políticas públicas	156
4.1.3. Vegetação e desmatamento	166
4.1.4. Clima e Economia	172
4.2. População: indígenas, caboclos e migrantes	181
4.2.1. Indígenas: os Xetás	181
4.2.2. Caboclos, populações sertanejas: os Sutis	188
4.2.3. Migrantes: paulistas, mineiros e nordestinos	197
4.3: Arquitetura e patrimônio histórico	202
4.3.1. Cianorte, uma cidade planejada	202
4.3.2. Cianorte, uma cidade propagandeada pela CMNP	211
4.3.3. Cianorte, uma cidade nova	213

CAPÍTULO V. A CONSTRUÇÃO DA HISTÓRIA OFICIAL DE CIANORTE (1953-1975)

.....	220
5.1. Narrativas sobre a fundação do Patrimônio de Cianorte (1953-1955)	221
5.1.1. O desbravamento	221
5.1.2. A inauguração	226
5.1.3. As primeiras construções	236
5.1.4. Cotidiano	253

5.2. História Política de Cianorte (1955-1975)	261
5.2.1. Emancipação política de Cianorte e sua primeira eleição (1955)	264
5.2.2: Gestão Wilson Ferreira Varella (1955-1959)	269
5.2.3. Gestão Antonio Rodrigues Mota (1959-1963)	283
5.2.4. Gestão Ramon Máximo Schulz (1963-1969)	291
5.2.5. Os “comunistas” de Cianorte	301
CONSIDERAÇÕES FINAIS	325
FONTES.....	337
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	340

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Ficha Cadastral de Pioneiros de Cianorte	22
Figura 2: Acervo da Divisão de Cultura da Prefeitura Municipal de Cianorte	23
Figura 3: Fichas de votação e rascunhos do Projeto Resgate Cultural	24
Figura 4: Folha de votação individual	25
Figura 5: Título de eleitor de Benedito Domiciano Ferreira	27
Figura 6: Primeira página de transcrição manuscrita de entrevista	28
Figura 7: Exemplos de cabeçalhos em transcrições	29
Figura 8: Primeiras pessoas entrevistadas pelo Projeto Resgate Cultural	30
Figura 9: Primeira relação dos entrevistados pelo Projeto Resgate Cultural	31
Figura 10: Transcrição datilografada da entrevista realizada com Wilson Ferreira Varella	32
Figura 11: Propaganda da CMNP.....	33
Figura 12: Edição comemorativa da Tribuna de Cianorte.....	34
Figura 13: Suplemento especial da Folha de Londrina	36
Figura 14: Salas de aulas em salões alugados.....	38
Figura 15: Posseiros na Chácara Cianorte.....	38
Figura 16: Idosa e mulher com bebê no colo, na janela de uma casa em construção	38
Figura 17: Churrasco de inauguração de Cianorte.....	39
Figura 18: Ofício enviado à CMNP pelo Banco Moreira Salles	40
Figura 19: Convite da CMNP ao prefeito de Peabiru, Silvino Lopes de Oliveira	41
Figura 20: Comissão organizadora dos festejos comemorativos do aniversário de Cianorte ...	42
Figura 21: Ofício do prefeito Wilson Ferreira Varella a Paulo Morais Barros	43
Figura 22: Ofício da “Comissão dos Festejos” destinado à CMNP	44
Figura 23: Convite à Câmara Municipal para assistir ao “Filme dos pioneiros de Cianorte”	45
Figura 24: Programa das comemorações do 15º aniversário de Cianorte	48
Figura 25: Telegrama de Herman Morais de Barros	48
Figura 26: Indicação de Wilson Varella para primeiro prefeito municipal	49
Figura 27: Lançamento do Projeto Resgate Cultural de Cianorte (1983)	50
Figura 28: Contrato de prestação de serviços firmado entre a Prefeitura e as professoras.....	53
Figura 29: Capa do livro “Cianorte, sua história contada pelos pioneiros” (1995)	58
Figura 30: Última página da transcrição da entrevista feita com Wilson Ferreira Varella	75
Figura 31: Paulo de Morais Barros Neto, Diretor da CMNP.....	92
Figura 32: Divisão do Norte do Paraná em mesorregiões e microrregiões.....	109

Figura 33: “Os Três Nortes”	110
Figura 34: Área da CTNP/CMNP com o traçado original da ferrovia	127
Figura 35: Sistema de repartição de terras executado pela CTNP	131
Figura 36: Área dos maiores vinte grilos do Paraná	141
Figura 37: Erosão no Parque Manduí	159
Figura 38: Erosão da Mãe Biela. Visita do governador Emílio Gomes	161
Figura 39: Galeria pluvial	164
Figura 40: Peroba no Sítio do Sr. João Baboni (Gleba Bolívar)	167
Figura 41: Tora de peroba no caminhão do Hélio Manfrinato	167
Figura 42: Desmatamento em Cianorte	170
Figura 43: Café plantado em meio à derrubada	170
Figura 44: Folha de Londrina e Tribuna de Cianorte	176
Figura 45: Primeira Unidade de Beneficiamento de Sementes da CMNP, em Cianorte	178
Figura 46: Equipamento da Primeira Unidade de Beneficiamento de Sementes, da CMNP ...	178
Figura 47: Beneficiadoras de café	180
Figura 48: Tecido da tanga aberto	184
Figura 49: Brincos de pluma, tembetá de resina e colar de dentes de mamíferos	184
Figura 50: Onde viviam os Xetás	185
Figura 51: Sr. Antonio Afonso Subtil e sua esposa	193
Figura 52: Cemitério dos Caboclos	197
Figura 53: José Antônio Francisco do Santos	200
Figura 54: Plano Original de Cianorte projetado por Jorge de Macedo Vieira	204
Figura 55: Praças, nós e edifícios especiais do plano original de Cianorte	205
Figura 56: Os dois eixos principais de Cianorte	205
Figura 57: Anteprojeto de Cianorte	206
Figura 58: Cidade planejada e cidade implantada	207
Figura 59: Avenida Lovat	208
Figura 60: Cia. Melhoramentos Norte do Paraná: anteprojeto da cidade de Cianorte	212
Figura 61: Demolição da Casa União de Ferragens	216
Figura 62: Primeira Igreja Matriz de Cianorte	218
Figura 63: Casa da Memória	218
Figura 64: Transporte de café, balsa do Rio Ivaí	223
Figura 65: Ponte do Rio Ivaí	223
Figura 66: A Hora e Tribuna de Cianorte	227

Figura 67: Edição Comemorativa da Tribuna de Cianorte	228
Figura 68: Churrasco de inauguração de Cianorte, Waldomiro Babbkoff e dona Angelina	230
Figura 69: Waldomiro Babkov, engenheiro da CMNP	230
Figura 70: Aristides de Souza Melo, Silvino Lopes de Oliveira, Domingos Camargo Ribas ..	231
Figura 71: Aristides de Souza Mello, engenheiro da CMNP.....	232
Figura 72: Gastão de Souza Mesquita Filho, na época da fundação de Cianorte	232
Figura 73: Gastão de Mesquita Filho, fundador e Diretor Superintendente da CMNP	233
Figura 74: Fotografias do churrasco.....	234
Figura 75: Área aproximada do local desmatado para inauguração de Cianorte	235
Figura 76: Primeiro Poço	237
Figura 77: Cianorte Hotel e Hotel São Luiz	238
Figura 78: Primeira Rodoviária de Cianorte – Praça 26 de julho	240
Figura 79: Implantação da rede de água encanada – Sanepar	242
Figura 80: Construção do primeiro Viaduto/Pontilhão da Avenida Goiás	243
Figura 81: Inauguração do Aeroporto	244
Figura 82: Programação das festividades do primeiro aniversário de Cianorte	245
Figura 83: Casas comerciais	247
Figura 84: Primeiras instalações da Gold Scrin	248
Figura 85: Ruas abertas, Zona 1.....	254
Figura 86: Primeiro Prédio da Prefeitura	270
Figura 87: Primeiros jornais de Cianorte.....	277
Figura 88: Aspectos do município de Cianorte	280
Figura 89: Wilson Ferreira Varela, em seu escritório na CMNP	282
Figura 90: Wilson Ferreira Varella, primeiro prefeito de Cianorte.....	282
Figura 91: Antonio Rodrigues Mota, durante seu mandato	283
Figura 92: Salto do Rio Ligeiro	288
Figura 93: Cremilda Mota, Antônio Rodrigues Mota e Airton Petris	291
Figura 94: Governador Emílio Gomes, deputados Ovídio Franzoni e Hélio Manfrinato	296
Figura 95: Ramon Máximo Schulz	301
Figura 96: Manuel de Almeida Pina fichado pela DOPS/PR	306
Figura 97: Declaração de comparecimento de Manuel de Almeida Pina à DOPS/PR	311
Figura 98: Ficha individual de Manuel de Almeida Pina.....	316
Figura 99: Ofício nº 100, CODI - 2ª Seção – DOI	320
Figura 100: Wanderley Gonçalves Borges recebendo Diploma de Honra ao Mérito	326

INTRODUÇÃO

A ideia de estudar a história oficial de Cianorte surgiu em dezembro de 2012, após concluirmos nossa dissertação de mestrado¹. Quando constatamos que havia poucas referências bibliográficas sobre a história da cidade e todas faziam referências ao livro “Cianorte, sua história contada pelos pioneiros” (1995), escrito por Helena Cioffi, Izaura Aparecida Tomaroli Varella, Irene Gimenes Praxedes e Wilma Kobayashi Mesquita – professoras bem conhecidas na cidade, cujos sobrenomes remetem aos seus fundadores e primeiros dirigentes.

Em busca de fontes históricas, fomos à prefeitura e conversamos com a então secretária da Divisão de Cultura. Michelle Bárbara Ferrari comentou que no Centro de Eventos Carlos Yoshito Mori² estavam guardadas fotografias antigas, que tinham sido expostas no aniversário da cidade. No local, além das fotos, encontramos os rascunhos do chamado Projeto Resgate Cultural, que deram origem ao referido livro. E vimos que seria possível analisar a produção da história oficial de Cianorte, por meio da documentação organizada pelas professoras.

Como não era permitida a retirada dos documentos, eu e meu pai, Gines Ponce Martins, levamos um notebook, uma impressora com scanner e uma câmera fotográfica velha para o Centro de Eventos. De dezembro de 2012 a janeiro de 2013, fotografamos recortes e edições completas de 36 jornais, digitalizamos 286 fotos antigas, primeiras páginas das transcrições de 72 entrevistas, 19 ofícios, 9 panfletos, 5 listas, 3 telegramas, 1 recibo, 1 ata e 3 contratos.

As fotografias retratam a natureza sendo transformada pelo trabalho humano, entre as décadas de 1950 e 1980. São imagens da mata antes e depois da derrubada; erosões; plantações; rios, balsas e pontes; construções iniciadas, em processo e inauguradas; edificações públicas e privadas; ruas, avenidas e praças; autoridades e personalidades locais em eventos políticos, sociais e culturais; festas populares; gente simples e anônima; enfim, cenas do cotidiano.

Impressos entre 1953 e 1992, jornais locais e regionais – como *A voz de Cianorte*, *Folha de Londrina*, *Tribuna de Cianorte*, *O Espinho*, *O Noroeste*, *Folha do Norte*, *Diário do Norte do Paraná*, dentre outros – incluem cadernos especiais sobre Cianorte e sua história, publicados nos aniversários da cidade. As reportagens narram o passado de modo idílico, exaltando a

¹ PONCE MARTINS, Gelise Cristine. **As relações cotidianas de uma comunidade de cafeicultores, nas memórias de Braz Ponce Martins (1897-1975)**. Maringá, 2012. 230 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2012.

² Carlos Yoshito Mori foi pioneiro de Cianorte. Morava em Maringá, quando decidiu comprar o primeiro cartório da cidade, de Ana Maria Guinjsk. A viagem foi difícil, pois a “estrada era ruim e para atravessar o rio foi à custa de balsa”. Em 6 de novembro de 1956, instalou-se no Hotel Cianorte com a família. Depois, mudou-se para uma casa ao lado do cartório. Foi vereador na gestão de Antonio Rodrigues Mota (1959-1963). MORI, Carlos Yoshito. Entrevista concedida a Eva Torres do Paraíso. Cianorte, 15 de março de 1986.

fertilidade das terras, a coragem dos pioneiros e a iniciativa da Companhia Melhoramentos do Norte do Paraná, que colonizou a região. Às vezes, os colaboradores (nem sempre jornalistas) mostram-se pesarosos em relação ao presente, principalmente devido às más gestões públicas e aos problemas climáticos – geadas que devastam plantações, chuvas intensas e consequentes erosões, em virtude de desmatamento desfreado e da falta de recursos para conter os estragos. Entraves ao progresso econômico, que não abalam a crença em um futuro glorioso.

Transcritas a mão em folhas de cadernos, ou datilografadas em sulfite, as entrevistas realizadas com os pioneiros, no período de 1984 a 1992, pelas professoras Helena Cioffi, Irene Gimenes Praxedes, Wilma Kobayashi Mesquita, Eva Torres do Paraíso, Aparecida Oneida de Almeida Silva e Izaura Aparecida Tomaroli Varella, seguem um questionário padrão. Após levantar dados pessoais, familiares, profissionais e de escolaridade, as questões discorrem acerca dos motivos que levaram o entrevistado a mudar-se para Cianorte, o ano em que chegou e suas primeiras impressões. As respostas giram em torno da busca de melhores condições de vida, relacionadas à aquisição de terras ou de estabelecimentos industriais e comerciais.

Embora as transcrições das entrevistas estivessem completas, não chegamos a digitalizá-las. Adiamos para um segundo momento – graças à uma crise de rinite alérgica e ao início do ano letivo³ – sem saber que todo o acervo desapareceria. Ainda não sabemos se a documentação foi descartada ou removida para outro local, apesar do esforço empreendido para encontrá-la.

Os ofícios relacionam-se à inauguração de Cianorte e às comemorações de seus primeiros aniversários. Quatro ofícios são de 1953 (três destes enviados à CMNP); três de 1954 (expedidos pela CMNP); dois de 1955 (da “Comissão organizadora dos festejos comemorativos do 2º aniversário de Cianorte”); um de 1961 e um de 1963 (destinados a Paulo Morais Barros, gerente da CMNP); outro de 1963 (enviado ao Banco sul americano do Brasil S/A São Paulo, solicitando contribuições); um de 1975 (que solicita verbas à CMNP para premiações do 22º aniversário); e o restante de 1988 (convites do Projeto Resgate Cultural para assistir o “Filme dos Pioneiros de Cianorte”).

Os panfletos de 1954, 1955, 1956, 1957, 1958, 1960, 1963, 1968 e 1973 divulgam a programação das comemorações do aniversário de Cianorte, que consistem em missas, cultos, quermesses, inaugurações, torneios de futebol, desfiles, fanfarras, bandas musicais, concursos, shows pirotécnicos, visitas de autoridades, almoços, bailes, dentre outros eventos. Sempre começam e terminam cedo, entre cinco da manhã e oito da noite, pois a cidade não possuía luz elétrica até 1965. A estrutura linguística dos panfletos é ufanista. São usados termos como:

³³ Sendo professora da educação básica, com 40 horas semanais, ministrando aulas em três períodos, várias escolas, duas cidades e três distritos, não pude retornar ao Centro de Eventos antes de 2016, quando iniciei o doutorado.

“Salve, Cianorte”, “Grandiosa Quermesse”, “Grande Partida”; “Valiosa Taça”, “Cianorte, 15 anos de progresso”; “Salve a Capital do Ivaí”; “a cidade de Cianorte é um exemplo de nobreza”. Escritos em caixa alta, grafados em negrito, chamam a população para “prestigiar os festejos”.

As listas são cópias de documentos oficiais: resultado das eleições de 1959, com a listagem dos nomes dos candidatos e o número de votos recebidos; relação de locais de votação, sem data; relação de eleitores com nomes em ordem alfabética, número do título de eleitor e assinatura, sem data; composição da Câmara Municipal na 5ª legislatura, de 01/02/1973 a 31/01/1977; composição da Câmara Municipal na 6ª legislatura, de 01/02/1977 a 31/01/1983.

Os três telegramas são de 1956, endereçados à CMNP, sobre a inauguração do aeroporto e o aniversário da cidade. O recibo de 1958 trata do valor de 25 mil cruzeiros pagos pela CMNP pela confecção de mil flâmulas para o quinto aniversário de Cianorte. A ata é de uma reunião sobre a primeira eleição municipal, em 1955, onde Wilson Ferreira Varella é indicado para concorrer ao cargo de prefeito, com o aval de representantes de partidos políticos e da CMNP.

Os contratos, datados de 22 de maio de 1986, 31 de março de 1987 e 18 de janeiro de 1988, são de prestação de serviços entre a Prefeitura Municipal de Cianorte e as professoras Irene Gimenes Praxedes, Izaura Aparecida Tomaroli Varella, Helena Cioffi e Wilma Kobayashi Mesquita, assinados por elas e pelo prefeito Jorge Moreira da Silva⁴. Redigidos com a mesma estrutura e cláusulas similares, esclarecem como se deu o apoio financeiro da prefeitura ao Projeto Resgate Cultural.

Em 2016, quando retornamos ao Centro de Eventos Carlos Yoshito Mori, encontramos a pequena sala vazia. O local havia sido reformado em meados de 2013. E Silvana Camargo, à frente da Divisão de Cultura, não tinha sequer ouvido falar dos documentos que lá estavam armazenados. Após lamentar imensamente o descaso da prefeitura com seu próprio acervo, contatamos Izaura Aparecida Tomaroli Varella, uma das responsáveis pela organização do Projeto Resgate Cultural e do livro, “Cianorte, sua história contada pelos pioneiros” (1995), a única, dentre as professoras, viva e “lúcida” – como a mesma fez questão de enfatizar.

Izaura Varella foi bem receptiva. Convidou-nos a sua residência e mostrou-nos os CDs em que estavam gravados os áudios das entrevistas realizadas com os pioneiros. Cópias que ela mandou fazer em meados de 1990. Autorizou que transcrevêssemos as entrevistas, desde que seguíssemos a ordem por ela indicada. Pois precisava das transcrições para um livro sobre a história política de Cianorte que estava escrevendo. E até havia contratado um estagiário para fazê-las. Livro este que foi publicado em 2019 e nos dado exemplar. Recebemos outros dois de

⁴ Segundo Izaura Varella, o “Jorginho” mostrou-se entusiasmado com projeto e foi o prefeito que mais colaborou. Ela ainda reclama que o prefeito seguinte, Edno Guimarães, não tinha interesse com as “coisas históricas”.

sua autoria, também sobre a história da cidade, ainda no ano de 2016.

Izaura Varella contou-nos histórias sobre os pioneiros. Esclareceu vários pontos das entrevistas, nem sempre audíveis ou sem informações suficientes para compreensão de determinado assunto. Concedeu-nos entrevistas entre 2018 e 2020, nas quais falou sobre os primeiros 30 anos de Cianorte, sua trajetória de vida neste período e respondeu dúvidas sobre a documentação do Projeto Resgate Cultural. Bem como, explicou sua concepção, objetivos, dificuldades e concretização. Além de comentar acerca da participação das demais professoras na organização do projeto e na redação do livro.

Graças à colaboração de Izaura Varella e de seu estagiário, Daniel Longhini Vicençoni, tivemos acesso a 25 entrevistas, entre 2016 e 2018 – embora haja mais de 100. O processo de transcrição é lento. E dependíamos da disponibilidade de Izaura Varella para fazê-lo. Muito zelosa, não permitiu que copiássemos os CDs, nem os levássemos para casa, temendo que estragassem. E nem sempre podia nos receber, em decorrência de inúmeros contratemplos, relacionados ao seu trabalho como advogada, enfermidades, viagens. Preocupada com seu próprio livro, desistiu de transcrever as entrevistas. Passou a ouvi-las e anotar os trechos pertinentes a sua pesquisa. Deste modo, não tivemos acesso a muitos depoimentos que nos interessavam e recebemos outros fora de nosso recorte temporal.

A ausência de testemunhos e o fato de termos apenas parte dos jornais (em alguns casos, faltam reportagens inteiras), prejudicou a solução de nossa problemática inicial. Ou seja, analisar o processo de construção da história oficial de Cianorte e a consolidação da memória coletiva local, através da documentação produzida pelo Projeto Resgate Cultural. Bem como, compreender as relações entre a memória institucional e a memória social, com ênfase no discurso comemorativo, que conserva e divulga certa imagem do passado. Sem as reportagens completas, não tivemos como avaliar as retrospectivas históricas divulgadas nas comemorações dos aniversários da cidade, com a profundidade desejada.

Em vários assuntos, tivemos que nos contentar com referências bibliográficas e com trechos adaptados de depoimentos, copiados dos livros de Varella. Acabamos por realizar uma análise da visão de Izaura Varella acerca dos eventos que ela considerou dignos de nota. No fim, percebemos que não fugimos totalmente de nosso propósito. De memória prodigiosa e extremamente produtiva, além das pesquisas feitas para seus livros, mantém há anos uma coluna na Folha Regional de Cianorte, intitulada “Crônicas da Cidade” – que nos foi de grande valia. Após conhecer sua obra e seu estilo narrativo, passamos a identificar sua influência em inúmeros trabalhos, muitos não referenciados, como os textos do site da Prefeitura Municipal.

O contraponto ao olhar de Izaura Varella é a narrativa de Helena Cioffi. Enquanto a

primeira apresenta claramente sua preferência pela direita no espectro político, a segunda é a voz da esquerda. Preferência ideológica perceptível em sua terminologia; no fato de reproduzir depoimentos de pessoas sem ligação com a CMNP ou com o poder político estabelecido; e no modo como expôs as repercussões do regime militar em Cianorte. Infelizmente, não tivemos acesso a outros escritos de Cioffi. Não obstante Varella tenha nos prometido mostrar caixas com a papelada que recebeu de sua família após seu falecimento, em 2013. Caixas que ela diz não ter tido nem tempo de abrir. Encerrou-se o prazo de nossa pesquisa, sem que tivéssemos a chance de saber quais documentos Cioffi considerou válidos de serem arquivados.

Além da perspectiva de Varella e Cioffi, temos as entrevistas. Valemo-nos de depoimentos publicados no livro “Cianorte, sua história contada pelos pioneiros”, reproduzidos através do prisma de cada autora. Trechos que foram adaptados, completados, mutilados, colocados de modo a “fazer sentido”, “ter relevância”, “encaixar-se”, atender aos propósitos das professoras. E do testemunho dos que puderam falar por si. Dentre as entrevistas completas, escolhemos aquelas com conteúdo relevante para nossa problemática. Traçamos um perfil do entrevistado, buscamos precisar seu lugar de fala e contextualizar seu discurso.

Os depoentes que demonstraram interesse, que se sentiram valorizados ou consideraram seu testemunho digno de registro, produziram entrevistas riquíssimas; as quais aproveitamos o máximo – incluindo citações literais enormes em nosso texto. Todavia, a maioria dos entrevistados pouco acrescentou ao nosso trabalho. Temos relatos de apenas uma página. Entrevistas em que a entrevistadora precisou colocar as palavras “na boca” do entrevistado. Porque se não fossem sugestionados, não respondiam nem o que lhes foi perguntado.

Diante da falta de documentos, o livro “Cianorte, sua história contada pelos pioneiros” (1995), deixou de ser bibliografia e tornou-se fonte. Logo em sua introdução, deixa claro que não se importa em seguir métodos científicos, que foi escrito com o propósito de atingir o público em geral. Em alguns momentos, o texto é repetitivo. Em outros, até se contradiz, visto que cada parte foi escrito por uma pessoa diferente. Apesar das limitações, tornou-se o único meio de se alcançar as vozes dos pioneiros, como promete o título. Mesmo que alguns destes tenham sido preteridos no processo.

No Capítulo I, “Os documentos da Divisão de Cultura da Prefeitura Municipal de Cianorte e o Projeto Resgate Cultural”, descrevemos as fontes de pesquisas. Primeiramente, mostramos parte do material encontrado no Centro de Eventos Yoshito Mori. E, com a ajuda de Izaura Varella, identificamos os documentos que pertenciam ao Projeto Resgate Cultural. Analisamos as imagens das transcrições das entrevistas, enquanto objetos materiais, verificando sua estrutura externa, conforme sua representatividade no conjunto.

No caso dos jornais, escolhemos uma edição da “Tribuna de Cianorte” e uma da “Folha de Londrina”, reproduzimos primeiras páginas e fizemos uma breve análise do conteúdo de algumas matérias. A fim de demonstrar como se organizaram as retrospectivas históricas, com ênfase no discurso divulgado – cuja narrativa reporta à fundação de Cianorte e à colonização do norte do Paraná, entrelaçando a história da cidade à história da região e da CMNP. Por fim, listamos os jornais locais e regionais que trazem notícias a respeito da cidade.

Demonstramos como estavam (des)organizadas as fotografias do Centro de Eventos, reproduzindo algumas das imagens à título de exemplo. Procedemos a uma descrição material, visto que a análise do conteúdo de cada foto só faz sentido dentro do contexto em que é empregada. O mesmo se deu em relação aos demais documentos. Os ofícios, os panfletos, as listas, o recibo, a ata, dão margem à inúmeros tipos de análise, com relação ao tema, vocábulos utilizados, o conteúdo em si, tudo foi estudado conforme sua utilização nos capítulos seguintes.

A partir dos contratos assinados entre a Prefeitura e as professoras, a entrevista realizada com Izaura Varela e próprio livro “Cianorte, sua história contada pelos pioneiros”, reconstituímos a trajetória do Projeto Resgate Cultural. Desde quando surgiram as primeiras ideias de entrevistar os pioneiros, por volta de 1979, até a publicação do trabalho, em 1995.

No Capítulo II, “História oral e memória na construção da história oficial de Cianorte”, apresentamos as concepções teórico-metodológicas que nortearam a análise das fontes descritas no capítulo precedente. Na primeira parte, focamos na História Oral, importante na análise dos depoimentos dos pioneiros e como ferramenta de preparação, execução e transcrição da entrevista realizada com Izaura Varela. Traçamos um breve histórico da História Oral, discutimos suas características, esclarecemos os conceitos de fonte oral, arquivo oral, testemunho e apresentamos técnicas de coleta e transcrição de depoimentos. Explicitando como tais pressupostos se aplicam aos nossos documentos.

Na segunda parte deste capítulo, a questão da memória é fundamental, haja vista suas imbricações com a História Oral e com o fenômeno das comemorações, essenciais para a compreensão das reportagens realizadas pelo Projeto Resgate Cultural. Diante disto, ampliamos o conceito de memória em termos históricos, sociológicos e psicológicos, na medida em que a interdisciplinaridade auxilia na análise dos diversos documentos. E o discurso comemorativo, que perpassa a produção e conservação destas fontes, é explicitado em termos de construção e perpetuação. Por fim, discorremos sobre os métodos de Análise de Conteúdo, válidos para interpretar todos os documentos. Abordamos os estudos de cultura visual, no qual baseamos a análise das fotografias. E discutimos sobre a não preservação do patrimônio histórico nas cidades novas, fato que explica o desaparecimento do acervo do Projeto Resgate Cultural.

O Capítulo III, “Colonização do Norte do Paraná: história e historiografia”, contextualiza nosso objeto de estudo, a partir de uma revisão bibliográfica sobre a colonização da região onde se localiza Cianorte. Primeiramente, analisamos o conceito de região, não apenas em seu aspecto geográfico, mas em suas representações políticas, econômicas, sociais e culturais, a fim de compreender o imaginário do norte do Paraná, como a “Terra da Promissão”, o “Eldorado Cafeeiro”, a “terra onde se anda sobre dinheiro” e a ode ao pioneirismo.

Desconstruímos o mito do “vazio demográfico”, ao estudar o processo de exclusão do índio de seu território. Discutimos as imbricações entre a ocupação do norte paranaense e expansão da cafeicultura paulista, bem como a dependência econômica do Paraná em relação a São Paulo. Destacamos a ação do governo do Estado frente à ocupação capitalista da região e a de uma colonizadora em particular, a Companhia de Terras Norte do Paraná, cuja propaganda atraiu milhares de migrantes às famosas terras roxas. Traçamos um breve histórico da CTNP de sua fundação, por um grupo inglês na década de 1920, até ser vendida a um consórcio brasileiro em 1944, quando se torna a Companhia Melhoramentos Norte do Paraná. Por fim, enfocamos os conflitos pela posse da terra, entre colonizadoras, posseiros, grileiros e Estado.

A Companhia Melhoramentos Norte do Paraná foi a responsável pela abertura de Cianorte. Como observamos na documentação do Projeto Resgate Cultural, a CMNP financiava tudo, desde as bandeirinhas da quermesse até a construção do primeiro hospital. Por isso, analisamos a história que a Companhia produziu sobre si mesma e o modo como influenciou a história regional, inclusive o livro “Cianorte, sua história contada pelos pioneiros”.

O café foi o principal produto da economia paranaense até 1975. Deste modo, estudamos a cafeicultura no do seu apogeu; iniciado após a Segunda Guerra, quando atraiu grande contingente populacional; até sua decadência – decorrente de crises de superprodução, do incentivo governamental em prol da diversificação agrícola e industrial e da geada negra de 1975 – quando o norte do Paraná tornou-se um polo dispersor de populações.

Concluimos comparando as correntes da historiografia paranaense, no que concerne à colonização do norte do Paraná. Primeiramente, apresentamos a história regional tradicional, que exalta a ação da iniciativa privada, baseando-se no discurso da CMNP, que propaga uma história dos “vencedores”. Em seguida, elencamos os novos estudos, que desconstróem esta visão oficial, enfatizando a ação do Estado, os conflitos pela posse da terra e a história dos “vencidos”, indígenas, caboclos e trabalhadores rurais, que foram “atropelados pelo progresso”.

No Capítulo IV, “Dados ambientais, socioeconômicos, populacionais e arquitetônicos de Cianorte (1953-1975)”, analisamos os aspectos geográficos da cidade a partir das concepções teórico-metodológicas da História Ambiental. Problematicamos a modificação da

paisagem natural por suas implicações políticas, sociais e econômicas, com destaque para o desmatamento, as erosões e as geadas – determinantes na diversificação agrícola do município.

Discutimos o movimento populacional do município e região. Iniciamos com os primeiros habitantes, indígenas e caboclos, que foram expropriados de suas terras pelo homem branco – latifundiários e empresas colonizadoras. Com ênfase no caso dos Xetás e dos Sutis, dos quais restam poucos vestígios e poucas referências bibliográficas. Abordamos os migrantes, pioneiros que abriram a cidade, principalmente nordestinos, paulistas, mineiros e paranaenses de outras regiões do Estado. Finalizamos com uma análise da dispersão populacional ocorrida a partir de 1970 – o êxodo rural e o movimento migratório para novas zonas de fronteira – que reduziu drasticamente o número de habitantes.

Finalizamos o capítulo com as concepções arquitetônicas e urbanísticas adotadas na implantação da cidade, principalmente o ideal de cidade jardim, modelo inglês adotado por Jorge de Macedo Vieira, responsável pelo planejamento de Cianorte. Demonstramos que o projeto original foi parcialmente implementado, devido à crise econômica e à taxaço das terras da CMNP pela prefeitura, entre as décadas de 1950 e 1960. Analisamos a questão da não preservação do patrimônio histórico nas chamadas “cidades novas”. Conceito empregado para designar cidades planejadas, implantadas no século XX, que cresceram rapidamente, focadas no progresso, e deixaram a preservação da cultura material em segundo plano. Como Cianorte e seu descaso com as primeiras construções.

No Capítulo V, “A construção da história oficial de Cianorte (1955-1975)”, esclarecemos nossa problemática de pesquisa. Relacionamos a produção historiográfica sobre a cidade – tanto o livro “Cianorte, sua história contada pelos pioneiros”, quanto os estudos que nele se basearam – com as fontes do Projeto Resgate Cultural. Com o objetivo de compreender o que foi preservado, ocultado, reproduzido, distorcido, enfim, as semelhanças e as diferenças entre a memória histórica, a memória individual, a memória coletiva e a memória institucional.

Na primeira parte, analisamos as narrativas dos pioneiros acerca da fundação e desenvolvimento inicial de Cianorte, traçando uma breve biografia dos depoentes citados e envolvidos no processo de colonização da região. Atentamos para a abertura das picadas na mata, de estradas e ruas; os primeiros meios de transporte; as dificuldades de locomoção entre rios, poeira e encalhes; as primeiras construções da cidade e seus proprietários; enfim, o cotidiano dos habitantes de uma cidade no meio do mato que não tinha nada! O destaque é para a festa de inauguração da cidade, o famoso churrasco realizado em uma clareira na floresta. Valemo-nos de documentos oficiais, jornais, fotografias e entrevistas para estudar o evento.

A partir da perspectiva da Nova História Política, perscrutamos as gestões municipais

de 1955, quando Cianorte foi elevada à categoria de município, até 1969/1975, época em que a cidade vivenciava o regime militar. Os depoimentos de contemporâneos, as notícias na imprensa exaltando as realizações de cada prefeito (ou criticando a falta destas), estruturam parte do capítulo, complementada por imagens e pela bibliografia disponível.

Com relação ao contexto histórico, ampliamos o foco da história regional, para a história nacional, devido à ditadura civil-militar, regime de exceção que interferiu na política local. Com destaque para a perseguição aos ditos comunistas. Em síntese, abordamos desde as discussões de gabinete até as anedotas que permeiam o imaginário popular, inclusive alguns mitos fundadores, como o da “terra em que se anda sobre dinheiro” e a ode ao pioneirismo, ainda hoje exaltados ad nauseam.

Por exemplo, no Centro de Eventos Yoshito Mori, encontramos documentos sobre o cinquentenário de Cianorte. A Divisão de Cultura da Prefeitura Municipal fez um minucioso levantamento dos “pioneiros desbravadores”, que foram homenageados em uma cerimônia realizada no dia 9 julho de 2003, durante as comemorações do aniversário da cidade. Segue a ficha que deveria ser preenchida por aqueles que chegaram em Cianorte até 1960, os que chegaram ou nasceram até 1973 e os que foram os primeiros em suas profissões.

Figura 1: Ficha Cadastral de Pioneiros de Cianorte (2003)

FICHA CADASTRAL DE PIONEIROS DE CIANORTE.
PESSOA QUE TENHA CHEGADO OU NASCIDO NO MUNICÍPIO ATÉ O ANO DE 1973.

Nome: _____

Nasc. ____/____/____. Data em que chegou em Cianorte: ____/____/____

Profissão que exerceu quando aqui chegou: _____

Endereço: _____ Fone: _____

E-Mail _____

Deseja ser sócio da Associação dos Pioneiros de Cianorte? () sim () não.

Categoria de sócio: até 1960 Desbravador () , 1º na profissão () Pioneiros()

Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE CIANORTE

CAPÍTULO I. OS DOCUMENTOS DA DIVISÃO DE CULTURA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CIANORTE E O PROJETO RESGATE CULTURAL

Em 2012, o acervo da Divisão de Cultura da Prefeitura Municipal de Cianorte encontrava-se em uma saleta no Centro de Eventos Carlos Yoshito Mori, dividindo espaço com máquinas de escrever, computadores antigos e materiais do Projeto de Circo (camas elásticas, bambolês, fantasias). Tomados pela poeira, os documentos estavam engavetados, encaixotados, envoltos em sacos de lixo, ou em papel Kraft. Jornais de 60 anos atrás unidos por grampos enferrujados e fotografias originais dos primórdios da cidade riscadas a caneta. Fotos ampliadas e emolduradas para exposições, precariamente suspensas em grades de metal ou diretamente no chão, encostadas na parede. Na verdade, não se tratava de um arquivo, mas de um depósito.

Figura 2: Acervo da Divisão de Cultura da Prefeitura Municipal de Cianorte – sala do Centro de Eventos Carlos Yoshito Mori (dezembro de 2012)



Fonte: acervo pessoal de Gelise Cristine Ponce Martins.

Estes documentos se perderam em uma reforma realizada no Centro de Eventos, em meados 2013. Atualmente, não se sabe se foram descartados ou levados para outro local. Em 2016, após tomarmos ciência do desaparecimento do arquivo, entramos em contato com Izaura Aparecida Tomaroli Varella. Professora de geografia aposentada, advogada e colunista do jornal “Folha Regional de Cianorte”, referência no que concerne à história da cidade e uma das

produtoras e doadoras dos documentos que lá estavam⁵. Com seu auxílio, realizamos uma busca nos arquivos da sede da prefeitura, sem sucesso.

No depósito, estava a documentação do Projeto Resgate Cultural que, na década de 1980, organizou a primeira pesquisa sobre o passado da cidade e produziu a versão oficial da história local. Digitalizamos parte deste material, entre dezembro de 2012 e janeiro de 2013. Com o depoimento de Izaura Varella⁶, as entrevistas dos pioneiros que recuperamos e a bibliografia disponível sobre a história local e regional, buscamos analisar a construção da história oficial de Cianorte. Contudo, antes de proceder com a análise, descrevemos os documentos, incluindo suas imagens, visto que não podem mais ser acessados por outros meios.

Figura 3: Fichas de votação e rascunhos do Projeto Resgate Cultural (dezembro de 2012)



Fonte: acervo pessoal de Gelise Cristine Ponce Martins.

De acordo com Izaura Varella, as fichas de votação não fazem parte do material levantado pelo projeto Resgate Cultural. No pacote retratado na fotografia acima, havia 198 folhas de votação originais do período de 1957 a 1985. Tratavam-se de documentos oficiais emitidos pela Justiça Eleitoral, onde constavam dados pessoais dos eleitores e a comprovação de seu comparecimento nas eleições, por meio de data e assinatura.

⁵ Infelizmente, Izaura Varella foi obrigada a doar todo o material, por exigência da Prefeitura Municipal de Cianorte, que custeou parte do Projeto, como consta dos contratos de prestação de serviços, analisados nas páginas 54 a 56. Ela apenas fez cópias das gravações das entrevistas.

⁶ VARELLA, Izaura. Entrevista concedida a Gelise Cristine Ponce Martins. Cianorte, 23 de agosto de 2018.

Figura 4: Folha de votação individual (frente e verso)

Nº 1005-8

 **Servivo Leite**
ELEITORADO DO ELEITOR

JUSTIÇA ELEITORAL

Paraná 749 (Cidade) 255
CANTONAMENTO ZONA MARCADO

FÔLHA DE VOTAÇÃO



De Jorge Servivo Leite
NOME POR EXTENSO DO ELEITOR

10-1-1925. Macapá - Est. Ceará Capote.
DATA DO NASCIMENTO NATURALIDADE ESTADO CIVIL

FILIAÇÃO Clydia Jorge Leite (P.A.)
Antonia Araujo Leite M.A.E.

Compreista Dr. Leont. A/v.
PROFISSÃO RESIDÊNCIA

Jorge Servivo Leite
ASSINATURA DO ELEITOR

Passou 21 de março 1957
ASSINATURA DO JUIZ

ANOTAÇÕES
Ass. Curitiba no 1727 - Bicoaró PA em 1966

2 B. 2. - Form. Imprensa de Justiça - São P.

COMPARECIMENTO AS ELEIÇÕES

<p><i>Fony Sascim Leite</i> ASSINATURA DO ELEITOR</p> <p>EM 3.10.1958 <i>Otaivio Bast</i> RUBRICA DO PRESIDENTE</p>	<p><i>Fony Sascim Leite</i> ASSINATURA DO ELEITOR</p> <p>EM 15.11.1966 <i>[Signature]</i> RUBRICA DO PRESIDENTE</p>
<p><i>Fony Sascim Leite</i> ASSINATURA DO ELEITOR</p> <p>EM 3.10.1958 <i>Otaivio Bast</i> RUBRICA DO PRESIDENTE</p>	<p><i>Fony Sascim Leite</i> ASSINATURA DO ELEITOR</p> <p>EM 15.11.1968 <i>Alley</i> RUBRICA DO PRESIDENTE</p>
<p><i>Fony Sascim Leite</i> ASSINATURA DO ELEITOR</p> <p>EM 3.10.1960 <i>Otaivio Bast</i> RUBRICA DO PRESIDENTE</p>	<p><i>Fony Sascim Leite</i> ASSINATURA DO ELEITOR</p> <p>EM 15.11.1962 <i>[Signature]</i> RUBRICA DO PRESIDENTE</p>
<p><i>Fony Sascim Leite</i> ASSINATURA DO ELEITOR</p> <p>EM 7.10.1962 <i>Otaivio Bast</i> RUBRICA DO PRESIDENTE</p>	<p><i>Fony Sascim Leite</i> ASSINATURA DO ELEITOR</p> <p>EM 15.11.1962 <i>[Signature]</i> RUBRICA DO PRESIDENTE</p>
<p><i>Fony Sascim Leite</i> ASSINATURA DO ELEITOR</p> <p>EM 6.1.1963 <i>Otaivio Bast</i> RUBRICA DO PRESIDENTE</p>	<p><i>Fony Sascim Leite</i> ASSINATURA DO ELEITOR</p> <p>EM 15.11.1974 <i>[Signature]</i> RUBRICA DO PRESIDENTE</p>
<p><i>Fony Sascim Leite</i> ASSINATURA DO ELEITOR</p> <p>EM 6.10.1963 <i>Otaivio Bast</i> RUBRICA DO PRESIDENTE</p>	<p><i>Fony Sascim Leite</i> ASSINATURA DO ELEITOR</p> <p>EM 15.11.1976 <i>[Signature]</i> RUBRICA DO PRESIDENTE</p>
<p><i>Fony Sascim Leite</i> ASSINATURA DO ELEITOR</p> <p>EM 3.10.1963 <i>Otaivio Bast</i> RUBRICA DO PRESIDENTE</p>	<p><i>Fony Sascim Leite</i> ASSINATURA DO ELEITOR</p> <p>EM 16.11.1978 <i>[Signature]</i> RUBRICA DO PRESIDENTE</p>
<p>15-11-1982 <i>Fony Sascim Leite</i> <i>[Signature]</i></p>	

Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE CIANORTE.

Em meio às folhas de votação, encontramos um título de eleitor original emitido pelo Tribunal Superior Eleitoral, em 1958, contendo dados pessoais, fotografia, digital do polegar e assinatura do cidadão.

Figura 5: Título de eleitor de Benedito Domiciano Ferreira (1958)

The image shows an original voter title (Título de Eleitor) for Benedito Domiciano Ferreira, issued in 1958. The document is a form with various fields filled out in blue ink. At the top left is a black and white portrait of the man. To the right of the portrait is a purple ink thumbprint. The form contains the following information:
 - N.º: 1535-6 (Associação)
 - 742 (CNA)
 - Cianorte (Município ou Distrito)
 - Nome: Benedito Domiciano Ferreira
 - Data do Nascimento: 11/01/1920
 - Naturalidade: Ribeirão das Américas - S. Paulo
 - Estado Civil: Casado
 - Filiação: Benedito Domiciano Ferreira e Angelina Corrêa Jones
 - Profissão: Historiador
 - Residência: Vidigal - Município de Cianorte
 - Vota na: 45ª Seção
 - Assinatura do Eleitor: Benedito Domiciano Ferreira
 - Assinatura do Juiz Eleitoral: José V. [illegible]
 - Data: 23-5-58
 - T. S. E. - Título (2ª Parte) - Mg. 8

Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE CIANORTE.

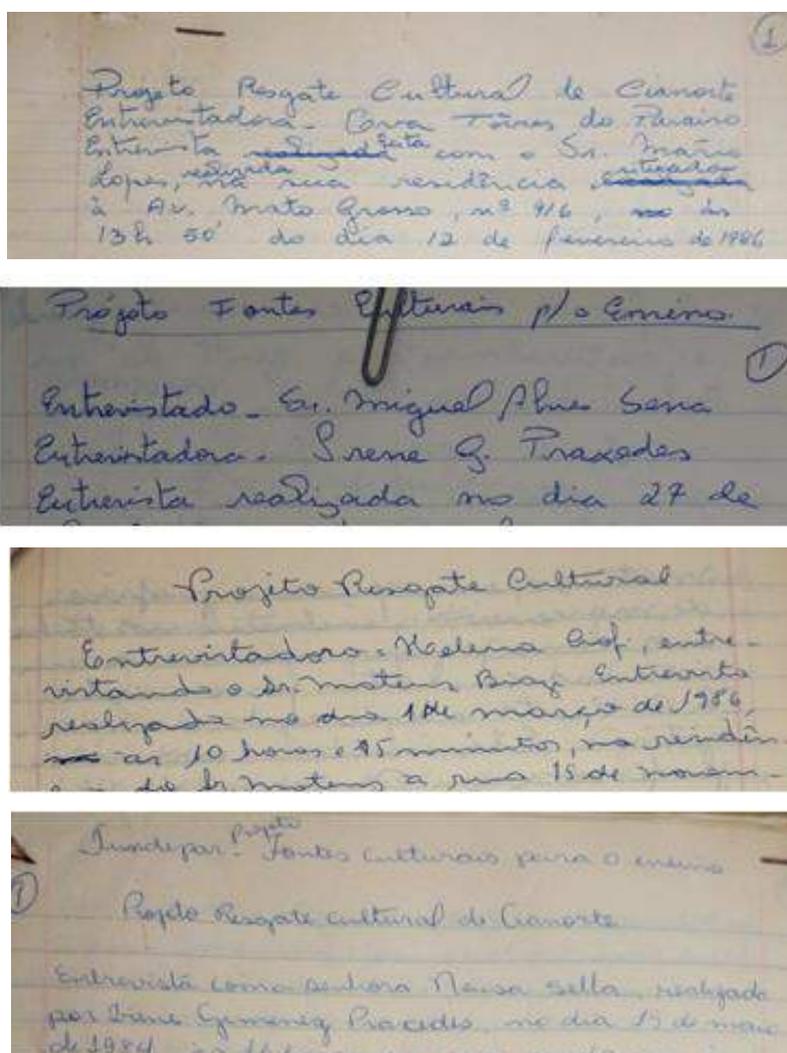
1.1. Entrevistas

No pacote com os rascunhos do Projeto Resgate Cultural, encontramos 72 entrevistas realizadas com os primeiros habitantes de Cianorte, entre os anos de 1984 e 1989, pelas professoras Helena Cioffi, Irene Gimenes Praxedes, Eva Torres do Paraíso, Aparecida Oneida de Almeida Silva, Wilma Kobayashi Mesquita e Izaura Aparecida Tomaroli Varella. A maioria das entrevistas foi transcrita a mão, em folhas de caderno ou papel sulfite, grampeadas ou unidas por clips, contendo rasuras e anotações como “rascunho” e “datilografada”.

Na transcrição abaixo, nota-se que a grafia do nome de Helena Cioffi está incorreta. Isto porque, de acordo com Izaura Varella, nem sempre quem fazia as transcrições era a mesma pessoa que realizava as entrevistas. Ela diz que pouco saiu a campo, mas ficou com a maior parte do trabalho de transcrição, ou “degravação”, em suas palavras. Ouvindo as entrevistas, ela reclama da qualidade do áudio e das perguntas feitas pelas entrevistadoras, que lhe parecem repetitivas. Acredita que os resultados seriam outros, se o roteiro tivesse sido melhor elaborado.

entrevistadora, a data, a hora e o local onde foi realizada a entrevista. Alguns também trazem o título do projeto. Em vinte e sete transcrições, o cabeçalho se inicia com os dizeres: “Projeto Resgate Cultural de Cianorte” ou “Projeto Resgate Cultural”. Em um cabeçalho, consta: “FUNDEPAR – Fontes Culturais para o Ensino. Projeto Resgate Cultural de Cianorte”. Em quatro, somente “FUNDEPAR – Fontes Culturais para o Ensino”. E em três, “Projeto Fontes Culturais para o Ensino”. O que mostra que o nome do projeto não se definiu de imediato. O motivo da sigla “FUNDEPAR⁷” é explicado por Izaura Varella (2018): “apareceu um curso aqui em Cianorte, trazido pela FUNDEPAR para dar orientação para montagem de livro histórico. Para cronogramas, aquela coisa de datas, tudo... E a gente fez o curso”.

Figura 7: Exemplos de cabeçalhos em transcrições



Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE CIANORTE.

Nos rascunhos do Projeto Resgate Cultural, encontramos uma lista com 20 nomes.

⁷ Instituto Paranaense de Desenvolvimento Educacional.

Certamente, foram as primeiras pessoas entrevistadas. Izaura Varella afirma que realizaram cerca de 150 entrevistas, mas não possui todas gravadas em CD e não verificou quais foram perdidas. Todavia, o número mais provável é o que consta nas últimas páginas do livro “Cianorte, sua história contada pelos pioneiros” (1995). São 113 nomes listados em ordem alfabética, após esta mensagem: “Aos pioneiros que se seguem, nossos agradecimentos pela solicitude com que deram seus depoimentos à equipe do **Projeto Resgate Cultural de Cianorte**, tornando possível essa obra” (CIOFFI et al., 1995, p. 441, grifo das autoras).

Figura 8: Primeiras pessoas entrevistadas pelo Projeto Resgate Cultural



Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE CIANORTE.

O rascunho mostra o processo de organização das entrevistas: listas com os nomes dos pioneiros, divididos conforme as professoras que os entrevistaram; nomes daqueles a serem entrevistados (alguns riscados a caneta por já terem sido); anotações indicando as entrevistas “degravadas” (transcritas).

Figura 9: Primeira relação dos entrevistados pelo Projeto Resgate Cultural



Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE CIANORTE

Não havia nenhuma versão final das transcrições no Centro de Eventos. Entretanto, Izaura Varella guardou uma cópia da transcrição da entrevista realizada com seu sogro, Wilson Ferreira Varella, primeiro prefeito de Cianorte (1955-1959), que ela mesma transcreveu. Sua assinatura consta na última página, após a data em que a transcrição foi feita. É o único exemplo que temos sobre como as transcrições eram encerradas. Reproduzimos sua imagem logo abaixo.

A transcrição foi datilografada em papel timbrado da prefeitura. O cabeçalho possui os dizeres “Museu Histórico de Cianorte”, abaixo do logotipo que é usado pela prefeitura ainda hoje. Porém, não existe nenhum museu em Cianorte. Segundo Varella (2018), os documentos do Projeto Resgate Cultural foram doados⁸ para a constituição de um museu, que localizar-se-ia na primeira igreja católica construída em Cianorte. Teria por objetivo expor fotografias e objetos antigos dos primeiros moradores, dentre outros itens de “importância histórica”. No

⁸ De acordo com Izaura Varella (2018), as fitas com as gravações das entrevistas, as transcrições datilografadas, os rascunhos e todo o material levantado pelo Projeto Resgate Cultural foram entregues à Prefeitura.

entanto, essa ideia nunca se concretizou.

A construção que abrigou a primeira Igreja Matriz de Cianorte e a antiga Igreja Sagrado Coração de Jesus, atualmente é a Casa da Memória – espaço cedido pela Prefeitura para a promoção de eventos culturais. Izaura Varella (2018) reclama que a igreja, não obstante tenha sido tombada como patrimônio histórico, vem sendo descaracterizada pelas reformas. Ela ainda sonha com o museu⁹. Mas alega não ter apoio do poder público, nem interesse da comunidade.

Figura 10: Transcrição datilografada da entrevista realizada com Wilson Ferreira Varella (28/05/1984)

Prefeitura do Município de Cianorte
MUSEU HISTÓRICO DE CIANORTE Nº 042

Entrevista N. _____ Data, 28 / maio / 19 84

Entrevistador: WILMA KOBAYASHI MESQUITA

Entrevistado: WILSON FERREIRA VARELLA

Wilson Ferreira Varella
Assessor de Planejamento

Entrevista realizada em 28 de maio de 1984, na residência do entrevistado à rua Itororó, 60 em Cianorte.

WILMA - Qual o seu nome completo?
Wilson - Wilson Ferreira Varella

WILMA - Qual o local de seu nascimento?
Wilson - Maricá, Estado de Minas Gerais.

WILMA - Qual a data de seu nascimento?
Wilson - 06 de fevereiro de 1913.

WILMA - Onde o senhor morava antes de vir para Cianorte?
Wilson - Morava em Santo Amaro, Estado de São Paulo.

WILMA - De lá veio diretamente para Cianorte?
Wilson - Via direta para Cordeópolis.

WILMA - Quantas filhas e senhor têm?
Wilson - Tenho 4 filhos; teria cinco, mas perdi uma filha em Mandaguari.

WILMA - Quando veio para Cianorte?
Wilson - Vim em 1954.

Fonte: arquivo pessoal de Izaura Varella.

1.2. Jornais

Os impressos estavam divididos em três maços, organizados por períodos: 1953-1963, 1964-1984, 1985-1992. Tratavam-se jornais locais e regionais como a “Tribuna de Cianorte” e a “Folha de Londrina”, que veiculavam informações sobre indústria, comércio, agricultura, pecuária, política, educação, cultura, comunicação, população, eletricidade, transporte, obras de infraestrutura, movimento sindical e propagandas de empresas, principalmente da CMNP, que ocupavam páginas inteiras.

⁹ Varella (2018) pretendia doar a documentação que possui ao futuro museu. Entretanto, ficou revoltada ao saber do desaparecimento do material do Projeto Resgate Cultural e disse que “levaria tudo para o caixão”. Prometeu mostrar-nos seus arquivos quando tivesse menos trabalho. Mas concluímos esta pesquisa sem termos visto nada.

Figura 11: Propaganda da CMNP¹⁰ (1957).

CIANORTE, 26 de Julho de 1957

TRIBUNA DE CIANORTE

Página 5

A

Cia. Melhoramentos Norte do Paraná

fundadora das cidades de:

1 - Água Boa	20 - Lovat
2 - APLICARANA -	31 - Malô
3 - Aquizaban	32 - MANDAGUARÁ
4 - ARAPONGAS -	33 - MARIALVA -
5 - Arizanduva	34 - MARINGÁ
6 - ASTORGA	35 - Mirastela
7 - Atalaia	36 - Marumbi
8 - Barão de Lucena	37 - NOVA ESPERANÇA -
9 - Belém	38 - Paisandu
10 - BOM SUCESSO	39 - Perobal
11 - CAMBI	40 - Pirapó
12 - Cambuí	41 - Piuma
13 - CIANORTE	42 - ROLÂNDIA
14 - CRUZEIRO DO SUL	43 - S. Antonio do Caiú
15 - Dr. Camargo	44 - SABAJÁ
16 - FLORAÍ	45 - SÃO JOÃO DO CABUÁ
17 - Florida	46 - SÃO JORGE
18 - Guadiana	47 - São Lourenço
19 - Itaitai	48 - São Pedro
20 - Iguaçu	49 - São Tomé
21 - Inaja	50 - Sarandi
22 - Indioapetã	51 - Sumaré
23 - Irol	52 - TERRA BOA
24 - Itacolmi	53 - Umuarama
25 - JANDAIA DO SUL	54 - Uniflar
26 - Japurá	55 - Valência
27 - JUSSARA	56 - Vidigal
28 - LOBATO	57 - Warta
29 - LONDREINA	Comarcas

congratula-se com o povo de CIANORTE na passagem do IVº aniversário da fundação da cidade!

Cia. Melhoramentos Norte do Paraná

Sede: - São Paulo (Rua São Bento, 119 - 1º. andar)

Escritórios: - LONDREINA - ARAPONGAS - MARINGÁ - CIANORTE - UMUARAMA

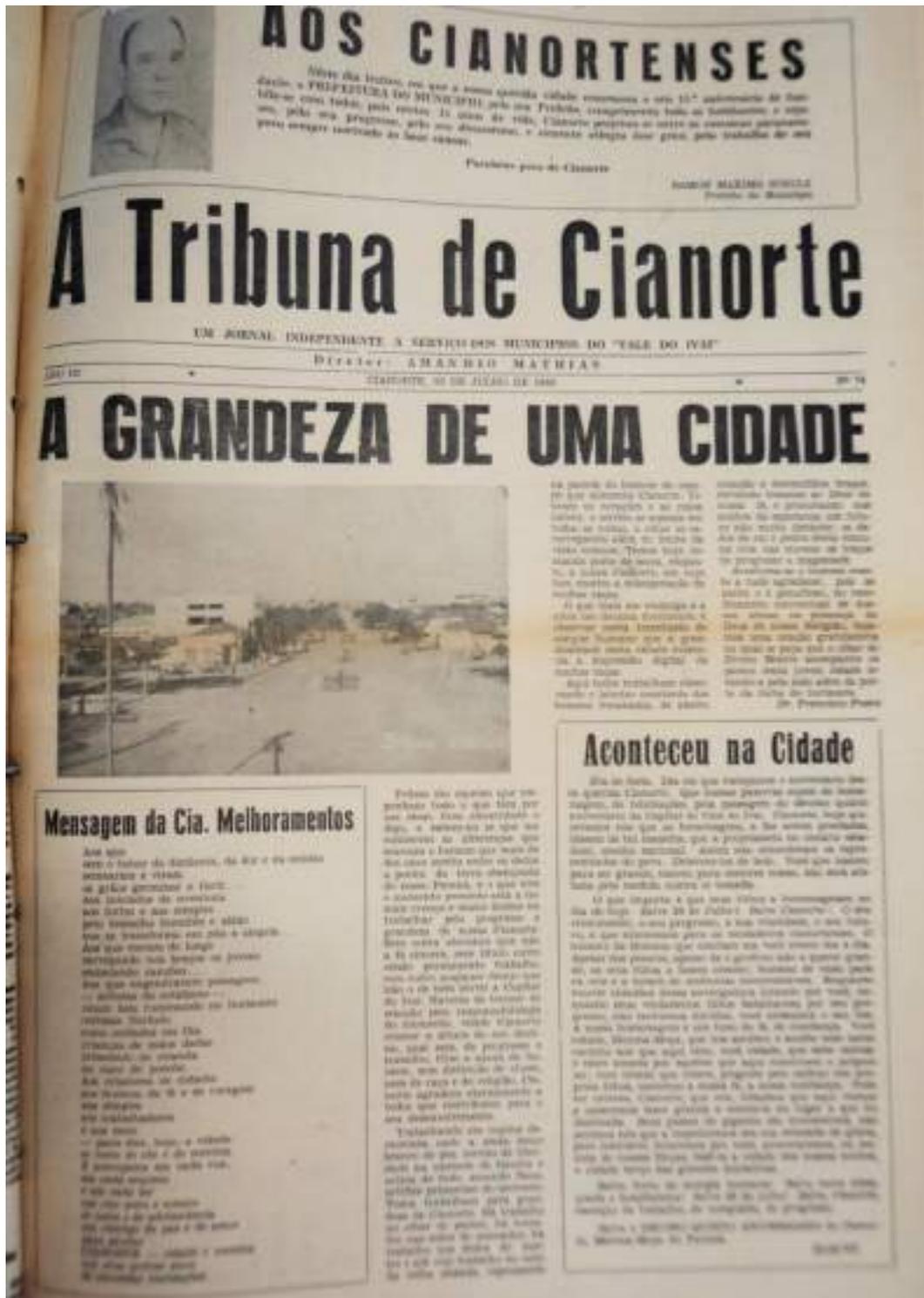
Vendas de terras, chacaras, datus e materiais para construção

Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE CIANORTE.

Diante da quantidade de material, adotamos um recorte cronológico: 1953-1975. Chamou-nos a atenção, as edições comemorativas da “Tribuna de Cianorte”. Publicadas no dia do aniversário da cidade (26 de julho), narram a história de Cianorte exaltando o passado e prevendo um futuro glorioso. Embora nem sempre o presente fosse visto com bons olhos, visto que algumas gestões são bastante criticadas. Aliás, a opinião do jornal muda de acordo com o prefeito, ora criticando, ora elogiando a administração pública.

¹⁰ TRIBUNA DE CIANORTE. Cianorte, 26 de julho de 1957, Ano 1, n. 1, p. 5.

Figura 12: Edição comemorativa da Tribuna de Cianorte¹¹ (1968)



Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE CIANORTE.

Apesar da imagem estar com os cantos borrados, é possível compreender o essencial. A primeira página traz no cabeçalho uma fotografia e uma mensagem do prefeito Ramon Máximo

¹¹ TRIBUNA DE CIANORTE. Cianorte, 26 de julho de 1968, Ano III, n. 74. p. 1.

Schulz (1963-1968), na qual parabeniza os habitantes pelo 15º aniversário de Cianorte e os responsabiliza pelo dinamismo e progresso da cidade. Ao título “A grandeza de uma cidade”, segue-se uma fotografia do centro, um poema da CMNP e um texto de Francisco Freire.

Francisco Freire exalta o povo de Cianorte, “de muitas raças”, que em sua labuta constante fez a cidade progredir. Em suas palavras: “Trabalhando em regime democrata, onde a alma, o lenço branco da paz, sorriso da liberdade na unidade da família e acima de tudo amando Deus, artífice primoroso do universo. Todos trabalham para a grandeza de Cianorte”¹². O uso da palavra democrata é interessante, visto que o discurso foi escrito na época da ditadura militar. Izaura Varella concedeu-nos algumas informações sobre Francisco Freire:

Foi o segundo dentista de Cianorte [...]. Ainda é vivo, mas sem muita lucidez, com mais de 90 anos. Chegou em Cianorte no ano de 1955. Quando foi instalado o primeiro Ginásio Estadual, [ele] foi seu primeiro diretor, lecionando Geografia também. Veio do Rio Grande do Norte atraído pela propaganda da Companhia que fundava uma nova cidade. Foi vereador na Câmara Municipal, na gestão de Wilson Ferreira Varella. Polêmico, gostava de fazer grandes discursos¹³ (VARELLA, 2019).

No canto inferior direito da primeira página está a coluna “Aconteceu na Cidade”, a qual não é possível atribuir autoria, devido à péssima qualidade da imagem. Este texto também enaltece o povo cianortense, mas chama a atenção por reclamar da falta de investimentos governamentais. Enfatiza que os “representante do povo” tomam medidas contra o progresso da cidade. E que “apesar do governo não a querer grande, os seus filhos a fazem crescer”.

Nas páginas seguintes do caderno especial, é traçada uma retrospectiva histórica, dividida em seções, títulos e subtítulos. Nos quais, lê-se: “Parabéns, Cianorte”; “Histórico do Lar Infantil Allan Kardec”; “Cianorte, cidade criada”; “Os tipos de cidades”; “Curiosidades”; “A Fundação Histórica”; “Como viu o acontecimento um jornal da época”; “Ingleses e brasileiros mostram o mapa da mina” (com fotos dos diretores da CMNP); “Histórico da Cidade”; “Os homens do dinheiro”; “Cianorte no seu 15º Aniversário”; “As cidades e o poder político”; “Cianorte em 1955”; “O Desenvolvimento e Progresso”; “Palavras do Dr. Herman no Dia da Fundação de Cianorte”; “Palavras pronunciadas pelo prefeito Wilson Varella no 10º Aniversário de Cianorte”; “Cianorte do passado”; “Isto é Cianorte”¹⁴.

¹² Somente este trecho dá o tom conservador assumido pelo jornal. O discurso do golpe de 1964 que instaurou a ditadura militar no Brasil baseava-se nos ideais de “Deus, pátria e família”. E falar de democracia às vésperas da promulgação do AI-5 é mais do que uma evidência de que a Tribuna de Cianorte seguia a cartilha do governo.

¹³ VARELLA, Izaura. Entrevista concedida a Gelise Cristine Ponce Martins. Cianorte, 13 de janeiro de 2019. Francisco Freire faleceu em 06/05/2019.

¹⁴ É possível fazer uma análise semântica só com essas palavras!

O suplemento especial da “Folha de Londrina”, ou “Caderno Especial de Cianorte”, traz informações acerca da história da cidade e das comemorações de seu aniversário de 17 anos, onde diversas autoridades marcaram presença, como destaca a reportagem logo de início. Bem como exalta a Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, enquanto criadora das mais importantes cidades do Estado e até do país, e o rápido desenvolvimento de Cianorte. Em meio a duas fotografias da cidade, a reportagem lembra que esta foi projetada pelo consagrado engenheiro urbanista Jorge Macedo Vieira, resume o histórico de sua fundação a partir da legislação e lista os quatro primeiros prefeitos, com o período de mandato. Além de apresentar dados da geografia física e populacional do município de Cianorte. No fim da página, em uma propaganda, a empresa Eletrobom que parabeniza Cianorte.

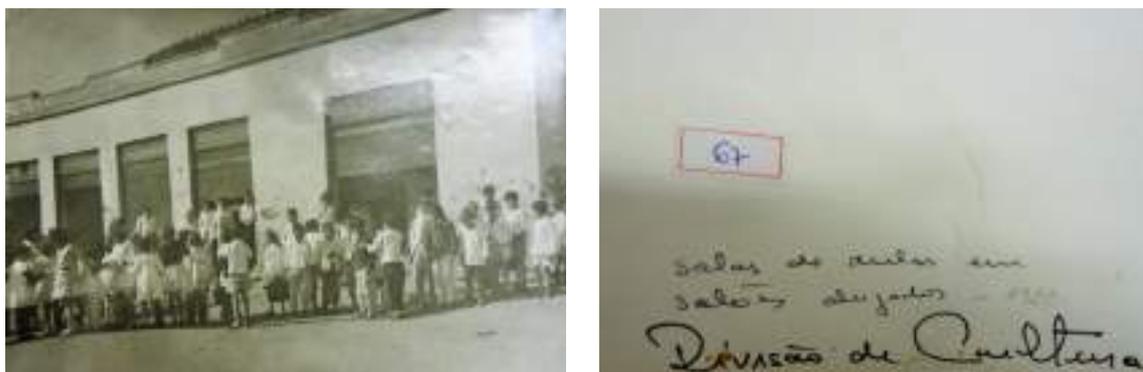
O título “Desenvolvimento do município é amparado pela união entre o povo e pelo poder público”, da reportagem desenvolvida nas páginas 12 e 13 deste suplemento da “Folha de Londrina”, contradiz a coluna “Aconteceu na Cidade”, publicada dois anos antes na “Tribuna de Cianorte”. O que evidencia que as opiniões expressadas nos jornais da região são distintas.

Na seleção de jornais de 1953 a 1963, temos: “Folha de Londrina” (1953, 1955, 1958), “O Domingo” (1954), “A voz de Cianorte” (1956), “O Porta Voz” (1956), “Folha da Manhã” (1957), “Tribuna de Cianorte” (1957), “A Tarde” (1958); “O Espinho” (1958), “O Jornal” (1954, 1958, 1959, 1963) e “O Noroeste” (1958). Alguns são recortes, outros, edições completas e todos se referem de algum modo à Cianorte. No calhamaço de 1964 a 1984, encontram-se dois recortes da “Folha do Norte” (1964) e do “Diário do Norte do Paraná” (1974), um recorte do “Diário Oficial do Estado do Paraná” (sem data), seis edições da “Folha de Londrina” (1969, 1970, 1974 e três de 1984) e doze edições da “Tribuna de Cianorte” (1966, 1968, 1970, 1973, 1974, 1975, 1976, 1978, 1979, 1980, 1981, 1982).

1.3. Fotografias

As mais de 300 fotografias não estavam organizadas por nenhum tipo de sistema. Somente armazenadas em sacos plásticos e envelopes de papel, nas gavetas da pequena sala do Centro de Eventos. Digitalizamos 286, inclusive o verso, nos casos em que havia algo anotado. Algumas possuem uma etiqueta com numeração e o nome “Divisão de Cultura” no verso, em letra diferente das demais informações – o que nos faz presumir que já haviam sido catalogadas pela Divisão de Cultura. Em outras, há uma descrição no verso, mas falta a data. Uma minoria só tem o ano registrado. Porém, a maior parte das fotos nem legenda tem.

Figura 14: Salas de aulas em salões alugados (1955)



Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE CIANORTE.

Figura 15: Posseiros na Chácara Cianorte (sem data)



Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE CIANORTE.

Figura 16: Idosa e mulher com bebê no colo, na janela de uma casa em construção (1965)



Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE CIANORTE.

O fato de a maioria das fotografias não possuir informações, como data, local e nome dos retratados, dificultaria nossa análise se não contássemos com o auxílio de Izaura Varela. Ela reconhece os lugares, as pessoas, o período em que foram tiradas e, em alguns casos, até o fotógrafo. Portanto, as professoras conheciam o contexto de produção das imagens, o que justifica as poucas anotações. Muitas destas fotos também foram reproduzidas no livro, com legendas explicativas, facilitando nosso trabalho.

Figura 17: Churrasco de inauguração de Cianorte (26/07/1953)



Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE CIANORTE.

Esta fotografia possui uma anotação no verso, com os dizeres “churrasco, 26/07/53”, escrito a mão. Foi reproduzida no livro, com a seguinte legenda: “Churrasco no dia da inauguração de Cianorte, no meio da mata em 26/07/1953”. Seguida do depoimento de Manuel de Almeida Pina: “A inauguração foi no dia 26 de julho de 1953. Veio muita gente de São Paulo, de Londrina, de Maringá para inaugurar a cidade (MESQUITA, apud CIOFFI et al., 1995, p. 88). E de um trecho do discurso de Hermann Morais Barros, diretor da CMNP.

1.4. Outros documentos

No depósito da Prefeitura, encontramos outros documentos referentes ao passado de Cianorte, organizados pelo Projeto Resgate Cultural, a saber: dezenove ofícios, nove panfletos, três telegramas, um recibo¹⁶, uma ata e cinco listas. A maioria destas fontes está relacionada à inauguração da cidade de Cianorte e aos seus primeiros aniversários.

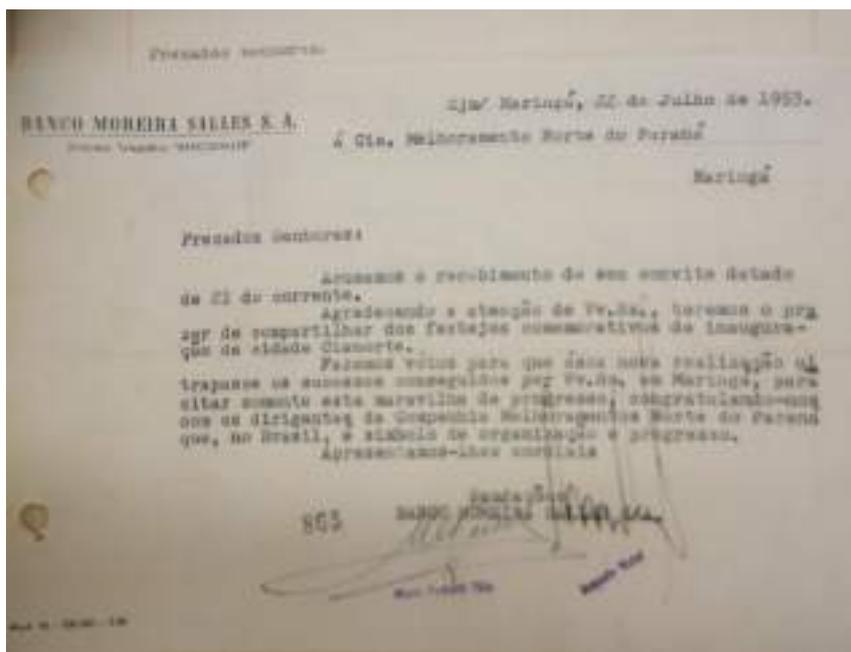
1.4.1. Ofícios

Os quatro ofícios de 1953 e relacionam-se à inauguração de Cianorte. O ofício de 20 de julho, enviado pela CMNP ao presidente da câmara municipal de Maringá, convida a ele e aos

¹⁶ Referente ao recebimento de Cr\$ 25.000,00 da CMNP, pela confecção de mil flâmulas comemorativas do quinto aniversário de Cianorte. Datado de 08 de agosto de 1958, contendo uma assinatura ilegível.

vereadores e familiares para o churrasco de inauguração de Cianorte. Os outros três, destinados à CMNP, são em agradecimento ao convite para participar dos festejos de inauguração de Cianorte. Dois destes são de 22 de julho, sendo um assinado pelo juiz Miguel Thomaz Pessoa de Apucarana e outro enviado pelo Banco Moreira Salles de Maringá. E um de 29 de julho, enviado pela Associação Comercial de Maringá.

Figura 18: Ofício enviado à CMNP pelo Banco Moreira Salles (22/07/1953)

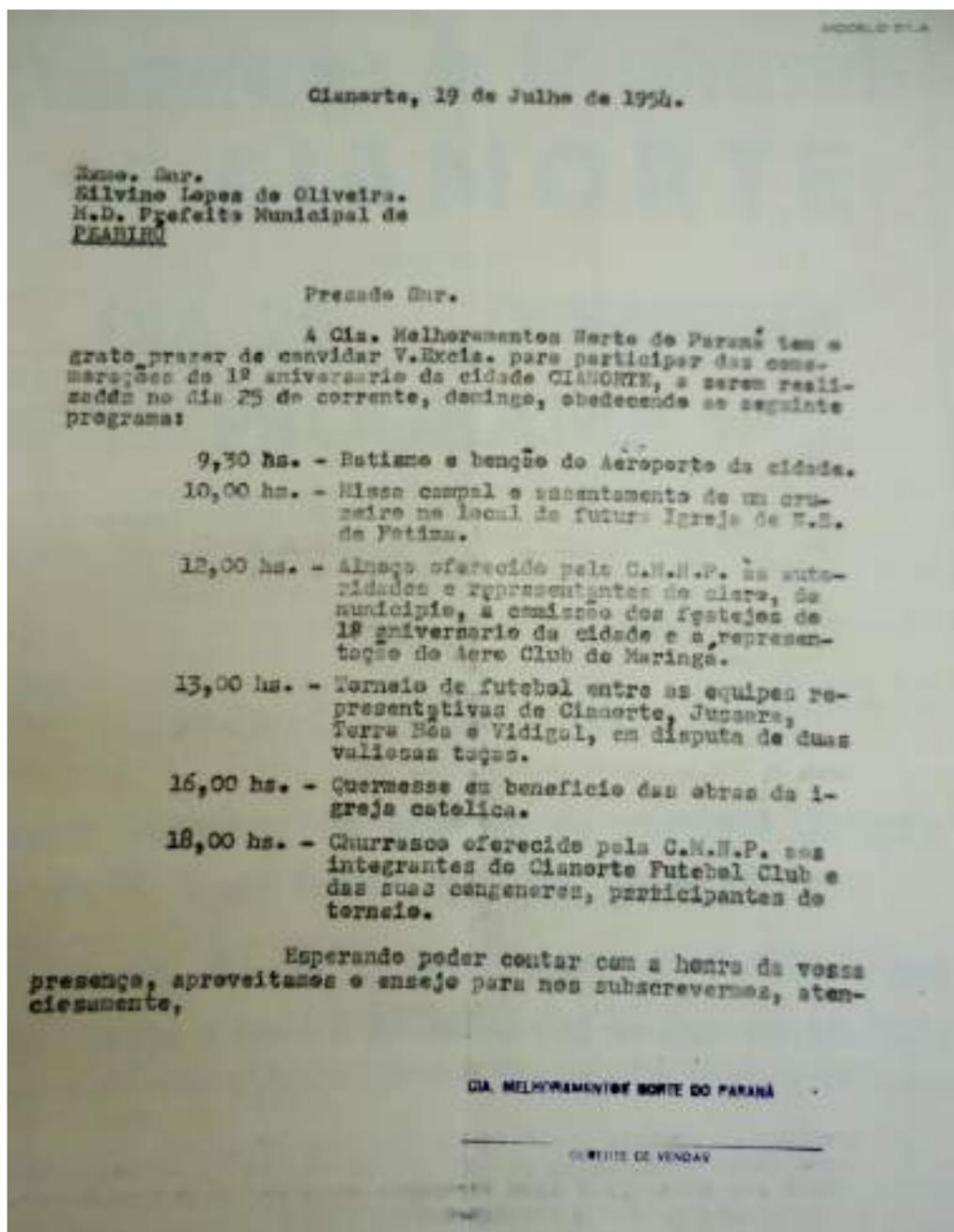


Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE CIANORTE.

Ainda de 1953, há uma lista de 5 de agosto, com a relação datilografada das pessoas que trabalharam no churrasco de inauguração de Cianorte e o pagamento por elas recebido. A maioria recebeu Cr\$ 100,00. A CMNP dispendeu um total de Cr\$ 6.500,00 em mão de obra. E um manuscrito sem data, acerca das despesas do mesmo churrasco, contendo o valor pago pela propaganda aos jornais “Maringá Jornal”, “O Jornal”, “Folha de Londrina”, “A Hora” e à “Rádio Cultura de Maringá”. Gastos com tipografia, autofalantes em Jussara, Peabiru e Campo Mourão, e outros materiais. Além do custo com alimentação (carne, pão, linguiça e coelho). E anotações sobre propaganda gratuita no Aero Clube Maringá e no Avião Londrinense.

Dos ofícios de 1954, há um de 17 de julho, expedido pela CMNP, como indica um carimbo no fim da página, convidando Hermann Moraes Barros, para o primeiro aniversário de Cianorte e a inauguração do aeroporto. E dois de 19 de julho, também convites da CMNP, endereçados a Domingos Camargo Ribas, presidente da Câmara Municipal de Peabiru e a Silvino Lopes de Oliveira, prefeito de Peabiru. Ambos trazem a programação das festividades.

Figura 19: Convite da CMNP ao prefeito de Peabiru, Silvino Lopes de Oliveira (19/07/1954)



Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE CIANORTE.

De 11 de julho de 1955, temos uma lista com o nome e função dos membros da Comissão Organizadora dos Festejos Comemorativos do Aniversário de Cianorte. E de 24 de agosto de 1955, o balancete dos festejos comemorativos do 2º aniversário de Cianorte, que inclui o valor da arrecadação efetuada entre os comerciantes da cidade (Cr\$ 5.060,00), a doação de uma faixa pela CMNP (Cr\$ 225,00), a lista detalhada das despesas (Cr\$ 5.285,00) e a assinatura do tesoureiro, Edori Neneve e demais membros da comissão.

Figura 20: Comissão organizadora dos festejos comemorativos do aniversário de Cianorte (11/07/1955)

COMISSÃO ORGANIZADORA DOS FESTEJOS
COMEMORATIVOS DO ANIVERSÁRIO DE
C I A N O R T E

C.M.N.P -
Paulo de Moraes Barros Neto, Dr. (sessão cívica)

Comercio -
Haruabe Sasaki (ornamentação festiva)
Odory Heneve (idem)

Esporte -
Wilson Ferreira Varella (futebol)

Grupo escolar -
Antonio Gaviólli (Jogos infantis)

Igreja católica -
Arlindo Pagani (construção, missa, etc.)
Primo Manfrinato (quermesse)

Igreja Luterana e Escola evangélica -
Agnele Corrêa de Castilho, Prof. (desfile, fanfar
jogos infantis)

Membros -
Benedicto Pereira (propaganda e convites)
Douglas Gervasio, Dr. (sessão cívica)
Ovídio Luis Fransoni, Dr. (idem)

Cianorte, 11 de Julho de 1955.

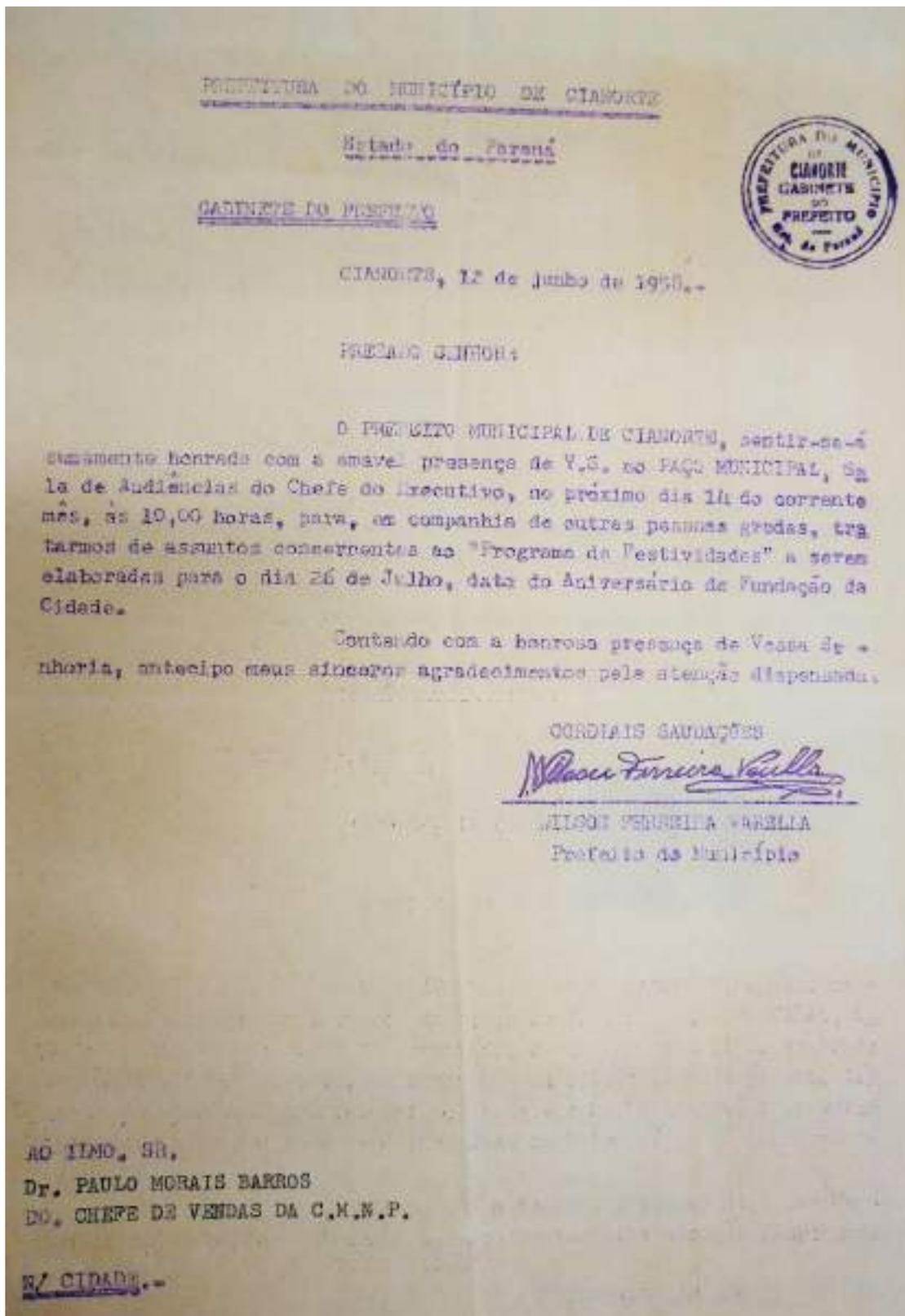
Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE CIANORTE.

O ofício de 25 de julho de 1957 enviado pela Igreja Independente Luterana ao Dr. Paulo Moraes Barros, chefe de vendas da CMNP, convida-o para tratar das festividades do aniversário da cidade. O ofício de 12 de junho de 1958 do prefeito Wilson Ferreira Varela destinado ao Dr. Paulo Moraes Barros, trata do mesmo assunto.

O ofício de 3 de julho de 1961 do “Jornal de Maringá” destinado a Paulo Moraes Barros Neto, apresenta o jornalista Aly Silva, responsável pela elaboração da edição de aniversário de Cianorte. De 24 de abril de 1963, temos a relação dos convidados a participar da comissão executiva dos festejos de aniversário da cidade. De 15 de junho de 1963, o ofício da comissão de Instalação da Comarca de Cianorte, enviado à diretoria do Banco sul americano do Brasil S/A São Paulo, solicitando uma contribuição de 100 mil cruzeiros. E de 10 de julho de 1975, o ofício da “Comissão dos Festejos”, solicitando à CMNP, verbas para premiação das provas

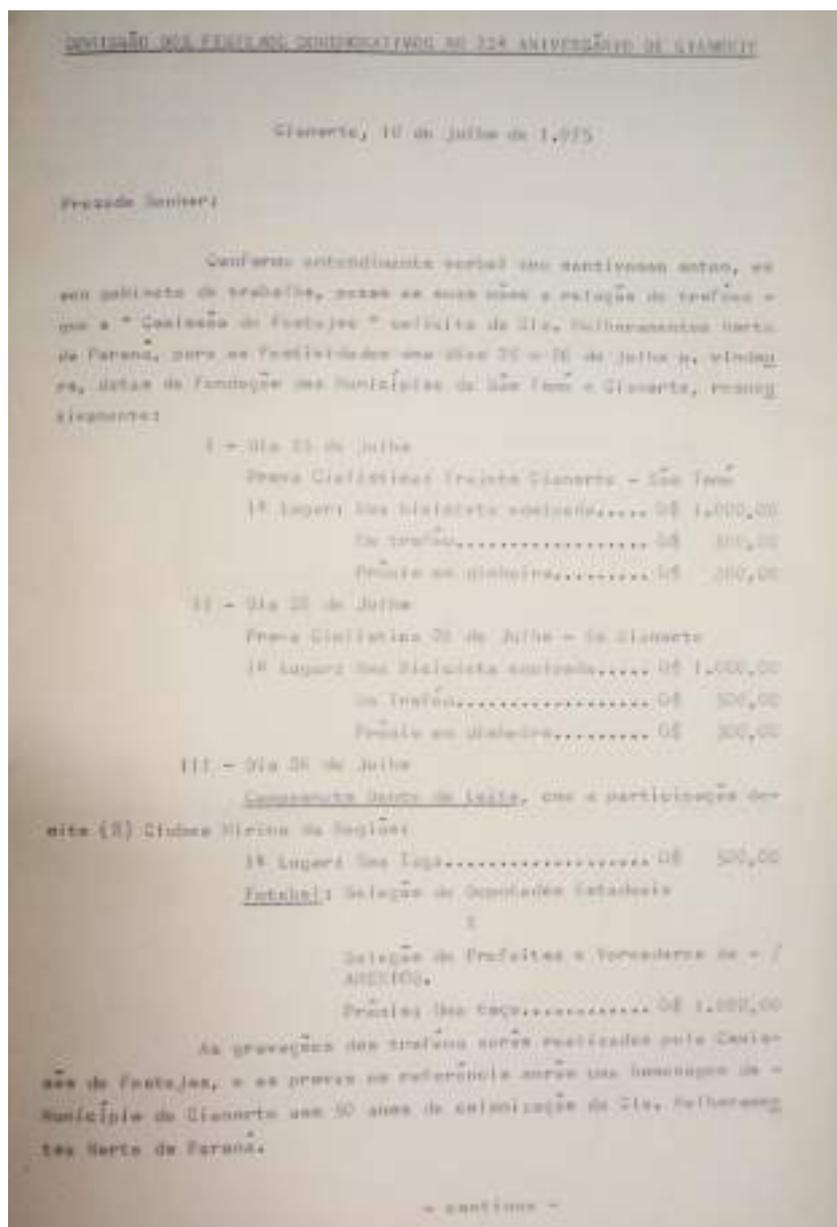
ciclísticas e campeonatos de futebol, da comemorações do 22º aniversário de Cianorte.

Figura 21: Ofício do prefeito Wilson Ferreira Varella a Paulo Morais Barros, chefe de vendas da CMNP (12/07/1958)



Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE CIANORTE.

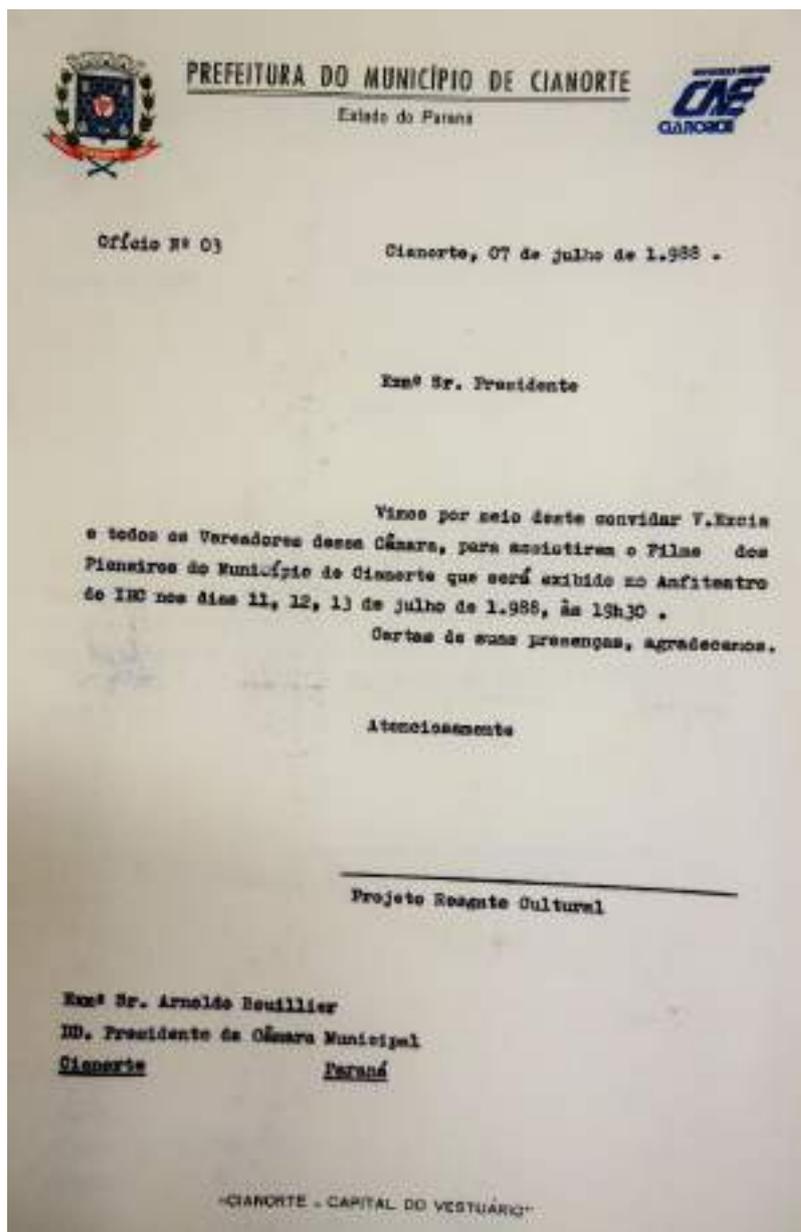
Figura 22: Ofício da “Comissão dos Festejos” destinado à CMNP (10/071975)



Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE CIANORTE.

Por fim, quatro ofícios, de 07 de julho de 1988, do Projeto Resgate Cultural, convidando as famílias dos pioneiros para assistirem ao “Filme dos pioneiros de Cianorte”, a ser exibido nos dias 11, 12 e 13 de julho, no Anfiteatro IBC, às 19h30m. O ofício nº 3, destina-se ao senhor Arnoldo Rouillier, presidente da Câmara Municipal de Cianorte. O nº 4, à senhora América Turbay Polônio, de Cianorte, em homenagem ao seu saudoso pai, Albino Turbay. O nº 5, ao senhor Sohizuko Shinoara, de Cianorte, em homenagem a sua saudosa mãe, Yoneko Shinoara. O nº 6, à senhora Almeceir H. Esperidião, de Londrina, em homenagem ao seu saudoso esposo, Nelson Esperidião. Nenhum dos ofícios foi assinado.

Figura 23: Convite à Câmara Municipal para assistir ao “Filme dos pioneiros de Cianorte” (07/07/1988)



Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE CIANORTE.

1.4.2. Panfletos

Os panfletos trazem os programas das festividades comemorativas dos aniversários de Cianorte, realizadas aos domingos. Os panfletos datam de 25 de julho de 1954, 24 de julho de 1955, 26 de julho de 1956, 26 de julho de 1957, 26 de julho de 1958, 26 de julho de 1960, 26 de julho de 1968 e de 26 de julho de 1973.

A programação do panfleto de comemoração do primeiro aniversário de Cianorte, de 25 de julho de 1954, consiste em duas missas, intercaladas pela inauguração do aeroporto, seguido

do torneio de futebol. Em destaque, nos dias 24 e 25, uma quermesse em benefício da construção da Igreja Nossa Senhora de Fátima (atual igreja matriz). E, no dia 24, uma novena.

No segundo aniversário de Cianorte, em 1955, o panfleto traz uma programação mais extensa que consiste em: alvorada; missa campal, escola dominical, escola evangélica, desfile escolar precedido de fanfarra; concurso de bicicletas ornamentadas; jogos infantis entre os alunos do grupo escolar e da escola evangélica; batizados realizados pelo vigário de Peabiru; ação de graças na Igreja Evangélica da Vila Operária, entrega de prêmios aos primeiros classificados do concurso ciclístico; jogo de futebol entre as equipes do Cianorte Futebol Clube e de Maringá, com direito a uma taça; e serviço especial comemorativo na Igreja Evangélica. A ser realizada entre as 5h e as 20h do dia 24 de julho, domingo. Sábado e domingo, Quermesse em prol das obras da Igreja Nossa Senhora de Fátima.

O panfleto do terceiro aniversário da fundação de Cianorte, de 26 de julho de 1956, contém o seguinte programa, que se estende das 18 horas às 20 horas: alvorada, desfile dos alunos das escolas locais, missa campal realizada pelo bispo diocesano Dom Manoel Kocner, bênção do Paço Municipal, jogos no Colégio Cianorte e no Estádio Municipal, partida de futebol entre as equipes do Melhoramentos F.C. de Maringá e E.C. Cianorte, em disputa de uma taça fornecida pela CMNP, Quermesse em benefício da Igreja Nossa Senhora de Fátima.

O panfleto de 1957, apresenta o programa de festividades do quarto aniversário de Cianorte, em 26 de julho, das 6 horas às 18 horas: Alvorada festiva, hasteamento da Bandeira na Praça Moraes de Barros, desfile escolar, missa campal em frente ao Paço Municipal, sessão solene na Câmara dos Vereadores, almoço oferecido às autoridades presentes, encontro futebolístico entre o M.E.C. de Maringá e E.C.C. de Cianorte. No dia 25, baile em benefício da Liga Feminina Pró-Infância de Cianorte.

Em 25 de julho de 1958, o programa das festividades do quinto aniversário da fundação de Cianorte começa cedo, às 4 horas da manhã, com alvorada e salva de fogos de morteiros e fanfarra. Segue-se alvorada festiva com a banda municipal de Apucarana, missa campal em frente à Igreja Matriz, concentração escolar na Praça Antonio de Moraes Barros, hasteamento da bandeira e oração, desfile escolar, visita às obras do Grupo Escolar de Cianorte, Inauguração do Clube Associação Cultural Esportiva de Cianorte, Concentração Evangélica no Cine Cianorte, tarde esportiva no estádio do C.A.F.E, descida da bandeira e, anotado à caneta, “19:00 – baile dos japoneses – ACEC”. O encerramento, às 20 horas, com espetáculo Pirotécnico na Praça Gastão Vidigal.

O panfleto de 1968, referente às comemorações dos 15 anos de Cianorte, cuja extensa programação se estende por três dias, 26, 27 e 28 de julho, é reproduzido a seguir:

Figura 24: Programa das comemorações do 15º aniversário de Cianorte (26/07/1968)

CIANORTE

1953
JULHO
DIA 26

15 anos de Progresso

1968
JULHO
DIA 26

“A cidade de CIANORTE é um exemplo de NOBREZA”

PROGRAMA

Dia 25 às 20,00 horas	- Jantar festivo no Rotary Clube - Cianorte Hotel
Dia 26 às 5,00 horas	- Alvorada festiva com a participação da Corporação Musical Cianortense, sob a regência do Maestro Ladislau Petreca.
5,30 horas	- Programação da Rádio Porta Voz
9,00 horas	- Missa Campal em frente a Prefeitura Municipal.
9,30 horas	- Início das competições Atleticas e jogos no Ginásio La-salle - Vôleibol Femenino , Estadual x N. S. do Rosário - Quadrangular de Vôleibol , Agrotecnica (Juzara) x G. E. Machado de Assis (Itaitubá) - C. E. La-Salle x Conjunto G. C. - Basquetebol , Veteranos x Esporte Clube Porto - Quadrangular futebol de Salão , Banestado x Bradesco - Escritório Brasil x Escritório Buzéle.
10,00 horas	- Desfile de máquinas: Prefeitura Municipal, Cia, Melhoramentos Norte do Paraná e Cias, de Asfalto Maringá a Cianorte.
12,00 horas	- Palestra na Rádio Porta Voz.
16,00 horas	- Sensacional prova ciclística - 11 etapas, partida saindo de Londrê, no Posto São Cristóvão, visando para It. Paraná, incluindo It. Santa Catarina, contornando a zona Morais de Barros, seguindo de Londrê. Depois saindo de Londrê.
20,00 horas	- Culto Evangélico na Praça Moraes de Barros
20,30 horas	- Quadrangular de futebol de Salão no Ginásio La-Salle - Agrotecnica de Itaitubá x Celas do La-Salle - Híppies (Cianorte) x Gema (Cianorte)
22,00 horas	- Baile no “Cianorte Clube”
Dia 28 às 15,00 horas	- Sensacional partida interestadual S. E. PALMEIRAS (São Paulo) com seus titulares versus C. A. F. E. campeão da Primeira Divisão Série Norte.

Observações: Aos campeões e vice-campeões, serão ofertadas medalhas e troféus comemorativos à data, oferecidos da Cia, Melhoramentos Norte do Paraná e Cia. Antares-Paulista, de Paulo Gosca.

SALVE “A CAPITAL DO IVAI”

Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE CIANORTE.

O programa do 20º aniversário de Cianorte, datado de 26 de julho de 1973, inicia-se às 6 horas com a alvorada. Ao que se segue: inauguração da rodoviária, missa campal, chegada das autoridades, inauguração do Tiro de Guerra, chegada do Escrete do Rádio, desfile, jogo entre Escrete do Rádio e Seleção Veteranos da Região, apresentação em praça da Orquestra Cassino Sevilla. E finda-se às 20:30, com um show pirotécnico.

1.4.3. Telegramas

Os três telegramas são endereçados a CMNP, datados de 1956 e remetem ao aniversário da cidade. Um telegrama de 24 de novembro, de Paulo Moraes Barros, sobre o nome do aeroporto. Um enviado por Douglas Gervásio, parabenizando pelo aniversário de Cianorte. E um telegrama urgente para Paulo Moraes Barros, escrito por Herman Morais Barros, a respeito do nome do aeroporto da cidade.

Figura 25: Telegrama de Herman Morais de Barros (1956)



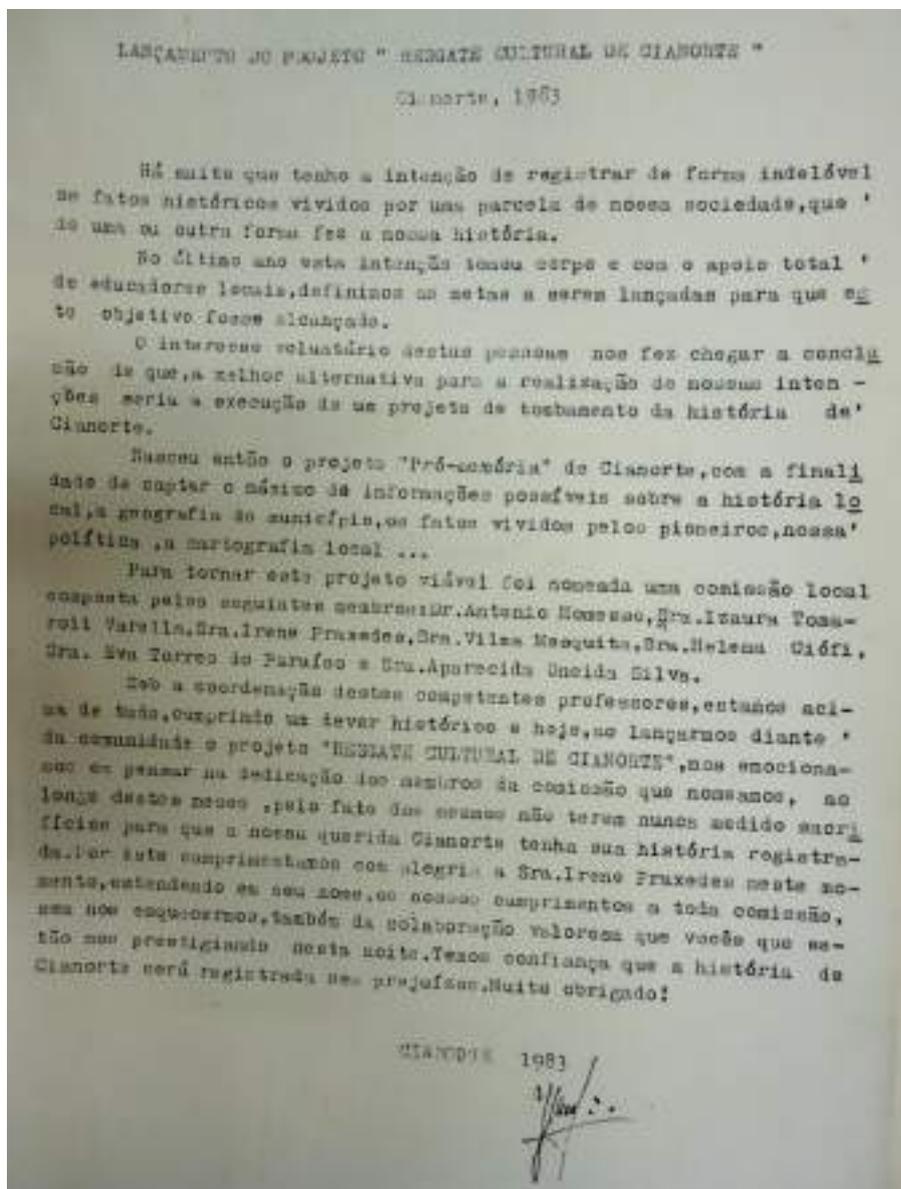
Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE CIANORTE.

1.4.4. Ata

A única ata data de 26 de agosto de 1955 e anuncia a candidatura de Wilson Ferreira Varella para prefeito. Onde lê-se que ele deveria abster-se de “fazer política”, visto que seu

1.5. Projeto Resgate Cultural de Cianorte

Figura 27: Lançamento do Projeto Resgate Cultural de Cianorte (1983)



Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE CIANORTE.

Este documento de 1983, assinado pelo prefeito Jorge Moreira da Silva, anuncia o lançamento do Projeto Resgate Cultural de Cianorte e nomeia uma comissão para realizar o levantamento de informações sobre a história local, a geografia do município e os fatos vividos pelos pioneiros. Dentre os membros nomeados, destacam-se as professoras Helena Cioffi, Irene Gimenes Praxedes, Izaura Aparecida Tomaroli Varella e Wilma Kobayashi Mesquita, que coordenaram a pesquisa e, a partir dela, organizaram o livro "Cianorte, sua história contada pelos pioneiros", lançado em 1995.

Com os contratos assinados entre a prefeitura e as professoras, encontrados no Centro de Eventos Yoshito Mori, juntamente com os demais documentos, e a entrevista realizada com Izaura Varella, é possível reconstituir a trajetória do Projeto Resgate Cultural. De acordo com Izaura Varella (2018), a iniciativa partiu dela, que atentou para o fato de os pioneiros da cidade serem idosos e sua memória estar se perdendo. A ideia surgiu por volta de 1975, após ela ser nomeada diretora da Escola Estadual Dom Bosco, quando conheceu o senhor Karol Kopzynsk. Ela conversou com Irene Gimenes Praxedes, que de início se mostrou relutante. Depois as duas decidiram convidar Helena Cioffi e Wilma Kobayashi Mesquita, para realizarem as entrevistas.

E um dia, eu pedi para uma pessoa vir fazer uma obra lá no colégio, e ele falou assim: “nossa, andei tanto pelo mato por aqui”. E eu falei, como é seu nome? “Meu nome é Karol Kopzynsk”. E eu falei, o senhor é pioneiro aqui na cidade? “Eu me lembro que na época era mato, era tudo mato aí, né?” E eu falei, nossa, aqui era mato e o senhor andava pela picada? “É sim, eu recolhia lenha...” E não sei o que, e ia procurar serviço, que era pedreiro. E eu falei, senhor Carol, vamos conversar mais sobre isso. E ele me contou toda a história dele. E, logo em seguida, o seu Karol, é... Passado algum tempo o seu Karol morreu. Mas eu falei com ele antes. Aí, a dona Irene dava aula, a dona Irene Gimenez Praxedes, dava aula de História no meu colégio, o Colégio Dom Bosco. A Wilma Kobayashi, ela dava aula aqui no Colégio Estadual, no Ginásio Estadual, mas era minha amiga. E a Helena Cioffi dava aula de História lá na... Não, ela era professora... Não era professora de História na época, ela era professora de primeiro grau, da escola primária, que também era minha amiga. Aí um dia eu conversei com a dona Irene que já era formada em História, já tinha, em 74, né? Já tinha vindo gente de fora, que ela não é pioneira, né? [...] Eu falei, dona Irene, eu estou vendo que o seu Karol está meio doente... Estou vendo que nós temos tantos pioneiros aqui na cidade. E esses pioneiros nunca foram entrevistados. Eles têm tanta coisa pra contar. Fiquei admirada com a história que seu Karol me contou. Aí tem fulano, tem ciclano... Comecei a me lembrar da quantidade de pessoas [...] Gente que derrubou mato na cidade. A gente está aqui, vamos perder. Daqui a pouco essas pessoas morrem. Que eram bem mais velhos que nós, né? E nós vamos acabar perdendo a oportunidade de gravar a história desses pessoal. “Ai, Izaura, deixa isso pra lá. Quem é que vai ajudar nisso aí, quem? Isso custa dinheiro. E eu falei, mas nós podemos arrumar um gravador e ir gravando. E guardar o material. Aí, aí ela falou: “então vamos convidar mais gente”. Aí chamamos a Wilma e a Helena. Fizemos uma reunião, que elas tinham interesse nisso, né? A Wilma era casada com um engenheiro da Companhia Melhoramentos. [...] Ele era engenheiro agrônomo. Então, ele andava muito pela zona rural. Então, ele tinha muito conhecimento da zona rural e da região de Cianorte por trabalhar dentro da Companhia Melhoramentos. [...] O nome dele é doutor Luís Mesquita. [...] Então, a Wilma tinha interesse porque ela tinha ligações com a Companhia, por causa do marido. E o Luís Mesquita era primo dos Mesquita proprietários do Banco Mercantil de São Paulo, que também foram fundadores da Companhia. [...] Tanto é que veio pra cá como engenheiro, na Companhia, por causa desse parentesco. Aí nós nos reunimos, tinha o interesse da Wilma, podia buscar muito material histórico junto à companhia. Tinha o interesse da Helena que era muito curiosa e ela conhecia muito bem a história da Igreja Católica e também Luterana da cidade. E tinha a dona Irene que era uma pessoa interessada, historiadora, uma mulher que

pegava uma coisa e terminava, não era de largar pela metade. Aí nós começamos a fazer algumas gravações assim, muito pouco profissional, bem amador mesmo, porque gravador era uma coisa rara naquele tempo. Considere por exemplo, que isso deve ter acontecido em torno de 1984, 85, por aí, quando nós conversamos pela primeira vez¹⁷ (VARELLA, 2018).

Um ofício de 14 de março de 1986 anuncia que o prefeito Jorge Moreira da Silva designou a “Comissão Pró-Memória”, responsável pelo “Projeto Resgate Cultural de Cianorte”, para buscar as raízes culturais da cidade, os fatos de sua evolução histórica e efetuar a coleta de objetos e documentos que ajudassem a contar sua história, incluindo entrevistas com pioneiros para obter dados biográficos, fatos pitorescos, econômicos, geográficos, sociais, políticos e religiosos¹⁸. Izaura conta como solicitou subsídio ao prefeito e como surgiu o nome do projeto:

E o prefeito nessa época era o Jorge Moreira da Silva. O primeiro mandato dele. [...] Assumi dia 1º de fevereiro de 83 e encerrou o mandato no dia 31 de janeiro de 89. [...] Na época eram seis anos. [...] Aí eu fui falar com ele. Mas fui sozinha. Falei, deixa eu sentir como é o seu Jorge. Eu já conhecia o Jorge Moreira, porque ele era uma pessoa muito fácil de você lidar. Era vizinho, tinha a loja Vigoreli, que era vizinho do bar do meu pai. Então a gente já se conhecia. [...] Ele me recebeu super bem. E falou assim: “o que você quer, Izaura?” Ah, eu vim aqui conversar com o senhor... A respeito de uma ideia que nós professores estamos tendo aí, não sei se o senhor vai apoiar... Quando eu contei que a gente queria escrever um livro para deixar a história de Cianorte marcada, ele levantou da mesa, ele me abraçou e falou: “meu Deus! Como você apareceu aqui?” Parecia uma novidade tão grande! Ele era uma pessoa muito sensível. Você olhava na mesa, ele tinha uma caixinha onde tinha pensamentos escritos. Uma palavra de um escritor... E todo dia ele chegava e tirava um pensamento. Muito romântico isso, né? E ele lia aquilo e parecia quer era o... começo do dia dele tinha que começar por aquela frase. E.. aí ele falou: “vamos tirar um pensamento aqui”. Ele abriu lá e leu: “o futuro está nas suas mãos”. Eu falei, nas minhas não, seu Jorge. Está nas tuas mãos. Por que é o senhor que vai decidir, se o senhor quer que a gente implante um projeto. “E como é que seria o nome desse projeto?” Ah, nós vamos resgatar a história! Vai ser cultura. Projeto... Resgate Cultural! Foi... Nasceu assim, sem planejar... Não foram as três que deram o nome... Foi decorrente de uma conversa com o prefeito. Como eu senti muita boa vontade por parte do prefeito, nós marcamos uma reunião com as outras três, e fomos lá. E ele falou: “eu financio o livro”. Vão fazendo a pesquisa, que a hora que o livro estiver pronto eu publico. E ele conseguiu publicar esse livro no outro mandato dele. Porque é de 1995, né? E porque logo em seguida ele foi substituído pelo Edno Guimarães. Em 1995, no segundo mandato do Jorge Moreira da Silva, que nós publicamos o livro (VARELLA, 2018).

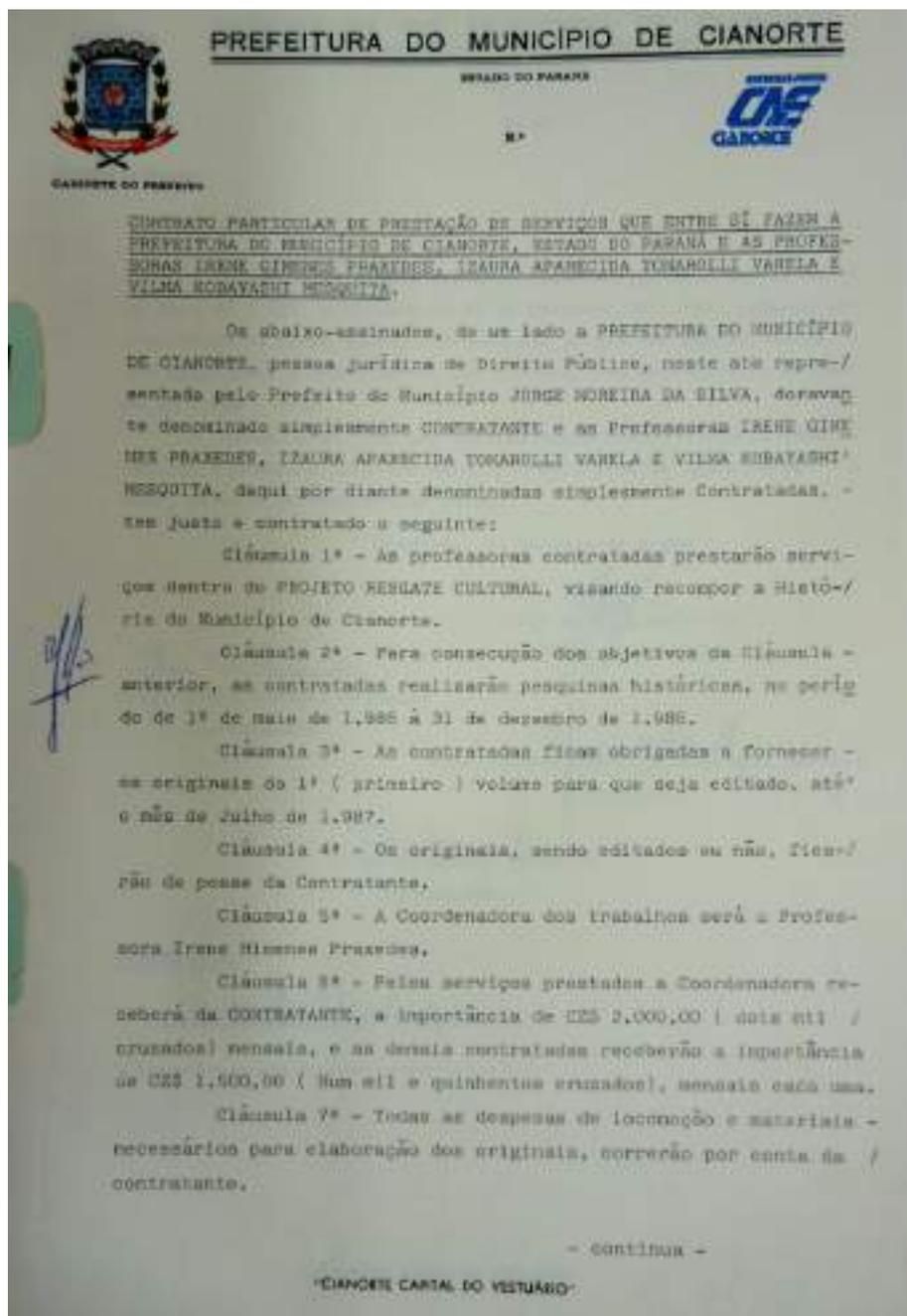
Três contratos de prestação de serviços firmados entre a Prefeitura de Cianorte e Irene Gimenes Praxedes, Izaura Aparecida Tomaroli Varella, Helena Cioffi e Wilma Kobayashi

¹⁷ Varella (2018) equivoca-se sobre a data da primeira reunião. O primeiro documento referente ao Projeto Resgate Cultural, que abre o presente capítulo, data de 1983. Portanto, a reunião ocorreu neste ano ou antes.

¹⁸ Infelizmente, este ofício não foi fotografado.

Mesquita, assinados pelas professoras e pelo prefeito Jorge Moreira da Silva¹⁹, evidenciam o apoio financeiro dado pelo poder público ao Projeto Resgate Cultural. Os contratos datam de 22 de maio de 1986, 31 de março de 1987 e 18 de janeiro de 1988. Foram redigidos com estrutura e cláusulas similares, embora haja certas distinções. Por exemplo, no primeiro contrato, não consta o nome de Helena Cioffi e, no último, Wilma Mesquita não foi citada.

Figura 28: Contrato de prestação de serviços firmado entre a Prefeitura e as professoras (22/04/1986)



Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE CIANORTE.

¹⁹ Varela (2018) alega que “Jorginho” mostrou-se muito entusiasmado com projeto e foi o prefeito que mais colaborou. E reclama que o prefeito seguinte, Edno Guimarães, não tinha interesse com as “coisa históricas”.

As primeiras cláusulas dos contratos de 1986 e 1987 estabelecem que as professoras prestariam serviços dentro do Projeto Resgate Cultural, visando recompor a história do município de Cianorte. Porém, o contrato de 1987 contém correções à lápis, substituindo a palavra “recompor” por “escrever” e incluindo “Geografia”, após “História”. A cláusula 1ª do contrato de 1988, exige que as contratadas apresentem formação em História e Geografia.

A duração média dos contratos é de seis meses, conforme citado na cláusula 2ª. No primeiro, lê-se: “as contratadas realizarão pesquisas históricas no período de 1º de maio a 31 de dezembro de 1986”. No contrato vigente entre 1º de abril e 7 de setembro de 1987, o trecho “realizarão pesquisas históricas” foi riscado e, acima, escrito à lápis: “se obrigarão a ter formação”. Provavelmente, a correção relaciona-se à formação profissional, exigida no contrato do ano seguinte. No último contrato, é fixado o período de 1º de janeiro a 31 de julho de 1988.

É interessante notar que somente o contrato de 1988 exija formação profissional, haja vista que o projeto tenha sido inaugurado em 1983. Podemos supor que se trate de uma solicitação das próprias professoras, como evidencia as anotações feitas à lápis no contrato de 1987. Izaura Varela (2018) conta que na época era graduada em Geografia e que Irene Gimenes Praxedes, Helena Cioffi e Wilma Kobayashi Mesquita eram formadas em História.

Todos os contratos determinam que os originais da pesquisa ficariam em posse da prefeitura. Contudo, apenas o contrato de 1986 estabelece um prazo, em sua cláusula 3ª: “as contratadas ficam obrigadas a fornecer os originais do 1º (primeiro) volume para que seja editado, até o mês de Julho de 1987”. De certo, as professoras não conseguiram cumprir o prazo. Por isso, nos contratos seguintes, na cláusula 3ª, lê-se: “os originais, sendo editados ou não, ficarão de posse da contratante”. O mesmo aparece na cláusula 4ª do primeiro contrato.

Estas cláusulas explicam o porquê de os rascunhos do Projeto Resgate Cultural terem sido localizados no acervo/depósito da Divisão de Cultura da Prefeitura de Cianorte quase 30 anos depois de serem entregues pelas professoras. Infelizmente, nada foi escrito sobre o tempo que deveriam permanecer arquivados. Se bem que se tivesse algum contrato especificando isso, desapareceria junto com todos os documentos.

A cláusula 5ª dos contratos de 1986 e a cláusula 4ª dos contratos de 1987 e 1988, nomeiam a professora Irene Gimenes Praxedes como coordenadora dos trabalhos. Na cláusula 6ª do contrato de 1986, lê-se: “Pelos serviços prestados, a Coordenadora receberá da Contratante a importância de Cz\$ 2.000,00 (dois mil cruzados) mensais e as demais contratadas, Cz\$ 1.500,00 (hum mil e quinhentos cruzados) mensais cada uma [sic]”. A cláusula 5ª do contrato de 1987 determina que a coordenadora receberia 4 mil cruzados mensais e as demais, 3 mil cruzados mensais. Por fim, a cláusula 5ª do contrato de 1988 mostra que a coordenadora

receberia 8 mil cruzados mensais e as demais, 6 mil cruzados mensais cada.

Varella (2018) afirma veementemente nunca ter recebido um centavo da Prefeitura. Após ver os contratos que confirmam que as professoras receberam tal remuneração, ela se justifica dizendo que preferia doar sua parte, por não achar correto receber dinheiro público, por ser vereadora na época. E ressalta que as colegas tiraram dinheiro do próprio bolso para poder entrevistar pessoas que moravam em outras cidades. Contudo, na cláusula 7ª do contrato de 1986 e na cláusula 6ª dos contratos de 1987 e 1988, lê-se: “Todas as despesas de locomoção e de materiais necessários para a elaboração dos originais, correrão por conta da Contratante”. À isto, ela responde que o dinheiro era pouco e nem sempre cobria os gastos

As últimas cláusulas dos contratos são iguais. Apontam o período de vigência, que poderiam ser rescindidos desde que uma das partes avisasse com dez dias de antecedência, datas, assinaturas do contratante, das contratadas e de uma ou duas testemunhas.

1.5.1. “Cianorte, sua história contada pelos pioneiros”

A pesquisa do Projeto Resgate Cultural resultou no livro “Cianorte, sua história contada pelos pioneiros”, impresso em setembro de 1995, pela Gráfica Ideal de Maringá, com tiragem de dois mil exemplares, distribuídos gratuitamente pela Prefeitura Municipal de Cianorte. Com uma breve introdução de quatro páginas, divide-se em seis capítulos, totalizando 444 páginas.

O capítulo I, intitulado “Aspectos físicos e humanos” (p. 5-66), foi escrito por Izaura Aparecida Tomaroli Varella; o II, “Colonização e economia” (p. 67-176), por Wilma Kobayashi Mesquita; o III, “Administração, transporte, comunicações e segurança” (p. 177-297), por Helena Cioffi; o IV, “Aspectos sociais e culturais” (p. 299-400), por Irene Gimenes Praxedes; o V, “Entidades e Serviços” (p. 401-417), por Wilma Kobayashi Mesquita; e o capítulo VI, “Curiosidades e fatos pitorescos” (p. 419-440), escrito por Izaura Aparecida Tomaroli Varella.

O livro menciona o projeto em algumas passagens, a começar pelos agradecimentos: “Nossas homenagens e agradecimentos a Jorge Moreira da Silva, prefeito municipal de Cianorte, que no seu primeiro mandato criou o Projeto Resgate Cultural e deu todo apoio à equipe que escreveu este livro”. E na introdução, na qual as autoras asseguram que a narrativa que produziram “representa com exatidão o perfil de sua época” (CIOFFI, PRAXEDES, MESQUITA, VARELLA, 1995, p. 2), pois trata-se de uma:

[...] história documentada, primeiramente, pelo relato pessoal dos pioneiros que viveram os fatos aqui narrados e confirmada pela pesquisa realizada nos arquivos dos órgãos públicos municipais, nos jornais, na Companhia

Melhoramentos Norte do Paraná, nos cartórios oficiais da cidade, nas igrejas, nas entidades, no fórum, no IBGE, etc. [...] Estamos livres das amarras da cientificidade, mas não nos afastamos da verdade contida nos fatos. Não escrevemos uma história para agradar este ou aquele pioneiro, muito menos demos interpretação pessoal ao longo destas páginas. Quisemos apenas ser porta-vozes da história que se perdia a cada morte de um pioneiro. Marcadas por esta preocupação e, por sermos também pioneiras, nos reunimos, um grupo de professoras composto por três historiadoras **Helena Cioffi, Irene Gimenes Praxedes e Wilma Kobayashi Mesquita** e uma geógrafa **Izaura Aparecida Tomaroli Varella** e demos um nome ao nosso trabalho “**Projeto Resgate Cultural de Cianorte**”. Sob essa égide, buscamos anos a fio, coletar o maior número de informações possíveis (CIOFFI, PRAXEDES, MESQUITA, VARELLA, 1995, p. 2, grifos das autoras).

A introdução deixa claro que as professoras não se preocuparam em seguir os parâmetros acadêmicos. “Não tivemos a intenção de tornar este livro um compêndio técnico, repleto de dados difíceis de assimilar. Pelo contrário, [...] com simplicidade, quisemos oferecer uma leitura agradável, mas compromissada com dados fidedignos e confiáveis” (CIOFFI, PRAXEDES, MESQUITA, VARELLA, 1995, p. 1).

A ênfase nos ideais de compromisso com a verdade, reprodução fiel dos fatos e imparcialidade, comprova que se trata de uma obra vinculada à história tradicional (positivista ou metódica) – exceto pela dispensa dos métodos científicos. As professoras exaltam os “heróis”, os grandes nomes da CMNP, pioneiros que desbravaram a região, políticos e membros da alta sociedade cianortense. E alegam ter deixado as fontes “falarem por si mesmas”:

Foram longos anos de pesquisa nos poucos documentos disponíveis capazes de comprovar os fatos. [...] Filmamos, gravamos, datilografamos longas e inúmeras entrevistas tão ricas, tão belas, que a transcrição dos trechos das mesmas acabou imprimindo a tônica e principal característica deste livro. Nossas palavras não seriam melhores do que as próprias palavras do pioneiro que viveu o momento, que vislumbrou e fez a história (CIOFFI, PRAXEDES, MESQUITA, VARELLA, 1995, p. 1).

Dentre as fontes citadas, ressaltamos a pesquisa feita na Companhia Melhoramentos, devido à influência que sua publicação, “Colonização e desenvolvimento do Norte do Paraná” (1975), exerce na obra. De forma acrítica, as professoras reproduzem aspectos do discurso da CMNP (1975), como a fertilidade do solo; a garantia do lucro e direito de propriedade; a não existência de conflitos pela posse da terra na área colonizada; a venda de terras em pequenos lotes; a realização de uma reforma agrária no norte do Paraná; dentre outros.

Além da organização da empresa, da fertilidade do solo, é inegável que outra razão para o êxito da colonização: foi o espírito desbravador, a vontade de vencer que sustentou o trabalho de todos os pioneiros que afluíram para a região, atraídos pelas perspectivas de liberdade e empreendimento

(MESQUITA, 1995, p. 78).

Este discurso permeia as entrevistas, principalmente as concedidas por funcionários da empresa. Conforme Paulo de Moraes Barros Neto (1984), diretor da CMNP e gerente do escritório de Cianorte: “Os títulos da Companhia são tão seguros, sempre inspiraram tanta confiança, que é um dos orgulhos da Companhia exatamente esse de não haver questões de terras dentro da imensa área que representa a colonização da Companhia”. Relatos como este são citados no livro, reforçando o que Arias Neto (1998) chama de “mito do Norte do Paraná”. Como o depoimento de Pedro de Garcia Abreu, engenheiro da CMNP, do qual reproduzimos um trecho. A primeira citação provém da transcrição de sua entrevista e a segunda do livro:

Nas terras da Companhia nunca houve violência, devido a honestidade da Companhia. Ela comprou títulos dessas terras, acho que é o equivalente a mais ou menos a 1/8 do Estado. E dentro dessas terras nunca houve pânico. Comprou as terras do Estado, dos ingleses e depois já vinham intrusos aqui dentro e ela tornou a comprar as terras dos intrusos. Ou seja, ela tem dois títulos de uma mesma terra e, com isso, ela adquiriu tal confiança de seus clientes. As autoridades, às vezes, vendiam quatro ou cinco vezes a mesma terra, para vários compradores, aí ocorria o atrito [...]. Pra você ter uma ideia, a confiança que o pessoas tinha [sic] na Companhia, aqui na divisa com as terras devolutas do Estado, ali por Tapejara, por ali, era as terras da Companhia. E uma linha a seca do lado direito, o leste, e as terras devolutas do Estado, oeste, terras do mesmo padrão de qualidade as da Companhia bem mais caras. E mais, eu vi inúmeras e inúmeras pessoas interessadas em compra de terras, que preferia pagar três, quatro vezes mais por uma terra vendida pela Companhia, do que uma vendida pelo Estado, exatamente para evitar essas violências, essas coisas, porque elas sabiam que poderiam comprar mais barato, mas acabaria chegando lá e encontrando um terceiro, ou um primeiro, um já estabelecido ali, com título ou sem título (ABREU, s/d).

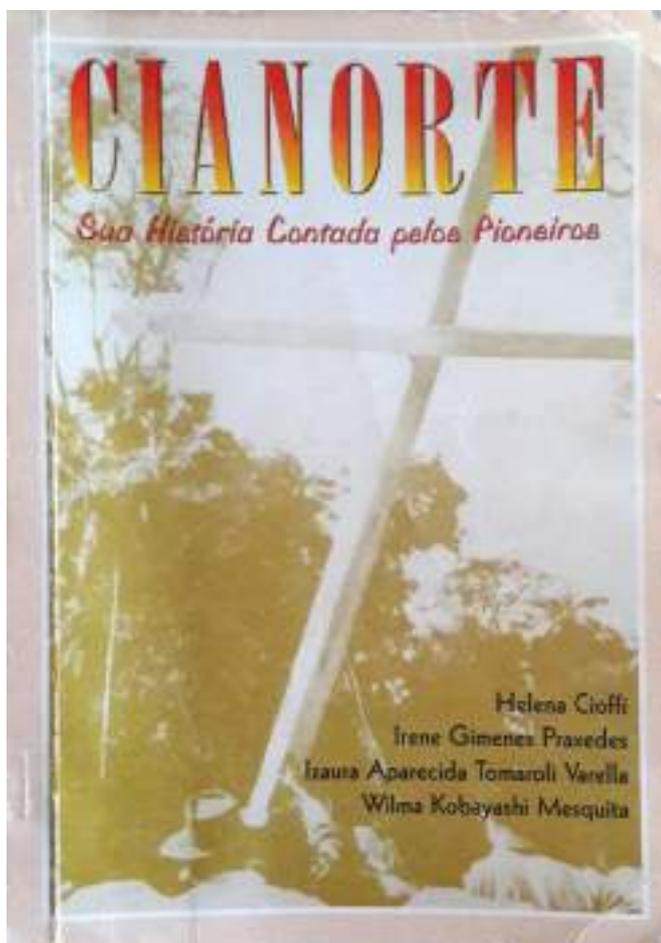
Nas terras da Companhia nunca houve violência. Ela comprou uma área equivalente a 1/8 do Estado. Comprou esses títulos do Estado, dos ingleses e depois de intrusos. Ela queria o negócio muito claro. Com isso, ela adquiriu a confiança de seus clientes compradores. O contrário aconteceu nas terras do Estado, vendidas em tabuleiro, isto é, o mesmo lote vendido várias vezes. Então, ocorriam os atritos porque um comprador vinha lá e encontrava alguém em suas terras, apresentando também um título. Aí saía briga, violência. Pra se ter uma ideia da confiança que o pessoal tinha na Companhia: a divisa com as terras devolutas do Estado é uma linha seca; as terras da Companhia do lado direito ou do leste e as terras devolutas do Estado (Tapejara) pro oeste. Terras do mesmo padrão de qualidade, as da Companhia bem mais caras, mas inúmeras pessoas interessadas em comprar terras, preferiam comprar três a quatro vezes mais por uma terra vendida pela Companhia do que uma vendida pelo Estado, exatamente para evitar essas violências, porque elas sabiam que poderiam comprar mais barato do Estado, mas acabariam chegando lá e encontrando um terceiro ou um primeiro já estabelecido ali, com título ou sem título (ABREU apud MESQUITA, 1995, p. 76).

As adaptações realizadas – a fim de tornar inteligível a narrativa de Abreu – mostram que as professoras não reproduziram os depoimentos tal qual foram transcritos (e, certamente, não os transcreveram como ouviram). Ao comparar as entrevistas com os trechos publicados, constatamos que não se trata de uma exceção. Analisamos outros casos nos capítulos ulteriores.

No decorrer da pesquisa, o livro “Cianorte, sua história contada pelos pioneiros” (1995) tornou-se uma das nossas principais fontes, por demonstrar como as professoras edificaram a versão oficial da história de Cianorte – ao escolher certas fontes em detrimento de outras e interpretá-las de acordo com determinada visão. Bem como, devido ao fato de o livro ter se tornado referência para outros trabalhos sobre a cidade, acadêmicos ou não.

Nem todas as fontes arroladas foram utilizadas, nem todos os entrevistados, citados – há várias passagens com relatos não referenciados, algumas com os dizeres “síntese de vários depoimentos”. A análise seria mais completa se a prefeitura não tivesse se desfeito do acervo. Ainda assim, é possível comparar o resultado do projeto com a documentação original e conhecer o processo desta construção, autointitulada como a “verdadeira” história de Cianorte.

Figura 29: Capa do livro “Cianorte, sua história contada pelos pioneiros” (1995)



Fonte: acervo pessoal.

CAPÍTULO II. HISTÓRIA ORAL E MEMÓRIA NA CONSTRUÇÃO DA HISTÓRIA OFICIAL DE CIANORTE

A História Oral importa para o desenvolvimento desta pesquisa, tanto como arcabouço teórico-metodológico de análise das entrevistas do Projeto Resgate Cultural, como ferramenta de preparação, execução e transcrição da entrevista realizada com Izaura Varella²⁰, uma das organizadoras do projeto e do livro que dele resultou “Cianorte, sua história contada pelos pioneiros” (1995). O que implica definir o que é História Oral, seus conceitos e usos na historiografia. Para tanto, valemo-nos principalmente do livro, “Usos e Abusos da História Oral” (2010), organizado por Marieta de Moraes e Janaína Amado, que reúne bons artigos sobre o tema, além de outros autores importantes.

Primeiramente, não obstante a legitimidade da História Oral já tenha sido defendida, tecemos alguns apontamentos acerca de sua importância e apresentamos um breve histórico de seu surgimento e usos em diferentes contextos. Em segundo lugar, buscamos definir o que é História Oral e descrever os conceitos dela derivados, como “arquivo oral”, “fonte oral”, “testemunho”, exemplificando como podem se encaixar na análise de nossas fontes de pesquisa. Em terceiro, discutimos técnicas de coleta de depoimentos e transcrição, verificando quais métodos foram adotados pelas professoras de Cianorte. Por fim, analisamos como a questão da memória vem sendo apreendida na História Oral, suas relações com a história, como pode ser conceituada e relacionada aos propósitos do Projeto Resgate Cultural.

A última parte é dedicada às concepções teórico-metodológicas que nortearam o estudo das demais fontes do Projeto Resgate Cultural que, assim como as entrevistas, contribuíram para a redação do livro. A partir da análise fenômeno das comemorações e de sua ligação com a memória, conceituamos o discurso que embasa a produção dos jornais, fotografias e outros documentos que remetem ao aniversário de Cianorte, da década de 1950 até a atualidade.

2.1. Um breve histórico da História Oral

Segundo Lozano (2010), a história oral já não tem que lutar constantemente para reivindicar um espaço no âmbito das ciências sociais, pois sua proposta metodológica adquiriu validade e competência. Atualmente, o que ela pretende é mostrar sua potência, sua riqueza, suas dúvidas, seus problemas, seus desafios e seus resultados. Entretanto, é necessário examinar

²⁰ VARELLA, Izaura. Entrevista concedida a Gelise Cristine Ponce Martins. Cianorte, 23 de agosto de 2018.

o caminho percorrido, antes de seguir adiante.

Desde o século XVII, a história se constituiu cientificamente, a partir da crítica da tradição oral e, mais genericamente, do testemunho. No início do século XX, a história acadêmica e científica e, por isso mesmo, oficial, fazia-se quase exclusivamente com base nos documentos escritos. Além da palavra escrita, nada havia de confiável ou de certa validade. A evidência oral era abertamente rejeitada. Na segunda metade do século XX, a reintrodução da fonte oral em países de tradição escrita não foi bem recebida pelos historiadores, salvo nos Estados Unidos, precursor nessa matéria (JOUTARD, 2010; LOZANO, 2010).

A primeira geração de historiadores orais, surgida nos Estados Unidos dos anos 1950, tinha o intento de coligar material para os historiadores futuros, estava do lado das ciências políticas e se ocupava somente dos notáveis. Não ficava à margem da história acadêmica, constituindo grupos particulares com suas instituições, sociedades, revistas e seminários. Em fins dos anos 1960, surge uma segunda geração, que teve como precursores sociólogos e antropólogos italianos próximos de partidos de esquerda, que se valiam da pesquisa oral para reconstituir a cultura popular. A história oral não mais se tratava de uma fonte complementar do material escrito, e sim de uma “outra história”, que dava voz aos “povos sem história”, iletrados, vencidos, marginais, operários, negros, mulheres. Uma história militante, à margem do mundo universitário, praticada por não-profissionais, feministas, educadores, sindicalistas, que se difundiu principalmente na Inglaterra, com Paul Thompson (JOUTARD, 2010).

Com a terceira geração, os anos 1980 se caracterizaram pela multiplicação dos colóquios internacionais, que permitiram a criação de uma comunidade de história oral. Foi um período de reflexões epistemológicas e metodológicas, no qual se contestou a ideia ingênua de que a entrevista permitia atingir diretamente a realidade, havendo inclusive uma profissionalização maior no tocante aos projetos de pesquisa oral e à sua utilização. A década de 1990 marca o advento da quarta geração, que vive naturalmente em um mundo de som e de oralidade. Influenciada pelos movimentos críticos pós-modernistas, nos Estados Unidos, traduziu-se na valorização da subjetividade (JOUTARD, 2010).

Hoje, a proposta metodológica da história oral é mais bem aceita e faz parte do arsenal técnico-metodológico de um número cada vez maior de historiadores e de outras disciplinas afins. Também é empregada por alguns grupos sociais interessados em construir suas próprias versões de seu acontecer histórico (LOZANO, 2010). No entanto, as hesitações quanto às modalidades de invenção do documental oral e de seu uso dão margem a certas ressalvas, visto que as imprecisões podem por em dúvida seu caráter científico (VOLDMAN, 2010).

Nos últimos anos, os historiadores orais vêm desenvolvendo métodos de entrevista e

abordagens analíticas que envolvem uma compreensão mais ampla das reminiscências e da identidade, e que sugerem novas maneiras de tirar proveito das memórias, em benefício da pesquisa histórica. Exploram a relação entre reminiscências pessoais e memória coletiva, entre memória e identidade e entre entrevistador e entrevistado. Estão tão interessados na natureza e nos processos de afloramento de lembranças, quanto no conteúdo das reminiscências que registram, e a relação entre as imagens e o conteúdo das reminiscências tornou-se de extrema importância na análise e no uso do testemunho oral (THOMSON, 1997).

2.2. História Oral: definições e contribuições

Como podemos definir a história oral? Como uma técnica, um método? Uma “ciência auxiliar”? Ou uma “outra história”? Lutz Niethammer (apud FRANÇOIS, 2010, p.6-7) alega que a história oral não é nada mais (e nada menos) do que uma “técnica de investigação própria da história do século XX”, uma ciência auxiliar que está para a história do tempo presente, como a arqueologia está para a história antiga. François (2010) acredita que essa definição negligencia o que a história oral pode trazer para o conhecimento de séculos mais remotos, ao tirar proveito de pesquisas sobre tradições orais e memória histórica.

François (2010) defende que a história oral é mais do que um simples aperfeiçoamento técnico ou um requinte metodológico. E, tampouco, trata-se de uma “outra história” ou uma “ciência auxiliar”. Já em 1980, os Annales levantaram a questão de saber se a história oral era uma “outra história”. Tal pretensão se sustentava especialmente nos países germânicos, onde a história oral era apresentada como uma história diferente, alternativa, livre e emancipadora, em ruptura com a história acadêmica institucional. Considerada inovadora por seus objetos, por dar atenção aos dominados, aos excluídos da história, à história do cotidiano e da vida privada, à história local e enraizada. E por suas abordagens, que preferiam uma “história vista de baixo”.

Para François (2010), nenhuma dessas razões justifica a pretensão de ser uma “outra história”. A adoção de novos objetos e abordagens constituem apenas um aspecto das redefinições metodológicas propostas pelos Annales. Logo, a história oral encontrou múltiplos impulsos, incentivos e exemplos fora dela²¹, adaptando-se à chamada Nova História. Lozano (2010) endossa o argumento de que a história oral não é uma simples técnica:

[...] A “história oral” é mais do que uma decisão técnica ou de procedimento; que não é a depuração técnica da entrevista gravada; nem pretende

²¹ A partir de meados do século XX, a História Oral tomou emprestado temas, problemas, métodos e técnicas que outras disciplinas sociais já haviam desenvolvido ao se defrontarem com depoimentos orais (LOZANO, 2010).

exclusivamente formar arquivos orais; tampouco é apenas um roteiro para o processo detalhado e preciso de transcrição da oralidade; nem abandona a análise à iniciativa dos historiadores do futuro. [...] É antes um espaço de contato e influência interdisciplinares; sociais, em escalas e níveis locais e regionais; com ênfase nos fenômenos e eventos que permitam, através da oralidade, oferecer interpretações qualitativas de processos histórico-sociais. Para isso, conta com métodos e técnicas precisas, em que a constituição de fontes e arquivos orais desempenha um papel importante. Dessa forma, a história oral, ao se interessar pela oralidade, procura destacar e centrar sua análise na visão e versão que dimanam do interior e do mais profundo da experiência dos atores sociais (LOZANO, 2010, p. 16).

Ao definir História Oral, José Carlos Sebe Bom Meihy (1994) destaca seus três ramos: História Oral de Vida, História Oral Temática e Tradição Oral. A História Oral de Vida remete ao registro da experiência pessoal, cuida de impressões e subjetividades. Metodologicamente, obedece a um procedimento conhecido por entrevistas livres, sem questionário ou perguntas diretamente indutivas. A História Oral Temática está vinculada ao testemunho e à abordagem de algum assunto específico. É um recorte da experiência como um todo e quase sempre concorre com a existência de pressupostos já documentados, colaborando para o preenchimento de “espaços vazios” nas versões já estabelecidas. Aborda questões externas, objetivas, factuais.

História Oral de Vida e História Oral Temática tratam de situações sincrônicas ao momento vivencial do depoente. Tradição oral, por estar atenta às transmissões do arcaico, percebe o indivíduo enquanto um veículo de transmissão de mitos e tradições antigas que transcende o depoente. É de todos os ramos o que mais se aproxima dos trabalhos de memória. O que diferencia Tradição Oral e memória coletiva são as formas de captação do relato e a vinculação do historiador com a colônia enfocada (MEIHY, 1994).

Em termos historiográficos, o ramo mais aceito da história oral é o temático. A História aos documentos escritos. Porém, Meihy (1994, p. 60) faz uma objeção a esse tipo de “mescla”, que deste modo se produz uma neutralização das fontes, nivelando-se a experiência relatada com a série de fontes escritas. Então, pergunta-se: “por que ir até o narrador? Apenas para complementar, comprovar, engrossar as informações que podemos colher de outras fontes?”

A História Oral Temática Híbrida é, obviamente, o ramo adotado pelo Projeto Resgate Cultural. As entrevistas obedecem a um roteiro e possuem um tema: a história de Cianorte. Aos entrevistados não se permite divagar livremente, sob o risco de serem interrompidos pela entrevistadora. Além das entrevistas, reuniu uma documentação escrita e imagética, encontrada no centro de eventos. Os depoimentos acabaram por complementar as fontes escritas, nas quais se baseou, principalmente, a redação do livro, “Cianorte: sua história contada pelos pioneiros”.

François (2010) apresenta três contribuições da história oral. A primeira é a relativização

da política. Na lembrança das pessoas entrevistadas (inclusive os militantes políticos), as determinantes essenciais são a faixa etária, o sexo, a crença religiosa, o bairro ou a profissão, sendo a política um elemento de superestrutura frágil e instância secundária. O que nos leva a questionar a importância dada aos depoimentos de políticos, na construção da história oficial de Cianorte. O Projeto Resgate Cultural priorizou as entrevistas de prefeitos e vereadores, em detrimento do testemunho de pessoas comuns, como se evidencia no livro “Cianorte: sua história contada pelos pioneiros” (1995).

A segunda contribuição é a importância do impacto cultural. Porque o potencial documental e heurístico da história oral vai além dos aperfeiçoamentos técnicos de uma simples “ciência auxiliar”, desembocando num verdadeiro salto qualitativo. François (2010) assinala que quaisquer que sejam as precauções críticas no emprego dos depoimentos orais, o contraste entre as limitações das raríssimas entrevistas (arrancadas sob violência judiciária, inquisitorial ou policial) ou histórias de vida (deixadas pelos que sabiam e tinham vontade de escrever) que encontramos nos arquivos, diante das possibilidades quase infinitas e a representatividade bem maior das entrevistas e histórias de vida suscitadas pela pesquisa oral.

A terceira razão faz com que a comparação com uma ciência auxiliar seja ainda menos convincente. Em contraste com a arqueologia ou a demografia histórica, a história oral não somente suscita novos objetos e uma nova documentação (os arquivos orais), como estabelece uma relação original entre o historiador e os sujeitos da história. Relação esta, diferente daquela que o historiador mantém com uma documentação inanimada, é de certa forma mais perigosa e temível. Pois uma testemunha não se deixa manipular tão facilmente quanto uma série estatística, e o encontro propiciado pela entrevista gera interações sobre as quais o historiador tem somente um domínio parcial (FRANÇOIS, 2010).

Segundo François (2010), a história oral, na medida em que se constitui num encontro com sujeitos da história, pode contribuir para reformular o problema da pertinência social da história, do lugar e do papel do historiador na cidade. O encontro entre historiador e depoente pode suscitar reações emocionais muito fortes. Como quando os entrevistados se veem confrontados com aspectos sensíveis (e enterrados) de sua juventude (pobreza, privação, dependência, incerteza do futuro etc.), o que lhes desperta a vontade de participar da pesquisa em curso – numa perspectiva emancipadora de recuperação de sua própria história e, portanto, de redescoberta de identidade – e leva os historiadores a se interrogarem sobre sua maneira de relacionar-se e comunicar-se com aqueles cuja história estão escrevendo.

Trata-se de uma experiência de dupla consequência. Por um lado, graças ao apelo feito às testemunhas e às autobiografias suscitadas, a constituição de um corpus documental sobre

um campo histórico mal conhecido. Por outro, a experimentação, pelos historiadores, de novas formas de intervenção e de comunicação à margem das formas habituais do ensino e da pesquisa, mais participativas do que acadêmicas, porém cientificamente tão rigorosas quanto as precedentes. Um exemplo bem-sucedido de história “participativa”, na qual o historiador não é só aquele que induz a um depoimento emancipador, mas quem faz com que esse depoimento não seja apenas individual e fechado sobre si mesmo (FRANÇOIS, 2010).

Ao entrevistar os primeiros habitantes de Cianorte, o Projeto Resgate Cultural valida a importância da memória individual e contribui para a formação de uma identidade coletiva, ligada ao ideal de pioneirismo. Bem como, fomenta o orgulho dos depoentes por terem participado da construção da história da cidade. Além de mostrar aos olhos do poder público, da população e das próprias professoras responsáveis pelo projeto, a relevância da história e do historiador, de seu papel articulador e conciliador da memória histórica.

Embora tenham constituído um corpus documental a partir das entrevistas com os pioneiros, o rigor científico da história participativa feita pelas professoras de Cianorte é questionável. Não obstante o Projeto Resgate Cultural tenha sido desenvolvido na década de 1980, quando a história oral se profissionalizou, e as professoras tivessem formação acadêmica, elas fizeram um trabalho amador, sem apoio de concepções teóricas ou técnicas de história oral. Pressuposto admitido pela própria Izaura Varella (2018) seu depoimento: “nós começamos a fazer umas gravações assim, bem pouco profissional. Bem amador mesmo. Porque gravador era uma coisa rara naquele tempo [...]”

Segundo Lozano (2010), fazer história oral significa, produzir conhecimentos históricos, científicos, e não simplesmente fazer um relato ordenado da vida e da experiência dos “outros”. Embora a história oral conserve uma espécie de rótulo de “segunda classe”, por causa da natureza da matéria-prima utilizada: a oralidade – vertida em depoimentos e tradições, relatos e histórias de vida, narrações, recordações, memória e esquecimentos etc., rotulados como elementos subjetivos, de difícil manejo científico; compartilha com o método histórico tradicional as diversas fases e etapas do exame histórico:

De início, apresenta uma problemática, inserindo-a em um projeto de pesquisa. Depois, desenvolve os procedimentos heurísticos apropriados à constituição das fontes orais que se propôs produzir. Na hora de realizar essa tarefa, procede, com o maior rigor possível, ao controle e às críticas interna e externa da fonte constituída, assim como das fontes complementares e documentais. Finalmente, passa à análise e à interpretação das evidências e ao exame detalhado das fontes recompiladas ou acessíveis (LOZANO, 2010, p. 16).

2.3. Concepções de História Oral e perspectivas de trabalho

Muitos historiadores se interrogam sobre a pertinência da expressão “história oral”. Já em 1980, Dominique Schnapper contestara seu uso, preferindo “arquivo oral”. Na América Latina, utiliza-se “fontes orais” de modo predominante, mas não exclusivo (JOUTARD, 2010). Para Danièle Voldman (2010), a expressão “história oral” se tornou inadequada e só deveria ser empregada para qualificar o período historiográfico dos anos 1950 aos 1980. Joutard (2010) prefere o termo “fontes orais” e considera a expressão “história oral” ambígua e inexata. Mas acredita que deva ser mantida, por ser simples e ter a antiguidade a seu favor. Ele concorda com Jean-Pierre Wallot, segundo o qual, a expressão “história oral” deve designar um método de pesquisa baseado no registro de depoimentos orais concedidos em entrevistas.

Faz-se necessário distinguir os termos “história oral”, “arquivos orais” e “fontes orais”. Ainda que a elucidação dessas diferenças não resolva todos os questionamentos, que em parte resultam da diversidade dos tipos de testemunhas e das categorias de depoimentos. Voldman (2010), classifica “história oral” como o método que consiste em utilizar palavras gravadas, quaisquer que sejam os modos de registro e as finalidades. “Arquivo oral” como um documento sonoro, gravado por um pesquisador em função de um assunto preciso, confiada a um organismo público (uma pessoa física ou jurídica), que possa ser consultado posteriormente nas condições legais habituais²². E “fonte oral” como o material colhido por um historiador para as necessidades de sua pesquisa, em função de suas hipóteses e do tipo de informações que precisa.

Quando um historiador trabalha sobre documentos gravados por outros, em contextos remotos ou totalmente diferentes de suas preocupações, estamos diante de um caso idêntico ao de qualquer tipo de arquivo. De fato, são simples arquivos sonoros (VOLDMAN, 2010). Nesta perspectiva, as entrevistas gravadas pelo Projeto Resgate Cultural nos anos de 1980, confiadas à prefeitura na década de 1990 e por nós hoje analisadas, podem ser classificadas como arquivos sonoros. Já entrevista realizada com Izaura Varela em 2018, com o objetivo de compreender o Projeto Resgate Cultural e o livro dele resultante, é uma fonte oral.

Segundo Julie Cruikshonk (2010), é problemático tratar relatos orais gravados como se fossem documentos escritos, que podem ser estocados agora e analisados mais tarde. O uso retrospectivo de tais documentos apresenta dificuldades, porque a compreensão dos contextos em que foram apresentados, das ocasiões que destacam e dos assuntos que abordam terá provavelmente se perdido. Porém, para Viviane Borges (2012), em entrevistas de histórias de

²² Sujeita às diretrizes previstas na Lei de Direitos Autorais brasileira (Lei 9.610/98, ou “LDA”) (BORGES, 2012).

vida ou temáticas, a subjetividade do depoente, os significados por ele atribuídos aos eventos, conferem legitimidade ao uso dessas fontes por outros pesquisadores. As fontes orais, como qualquer outra fonte, podem despertar diversas interpretações, novas leituras, outros olhares e diferentes usos quando empregadas em estudos distintos daquele que as originou.

A necessidade de discutir a constituição de fontes orais, arquivos orais e arquivos sonoros é certamente consequência das reverberações da História do Tempo Presente; história esta apreendida em pleno desenrolar dos fatos, frente a acontecimentos que se desencadeiam num fluxo sempre mais rápido que o historiador. Tentar explicar uma história ainda prenhe, buscando entender as fontes em pleno movimento, exige um repensar constante sobre os métodos utilizados, compondo um exercício de história imediata que implica ainda definições em seu fazer. Sob tal perspectiva, a utilização das falas gravadas por outros devem fazer parte das preocupações dos historiadores orais, tecendo novas possibilidades e desvelando os limites dessas fontes para a história do tempo presente. Tais reflexões permitem traçar novos caminhos para a disciplina, problematizando questões metodológicas e técnicas da história oral por nós hoje realizada e apreendida enquanto fonte (BORGES, 2012, p.675).

As perspectivas que se nos oferecem ao trabalharmos com fontes orais podem ser muito variadas, tanto pela qualidade das próprias fontes – a maneira de constituí-las – como pelo tipo de análise e resultados produzidos pela pesquisa. São diversas concepções ou modalidades de ação na prática da história oral. Lozano (2010) descreve a faceta técnica com duas variantes, o arquivista-documentalista e o difusor populista; e a faceta metódica com o estilo reducionista e o analista completo, que apresentamos brevemente.

Para os praticantes do estilo arquivista-documentalista, história oral significa criar e organizar arquivos de documentos transcritos procedentes de entrevistas gravadas, para sua utilização possível e futura por historiadores interessados em nossos tempos. Esses técnicos apressam-se em recolher a mais ampla gama de testemunhos orais e se dedicam a constituir numerosos e monumentais arquivos do que irremediavelmente se está perdendo, se não for resgatado e arquivado a tempo (LOZANO, 2010).

Para o difusor populista, a história oral é uma “alternativa” para divulgar a história daqueles que não foram registrados objetivamente nas histórias oficiais. Seus princípios os levaram a entrevistar e constituir amplos arquivos orais e a difundir o texto oral, tal qual é, sem um mínimo de interpretação ou tentativa de análise. Quando muito, esse técnico sistematiza, ordena, expõe e narra os acontecimentos, sem variar a lógica de exposição nem os torneios de frases próprios dos depoimentos. Menospreza a reflexão teórica, assume unilateralmente o papel de porta-voz dos “outros” e limita-se a explorar somente a técnica (LOZANO, 2010).

Os pesquisadores do estilo reducionista não valorizam a evidência oral em si mesma,

mas como apêndice agregado ou complemento, para a comprovação factual ou ilustração testemunhal, de uma série de postulados de caráter teórico pré-estabelecidos. A informação oral se transfigura num suporte interessante da evidência e das séries quantitativas tradicionais. Embora não neguem sua validade, só a utilizam em níveis restritos e de maneira ocasional, já que guardam certa desconfiança e receio diante dos produtores e usuários das fontes e dos arquivos orais. Não obstante suas limitações, essa forma de utilizar ou recorrer à evidência oral é uma das práticas mais difundidas na atualidade (LOZANO, 2010).

A faceta técnica pode ser observada, em partes, no Projeto Resgate Cultural. As professoras transcreveram as entrevistas e doaram-nas ao acervo da prefeitura, para que servissem a pesquisas futuras. Inicialmente, tinham por objetivo constituir um corpus documental, intuito que transparece no primeiro título do projeto: “Fontes Culturais para o Ensino”. Acabaram produzindo o livro “Cianorte: sua história contada pelos pioneiros” (1995), onde os depoimentos são citados, mas sem nenhuma reflexão teórica. No livro, predomina o estilo reducionista, pois as fontes orais são utilizadas para confirmar a história oficial. As professoras recorreram aos documentos produzidos pela Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, escolhendo trechos das entrevistas apenas para ilustrá-los.

O analista completo considera a fonte oral em si mesma e não só como mero apoio factual ou de ilustração qualitativa. Estes pesquisadores colhem, ordenam, sistematizam e criticam o processo de produção da fonte. Analisam, interpretam e situam historicamente os depoimentos e as evidências orais. Complementam as fontes orais com as outras fontes documentais tradicionais do trabalho historiográfico. Não se limitam a um único método e a uma técnica. Explicitam sua perspectiva teórico-metodológica e, sobretudo, estão abertos ao contato com outras disciplinas (LOZANO, 2010). Nesta pesquisa, buscamos trabalhar de acordo com as perspectivas do analista completo.

2.4. Conceito de testemunho e tipos de depoimentos

Segundo Voldman (2010), testemunho é todo o discurso que se enuncia como tal e se submete ao julgamento da história. É o contrato firmado entre o historiador e a testemunha que dá ao discurso desta última o status de testemunho, o que implica a sua consciência de ter que depor e, para o primeiro, de ter que consignar e conservar tanto quanto utilizar. Na palavra “testemunho”, há a noção de prova e de verdade. Em seu sentido corrente, o testemunho serve para provar um fato ou uma asserção. Serve para provar, não é a prova.

Todas essas testemunhas [...] têm condições de dizer não a verdade, mas a sua verdade, mesmo que o façam com maior ou menor cooperação e boa-fé. Se compete ao historiador estabelecer o que será tomado como está e o que será reexaminado (à luz de outras fontes), posto de lado (para uma análise secundária ou em outro plano) e criticado (como é mister em qualquer estudo), nada permite retirar da testemunha a posição que ela adquiriu ao aceitar depor. Presume-se, portanto, que ela seja sincera em virtude “da posição de que fala”, resumindo-se toda a questão na maneira dessa sinceridade. Donde a dificuldade de levar em conta as múltiplas facetas da sinceridade do depoimento e a facilidade de “manipular” a fonte mediante verificações, acréscimos, omissões, antecipações ou recuos. Não podemos nos desesperar por ter que lidar com falsos ou maus testemunhos. Pois se há um culpado, este é o historiador, que deve compreender por que e em que o sujeito se presta a transformações, deformações e transposições (VOLDMAN, 2010, p. 264-265).

Cruikshonk (2010) lembra que levar a sério os relatos orais não significa considerar que falem por si mesmos de uma forma simples ou que seus significados sejam auto-evidentes. Os acontecimentos estão vinculados a lugares e as pessoas usam localizações no espaço para falar de eventos ocorridos ao longo do tempo. O que as pessoas dizem está intimamente ligado ao como dizem. Quando se vasculha as narrativas de outras pessoas em busca de “fatos” corre-se o sério risco de não entender seus significados. Embora os detalhes, os participantes e os símbolos num relato oral possam mudar, seu propósito, como o da história escrita, é permitir que as pessoas dêem novas interpretações ao passado e ao presente.

Portanto, os relatos orais sobre o passado englobam explicitamente a experiência subjetiva. O que já foi considerado uma limitação, mas hoje é reconhecido como uma das principais virtudes da história oral. Fatos pinçados aqui e ali nas histórias de vida dão ensejo a percepções de como um modo de entender o passado é construído, processado e integrado à vida de uma pessoa (CRUIKSHONK, 2010).

Voldman (2010) define o testemunho oral como um depoimento, solicitado por profissionais da história, visando a prestar contas, a uma posteridade mediada pela técnica histórica, da ação da testemunha, tomando-se a palavra “ação” num sentido amplo que engloba o fato, o acontecimento, o sentimento e a opinião, o comentário e a lembrança do passado. O testemunho oral é um elemento no qual se apoia a escrita da história e que, como tal, está sujeito a verificação. O próprio historiador controla essa coleta: ele é quem convoca, ele é quem exige juramento, ele é quem julga. Devemos encarar esse recurso como a tentativa lógica de invenção da fonte que conduz o historiador aos documentos mais adequados à sua pesquisa.

Deste modo, é preciso estudar o documento oral não somente como fonte, mas também do ponto de vista de sua construção pelo historiador que, ao solicitar uma testemunha, procede a uma “invenção” de fontes. Descrevendo quais podem ser as diferentes formas de coleta de

um documento oral e as consequências dessas modalidades para a prática da história. A primeira é a coleta que visa a constituição de arquivos. A segunda é representada pelas campanhas feitas por indivíduos ou instituições, em prol de uma operação particular. O terceiro tipo de construção consiste na entrevista de um historiador com uma testemunha escolhida e convocada, para uma pesquisa determinada ou pontual, estando prevista a utilização imediata do depoimento. Por fim, a construção mista visa ao mesmo tempo a constituição de arquivos e tomada de depoimentos para uma utilização imediata (VOLDMAN, 2010).

O segundo tipo de construção do testemunho descrito por Voldman (2010) caracteriza melhor o Projeto Resgate Cultural de Cianorte. Organizado por um grupo de professoras com apoio da prefeitura, tinha por objetivo preservar a memória dos primeiros habitantes da cidade, através da gravação dos seus relatos. Somente anos depois, os depoimentos destes pioneiros serviram ao propósito da publicação de um livro.

Refletir sobre uma tipologia das testemunhas desloca o centro da discussão sobre as fontes orais. A diversidade de status dos depoentes não é unicamente função da situação e dos papéis psicológicos e sociais de cada um. No que concerne às fontes orais, essa diversidade advém primeiramente dos objetivos enunciados da pesquisa para a qual contribuem as testemunhas. Ocorre que o status de uma testemunha se transforma, tendo seu depoimento revelado aspectos insuspeitados da pesquisa, acarretado um reexame das hipóteses ou simplesmente alterado hierarquias preestabelecidas (VOLDMAN, 2010).

Deste modo, devemos conferir a cada testemunha um status diferente segundo o objeto da pesquisa. Voldman (2010) classifica as pessoas que têm o sentimento de haverem de algum modo feito a história, como “grandes testemunhas” ou grandes atores. E aquelas que começam afirmando ao pesquisador terem antes se submetido à história, como “pequenas testemunhas”. As primeiras, conscientes de terem cumprido o papel pelo qual são solicitadas, parecem ter muito a dizer. As outras, nem sempre verbalizando claramente um sentimento de exclusão, sem se apresentarem desde logo como bodes expiatórios, marginais ou oprimidos, em geral começam afirmando que nada têm a dizer.

A esse par antinômico, Voldman (2010) acrescenta um binômio, associando por um lado as testemunhas que oferecem um discurso trancado, construído e controlado, e por outro as que passam lembranças menos ordenadas, espontâneas. Entre esses quatro casos, todas as combinações são possíveis: enquanto um excluído pode ter um discurso racionalmente reorganizado e julgar ter que depor sobre sua condição, sua ação ou sua inação, há importantes atores que somente revelam elementos de suas histórias individuais, isolados voluntariamente ou não num discurso factual, ao qual o historiador tem dificuldade em dar sentido.

O caso das autoridades é parecido, na medida em que elas também têm de justificar suas ações passadas. A diferença provém do fato de que – salvo exceção – elas não têm de levar em consideração um grupo inteiro, apenas sua individualidade. Além disso, passando do ponto de vista da testemunha para o do historiador, o discurso das autoridades permite analisar como esses atores compreendem, por dentro, os mecanismos políticos e estratégicos da decisão (VOLDMAN, 2010). Esse tipo de testemunha é valorizada pelo Projeto Resgate Cultural. Embora pessoas simples tenham sido entrevistadas, é nítida a preponderância de depoimentos de políticos. Izaura Varela (2018) enfatiza que entrevistou todos os prefeitos (até duas vezes, em caso dois mandatos), alguns vereadores, deputados e juízes.

Os depoimentos dos membros de grupos que construíram, no decorrer dos anos, com ou sem a ajuda de um suporte associativo, uma memória como história própria, têm uma coerência e uma estruturação rígidas, que demandam uma grande vigilância se quisermos superar seu aspecto reconstruído e estereotipado. Consciente de ter uma mensagem a comunicar, a testemunha fala apropriando-se do passado do grupo; seleciona as lembranças de modo a minimizar os choques, as tensões e os conflitos internos da organização, diminuindo a importância dos oponentes ou então aumentando-a até a caricatura para justificar, por exemplo, afastamentos, partidas e exclusões. Deste modo, costumam apresentar uma história do seu movimento unânime e sem falha ou, ao contrário, evoluções caóticas, feitas de rupturas e desligamentos (VOLDMAN, 2010).

Voldman (2010) explica que devemos confrontar vários relatos: os dos porta-vozes que querem preservar a legitimidade da transmissão e os dos dissidentes ou contestadores, cuja exclusão ou marginalidade colore o discurso com uma veemência portadora de sentido. A confrontação, mesmo sendo difícil de obter, é ainda mais eficaz na medida em que uns e outros pretendem possuir a verdade, e as lutas, quando evocadas pela memória, são mais engajadas. O testemunho-fonte aquilata o peso do acaso e das conjunturas, a importância da psicologia individual e coletiva, bem como as tentativas de autojustificação e os julgamentos a posteriori. Bem diferente é o testemunho das pessoas simples e dos excluídos, cuja importância passa a ser valorizada pelo simples fato do historiador solicitá-los e entrevistá-los.

Voldman (2010), aborda a questão da classificação não somente pela posição objetiva ou subjetiva da testemunha em relação à história sobre a qual lhe pedem para testemunhar, mas pelo lugar que ela se atribui. Quem diz “eu”, “nós”, “se”? A barreira que separa os empregos desses pronomes se ergue onde passa o nível de responsabilidade? Nessa configuração, somente a testemunha na condição de sujeito não emprega a terceira pessoa do singular, enquanto aquele que tem (ou se atribui) o status de sujeito pode passar, por modéstia, do “eu” ao “nós”, do “nós”

que diferencia uma categoria ao “ele” que marca a distância em relação a outro grupo social.

À título de exemplo, destacamos o depoimento do médico Ramon Máximo Schulz²³, prefeito de Cianorte entre 1963 e 1969. Ele pode ser visto como uma “grande testemunha”, que possui um discurso bem organizado. Sua narrativa é na maior parte do tempo em terceira pessoa, o que demonstra objetividade ou apenas configura uma apropriação, intencional ou não, da memória coletiva. Por outro lado, ele busca minimizar sua atuação política, colocando-se como “aquele que se deixou levar” pelos colegas. Quando a entrevistadora Wilma Kobayashi Mesquita pergunta como começou a participar da política, Ramon Máximo Schulz responde:

Acidentalmente. Porque eu nunca fui político! O povo sempre diz que eu sou político. Eu nunca fui político! O Ovídio [Franzoni] que era o político dentre nós dois. Só ele fazia política [...]. A primeira vez em que eu tive uma participação, [foi] por causa do Ovídio, no PR. Fui candidato à vereador pelo PR, no tempo do Wilson Varella. [...] O chefe político da região aqui era o Silvino Lopes. Que havia sido prefeito, ou era prefeito de Peabiru. Mas disputava também aqui a região o Ângelo Planas, de Maringá. Então, havia a disputa entre os dois. E eu, inocente, não conhecia essa mecânica, não discutia política, nem nada e tal, eu torcia pelo Planas [...]. Mas, na realidade, o comando político da região do município de Peabiru e de outras regiões, era do Silvino Lopes. Que tinha sido candidato a deputado estadual. Não foi eleito, ficou na suplência, viu? Mas ele era o chefe político. [...] Eu me lembro quando foi organizado o diretório do PR aqui, com a orientação do Ângelo Planas. Finalmente acabou parando na mão do Silvino Lopes, porque o Silvino Lopes era anuência para poder ser registrado isso, né? Na Secretaria de Interior de Justiça e no próprio Tribunal Eleitoral de Curitiba, porque se não, não tinha valor [...] (SCHULZ, 1984).

Não obstante afirme não “ser político”, Ramon Máximo Schulz demonstra ter conhecimento das disputas de poder no período e de ter participado do jogo político, no intuito de minimizar a atuação do adversário Silvino Lopes de Oliveira na região, ao articular a candidatura de Wilson Varella, para a prefeitura de Cianorte:

Cianorte [...] passou a município, e então tinha que eleger o primeiro prefeito. A turma tinha muito medo de que [...] o Silvino Lopes fosse candidato aqui. Então foi feito aqui [...] um consenso para que houvesse um candidato único. E esse candidato único tinha que ter jeito para política. E no caso era o Wilson Varella, que era um funcionário da Companhia, insuspeito, né? [...] Não me lembro por qual partido ele saiu. [...] Mas ele estava acima dos partidos [...] (SCHULZ, 1984).

Como exemplo de uma “pequena testemunha”, podemos citar a entrevista do senhor José Guimarães²⁴, de falas simples, repetitivas e mal estruturadas. Proferidas em tom coloquial,

²³ SCHULZ, Ramon Máximo. Entrevista concedida a Wilma Kobayashi Mesquita. Cianorte, 02 de maio de 1984.

²⁴ GUIMARÃES, José. Entrevista concedida à Wilma Kobayashi Mesquita. Cianorte, 29 de setembro de 1991.

com muitos erros gramaticais, principalmente no que se refere à conjugação verbal e à concordância verbal e nominal. Por exemplo, ele diz: “o que nós podia fazer”; “depois que os filhos casou”; “tinha treze comprador de café”. E suas respostas costumam ser bem curtas, demandando constante intervenção da entrevistadora.

Todavia, José Guimarães não pode ser visto como um “excluído” da história, por ter ascendido socialmente e ser pai de políticos influentes da região, como Edno Guimarães, que foi vereador (1969-1973), deputado estadual (1995-1998; 1999-2002) e prefeito de Cianorte por três mandatos (1989-1992; 2005-2008; 2009-2012) e Jonas Guimarães, deputado estadual atualmente. Tornou-se nome de ruas, de colégio e é considerado pioneiro de São Lourenço, distrito de Cianorte. A questão, conforme Voldman (2010), é como cada testemunha se coloca diante da história. José Guimarães não demonstra ter consciência de ter participado de acontecimentos importantes. Diferente de Ramon Máximo Schulz, ele não menciona fatos políticos, sua narrativa se limita à família e ao cotidiano.

Vim de São Paulo pra cá, nós viemos pra Londrina. Minha profissão é oleiro. E olaria não tem. Aliás, não vi ninguém pra trabalhar. Tudo que um oleiro entende, eu também entendo. Desde os treze anos que eu mexia com olaria. E depois viemos pra cá, pra tocar olaria em Londrina. Trabalhei dois anos em Londrina. Depois, dentro de mim apareceu uma... Um pensamento... Que se eu entrasse no café, minha situação [...] seria melhor, né? E eu falei: não, deixei pro lado do sertão e vim andando. Morei em Apucarana mais um ano. Depois vim pra Malu. [Em 19]55 meu café estava assim... Dois anos. Um encanto! Empreiteiro. Era um encanto de bonito! [...] Ali, nós cortamos no fundo. Cortamos tudo embaixo, na terra. E o patrão quis vender o sítio e comprou minha empreita, porque o nosso trato era esse. Que ele era muito negociante! Passei na fazenda ao lado do Operário, o mesmo sentido. E dali nós arranjamos dinheiro pra começar a vida por nossa conta. Os filhos já foram aumentando a idade. Tinha de menor, mas tinha de maior, né? E foi aumentando, tudo trabalhando no mesmo interesse. Que eu tenho orgulho de falar que minha família é unida. Tenho orgulho de falar! Que a minha família é toda unida. Se um sofreu [...] todos os outros sete sofrem. É muito unida! Então, começou tudo junto. Um pouco cada um. E foi sobrando e nós fomos crescendo na parte material e fomos subindo. E com a benção de Deus, então nós fomos adquirindo isso, adquirindo aquilo. Hoje, graças a Deus, há de ser assim, abertamente, com prazer de dizer, meus filhos estão todos ricos, todos bem de vida. Não tem nenhum que precisa trabalhar de empregado. Nenhum! Todos eles tem um, tem cinco, seis, outro tem quatro, três, outro tem sete, oito. Mas todos têm empregados por eles. E eu vivo na minha vida, na maior tranquilidade [...] (GUIMARÃES, 1991).

Em síntese, conferindo a cada testemunha um status diferente, conforme o tipo de pesquisa visado, o historiador dispõe de um amplo leque de categorias, que vai da grande à pequena testemunha. As “testemunhas-sujeitos” se distinguem pela ideia que fazem de seu papel histórico, pela consciência de terem participado dos acontecimentos de seu tempo e de

terem influenciado seu curso, qualquer que tenha sido o nível de responsabilidade ou de ação reais. Já as pequenas testemunhas se submetem aos acontecimentos, ao curso e ao peso da história. Apesar da tendência de tentar descobrir o ator desconhecido por trás da testemunha passiva ou de reabilitar uma passividade que tenha sentido, esta continua sendo uma “testemunha-objeto” (VOLDMAN, 2010).

Entretanto, há algumas ressalvas em relação a esta classificação. A fronteira entre a grande e a pequena testemunha está longe de ser estanque. Ela varia em função dos procedimentos de coleta que dão à testemunha seu status e lhe permitem sentir-se – ser – grande ou pequena. Mediante uma análise detalhada dos discursos em função da posição e do status da testemunha poder-se-ia talvez formular critérios de caracterização, não mais segundo o tipo de testemunha, mas segundo o tipo de história. Cada entrevista teria então sua própria lógica, seu próprio procedimento, adaptado ao objeto do estudo (VOLDMAN, 2010). Neste aspecto, cada entrevista do Projeto Resgate Cultural deve ser analisada em suas especificidades, considerando tanto o modo como cada testemunha se sente diante dos acontecimentos históricos ou como foi condicionada pela entrevistadora para tal, quanto o tipo de história que narra.

Podemos concluir, conforme François Bédarida (apud BECKER, 2010), que a natureza do depoimento é que importa. Primeiramente, do depoimento no tempo, pois não há depoimento sem temporalidade. Em segundo lugar, o processo de constituição do depoimento, sua gênese, suas condições de elaboração, sua construção. Em terceiro, coloca-se a questão da validade do depoimento, de seus critérios de veracidade, de fidedignidade. A quarta questão refere-se aos usos do depoimento, às condições de utilização do documento. Finalmente, a interpretação do depoimento: que sentido tem ele para o historiador e para a história?

2.5. Técnicas de coleta e transcrição de depoimentos

Segundo Chantal de Tourtier-Bonozzi (2010), a exploração inteligente do testemunho oral pressupõe que ele tenha sido colhido²⁵ sistematicamente. Para tanto, descreve três questões: a seleção da testemunha, o lugar da entrevista e o roteiro da entrevista. Novamente, utilizaremos os depoimentos do senhores José Guimarães e Ramon Máximo Schulz para compreender como o Projeto Resgate Cultural realizou as entrevistas.

²⁵ Quando se fala em “colher depoimentos orais”, privilegia-se a testemunha, defendendo-se uma atitude passiva diante de um discurso autônomo. Falando de “criação de fontes orais”, valoriza-se o trabalho do entrevistador, como se este fabricasse a recordação a partir do caos. De fato, o informante não colhe, não cria, mas acolhe um relato que irá depois difundir, seja porque pensa em escrever um livro ou porque pretende conservá-lo para pô-lo à disposição dos que queiram ouvi-lo (TOURTIER-BONOZZI, 2010).

De modo geral, deve-se priorizar entrevistas com pessoas de certa idade. Mas é preciso considerar o cansaço da testemunha, limitar o tempo das entrevistas e evitar perguntas excessivamente meticulosas do ponto de vista cronológico. O entrevistador deve, antes de mais nada, saber guardar silêncio, aprender a ouvir. Deve adaptar-se à psicologia da testemunha, respeitá-la, suscitar a recordação por meio de um questionamento discreto se ela for pouco loquaz, orientá-la sem precipitação, não a impedindo de perder-se em digressões, repetir em voz alta suas palavras se estas não forem claramente audíveis, não falar ao mesmo tempo que ela, não insistir quando evita uma recordação dolorosa, não se precipitar em perguntar de novo porque as recordações precisam às vezes de um tempo para vir à tona, repetir a mesma pergunta de diferentes formas para tentar vencer resistências (TOURTIER-BONAZZI, 2010).

Nas lembranças das pessoas idosas, é possível verificar uma história social bem desenvolvida. Elas já atravessaram um determinado tipo de sociedade, com características bem conhecidas; e já viveram quadros de referência familiar e cultural igualmente reconhecíveis. Sua memória atual pode ser desenhada sobre um pano de fundo mais definido do que a memória de uma pessoa jovem ou adulta, que ainda está absorvida nas lutas e contradições de um presente que a solicita muito mais intensamente do que a uma pessoa de idade (BOSI, 1979).

A maioria dos entrevistados do Projeto Resgate Cultural são idosos. Visto que a maior preocupação, conforme Izaura Varella (2018), era que os pioneiros morressem sem contar sua história. O senhor José Guimarães nasceu em 1918 e foi entrevistado em 1990. Tinha 72 anos. A entrevistadora Wilma Kobayashi Mesquita o interrompe várias vezes para questionar detalhes ou adentrar em outros assuntos. Emite comentários em meio às falas, como: “ah, sei”, “isso”, “pois não”, “é”; ou repete o que o entrevistado acabou de dizer, sem necessidade. Em alguns momentos, ambos falam ao mesmo tempo, como se competissem. O que dificultou a transcrição da entrevista, fora os ruídos e chiados constantes, a oscilação do volume das vozes e uma terceira pessoa que desconhecemos, emitindo comentários ao fundo.

É indispensável criar uma relação de confiança entre informante e entrevistador. É preciso ter um primeiro encontro com a testemunha, preparar o esquema da entrevista e voltar depois para gravar. A relação testemunha-entrevistador às vezes prossegue depois da entrevista. O entrevistador pode contatar de novo a testemunha para confrontar sua própria reflexão com o pensamento dela; pode dar-lhe a oportunidade de completar seu relato através de uma nova entrevista e mostrar-lhe o resultado do trabalho (TOURTIER-BONAZZI, 2010).

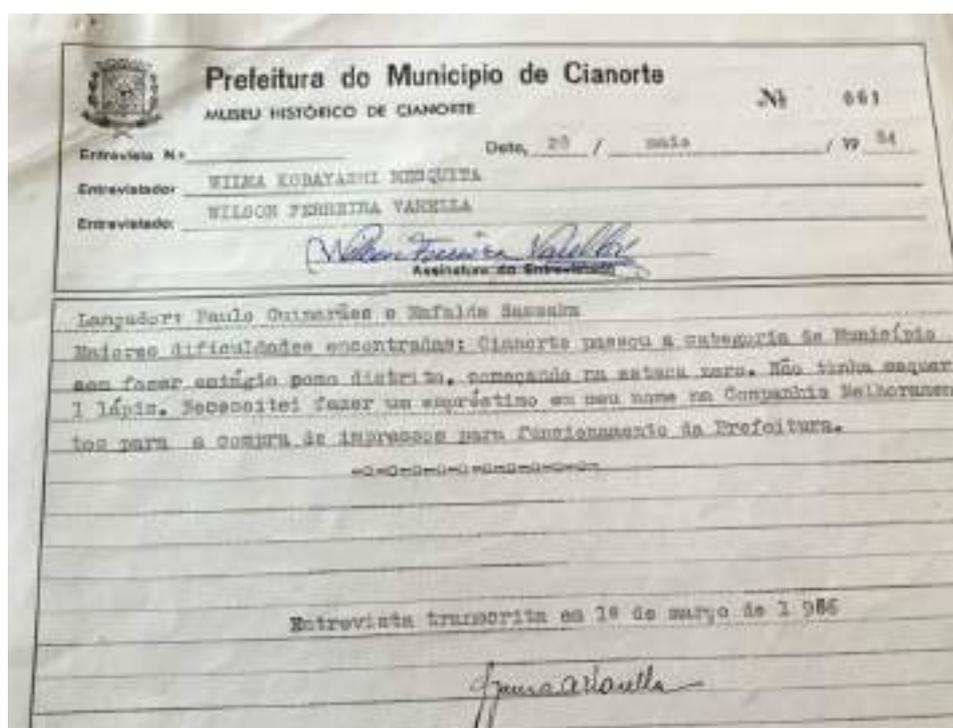
Essa relação de confiança é vista nas entrevistas. Talvez por Cianorte ser uma cidade pequena e os depoentes conhecidos das professoras. No caso da entrevista com José Guimarães, as questões são mal formuladas. Parecem terem sido feitas na hora, devido à indecisão na voz

de Wilma Kobayashi Mesquita. Ela sempre inicia a frase com: “e...” ou “então”. Embora seja possível ouvir o som de papel sendo folheado, indicando que havia um questionário, ela formula algumas questões de improviso, conforme as respostas do entrevistado. O mesmo padrão é contatado nas demais entrevistas. Izaura Varella reclama do teor dos questionários:

As entrevistas que foram feitas, são entrevistas que não exploraram aquilo que a gente realmente queria escrever no livro que foi decorrente destas entrevistas. Se a gente tivesse planejado o livro e depois feito as entrevistas, nós teríamos um livro muito mais, é... com conteúdo. É que a gente foi muito... Amadoristicamente que começamos a fazer as coisas e a gente não pensou que muita coisa poderia ser resgatada para o livro e acabamos não perguntando para a pessoa por não ter uma linha (VARELLA, 2018).

No Projeto Resgate Cultural, a relação entrevistador-testemunha teve prosseguimento. As entrevistas transcritas foram levadas aos entrevistados para que autorizassem a publicação. A única versão final sobrevivente está em posse de Izaura Varella. Trata-se da entrevista feita com seu sogro, Wilson Varella, que rubricou todas as páginas da transcrição. Nesta, há o cabeçalho com o timbre da Prefeitura, a data da realização da entrevista (28/05/1984), o nome da entrevistadora (Wilma Kobayashi Mesquita) e do entrevistado. Na última página, constam a assinatura do entrevistado, a data de transcrição (01/03/1986) e a assinatura da responsável pela transcrição (Izaura Varella). Segundo Varella (2018), esse modelo foi o padrão adotado.

Figura 30: Última página da transcrição da entrevista feita com Wilson Ferreira Varella



Fonte: Arquivo pessoal de Izaura Varella.

De acordo com Tourtier-Bonozzi (2010), convém conservar todas as entrevistas, sejam elas consideradas boas ou não. De fato, se é apaixonante ouvir uma testemunha eloquente, capaz de esboçar um retrato, de descrever um lugar ou uma atmosfera, ou entediante ouvir alguém cujo discurso não passa de uma banalidade, essa diferença pode ser decisiva em muitos estudos. Bem como, entrevistar o maior número de habitantes de uma cidade, para uma história local. Isto foi levado em consideração no projeto. Todas as entrevistas gravadas foram transcritas e arquivadas na prefeitura. E as professoras buscaram entrevistar o maior número possível de pessoas, levando em consideração a data de chegada em Cianorte e a idade do entrevistado.

[...] Aí eu descobri que o seu Antonio Sil... o seu José Silva, era... tinha tido o primeiro CRECI da cidade. O primeiro vendedor de imóveis. Era o número um. E me mostrou a carteira número um. Aí eu falei: meu Deus! Esse homem está velho, daqui a pouco ele morre. Nós vamos perder a informação desse homem (VARELLA, 2018).

Com relação ao lugar da entrevista, o entrevistador tem diversas opções. A entrevista pode ocorrer na casa do entrevistador, na casa do entrevistado ou em seu local de trabalho. Em casa, o entrevistador pode criar um ambiente mais favorável à conversação e receber melhor o entrevistado. Em sua casa, o entrevistado se sentirá mais à vontade, num ambiente que conhece, cercado de recordações, fotografias suscetíveis de avivar sua lembrança, e poderá ver seus familiares. A casa, o ambiente em que se vive, reflete uma personalidade. E numa visita como essa, pode-se obter cartas, diários ou outros documentos. Não existe recomendação particular quanto ao lugar, mas este condiciona o depoimento colhido (TOURTIER-BONOZZI, 2010).

Na maioria dos rascunhos das transcrições, está escrito que as entrevistas foram realizadas na residência dos depoentes. Em alguns, não consta o local, ou apenas menciona a cidade em que ocorreu. Nas gravações a que tivemos acesso, todas as entrevistas foram feitas na casa do entrevistado. Tanto no áudio, quanto nas transcrições, os questionários costumam se iniciar deste modo: “FUNDEPAR, Projeto Fontes Culturais para o Ensino. Entrevista com o Dr. Ramón Schulz, realizado por Wilma Kobayashi Mesquita, no dia 02 de maio de 1984, às 21 horas, em sua residência, localizada na Avenida Mato Grosso, 996, na cidade de Cianorte, Paraná”. Ou: “Projeto Resgate Cultural, Prefeitura Municipal de Cianorte. Entrevistado: senhor José Guimarães. Rua Lowats Cabral, 303, em Cianorte, Paraná. Entrevistadora, Wilma Kobayashi Mesquita”. Portanto, varia o nome do projeto conforme a data da entrevista, mas o endereço do entrevistado é sempre o local em que foi realizada.

Nenhuma entrevista deve ser realizada sem uma preparação minuciosa: consulta a arquivos, a livros sobre o assunto, à vida do depoente, leitura de suas obras, se houver alguma,

bem como referências sobre as principais etapas de sua biografia. A partir dos elementos colhidos, elabora-se um roteiro de perguntas do qual o informante deve estar ciente durante toda a entrevista (TOURTIER-BONOZZI, 2010).

As professoras possuíam um breve conhecimento sobre a vida dos entrevistados, principalmente no caso das autoridades. Elaboraram os roteiros de perguntas, embora este tenha sido criticado posteriormente por Izaura Varela. Antes de entrevistá-la, escrevemos um roteiro direcionado ao Projeto Resgate Cultural e lemos algumas de suas obras. Livros doados pela própria autora, que contribuíram para contextualizar nosso objeto de estudo.

A entrevista pode ser dirigida, não-dirigida ou semi-dirigida. Quando se elabora um questionário detalhado e preciso, é possível dirigir passo a passo a testemunha, mas assim ela fica presa a um roteiro preestabelecido que não lhe permite desenvolver seu próprio discurso. Se ela for deixada totalmente livre, há o risco de se afastar do tema tratado, reduzindo-se o papel do entrevistador a tentar precisar uma data ou esclarecer uma passagem confusa. A entrevista semi-dirigida é um meio-termo entre um monólogo de uma testemunha e um interrogatório direto (TOURTIER-BONOZZI, 2010).

Ao preparar a gravação, o entrevistador deve definir sua problemática e escolher certo número de perguntas às quais não deve renunciar. No caso de um corpus, deve fazer certo número de perguntas a todas as testemunhas, para traçar comparações. Deve determinar o tipo de discurso e de modelos de comportamento que irá analisar, considerando todas as variantes: sexo, idade, origem social, profissão ou ocupação. Serão levados em conta diversos fatores: sucesso ou fracasso na carreira, se está no começo ou no fim, em atividade ou aposentado, influência da esposa, vida dos filhos, os que têm sucesso e os que não têm, motivos de felicidade ou tristeza. À medida que a entrevista prosseguir o roteiro terá às vezes que ser modificado; algumas questões se revelarão pertinentes, outras improcedentes. Certas respostas fornecerão novas pistas e possibilitarão completar o questionário (TOURTIER-BONOZZI, 2010).

Quando o interesse do pesquisador se concentra apenas num aspecto concreto ou numa época da vida da testemunha, pode ficar tentado a limitar seu questionário a esse projeto imediato. O que Tourtier-Bonozzi (2010) considera um erro. Para o autor, não é supérfluo conhecer as origens familiares (avós, pais, lugar de nascimento), a formação, o ambiente, os gostos, as vivências cotidianas, saber que se trata de um deputado, professor ou comerciante. É preciso visar à elaboração de um relato de vida, fonte de valiosas informações.

As entrevistas do Projeto Resgate Cultural podem ser consideradas semidirigidas. Pois havia um questionário prévio, mas os entrevistados eram livres para discorrer acerca de outros temas, conforme sua lembrança os aprouvesse, o que poderia inclusive levar a outros

questionamentos elaborados na hora, de improviso. Os roteiros incluíram um levantamento de dados pessoais, familiares, profissionais e de escolaridade. As questões discorreram acerca dos motivos que levaram o entrevistado a vir para Cianorte, o período em que chegou, as primeiras impressões que teve da cidade, com ênfase no trabalho por ele desempenhado – desbravamento ou aquisição de terras, instalação de estabelecimentos industriais ou de prestação de serviços, participação da administração pública – e aspectos de seu cotidiano. Tendo por norte a ideia do pioneirismo, privilegiando aquele que chegou primeiro, que derrubou o mato, construiu a primeira clínica médica, o primeiro cartório, o primeiro bar, a primeira loja, etc.

Tourtier-Bonozzi (2010) afirma que, caso se trate de uma só testemunha, o material, provavelmente muito rico, deverá ser analisado qualitativamente. Se a entrevista for bem encaminhada, chegará um momento em que as perguntas não serão necessárias; a testemunha, mergulhada em seu passado, se sentirá perfeitamente à vontade e, esquecendo a presença do microfone e do entrevistador, dará largas às recordações. Quanto ao entrevistador, caso a entrevista se prolongue, bastará que a testemunha tenha certo talento como narrador e saiba ressuscitar fatos e pessoas de seu passado para que ele se sinta transportado à época evocada, longe de suas preocupações e de sua vida cotidiana.

Izaura Varella possui um talento nato como narradora e realmente sabe “ressuscitar” fatos e pessoas de seu passado. Ela nos disse que tinha apenas meia hora para a entrevista. Mas falou praticamente sem parar por mais de 3 horas. Fez algumas pausas para atender o telefone e a campainha, mas voltava animada para dar prosseguimento à entrevista. Durante todo o tempo, citou datas, locais e o nome completo dos sujeitos mencionados, juntamente com sua ocupação e relevância para a história local. O questionário acabou tornando-se desnecessário, uma vez que as respostas iam surgindo naturalmente. Ela examinou os documentos do Projeto Resgate Cultural, dando mais atenção aos jornais e às fotografias, onde apontava os conhecidos e lhes traçava um perfil, mencionando anedotas e fatos que considera históricos.

Com relação à transcrição, Tourtier-Bonozzi (2010) aponta duas concepções: a dos historiadores e a dos arquivistas. Para os primeiros, somente o confronto dos textos escritos permite analisar o conteúdo do discurso e a seleção das palavras, enquanto a escuta do oral, pela sua brevidade, não permite penetrar o significado das palavras gravadas. Ou seja, gostariam de ter nos arquivos transcrições dos depoimentos gravados. O que não podem satisfazer, pois a transcrição requer pelo menos cinco vezes mais tempo do que a gravação, o que obrigaria a mobilizar muita gente e seria extremamente oneroso.

O segundo argumento baseia-se na riqueza da oralidade. O fato de ler em vez de ouvir priva o historiador de muitas contribuições da forma oral: entonação, ênfase, dúvidas, rapidez

ou lentidão nas reações, risos, repetições; e corre-se o risco de privilegiar a leitura a ponto de renunciar à escuta. Por outro lado, toda transcrição, mesmo bem feita, é uma interpretação, uma recriação, pois nenhum sistema de escrita é capaz de reproduzir o discurso com absoluta fidelidade; de certa maneira, é uma traição à palavra (TOURTIER-BONAZZI, 2010).

Quase toda a escola norte-americana admite a transcrição e afirma sua primazia, enquanto que na França as opiniões estão divididas. Alguns afirmam categoricamente que “o documento é a fita” e que qualquer prática de transcrição tira-lhe o caráter singular, outros admitem e até incentivam a transcrição do oral para o escrito. Aos defensores da riqueza do som, opõem-se a dificuldade e a lentidão da escuta, a fragilidade dos suportes e a imperfeição da audição sem imagem (VOLDMAN, 2010).

No Projeto Resgate Cultural, as transcrições foram privilegiadas. Não somente por ser o documento escrito o terreno do historiador, mas também devido à má qualidade do áudio, por conta das limitações tecnológicas da época. Pois, como salientou Izaura Varella (2018), ainda assim, as fitas foram doadas para a Prefeitura Municipal de Cianorte e preservadas por algum tempo, provavelmente até a mudança de sua sede.

O fato da transcrição ser demorada e onerosa não foi problema. O projeto se estendeu por anos, as professoras dispunham de apoio financeiro da prefeitura e ajuda na realização e transcrição das entrevistas. Além das quatro autoras do livro, algumas entrevistas foram feitas por Eva Torres do Paraíso, Aparecida Oneida de Almeida Silva e Alberto Abreu Mota. As transcrições chegaram a ser feitas três vezes. A primeira vez, à caneta em letra cursiva em folhas de rascunho, depois datilografada em papel comum e, por fim, datilografada em papel timbrado da prefeitura. Como a transcrição é uma espécie de interpretação, importa saber quem a realizou. Porém, as professoras não atentaram para este registro. Izaura Varella (2018) assume que fez a maior parte das transcrições. Reconhece a letra de Helena Cioffi em alguns dos rascunhos, mas não sabe precisar a maior parte das caligrafias.

Tourtier-Bonazzi (2010) aponta certas regras a serem observadas no processo de transcrição da entrevista. Segundo o mesmo, esta deve ser feita o quanto antes, de preferência pelo próprio entrevistador. Se não, este deve ao menos colaborar. As passagens pouco audíveis podem ser colocadas entre colchetes. As dúvidas, os silêncios, as rupturas sintáticas, assinalados por reticências. As pessoas citadas, caso necessária a descrição, designadas por iniciais. O grifo, utilizado para anotações (por exemplo, “risos”). As palavras usadas com forte entonação, grafadas em negrito. O texto, organizado em parágrafos, atentando para a pontuação, imprescindível à sua boa compreensão. Os subtítulos, para facilitar a leitura. E os erros flagrantes cometidos pelo entrevistado (datas, nomes próprios), corrigidos em notas.

Devido à perda das transcrições originais não poderemos analisar se os procedimentos citados por Tourtier-Bonozzi (2010) foram considerados. Com exceção da versão final da transcrição da entrevista com Wilson Varella, realizada por Wilma Kobayashi Mesquita em 28 de maio de 1984 e transcrita em 19 de março de 1986, por Izaura Varella, como a mesma nos disse. Nesta entrevista, observamos o uso de reticências, a cor vermelha para destacar trechos importantes, parênteses e interrogação para os trechos não compreendidos e o uso de asterisco e nota de rodapé (escrita à mão), para corrigir o nome de um partido político²⁶.

Muitos historiadores e centros de pesquisa, realizam uma transcrição literal. Numa segunda etapa, submetem-na à testemunha, que pode acrescentar, suprimir, corrigir, complementar, resultando daí uma transcrição mais rica. Neste caso, a fita da entrevista e sua primeira transcrição devem ser conservadas para servir de referência. A posição francesa é a de que a fita constitui o original; a gravação é o documento que deve ser consultado. Finalmente, quando as transcrições estiverem arquivadas junto com as gravações, cabe investigar a validade dos textos e comprovar sua qualidade, já que a testemunha pode ter pedido o texto escrito de suas declarações e tê-lo modificado; ou determinada instituição pode ter confiado o trabalho a um estudante, pagando-lhe por fita transcrita, e este, querendo terminar o trabalho o mais cedo possível, talvez tenha pulado alguns trechos. É preciso, pois, pedir aos transcritores que assinem o texto, assumindo assim a responsabilidade pelo mesmo (TOURTIER-BONOZZI, 2010).

Como já foi dito, as transcrições não foram assinadas e dependemos do julgamento de Izaura Varella para identificar as primeiras páginas que foram fotografadas. O que não irá determinar nossa análise, uma vez que não possuímos estas transcrições para avaliar sua estrutura. Transcrevemos as entrevistas às quais Izaura Varella nos deu acesso, buscando seguir o procedimento descrito por Tourtier-Bonozzi (2010). Outras transcrições nos foram enviadas por Izaura Varella, feita por estagiários. O primeiro estagiário foi dispensado por “resumir” a fala dos entrevistados. Não se preocupava com pontuação e escrevia o nome de lugares e pessoas de forma incorreta. Estas transcrições foram impressas e corrigidas à mão por Izaura Varella, que as fotografou e nos enviou. Algumas foram fornecidas por seu segundo estagiário, Daniel Longhini Vicençoni, na época acadêmico do curso de História, que realizou um excelente trabalho.

Sobre a questão da publicação, Tourtier-Bonozzi (2010) indica várias soluções possíveis. Alguns entrevistadores fazem um verdadeiro trabalho de escritor, elaborando, a

²⁶ Mas não sabemos se foi um erro de digitação ou do próprio entrevistado, por ainda não ter tido a oportunidade de ouvir esta entrevista. Também desconhecemos a sigla originalmente datilografada. Pois o nome do partido foi rasurado à caneta, para coincidir com a nota de rodapé, onde se lê: “deve ser PSD...”.

partir da gravação, um relato literário. Linguistas e sociólogos publicam a transcrição na íntegra, tentando reproduzir as palavras o mais fielmente possível. Entre essas duas posições, há uma intermediária, que parece a mais conveniente a um historiador. Perguntas e respostas devem aparecer claramente, mas pode-se suprimir as repetições ou dar à entrevista uma ordem cronológica. O texto pode perder assim sua originalidade, mas ganha em legibilidade.

Alguns autores usam as entrevistas como peças justificativas do trabalho, incluindo-as no final. Outros as utilizam como peça central do livro. Há nesse caso maior aproximação à linguagem falada e cada testemunha é apresentada com algumas linhas no início de cada entrevista. Outros, ainda, por considerarem as entrevistas longas demais para transcrevê-las por inteiro, decidem fazer um relato na primeira pessoa. Como em todo trabalho de edição, o historiador deve encontrar um meio-termo entre duas exigências: a máxima fidelidade ao discurso e a necessidade de torná-lo acessível ao leitor. É preciso não esquecer que é mais delicado publicar um documento sonoro que um escrito (TOURTIER-BONAZZI, 2010).

As entrevistas do Projeto Resgate Cultural nunca foram publicadas na íntegra, nem em forma de relato literário. Apenas trechos foram citados no livro “Cianorte: sua história contada pelos pioneiros” (1995), no sentido de confirmar a historiografia regional consagrada. Por isso, propomo-nos a estudar estes depoimentos. A análise do conteúdo das entrevistas e do livro delas resultante foi feita conforme as concepções teórico-metodológicas acerca da história oral indicadas neste capítulo, em conjunto com os métodos historiográficos tradicionais de análise de documentos escritos e exposta nos capítulos subsequentes.

2.6. História Oral, memória e identidade no Projeto Resgate Cultural

Jean-Jacques Becker (2010) afirma que os depoimentos são “arquivos provocados”, que pertencem à mesma categoria das recordações ou memórias – ainda que estas possam ser autoprovocadas. O arquivo provocado tem o inconveniente de ter sido constituído depois do acontecimento. Ele pode resgatar lembranças involuntariamente equivocadas, lembranças transformadas em função de acontecimentos posteriores, lembranças sobrepostas, lembranças modificadas deliberadamente para “coincidir” com o que é pensado muitos anos mais tarde, lembranças mudadas simplesmente para justificar posições e atitudes posteriores.

Essas especificidades das lembranças são relevantes para pensar o processo de rememoração dos entrevistados do Projeto Resgate Cultural. Bem como, analisar como as professoras lidam com a questão da memória. O que implica compreender o que é memória e discutir suas relações com a história em geral e com a história oral, em particular.

Conforme Roger Chartier (2009), a memória está relacionada ao reconhecimento do passado, enquanto testemunho, em oposição à representação do passado pela história, baseada nos documentos. Para certificar a representação histórica do passado, o discurso histórico se apoia no testemunho da memória, que assegura a existência de um passado que foi e não é mais. Enquanto que, para Paul Ricoeur (2007), a memória é mais do que um simples objeto da história, pois permanece como a guardiã de algo que efetivamente ocorreu e aproxima-se da história pela sua “ambição de veracidade”. Assim, a memória possui uma vantagem em relação à história, que é o reconhecimento. A história não reconhece, reconstrói.

Pierre Nora (1993) distingue o relato histórico do discurso da memória. Segundo o mesmo, a história busca produzir um conhecimento racional, uma análise crítica por meio de uma exposição lógica dos acontecimentos. E a memória é uma construção do passado pautada em emoções e vivências. Ela é flexível, pois os eventos são lembrados à luz da experiência subsequente e das necessidades do presente. Já Henry Rousso (2010) defende que a questão ritual das diferenças entre história e memória está ultrapassada, por dois motivos simples.

Primeiramente, porque opor de um lado a reconstrução historiográfica do passado, com seus métodos, sua distância e pretensa cientificidade, e de outro as reconstruções múltiplas feitas pelos indivíduos ou grupos, faz tanto sentido quanto opor o mito à realidade. O historiador tem a tarefa de estabelecer verdades históricas, com base em fontes de informação tão diversas quanto possível, mas é ilusão pensar que pode descrever ou explicar “o que realmente aconteceu”. Em segundo lugar, um indivíduo, quer fale espontaneamente de seu passado e de sua experiência, quer seja interrogado por um historiador, não falará senão do presente. Com as palavras de hoje, com a sensibilidade do momento, tendo em mente tudo quanto possa saber sobre esse passado que pretende recuperar com sinceridade e veracidade (ROUSSO, 2010).

Segundo Silva (2002), o historiador do presente desempenha, nesse trabalho de resgate da memória, uma função de mediador, à imagem de um analista. Procurando adequar os relatos de memórias individuais à veracidade histórica, ele elabora uma reflexão sobre a própria temporalidade. Em outras palavras, cabe-lhe apreender a relação do presente da memória (de um acontecimento) e do passado histórico (desse acontecimento), em função da concepção de um futuro desse passado. Os deslocamentos do passado sobre o futuro explicam os problemas ligados à transmissão da memória. Visando a um tempo futuro, a memória se conserva no tempo contra o próprio tempo (o esquecimento e o apagamento). Nessa perspectiva, a história crítica tem por papel se opor, não só aos preconceitos da memória coletiva, mas também aos preconceitos da história oficial, cuja função consiste na própria transmissão dessa memória.

A História Oral, em essência, tem pouco a ver com Memória. Há aqueles que se valem do que erroneamente supõe ser História Oral para vê-la identificada com o registro mnemônico. Neste caso, na melhor das hipóteses, a entrevista seria o meio para analisar as memórias. História Oral, no entanto, é mais do que entrevista e Memória não se esgota na gravação, transcrição. Seria simplista alegar que memória é “um lugar”, o depósito onde ficam arquivadas as lembranças, até porque memória é mais do que isto e a relação entre memória e visão de mundo levam indivíduos a projetarem mais que lembranças quando narram (MEIHY, 1994, p. 57).

Na década de 1970, os críticos da História alegavam que a memória não era confiável como fonte histórica por ser distorcida pela deterioração física e pela nostalgia própria da idade avançada, pelas tendências pessoais tanto do entrevistador, quanto do entrevistado e pela influência das versões coletivas e retrospectivas do passado. Incitados por esse desdém, os primeiros historiadores orais desenvolveram critérios para avaliar a confiabilidade da memória oral, com base na Psicologia Social, na Antropologia e na Sociologia. Entretanto, a tendência a usar a História Oral como outra fonte para descobrir “como aconteceu realmente” levou ao descaso por outros aspectos e valores do testemunho oral (THOMSON, 1997).

Ao tentarem descobrir uma história isolada, estática e recuperável, alguns historiadores não levavam em conta as várias camadas da memória individual e a pluralidade das versões sobre o passado fornecidas por diferentes narradores. Na tentativa de eliminar as tendências e fantasias, descuidavam-se das razões pelas quais as pessoas constroem suas memórias de modo específico e não enxergavam como o processo de afloramento de lembranças poderia ser a chave para explorar os significados subjetivos das experiências vividas e a natureza da memória individual e da memória coletiva. Não percebiam que as “distorções” da memória, não obstante representassem um problema, eram também um recurso (THOMSON, 1997).

De acordo com Meihy (1994), há três raízes fundamentais que remetem à questão da memória. A primeira via identificada por Maurice Halbwachs com o pressuposto da memória coletiva; outra de Le Goff, que parte do conceito de memória histórica; e a memória psicológica, derivada dos ensinamentos de Bergson. Nosso objeto de pesquisa demanda uma análise combinada destas três concepções. A memória coletiva como articuladora e promotora da narrativa dos entrevistados, a memória histórica que o Projeto Resgate Cultural visa construir e a memória psicológica que perpassa as lembranças individuais dos depoentes. O que implica discutir brevemente cada concepção de memória.

A memória coletiva como propõe Halbwachs, remete ao tratamento de uma identidade coletiva das lembranças e dos ideais guardados por um grupo. É algo subjetivo e implica compromissos fiados ao longo de um passado comum e que persiste independentemente de

registros escritos, de monumentos ou de qualquer outra referência objetiva, material. A memória coletiva tem um ritmo próprio para eventuais mudanças, suas alterações são gradativas e lentas e respeitam a cadência da cultura do grupo que a gera. Encerra grandes explicações da vida comunitária baseadas, quase sempre, em processos mitificadores e defensivos que são usados para argumentação ideológica da existência do grupo (MEIHY, 1994).

Maurice Halbwachs, sociólogo francês da Escola Durkheimiana, via o homem como um produto do meio social. Em “Les cadres sociaux de la mémoire”, publicado em 1925, inicia uma polêmica com Bergson, ao destacar a participação determinante do grupo social na reconstrução das lembranças, rompendo com a limitação do conceito ao plano individual – a memória é um fenômeno social. Para Halbwachs, no ato de lembrar nos servimos de campos de significados, de pontos de referência: os quadros sociais da memória. As noções de tempo e espaço são os estruturantes dos quadros sociais, porque a rememoração depende da localização espacial e temporal das lembranças (informação verbal)²⁷.

“La mémoire collective”, publicado em 1950, fruto dos trabalhos reunidos postumamente, traz o tema da memória para a discussão sociológica da relação entre o indivíduo e a sociedade. De acordo com Halbwachs (2004), a memória individual não está isolada, fechada. Para evocar seu próprio passado, um indivíduo tem a necessidade de apelar às lembranças dos outros, a pontos de referências que existem fora dele, na sociedade. As lembranças dos outros reforçam e completam as do indivíduo, na medida em que se relacionam com os eventos que constituem seu passado, porque cada um é membro de vários grupos ao mesmo tempo, maiores e menores. A memória individual se apoia na memória coletiva, pois toda a história de vida faz parte de uma história geral. Portanto, a memória é uma construção social e um fenômeno coletivo.

Do mesmo modo que a sociedade é importante na constituição da memória individual, a presença do indivíduo é relevante para o pensamento social. Segundo Halbwachs, apesar do homem só poder ter memória de seu passado enquanto ser social, cada homem traz em si uma forma particular de inserção nos diversos meios em que atua. Cada memória individual é um ponto de vista da memória coletiva, e esse ponto de vista varia de acordo com o lugar social que é ocupado; e este lugar, por sua vez, muda em função das relações que se tem com outros meios sociais (informação verbal)²⁸.

²⁷ Fornecida por FROSTCHER, Méri; STEIN, Marcos Nestor. Memória e Narrativa autobiográfica: questões teóricas e análise de fontes da história contemporânea (Minicurso). In: III SIMPÓSIO NACIONAL EM HISTÓRIA, TRABALHO, CULTURAL E PODER: Memórias, Movimentos Sociais e Hidrelétricas – 30 anos de Itaipu. Marechal Cândido Rondon, setembro de 2012.

²⁸ Ibid.

Jan Assmann (1992) destaca dois tipos de memória coletiva: memória cultural e memória comunicativa. A primeira é uma memória de longa duração de uma sociedade. Um conhecimento coletivamente compartilhado sobre o passado, no qual o grupo apoia sua consciência de unidade e especificidade. Deve ser fixada através de ritos, imagens, textos, o que leva a repetições de geração em geração. A segunda é uma memória de curta duração. Apropriada através das conversas do dia a dia, vive da prática interativa num campo de tensões em que ocorre a presentificação do passado, através de indivíduos e grupos. Depende da existência de pessoas vivas e de comunicadores de experiências. Compreende cerca de 80 anos, três a quatro gerações.

A memória comunicativa é bem definida pelo psicólogo alemão Harald Welzer (2010). Segundo o autor, esta memória consiste na comunicação de membros de um grupo sobre o que eles consideram como seu próprio passado, em um jogo de troca com a grande narrativa do grupo. Assim, os significados atribuídos às informações não se constituem através de um processo meramente neuronal ou individual, mas através da comunicação.

O conceito de memória coletiva cunhado por Halbwachs, vem sendo questionado por pesquisadores como Pierre Nora, Michael Pollak, entre outros, por não incluir a esfera do “conflito”. Estes autores preferem o termo “memória social” ao invés de “memória coletiva”. Para Pollak (1992), memória e identidade podem ser negociadas, e não são fenômenos que devam ser compreendidos como essências de uma pessoa ou de um grupo. O confronto entre a memória individual e a memória dos outros mostra que a memória e a identidade são valores disputados em conflitos sociais e intergrupais.

O conceito sociológico de memória coletiva, forjado em uma perspectiva positivista, rompe com os psicologismos, abrindo novas perspectivas de análise histórica. Halbwachs parte de uma oposição ao universo da memória (situada em termos da experiência vivida, da imagem, do afeto) e o da história (situada em termos de uma crítica, de um problema, de conceitos). A formulação de tal dicotomia permitiu a demonstração dos mecanismos da constituição de uma memória coletiva, ou seja, mostrou as modalidades de seus enraizamento e da sua ligação a comunidades concretas. Assim, a história começaria onde terminaria a tradição. Halbwachs apresenta a história com o lugar da objetividade absoluta, da não implicação do sujeito histórico, da simples inscrição daquilo que ocorreu no plano puramente factual (SILVA, 2002).

De acordo com Meyhi (1994), a memória histórica é aquela construída por especialistas no trato da análise do passado. É o conhecimento elaborado em cima da documentação proposta por terceiros, a partir da seleção feita por contemporâneos que organizam determinada forma de ver o passado. Le Goff (1990) mostra os caminhos de elaboração da memória histórica, de

acordo com os princípios da “Nova História”.

A história dita “nova”, que se esforça por criar uma história científica a partir da memória coletiva, pode ser interpretada como “uma revolução da memória” fazendo a cumprir uma “rotação” em torno de alguns eixos fundamentais: “Uma problemática abertamente contemporânea... e uma iniciativa decididamente retrospectiva”, “a renúncia a uma temporalidade linear” em proveito dos tempos vividos múltiplos “nos níveis em que o individual se enraíza no social e no coletivo” (linguística, demografia, economia, biologia, cultura). História que fermenta a partir do estudo dos “lugares” da memória coletiva. “Lugares topográficos, como os arquivos, as bibliotecas e os museus; lugares monumentais como os cemitérios ou as arquiteturas; lugares simbólicos como as comemorações, as peregrinações, os aniversários ou os emblemas; lugares funcionais como os manuais, as autobiografias ou as associações: estes memoriais têm a sua história”. Mas não podemos esquecer os verdadeiros lugares da história, aqueles onde se deve procurar, não a sua elaboração, não a produção, mas os criadores e os denominadores da memória coletiva: “Estados, meios sociais e políticos, comunidades de experiências históricas ou de gerações, levadas a constituir os seus arquivos em função dos usos diferentes que fazem da memória” (LE GOFF, 1990, p. 474).

Ecléa Bosi (1979) afirma que o nó das objeções que Maurice Halbwachs fez a Bergson, consiste no ponto segundo o qual o universo das lembranças não se constitui do mesmo modo que o universo das percepções e das ideias. Todo o esforço científico e especulativo de Bergson centra-se no princípio da diferença: de um lado, o par percepção-ideia, nascido de um presente corporal contínuo; de outro, o fenômeno da lembrança, cujo aparecimento é explicado por outros meios. Essa oposição entre o perceber e o lembrar é o eixo do livro, que traz no título o selo da diferença: matéria/memória²⁹.

A primeira alusão ao fenômeno da lembrança no texto de Bergson, surge no momento em que se interroga sobre a passagem da percepção das coisas para o nível da consciência: “não há percepção que não esteja impregnada de lembranças” (apud BOSI, 1979, p. 8). Deste modo, enriquece o conceito de percepção como o mero resultado de uma interação do ambiente com o sistema nervoso. Bergson pensa na etimologia do verbo “lembrar-se”, em francês “se souvenir”, que significa “vir” “de baixo”. “Sous-venir”, vir à tona o que estava submerso. Esse afloramento do passado combina-se com o processo corporal e presente da percepção:

Aos dados imediatos e presentes dos nossos sentidos nós misturamos milhares de pormenores da nossa experiência passada. Quase sempre essas lembranças deslocam nossas percepções reais, das quais retemos então apenas algumas indicações, meros “signos” destinados a evocar antigas imagens (BERGSON, 1959, p. 183-184 apud BOSI, 1979, p. 9).

²⁹ Cf. BERGSON, Henri. **Matière et mémoire**. Paris: Presses Universitaires de France, 1959.

Bergson atribui à memória uma função decisiva no processo psicológico total. A memória permite a relação do corpo presente com o passado e interfere no processo “atual” das representações. Pela memória, o passado não só vem à tona, misturando-se com as percepções imediatas, como também “desloca” estas últimas, ocupando o espaço todo da consciência. As lembranças estão na cola das percepções atuais, “como a sombra junto ao corpo”. A memória seria o “lado subjetivo de nosso conhecimento das coisas”. Entrando em cena a lembrança, não se pode falar apenas de “percepção pura”. Bergson distingue entre esta última e a outra, mais rica e mais viva, que ele denomina “percepção concreta e complexa”. Na verdade, a única real, pois a percepção pura do presente, sem sombra nenhuma de memória, seria antes um conceito-limite do que uma experiência corrente de cada um de nós (BOSI, 1979, p. 9).

O que o método introspectivo de Bergson sugere é a conservação dos estados psíquicos já vividos. Conservação que nos permite escolher entre as alternativas que um novo estímulo pode oferecer. A memória teria a função de limitar a indeterminação (do pensamento e da ação) e de levar o sujeito a reproduzir formas de comportamento que já deram certo. A percepção concreta precisa valer-se do passado que se conservou; a memória é essa reserva crescente a cada instante e que dispõe da totalidade da nossa experiência adquirida (BOSI, 1979).

Bergson afirma que “é do presente que parte o chamado ao qual a lembrança responde” (apud BOSI, 1979, p. 10). O passado atua no presente, mas não de forma homogênea. De um lado, o corpo guarda esquemas de comportamento de que se vale muitas vezes automaticamente na sua ação sobre as coisas: trata-se da “memória-hábito”, memória dos mecanismos motores. De outro lado, ocorrem lembranças independentes de quaisquer hábitos: lembranças isoladas, singulares, que constituiriam autênticas ressurreições do passado, ou seja, a “memória-sonho”. A análise do cotidiano mostra que a relação entre essas duas formas de memória é conflitiva. Na medida em que a vida psicológica entra na bitola dos hábitos, e move-se para a ação e para os conhecimentos úteis ao trabalho social, resta pouca margem para o devaneio para onde flui a evocação espontânea das imagens, posta entre a vigília e o sonho.

A lembrança pura, quando se atualiza na “imagem-lembrança”, traz à tona da consciência um momento único, singular, não repetido, irreversível, da vida. Daí, também, o caráter não mecânico, mas evocativo, do seu aparecimento por via da memória. Sonho e poesia são feitos dessa matéria que estaria latente nas zonas profundas do psiquismo, a que Bergson denomina “inconsciente”. A imagem-lembrança refere-se a uma situação definida, individualizada, ao passo que a memória-hábito já se incorporou às práticas cotidianas. A memória-hábito parece fazer um só todo com a percepção do presente (BOSI, 1979).

Segundo Ecléa Bosi (1979), Bergson busca entender as relações entre a conservação do

passado e a sua articulação com o presente, a confluência de memória e percepção. Descreve o próprio dinamismo interno da memória como um processo que parte de uma imagem qualquer e, por meio de associações de similaridade ou de contiguidade, vai tocando outras imagens que formam com a primeira um “sistema”. A recordação seria, portanto, uma organização móvel cujo elemento de base ora é um aspecto, ora outro do passado; daí a diversidade dos “sistemas” que a memória pode produzir em cada um dos espectadores do mesmo fato.

Quanto mais pessoal, mais livre (menos socializada, menos presa à ação presente) for a lembrança, mais distante, rara e fugitiva será a sua atualização pela consciência. É o caso das imagens do sonho. Essas lembranças singulares devem, de algum modo, despersonalizar-se, banalizar-se, para se encaixarem na percepção atual que se põe como relação imediata e ativa do corpo com o mundo, do eu com a sociedade (BOSI, 1979).

Bergson quer mostrar que o passado se conserva inteiro e independente no espírito; e que o seu modo próprio de existência é inconsciente. Antes de ser atualizada pela consciência, toda lembrança “vive” em estado latente, potencial. O papel da consciência, quando solicitada a deliberar, é escolher, dentro do processo psíquico, justamente o que não é a consciência atual, trazendo-o à sua luz. Logo, a própria ação da consciência supõe o “outro”, ou seja, a existência de fenômenos e estados inconscientes que costumam ficar à sombra. É nesse reino de sombras que se deposita o tesouro da memória. Para Bosi (1979), importa reter o princípio central da memória em Bergson, como “conservação do passado”; este sobrevive, quer chamado pelo presente sob as formas da lembrança, quer em si mesmo, em estado inconsciente.

Em suma, a memória no sentido prezado pela psicologia – e como é trabalhada por Ecléa Bosi – calca-se nos mecanismos da rememoração, que dependem da relação entre o acontecimento, o indivíduo e o meio. Para os seguidores de Bergson, a memória é um conjunto do qual apenas é possível o registro de um fragmento. A coleção desses fragmentos é o que os psicólogos coletam para avaliar seu processo. Neste sentido, a memória é um trabalho e produz um determinado tipo de visão do passado (MEIHY, 1994).

Uma vez explicitadas as concepções de memória, partimos para a análise de nosso objeto de estudo. O Projeto Resgate Cultural visava “resgatar”, “conservar” e “reproduzir” a memória local em vias de se perder com o envelhecimento e morte de seus detentores e, através dela, contar a história de Cianorte. Intuito demonstrado nos ofícios e contratos da prefeitura, na entrevista com Izaura Varella, e logo no primeiro parágrafo do livro: “A história de uma cidade não é senão a biografia dos homens que a construíram. Na medida em que se estabelece a linha de vida de um pioneiro e vai-se contando as obras construídas por ele, delineia-se o perfil da cidade que sua história pessoal ajudou a construir” (CIOFFI et al, 1995, p. 1).

O Projeto Resgate Cultural vale-se do registro da memória comunicativa dos entrevistados para legitimar uma memória cultural já consolidada. Ao mesmo tempo, essa memória cultural, ancorada no discurso “norte do Paraná”³⁰, perpassa a narrativa dos depoentes, no jogo de troca explicitado por Welzer (2010). Isto porque, como define Halbwachs (2004), cada testemunha se identifica ao grupo pioneiro, e suas lembranças individuais se ancoram em pontos de referências externos, ou seja, nas histórias que são contadas na região, que atribuem o senso de heroísmo aos desbravadores do sertão.

O processo mitificador que justifica a existência deste grupo e o mantém coeso baseia-se no ideal de pioneirismo, bastante discutido na historiografia regional. No dicionário Aurélio são encontrados três sentidos para o termo pioneiro: o explorador de sertão, o precursor de uma obra e o antecipador de empreendimentos. No caso da produção simbólica sobre o norte do Paraná, a noção adquire nuances diferenciadas conforme a época e o grupo produtor da representação. Em muitos textos, o pioneiro é denominado bandeirante moderno. Em outras publicações, o pioneiro é aquele que está entre os primeiros que chegaram, derrubaram a mata e construíram as primeiras edificações (ADUM,1992).

No plano da crônica e da imprensa, após uma confusão inicial entre bandeirantismo e pioneirismo, o uso do termo pioneiro consolida-se como designação do cafeicultor. Essa consagração ocorre no plano do discurso político, uma vez que a própria organização dos cafeicultores enquanto classe no norte do Paraná se dá a partir da luta contra o Estado Novo. Provavelmente, resulta daí a preferência pelo termo pioneiro, que fornece uma identidade distinta do bandeirante, noção na qual o regime ditatorial de Vargas buscou sua legitimidade e a partir desta procurou cunhar as imagens oficiais da nação. Ainda assim, o predomínio do termo pioneiro não significou o desaparecimento total da designação de bandeirante, ocorrendo, às vezes, a coexistência entre os dois enunciados (ARIAS NETO, 1998).

O grupo pioneiro no norte do Paraná partilha de um mesmo conjunto de representações e de uma memória comum, que se caracteriza por uma atribuição de valores de heroísmo à ação colonizadora com base na livre iniciativa, capitaneada pela CTNP. O grupo termina por se identificar a esta ação colonizadora, assumindo para si tanto os valores como a visão liberal da história que a CTNP difunde em várias publicações ao longo dos anos. Diferente do aventureiro, o pioneiro cria raízes, estabelecendo-se de forma permanente, promovendo a instituição de condições sócio-espaciais que facilitam a estabilização da memória do grupo (ADUM, 1992).

Tomazi (1989) alega que o discurso oficial enaltece os capitalistas ingleses, fazendeiros,

³⁰ Cf. TOMAZI, Nelson Dacio. “Norte do Paraná”: História e Fantasmagorias. Curitiba, Tese de Doutorado, UFPR, 1997. O discurso “norte do Paraná” é explicitado no Capítulo III.

diretores e funcionários da Companhia de Terras e lhes atribui a causa da pujança regional. No livro comemorativo do cinquentenário da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, destaca-se a importância da iniciativa individual, do tino empresarial destes pioneiros. As fotografias dos “mais importantes” foram publicadas como se fossem bustos, para nunca mais serem esquecidos. Esta história contada pela CMNP (1975) exalta a figura de grandes personagens, que por si só explicam o crescimento e o progresso da região. Para Cesário (1991), estes “grandes pioneiros” constituíram uma elite que atuou na política local e deixou aos seus herdeiros a liderança nestas cidades.

Em contrapartida, de acordo com Almeida (1995), os “verdadeiros desbravadores” não têm nome, nem memória. São raros os estudos dedicados aos “pioneiros autênticos”, pequenos agricultores que chegaram à região, atraídos pela promessa de lucro fácil e rápido, mas que tiveram suas trajetórias marcadas por grandes dificuldades socioeconômicas. Nesta perspectiva, as pessoas simples, migrantes anônimos que derrubaram as matas, adquiriram pequenos lotes de terras parcelados e que, de acordo com Cancian (1981), também participaram da produção do café no Estado, teriam sido esquecidos pela História Regional.

Conforme Arias Neto (1998), não se trata de negar o desenvolvimento do norte do Paraná. E sim perceber como as representações que buscaram legitimá-lo, atropelaram determinados atores deste crescimento. A presença de homens e mulheres, os quais atuaram na construção da região, foi dissimulada pelo ímpeto das imagens do progresso e suas memórias foram soterradas por cronistas, historiadores e cientistas sociais, cujos olhares estavam ofuscados pelo brilho da “Cidade de Ouro”, uma das alcunhas de Londrina.

Alguns trabalhos que visam criticar o discurso oficial acabam por reforçar “por contraste” a mitologia do pioneirismo. Neste sentido, dizer que as memórias dos homens e mulheres que ajudaram a construir a região foram soterradas, como faz Arias Neto, é mais apropriado do que afirmar que os “verdadeiros desbravadores” não têm nome, nem memória, como afirma Almeida. Haja vista que os pequenos agricultores não são propriamente “pioneiros sem memória”, e sim, detentores de uma “memória subalterna” (PONCE MARTINS, 2012).

Esta oposição entre “grandes” e “pequenos pioneiros” evidencia uma disputa entre a história dos vencedores e a dos vencidos³¹. Enquanto a historiografia tradicional destaca a ação dos que venceram, reforçando a ideia de que a região só trouxe prosperidade aos que nela

³¹ Há pioneiros vencedores: grandes fazendeiros, companhias imobiliárias, oportunistas que enriqueceram ilicitamente aplicando golpes de terras, especuladores e mesmo colonos que acumularam penosamente certo capital com seu trabalho. Há, porém, aqueles pioneiros que são vencidos: os incautos que se deixaram seduzir pelo otimismo da época e perderam suas economias adquirindo falsos títulos, e a grande massa de trabalhadores rurais duramente explorados (ARIAS NETO, 1998).

investiram; estudos mais recentes, demonstram as consequências acarretadas pelo progresso, como o desmatamento e a exploração do trabalho (PONCE MARTINS, 2012).

O conceito de pioneiro do Projeto Resgate Cultural parece remeter ao que Monbeig (1984) definiu na década de 1940, ou seja, todos os agentes que participaram da edificação da região: grandes fazendeiros, grileiros, vendedores de terras, colonos, meeiros, pequenos proprietários e assalariados. Pois buscou entrevistar o maior número possível de pessoas que ajudaram a abrir Cianorte. Assim, definem as professoras:

As conquistas e obras de Cianorte se devem aos humildes abridores de estradas e clareiras, tratoristas, motoristas, mecânicos, marceneiros e carpinteiros, topógrafos, agricultores, donas de casa, porque executaram as obras planejadas por patrões, engenheiros e diretores, enfrentando as agruras do sertão. O termo pioneiro é usado neste trabalho como “explorador de sertões; o primeiro que abre ou descobre caminhos através de região mal conhecida”, de acordo com a definição dada em dicionários. O termo não foi empregado com o sentido de herói, mesmo porque a maioria aportou nessas terras cobertas de mato e cheia de obstáculos, movida pela ambição de enriquecer, melhorar de vida e vencer, sonho comum de todo ser humano (MESQUITA, 1995, p. 104-105).

Contudo, segundo Tomazi (1997), ao designar como pioneiros todos que vieram no início da ocupação, o discurso dominante oculta a diversidade de classe e transmite a ideia de que todos tinham os mesmos interesses e chances de progredir. Além disso, na redação do livro, as professoras priorizam os depoimentos dos grandes pioneiros, como funcionários da CMNP, políticos e empresários. Para exemplificar, comparamos o modo como foram referenciados o empreiteiro e auxiliar de serviços gerais, Karol Kopzynsk e o engenheiro agrônomo e diretor adjunto da CMNP, Paulo de Moraes Barros Neto.

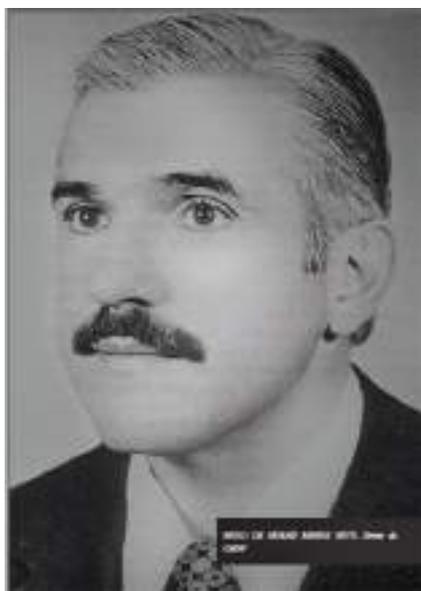
Lembramos que a ideia de registrar as histórias dos pioneiros surgiu por causa de “Seu Karol”, que trabalhava na escola em que Izaura Varella era diretora, e vivia contando anedotas do início da cidade. Não obstante fosse a inspiração do Projeto, Karol Kopzynsk foi mencionado apenas duas vezes no livro. E suas falas são deveras resumidas. Como esta, que não passa de duas linhas: “Para trabalhar na roça a gente usava roupa de morim, de algodão ou então desmanchava saco de açúcar e fazia camisa (KOPZYNSK apud MESQUITA, 1995, p. 109).

As autoras nem perceberam que o sobrenome de Karol foi escrito de três maneiras diferentes. Na página 90, é grafado sem a letra “p”, “Kozynsk”. Na lista dos entrevistados, na página 443, aparece como “Kopczynnsky” – igual na lista manuscrita, onde é o nome que difere, “Carol”. Izaura Varella (2018) explica que o sobrenome é de origem polonesa. Após gaguejar ao pronunciá-lo, ela prefere falar apenas “Seu Karol”. Adotamos “Kopzynsk”, como escrito na

página 109, porque o som se aproxima mais do que foi dito por Varella. A entrevista de Karol Kopzynsk não estava entre documentos do Projeto Resgate Cultural, nem nos foi cedida.

De Karol, jamais saberemos a história, nem conheceremos o rosto. Foi um dos tantos pioneiros anônimos, esquecido em um livro que lhe prometia dar voz. Ao contrário, o nome de Paulo de Moraes Barros Neto é citado inúmeras vezes, suas falas ocupam longos parágrafos e seu discurso embasa várias passagens, chegando a ser incorporado pelas autoras. Graças à entrevista, reconhecemos passagens do livro que, embora não sejam atribuídas a Barros Neto, foram ditas por ele. Além de sua imagem estar estampada ao lado de outros diretores da CMNP.

Figura 31: Paulo de Moraes Barros Neto, Diretor da CMNP.



Fonte: CMNP, 1975, p. 125.



Fonte: MESQUITA, 1995, p. 78.

Paulo de Moraes Barros Neto é um exemplo de grande pioneiro, de vencedor. Foi o responsável pela abertura de Cianorte e teve seu trabalho reconhecido pela Companhia³². Sua entrevista³³ foi a segunda a que tivemos acesso. Izaura Varella pediu que a transcrevêssemos. O fato de termos o depoimento de Barros Neto e o de Kopzynsk não, faz com que o primeiro

³²Ao Diretor Paulo de Moraes Barros Neto, a Companhia Melhoramentos Norte do Paraná atribuiu a grande responsabilidade de abrir e administrar novas frentes de colonização na região de Cianorte. Paulo de Moraes Barros Neto veio de Piracicaba, onde dirigia a velha fazenda da família. Contratado para colaborar nos planos da empresa, primeiramente estagiou em Maringá, ao lado de Alfredo Nyffeller. Depois, radicou-se em Cianorte, enfeixando em suas mãos todas as responsabilidades administrativas e comerciais nas áreas situadas a margem esquerda do rio Ivaí. Teve papel destacado no planejamento e execução do Projeto CONDEPE, bem como o Projeto de Sementes Seleccionadas (CMNP, 1975, p. 120; 122). O engenheiro agrônomo Paulo Moraes Barros Neto colaborou para o êxito dos empreendimentos da Companhia, iniciados no princípio da década de cinquenta. Por essa época, estava à frente do Escritório de Cianorte. Além de distribuições ligadas à atividade agrícola e pecuária, dirigia a colonização da Gleba Cruzeiro, com autoridade também sobre as indústrias de madeira e de cerâmica, sobre os trabalhos de abertura e conservação de estradas, bem como de supervisão da área (CMNP, 1975, p. 174).

³³ BARROS NETO, Paulo de Moraes. Entrevista concedida à Wilma Mesquita. Cianorte, 14 de maio de 1984.

seja mais citado em nossa tese, todavia, não torna o segundo mais importante. Infelizmente, mais uma vez a História Oficial se sobrepôs, ao silenciar Kopzynsk.

É possível que o discurso oficial tenha prevalecido no livro porque, segundo Izaura Varella (2018), o Projeto Resgate Cultural teve acesso aos documentos da Companhia com facilidade – visto que o esposo de Wilma Kobayashi Mesquita, Luís Mesquita³⁴, era engenheiro da empresa. Ou por terem usado como referência bibliográfica principal, a publicação da CMNP (1975). Inúmeras passagens e imagens foram retiradas desta. E há um subcapítulo dedicado à formação da Companhia. Vale lembrar que os parâmetros da historiografia tradicional ainda estavam em voga no Brasil da década de 1980, enquanto que a História Oral trilhava seus primeiros caminhos. Embasar-se em um livro pronto e reproduzir os depoimentos que condizem com sua narrativa é bem menos trabalhoso do que perscrutar a fala de anônimos.

Portanto, embora as professoras tenham entrevistado um grande número de pessoas, de várias classes sociais, a maioria dos testemunhos publicados se adequam ao discurso oficial, ocultando a dimensão do “conflito”. Diante disso, propomo-nos a analisar cada depoimento, a fim de apreender os confrontos e negociações possíveis entre as lembranças individuais e a memória social consolidada. Visando descobrir o que as professoras deixaram de lado e por quê. E, a partir da teoria bergsoniana, entender como se processa a conservação do passado e a sua articulação com o presente, a confluência entre memória e percepção em cada entrevistado. Considerando a diversidade de “sistemas” que a memória pode produzir, pois os elementos de base da recordação variam em cada um dos espectadores do mesmo fato.

Na análise das memórias dos pioneiros, também nos valem os conceitos de “ilusão biográfica” de Pierre Bourdieu e “memória pública” de Alistair Thomson. Bourdieu (2001) alerta que, ao expor suas memórias, o indivíduo seleciona certos acontecimentos significativos em detrimento de outros e estabelece entre eles conexões a fim de dar-lhes coerência, gerando sentidos a partir de uma retórica ordenadora da descontinuidade do real. Trata-se de um esforço de representação, de produção de si mesmo. É um discurso formulado com um objetivo, num momento posterior e afastado da dinâmica dos acontecimentos. Com isso, as experiências de vida são submetidas a uma lógica discursiva que enfatiza a sucessão e a vinculação entre os acontecimentos, produzindo uma unidade coerente onde só existiriam fragmentos.

Bourdieu percebe que a unidade do “eu” é, na verdade, uma formidável abstração. A

³⁴O engenheiro agrônomo Luiz Ferraz de Mesquita Filho foi contratado pela Companhia em 1953, quando esta iniciou as atividades agropecuárias. Especialista em café, trabalhava no escritório de Cianorte, com o também agrônomo José Carlos Turato, especializado em gado. Segundo a CMNP (1975, p.175), “ambos colaboraram com grande entusiasmo na implantação dos novos planos da Companhia”. Contribuiu na edição comemorativa do cinquentenário da CMNP, quando ocupava o cargo de Diretor Adjunto.

ilusão biográfica compreende a ideia de uma identidade coerente; de um todo, com projetos e intenções; de uma trajetória de acontecimentos sucessivos, onde se representa a vida como estrada, caminho, carreira, corrida, etc. Além disso, a ordem cronológica com que organizam biografias imprime uma lógica retrospectiva e prospectiva, preocupada em dar sentido à existência (ALBERTI, 2005).

O conceito de “ilusão biográfica”, segundo o qual o indivíduo incorpora um sentido a sua trajetória, como se tudo levasse a um fim predeterminado, é importante na compreensão da narrativa dos entrevistados. De uma maneira geral, a identidade assumida pelo depoente é a de “pioneiro” e o “sentido” conferido à sua vida leva à chegada em Cianorte e sua atuação no desenvolvimento da cidade. Pois este é o tema central do roteiro das entrevistas. Obviamente, muitos aspectos serão deixados de lado, não somente pela seleção intencional do entrevistado, mas por não se tratarem de entrevistas de história de vida. No entanto, o modo como cada testemunha rememora e constrói sua trajetória deve ser estudado individualmente. A questão do “sentido” também é abordada por Thomson (1997):

Compomos nossas reminiscências para dar sentido à nossa vida passada e presente. **Composição** é um termo adequadamente ambíguo para descrever o processo de “construção” de reminiscências. De certa forma, nós a compomos ou construímos utilizando as linguagens e os significados conhecidos de nossa cultura (THOMSON, 1997, p. 56, grifo do autor).

A exposição pública do passado é utilizada como apoio ao constante processo de dar sentido a experiências pessoais, levando à reflexão e incitando à comparação entre os relatos mais genéricos e as particularidades das experiências pessoais lembradas. Pois, se o papel da exposição pública é generalizar o significado, deve ser desempenhado através da apresentação de imagens e categorias interpretativas dentro de padrões sociais mais amplos. A memória popular age desta forma, e tenta generalizar os significados de modo a reunir e dar uma mesma forma a uma multiplicidade de experiências pessoais e específicas, assim recriando nas pessoas o sentido do passado (THOMSON, 1997).

As imagens e linguagens disponíveis usadas pelo público nunca se encaixam perfeitamente às experiências pessoais e há sempre uma tensão que pode ser manifestada através de um desconforto latente, da comparação ou da avaliação. Portanto, os relatos coletivos que usamos para narrar e lembrar experiências não necessariamente apagam experiências que não fazem sentido para a coletividade. Incoerentes, desestruturadas e, na verdade, “não-lembradas”, essas experiências podem permanecer na memória e se manifestar em outras épocas e lugares, ou através de imagens menos conscientes. Experiências novas ampliam

constantemente as imagens antigas e, no final, exigem e geram novas formas de compreensão. A memória gira em torno da relação passado-presente, e envolve um processo contínuo de reconstrução e transformação das experiências lembradas, em função das mudanças nos relatos públicos sobre o passado. Que memórias escolhemos para recordar e relatar e como damos sentido a elas são coisas que mudam com o passar do tempo (THOMSON, 1997).

Para Thomson (1997), nossas reminiscências variam conforme as alterações sofridas por nossa identidade pessoal, levando a um segundo sentido, mais psicológico, da composição: a necessidade de compor um passado com o qual possamos conviver. O que supõe uma reação dialética entre memória e identidade. Nossa identidade é a consciência do “eu” que, com o passar do tempo, construímos através da interação com outras pessoas e com nossa própria vivência. E através do processo de contar histórias para nós mesmos – como histórias secretas ou fantasias – ou para outras pessoas, no convívio social.

O processo de recordar é uma das principais formas de nos identificarmos quando narramos uma história. Identificamos o que pensamos que éramos no passado, quem pensamos que somos no presente e o que gostaríamos de ser. As histórias que relembramos não são representações exatas de nosso passado, mas trazem aspectos deste e os moldam para que se ajustem às nossas identidades e aspirações atuais. Assim, nossa identidade molda nossas reminiscências; quem acreditamos que somos no momento e o que queremos ser afetam o que julgamos ter sido. Reminiscências são “passados importantes” que compomos para dar um sentido mais satisfatório à nossa vida, à medida que o tempo passa, e para que exista maior consonância entre identidades passadas e presentes (THOMSON, 1997).

Entretanto, segundo Thomson (1997), essas histórias de vida raramente conseguem proporcionar um domínio completo e satisfatório das experiências do passado. As tentativas de compor um passado nunca são inteiramente bem-sucedidas, e o resultado é uma ansiedade não-resolvida e identidades fragmentadas e contraditórias. A “composição”, por ser baseada em bloqueios e exclusões, nunca é plenamente alcançada; é constantemente ameaçada, abalada, despedaçada. Historiadores orais ouvem as narrativas, mas descuidam-se desses significados. Do mesmo modo que as histórias baseadas em reminiscências revelam como uma pessoa compôs seu passado, esses significados ocultos podem revelar experiências e sentimentos que foram silenciados por não se ajustarem às normas usuais ou à própria identidade da pessoa.

Thomson (1997) estabelece uma importante relação teórica entre os dois significados da composição. Em primeiro lugar, que o processo aparentemente pessoal de compor reminiscências seguras é, na verdade, um processo inteiramente público. Em segundo, que as reminiscências podem ser temerárias e dolorosas se não corresponderem às história ou mitos

estabelecidos e, por isso, são compostas a fim de se ajustarem ao que é normalmente aceito. Portanto, assim como buscamos a afirmação de nossa identidade pessoal dentro da comunidade específica em que vivemos, buscamos também a afirmação de nossas reminiscências.

Thomson (1997) usa o termo “reconhecimento” para descrever o processo de afirmação pública de identidades e reminiscências. O reconhecimento é essencial para a sobrevivência social e emocional. A alienação e a exclusão como alternativa podem ser algo psicologicamente devastador. Podemos buscar o reconhecimento em outras comunidades ou relacionamentos mais empáticos, mas nossas lembranças precisam ser apoiadas pelo reconhecimento público. Portanto, são compostas de modo a serem reconhecidas e confirmadas.

As histórias que as pessoas contam sobre um aspecto de sua vida, seja vida em família, atividade política, trabalho, são também histórias públicas. Podem não ser grandes lendas nacionais, mas são histórias públicas a respeito da vida em família em uma época, ou acerca de como era o trabalho em uma fábrica, ou de um determinado evento político. Pública não se restringe apenas às histórias da televisão, dos livros e assim por diante. O “Público” pode ser um conceito muito menos abrangente, uma família, um local de trabalho, um clube. Dentro de uma família, existem histórias que se tornam mais convincentes e aceitas (THOMSON, 1997).

O modelo teórico de Thomson (1997) parte do princípio de que ao examinar, ouvir e ler as entrevistas, devemos atentar para quais são as relações entre o modo como esse indivíduo rememora suas experiências e os tipos de histórias públicas sobre essas experiências. Pois há uma relação dialética entre nossas lembranças e nossa identidade. Em quaisquer lembranças sempre existirá algum tipo de luta ou tensão entre nossas experiências pessoais e as histórias coletivas ou públicas dessa experiência ou evento.

Construímos nossa identidade em relação a histórias de outras pessoas a nosso respeito e nossas próprias histórias a nosso respeito, histórias a respeito de nosso passado e nosso presente e acerca daquilo que queremos nos tornar. Assim, se nossa identidade é nossa percepção de quem somos agora, quem fomos e quem queremos nos tornar, não é apenas uma história, pode ter várias correntes, pode ser fragmentada. A memória é obviamente uma parte crucial disso, pois uma parte muito importante é “de onde vim”, “como me tornei quem sou agora”. Então, as maneiras pelas quais contamos nossas histórias do passado são uma das formas cruciais pelas quais construímos nossa percepção de quem somos agora. [...] frequentemente vai existir uma tensão entre nossa ideia, aquilo que queremos ser agora e, talvez, aquilo que aconteceu no passado. Então, uma das lutas da nossa lembrança, é a tensão entre experiência passada e identidade atual. [...] Portanto, de certa forma, existem duas tensões ou lutas que desejo salientar. Uma é essa luta em um nível mais pessoal ou psicológico entre nossa identidade e nossas lembranças e a tentativa de alinhá-las e outra é a luta entre nossas próprias experiências e lembranças e as histórias públicas. E creio que, quando analisamos as histórias em nossas entrevistas, essas seriam as duas versões que eu gostaria de explorar no

depoimento oral. A luta entre minha história e as histórias públicas da minha vida, e a luta entre como quero me representar como uma pessoa agora e de onde vim e a luta para mudar a percepção do meu “self” [eu] através de lembranças (THOMSON, 1997, p. 80-81).

Entretanto, essas histórias estarão sempre em conflito com histórias mais persuasivas de outras pessoas que querem representá-los de formas diversas. Então, uma das lutas e questões da História Oral, em projetos comunitários, é não apenas contestar as histórias públicas, mas estar ciente de que há um processo de interiorização destas histórias públicas e que as entrevistas são frequentemente um processo para desfazer e encontrar as histórias de sua vida, que não estão contaminadas pelos relatos que não traduzem sua realidade (THOMSON, 1997).

Com base nas concepções teórico-metodológicas de Thomson, analisamos como se processa a composição das reminiscências dos entrevistados do Projeto Resgate Cultural e a maneira como se valem da memória pública para dar sentido às suas lembranças pessoais. Investigar como constroem sua identidade ao narrar suas histórias, que se relacionam mais com o próprio presente do que com o passado, que é moldado para servir aos propósitos atuais – no caso, o roteiro elaborado pelas professoras. Ou seja, estudar como essas questões e o modo como a testemunha identifica-se no momento moldam a narrativa de suas lembranças. Tendo em mente que experiências e sentimentos podem ter sido silenciados para se adequar à memória social do grupo pioneiro, no qual o depoente busca reconhecimento. Visamos descobrir a relação dialética entre história contada pelo entrevistado e as histórias públicas acerca dos eventos por ele relatados.

Uma vez que as memórias relatadas e o sentido dado a elas modificam-se com o tempo, no caso de testemunhas entrevistadas duas vezes, como o ex-prefeito Edno Guimarães³⁵, é imprescindível observar como a relação passado-presente se reflete na construção das experiências rememoradas. Verificando se houve mudanças nos relatos públicos sobre a história de Cianorte que possam ter transformado o sentido que o depoente concede à narrativa de suas recordações. E em que medida suas novas experiências ampliaram as imagens antigas e/ou modificaram sua identidade pessoal.

2.7. Considerações sobre o Projeto Resgate Cultural, o livro “Cianorte: sua história contada pelos pioneiros” e suas fontes

³⁵ GUIMARÃES, Edno. Entrevista concedida à Helena Cioffi. Cianorte, 29 de setembro de 1987; GUIMARÃES, Edno. Entrevista concedida à Helena Cioffi. Cianorte, 09 de julho de 1992.

O livro “Cianorte: sua história contada pelos pioneiros” (1995), é fundamental para compreensão dos alcances do Projeto Resgate Cultural. Em uma primeira leitura, percebemos que o intuito anunciado em seu título e introdução, condizente com o material levantado, parece não ter sido alcançado. Seu conteúdo reproduz o discurso da CTNP/CMNP³⁶, empresa que colonizou parte do norte e noroeste do Paraná e construiu a versão oficial da História Regional.

Como inúmeros depoimentos são citados no livro, podemos compará-los com as transcrições das entrevistas. Deste modo, é possível verificar as “seleções”, “omissões”, “adaptações” ou mesmo “distorções” nos trechos publicadas. Além de comparar as histórias contadas pelos pioneiros com a divulgada pela CMNP (1975), perscrutando possíveis confluências. Seguem-se alguns exemplos.

Embora a historiografia tradicional oculte a presença dos “vencidos”, vale lembrar que o mesmo não se dá com o Projeto Resgate Cultural. As professoras não deixaram de pesquisar a história de indígenas e caboclos que viviam na região de Cianorte, muito antes dos pioneiros. No primeiro capítulo, “Aspectos Físicos e Humanos”, escrito por Izaura Varella, as páginas 39 a 51 são dedicadas aos “primeiros habitantes”, os Xetá e os Sutis. Não é muito em um livro de 444 páginas. Mas pode ser justificado diante das poucas fontes apresentadas.

Para os Xetá são dedicadas apenas quatro páginas, cujas informações vem de estudos de José Louzeiro Fernandes (1958), Reinhard Maack (1962) e Vladimir Kozak³⁷ e de uma reportagem da “Folha de Londrina”, escrita por Joel Gehlem, sem data. Não há depoimentos dos pioneiros sobre os Xetás, nem fotografias sobre este povo. Apenas um parco resumo sobre seu modo de vida e sua cultura. Izaura Varella escreve que andavam nus até no inverno, eram caçadores-coletores primitivos que viviam na Idade da Pedra Lascada e muito dóceis. E aborda a questão da religiosidade de forma rasa e simplória: “[Na] sua relação intrínseca com a natureza, chegavam a ser místicos, ingênuos, supersticiosos” (apud CIOFFI et al., 1995, p. 40).

Os Xetás ou Heta, a partir da década de 1950, no noroeste do Estado, foram drasticamente extintos no contato com o mundo civilizado, pelo avanço das companhias colonizadoras e em nome da imigração dos primeiros habitantes brancos, que buscavam novas oportunidades de progresso. Nunca se soube ao certo quanto teria sido a população de Serra dos Dourados. Hoje, segundo a FUNAI/SUER, 1ª região, Curitiba, Paraná, restam apenas seis sobreviventes. Esta extinção progressiva não se fez com violência, com a força das armas ou métodos escusos aos Xetás, mas pela própria ocupação da terra pelos pioneiros, que os empurravam para o interior da Serra dos Dourados (atualmente município de Douradina), provocando a dissolução das aldeias e

³⁶Companhia de Terras Norte do Paraná/Companhia Melhoramentos Norte do Paraná. A CTNP foi fundada em 1924, por um grupo inglês que obteve concessões do Estado entre os Rios Paranapanema, Ivaí e Tibagi. Vendida a um consórcio brasileiro em 1947, tornou-se a CMNP (ALBUQUERQUE, 1995).

³⁷No livro, constam apenas o autor e a data. Não há referências completas sobre as obras consultadas.

a aculturação dos Xetás sobreviventes (VARELLA, 1995, p. 41- 42).

Neste trecho, vemos a ocultação do “conflito”, nos mesmos moldes do discurso produzido pela CMNP. Não houve violência, os pioneiros só “empurraram” os Xetás. Mas só sobrou seis deles! O que é contradito no próprio texto: “Embora tenham vivido por séculos, não resistiram ao avanço dos colonizadores, na década de 1940 e em menos de vinte anos foram totalmente dizimados e seu espaço vital destruído pelas queimadas, geadas e plantadores de café” (VARELLA, 1995, p. 40). Terem seu espaço destruído e serem dizimados não são provas suficientes da violência que acometeu os Xetás, que eram tão dóceis?

A parte dedicada aos Sutis, “O índio – um intruso nas terras colonizadas ou um nômade expulso do seu habitat pelo progresso?”, estende-se da página 43 a 51. Não tem referências a pesquisadores, mas conta com depoimentos de pioneiros que tiveram contato ou ouviram falar dessa população. E uma entrevista realizada com o último remanescente dos Sutis.

As professoras de História, **IRENE GIMENES PRAXEDES** e **HELENA CIOFFI**, coautoras deste livro, revelaram-se ao longo dos sete anos de pesquisa, determinadas e persistentes na procura e identificação de algum remanescente dos **SUTIS**. Em uma conversa informal com **HELENA ROCHA DE MORAIS BARROS**, foram informadas que um sobrevivente dos Sutis poderia ser encontrado num no município de Tuneiras do Oeste. Em 10 de maio de 1994, finalmente elas localizaram o provável último sobrevivente do grupo nômade dos Sutis, o **Sr. ANTONIO AFONSO SUBTIL**, morador do Distrito de Cuaraitava, município de Tuneiras do Oeste (VARELLA, 1995, p. 49-50, grifos da autora).

Tivemos acesso ao depoimento de Helena de Moraes Barros³⁸, esposa de Paulo de Moraes Barros Neto, no qual os Sutis são mencionados, quando Wilma Kobayashi Mesquita lhe pergunta sobre a presença de populações caboclas na região:

Havia os sutis. Os sutis eram uma família, uma família de... De porcadeiros que se enquistou no mato. Eles, é... O pessoal daqui chamavam de safristas. Porque eles derrubavam o mato, plantavam milho, soltavam os porcos no milho, engordavam e traziam por dentro da mata. Até hoje ainda existe, dentro das matas da Companhia, o picadão dos sutis. Que era por onde os sutis traziam os porcos pra vender na cidade. E eles então, ia na medida que a civilização ia chegando, ia empurrando eles pra mais longe. E era uma, uma... gente esquisita, com... Que se casou muito entre si, havia muita consanguinidade, eram uns tipos exóticos [...]. Eu já não cheguei a ver. Quem teve mais contato com eles foi o seu Wilson Varella. Porque o seu Wilson tomava conta dessa parte toda, e foi ele, ele fez amizade com os sutis e foi ele quem comprava farinha. Os sutis faziam farinha de mandioca, muito boa! E o seu Wilson, então, entrou em contato com eles e ficou amigo deles. E como

³⁸ BARROS, Helena de Moraes. Entrevista concedida a Wilma Mesquita. Cianorte, 02 de maio de 1984. Transcrita por Gelise Cristine Ponce Martins em 20 de setembro de 2017.

ele ficou amigo deles, na hora que era... foi necessário tirar eles daqui, pra recolocar pra adiante, foi o seu Wilson Varella que entrou nas negociações e que ajudou. [...] E, provavelmente, estão aí misturados com todo mundo. Principalmente, aí pro lado onde eles foram colocados. Que deve ser para adiante de Cruzeiro... (BARROS, 1984).

Wilma Kobayashi Mesquita questiona se os Sutig se julgavam donos da terra, ao que Helena de Moraes Barros (1984) responde: “Não, eles não se julgavam donos de nada! Eles eram livres! Nômades, livres e safristas. Safrista derruba o mato e vai para frente, como índio. [...] como índios brancos (risos), que criavam porcos”.

É interessante notar a percepção de uma mulher da elite³⁹ a respeito dos “nativos”. Índio ou caboclo, pra ela não tinha muita diferença, eram “incivilizados” e não se importavam com terras. “Eles não estavam interessados em ficar dentro de... da civilização, porque eles não queriam comprar terras”. Sua opinião condiz com a das autoridades, visto que o prefeito Wilson Varella negociou para “tirar eles daqui”. E com a da historiografia tradicional que não se preocupou em estudar a presença de índios e caboclos no norte do Paraná.

Este depoimento de Helena de Moraes Barros é citado no livro, de forma adaptada. Alguns trechos são resumidos, talvez para maior inteligibilidade. O que demonstra que, ao menos na publicação, as entrevistas não foram transcritas literalmente. Constam no mesmo capítulo mais nove depoimentos sobre os Sutig. A maioria deles, mais extenso do que o trecho da entrevista do próprio remanescente desse povo, o senhor Antonio Afonso Subtil, transcrito em meia página. Menos do que suas duas fotografias que são reproduzidas em uma página. O maior destaque é para o depoimento de Wilson Ferreira Varella, que ocupa duas páginas inteiras. Ele é visto como uma autoridade em relação aos Sutig por ter tido contato com o grupo. Porém, o mesmo afirma que só falava com o chefe ou “cacique”, os demais permaneciam mudos. Então, como pode saber mais do que aquele que viveu em meio aos Sutig?

Os demais depoimentos enfatizam que não eram índios, eram “posseiros” nas terras da CMNP. Não “trabalhavam”, só plantavam milho, mandioca e criavam porcos. Falavam uma língua “diferente”, com um vocabulário menor e palavras “inventadas”. Foram removidos pela Companhia que os indenizou e cedeu-lhes outras terras. O local dessas “outras” terras varia: Serra dos Dourados, Cruzeiro do Oeste, Campo Mourão. Ninguém sabe ao certo. E dizem que os Sutig venderam as tais terras e voltaram depois. Era uma população arisca, que recusava contato e fugia ao toque de uma simples buzina de carro. Conforme conta José Cardoso Pinto:

Os Sutig moravam aqui perto de São Tomé e foram transferidos. Eu mandei

³⁹ Segundo Izaura Varella (2018), ela ia de carro com motorista para comprar verduras na esquina de casa.

dois caminhões mudá-los e foi um dirigente que entendia a linguagem deles, estava acostumado com eles. Então pedi aos motoristas que quando lá chegassem não buzinassem os carros porque nunca tinham ouvido buzina de um carro. Um dos motoristas não obedeceu e buzinou. Depois foi a mesma coisa que juntar gado esparramado. Eles viraram para o mato, se esconderam, aí deu o que fazer pra tirar eles de lá. Gastaram um dia e uma noite pra tirarem os Sutis do meio do mato e levaram eles para uma gleba de Campo Mourão, lá em Roncador. Eles eram uma família grande. Uma espécie de família que cresceu e aumentou. Então, a Cia. arrumou essas terras lá e tiraram eles daqui (VARELLA, 1995, p. 47).

O conhecimento produzido sobre os Sutis é indiciário. Todos os depoimentos são de pessoas estranhas à comunidade de caboclos, que os descrevem de modo preconceituoso. Com exceção do testemunho de Antonio Afonso Subtil, que viveu nas matas só até os 10 anos de idade e já era idoso quando foi entrevistado. Não tivemos acesso à sua entrevista, mas pelo que foi transcrito, supomos que se trata de um depoimento curto e pouco esclarecedor. Contudo, não há uma discussão acerca de toda esta problemática. As entrevistas são dadas como fontes inquestionáveis, ainda que se contradigam em vários aspectos.

Porém, só o fato do Projeto Resgate Cultural ter pesquisado sobre caboclos e indígenas, e entrevistado “pequenos” pioneiros como seu Karol, demonstra que as professoras não estavam alheias às propostas da Nova Esquerda Inglesa, com a “história vista de baixo”, ou da Nova História Cultural, em sua valorização do indivíduo e do cotidiano, em voga na década de 1980. O termo “cultural” presente no título do projeto também é significativo. O que nos leva a indagar sobre que tipo de “história de Cianorte”, as professoras visavam construir e a história que de fato escreveram. Para tanto, faz-se necessário, além das entrevistas, analisar as outras fontes utilizadas pelas professoras na redação do livro. As fotos, jornais e demais documentos do Projeto Resgate Cultural encontrados no Centro de Eventos Yoshito Mori.

2.7.1. Comemorações e memória

O que os jornais, ofícios, panfletos e até mesmo algumas das fotografias tem em comum, é o fato de se referirem às comemorações. As festividades de aniversário de Cianorte envolvem toda uma programação cultural, organizada por uma comissão designada somente para este fim, que não poupa esforços para promovê-las. Tudo é fotografado, com destaque para a presença das autoridades. Os jornais locais e regionais publicam edições especiais sobre a cidade e sua história gloriosa, marcada pelo progresso. E a presença constante da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná é muito bem documentada. Deste modo, é mister analisar o fenômeno das comemorações, em suas ligações intrínsecas com a questão da memória,

relacionando-o às narrativas derivadas dos festejos de Cianorte, reproduzidas até hoje.

Segundo Silva (2002), comemorar significa reviver de forma coletiva a memória de um acontecimento considerado como ato fundador. A conjuntura memorial atual, voltada para um retorno ao passado, inscreve-se num momento de incertezas do presente e de imprevisibilidades do futuro. Assim, a comemoração demonstra que o acontecimento “rememorado”, por seu valor simbólico, pode se reportar ao devir⁴⁰. Em busca de um consenso comunitário, o poder político investe nas lembranças das grandes datas, de modo a encontrar no passado uma legitimidade histórica. Todo um dispositivo comemorativo (colóquios intelectuais, exposições artísticas, festas populares) é implementado para celebrar o acontecimento na sua visão idealizada.

O passado de Cianorte é “rememorado/comemorado”⁴¹ nas festividades do aniversário da cidade, que contam com exposições fotográficas, reportagens especiais sobre sua história e homenagens aos pioneiros. Este fenômeno diz mais sobre o presente do que sobre o próprio passado. Pois, conforme Silva (2002), o processo comemorativo consiste em penetrar o acontecimento pretérito na realidade e nas questões do presente, criando a contemporaneidade e abolindo o tempo e a distância. Promovidas anualmente pela Prefeitura, essas comemorações, rememoram o passado no presente, tendo o futuro por horizonte. Buscam as raízes identitárias da cidade, a fim de consolidar a memória coletiva e legitimar o próprio poder público.

A fragilidade da memória (individual e/ou coletiva) nas histórias nacionais é passível de leituras distintas. Se em determinados países, o excesso de memória, revelado pelo fenômeno das inúmeras comemorações de datas históricas e pelas múltiplas “rememorações” individuais, pode dar margem a abusos; em contrapartida, em países totalitários, a insuficiência da memória, em razão de sua própria manipulação política, propicia utilizações ideológicas do presente e do futuro desse mesmo passado. Em ambos os casos, os abusos da memória são perceptíveis. Ao lado de um trabalho da lembrança, necessário à preservação da identidade nacional, um trabalho do esquecimento, torna-se inevitável (SILVA, 2002).

Deste modo, a história se confronta, por um lado com a fragilidade afetiva da memória, por outro, com seus abusos vinculados às manipulações da história. A este respeito, Todorov, em “Os abusos da memória”⁴², insiste na indissociabilidade entre memória e esquecimento. Os

⁴⁰ Por trás das comemorações nacionais encontra-se a questão do tempo que se manifesta em sua relação com o passado da história e com o presente da memória. As comemorações buscam, pois, nessa reapropriação do acontecimento passado, um novo regime de historicidade, projetando-o em direção do futuro (SILVA, 2002).

⁴¹ Ricoeur estabelece uma distinção entre “rememoração” (parte de um processo de elaboração individual) e “comemoração” (trabalho de construção de uma memória coletiva). A mediação entre a memória individual e coletiva passaria, então, pelo viés de uma identidade narrativa, inscrita no tempo e na ação. A memória é sempre a memória de alguém que faz projetos e que visa ao devir (SILVA, 2002).

⁴² Cf. TODOROV, Tzvetan. **Les abus de la mémoire**. Paris: Arléa, 1995.

abusos da memória estariam ligados às perturbações e feridas da identidade dos povos. Esses abusos remetem à confrontação da identidade em relação ao tempo e ao “outro”. Ao lado dessas “feridas coletivas”, em grande parte simbólicas, encontra-se a violência efetiva, cuja presença se manifesta na fundação das identidades, principalmente coletivas. Essas feridas são assimiladas, na maioria das vezes, em guerras, uma vez que as comunidades históricas se constituíram, em grande parte, por meio de atos violentos (apud SILVA, 2002).

Os acontecimentos fundadores de uma identidade nacional, objeto de celebrações, pertencem geralmente a essa categoria de ferida coletiva. Associados à manipulação e à instrumentalização da lembrança, os abusos da memória se traduzem pela política abusiva das comemorações das grandes datas, caracterizadas tanto pelas glórias como pelas humilhações. A utilização deliberada do esquecimento, opera-se através do caráter seletivo da própria memória. A esse propósito, as comemorações nacionais oferecem exemplos pertinentes, visto que são objeto de interesses políticos, ideológicos, éticos, etc. O uso perverso da seleção da memória coletiva encontra-se nesse processo de “rememoração” social, cuja função é justamente a de impedir o próprio esquecimento. Apagam-se as situações constrangedoras e privilegiam-se os mitos fundadores e as utopias nacionais (SILVA, 2002).

Silva (2002) afirma que essa manipulação da memória coletiva é comum em todas as comemorações nacionais. Consagrando o universalismo dos valores de uma comunidade, as comemorações buscam, na “rememoração” de acontecimentos passados, significações diversas para uso do presente. A comemoração das datas nacionais demonstra que os acontecimentos tidos por inaugurais exercem uma função eminentemente simbólica. O que se encontra em jogo no ato da comemoração é a exaltação de um consenso que preserve o sentido comunitário na história de uma humanidade sempre dividida. A unidade impossível do momento é ocultada pela celebração de uma união passada.

As utilizações sociais da memória no fenômeno das comemorações nacionais demonstrados por Silva (2002), também se fazem presentes nas comemorações locais. No caso de Cianorte, não se celebra uma simples data de aniversário, mas toda uma história regional, narrada nos jornais de forma idílica. A fundação de Cianorte, que integra a bem-sucedida colonização do norte do Paraná, é revivida em todo 26 de julho, da década de 1950 até a atualidade. Quando se comemora a vinda dos pioneiros, responsáveis pela edificação e progresso da cidade, rendendo-lhes homenagens públicas, que incluem reportagens nos jornais locais, certificados de honra ao mérito, desfiles, jantares e recepções.

Todavia, no discurso comemorativo de Cianorte, as “feridas coletivas” são deixadas de lado. O fato de índios que viviam na região terem sido dizimados, caboclos e posseiros terem

sido expulsos pela Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, é propositalmente esquecido, para não manchar esse passado glorioso. A memória coletiva é forjada em cima da narrativa constantemente repetida da ação heroica dos que chegaram “primeiro”, que apaga a presença das populações nativas. Esse processo seletivo da memória local evidencia-se no discurso comemorativo que se apoia em uma visão mítica: Cianorte, a “Canaã” da região noroeste; entre outras imagens acerca do norte do Paraná – a “Terra da Promissão”, o “Eldorado Cafeeiro”, “a terra onde se anda sobre dinheiro”. E, assim, ao mesmo tempo que é influenciado pela história apreitada pela CMNP (1975)⁴³, contribui para sua reprodução.

2.7.2. Análise de Conteúdo e impressos

De modo geral, os métodos qualitativos da Análise de Conteúdo são válidos para analisar toda esta documentação. Uma vez que sua matéria-prima consiste em qualquer material oriundo de comunicação verbal ou não verbal, como cartas, cartazes, jornais, revistas, informes, livros, relatos autobiográficos, entrevistas, diários, filmes, fotografias, vídeos, etc. Conduzindo a descrições sistemáticas, ajuda a reinterpretar as mensagens e a atingir uma compreensão num nível que vai além de uma leitura comum (MORAIS, 1999).

É sabido que o discurso reproduzido nos jornais sobre o passado de Cianorte, contribuiu para a redação do livro, “Cianorte, sua história contada pelos pioneiros” (1995) e, portanto, influenciou a construção da história oficial da cidade. Para estudá-los, adotamos a proposta de Renée Zicman (1985). Para a autora, a Análise de Conteúdo é um método que leva em conta a dupla substância e natureza própria do jornal, sua forma e seu conteúdo, ao centrar a análise no discurso de Imprensa, considerando as características próprias do seu tipo de escrita⁴⁴. Dentre os quatro tipos de Análise de Conteúdo⁴⁵, priorizamos a Análise Temática, mais adequada para o estudo das retrospectivas históricas publicadas nas edições especiais da “Tribuna de Cianorte” e “da Folha de Londrina”, em comemoração aos aniversários de Cianorte.

A Análise Temática desenvolve-se a partir de temas ou itens de significação relativos a um objeto de estudo, analisados em termos de sua presença e frequência nos textos, independentemente da forma linguística. “Revela-se especialmente interessante quando se trabalha sobre uma grande quantidade de documentos e em estudos sobre motivações, opiniões,

⁴³ O imaginário do norte do Paraná e o discurso da CMNP são discutidos no terceiro capítulo.

⁴⁴ A linguagem específica da Imprensa é composta por três elementos principais: a expressão escrita (textos, manchetes), a expressão icônica (fotos, desenhos) e a composição do jornal (distribuição dos artigos e colunas pelas páginas do jornal) (ZICMAN, 1985).

⁴⁵ Análise Temática, Análise Semiológica, Análise de Discurso e Análise de Argumentação.

atitudes e tendências” (ZICMAN, 1985, p. 85). Logo, contribui na compreensão dos interesses por trás das narrativas acerca do passado de Cianorte, construídas nos periódicos, onde termos como “progresso”, “desenvolvimento”, “trabalho”, “dinheiro”, “pioneirismo”, entre outros, repetem-se com certa frequência.

A Análise Temática ajuda a identificar a ideologia presente nas edições especiais da “Tribuna de Cianorte”, que influenciam as retrospectivas históricas. Segundo Sosa (2006), é preciso considerar a dimensão ideológica, nem sempre explícita, embora presente, uma vez que o jornalismo encontra-se no ponto de encontro ou desencontro dos interesses do Estado, das manipulações políticas e da luta pelo poder, Por vezes afina-se com os interesses do Estado, em outras lhe faz oposição (SOSA, 2006).

Embora idealizassem o passado, nem sempre o presente era visto com bons olhos. Nas edições especiais da “Tribuna de Cianorte”, a opinião do jornalista ou colunista muda conforme o prefeito, ora criticando, ora elogiando a administração municipal. Esta questão do jornal apoiar ou não as gestões públicas, ou os políticos em si, de acordo com seus interesses, é visível em vários impressos, que devem ser analisados com atenção. Pois, conforme Galves (2004), um olhar cuidadoso sobre os jornais permite a reconstrução de cenários e de relações de poder imprescindíveis para a compreensão de dinâmicas locais.

2.7.3. Fotografias e Cultura Visual

As fotografias são importantes para compreender como uma cidade preserva sua história, a imagem que tem de si e/ou deseja perpetuar. Moldadas pelas configurações históricas e sociais de produção, suas intensões ultrapassam o momento de elaboração pelas múltiplas possibilidades oferecidas pelo ato de olhar. Como representações do real, constroem hierarquias, visões de mundo, crenças e utopias, constituindo-se em fontes preciosas para o entendimento do passado (POSSAMAI, 2008).

O acervo iconográfico abrange os 60 anos de Cianorte. Como várias fotografias são objeto de exposições anuais, podemos vê-las como uma forma de manutenção de um determinado discurso imbricado nas relações de poder. Pois, de acordo com Knauss (2006), o poder se realiza e se conserva pela produção de imagens, pela manipulação de símbolos.

A ideia de comparar diversos momentos da cidade tornou-se uma fórmula consagrada de apresentação de repertórios fotográficos urbanos no mercado editorial, incluindo as publicações de órgãos públicos para divulgar os empreendimentos de seus governos. Utilizando-se de pouquíssimo texto, à exceção de legendas de identificação espacial, os álbuns

narram o crescimento urbano de forma linear, destacando os aspectos modernizantes (CARVALHO et al, 1994). Nas comemorações do aniversário de Cianorte, as fotografias são expostas em quadros e murais, em ordem cronológica, com poucas legendas que indicam datas, locais e o nome de personalidades públicas que porventura apareçam nas imagens. Assim, uma narrativa visual é construída sob a alegação de preservar a memória e evidenciar o progresso.

De acordo com Carvalho et al (1994), não é por acaso que a apresentação de imagens do passado é quase sempre associada à intenção de “conservar a memória”. A memória é tratada como uma categoria abstrata e associada a termos como conservação, recuperação, resgate, preservação, pressupondo a existência de um registro mental coletivo do passado que se considera passível de ser recuperado através da reunião e divulgação de fotografias antigas. Apesar das imagens estarem inseridas em um processo dinâmico, como o das transformações urbanas, o fenômeno da memória é tratado de forma estanque, imutável, quase absoluta.

O binômio memória/reconstituição histórica desconsidera os sentidos presentes nas mediações, seja dos produtores das imagens, seja de seus consumidores, ou ainda daqueles que retomaram esta documentação para lançar uma coletânea de fotografias. Temos aí arraigada a ideia de que o documento, por si só, contém a história e que a sua mera divulgação já seria suficiente para “trazê-la à luz” (CARVALHO et al, 1994).

Esta noção perpassa as exposições fotográficas anuais de Cianorte e o modo como as fotografias são apresentadas no livro “Cianorte, sua história contada pelos pioneiros”. Basta que o público/leitor as observe para conhecer a história da cidade. As imagens não são problematizadas. Não se divulga o nome dos fotógrafos, não se pensa o porquê de algumas terem sido selecionadas em detrimento de outras, nem se questiona o modo como são organizadas, expostas, reproduzidas ou publicadas. Tudo é dado como natural. Contudo, por trás da aparente naturalidade, da suposta objetividade, há um discurso que molda o imaginário coletivo sobre o passado da cidade.

As imagens não tem sentido em si, imanentes. Elas contam apenas – já que não passam de artefatos, coisas materiais – com atributos físico-químicos intrínsecos. É a interação social que produz sentidos, mobilizando diferencialmente (no tempo, no espaço, nos lugares e circunstâncias sociais, nos agentes que intervêm) determinados atributos para dar existência social a valores e fazê-los atuar (MENESES, 2003). Nesta perspectiva, as fotografias não são um simples reflexo do real, mas representações, pontos de vista sobre o passado de Cianorte, construídos e apresentados sob a égide de um determinado discurso. Estas imagens são situadas em seu contexto de produção, divulgação e consumo, para explicar como servem aos propósitos do poder público e em que medida confirmam ou se destoam da história oficial.

As fotografias que retratam paisagens urbanas e rurais de Cianorte, entre as décadas de 1950 e 1980, foram analisadas segundo o conceito de “cultura visual”. Termo este cunhado nos Estados Unidos, nos anos 1990, a partir da institucionalização de um novo campo interdisciplinar de pesquisa, chamado de Estudos Visuais (KNAUSS, 2006).

Os estudos sobre cultura visual problematizam a forma como os diversos tipos de imagem perpassam a vida social cotidiana (a visualidade de uma época), relacionando técnicas de produção e circulação de imagens às formas de se visualizar os diferentes grupos e espaços sociais (os padrões de visualidade), propondo um olhar sobre o mundo (a visão), mediando a nossa compreensão da realidade e inspirando modelos de ação social (os regimes de visualidade) (MONTEIRO, 2008).

Monteiro (2006) afirma que a fotografia é um recorte da realidade através do ângulo, do enquadramento e dos efeitos escolhidos para tratar do tema fotografado, que promove o congelamento do fluxo do tempo na imagem. O historiador deve colocar a imagem em seu tempo e pensá-la em relação à cultura visual (a iconosfera e os sistemas de comunicação), ao visível que diz respeito à esfera do poder e à visão relacionada aos instrumentos e às técnicas de observação e aos papéis do observador. Pensar o que ficou de fora do quadro fotográfico. O que permitiu a sobrevivência de uma imagem do passado no caminho por ela percorrido até o presente. O que essa seleção de imagens tem a dizer sobre a forma como pensamos nossa identidade ou nosso estranhamento com o passado e sobre nossa concepção de história.

Mauad (1996) enfatiza que a fotografia não é apenas um documento, é um monumento⁴⁶ e, como toda fonte histórica, deve passar pelas críticas externa e interna para ser organizada em séries fotográficas, obedecendo a uma cronologia. Tais séries devem ser extensas, capazes de dar conta de um universo significativo de imagens, e homogêneas, visto que numa mesma série há que se ter um critério de seleção, evitando-se misturar diferentes tipos de fotografias.

Seguimos a metodologia proposta por Mauad (1996, 2004), para analisar a construção e a consolidação da memória coletiva, através das exposições fotográficas e dos usos feitos das imagens nas reportagens dos jornais e no livro sobre a história de Cianorte. A citação a seguir define as principais categorias que orientam este método de interpretação de fotografias:

I – Espaço fotográfico: Compreende o recorte espacial processado pela

⁴⁶ O documento não é inócuo. É antes de mais nada o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziu, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio. O documento é uma coisa que fica, que dura, e o testemunho, o ensinamento que ele traz, deve ser em primeiro lugar analisados desmistificando-lhes o seu significado aparente. O documento é monumento. Resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente – determinada imagem de si própria (LE GOFF, 1990, p. 548).

fotografia. Incluindo-se a natureza do espaço, como se organiza, que tipo de controle pode ser exercido na sua composição e a quem este espaço está vinculado: amador ou profissional. Nessa categoria estão sendo considerados os itens contidos no plano da expressão. Respectivamente: tamanho, formato, enquadramento, nitidez e o produtor. II – Espaço geográfico: Compreende o espaço físico representado na fotografia. Procura-se caracterizar os lugares fotografados, a trajetória de mudanças ao longo dos anos que a coleção cobre e nessa trajetória as oposições cidade e campo, fundo artificial e natural e espaço interno e externo. Nessas categorias estão incluídos os itens: local retratado, ano e atributos da paisagem, todos contidos no plano do conteúdo. III – Espaço do objeto: Compreende os objetos fotografados tomados como atributos da imagem fotográfica. Analisa-se a partir dessa categoria a lógica existente na representação dos objetos, sua relação com a experiência vivida e com o espaço construído. Estão incluídos na sua composição os itens: tema da foto, objetos retratados, atributos das pessoas e atributos da paisagem. IV – Espaço da figuração: Compreende as pessoas retratadas, a natureza deste espaço, a hierarquia das figuras e outros atributos. O item pessoas retratadas, do plano de conteúdo, e atributos das pessoas, do plano de conteúdo, e a distribuição dos planos e objetivo central, do plano de expressão, integram essa categoria. V – Espaço da vivência: Compreende o tema da foto. As atividades que mereciam ser fotografadas e os tipos de fotos que destas surgiam. Os índices tema da foto, local retratado, figuração, produtor e as principais opções técnicas compõem esta categoria (MAUAD, 2004 apud MONTEIRO, 2008, p. 177-179).

O trabalho de Mauad é importante por questionar a predominância de certas imagens (de determinadas zonas da cidade, de determinados grupos sociais em certos espaços, de um gênero sobre outro, de certos objetos a eles associados, de ordenações dos grupos, de poses, de tipos de performances, etc.) em detrimento de outras que ficam fora do quadro fotográfico, bem como da forma de fotografar proporcionada por uma técnica e de publicar essas imagens, criando séries e narrativas que enfatizam determinados códigos de representação social de certos grupos urbanos, excluindo outros (MONTEIRO, 2008).

Concluída a exposição das fontes de pesquisa e das concepções teórico-metodológicas que embasaram sua análise, seguimos com a contextualização de nosso objeto, abordando a região norte do Paraná, onde se localiza Cianorte. Trata-se de uma revisão de literatura sobre a História Regional e as principais correntes historiográficas que a estudam.

CAPÍTULO III. COLONIZAÇÃO DO NORTE DO PARANÁ: HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA

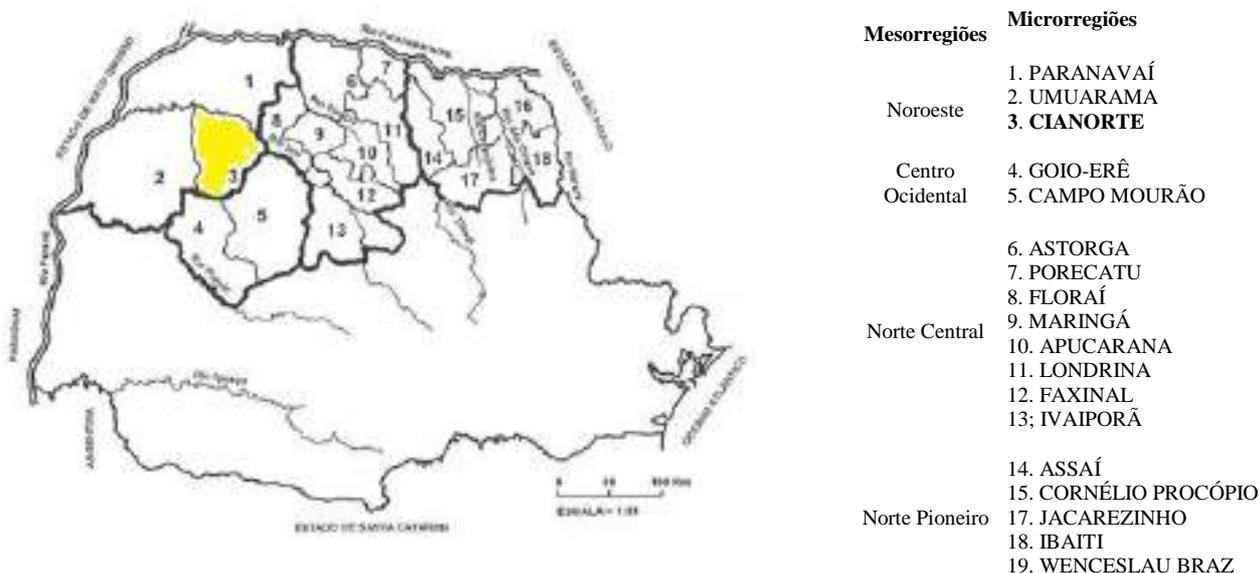
Em qualquer estudo que se realize sobre o Norte do Paraná, é necessário efetuar-se referências sobre sua história e ocupação (ALMEIDA, 1981). Uma vez que Cianorte se localiza nesta região e a boa parte de nossas fontes refere-se a fundação da cidade e seu desenvolvimento inicial, realizamos uma revisão bibliográfica sobre a colonização do norte do Paraná.

3.1. O Norte do Paraná

Antes de discutir o processo de colonização, é necessário definir o que é o Norte do Paraná. Para Tomazi (1997), o conceito de região deve ser analisado sob dois ângulos: como noção objetiva e noção subjetiva. A concepção objetiva centra-se no estudo do solo, do clima, da vegetação, do tipo de exploração agrícola ou pecuária, do volume e das características populacionais, dos indicadores econômicos e da divisão administrativa. A concepção subjetiva é baseada em elementos culturais, ideias e imagens, criados no processo de sua ocupação física. Em suma, a região é uma organização espacial, que se distingue por certas representações.

Iniciamos com a noção objetiva, apresentando a delimitação geográfica atual do Norte do Paraná (IBGE, 1993). No mapa abaixo, destacamos em amarelo a localização da microrregião de Cianorte, que engloba as cidades de Tapejara, Cidade Gaúcha, Rondon, Japurá, Tuneiras do Oeste, Jussara, São Tomé, Indianópolis, Guaporema e São Manoel do Paraná.

Figura 32: Divisão do Norte do Paraná em Mesorregiões e Microrregiões



Fonte: adaptado de TOMAZI, 1997, p. 130.

Desde o século XIX, o norte foi sendo delimitado e designado de várias formas, na medida que era (re)ocupado. Assim, encontram-se expressões como o “sertão do Tibagi”, o “sertão do Cinzas”, o “extremo norte do Laranjinha”. A divisão em Norte Velho, Norte Novo e Norte Novíssimo é a mais conhecida, parecendo na maioria dos autores (TOMAZI, 1997).

O Norte Velho ou Pioneiro localiza-se a nordeste do Estado do Paraná, na divisa com São Paulo até Cornélio Procópio, compreendendo a região de Tomazina, Ibaiti, Santo Antônio da Platina, Jacarezinho, Cambará, Bandeirantes, etc. Foi colonizado entre 1860 e 1925 por paulistas e mineiros. O Norte Novo, delimitado pelos rios Tibagi, Ivaí e Paranapanema, compreende as terras colonizadas principalmente pela Companhia de Terras Norte do Paraná, entre 1920 e 1950. Possui dezenas de cidades como Londrina, Maringá, Apucarana, Arapongas, Mandaguari, entre outras. O Norte Novíssimo, colonizado de 1940 a 1950, estende-se do rio Ivaí ao Paraná e Piquiri. Onde predominam as colônias organizadas pelo Estado ou pelas companhias particulares. Seus principais centros urbanos são Paranavaí, Nova Esperança, Nova Londrina, Cianorte e Umuarama (LUZ, 1997; TOMAZI, 1997).

O mapa a seguir, que tem por base a divisão realizada por municípios em 1956, ilustra a divisão em Norte Velho, Norte Novo e Norte Novíssimo:

Figura 33: “Os Três Nortes”



Fonte: PADIS, 1981, p. 100.

Esta divisão pressupõe a ideia de que a (re)ocupação foi linear, realizada em etapas bem definidas, enquanto que, na realidade, foram várias as formas e as origens deste processo. Trata-se de um discurso que traz em seu bojo uma determinada construção e visão do processo de reocupação da região onde a Companhia de Terras Norte do Paraná aparece como o novo, sendo o que existia antes dela é o velho, e depois dela o novíssimo (TOMAZI, 1997). A cafeicultura foi uma das mais difundidas tentativas de subdividir a região:

O chamado Norte paranaense tem seus contornos perfeitamente delimitados ao Norte, a Leste e a Oeste – pelos rios Paranapanema, Itararé, Paraná e Ivaí. Ao Sul, como as condições fisiográficas não são propícias ao cultivo do café – seus limites devem coincidir com a da área tipicamente cafeeira (PADIS, 1981, p. 116-117).

Contudo, para Tomazi (1997), este critério perdeu sua funcionalidade devido ao declínio do café. E até hoje não há um consenso sobre quais são os limites da região situada ao norte do Estado do Paraná e inúmeras são as suas subdivisões. Mesmo com toda a diversidade existente, continua-se a falar do norte paranaense como se houvesse uma unidade indissolúvel.

Arias Neto (1998) afirma que o norte do Paraná possui uma delimitação territorial precisa, mas tem uma dimensão sócio-política e ideológica muito mais ampla. O autor compreende a formação da região, como a articulação de diferentes dimensões: a organização social do território, as relações inter-regionais, ou seja, as articulações entre a região e o governo do Estado do Paraná de um lado, e o capitalismo internacional com sede em São Paulo e em Londres de outro, bem como as relações de produção que se instauram internamente e as representações destes processos.

Ao falar de representações, chegamos à noção subjetiva. A simples enunciação da expressão “Norte do Paraná” faz aflorar um conjunto de ideias e imagens identificadas com progresso, civilização, modernidade, colonização racional, ocupação planejada e pacífica, riqueza, cafeicultura, terra roxa, pequena propriedade, terra onde se trabalha, pioneirismo, etc. É um discurso construído entre os anos de 1930 e 1950, que criou uma versão, do ponto de vista de quem domina, para o processo de (re)ocupação da região e aparece na maior parte dos textos acadêmicos ou não, como se fossem um dado, uma explicação, inquestionáveis. A violência e a exclusão são os processos sociais mais silenciados, na medida em que expressam o sentido da (re)ocupação e os objetivos da ação do capital na busca de novas terras (TOMAZI, 1997).

Concluimos com uma citação de Barroso (1956) que ilustra o imaginário da colonização do Norte do Paraná, segundo o próprio, “a terra onde se anda sobre dinheiro”:

O que é o famoso Norte do Paraná? Geograficamente, é toda a região norte deste Estado, compreendida entre os rios Paranapanema, Itararé e os baixos: Cinzas, Laranjinha, Tibagi, Ivaí, Piquiri. Historicamente, é toda a vasta região conhecida pelos jesuítas, pelos espanhóis e pelos Bandeirantes, sob o célebre nome de Guaíra, nos tempos dos chefes índios Guairacá e Taioá. Geologicamente, o Norte do Paraná é a continuação das magníficas terras roxas do Estado de São Paulo, prolongando-se pelo Sul do Mato Grosso, indo terminar além da Foz do Iguaçu, em Santa Rosa, Rio Grande do Sul. Etnologicamente, falando, é ele a mais viva demonstração do quanto pode o braço nacional, auxiliado de quando em vez, pelo braço estrangeiro, e orientado por entidades competentes. Socialmente, o Norte do Paraná é o “tira teima” de muita doutrina fazendeira antiquada; o feliz consórcio de muitas e muitas raças, a prova dos nove horas de um complexo social com que os governos terão muito o que fazer, e cuja solução põe em jogo os mais espertos sociólogos; visto que, semelhante movimento demográfico em nossa Pátria, nunca se deu e nunca mais se dará. Qualquer teoria, qualquer sistema, qualquer tabela tendente a resolver o problema econômico-social do Norte-paranaense, esbarra logo com mil e uma dificuldades desconhecidas noutras regiões. Só mesmo quem vive lá é que poderá ter alguma vaga ideia do que seja esta “Nova Babilônia” (BARROSO, 1956, p. 7-8).

3.2. Os indígenas na (re)ocupação do norte do Paraná: o mito do vazio demográfico

Ao analisar a colonização do norte do Paraná, é preciso desconstruir o discurso oficial produzido pela historiografia regional tradicional. Em primeiro lugar, discutimos o “mito do vazio demográfico”. Para tanto, valemo-nos, principalmente, dos trabalhos do sociólogo Nelson Dacio Tomazi, que definem o processo de (re)ocupação do norte do Paraná, e dos historiadores Lúcio Tadeu Mota e Francisco Silva Noelli, que estudam a presença dos indígenas nesta região.

Tomazi (1997) utiliza o termo (re)ocupação para definir a ocupação de uma região já ocupada, não obstante os agentes colonizadores tenham insistido na ideia de pioneirismo, de terem desbravado uma floresta inóspita e desabitada. Tomazi demonstra que este fenômeno foi constituído a partir de um processo violento de entrada em um território que já era habitado por índios, posseiros e outras populações sertanejas.

Logo, a (re)ocupação do Norte do Paraná foi um processo de expulsão dos habitantes existentes e de exclusão desses elementos dos relatos sobre a colonização, ou seja, a formação da história dos vencedores através da ocultação da presença dos vencidos (TOMAZI, 1997). Nos escritos promovidos pelas companhias colonizadoras, pelos governantes, pelos geógrafos dos anos de 1930 a 1950, pela historiografia paranaense universitária e pelos livros didáticos construiu-se o discurso de que os territórios indígenas constituíam-se em vazios demográficos, prontos para serem ocupados pelos pioneiros (MOTA; NOELLI, 1999).

Dentre os vários estudiosos que contribuíram para o conhecimento do norte-paranaense e omitiram ou desqualificaram a presença indígena na região, citamos alguns exemplos:

“Permaneceu o Norte do Paraná, até o último quarto do século passado, como sertão praticamente desconhecido e desabitado” (MUSSALAM, 1974, p. 19). “Até a introdução da empresa agrícola de exportação [café] toda a área que compõe o Planalto Ocidental Paranaense, permaneceu mata virgem quase impenetrada” (CANCIAN, 1981, p. 47). Serra (1991), referindo-se às missões jesuíticas, considera que a ocupação só se efetiva quando a cultura ocidental cristã chega à região. Cesário (1991), ao descrever os primeiros “norte-paranaenses”, apaga a presença dos índios e posseiros na região.

Para não reproduzir esta história oficial, é preciso integrar os povos indígenas à análise do processo de colonização do Norte do Paraná, para que se tenha uma visão daqueles que já estavam na região quando esta passou a ser (re)ocupada sob a ótica do capital. (TOMAZI, 1997). O que nos leva a tecer um breve histórico acerca dos grupos indígenas que aqui viviam. Do século XVI, quando sua presença foi identificada, até o século XX, quando as populações remanescentes das centenas de anos de conflitos foram confinadas em reservas. Tratam-se dos Tupi-Guarani, Kaingáng e Xetá.

Desde o século XVI existem relatos sobre a região e seus habitantes indígenas. Nos séculos seguintes, as expedições que percorreram seu interior, produziram escritos detalhados de vários de seus aspectos. Tais relatos comprovam que as invasões e as conquistas das terras indígenas sempre foram intencionais e marcadas pela violência. Em contraste com a ideia que se quer passar ao grande público, sobre uma colonização “pacífica e harmoniosa”. Uma vez que a conquista cumpriu os objetivos dos conquistadores, fossem eles espanhóis, portugueses, paranaenses ou pioneiros modernos (MOTA; NOELLI, 1999).

Nos séculos XVI, XVII e XVIII a conquista dos territórios e populações indígenas era justificada em nome do “rei” (Espanha ou Portugal) e de “Deus” (reduções jesuíticas). Ao longo deste período, os conquistadores escravizaram enormes contingentes de populações indígenas. No século XIX, a conquista ocorreu em nome da “nação brasileira” e a usurpação paulatina dos territórios indígenas foi justificada em prol da questão nacional e do perigo externo. No século XX, o que sobrou dos territórios indígenas foi destruído em nome do “progresso”. Extensas áreas foram invadidas, desmatadas e transformadas em campos agrícolas ou inundadas para se tornarem hidrelétricas (MOTA; NOELLI, 1999).

De acordo com Mota e Noelli (1999), a análise histórica da ocupação da região não pode ser dicotômica: índios contra brancos. Devem ser considerados os grupos conquistadores europeus e seus interesses, as etnias inimigas – como os Guarani e os Jê (Kaingáng e Xokleng) – e as alianças estabelecidas e rompidas por ambas as partes. Em certos momentos, um grupo indígena poderia procurar as reduções, não obstante fosse refratário à pregação missionária,

para se livrar dos invasores paulistas ou do trabalho escravo nas “encomiendas” espanholas.

Entre os séculos XVI e XVII, os Guarani viviam no norte do Paraná em grande número. Inicialmente, lutaram contra a invasão de portugueses e espanhóis, mas foram paulatinamente pacificados e subjugados pela ação dos jesuítas, que instalaram 13 reduções, abrigando aproximadamente 200 mil índios (TOMAZI, 1997). O território ainda foi palco de sangrentos conflitos entre os índios e os espanhóis que buscavam mão de obra para as “encomiendas” e de confrontos entre os jesuítas e as tribos que não estavam dispostas a se sujeitar ao processo de evangelização (MOTA, 1994).

Os Guarani também lutaram contra os bandeirantes paulistas, que invadiram o Guairá em busca de índios para preação (MOTA, 1994). E o que restou das reduções jesuíticas foram apenas escombros. Os Guarani sobreviventes retiraram-se para o Rio Grande do Sul, formando os Sete Povos das Missões. Outros foram levados como escravos para São Paulo. Outra leva atravessou o rio Paraná, deslocando-se para o Paraguai e Mato Grosso. Muitos voltaram às matas e dispersaram-se (TOMAZI, 1997).

Estas guerras contra as populações indígenas prosseguiram no século XVIII, com a descoberta de ouro e diamantes no rio Tibagi e com as expedições militares que construíram fortificações, rumo ao Mato Grosso. Recrudesceram no século XIX, com a ocupação da bacia ocidental do rio Tibagi e dos campos ao seu norte, pelos fazendeiros dos Campos Gerais paranaenses, que procuravam expandir seus domínios. Enfim, no século XX, a colonização foi levada adiante pelas companhias de terras que ocuparam, lotearam e venderam os antigos territórios indígenas, com o aval do Estado do Paraná (MOTA; NOELLI, 1999).

Em torno de 1840, havia indígenas Kaingáng e Guarani, dispersos por todo o território. No mesmo momento em que se iniciava a (re)ocupação das terras situadas ao norte do Paraná, foi editado o Regimento das Missões. Na Quinta Comarca de São Paulo, futura Província do Paraná, a catequese foi entregue aos missionários capuchinhos, vindos da Itália. Em 1855, foi inaugurado o aldeamento de São Pedro de Alcântara⁴⁷ para instalar os índios Guarani. E, em 1859, o aldeamento São Jerônimo, para instalar os índios Kaingáng. Os aldeamentos se localizavam na Colônia Militar de Jataí, criada pelo Decreto Imperial n.º 751 de 02/01/1851 e instalada em 10/08/1855 (TOMAZI, 1997).

Os Kaingáng saíram dos campos de Guarapuava e Palmas em 1856, ao serem atacados

⁴⁷ O aldeamento indígena recebeu o nome de São Pedro de Alcântara, em homenagem ao Imperador, e sua direção foi entregue a Frei Timotheo Castelnovo. Em frente ao aldeamento, foi fundada a colônia militar de Jataí. Devido à inexistência de uma comunicação terrestre com a província do Mato Grosso e a ameaça de uma possível invasão paraguaia, o Barão de Antonina conseguiu na corte do Rio de Janeiro a criação de uma colônia militar nas margens do rio Tibagi, realizando um trabalho de aproximação com o indígena. (WACHOWICZ, 2010).

pelos índios do cacique Viri, aliado aos fazendeiros da região. Os sobreviventes foram para o Mato Grosso, onde sofreram muitas enfermidades e fome. Regressaram ao Paraná e foram solicitar abrigo no aldeamento de São Pedro de Alcântara, mas aí estavam acampados seus inimigos ancestrais, os Guarani. Em 1858, assaltaram a fazenda São Jerônimo, do Barão de Antonina, que resolveu doá-la ao governo Imperial, a fim de que nela fosse organizado um aldeamento para os Kaingáng (WACHOWICZ, 2010).

Durante a Guerra do Paraguai, os aldeamentos e a colônia militar facilitaram a subsistência dos soldados que pra lá se deslocavam. E os índios, exímios canoieiros, auxiliavam o transporte e a comunicação. Após o término da Guerra, o plano de ligar o Mato Grosso com o mar pelo território paranaense foi abandonado. Em consequência, a colônia Jataí não teve o progresso desejado. Emancipou-se em 1896, tornando-se o município de Jataizinho. Esses núcleos foram os primeiros centros de colonização no norte do Paraná (WACHOWICZ, 2010).

A situação não era tranquila, porque os índios aldeados não cumpriam as exigências de Frei Timotheo, sem contar os conflitos violentos ocorridos entre eles. Em 1895, com a morte do frei, extinguiram-se os aldeamentos. Até 1912, várias tentativas foram feitas para reorganizá-los, todas infrutíferas. No entanto, os aldeamentos não eram a única forma de se tratar a questão indígena no Paraná. Ocorreram muitas chacinas, que levaram à intervenção do governo federal (TOMAZI, 1997).

Em 1910, foi criado o Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais (SPILTN), órgão que também incluía a questão dos caboclos e posseiros. Seu objetivo era pacificar o selvagem e transformá-lo em força produtiva, tornando acessíveis as terras dos sertões brasileiros, sob a ótica de sua valorização para o capital (TOMAZI, 1997).

Do final do século XVIII até o XX, os Kaingáng foram os principais personagens da resistência contra a penetração dos novos ocupantes. Paulatinamente, ocuparam o espaço que antes era dos Guarani, instalando-se nas bacias dos rios Tibagi, Paranapanema, Ivaí e Iguaçu. A conquista de suas terras iniciou-se com a expedição de Afonso Botelho em 1768, e terminou em 1930, quando seus últimos representantes foram alojados em reservas (TOMAZI, 1997).

Além dos brancos e dos Guarani, os Kaingáng tinham por inimigos os Xetá, que sempre mantiveram sob dominação e escravidão. Conforme Tomazi (1997), descrever a história dos Xetá é revelar a realidade da quase extinção de um povo. Pertencentes à família linguística Tupi, podem ter vivido em torno da atual região que vai do município de Apucarana até o rio Paraná. Quando contatados se encontravam na Serra de Dourados, no noroeste do Paraná, região do atual município de Douradina.

O primeiro contato com o homem branco de que se tem notícia é oriundo do relato de

Franz e Joseph Keller (1865). Enviados pelo presidente da província do Paraná para explorar a região do Ivaí, Tibagi e Paranapanema, com a recomendação de fazer uma descrição das “tribos selvagens” que encontrassem, afirmaram que os Kaingáng aprisionavam elementos de outro grupo, designados como Curu-tom, expressão referente aos Xetá (TOMAZI, 1997).

O segundo encontro se deu em 1874, quando um grupo de Xetá foi capturado pelo engenheiro inglês Bigg-Wither. Em 1889, Telêmaco Borba encontrou dois Xetá entre os Kaingáng, na condição de cativos. Em 1907, o cientista tcheco Fric encontrou três prisioneiros num acampamento Kaingáng, com as características dos Xetá. Em 1945 e 1949, o Serviço de Proteção ao Índio (SPI) enviou expedições à procura dos Xetá, encontrando 10 acampamentos abandonados (TOMAZI, 1997).

Assolados pela fome, em virtude das fortes geadas terem destruídos os palmitos e outras espécies de vegetais que lhe serviam de alimento, os Xetá entraram em contatos esporádicos com os plantadores de café da região. Até então, a notícia de que existiam índios selvagens no Paraná era tão inverossímil que o SPI não dava crédito. Após as constantes interferências de um grupo nos ranchos da Fazenda Santa Rosa, foram enviadas várias expedições, que entraram em contato com parte destes índios (WACHOWICZ, 2010).

A partir de 1950, com a presença de mais colonos e o desmatamento concomitante, os contatos foram ocorrendo. Em 1955, o SPI encontrou os últimos grupos Xetá na Fazenda Santa Rosa de Antônio Lustosa de Freitas e no interior da mata. As informações que se têm é que uma epidemia de gripe dizimou muitos Xetá. Outros foram morrendo nos anos seguintes. Ficando apenas dois adultos e algumas crianças que foram adotadas, perdendo sua cultura e idioma. Atualmente, alguns deles vivem em reservas Kaingáng (TOMAZI, 1997).

Portanto, os territórios entre os rios Tibagi, Ivaí e Piquiri, onde estão assentadas modernas cidades como Londrina, Maringá, Campo Mourão, Umuarama, Cascavel e centenas de outras, nunca estiveram vazios, desde a sua humanização, há mais de 10 mil anos, com a chegada dos primeiros habitantes. Do mesmo modo que não eram sertões desconhecidos como quer fazer acreditar certa historiografia. Contrariando as infundadas ideias disseminadas pelas elites paranaenses, a história da região norte do Paraná não se iniciou com a chegada dos pioneiros e das companhias colonizadoras (MOTA; NOELLI, 1999).

3.3. A colonização do Norte do Paraná como expansão da cafeicultura paulista e sua dependência econômica em relação a São Paulo

A colonização teve impulso em fins do século XIX, quando a vanguarda de mineiros e

paulistas penetrou pelo Norte Velho, fundando fazendas e cidades, nos vales dos rios Paranapanema, Cinzas e Jataí. A ocupação desta região se estendeu até as margens do Tibagi e se completou no decênio de 1920 (WESTPHALEN et al., 1968).

Os mineiros transpuseram o rio Itararé e apossaram-se das terras, como era costume, ou conseguiram-nas mediante concessão do governo. As principais causas do deslocamento eram a decadência das minas de ouro, a fuga do alistamento militar para a Guerra do Paraguai e a notícia de que a região, ainda 5ª Comarca de São Paulo, era fertilíssima e própria ao plantio de café. Porém, como as necessidades de consumo local eram baixas e os portos distantes, os mineiros se dedicavam mais à agricultura e à pecuária do que à cafeicultura (TOMAZI, 1997).

Os paulistas tinham ligações com as casas bancárias que financiavam a abertura de fazendas ou vendiam suas terras esgotadas e compravam propriedades no Paraná. Era grande a procura de novas terras para a cafeicultura, graças à elevação dos preços do café em nível internacional. Embora a produção cafeeira fosse irrisória, o governo tomou medidas para incentivá-la e taxar sua saída para São Paulo, tendo em vista o aumento da receita estadual via arrecadação de impostos, decorrentes da venda de terras e do aumento da produção agrícola (TOMAZI, 1997).

Por causa do intenso fluxo de paulistas e mineiros para o norte paranaense, surgiram problemas relativos à legalização da posse da terra (PADIS, 1981). Em 1889, na Mensagem ao Legislativo Estadual, o Presidente do Estado do Paraná pedia ao Congresso uma lei de terras que pudesse prevenir a invasão dos fazendeiros paulistas plantadores de café, em plena expansão no vale do Paranapanema, cujas terras eram “tão ambicionadas por mineiros e paulistas e que, por estes últimos eram consideradas, para a cultura do café, como prolongamento do território do seu Estado” (WESTPHALEN et al., 1968, p. 2).

Em termos de propaganda, este discurso é importante, pois a cafeicultura significava modernização. Interessava ao governo paranaense, porque, de um lado, podia afirmar que o norte estava sendo invadido por paulistas e, portanto, eram necessárias medidas para frear isso e, por outro lado, o discurso da cafeicultura propiciava uma crescente procura de terras na região, o que aumentava a receita. Aos setores dominantes paulistas, significava que eles estavam modernizando a região economicamente. Apesar de ser uma produção cafeeira fora de seu território, beneficiava o Estado diretamente, tanto pelo transporte, como pela comercialização do café e de outros produtos (TOMAZI, 1997).

Devido a esta migração, vários autores sustentam que o norte do Paraná foi ocupado em decorrência do esgotamento das terras ocupadas pela cafeicultura, em áreas de São Paulo e Minas Gerais. Um destes é Ana Maria Chiarotti de Almeida (1981), segundo a qual, todo o

desenvolvimento da região norte e sua ocupação se fizeram de modo independente do resto do Paraná e se deveu muito mais à expansão da frente cafeeira paulista, do que a um esforço produtivo desenvolvido pelo próprio Estado.

France Luz (1997) compartilha da mesma visão. De acordo com a historiadora, a cafeicultura paranaense resultou da expansão para oeste dos agricultores paulistas, em busca de terras novas e baratas, onde as companhias particulares e o Estado facilitavam sua aquisição. A proibição do plantio em São Paulo e em outros estados, bem como o declínio da produção nas regiões mais antigas, contribuíram para que os fazendeiros buscassem as terras do Paraná, muito férteis e ainda não sujeitas a tais restrições.

Nelson Dacio Tomazi (1997) relativiza a tese de que a (re)ocupação do norte do Paraná foi resultado da extensão da cafeicultura paulista. O autor afirma que não era só a cafeicultura que definia a região. A produção de milho e feijão competia, quando não era superior, sem contar a produção de porcos e a extração de madeira. Portanto, o processo de (re)ocupação da região foi concomitante ao que se dava em São Paulo e não sua extensão. As estatísticas demonstram que a produção cafeeira era muito pequena norte do Paraná, entre 1920 e 1930, cerca de 2% do montante do país. Ao passo que, em São Paulo, no mesmo período, as safras mantinham-se crescentes, alcançando 69% da produção nacional.

Para Tomazi (1997), a importância atribuída ao café integra o discurso que visa ocultar as relações de poder, a partir da imposição da ideia de uma “região-personalidade”. No estudo da região, verificam-se muitos “geografismos”, onde personagens criados que passam a ter vida própria. Este é o caso do café. São usuais os termos “Marcha do Café” ou “Caminhos do Café”, sendo que o café não marcha, nem caminha. Assim, pode-se falar de edificações, equipamentos, estradas, da produção, enfim, de quase tudo, mas pouco se fala da vida das pessoas, concretas, históricas e reais, ou seja, dos homens e das relações sociais que existiram e existem no processo de expansão da cafeicultura e na incorporação destas terras à produção capitalista.

Do início da colonização até meados da década de 1960, as relações comerciais e financeiras do Norte do Paraná realizavam-se muito mais com São Paulo do que com Curitiba, devido a vários fatores: a ferrovia Sorocabana chegava próximo à divisa com o Paraná; as condições de comercialização no porto de Santos eram mais satisfatórias e as casas comissárias de café lá estavam instaladas; havia muitos paulistas que haviam adquirido terras no Paraná e tinham ligações com casas bancárias que financiavam a produção; e, por fim, no Paraná inexistia um sistema adequado de transporte para escoar a produção (TOMAZI, 1997).

Em 1924, Romário Martins escreveu nove artigos que foram publicados em um jornal de Curitiba, sob o título “Cafelândia – Terra das glebas de ouro”; onde destaca a quase total

dependência da produção cafeeira paranaense no que se refere à exportação pelo porto de Santos e uma espécie de segregação em que fora mantido o Norte do Paraná pelos próprios paranaenses (COSTA, 1974). O autor aponta a falta de um sistema de estradas e de uma política de incentivo comercial que articulasse entre si os centros econômicos da região e ligasse-os ao restante do território estadual (BENATTE; TOMAZI, 2011).

Deste modo, a economia do Norte do Paraná se desenvolveu de forma periférica e dependente do Estado de São Paulo. A integração econômica paranaense não se consolidava, pois parte da renda gerada se dirigia para fora. Através da produção de café, o Paraná contribuiu com parcelas ponderáveis de sua renda para subsidiar o parque industrial paulista e atenuar os déficits orçamentários da União (ALMEIDA, 1981; PADIS, 1981).

Embora o café não constituísse mais o motor da economia paulista, a cafeicultura paranaense produzia divisas para que seu setor industrial se desenvolvesse. Somente parte da renda gerada pela cafeicultura era reinvestida no próprio Estado. Situação que começou a mudar a partir de 1961, com a construção da Rodovia do Café, ligando o norte do Estado com o Porto de Paranaguá (ALMEIDA, 1981; PADIS, 1981).

3.4. Concessões do Estado às companhias privadas e sua ação como colonizador direto

Com o objetivo de eliminar a ocupação ilegal realizada por posseiros, o governo promoveu a divisão em lotes e a venda a preços bastante baixos, por intermédio de companhias particulares, cujos planos de colonização tiveram razoável êxito em algumas regiões, sendo as demais áreas revendidas posteriormente (PADIS, 1981). As grandes concessões de terras feitas a particulares eram uma das fontes de renda mais promissoras do Estado. Loteadas as terras, os impostos de transferência rendiam tanto quanto a própria produção agrícola (CANCIAN, 1981).

Em 1882, o Presidente do Estado do Paraná, Francisco Xavier da Silva, publicou a Lei n.º 68, sobre os serviços de registro, validação, legitimação, venda, aforamento, discriminação e colonização de novas de terras, por empresas nacionais ou estrangeiras (WESTPHALEN et al., 1968). Esta lei proibia qualquer tipo de invasão de domínio alheio, principalmente o apossamento de terras devolutas. Os posseiros eram passíveis de despejo, com a perda das benfeitorias, pagamento de multa e sanções previstas no Código Penal (PRIORI, 2011).

Em função da Lei n.º 1642 de 1916, as empresas colonizadoras poderiam receber concessões de até 50 mil hectares, tendo a obrigação de demarcar e lotear a área, com o mínimo de infraestrutura necessária, em lotes individuais de 5 a 25 hectares, dentro um prazo de oito anos. Caso contrário, as concessões voltariam ao domínio do Estado do Paraná, sem ônus para

o mesmo. A Lei n.º 2125 de 1922, diminuiu o prazo para demarcação de terras para dois anos, ao fim do qual, se esta não tivesse sido realizada, a concessão seria anulada.

Em 1919, foram efetuadas várias concessões na região Norte, sendo as principais: a Corain e Cia. e Leopoldo Paula Vieira, no município de São Jerônimo e a Augusto Loureiro, James Cody Terry e Percy James Allen, no município de Tibagi. Em 1920 e 1921, no município de Tibagi, foram feitas as concessões a Jacob Petry e Cia., José Hauer Junior, Geniplo dos Santos Pacheco e a Antônio Alves de Almeida⁴⁸ (TOMAZI, 1997).

Após a promulgação da lei de 1922, foram cedidas no município de São Jerônimo as concessões a João Leite de Paula e Silva e à União Cooperativa Humanitária do Brasil, depois transferida a Manoel Firmino de Almeida. Em Tibagi, a José Carvalho de Oliveira que passou a Casemiro de Souza Lobo; a Hacker e Cia. A maior das concessões foi a da Companhia Marcondes de Colonização, Indústria e Comércio S.A., em São Jerônimo e Tibagi. No noroeste, nas imediações de Paranaíba, foi feita uma grande concessão, denominada da Gleba Pirapó, à BRAVIACO (Companhia Brasileira de Viação e Comercio) que tinha outras reservas a oeste, limitadas pelos rios Paranapanema e Ivaí (TOMAZI, 1997).

3.4.1. A Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP)

O que é o norte do Paraná? É uma região imprecisa, definida pela imaginação daqueles que, leem um cartaz da Companhia que os convida para o melhor futuro e ouvem falar de um lugar em abertura, para o qual não se sabe muito bem para onde vai, mas no qual a terra, em se plantando, tudo dá. Um paraíso incrustado na floresta virgem e misteriosa que aguarda ansiosamente os novos conquistadores, os novos homens oriundos de todos os lugares, que embarcarão rumo ao desconhecido para, mais uma vez, tentar “fazer a América” [...] (BUARQUE; GUERRA, 1985, p. 61).

No início da década de 1920, um grupo de fazendeiros⁴⁹ estabelecidos no Norte Velho, decidiu fazer a ligação ferroviária entre São Paulo e o Paraná, pelo rio Paranapanema. Para tanto, conseguiram concessões dos governos dos dois estados, formando a Estrada de Ferro Noroeste do Paraná, que mais tarde veio a se chamar Companhia Ferroviária São Paulo-Paraná (CFSP/PR). Do governo paranaense, receberam o privilégio exclusivo de exploração, direito de desapropriar terrenos, prédios ou qualquer benfeitoria particular no trajeto da ferrovia, isenção

⁴⁸ Neste período, muitos núcleos urbanos foram surgindo a leste do Tibagi, no nordeste do Estado, como Jundiá do Sul (1917), Bandeirantes (1921), Santa Mariana (1922), Cornélio Procópio e Ribeiro do Pinhal (1924), Andirá (1927) (TOMAZI, 1997).

⁴⁹ Entre eles destacavam-se Antônio Barbosa Ferraz Júnior, Antônio Ribeiro dos Santos, Willie da Fonseca Brabazon Davids, Leovigildo Barbosa Ferraz, Gabriel Ribeiro dos Santos e Manoel da Silveira Correia (CMNP,1975).

de todos os impostos que viessem a incidir sobre esta e 3.600 hectares de terras por quilômetro de estrada construída e em tráfego (TOMAZI, 1997).

Mas disponibilidades financeiras dos fazendeiros não eram suficientes para concluir o trecho ferroviário. Por essa razão, o Major Barbosa Ferraz Júnior, presidente da estrada de ferro, encontrou-se com Simon Joseph Frazer, mais conhecido como Lord Lovat, técnico em agricultura e florestamento da Missão Montagu, na sua fazenda, em Cambará. Gastão de Mesquita Filho, engenheiro que dirigia a construção da ferrovia, chamou a atenção do visitante inglês para as férteis glebas que o governo oferecia à venda por preços baixos, por causa da inexistência de transportes na região (CMNP, 1975).

Gastão de Mesquita Filho argumentou que, se a compra fosse seguida do prolongamento da estrada de ferro, de modo a garantir para os compradores o escoamento de seus produtos, a valorização das áreas adquiridas tornaria o empreendimento muito lucrativo. Depois do que teve a oportunidade de ver em Cambará, Lord Lovat, enviou um telegrama ao gerente da Sudan Plantations, Arthur Thomas, na Capital do Sudão, para que seguisse ao seu encontro em Londres, a fim de discutirem as aplicações de capitais no Brasil (CMNP, 1975).

A Missão Montagu estava vinculada à política econômica do governo de Arthur Bernardes, que tinha por base três pontos: liquidação da dívida com o Banco do Brasil, implementação do Plano de Defesa Permanente do Café, criação de um Banco Central e retorno ao padrão ouro. Para implementar estas medidas, o governo solicitou à Casa Rothschild, em 1923, um empréstimo de 25 milhões de libras esterlinas. O pedido não foi atendido de imediato e seguiu a proposta de que a decisão estaria condicionada às recomendações de uma missão que os banqueiros ingleses enviariam ao Brasil (TOMAZI, 1989).

Segundo Tomazi (1989), a missão estaria incumbida de estudar as modificações que deveriam ser feitas na estrutura institucional e operacional de implementação da política monetária, fiscal e do café, para que se fortalecesse a capacidade de pagamento do país, com vistas ao reinício dos pagamentos de amortização da dívida externa.

A missão inglesa não era oficial, pois nenhum de seus membros representava a coroa britânica, eram todos emissários dos banqueiros, que sentiam seus créditos ameaçados. Porém, a imprensa da época se refere, de modo geral, aos “emissários da Inglaterra”, sem qualquer alusão a casa Rothschild (JOFFILY, 1985). A maioria dos textos afirma que a missão inglesa foi convidada pelo governo (TOMAZI, 1997). Porém, para Joffily (1985), a missão foi imposta:

Naquele tempo, a política externa da Inglaterra partia do princípio segundo o qual os países pobres, dentro do quadro de dificuldades do mundo moderno, ainda não estavam preparados para o exercício da autodeterminação. Mas o

bem-estar e o desenvolvimento desses povos eram considerados “um encargo sagrado da civilização” e sua realização deveria ser confiada às nações adiantadas e experientes, o que vale dizer – colonizadoras. [...] Parece que outro não era o pensamento do nosso governo quando se prestou a assumir um convite forjado pelos nossos credores de Londres. Na realidade, o governo brasileiro jamais formulou convite algum a N.M. Rothschild & Sons ou a seus emissários, inclusive a Lord Lovat. [...] Estavam os banqueiros preocupados com a nossa inadimplência e a ruínosa administração de nossas finanças. Afinal, parece que apenas Epitácio Pessoa teve conhecimento da verdade. Revelou o ex-presidente, a inexistência do alardeado ‘convite’, acrescentando: “a missão inglesa de Lord Montagu foi para o nosso país uma vergonha, mascarada por um convite, imaginado apenas para dissimulá-la aos olhos da nação” (JOFFILY, 1985, p. 41).

A Missão Montagu chegou ao Brasil em 30 de dezembro de 1923 e voltou à Inglaterra em 04 de março de 1924, deixando um relatório extenso que apontava uma série de medidas que indicavam como o Brasil deveria se portar para ter um orçamento equilibrado. As orientações eram as seguintes: aumento de impostos, corte de despesas (funcionalismo e investimentos públicos), venda ou arrendamento (privatizações) das propriedades do governo, aumento das exportações, abertura para o capital estrangeiro (preferencialmente aos ingleses), entre outras. Apesar de tudo, o financiamento não foi concedido, porque o governo inglês embargou o lançamento de títulos dos governos estrangeiros em Londres (TOMAZI, 1997).

Conforme Wachowicz (2010), o objetivo pessoal de Lord Lovat era produzir algodão no Brasil, a fim de suprir as indústrias de tecelagem na Inglaterra. Após muitos estudos e negociações, resolveu adquirir terras em São Paulo e no Norte do Paraná, com este objetivo, fundando uma empresa para atuar no país: a Brasil Plantations Syndicate⁵⁰ e uma companhia subsidiária, a Companhia de Terras Norte do Paraná.

Entretanto, de acordo com Joffily (1985), é falsa a interpretação oficial de que Lord Lovat e seus parceiros ingleses teriam vindo aplicar capitais em nosso país. Ao contrário, por estar passando por uma profunda crise interna, que coincidia com os movimentos emancipatórios das colônias, a política econômica da Inglaterra apressava a liquidação de créditos no exterior e a busca de novos recursos em suas áreas de influência imperialista, inclusive no Brasil. Além de que, Lord Lovat, como mensageiro de confiança dos Rothschild, não os abandonaria para tratar de interesses pessoais. Estava em São Paulo e no Paraná a serviço reservado dos banqueiros. Assim, as terras adquiridas deveriam lastrear supletivamente os débitos nacionais com os capitalistas britânicos. Lovat era o único membro da missão com

⁵⁰ A expressão “plantation”, nada tem a ver com plantação, designa em seu significado histórico “colonização”, do mesmo modo que, o vocábulo “syndicate” não possui o sentido atual de associação de empregados ou empregadores, e sim agrupamento de homens de negócio, capitalistas (JOFFILY, 1985).

experiência agrícola, na qualidade de proprietário de vastas terras no Sudão. O que explica o fato de ter sido escolhido para inspecionar a rica região paranaense.

Lord Lovat havia exercido o cargo de Presidente da “Royal Commission on Forestry”, sendo defensor das reservas florestais de seu país. A fim de poupá-las, a Inglaterra vinha de longa data importando madeira da Rússia. Porém, com a Revolução Soviética, os preços se tornaram proibitivos, deixando Lovat preocupado. “Parece claro que a notícia da formidável reserva florestal – talvez a mais importante da época – pela quantidade, variedade e qualidade da madeira de lei, despertou inusitado interesse de nossos implacáveis credores. Decerto, vislumbraram na ‘descoberta’ de Lord Lovat, pelo menos mais um lastro de garantia real para nossos débitos acumulados” (JOFFILY, 1985, p. 76). No entanto, desconhece-se o quanto representou a exploração da madeira de lei, “exportadas em vastas quantidades” e se os resultados da exportação foram capitalizados⁵¹.

A Brazil Plantations Syndicate Limited foi fundada em 25 de abril de 1925, com um capital inicial de 200 mil libras esterlinas. Adquiriu fazendas em São Paulo (Birigui e em Salto Grande) e empresas para a plantação e beneficiamento do algodão (Bernardino de Campos). O que não significou que o interesse no norte do Paraná tivesse sido abandonado. Quando Lord Lovat voltou para a Inglaterra, deixou os advogados João Sampaio e Antônio Moraes Barros estudando as possibilidades de adquirir terras no Paraná (TOMAZI, 1989).

Em Londres, Lovat encontrou-se com Arthur Thomas, instruiu-o a respeito dos propósitos acionistas da Sudan Plantations de aplicar recursos no Brasil e convidou-o para orientar o empreendimento. Arthur Thomas aceitou e embarcou para São Paulo em 1924, com a recomendação de procurar João Sampaio (CMNP, 1975). Neste momento, a Companhia Marcondes de Colonização Indústria e Comércio, solicitou a Brazil Plantations um empréstimo de dois mil contos de réis para poder colonizar sua concessão (TOMAZI, 1989). Eram terras griladas de domínio do Estado do Paraná. Ainda assim, Arthur Thomas e João Sampaio concederam o empréstimo. Entretanto, sabendo que o empréstimo seria insuficiente para o empreendimento, solicitaram e obtiveram a compra das terras (CMNP, 1975).

Arthur Thomas e João Sampaio foram à Curitiba dar informações ao presidente do Estado sobre a transação realizada com a Cia. Marcondes. E compraram os títulos de concessão inseguros outorgados pelo Estado, mediante autorização especial, que Caetano Munhoz da Rocha obteve da Câmara Legislativa Estadual, assegurando-lhe que ficariam a cargo da Brazil Plantations todas as despesas para liquidar as posses ilegítimas (CMNP, 1975). Feitos os

⁵¹ Cia Melhoramentos Norte do Paraná – A Maior Empresa Colonizadora da América do Sul – Suas Realizações em Mais de 30 Anos de Trabalho – R.V.P.S.C., São Paulo, 1955, p. 5 apud JOFFILY, 1985, p. 86.

contatos, tomaram providências para criar a empresa que pudesse efetivar a transação. João Sampaio viajou à Londres a fim de levar os informes sobre esta possibilidade. Arthur Thomas e Antônio Moraes Barros ficaram no Brasil para organizar a empresa, criada após o recebimento do aval de Londres (TOMAZI, 1989).

A Companhia de Terras Norte do Paraná, organizada por Lord Lovat e Arthur Thomas, sob a orientação jurídica de João Sampaio e Antônio Moraes de Barros, registrou seus estatutos em 24 de setembro de 1925. Como era subsidiária da Brasil Plantations, esta deveria elevar seu capital de 200 mil para 750 mil libras esterlinas, para fazer frente às despesas com a compra de terras. Mas preferiram criar outra empresa, a Paraná Plantations Company, que teria maiores possibilidades de levantar capital junto aos bancos e bolsas de Londres e Paris. A CTNP tornou-se subsidiária desta companhia no Brasil. Os contratos de compra de uma vasta área, localizada entre os rios Paranapanema, Tibagi e Ivaí, foram efetuados diretamente com o presidente Caetano Munhoz da Rocha (TOMAZI, 1989).

Segundo Arias Neto (1998), os interesses da CTNP estavam ligados a instalação de uma “plantation” algodoeira e tanto o empréstimo aos acionistas da Estrada de Ferro São Paulo-Paraná, como a compra desta havia sido descartados pelos ingleses. Provavelmente, a maior parte do capital foi empregada na compra de terras, o que inviabilizou este plano inicial. A solução para recuperar o investimento feito e acumular capital foi encontrada no parcelamento e venda da terra. O parecer de Arias Neto se baseia na análise de Sandino Hoff:

Constata-se a incapacidade inicial da Companhia em captar um segundo capital, após ter gasto o primeiro na aquisição de terras e nos negócios com o Estado, com o fim de abrir as matas e formar uma plantation de algodão. Superou este obstáculo com a venda dos lotes, acumulando capital para remeter aos acionistas ingleses e para investir na industrialização (HOFF, 1991, p. 34).

Para Tomazi (1989; 1997), a constituição da CTNP foi realizada para desenvolver um projeto imobiliário e não tinha nenhum interesse em plantar algodão, como a maioria dos autores enfatiza. Para comprar as terras no Paraná, seus idealizadores tiveram a orientação jurídica de João Sampaio e Antônio Moraes de Barros, conhecedores dos “negócios” de terras em São Paulo e no Paraná. Além de encontrarem em Willie Davis (filho de ingleses no Brasil), grande fazendeiro em Jacarezinho (da qual havia sido prefeito) e deputado por três legislações, o elo com o governo paranaense.

A CTNP, com a maioria da direção brasileira, mas com a diretoria técnica nas mãos de Arthur Thomas, representante da Paraná Plantations, era o elemento institucional necessário

para se iniciar o empreendimento colonizador no norte do Paraná, nos moldes pretendidos pelo governo do Estado (TOMAZI, 1989; 1997).

Os três anos que se seguiram à constituição da Companhia foram dedicados à exploração e estudo do povoamento e do desenvolvimento dos meios de acesso e saída. E, em 1928, cessaram-se todas as atividades com o algodão. O que se deveu ao pouco sucesso obtido com as plantações em São Paulo. A partir de então, a diretoria da CTNP passou a concentrar seus esforços na colonização das terras adquiridas. No entanto, para que todo o empreendimento tivesse sucesso, faltava um elemento: o acesso às terras da CTNP, que ficavam no interior da mata (LUZ, 1997).

Todos os planos para conquista e ocupação do território, seja a exploração da imensa reserva de madeira de lei, seja a migração de colonos, ou o escoamento da produção agrícola, tudo dependia do transporte ferroviário (JOFFILY, 1985). A opção feita pela CTNP foi a de comprar a Companhia Ferroviária São Paulo-Paraná dos antigos concessionários, que já haviam construído um trecho de 27 km, que se estendia de Ourinhos até Cambará, mas não dispunham de capital para sua expansão (TOMAZI, 1989). Assim, a ferrovia alcançou a zona de loteamento à margem esquerda do rio Tibagi. As duas companhias se completavam, uma loteando e vendendo as terras a serem colonizadas e a outra possibilitando o escoamento da produção e a ligação com os demais centros e a penetração de colonizadores (LUZ, 1997).

Ao comprar as terras da concessão da Cia. Marcondes, a CTNP adquiriu a concessão de um ramal ferroviário que ligaria São Paulo ao Paraná, cruzando o rio Paranapanema junto à foz do rio Tibagi. Porém, estudos demonstraram que a ligação da região a São Paulo seria mais vantajosa se fosse feita por Ourinhos. Além da ferrovia São Paulo-Paraná, outro fator que influenciou nesta decisão foi a existência de fazendas, sítios, vilas e cidades neste trajeto, o que significava ter de imediato a possibilidade de transportar um volume significativo de mercadorias e pessoas nos sentidos São Paulo-Paraná e Paraná-São Paulo (TOMAZI, 1989).

Segundo Tomazi (1997), o negócio que mais interessava aos ingleses era a construção de uma ferrovia transcontinental, que ligaria o Atlântico ao Pacífico, visto que não era uma prática do império inglês no mundo todo comprar terras para projetos imobiliários. A definição das terras adquiridas pela CTNP, segue o curso definido por onde anteriormente passaria a ferrovia. O que se evidencia em 1939, quando o governo brasileiro inicia o processo de encampação da ferrovia e a CTNP passa a pensar em deixar o negócio de terras, sendo que maior parte delas ainda não estava vendida. Segue-se o mapa com o traçado original da ferrovia perpassando a área da Companhia.

estipulado pelo governo equivalia à diária de um carpinteiro ou ao custo de cinco quilos de feijão. Foi pago à vista um mil contos de réis e o restante, cinco mil, setecentos e setenta e seis contos de réis, seria recolhido aos cofres do Estado, à medida que a Companhia vendesse as terras, em um prazo de doze anos. Segundo o “Diário Oficial” (1934), nove anos depois, o governo continuaria recebendo da subsidiária da Paraná Plantations, os mesmos oito mil réis por hectare. Todos os documentos e publicações oficiais omitem os motivos da fixação em tão baixo valor. Referem-se laconicamente “ao preço da lei” (JOFFILY, 1985).

Torna-se difícil compreender as razões pelas quais fez o Governo do Paraná, tão generosas concessões a partir de caminhos politicamente asfaltados, a quem já exibia atestados milionários. [...] Afinal, o Brasil, em termos financeiros, “era território dos Rothschild”, segundo Anthony Sampson. Além disso, é de notar que durante catorze anos, os dois ilustres paranaenses governaram alternadamente com uma vantagem: a filha de Afonso Camargo era casada com o filho de Caetano Munhoz da Rocha. Circunstância de família que naturalmente favorecia a sucessividade do mandonismo pessoal e administrativo. O continuísmo estava assegurado também pelo revezamento na ocupação de cargos de confiança nas duas administrações. Entre seus titulares: Marins Alves de Camargo, Alcides Munhoz da Rocha e Ademar Lustoza Munhoz. Não é o espírito público e sim o interesse individual a pedra angular das oligarquias. A verdade insofismável é que sem o prestígio, a força e, sobretudo, as chaves de ouro dos Rothschild, as portas do Palácio da Liberdade – com suas mordomias e nepotismos – jamais seriam abertas, escancaradas como foram, durante anos a fio (JOFFILY, 1985, p. 82-83).

Para a CMNP (1975), a falta de vias de acesso contribuiu para que o preço das terras fosse fixado por lei em níveis “aparentemente baixos”: 20 mil réis por alqueire paulista de 24.200 metros quadrados. Segundo Joffily (1985, p. 90), na mesma época, as terras roxas de Ourinhos valiam de 123\$000 a 246\$000 o alqueire. A diferença entre estes valores com os negociados entre o governo paranaense e a Paraná Plantations chega a trinta vezes mais, o que “sugere óbvias suspeitas de deslavado protecionismo”, que provocaram reações por parte da imprensa. A “Gazeta do Povo” trazia um editorial sob o título “Nosso Patrimônio Territorial Ameaçado”. Outros jornais do Paraná, como “O Dia” e de São Paulo, como “O Diário Popular”, também criticavam. Conforme Rolim (1999), a CTNP foram muito bem remunerados. O empreendimento proporcionava um retorno de 1000%, diante da rápida valorização dos lotes, enquanto que os bons negócios na Inglaterra rendiam em torno de 5% ao ano.

Em 1929, foi realizada a viagem em que a CTNP tomou posse efetiva de suas terras. No então patrimônio de Três Bocas, foi feita a derrubada da mata, aproveitando-se a madeira para a construção do primeiro hotel e do escritório (LUZ, 1997). A narrativa desta “primeira caravana” é uma das peças literárias mais repetidas pelos escritos da Companhia e na maioria

dos escritos referentes a ela. A Companhia via a sua ação como uma investida histórica, uma gloriosa jornada, plantadora da civilização (TOMAZI, 1997).

No dia 20 de agosto de 1929, inicia-se a viagem de reconhecimento da região ainda virgem, balizada pelo curso dos rios Paranapanema, Tibagi e Ivaí, onde a Companhia de Terras Norte do Paraná se preparava para plantar a civilização. Estavam unidos na empreitada George Craig Smith, Alberto Loureiro, o agrimensor russo Alexandre Razgulaeff, Ervin Froelich, Kurt Jakowats e mais alguns peões contratados para trabalhos de campo. [...] Estrada rude, árvores imensas, perobas, paus d’alho, ipês, palmitos em abundância, padrões de terra fértil. Foi assim a partida para o desconhecido [...], quando um punhado de homens – em nome da Companhia de Terras Norte do Paraná – deu o primeiro passo para a fundação de Londrina e para que se concretizasse o mais extraordinário plano de colonização já realizado por uma empresa privada no Brasil (CMNP, 1975, p. 61-63).

Tomazi afirma (1997) que os ingleses não vinham para uma terra desconhecida, como querem fazer parecer em seus discursos. O território situado ao norte do Estado do Paraná já era de seu conhecimento antes de 1925. Entre 1872 e 1875, os ingleses estruturavam uma expedição, a “Paraná and Mato Grosso Survey Expedition”, que visava fazer o reconhecimento da região para a construção de uma ferrovia transcontinental que cortaria o continente sul-americano e tinha apoio do governo brasileiro, na figura do Visconde de Mauá. Portanto, o norte do Paraná estava, desde o início, nos planos estratégicos dos Rothschild, pois as terras roxas do Brasil eram mundialmente conhecidas, devido à fama internacional do café.

Definida a compra e a demarcação dos 515 mil alqueires das melhores e mais férteis terras do Paraná e a concessão da ferrovia em suas mãos, os elementos essenciais para o desenvolvimento do projeto imobiliário que os ingleses se propunham a efetivar estavam definidos (TOMAZI, 1989). Nessa área, a CTNP executou um plano de colonização dividindo as terras em zonas que, após a medição e aberturas de “picadas”, eram colocadas à venda. No Patrimônio Três Bocas, ligado a Jataí, já alcançada pela estrada de ferro, por uma estrada de rodagem, foi fundada a cidade de Londrina, que se tornou sede da CTNP. Em 1930, chegou à Londrina o primeiro grupo de compradores de terras, constituído por japoneses (LUZ, 1997).

Para que houvesse aceleração das vendas, a CTNP desenvolveu uma intensa propaganda no Brasil e no exterior. Contratou agentes que atuavam como vendedores de terras, percorrendo as regiões mais próximas, como Paraná, São Paulo e Minas Gerais, munidos com material publicitário e pré-contratos para atrair compradores. Logo a ação destes vendedores se estendeu por todo território nacional. A propaganda baseada no slogan: “Certeza de lucro e garantia do direito de propriedade”, mais a fama do “Norte do Paraná, terra onde se anda sobre dinheiro”, traziam para a região levadas de migrantes (LOPES, 1982). Como europeus que fugiam das

convulsões políticas e sociais oriundas da consolidação da União Soviética, da ascensão do nazi-fascismo e da Guerra Civil Espanhola, além de camponeses expropriados pelo desenvolvimento do capitalismo. E brasileiros de todos os Estados, especialmente do Centro-Sul e Nordeste, os grandes focos de tensões econômicas e sociais do período (ARIAS NETO, 1998).

O próprio Lord Lovat tornou-se um grande agente/vendedor. Entre 1930 e 1931, visitou vários países europeus, como a Alemanha, Polônia, Áustria, Itália, onde procurou fazer contatos com órgãos públicos e privados, visando à vinda de imigrantes para as terras do grupo inglês. Um destes contratos trouxe alemães para uma gleba, em 1932, onde se instalou posteriormente a cidade de Rolândia (TOMAZI, 1997).

Outro resultado destas viagens foi o decorrente das conversações com o Comitê Nansen da Liga das Nações, tendo em vista o deslocamento de cem mil curdos assentados no Iraque, que viviam em regiões onde companhias inglesas haviam encontrado petróleo. Estas tribos beduínas curdas haviam sido expulsas de suas terras pela Turquia e estavam sob a tutela dos ingleses desde a Primeira Guerra (TOMAZI, 1989).

Por motivos de economia, resolveram então, os ingleses, descartarem dessas indesejáveis populações assírias. A Casa Rothschild, a Lazard Brothers, o príncipe de Gales e outros se lembraram de resolver o problema através da Liga das Nações. O grupo econômico de Lord Lovat estava ligado a esses grupos petrolíferos que atuavam no Iraque [...]. Os ingleses de Lord Lovat ofereceram então, suas terras no Norte do Paraná aos curdos [...]. Não foi difícil aos ingleses obterem a aquiescência do governo brasileiro para concordar em receber alguns milhares de curdos. O Brasil era um país endividado, sobretudo a essas casas bancárias inglesas (WACHOWICZ, 1987, p. 144).

As negociações ocorreram durante o ano de 1933, sigilosamente, entre o governo inglês, o brasileiro e a Liga das Nações. A imprensa e a opinião pública só tomaram conhecimento da operação que visava deslocar os curdos para o Norte do Paraná, no final deste ano. Momento em que se iniciou, em Curitiba, uma campanha movida por lideranças intelectuais, jornalistas, professores da Universidade Federal do Paraná e pela Ordem dos Advogados do Paraná, para esclarecer e levar o debate para a população, através dos meios de comunicação. Paulatinamente, muitas organizações da sociedade civil se engajaram na campanha contra a “imigração dos assírios”. Decorrente da mobilização encetada, o governo brasileiro desfez o acordo e a CTNP anulou a venda dos 14 mil alqueires à Liga das Nações (TOMAZI, 1989).

Em 1934, foi fundado em Londrina o “Paraná Norte”, jornal que atuava como porta-voz dos interesses da CTNP. Publicando matérias propagandísticas que visavam atrair compradores para os lotes da Companhia, difundiu a ideia de uma “Terra da Promissão”, que recompensaria

aqueles que nela viessem trabalhar. As matérias enfatizavam a qualidade das terras, sua riqueza natural em madeiras e as possibilidades grandiosas de sua exploração agrícola, bem como a valorização das terras em decorrência da implantação da ferrovia. Este e outros jornais, como o “Paraná Jornal”, ajudaram a consolidar a representação de um plano racional de colonização empreendido pela CTNP, que se tornou uma das mais importantes explicações para o fantástico progresso da região, ou seja, um dos principais mecanismos da legitimação da expansão capitalista no norte do Paraná (ARIAS NETO, 1998).

Num primeiro momento, a CTNP pensou em dividir as terras em grandes lotes, porém, quando já se processava a ocupação da região, surge a ideia – baseada na experiência holandesa⁵² – de reparti-la em pequenos lotes. O objetivo era tornar a estrada de ferro um empreendimento próspero. Caso as terras fossem vendidas a grandes fazendeiros, a estrada de ferro teria carga para o escoamento da produção agrícola, do Norte do Paraná para São Paulo, mas pouco frete e poucos passageiros de retorno. E se fossem vendidas a pequenos lavradores, iriam se criar povoados e cidades vizinhas, cujas populações teriam necessidade de transportar cargas para a estrada de ferro em maior volume, tanto em frentes como passageiros (ARIAS NETO, 1998).

O plano colonizador da CTNP consistiu no loteamento e venda de terras, construção de estradas e implantação de núcleos urbanos próximos uns dos outros. As cidades destinadas a se tornarem núcleos econômicos de maior importância foram demarcadas de cem em cem quilômetros. Entre estas, distanciados de 10 a 15 quilômetros um do outro, foram fundados os patrimônios, centros comerciais e abastecedores intermediários. Tanto nas cidades como nos patrimônios, a área urbana apresentava uma divisão em datas residenciais e comerciais. Ao redor das áreas urbanas se situavam os cinturões verdes, uma faixa dividida em chácaras destinada à produção de gêneros alimentícios para o consumo local (CMNP, 1975).

A área rural era cortada por estradas vicinais, abertas ao longo dos espigões, permitindo a divisão da terra em pequenos lotes de 10, 15 ou 20 alqueires, com frente para a estrada de acesso e fundos para um ribeirão (CMNP, 1975). Na parte de baixada, o colono construía sua casa, cercava um pasto, plantava um pomar e uma horta, produzindo o necessário para a subsistência. Nos trechos mais elevados, menos atingidos pelo frio, estendia o cafezal que constituía sua principal fonte de renda (LUZ, 1997).

⁵² A ideia da divisão em pequeno lotes foi proposta pelo alemão Oswald Nixdorf ao vice-presidente da CTNP, o general Asquith. Nixdorf trabalhou por dez anos em Sumatra, uma ilha quase abandonada que os holandeses colonizaram com sucesso. Em 1932, quando se mudou para o norte do Paraná, foi convidado a criar uma colônia alemã nas terras da CTNP (ARIAS NETO, 1998).

Figura 35: Sistema de repartição de terras executado pela CTNP (visão gráfica em perspectiva panorâmica)



Fonte: CMNP, 1975, p. 122.

As pequenas dimensões das propriedades condicionaram o tipo de economia local e favoreceram a existência de uma população rural numerosa. Com poucos recursos e contando com a força de trabalho da própria família, o pequeno proprietário estabelecia a sua lavoura, fomentando o rápido desenvolvimento da agricultura na região. A proximidade dos núcleos urbanos e a rede de transportes facilitavam a comercialização dos produtos. As sacas de café eram vendidas aos maquinistas dos patrimônios, que revendiam a produção nas cidades maiores para os representantes de casas exportadoras. O dinheiro recebido era gasto no comércio local, gerando uma circulação de capital, que garantia o progresso regional (LUZ, 1997).

A razão do êxito das cidades do Norte do Paraná está na pequena propriedade dirigida pelo seu dono, que nela reside e vai gastar o produto do seu trabalho na povoação mais próxima. Não é o grande proprietário que interessa, pois este geralmente mora nas grandes cidades, onde aplica os lucros obtidos em suas lavouras (CMNP, 1975, p. 83).

Luz (1997) afirma que a colonização do Norte do Paraná resultou da ocupação sistemática promovida pela ação de particulares e do poder público, que foram responsáveis pela repartição da terra em pequenas propriedades, sendo raros os casos de grandes porções de terra nas mãos de um único dono. Entretanto, existiam muitos fazendeiros na região da empresa inglesa, incluindo os próprios dirigentes dela, como Arthur Thomas e Willie Davids (TOMAZI,

1997). O que é constatado pela própria Companhia, conforme o depoimento de Gordon Fox Rule: “É preciso não esquecer, também, que alguns proprietários – contrariando a política de vendas da Companhia – conseguiram reunir vários lotes rurais e formar fazendas, mas onde isso ocorreu em número maior a comunidade próxima estacionou” (CMNP, 1975, p. 87).

Padis (1981) alega que o preço da terra era relativamente baixo e os pequenos lotes eram vendidos a prazo, com baixas taxas de juros. Porém, dados estatísticos levantados por Tomazi (1997), do período de 1930 a 1943, demonstram que a CTNP recebeu, na sua quase totalidade, à vista, os lotes rurais que vendia, o que deixa claro que seus compradores tinham algum pecúlio acumulado. Ademais, para os pequenos proprietários, possuir a terra não significava que se tinha o capital suficiente para cultivá-la. Era preciso combinar o trabalho em sua própria terra com em outras atividades, seja para a própria CTNP, ou para fazendeiros e empreiteiros. As dificuldades para se manterem nas terras eram inúmeras. De acordo com Lopes (1982), vários sítios desistiram por causa das geadas, ou porque comerciantes e fazendeiros ofereciam preços irresistíveis a eles. Muitos lotearam suas terras, transformando-as em datas urbanas.

A chamada fase inglesa da colonização fundou seis núcleos urbanos: Londrina e Nova Dantzig (Cambé) em 1930, Rolândia em 1932, Arapongas em 1935, Mandaguari em 1937 e Apucarana em 1938. Os núcleos urbanos nem sempre antecipavam a venda de lotes, visto que, em 1938, terras já eram vendidas no local que viria a ser Maringá (TOMAZI, 1997).

A colonização dirigida pela CTNP passou por sérias dificuldades enquanto os preços do café se mantiveram baixos, em face da depressão e dos anos de Guerra. Todavia, logo que a política do Departamento Nacional do Café, com a incineração do café de qualidade inferior, conseguiu reduzir os estoques e abandonou a defesa dos preços, propiciando o aumento das exportações, o interesse na compra de terras aumentou (CANCIAN, 1981). Em 1944, terminou o período da presença inglesa na região, graças a uma conjunção de fatores⁵³ que fez com que a ferrovia passasse às mãos do governo federal e as terras a um grupo de capitalistas paulistas que já tinha ligação com a CTNP (TOMAZI, 1997).

3.4.2. Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (CMNP)

A Segunda Guerra Mundial (1939-1945) levou à proibição da propriedade da terra por

⁵³ A ação nacionalista do governo Vargas, que vetava a propriedade de terras a estrangeiros e onerava, com impostos, capitais estrangeiros aplicados no Brasil; o Decreto de 1939, que encampava a Ferrovia São Paulo-Paraná (embora a transferência só fosse efetivada em 1944, quando as terras passaram ao grupo nacional); e a venda de terras que não atingiu o esperado, somente 19,7% da área adquirida pela CTNP, compreendendo 110.481 alqueires.

estrangeiros nas zonas de fronteira, sendo, em consequência, nacionalizadas várias companhias. No Paraná, as transferências de maior importância foram às relativas às Paraná Plantations Limited, com sede em Londres e à Companhia Maderas del Alto Parana, com sede em Buenos Aires, mas de capitais ingleses (WESTPHALEN et al., 1968).

O governo britânico adotou uma política de retorno compulsório dos capitais ingleses aplicados no exterior, para fazer frente às despesas com a guerra. Semanalmente, publicava uma lista de empresas oferecidas à venda em todo mundo. Em 1942, Gastão de Mesquita Filho se deparou com uma das relações de companhias inglesas a venda, quando visitava o escritório Levy, em São Paulo. Em seguida, embarcou para o Rio de Janeiro em busca do conselho e apoio financeiro de Gastão Vidigal (CMNP, 1975). Gastão de Mesquita Filho conta:

Gastão Vidigal era um extraordinário amigo, fundador do Banco Mercantil de São Paulo e um dos maiores financistas do país. Eu não tinha dinheiro suficiente para pagar o que os ingleses pediam pela Companhia de Terras Norte do Paraná – 1.520.000 libras esterlinas – e precisava urgentemente compor um grupo de pessoas da mais alta confiança que desejasse participar da aquisição. E a coisa tinha que ser feita com urgência, porque havia outros interessados no negócio e porque o governo britânico havia imposto como limite de prazo para a repatriação de capitais, o dia 31 de dezembro de 1943. O negócio deveria ser total: as terras e mais a estrada de ferro, que era concessão do governo federal e que por isso deveria ser ouvido antes da transação [...]. O presidente Getúlio Vargas concordou com a transação, mas com uma condição: a estrada de ferro, que então se estendia de Ourinhos a Apucarana, seria adquirida pelo governo federal por apenas 88.000 contos de reis, quando o preço fixado pelos ingleses – contabilizado e reconhecido pelos próprios órgãos oficiais – era de 128.000 contos de réis. Assim, os investidores brasileiros ficavam obrigados a adquirir dos ingleses por 128 mil e a ceder ao governo federal por 88 mil, absorvendo, portanto, o ônus correspondente à diferença, isto é, 40.000 contos de réis (CMNP, 1975, p. 97-99).

Mesmo com essa condição imposta pelo governo federal, o grupo de investidores, liderados por Gastão Vidigal e Gastão de Mesquita Filho, considerou vantajoso o negócio proposto pelos ingleses e passou a organizar o grupo sucessor da Companhia de Terras Norte do Paraná⁵⁴. De 1944 – ano em que passou para o controle acionário de brasileiros – até 1951 – ano em que passou a se chamar Companhia Melhoramentos Norte do Paraná – a Companhia exerceu a mesma política de vendas de terras. A área continuou sendo dividida em pequenos lotes, de cinco a quinze alqueires cada, servidos por estradas de rodagem, com acesso a um curso d'água corrente e parte alta propícia para o plantio de café (CMNP, 1975).

⁵⁴ A totalidade das ações foi absorvida por quatro grupos – Gastão Vidigal, Gastão de Mesquita Filho, Arthur Bernardes Filho e Irmãos Soares Sampaio. Posteriormente, os grupos Arthur Bernardes Filho e Soares Sampaio venderam sua parte aos grupos Sulamérica e Matarazzo, os quais, por sua vez, cederam mais tarde, aos dois grupos fundadores, Vidigal e Mesquita, a parcela acionária que haviam adquirido (CMNP, 1975).

Não obstante a CMNP afirme que não houve mudança nas linhas do empreendimento quando a CTNP foi transferida à gestão brasileira, Cancian (1981) alega que houve reorientação com relação à divisão das terras, aumentando-se o tamanho dos lotes. Enquanto que no período inglês ocorreu apenas um caso de venda com área superior a 200 alqueires, no período nacional houve 75, vários com mais de mil alqueires. E, em vendas sucessivas, um único proprietário adquiriu 9.860 alqueires. Até 1942, havia 41 propriedades com mais de 100 alqueires e, até 1960, 495. Surgiu uma nova categoria de compradores, que ia desde funcionários, comerciários, bancários, médicos, dentistas, advogados, até fazendeiros, industriais e companhias agrícolas. A maioria revendia as terras. Compravam-nas com fins especulativos, esperando valorização.

A CMNP promoveu a venda das propriedades rurais, intensificando a propaganda sobre a fertilidade das terras; as vantagens para o pequeno agricultor; as perspectivas de êxito na exploração da terra, através do plantio de vários produtos, tais como café, algodão e cereais; sobre a garantia de posse indiscutível das terras; além das facilidades na forma de aquisição. Os compradores eram atraídos por intermédio da imprensa, do rádio, de cartazes e de folhetos, nos quais especificava as condições de compra e os resultados já obtidos (LUZ, 1997).

A Companhia manteve o plano de vendas com prazo de quatro anos, mediante o pagamento de 30% do seu valor como entrada, com juro de 8% ao ano e a obrigatoriedade de preservar 10% da área adquirida, em mata virgem⁵⁵ (TOMAZI, 1989). Apenas um sexto dos compromissos não foi saldado no tempo estipulado. Tolerava-se um prazo de seis meses, ao término do qual o vendedor podia empenhorar o lote. O que só foi exercido nos casos em que o comprador ainda não havia iniciado o cultivo da terra. Porém, o compromisso de preservar 10% da propriedade com área florestal, era uma cláusula nunca cumprida (LUZ, 1997).

O desmatamento não poupava sequer as matas ciliares, junto aos rios e córregos, que eram protegidos pelas leis florestais. O que provocou um desequilíbrio ecológico: erosão do solo, assoreamento dos rios, multiplicação de pragas e doenças. E contribuiu para o extermínio indígena (JOFFILY, 1985). De posse da escritura, o proprietário derrubava o mato à vontade, para se capitalizar e pagar a terra. O próprio governo, na ânsia de ocupar “os espaços vazios” e levar à modernidade ao sertão, aplicava impostos sobre as terras cobertas de matas de forma bem mais elevada do que sobre os locais com pastagens e cultura agrícola. A floresta ia sendo destruída na medida em que se viam diariamente fileiras de caminhões transportando toras de

⁵⁵ O superintendente da Companhia de Terras, em uma entrevista ao jornal “A Pioneira”, em 1949, dizia que a empresa, “numa compreensiva interpretação do problema, vinha incluindo nos seus contratos de compromisso de compra e venda a cláusula benéfica que mandava reservar 10% da área de mato, para não derrubar”. Contudo, o código florestal de 1934, exigia a preservação de 25% da mata (ROLIM, 1999, p.17).

ipê, peroba, canela, jacarandá, imbuia, pinho, aroeira e cedro rumo às estações ferroviárias e ao porto de Paranaguá (ROLIM, 1999).

Entre 1930 e 1960, as florestas do norte paranaense foram eliminadas para dar lugar às extensas áreas de cafezais. Esta rápida exaustão deveu-se à ocorrência de “matas heterogêneas”. A paisagem diversificada determinava o caráter distinto da derrubada, pois as madeiras nobres estavam distribuídas irregularmente na mata (CANCIAN, 1974). A dispersão, somada à precariedade das vias, fazia com que apenas uma pequena parte da madeira fosse aproveitada, sendo a maioria das árvores “queimadas in loco” (NESELLA & ALCÂNTARA, 2002, p. 11). Portanto, a floresta nem foi economicamente aproveitada.

No período de 1944 a 1950, a CTNP vendeu cerca de 260 mil alqueires de lotes rurais. De 1951 a 1970, a CMNP vendeu 98.588 alqueires (TOMAZI, 1997). A CTNP/CMNP vendeu 35.103 propriedades rurais, num total de 471.260,39 alqueires paulistas (CANCIAN, 1981). A Companhia colonizou uma área de 546.078 alqueires (13.166 km²). Nos seus primeiros 50 anos de existência, vendeu lotes rurais para 41.741 compradores, o que representa uma média de 13,08 alqueires ou 31,65 hectares por proprietário. Com relação aos lotes urbanos, foram vendidas cerca de 70.000 datas com 500 m² de extensão (LUZ, 1997).

Uma vez que efetuou cerca de 40 mil vendas de lotes rurais, cuja área média não ultrapassava 14 alqueires, a Companhia passou a definir sua ação como “um exemplo pioneiro de reforma agrária”. No início dos anos de 1960, diante dos debates nacionais sobre a Reforma Agrária, a colonização empreendida pela CMNP passou a ser vista como modelo para se efetivar a ocupação de terras no Brasil (TOMAZI, 1989).

[...] na região que se estende de Londrina a Umuarama, numa extensão de 350 quilômetros, os colonos obtinham tranquilamente os frutos da terra. Famílias vindas de todos os quadrantes do Brasil, na maioria das vezes tendo de seu unicamente a roupa do corpo, mas imanadas do desejo de progredir, ali depositavam suas maiores esperanças. Desbravavam as matas, cultivavam café, plantavam cidades, encontravam, enfim, sua oportunidade de possuir a terra [...]. Até os trabalhadores mais humildes, graças à divisão da terra em lotes pequenos e às condições módicas de pagamento, conseguiram adquirir seu pedaço de chão e nele semear suas esperanças. Desse trabalho resultou riqueza para muitos; do sistema de colonização que aceitaram decorreu a justa repartição dessa riqueza. E assim a democracia autêntica floresceu no Norte do Paraná, onde a iniciativa privada realizou uma verdadeira, justa e pacífica reforma agrária (CMNP, 1975, p. 148-150).

No entanto, Tomazi (1989) esclarece que a CMNP apenas implementou um projeto imobiliário em suas terras, não tendo em vista nenhum projeto de Reforma Agrária⁵⁶. Segundo

⁵⁶ A temática da “Reforma Agrária” só apareceu no discurso da CMNP após 1956, quando esta questão passou a

dados apresentados por Cancian (1981), já no ato de venda das terras, houve uma significativa concentração da propriedade rural. Pois quase 3/4 (72,81%) dos compradores possuíam pouco menos de 1/3 do total da área (32,06%). E uma minoria expressiva dos proprietários tinha um volume muito grande de terras. O que demonstra que a área não foi dividida igualmente em lotes de 14 alqueires, apesar de esta ser a área média das propriedades vendidas.

Na realidade, os trabalhadores que chegaram à região vinham:

[...] orientados pelas imagens da Terra da Promissão e do Eldorado, pela possibilidade de ascensão, via transformação de sua condição de assalariados ou semiassalariados para pequenos proprietários rurais, bem como pela construção de uma utopia comunitária, baseada na crença do enriquecimento fácil e na preservação da unidade do grupo. [...] Além de poucos terem conseguido a ascensão socioeconômica, também não concretizaram a utopia comunitária (ALMEIDA, 1995, p. 18).

A imagem da Terra da Promissão, composta também pela pequena propriedade, constituiu-se na estratégia de legitimação da repressão econômica da mão de obra na fronteira, através do crédito limitado⁵⁷, com intuito de, por meio da incorporação do trabalho à terra efetivada pelos pequenos proprietários, promover uma valorização dos lotes a serem vendidos e, ao mesmo, tempo consolidar o “desbravamento e a implantação de uma nova sociedade”, como fator de atração para compradores de terras, grandes ou pequenos (ARIAS NETO, 1998).

Uma nova fase se iniciou em 1949, quando o gerente Arthur Thomas foi substituído por Hermann Moraes de Barros. A CMNP viu a necessidade de diversificar sua ação, procurando outras áreas de investimento (TOMAZI, 1989). Isto porque, segundo a CMNP (1975), no início dos anos 50, a conjuntura brasileira alterava-se, com a industrialização e novas oportunidades nos setores da colonização, da agricultura e da pecuária. Até então, a Companhia tinha vivido apenas da venda de terras, caracterizando uma autofagia que levaria à sua extinção. Era preciso assegurar a inteligente aplicação das disponibilidades financeiras até então alcançadas.

Apesar desta preocupação, a CMNP manteve seu projeto imobiliário, tanto que comprou mais 30 mil alqueires de terras (Gleba Umuarama). E transferiu seus escritórios de Londrina para Maringá (TOMAZI, 1989). Para a CMNP (1975), se Londrina representou o marco das atividades da Companhia de Terras, Maringá foi o expoente dos trabalhos da Companhia

ser discutida em nível nacional. A própria argumentação da Companhia contra os projetos e a legislação sobre Reforma Agrária no Brasil, contradiz seu “exemplo pioneiro de reforma agrária”, pois o processo de venda de terras que ela desenvolveu, levou à concentração da propriedade (TOMAZI, 1989).

⁵⁷ Não dispondo de capitais além do já empregado em seu lote, o pequeno proprietário utilizava-se do trabalho de toda a sua família para sobreviver. Deste modo, transformava a floresta em campo cultivado, incorporando trabalho a terra, gerando a valorização de toda a área norte do Paraná e viabilizando, pois, o empreendimento principal, que eram os negócios imobiliários da Companhia (ARIAS NETO, 1998).

Melhoramentos. O que fizeram Willie Davids e Aristides de Souza Mello em Londrina, como gerentes e impulsionadores da Companhia, fizeram Alfredo Werner Nyffeller em Maringá. A Paulo Moraes Barros Neto e a Rubens Mendes Mesquita, a CMNP atribuiu a responsabilidade de abrir e administrar novas frentes de colonização, em Cianorte e Umuarama. Segue-se o depoimento de Aristides Souza Mello:

A alta direção da Companhia começou a sentir a necessidade de criar novas cidades, em lugares judiciosamente escolhidos, abrangendo terras já vendidas, em fase de expansão do café e bem servidas por estradas. Assim surgiram os novos polos de desenvolvimento: Cianorte, inaugurada em 26 de julho de 1953, e Umuarama, inaugurada em 26 de junho de 1955. Todas essas cidades foram abertas obedecendo às mais avançadas normas de planejamento [...]. Com essas duas cidades foram atingidas as lindes das terras da Companhia no Paraná (CMNP, 1975, p. 137).

A compra de novas glebas se tornava cada vez mais difícil, como consequência da valorização das terras e da crescente inflação. Diante disso, a CMNP considerou prudente aplicar essas reservas na aquisição de empresas industriais. Ao mesmo tempo, em 1950, por insistência de Hermann Morais de Barros, começou-se a organizar a exploração agropecuária das reservas de terras para culturas, no montante de milhares de alqueires (CMNP, 1975).

Quando assumi o cargo de Diretor Gerente da Companhia de Terras Norte do Paraná, o Dr. Gastão de Mesquita Filho havia iniciado negociações com o governador do Estado do Paraná, Moisés Lupion, com o objetivo de adquirir do governo, na margem esquerda do rio Ivaí, mais uma gleba de 100 mil alqueires, contígua à que a empresa já possuía na região. [...] Houve grande demora na tramitação da matéria e quando a autorização foi finalmente dada, a gleba de terras já estava ocupada por posseiros e também por portadores de títulos do Estado. Verificada a impraticabilidade de levar avante a aquisição da nova área, o Dr. Gastão de Mesquita Filho, temendo os efeitos da inflação, deliberou que se aplicassem a vultosa reserva financeira constituída para a compra de novas glebas em empreendimentos industriais, sempre que possível dentro do território paranaense. [...] constituiu a fábrica de cimento Portland Maringá, no município de Itapeva, Estado de São Paulo, muito próximo da fronteira paranaense. Além disso, assumiu o controle acionário da Empresa Elétrica de Londrina, partindo imediatamente para a construção da usina hidrelétrica do Apucarantina. Adquiriu a Usina de Açúcar Jacarezinho e tornou-se o maior acionista da Companhia Brasileira de Material Ferroviário – Cobrasma – e da Braseixos (CMNP, 1975, p. 112 e 114).

Portanto, a CMNP tentou dar continuidade à colonização, estabelecendo conversações com o governo nos anos de 1946 a 1950, mas sem sucesso. Procurou adquirir 100 mil alqueires de terras, o que não foi possível devido à demora da transação. Quando a licença foi concedida, as terras já estavam ocupadas. Diante destas dificuldades, a empresa resolveu aplicar suas reservas financeiras em outros empreendimentos, ampliando sua atuação em vários setores:

florestal, pecuário, cafeeiro, serviços urbanos e industriais⁵⁸. A fase imobiliária se extinguiu com a venda dos terrenos, enquanto que os outros setores se estruturaram, modificando definitivamente o perfil da Companhia (LUZ, 1997; TOMAZI, 1989).

3.4.3. O Estado enquanto colonizador direto

Segundo Luz (1997), o sucesso alcançado pela CTNP levou o governo, possuidor de grandes extensões de terras devolutas e de antigas concessões que haviam retornado ao seu patrimônio, a encetar um programa de colonização, no início da década de 1940, seguindo o modelo bem sucedido da Companhia. Tomazi (1999) discorda, pois, desde 1916, várias leis que tratavam das concessões encetadas pelo governo, determinavam que as terras deveriam ser repartidas em pequenas propriedades. Outras empresas antes da CTNP já haviam feito este tipo de loteamento, no Estado e fora dele. Não foi a CTNP que criou essa forma de (re)ocupação.

Através do Departamento de Terras e Colonização, o Estado tornou-se um colonizador direto. O Decreto n.º 8.564 de 17/05/1939 possibilitou a criação de núcleos coloniais nos então municípios de Clevelândia, Guarapuava, Cambará, Londrina e Paranaguá. Na antiga concessão Alves de Almeida, o governo criou colônias como Içara (1941), Jaguapitã (1943), Centenário (1944), Interventor (1950) e Pagú (1950). E, na antiga concessão dada à BRAVIACO, fundou Paranavaí (1944). A partir de 1949, iniciou as demarcações das colônias estaduais criadas anteriormente⁵⁹, nas quais já existiam um (re)povoamento esparsos desde o início do século XX. Quase todas faziam divisas com as terras da CTNP ou de outras colônias particulares. O que antecipava e vinha de encontro à política de terras do governo federal, com as Colônias Agrícolas Nacionais (TOMAZI, 1997).

As colônias estaduais tiveram uma procura muito grande, pelo fato de seus preços serem bem mais convidativos que os da CTNP e as terras serem de boa qualidade e inexploradas em culturas extensivas, como a do café. Contrapondo-se a esta ação governamental, o discurso da CTNP afirma ter sido a (re)ocupação realizada sem a presença do Estado (TOMAZI, 1997).

Não há dúvida de que essa fabulosa região prosperou contando basicamente com a organização objetiva e dinâmica da empresa privada que a desbravou, e com a vontade de vencer dos que para ela afluíram atraídos pelas

⁵⁸ A CMNP fundou várias empresas industriais e de serviços: Empresa Elétrica de Londrina; Companhia Agrícola de Jacarezinho (processamento de açúcar); Companhia de Cimento Portland Maringá; Cobrasma (vagões e equipamentos ferroviários); Forjas Nacionais, Fornasa (tubos galvanizados); Braseixos (autopeças e produtos forjados); Marítima, Companhia de Seguros Gerais. A Companhia não vendeu todas as terras. Manteve uma série de propriedades rurais onde desenvolveu atividades agropecuárias e de reflorestamento (TOMAZI, 1989).

⁵⁹ Cantu, Piquiri, Goioerê, Goiô-Bang, Manoel Ribas, Muquillo e Mourão.

perspectivas de liberdade de empreendimento que se lhe apresentaram (CMNP, 1975, p. 146-148).

A CMNP e seus acólitos não mencionam que o Estado foi um colonizador direto, nem escrevem sobre os acertos que a CTNP fez com o governo na compra de terras e na concessão da ferrovia, fatos que demonstram a presença dos poderes públicos na região. Sem contar que a legislação estadual sempre beneficiou as empresas, evidenciando que os interesses das companhias e do Estado eram os mesmos⁶⁰ (TOMAZI, 1997).

3.5. Os conflitos pela posse da terra no Norte do Paraná

Se, de um lado, a segurança do direito de propriedade atraiu milhares de lavradores honestos, desejosos do legítimo acesso a terra, a exuberância e a riqueza das glebas, atraíram também aventureiros em busca de toda sorte de facilidades. Acresce, ainda, o fato de que além da colonização particular, espontânea ou dirigida, e da oficial, houve, muitas vezes, a ocupação pura e simples de terras devolutas ou pertencentes a particulares que não se encontravam presentes. Configurou-se, nesse caso, a posse quando muitos colonos estabeleceram-se em terras devolutas ou abandonadas, com cultura efetiva e morada habitual. Em consequência, quando o Estado vendeu as terras, ou desejou ele próprio colonizá-las, muitos lotes, e mesmo glebas inteiras já se encontravam ocupados pelos posseiros. Foi, por exemplo, o caso, no norte do Paraná, da colônia de Jaguapitã, cujas terras já se encontravam praticamente todas ocupadas quando o governo iniciou ali os trabalhos de medição e demarcação (WESTPHALEN et al., 1968, p. 22).

A venda de terras devolutas, ou de antigas concessões, a companhias colonizadoras ou a requerentes individuais trouxeram o problema da necessidade de regularização da situação dos posseiros nelas encontrados, ou a sua retirada, nem sempre pacífica (Westphalen et al., 1968). As terras compradas pela CTNP em 1925 só foram legalizadas em 1929. Isto significa que as antigas concessões da Cia Marcondes e da BRAVIACO foram demarcadas e legalizadas quatro anos após a compra e que, portanto, ainda não se sabia, concretamente, quais eram os limites específicos destas terras, o que possibilitou deixar de lado algumas áreas já conhecidas como conflituosas (TOMAZI, 1989).

Logo, o primeiro problema enfrentado pelos colonizadores foi dirimir as dúvidas quanto à legitimidade dos títulos de propriedade (LUZ, 1997). Segundo Hermann Morais de Barros, estudos realizados em 1925 demonstravam que a empresa fixaria seu campo de ação em uma área disputada por grupos antagônicos constituídos por posseiros e possuidores de concessões.

⁶⁰ Por exemplo, quando o Decreto-lei Federal n.º 19.688 de 11/02/1931 proibiu o plantio de café em todo território nacional, a CTNP, a CFSP/PR e o Estado uniram-se, conseguindo junto ao governo federal, que a proibição não atingisse o Paraná (TOMAZI, 1997).

Se não eliminassem essa contenda, ninguém teria coragem de comprar as terras. Para Gastão de Mesquita Filho, a razão do grande êxito alcançado vendas, prende-se à total liquidez dos títulos de propriedade que a Companhia oferecia (CMNP, 1975):

Explica-se isso porque o bom colono, aquele que leva consigo a família e tem economias para aplicar na compra da propriedade com que sonhava há anos, não quer brigas e nem aceita riscos. [...] Para que o colono se sinta seguro e possa se dedicar de corpo e alma [...] ao cultivo de sua propriedade, são necessárias três condições fundamentais. Primeira: garantia do direito de propriedade, oferecida de um lado pela legitimidade dos títulos e de outro pela confiança nas diretrizes do governo de respeito ao que preceitua a Constituição no capítulo referente à posse e ao uso da terra. Segunda: certeza do lucro, proporcionada de um lado pela escolha criteriosa de terras férteis e de uma atividade agropastoril de rendimento assegurado – o café, no caso do Norte do Paraná – e de outro, pela oferta, comercialização das safras e para enfrentar acontecimentos imprevistos, como é o caso das geadas. Terceiro: livre iniciativa, base do entusiasmo do indivíduo pelo trabalho e pela obtenção do lucro, que é legítimo e é a mola propulsora das sociedades liberais (CMNP, 1975, p. 60).

Lopes (1982) alega que a CTNP se constituiu em uma grande ilha, rodeada de questões de terras por todos os lados. Sabendo da existência de vários conflitos na região adquirida, entre posseiros e concessionários, propôs-se a pagar quantas vezes fosse preciso os títulos discutíveis, assegurando o direito líquido e inquestionável sobre a terra negociada. De acordo com Cernev (1988), os posseiros foram removidos e reassentados:

Quando a CTNP adquiriu do Estado as terras devolutas, ela se comprometeu a indenizar todos aqueles que apresentassem títulos de propriedade, o que realmente foi feito. Alguns poucos posseiros encontrados foram removidos, sendo reassentados em outras áreas, sob a responsabilidade da própria Companhia. Face a esse saneamento, não houve conflitos de terras nos domínios da Companhia. Os conflitos que houve – como o de Porecatu, por volta de 1950 – estavam fora dos seus limites (CERNEV, 1988, p. 118).

Segundo Tomazi (1999), a ideia de que a CTNP reembolsou todos os que apresentaram títulos de propriedade é uma pilhéria, pois os pobres posseiros tinham muitas dificuldades em adquirir estes títulos; ademais, posseiro ou caboclo⁶¹, nem se preocupava com isto. O autor também questiona para onde esses poucos os posseiros foram removidos, em terra de quem, quanto tempo durou a remoção e se os conflitos na área da CTNP se resolveram.

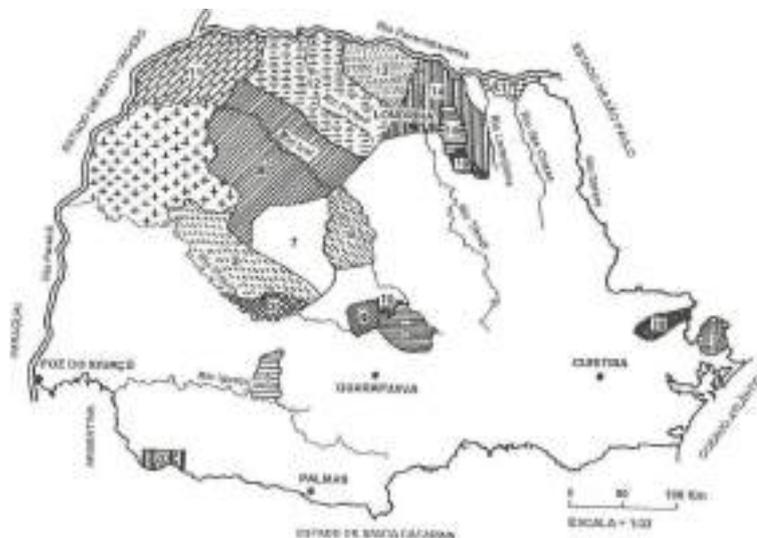
⁶¹ Havia caboclos com posses nas cercanias da área da CTNP (LOPES, 1982). Eram homens barbudos, maltrapilhos e muitas crianças sujinhas, de odor quase insuportável, que viviam em pequenos ranchos de palmito, à beira de riachos. Tratavam-se de antigos posseiros tangidos para o interior pelas novas frentes de colonização do Norte Velho e descendentes de índios mansos da Colônia Militar do Jataí. Com suas roças e ranchos, lutavam pelo domínio pleno da terra que ocupavam contra o avanço das empresas colonizadoras e de seus funcionários armados (TOMAZI, 1997).

Embora a Companhia negue que tenha utilizado violência para tornar as suas terras livres de litígios, entrevistas com funcionários do Departamento de Terras e outros relatos indicam que a CTNP possuía uma força policial particular e se utilizava de jagunços, conhecidos como “limpa trilhos” ou “quebra milho”, frustrando qualquer tentativa de permanência em suas terras (TOMAZI, 1997; LOPES, 1982; ARIAS NETO, 1998).

Portanto, a questão das terras no Norte do Paraná não era pacífica como muitos querem afirmar, nem mesmo área da CTNP, que se situava no interior de grandes grilos (TOMAZI, 1997). Pelo menos 20 grilos se tornaram famosos na história agrária do Paraná, por sua dimensão territorial e pelo modo que se formaram (PRIORI, 2011):

Figura 36: Área dos maiores 20 grilos do Paraná (1930)

N.º	Nome do Grilo	Extensão (alg)
1	Reconquista	446.280
2	Guavirova	171.000
3	São Manuel	71.000
4	Boa Ventura	5.000
5	Laranjeiras	38.000
6	Ubá	100.000
7	Corumbataí	216.300
8	Bandeirantes	403.740
9	São João do Rio Claro	30.000
10	Colônia de Baixo	5.887
11	Boa Esperança	255.980
12	Pirapó	369.570
13	Ribeirão Vermelho	45.000
14	Barra do Tibagi	148.290
15	Tigre	17.660
16	Barra Bonita	16.270
17	Pontal do Rio Cinzas	13.590
18	São João do Rio Pardo	38.000
19	Ipiranguinha	21.000
20	Flores Conceição	22.00
	Total	2.434.567



Fonte: SERRA, 1991, p. 66.

A partir de 1929, o processo de colonização desenvolveu-se sob a sombra da grande crise internacional, e, internamente, pelo movimento de outubro de 1930, que alterou de modo significativo a questão de terras no Paraná. Após a Revolução de 1930, a fim de apurar possíveis irregularidades nas concessões de terras devolutas, foi aberto um processo de sindicância no Departamento de Terras e Colonização. Em relatório referente aos anos de 1932 a 1939, encaminhado a Getúlio Vargas por Manuel Ribas, somente duas empresas foram consideradas “idôneas”: a Companhia de Terras Norte do Paraná e a empresa do engenheiro Francisco Gutierrez Beltrão. Esse novo direcionamento da política fundiária paranaense fortaleceu o Departamento de Terras, que se transformou no principal órgão do Estado (PRIORI, 2011).

No caso das terras griladas, a ação do Estado produziu como resultado positivo a recuperação de quase 2,5 milhões de alqueires, ou quase 6 milhões de hectares, isto com a desapropriação apenas dos 20 maiores grilos do Paraná. Alguns grilos desapropriados tinham mais de 200 mil hectares e se constituíam, ao mesmo tempo, em grandes latifúndios e em espaços de violência no campo, tanto que em sua maioria existiam posseiros e indígenas que estavam pouco a pouco sendo massacrados pelos jagunços a mando dos grileiros (SERRA, 1991, p. 74-75).

Os interventores vinculados à Revolução de 1930, que se propunham a legalizar as terras no Paraná (o que ficou mais no discurso do que na prática), produziram ainda mais conflitos entre famílias que já rivalizavam nos núcleos urbanos. As lutas entre chefes locais não eram apenas uma questão de oratória, pois se resolviam através da utilização de jagunços e pela violência contra todos os adversários (TOMAZI, 1999).

O “tenente” Telmo Ribeiro, considerado representante de Manuel Ribas, chegou à Colônia Paranavaí em torno de 1938, e teve desde logo a função de limpar a área da antiga concessão dada à BRAVIACO, da qual muitos posseiros e grileiros havia possedido parte. Feita a limpeza de todos os posseiros e grileiros, ficaram muitas cruzeiros pelo caminho como evidência de seus métodos nada legais, mas comuns, quando a lei significava o “cumprimento do artigo 45 da constituição Winchester”, conforme se falava na época (TOMAZI, 1999, p. 70).

Em 1940, o interventor Manuel Ribas iniciou uma forte luta contra os grileiros e posseiros que tinham se apossado de 59 mil quilômetros quadrados de terras do Estado (mais de um quarto do território) (WESTPHALEN et al., 1968, p. 6). No entanto, as terras que passaram às mãos do Estado, foram utilizadas por Manoel Ribas como se fossem posses pessoais. Ele fez doações a amigos e conhecidos através de um simples pedido protocolado nas instâncias burocráticas do governo (PRIORI, 2005).

Em síntese, no que concerne à posse e ao domínio da terra no Paraná, devem ser considerados os seguintes aspectos: efetiva ocupação e reconhecimento dos direitos de legítimos proprietários, mesmo que simples posseiros; e a prática organizada da grilagem de terras, ou seja, da formação de grilos, por espertos aventureiros, hábeis no apossamento de terras alheias com base em títulos falsos de propriedade (WESTPHALEN et al., 1968).

A ocupação de terras devolutas e pertencentes a particulares ausentes, é caracterizada como intrusão. Os intrusos estiveram presentes na região Norte, devido à valorização rápida e crescente de suas terras, graças à cafeicultura, principalmente em áreas colonizadas pelo Estado. Desinteressados da legalização de suas posses, objetivando apenas o recebimento de novas terras pela sua saída, ou o pagamento de indenizações pelas benfeitorias realizadas nas

propriedades, estes invasores operavam frequentemente para grupos poderosos, interessados na formação de grilos. A intrusão dirigida era efetivada no intuito da formação de posses, que geravam direitos, agravando a questão de terras pela habitação de dois ou mais pretendentes proprietários legítimos (WESTPHALEN et al., 1968).

Com frequência, a luta pela terra era travada entre o posseiro, o intruso e o proprietário, que tinha o título de domínio pleno, quando dois ou mais posseiros, intrusos e proprietários não se apresentavam disputando o mesmo lote ou a mesma gleba. Do ponto de vista social, a existência no Paraná de milhares de posseiros, e sua luta pelo domínio pleno da terra que ocupavam, com suas roças e ranchos, desde anos, e que lhes era arrebatada por terceiros, geralmente figurões da cidade, constitui o mais dramático aspecto das questões agrárias no Paraná moderno (WESTPHALEN et al., 1968, p. 23-24).

Entre 1945 e 1964, milhares de camponeses se envolveram em lutas sociais pela posse da terra no Norte do Paraná, (PRIORI, 2005). As mais graves questões de terra deram origem a movimentos armados, como os ocorridos em Jaguapitã e Porecatu. Em Jaguapitã, a partir de 1946, cerca de 1500 famílias de posseiros de terras devolutas, ou intrusos em terras particulares, passaram a viver em estado de alarme, face aos problemas de terras e ao comportamento do governo do Estado ante os mesmos. Muitos foram esbulhados em suas posses, em favor de grandes proprietários, outros despejados com violência (WESTPHALEN et al., 1968).

Em 1947, o governador foi à Jaguapitã e concedeu audiências públicas aos posseiros prometendo-lhes terras devolutas, situadas no vale do rio Paranavaí. Dez alqueires para cada família. Os posseiros, que se preparavam para deixar o núcleo em conflito, não plantaram mais nada. Mas o governo não consumou suas promessas e ficaram os caboclos sob as agruras do inverno. Situação esta que provocou a reação dos sitiantes. Em resposta, o governo enviou forte contingente policial, que se encarregou da expulsão dos posseiros e intrusos. Mesmo os proprietários foram despejados à força (WESTPHALEN et al., 1968).

Em 1941, cerca de 300 famílias de agricultores, oriundas majoritariamente do Estado de São Paulo, chegaram à região de Porecatu e ocuparam terras que acreditavam serem devolutas⁶². A Constituição Federal de 1946 e a Constituição do Estado do Paraná do mesmo ano asseguravam a todo trabalhador rural, que tivesse posses com cultura efetiva e morada habitual em terras devolutas, teria direito sobre estas, sendo portador de “justo título”. Esse princípio constitucional visava o aproveitamento das terras públicas para a colonização, produção de alimentos para o mercado interno e de café para a exportação (PRIORI, 2011).

⁶² O que determinou a ocupação daquelas terras foi a existência de um marco e de uma tabuleta, na barranca do ribeirão Capim, indicando que naquele local começavam as terras devolutas do Estado (PRIORI, 2011).

Os posseiros solicitaram a regularização das posses, mas os inúmeros requerimentos nunca foram considerados pelos órgãos responsáveis pelas terras. Em 1945, o Estado começou a lotear a área e repassar as terras aos grandes fazendeiros, que entravam com ação de reintegração de posse, acusando os posseiros de terem invadido sua propriedade. Os posseiros se uniram e contrataram um advogado. Paralelamente ao processo judicial, iniciou-se o cerco contra os posseiros montado pelos fazendeiros, grileiros, jagunços e policiais⁶³, dando início à resistência armada articulada pelo Partido Comunista Brasileiro⁶⁴ (PRIORE, 2011).

A “Guerra de Porecatu” se iniciou no final de 1948 e terminou em julho de 1951, com a presença da Polícia Militar do Estado e de agentes das Delegacias Especializadas de Ordem Política e Social (DOPS) de São Paulo e do Paraná, graças à notícia de que o PCB estava participando do movimento camponês, o que levou o Estado a montar uma grande operação para desmobilizá-lo. Os posseiros foram indenizados pelas benfeitorias e assentados em novas frentes, como Centenário, Paranavaí e Campo Mourão. Para eles, o resultado do movimento foi uma vitória, apesar dos conflitos, prisões e violências. Porque receberam outros lotes, não da mesma extensão territorial e qualidade, mas ao menos, poderiam ser chamados de “proprietários” (PRIORI, 2011; 2005).

Os conflitos entre grileiros, posseiros e companhias colonizadoras, que marcaram o acesso à propriedade da terra durante as décadas de 1940 e 1950, praticamente desapareceram no limiar dos anos 1960. Findaram-se as frentes pioneiras e as terras devolutas, devido aos projetos de colonização empreendidos pela iniciativa privada⁶⁵ e pelo Estado⁶⁶ (SERRA, 1991).

3.6. A cafeicultura e o fim do processo de (re)ocupação do Norte do Paraná (1945-1975)

⁶³ A violência e a intimidação eram mecanismos usados tanto por grileiros, quanto pela polícia e até pela própria justiça, com o objetivo de desmobilizar os posseiros e expulsá-los de suas terras. Ocorriam sucessivas batidas policiais para desocupação das posses, várias ordens judiciais de embargos, despejos, sequestro de bens e de terras, além de avisos ameaçadores e estupro de mulheres e de filhas de camponeses (PRIORI, 2011).

⁶⁴ Por meio dos diretórios municipais de Jaguapitã e de Londrina, do Diretório Estadual do Paraná e do Comitê Central, o PCB enviou para a área do conflito armamentos, munições, militantes experientes, eficaz retaguarda, suporte financeiro, roupas e alimentos. O PCB defendia a imediata entrega das terras dos latifundiários para os camponeses que nela trabalhavam, desde que se aliassem ao proletariado na tarefa de fazer a revolução. Entretanto, os camponeses tinham objetivos diferentes. Para os posseiros, o importante era a organização da resistência contra a violência dos latifundiários e dos jagunços, bem como a luta pela legalização da posse da terra (PRIORI, 2011).

⁶⁵ Várias empresas imobiliárias desenvolveram projetos de colonização, no noroeste do Estado, dando origem aos núcleos: Alto do Paraná, Santa Cruz do Monte Castelo, Paraíso do Norte, Nova Londrina, Santa Isabel do Ivaí, Loanda, Tamboara, Terra Rica, Querência do Norte, São Carlos do Paraná, Itaúna do Sul e Diamante do Norte.

⁶⁶ A venda, doação ou cessão de terras a companhias privadas e amigos foi o jeito que Moisés Lupion – que governou durante dois mandatos (1947-1951 e 1955-1961), intermediados por um de Bento Munhoz da Rocha (1951-1955) – encontrou para fazer as maiores barganhas de terras no Paraná, de tal sorte que no final da década de 1950, quase todas as terras já estavam em mãos de particulares (TOMAZI, 1997).

O café foi o principal fator da ocupação das terras do Norte, responsável pela explosão demográfica e pela incorporação do setentrão paranaense à economia estadual e nacional (LUZ, 1997). Até 1950 a cafeicultura foi preponderante a leste do rio Tibagi (Norte Pioneiro). Na década de 1950, predominou a oeste do Tibagi (Norte Central) e, nos anos de 1960, deslocou-se para as Mesorregiões Noroeste e Centro-ocidental (TOMAZI, 1997).

Pozzobon (2006) divide a trajetória da cafeicultura no Paraná em três fases distintas: 1ª (1900-1945), de desbravamento e implantação da cultura; 2ª (1946-1974), de expansão e racionalização; 3ª (1975-2000), de retração e adequação tecnológica. Para contextualizar nosso objeto, descrevemos a segunda fase e o ano de 1975.

O período entre 1945 e 1974, caracterizou-se pela elevação dos preços em dólar, pela introdução de novas técnicas de plantio e tratamentos culturais, pelo uso intensivo de mão de obra e pela política de erradicação e renovação de cafezais. Foram 18 anos de expansão, sem que os outros setores da economia acompanhassem seu crescimento e 10 anos de retração, culminando na geadas negra de 1975, que determinou o estabelecimento de um forte ponto de inflexão na cafeicultura, com a diversificação da produção e fomento da pecuária (POZZOBON, 2006).

A partir de 1945, o café experimentou um movimento ascensional⁶⁷. Os preços altos no mercado internacional e os incentivos para novos plantios, somados à adequabilidade do solo e à facilidade de escoamento da produção, criaram no final da década de 1950 e início da de 1960, as grandes safras que produziram cerca de 70 milhões de sacas de 60 kg, tornando o Paraná o maior produtor brasileiro⁶⁸. Os rendimentos da cafeicultura propiciaram a modernização de Curitiba e a construção da Rodovia do Café, que efetivou a ligação da região norte com Curitiba e com o porto de Paranaguá (ALMEIDA, 1981; TOMAZI, 1997).

A resposta aos altos preços do café foi seu plantio em larga escala, levando a níveis próximos de monocultura – só não chegou a isso, porque não compensava plantá-lo nos vales, suscetíveis à geadas. Os cafezais se estenderam acima de seu limite climático, não só nas áreas de trapp, mas também nas terras mistas do arenito caiuí. Em consequência, o povoamento interiorizou-se, promovendo o desenvolvimento de novos núcleos urbanos. Surgiram máquinas de beneficiamento e firmas especializadas na exportação do café. A concentração populacional atraiu profissionais de vários ramos e os órgãos governamentais passaram a se fazer presentes, pois além de auferir lucros ao setor privado, a produção cafeeira aumentou a arrecadação de

⁶⁷ Em decorrência do fim da crise de superprodução ocorrida no mercado internacional, que havia levado o governo brasileiro a adotar uma política de retração forçada da oferta, através da destruição de boa parte da produção de um controle rigoroso sobre sua expansão (ALMEIDA, 1981).

⁶⁸ Na safra de 1961/1962, o Paraná atingiu a produção máxima das lavouras de café, alcançando uma área de 1.620.798 hectares e 2.555.155 toneladas de grãos, o equivalente a 58,32% da produção brasileira (MORO, 1991).

impostos (CANCIAN, 1981; LUZ, 1997).

Como é uma cultura permanente que exige muitos cuidados e mão de obra numerosa, o café provocou a migração de um grande contingente populacional. Entre 1920 e 1960, o Paraná passou de 12º para 5º Estado mais populoso do país. Entre 1940 e 1950, deu-se o maior incremento populacional na região Norte, que de 340.449 habitantes, passou a ter 1.029.025, quase a metade da população do Estado (48,6%). Em 1961, viviam 283.992 famílias nas propriedades cafeeiras englobando 1.455.233 pessoas, o que corresponde a 46,4% da população rural e a 31,8% da população do Estado (LUZ, 1997; ALMEIDA, 1981).

Em meados dos anos 1960, a produção entrou em declínio, diante da saturação do mercado, lotação de cafés de qualidade inferior nos armazéns e baixa dos preços internacionais. A fim de eliminar a produção de excedentes, o governo federal adotou uma política nacional de diversificação da agricultura e incentivo de implementos e insumos agrícolas de base industrial (TOMAZI, 1997). A execução do Plano de Racionalização da Cafeicultura compreendeu a erradicação de dois bilhões de pés de café antieconômicos e a renovação de 500 milhões de cafeeiros no Brasil. Houve uma melhora na qualidade média do café destinado à exportação, mantendo uma posição estatística mais adequada ao mercado (BATALIOTI, 2004).

No Paraná, a erradicação teve sucesso nas regiões de cafeicultura mais antiga e nas de solos menos propícios (arenito caiué), onde os cafeeiros decadentes foram substituídos por pastagens. Nos locais de predominância de terras roxas, houve maior resistência à erradicação, que se efetuou em favor das lavouras temporárias⁶⁹ (LUZ, 1997). No governo Ney Braga (1961-1965), a política de investimentos se reorientou, com o incentivo à industrialização. De 1955 a 1965, o setor industrial tornou-se hegemônico na geração de renda interna (TOMAZI, 1997).

A queda da importância da cafeicultura no cenário econômico afetou os pequenos cafeicultores, favorecendo a concentração de terras nas mãos de poucos grandes proprietários, que possuíam recursos para se manter em meio a crises sazonais (SOUZA, 2008). A crescente monopolização da terra abalou o modelo de ocupação planejada voltada à pequena propriedade e ao trabalho familiar. O interesse político do Estado em manter o homem no campo produzindo na pequena propriedade para sua própria manutenção entrou em choque com o interesse econômico de produzir para o mercado. As mudanças na estrutura fundiária e nas relações de trabalho despojaram os trabalhadores rurais com pouca ou nenhuma terra, liberando enormes

⁶⁹ Até atingir a fase de superprodução na década de 1960, o centro dinâmico da produção cafeeira no Paraná deslocou-se por três vezes, em períodos cada vez mais curtos: em 1951, quando o Norte Novo superou o Norte Pioneiro; onze anos depois, quando o Norte Novíssimo ultrapassou o Novo; e em 1965, com programas de erradicação de cafeeiros e fomento da pecuária no Norte Novíssimo, desviava-se novamente ao Norte Novo, de terras mais próprias ao café (CANCIAN, 1981).

contingentes de mão de obra, já no início da década de 1960 (SERRA, 1991).

A decadência da cafeicultura se iniciou com a geada de 1969, agravada pela escalada inflacionária, surgimento da ferrugem do café, aplicação da legislação trabalhista no campo, concorrência do salário industrial e pelo surgimento da soja como cultura alternativa. E o processo de diversificação da agricultura definiu-se de vez com a geada de 1975. “Dos 915 milhões de pés de cafés que havia no Estado, não conseguiram salvar-se, mesmo que parcialmente, mais de um milhão de pés” (TOMAZI, 1997, p. 260).

17/07/1975, à tarde: após a chuva ocorrida no dia anterior, a região cafeeira do Paraná foi tomada por rápido abaixamento da temperatura acompanhado de vento, prenúncio de desastre iminente. Notícias de Curitiba contam que muitos telhados estavam cobertos de neve. Horas depois, os ponteiros da planta e o lado exposto ao vento já exibiam sinais de queima (geada conhecida pelos cafeicultores como “geada negra”) em consequência do vento frio. À noite, o céu apresentava-se limpo, sem nuvens e leve brisa. À zero hora os termômetros registraram temperatura de 0°C, evoluindo rapidamente para até -5°C. A região amanheceu sob intensa formação de geada afetando café, pastagens, trigo, cana, rami e hortaliças. Os cafeeiros foram atingidos até o tronco, comprometendo 100% da safra seguinte e parte das subsequentes. O mercado físico de café paralisou e a bolsa de Nova Iorque registrava alta de 900 pontos, limite permitido. O governo, através do IBC⁷⁰, expediu “resolução” suspendendo o registro de declarações de venda do café até o levantamento dos danos causados. Os prejuízos para o café foram estimados em U\$\$ 4 a 4,5 bilhões (POZZOBON, 2006, p. 147).

A geada de 1975 é considerada um marco histórico, com a estagnação das cidades fora do eixo Londrina-Maringá e a divisão da velha e a nova cafeicultura implantada através de um novo modelo tecnológico. A produção cafeeira recuperou-se nos três anos seguintes, para entrar em declínio a partir de 1980, com o deslocamento do eixo da produção para outros Estados, principalmente Minas Gerais (POZZOBON, 2006).

Os espaços liberados pelas lavouras cafeeiras foram sendo gradativamente ocupados por novas formas de cultivo, surgindo em primeiro lugar o algodão e em seguida o consórcio de culturas mecanizadas de soja e trigo e as pastagens plantadas. Ao contrário do café, que em todas as suas fases de produção era dependente de mão de obra braçal, os novos cultivos dispensaram o fator mão de obra, com exceção do algodão, o que fez aumentar o contingente de trabalhadores desempregados (SERRA, 1991).

A crise na cafeicultura, a implantação de culturas mecanizadas e a concentração

⁷⁰ Instituto Brasileiro do Café. Autarquia do governo federal, com sede no Rio de Janeiro, criada pela Lei nº 1.779, de 22 de dezembro de 1952, em substituição à Divisão de Economia Cafeeira (DEC), instituída em setembro de 1946. O IBC vinculava-se ao Ministério da Indústria e do Comércio, com jurisdição em todo o território nacional. Extinto em 1990, seu objetivo era executar a política cafeeira.

fundiária, provocaram um êxodo rural sem precedentes (ARIAS NETO, 1998). No final dos anos 1970, 1.134.612 pessoas haviam deixado a zona rural, sendo que houve um aumento na população urbana de 592.193 pessoas. O que significa que 542.419 pessoas foram expulsas do Norte do Paraná (TOMAZI, 1999).

Paulatinamente, as ideias de “Eldorado”, do pioneiro, da “terra onde se anda sobre dinheiro”, tornaram-se histórias (ARIAS NETO, 1998). A partir de então, posseiros, colonos, pequenos proprietários e trabalhadores rurais, foram atrás do ouro verde em outras fronteiras, desenvolver a acumulação primitiva necessária ao capital. Atraídos por outro discurso que afirmava que a “Terra da Promissão” encontrava-se um pouco mais além, no Paraguai, no Acre, em Rondônia, ou no Mato Grosso, construído pela propaganda de outras companhias colonizadoras que vendiam a mesma mercadoria: a felicidade e a riqueza (TOMAZI, 1999).

3.7. A historiografia paranaense e os debates sobre a colonização da região Norte

De acordo com Tomazi (1999), a partir dos anos 1970, a historiografia dominante procurou silenciar as transformações ocorridas na agricultura regional, que expulsou milhares de pessoas, deixando para trás verdadeiras cidades fantasmas, como que procurando restabelecer uma realidade anterior pela simples narrativa, afirmando que o Norte do Paraná continuava a ser um “Eldorado”.

O confronto entre as várias posições a respeito do processo de (re)ocupação deu-se no interior das universidades, através dos inúmeros trabalhos acadêmicos. Entre estes, citamos alguns que se baseiam nos escritos da CMNP, que elaborou um discurso próprio sobre seu projeto de colonização, dando uma configuração mítica à história do Norte do Paraná, bem como analisamos os que estabeleceram uma postura crítica perante a este discurso oficial.

Os primeiros estudos sobre a racionalidade do plano colonizador da CTNP foram empreendidos na década de 1930, por Pierre Monbeig, que escreveu “Pioneiros e fazendeiros em São Paulo”, obra concluída em 1942 e publicada em 1952; e Claude Lévi-Strauss, autor de “Tristes Trópicos”, publicado em 1955. Somente nos anos 1980/90 que novas contribuições foram acrescentadas às análises elaboradas pelos franceses. Estes autores influenciaram profundamente os estudos posteriores sobre a região Norte e a atuação da Companhia. De modo geral, não fizeram uma apologia ao progresso, muito menos criaram uma vinculação ideológica entre projeto racional de colonização e o progresso do norte do Paraná. Contudo, eles são os responsáveis por transformar cientificamente um projeto imobiliário em trabalho de colonização (ARIAS NETO, 1998).

A tese de doutorado de Pedro Calil Padis (1981) é um dos primeiros esforços para se pensar a economia paranaense como um todo e a cafeicultura em particular. Mas, para Tomazi (1997), reproduz o discurso oficial, ao enaltecer a figura do pioneiro, a ação individual e todo o conjunto de noções indicados pela CMNP, no livro publicado em 1975, em seu cinquentenário. Este livro passa a ser citado na maioria dos trabalhos, sem nenhuma crítica, quase como um documento “sagrado” que contaria toda a “verdade” sobre a região.

Nadir Aparecida Cancián (1977), em sua tese de doutorado, escreve o trabalho mais completo sobre a cafeicultura paranaense, porém, em alguns momentos, volta-se aos elementos discursivos propagados pela CMNP. Do mesmo modo, as dissertações de mestrado de France Luz (1980), Ana Maria Chiarotti Almeida (1981) e Ana Cleide Chiarotti Cesário (1986), apesar de acrescentarem dados específicos para o entendimento do processo de colonização da região em estudo, citam os mais expressivos documentos da CTNP/CMNP, sem nenhuma crítica. José Cernev (1988) é o mais eloquente defensor da Companhia, ao afirmar que seus interesses particulares ultrapassaram as vantagens individuais para se colocarem no nível da responsabilidade e dos benefícios do bem-estar social.

No livro “Cianorte: sua história contada pelos pioneiros” (1995), o segundo capítulo, que narra a colonização do norte do Paraná e a fundação de Cianorte, é apenas um resumo do livro da CMNP (1975). As autoras não utilizam outras fontes para esclarecer este contexto histórico, a não ser trechos de entrevistas realizadas com os primeiros moradores da cidade e notícias de jornais locais, que confirmam o discurso da Companhia. No presente trabalho, analisamos parte dos documentos utilizados na produção do livro, com a finalidade de buscar o que foi deixado de lado em sua escrita, para que se encaixasse na historiografia oficial.

Segundo Tomazi (1997), José Joffily foi o primeiro a se colocar de frente contra a historiografia oficial, com a publicação de “Londres-Londrina”, em 1984. Ao descrever a ação da Companhia como uma das formas do colonialismo inglês, o escritor causou uma polêmica no jornal “Folha de Londrina”, que durou vários dias.

Para Joffily (1985), a história do Norte do Paraná é mal contada, porque todos partem de uma fonte única, destituída de mínima isenção: as publicações da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná. Até a década de 1950, circulavam em Londrina apenas três jornais, “Paraná-jornal”, “O Município” e “Paraná Norte”, que ostentavam páginas inteiras pagas pela Prefeitura ou pela CTNP.

A autêntica versão estava bloqueada pela raridade de fontes idôneas. Assim, difundiu-se uma simpática imagem do imperialismo inglês. Seus agentes são saudados como salvadores do Brasil. Na retórica dos colonizadores, a cobiça

– por mais desenfreada que ela seja – está invariavelmente mascarada pela abnegação, pela benemerência e pela filantropia (JOFFILY, 1985, p. 31-32).

Alguns trabalhos analisam criticamente o que havia ocorrido no Norte, principalmente os que pesquisam a história dos colonos, sitiantes e posseiros. É o caso de Ana Yara Lopes (1982), que investiga o surgimento e as transformações dos pequenos produtores agrícolas no Norte Novo, pelo viés marxista. E de pesquisas que se voltam para questões fora do âmbito da área da CTNP, dando uma conotação da diversidade de situações existentes na região. Como a de Ruy Wachowicz (1987), que analisa a colonização do Norte Pioneiro; a de Elpídio Serra (1991), que avalia os processos de ocupação e luta pela terra no Paraná; e a de Angelo Priori (1996), que estuda as lutas e a organização dos trabalhadores, entre 1950 e 1960.

Nelson Dacio Tomazi é o primeiro pesquisador a tomar, especificamente, a atuação da CTNP/CMNP como objeto de análise. Em sua dissertação de mestrado (1989), destaca a existência de quatro elementos que estruturam o mito da Companhia: a empresa vê sua ação como uma “destinação histórica”, uma “missão de elevado interesse público”, como decorrente da ação dos “pioneiros” e como um “exemplo de reforma agrária”. Tomazi afirma que o mito se perpetua através de ações dos poderes públicos, das comemorações, da produção intelectual no interior das universidades e da iniciativa de organismos privados. Por fim, explica que a função deste mito é o de internalizar valores e atitudes que visam sustentar a manutenção de uma estrutura social desigual e de uma estratégia de poder, sempre referida ao passado.

A pesquisa de Tomazi influencia a dissertação de mestrado de Sônia Adum (1992), no que tange à concepção de ideologia como lógica de ocultação do real. A autora analisa a cidade de Londrina sob a ótica da implantação da ordem burguesa, buscando evidenciar o que está escondido sob os folhetos de propaganda da CTNP. Ela destaca dois tipos de abordagens possíveis a respeito da história da colonização do norte do Paraná. Uma de viés mais crítico, exemplificada pelo trabalho de Nelson Dacio Tomazi, que constata a existência do “mito da Companhia de Terras Norte do Paraná” e outra mais comum “e mais frequente – o da ‘história sem problemas’, ‘história limpa’, cuja narrativa traça uma trajetória racional de vitórias a caminho da ‘civilização’, onde a CTNP, cuidando também de seus interesses, teve como objetivo maior, o engrandecimento da região, do Estado e da Nação” (ADUM, 1992, p.155).

Esta perspectiva [...] traz no bojo uma ideia de paz e felicidade no espaço colonizado pela CTNP, principalmente quando comparado com espaços vizinhos, sempre às voltas com inúmeros problemas e violências. Tal perspectiva insere-se na visão liberal-burguesa da história, cujos elementos de sustentação são, entre outros, a livre iniciativa, a garantia do direito de propriedade, o estímulo do lucro, o espírito público da empresa privada, o

caráter civilizatório e progressista da burguesia, o pioneiro, e que foram, nesta construção histórica a posteriori, instituídos como responsáveis pelo sucesso da colonização realizada, bem como, pelo desenvolvimento e progresso atuais da cidade (ADUM, 1992, p.155-156).

A dissertação de mestrado de José Miguel Arias Neto (1993)⁷¹ analisa as representações que foram construídas a respeito de Londrina e do Norte do Paraná. Segundo o autor, entre as décadas de 1920 e 1930, a região passa a ser conhecida por “Terra da Promissão”, visto que a propaganda da CTNP e dos jornais que a apoiava exaltava a fertilidade das terras, no intuito de atrair compradores. Nos anos 1940, é forjada a representação do “Eldorado Cafeeiro”, graças ao desenvolvimento da cafeicultura. Na década de 1950, os problemas advindos do progresso na região edificam o “Fim do Eldorado”. Entre os anos 1960 e 1970, o Norte do Paraná passa a ser visto como um exemplo de “Reforma Agrária”.

A tese de doutorado de Nelson Dacio Tomazi (1998) busca desconstruir o discurso “Norte do Paraná”, elaborado entre 1930 e 1950 e visto até hoje como uma verdade indiscutível. Trata-se de um conjunto de imagens identificadas à ideia de progresso, ocupação planejada e pacífica, riqueza, cafeicultura, terra roxa, pequena propriedade, terra onde se trabalha, pioneirismo, etc. Seu objetivo é demonstrar que estas representações foram construídas sob a ótica do vencedor, com o intento de ocultar a violência e a exclusão na (re)ocupação da região.

É interessante destacar que Arias Neto (1998) discorda de Sônia Adum, no que tange à ideia de que a representação do empreendimento inglês – o plano racional de colonização como fundamento do progresso – tenha por função ocultar o lucro auferido nas vendas das terras. Ao contrário, trata-se de um elemento importante na construção da legitimidade do capitalismo. E também contradiz a assertiva de Nelson Tomazi, segundo a qual o discurso “Norte do Paraná” visa obscurecer a realidade conflituosa. Para Arias Neto, a fixação destas imagens constitui-se como práxis política e pode revelar ao invés de ocultar, um momento de conflito:

Nessa busca de legitimidade, o produtor das imagens, lança mão dos recursos disponíveis e deixa, aqui e ali, pistas para a percepção de como e porque se construíram aquelas imagens. Uma breve comparação entre o texto do geógrafo francês e o da CMNP [...] – revela que houve quase que uma cópia total das reflexões que Monbeig elaborou nos anos 30 e 40. O que salta aos olhos no texto da CMNP, portanto, é o fato de que ele se apropria do discurso científico e promove um sensível deslize legitimando o empreendimento liberal, dispensando qualquer investigação de sua origem e dos fundamentos que o sustentam (ARIAS NETO, 1998, p. 253).

⁷¹ “O Eldorado: Londrina e o Norte do Paraná, 1930-1975”. Utilizamos a versão publicada em 1998, sob o título “O Eldorado: representações da política em Londrina, 1930-1975”.

Em nossa dissertação de mestrado (2012), utilizamos os trabalhos citados para contextualizar a trajetória de Brás Ponce Martins (1929-2004), que viveu em Rolândia, Londrina e Cianorte, entre 1938 e 2004 e deixou um livro de memórias⁷² para sua família. Observamos que seus escritos foram influenciados pelo discurso da CMNP, no intuito de conferir maior objetividade às suas lembranças, uma vez que se relaciona ao que ele conhecia como a história oficial. O relato de suas experiências confirma as representações construídas sobre o Norte do Paraná. Braz procura mostrar que se trabalhando duro é possível ascender socialmente, dando o exemplo de sua própria vida, como pioneiro, colono, sitiante e fazendeiro.

Para concluir, transcrevemos um trecho da reportagem escrita pelo jornalista Fernando Martins, publicada na Tribuna de Cianorte, em 2012, a fim de demonstrar que o discurso da CMNP perpetua-se até a atualidade, sendo parte integrante do imaginário da população local:

[...] O território pé-vermelho tem a maior aglomeração de municípios com mais igualdade social – nos quais a pobreza atinge no máximo 18% dos moradores. Inúmeros fatores explicam o sucesso do Norte. Mas três são cruciais: a fertilidade das terras, a inserção econômica da região nos mercados internacionais e a forma de ocupação do território. A produtividade das terras roxas é bastante conhecida. Propiciou o rico ciclo do café até a década de 70 e, atualmente, garante os bons resultados da soja. Além disso, ambas as culturas foram ou são voltadas para os mercados externos, com alta demanda. Essas duas condições justificam a geração de renda, mas não a sua distribuição. A novidade histórica do Norte paranaense foi a ocupação mais igualitária e planejada das terras. A colonização da região foi delegada pelo governo estadual, na primeira metade do século 20, à iniciativa privada. O empreendimento mais grandioso foi o da Companhia de Terras do Norte do Paraná (posteriormente rebatizada de Companhia Melhoramentos), de capital britânico. A empresa loteou mais de 500 mil alqueires, abriu estradas, construiu ferrovias e fundou 63 cidades e povoados – incluindo Londrina, Maringá, Cianorte e Umuarama. O êxito da empreitada está no inteligente modelo adotado, que rompeu com o latifúndio tipicamente brasileiro. Os lotes rurais eram pequenos; variavam entre 5 e 30 alqueires. A compra foi facilitada, com juros baixos. Isso democratizou o acesso à terra, o principal meio de produção da época. As estradas garantiram o escoamento da produção. E a distância dos lotes rurais em relação a alguma cidade – no máximo 15 quilômetros – aproximou o agricultor dos serviços urbanos. Tudo isso propiciou a formação de uma classe média rural que justifica, hoje, a maior igualdade do Norte. A saga dos pés-vermelhos merece ser mais estudada. Ela fornece elementos para se pensar num projeto de desenvolvimento do país, tais como o acesso mais democrático aos meios de produção; economia voltada a mercados com grande demanda; aliança do poder público com a iniciativa privada; planejamento; e oferta de infraestrutura urbana e rural.⁷³

⁷² PONCE MARTINS, Braz. **Memorial de um Século de Cafeicultores**. Cianorte: Gráfica e Editora Bacon Ltda., 2003.

⁷³ MARTINS, Fernando. Modelo pé-vermelho de desenvolvimento. Tribuna de Cianorte, Cianorte, 19 jan. 2012. p.2.

CAPÍTULO IV. DADOS AMBIENTAIS, SÓCIOECONÔMICOS, POPULACIONAIS E ARQUITETÔNICOS DE CIANORTE (1953-1975)

Dividimos este capítulo em três partes. Primeiramente, estudamos os aspectos geográficos da cidade – localização, altitude, hidrografia, relevo, solo, vegetação e clima; com base nas concepções teórico-metodológicas da História Ambiental. Problematizamos a modificação da paisagem natural por suas implicações políticas, sociais e econômicas. Destacamos a visão dos depoentes, que ao mesmo tempo que idealizavam a fauna e a flora, lamentavam as consequências do desmatamento, principalmente as erosões e as geadas.

Em segundo lugar, discutimos o movimento populacional do município e região. Começamos com os primeiros habitantes, indígenas e caboclos, que foram expropriados de suas terras pelo homem branco, representado pelos latifundiários e empresas colonizadoras. Detalhamos o caso dos Xetás e Sutis, dos quais restam poucos vestígios e poucas referências bibliográficas. Os Xetás, últimos indígenas avistados em Cianorte, ocupavam a Serra de Dourados até a década de 1950, quando quase foram extintos. Os Sutis, uma comunidade cabocla, descendente de índios e negros, que deslocou-se por todo o Estado do Paraná, entre a segunda metade do século XIX e primeira metade do XX, habitou a região de Cianorte por pelo menos 30 anos. Acabaram sendo dispersados e até hoje seu destino é ignorado – com exceção de indivíduos isolados e um Quilombo em Ponta Grossa. Por fim, chegamos aos pioneiros que abriram a cidade, oriundos de várias regiões do país, principalmente do Nordeste, Sudeste e de outras regiões do Paraná. E adentramos na dispersão populacional ocorrida a partir de 1970 – o êxodo rural e o movimento migratório para novas zonas de fronteira.

Em um terceiro momento, abordamos as concepções arquitetônicas e urbanísticas adotadas na implantação da cidade. A começar pelo ideal de cidade jardim inglesa, difundido no Brasil pela Cia. City, onde o engenheiro responsável pelo planejamento de Cianorte, Jorge de Macedo Vieira, estagiou. Através da reprodução das imagens dos projetos, demonstramos como esse modelo foi implementado em Cianorte. Ainda que parcialmente, devido à crise do café dos anos 1950 à taxação das terras da CMNP pela prefeitura a partir da década de 1960. Adentramos na questão da não preservação do patrimônio histórico nas chamadas “cidades novas”. Conceito empregado para designar cidades planejadas, implantadas entre os anos de 1940 e 1960, com base nas mais modernas técnicas urbanísticas, que cresceram rapidamente e, no afã de progredir, preteriram a preservação da cultura material. Demos exemplo do descaso com as primeiras construções de Cianorte, por parte do poder público e da própria população.

4.1: História Ambiental de Cianorte: relações entre Geografia, Política e Economia

Os aspectos geográficos de Cianorte – localização, altitude, hidrografia, relevo, solo, vegetação e clima – são estudados sob a perspectiva da História Ambiental. Problematicamos a modificação da paisagem natural em suas implicações políticas e econômicas, com base nas entrevistas com os pioneiros. Na visão dos depoentes, a questão é paradoxal. Ao mesmo tempo em que se orgulham de serem desbravadores, fomentadores do progresso, idealizam a fauna e a flora local e lamentam as consequências do desmatamento; principalmente as erosões e geadas que, por isso, demandam uma análise detalhada, intrínseca à categoria dos desastres ambientais.

Desastres ambientais podem ser definidos como o resultado de eventos adversos, naturais ou provocados pelo homem sobre um ecossistema, traduzido em danos humanos, materiais, ambientais e em consequentes prejuízos econômicos. De modo geral, resultam das tentativas humanas de dominar a natureza, que acabam sendo derrotadas. Quando não são aplicadas medidas para a redução dos efeitos dos desastres, a tendência é que a intensidade, a magnitude e a frequência dos impactos aumentem (KOBAYAMA et al., 2006).

Os desastres ambientais são eventos de grande complexidade, onde ocorre uma intersecção de processos nos âmbitos social, cultural, político, econômico, físico e tecnológico, ou seja, são eventos totalizantes. Os desastres revelam como operam sistemas físicos e biológicos e suas interações com populações, grupos, instituições e práticas culturais (OLIVER-SMITH, 1999). Em suma, os desastres ambientais são socialmente construídos, no processo de ocupação humana e nas suas relações com outros seres no espaço (MORES, 2017).

Os desastres ambientais vão além do evento em si. Assim como o historiador analisa seus movimentos anteriores, deve avaliar as medidas posteriores. As ações para mitigar os desastres partem de vários setores da sociedade. O Estado, que lidera a resposta ao desastre, torna-se espaço de disputa entre os diferentes grupos que buscam, na definição de políticas públicas, a resolução de tensões sociais mais profundas que o momento da catástrofe. Tais políticas devem considerar o ambiente, o clima e o local (MORES, 2017; SEDREZ, 2013).

Portanto, para compreender o processo erosivo e as geadas, valemo-nos da abordagem de Steinberg (2006), segundo o qual, o estudo histórico do desastre deve apresentar-se por meio de três caminhos. Em um primeiro momento, a história ambiental do local, para verificar como ocorrem as relações entre humanos e natureza; em segundo lugar, a história social do desastre, para entender como questões de poder influenciam no fenômeno; e, por fim, uma história cultural, para mapear as diferentes formas de interpretação em relação ao desastre.

4.1.1. Localização, hidrografia, relevo e solo

Cianorte está localizada em uma região cuja nomenclatura se modificou conforme condicionantes variadas⁷⁴. Antes da colonização, a área já era citada nos panfletos de propaganda da CMNP como Norte Novíssimo. Posteriormente, foi nominada como Noroeste. Desde 1991, é classificada como Mesorregião Noroeste Paranaense pelo IBGE.

O município situa-se no Terceiro Planalto Paranaense, ou Planalto Trapp do Paraná. Integra a região conhecida como Arenito São Bento Superior ou Arenito de Caiuá, entre os rios Ivaí e Piquiri. A altitude é de 530 metros acima do nível do mar. Está situado abaixo do Trópico de Capricórnio a 52° e 35' de Longitude Oeste e a 23° e 40' de Latitude Sul. A área urbana e rural total é de 773 quilômetros quadrados, incluindo o Distrito Administrativo e Judiciário de São Lourenço e o Distrito Administrativo de Vidigal (VARELLA, 1995; 2012).

A rede hidrográfica é abundante. Há dois subsistemas pertencentes à bacia hidrográfica do Rio Ivaí, comportando o Rio Ligeiro (com 51.850 metros de extensão e 24 afluentes), que faz limite entre Cianorte e os municípios de Jussara e Araruna; e o Rio dos Índios (com 47.280 metros de extensão e 22 afluentes), que forma o limite entre Tapejara e Indianópolis. Além dos subsistemas do Ribeirão Carandéi (com 8.480 metros e 3 afluentes) e do Ribeirão São Tomé (com 7.480 metros e 4 afluentes). No total, Cianorte detém 600 mil metros lineares de uma rede de rios, afluentes, córregos, ribeirões, minas d'água e cachoeiras (VARELLA, 1995; 2012).

O relevo é levemente ondulado em forma de chapadas e platôs, modelados pela erosão. Há incidência de terra roxa decorrente de derrames vulcânicos, cuja profundidade chega a 600 metros. Estas rochas eruptivas encontram-se decompostas em solos argilosos avermelhados, coesos e de alta fertilidade e se concentram a nordeste do município, no distrito de Vidigal. Nas demais áreas, capas de arenito de sedimentação eólica estão depositadas, caracterizando um solo arenoso de maior permeabilidade, passível de erosões (VARELLA, 1995; 2012).

A descrição do tipo de solo predominante em Cianorte, arenoso e suscetível à erosão, é importante porque, conforme Tomazi (1997), há uma reiterada identificação da região norte com a terra roxa, passando uma ideia de homogeneidade do solo. Discurso que parte da questão solo/território para homogeneizar o social, o econômico e o político, silenciando questões ideológicas, a diversidade do real. Conhecer os tipos de solo contribui para desmistificar a ideia de que as terras da região norte estão entre as mais férteis do mundo. Pois existem dois grandes blocos de solo no Paraná: os argilosos e os arenosos, estes de menor fertilidade que aqueles.

⁷⁴ Sobre o conceito de região, ver Capítulo III: Colonização do Norte do Paraná: história e historiografia, p.109.

4.1.2. Erosão e políticas públicas

A erosão é praticamente uma personagem da história de Cianorte. Citada em vários depoimentos, tema de reportagens, eternizada em imagens e “dor de cabeça” das primeiras gestões municipais, foi abordada repetidamente no livro “Cianorte, sua história contada pelos pioneiros” (1995) e segue como objeto de pesquisa na atualidade.

A partir de entrevistas⁷⁵ com os “pioneiros” (principalmente políticos e funcionários da CMNP), as autoras descrevem a erosão como um dos maiores problemas enfrentados pela administração municipal que, para combatê-la, necessitou do auxílio da CMNP e do governo estadual. As medidas tomadas restringiram-se à infraestrutura urbana – pavimentação de ruas e estradas, limpeza de bueiros, construção de galerias pluviais, curvas de nível, aterros. A questão do desmatamento ficava em segundo plano, com leis incipientes e mal cumpridas.

O processo erosivo destaca-se nos capítulos “Aspectos físicos e humanos” (p. 5-56), de Izaura Varella e “Administração, transportes, comunicações e segurança” (p. 179-297), escrito por Helena Cioffi. As autoras ultrapassam os aspectos geográficos e centram-se nas relações de poder, descrevendo como cada governo lidou com o problema. O texto intercala-se com depoimentos e imagens e, a fim de analisá-lo, adotamos o mesmo padrão.

Durante a formação da rede urbana, Cianorte sofreu com a formação de voçorocas, rasgões profundos no solo, ocasionados pelo escoamento rápido das águas superficiais, em áreas de maior inclinação e menor cobertura vegetal. As inúmeras frentes erosivas abriram-se no município entre as décadas de 1960 e 1970 (VARELLA, 1995; 2012). Na gestão de Antonio Rodrigues Mota (1959-1963), “a erosão começou a ameaçar a cidade e as primeiras ruas, Ipiranga e Piratininga, receberam pavimentação asfáltica” (CIOFFI, 1995, p. 205).

Como Cianorte é uma cidade arenosa e sujeita à erosão, foi expandindo, foi crescendo muito, ruas, avenidas, casas, prédios, enfim. E foi-se desmatando até que em certos pontos se chegou à erosão. Inclusive, a avenida Paraná (1961) já estava com início de erosão, afetando construções já prontas naquele local. A Companhia Melhoramentos em conjunto com a Prefeitura, na minha gestão, trouxe para cá uma firma de São Paulo para fazer asfalto na avenida Paraná e dois pedaços da rua Piratininga (apud VARELLA, 1995, p. 10).

Vários depoimentos confirmam que a Companhia Melhoramentos promoveu o desenvolvimento da infraestrutura urbana. Segundo José Sebastião Pereira, funcionário da

⁷⁵ Nos arquivos da Câmara Municipal, Varella localizou requerimentos solicitando ao prefeito, providências para socorrer as famílias ameaçadas de perder suas casas, tragadas pela erosão. E documentos que demonstram a preocupação dos políticos em buscar soluções para controlar “o maior mal da época” (1995, p. 11).

CMNP e da prefeitura, “com o desmatamento começou a erosão. O primeiro asfalto que saiu foi em 1962. Ali na rua Piratininga. A Cia. que fez. Eles fizeram tubulações puxando a água lá pra baixo” (apud VARELLA, 1995, p. 11). Paulo de Moraes Barros Neto afirma que:

No início, a Cia. Melhoramentos pavimentou um trecho, que houve a necessidade de um combate à erosão das avenidas aqui para oeste (Av. Espírito Santo). A Cia., às suas expensas, construiu galerias, conduziu toda esta água na tubulação apropriada, até o leito do ribeirão São Tomé e aproveitou para construir um trecho de pavimentação nesta avenida (apud VARELLA, 1995, p. 11).

A citação acima é parte da resposta ao questionamento de Wilma Kobayashi Mesquita acerca da contribuição da CMNP na pavimentação da cidade. Contudo, esta não contempla a crítica de Paulo de Moraes Barros à prefeitura, como vemos na entrevista completa:

No início, a Companhia pavimentou um trecho [em] que houve a necessidade de combate à erosão [...]. A Companhia, às suas expensas, construiu as galerias, conduziu toda esta água na tubulação apropriada, até o leito do ribeirão São Tomé e aproveitou para construir um trecho razoável de pavimentação nessa avenida. E propôs a doação à prefeitura, para que a prefeitura cobrasse dos usuários desses trechos, à medida [em] que eles fossem construindo [as] suas casas. Cobrasse a taxa de pavimentação [e] assim fizesse um fundo que seria utilizado no procedimento de pavimentação da cidade. A prefeitura não levou isso em consideração, este trecho ficou em mal estado, não foi conservado pela prefeitura, não sabemos exatamente [o] porquê. E ela preferiu depois fazer a pavimentação como faz até hoje, com terceiros. A ideia original da Companhia seria [que] a própria prefeitura, com esses recursos, constituísse uma pavimentadora [sic] com sua própria autarquia, como tem em Umuarama e Maringá. Mas aqui foi tomado outro rumo e, a meu ver, não trouxe maior prejuízo à cidade. Quer dizer, não traz prejuízo, porque é o usuário quem paga. O prejuízo em Cianorte está patente na buraqueira que nós temos aí, mostrando que a prefeitura, nas ocasiões [em] que foram feitas essas obras, não fiscalizou as empreiteiras e, naturalmente, o material empregado não foi o da especificação (BARROS NETO, 1984).

O fato de a entrevistadora não se aprofundar no assunto, perguntando em seguida sobre a venda de lotes e a opinião do diretor da CMNP não ter sido publicada, demonstra que as professoras não tinham a intenção de problematizar questões inerentes à gestão municipal que lhes era contemporânea. Provavelmente, porque dependiam, em parte, do financiamento desta, ou em razão do contexto em que se inseriam (ditadura militar), ou ainda, por conta da formação acadêmica predominantemente positivista. Deste modo, os problemas urbanos foram abordados apenas no passado, com destaque para o que foi resolvido e a omissão do que não foi.

Dentre as obras realizadas no governo de Ramon Máximo Schulz (1963-1968), Cioffi (1995, p. 210) salienta a “execução de galerias pluviais, numa tentativa de conter o processo

erosivo que já se fazia presente em consequência do desmatamento desordenado, que acontecia em todo território paranaense, nas frentes pioneiras”.

Os quatro anos de mandato de Ricardo de Queirós Cerqueira (1969-1973), foram marcados por fortes chuvas, que o obrigaram gastar quase todos os recursos da prefeitura no combate à erosão (CIOFFI, 1995). Para José Sebastião Pereira, “cada pingo de chuva que caía no centro da cidade, vinha parar nos arredores, morro abaixo abrindo uma voçoroca. Porque não tinha galeria de tamanho certo para aguentar a chuva” (CIOFFI, 1995, p. 224).

Galerias e outras obras foram feitas nesta gestão, como mostra a Tribuna de Cianorte, na matéria intitulada “18 meses de governo do prefeito Ricardo: combate à erosão”⁷⁶. O texto é ilustrado por duas imagens, cujas legendas enunciam: “Emissário da rua Araguaia, concluído”; “Prefeito Ricardo e Dr. Kanô inspecionando obras de construção de galerias pluviais”. Segue-se o trecho que detalha as edificações concluídas e as construções iniciadas:

O terreno arenoso de nossa região [...] oferece inúmeros problemas de erosão. Grandes crateras existiam nas ruas e imediações da cidade. Para a erradicação da erosão, o prefeito Ricardo construiu e instalou nada menos do que 5.596 m. de tubos de concreto, 146 bocas de lobo, 37 poços de quedas e 13 poços de visitas. Ainda lembramos perfeitamente, a erosão que existia em pleno centro da cidade, entre a Praça 26 de Julho e a Igreja Matriz e as crateras que ameaçavam os moradores da Vila Operária, num desafio constante à administração municipal. Embora não recebendo nenhum recurso do governo estadual, o prefeito Ricardo solucionou esses problemas, dispendendo a maioria dos recursos financeiros da Prefeitura, nessa grande obra de infraestrutura. A erosão continua ainda sendo o grande problema da administração. Porém, [...] vão sendo atacados os setores de maior incidência. Tanto assim que já foram iniciadas as obras de construção do Emissário nº 3, o qual resolverão problema de erosão da Zona 1 e Zona 2 da cidade.

A Tribuna de Cianorte deixa claro que o município não recebeu recursos do governo estadual, mas não publica o custo das construções realizadas às expensas da prefeitura. Já a Folha de Londrina, no suplemento especial “Cianorte no seu 17º aniversário – História e fatores do desenvolvimento”⁷⁷, indica que “a erosão do solo arenoso exige obras caras, que disciplinarão o escoamento das águas pluviais. Até agora [1970], a Prefeitura de Cianorte gastou quase 300 mil cruzeiros no combate a esse problema”. E acrescenta que um milhão de cruzeiros ainda deveriam ser gastos. Cioffi não menciona tais valores, apenas resume que:

Na tentativa de conter o avanço da erosão, foram construídos cerca de 30 quilômetros de galerias e várias avenidas e praças foram pavimentadas e

⁷⁶ TRIBUNA DE CIANORTE, Cianorte, 26 de julho de 1970, Ano V, n. 279, p. 5.

⁷⁷ FOLHA DE LONDRINA, Londrina, 25 de agosto de 1970, n. 5564, p. 13.

estradas foram recuperadas, colocando cascalho nos locais derrapantes e feita a recuperação de várias pontes e bueiros” (CIOFFI, 1995, p. 225).

Cioffi não explica se Estado enviou ou deixou de enviar recursos para combater a erosão, no governo de Ricardo de Queiroz Cerqueira. Porém, Varella cita o depoimento de uma funcionária municipal, Ivete Membribes João Pedro⁷⁸, que acredita que a prefeitura passou a receber verbas estaduais a partir de 1966, ainda na gestão de Ramon Máximo Schulz:

O início da Erosão da Mãe Biela, acho que veio com o desmatamento, quando Cianorte nasceu. Em 1966, estiveram aqui técnicos dos Estados Unidos que foram chamados pelo Governo do Estado por causa da erosão. Vieram para estudar o solo e arrumar soluções. Fizeram um estudo visitando todas as erosões e entregaram o resultado ao Governo do Estado. Eu acredito que a partir daí Cianorte conseguiu verbas para combater a erosão (apud VARELLA, 1995, p. 10-11).

A erosão da Mãe Biela, “famosa entre os geógrafos e geólogos internacionais [...], ganhou este nome pela proximidade de uma casa pertencente a uma senhora conhecida como Mãe Biela, quando esta residência ficou com suas bases corroídas pelo processo erosivo e perigosamente pendurada no barranco” (VARELLA, 1995, p. 10). Conhecida como “Buracão da Mãe Biela”, localiza-se no setor oeste do Módulo Mandhuy⁷⁹, na periferia da Zona 7⁸⁰.

Figura 37: Erosão no Parque Manduí [sic]



Fonte: VARELLA, 1995, p. 13.

⁷⁸ Embora seu nome conste na lista de entrevistados, tanto a manuscrita, quanto a publicada no livro, Ivete Membribes João Pedro não foi entrevistada. Varella (2020) conta que “estava lá entrevistando o Jorge Moreira e ela entrou na conversa, [...] mas eu transcrevi o que ela disse”. Não tivemos acesso ao depoimento de Jorge Moreira da Silva e Varella não se recorda de quando o entrevistou, apenas que foi durante seu mandato, entre 1983 e 1988.

⁷⁹ Mandhuy, do Tupi Guarani, significa “líquido verde”, devido à polpa sucosa de cor verde que envolve as lojas internas onde ficam as sementes de um arbusto, natural em campos de cerrados de terras ácidas e arenosas do Brasil e México. A grafia da palavra é encontrada sob diversas formas ortográficas, como “mandui”, “mandhuí”, “manduhi”, “mandhuy” e “manduhuy”. A versão Mandhuy foi oficializada pela Lei nº 1.534 de 07 de dezembro de 1993, que estabeleceu a criação do Módulo Mandhuy (SOUZA, 2010).

⁸⁰ O Parque Manduhuy foi doado ao município em 1994, após negociações entre poder público, órgãos ambientais e entidades de defesa do meio ambiente. Parte da bacia do Mandhuy corresponde ao Bosque de 20,97 ha existente no plano urbanístico original de Cianorte, única área destinada à preservação. Ainda assim, a CMNP retirou as madeiras nobres. Restou a mata secundária, espécie de cerradão, sempre afetada por incêndios (SOUZA, 2015).

Na administração de Nelson Prendin (1973-1977), o problema da erosão se agravou e a falta de apoio do Estado tornou-se evidente. Segundo Cioffi (1995, p.232), “o controle da erosão foi uma constante dor de cabeça para o prefeito Prendin. [...] Considerada por alguns a maior erosão do mundo, a Mãe Biela consumiu muito dos escassos recursos da Prefeitura”. Prendin chegou a declarar estado de emergência e a solicitar a presença do governador Emílio Gomes, por meio de um telegrama, como noticiou a Folha de Londrina⁸¹.

Sob a manchete: “Governador constata gravidade de erosão em Cianorte e promete auxílio urgente”, a reportagem narra que o governador chegou no aeroporto às 9h12min, acompanhado do secretário dos Transportes, Euro Brandão, do diretor do Departamento de Estradas e Rodagens, Paulo Aguiar, do chefe da Casa Militar, coronel Ralph Sabino dos Santos e do assessor de Imprensa Divaney Machado Campos. Foi recebido pelo prefeito Nelson Prendin, pelos deputados estaduais Ovídio Franzoni e Hélio Manfrinato e por outras autoridades⁸². Do aeroporto, a comitiva seguiu para a ponte que substituiu o aterro da PR-86⁸³, que seria aberta ao tráfego no dia anterior, mas acabou destruída pelas águas pluviais.

Em seguida, dirigiu-se à Rua Araguaia, onde governador se impressionou com as dimensões do buraco e a proximidade de algumas casas dos barrancos. O prefeito explicou que as famílias ali residentes tinham sido removidas provisoriamente para a Santa Casa de Misericórdia. E que havia solicitado abertura de crédito especial destinado à aquisição de terrenos para construção de novas casas. Por fim, a comitiva chegou à Avenida Maranhão, na qual as enxurradas destruíram as obras executadas pelo DNOS⁸⁴, aumentando a erosão da “Mãe Biela”. A visita encerrou-se na prefeitura. Às 11h15min, o governador embarcou para Curitiba.

Emílio Gomes permaneceu na cidade por apenas 1h15min. Tempo suficiente para tirar várias fotografias passeando pelas regiões erodidas, e cumprimentando personalidades locais, incluindo o pioneiro João Fartioni e um simpático garotinho. A Folha de Londrina publicou dez

⁸¹ Edição de 23 de outubro de 1973, página 10 (somente esta página foi arquivada pelo Projeto Resgate Cultural).

⁸² No final do texto, na sessão “Presenças”, são citados: os prefeitos Antonio Cabrera (São Tomé), José Borges (Indianópolis), Romildo Rufato (Jussara) e Renato Silva (Campo Mourão); Tancredo Benghe (diretor técnico do Departamento de Estradas e Rodagem); José Luiz Caneparo (engenheiro chefe do DER em Cruzeiro do Oeste); Deusdedit Joaquim da Rocha (juiz substituto); Areli da Silva Correia e Francisco Arieta Negrão (promotores de Justiça), Paulo Morais de Barros Neto [sic] (diretor da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná); Alfredo Antonio Canever (inspetor regional de Ensino); João Zanata (diretor da Fazenda municipal); Ricardo de Queiroz Cerqueira, Antonio Rodrigues Mota e Ramon Máximo Schulz (ex-prefeitos); Mateus Biazzzi, Hideo Kawada, Euler Gonçalves, Pedro Evangelista Gomes, Walter de Paula Barbosa, Takashi Kanashima e Silvio Strioto (vereadores); e o tenente Arli Pereira da Silva (comandante da Rádio Patrulha).

⁸³ Atual rodovia PR-323, que interliga Maringá, Cianorte e Umuarama.

⁸⁴ Departamento Nacional de Obras e Saneamento, criado pela Lei Federal nº 4.089 de 13 de julho de 1962, como autarquia – embora já existisse como diretoria, vinculada ao Ministério de Indústria, Viação e Obras Públicas (1889-1930). Foi extinto em 1990.

imagens, quatro do governador interagindo com autoridades, uma da comitiva na prefeitura e quatro mostrando as erosões. Uma destas, sob a legenda “A voçoroca na rua [sic] Maranhão ameaça ‘engolir’ várias casas, conforme constatou pessoalmente o Chefe do Executivo estadual”, estava nos arquivos do Projeto Resgate Cultural:

Figura 38: Erosão da Mãe Biela. Visita do governador Emílio Gomes (1973)⁸⁵



Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE CIANORTE.

Na prefeitura, Emílio Gomes observou na planta da cidade outras sete voçorocas que tomavam 53,3 hectares da área urbana e recebeu um memorial com informações e reivindicações. Assinado por Nelson Prendin, com data de 20 de outubro 1973, o documento foi publicado na íntegra pela Folha de Londrina. Deste, reproduzimos trechos que informam a intensidade das chuvas, a localização e o tamanho das erosões:

As ocorrências em nosso município no que se refere ao problema de maior gravidade que vimos enfrentando, principalmente após as constantes chuvas dos últimos 15 dias, onde o índice pluviométrico atingiu em apenas 12 dias o total de 329.7 mm³. Cianorte, com mais de 60.000 habitantes, [...] torna-se dia-a-dia célebre por suas áreas erodidas, conforme descrevemos abaixo: ZONA 2 - Área de 1.951.080,27 m² - Áreas atingidas pela erosão na Avenida América, num total de 35.000 m². ZONA 3 - Área de 3.308,454 m² - Áreas atingidas: Rua São Francisco - 36.000 m², Avenidas São Paulo e Paraíba - 115.000 m². ZONA 7 - Área de 2.951,644 m² - Áreas atingidas: Avenida Maranhão e Avenida Bahia - 132.000 m². A Travessa Saturno e Avenida Piauí - 28.000 m². O perímetro urbano da cidade de Cianorte é de 15.044.312,28 m², compreendida pelas Zonas 2, 3, 4 e 7, tem área erodida de 533.000 metros

⁸⁵ Legenda escrita no verso da fotografia, na qual são nomeados nesta ordem: “Nelson Prendin, governador do Estado, deputado Ovídio Franzoni”. O governador Emílio Hoffmann Gomes, da ARENA, foi eleito indiretamente em 1973, após a morte de Pedro Parigot de Souza, concluindo o mandato em 1975. Ovídio Luiz Franzoni foi vereador pela UDN (1955-1959; 1959-1963), e o primeiro representante de Cianorte na Assembleia Legislativa do Paraná, eleito em 1965 e reeleito em 1970, pela ARENA (CIOFF, 1995).

quadrados [...]. Mesmo a Zona 1, que compreende a parte central da cidade, já quase que totalmente pavimentada e, até bem pouco tempo, livre da erosão, já começa a sentir o seu efeito, com um foco surgido com as chuvas dos últimos dias, em proporções alarmantes. Nas zonas atingidas, principalmente as zonas 3, 4 e 7, estão localizadas as pessoas de menores posses e, por isso, sentem mais profundamente o angustiante problema. [...] Dadas as condições da Municipalidade, que não foge à regra dos demais municípios brasileiros, não dispõe dos recursos necessários para enfrentar o temível mal, que pelas proporções que vem alcançando, poderá dentro em breve, transformar-se numa catástrofe irreparável. Se não conseguirmos pelo menos conter a erosão onde está, além das famílias já atingidas, teremos que mudar aproximadamente mais 400 residências, que estão ou estarão à beira dos abismos provocados pela ação erodida das águas. Sabedores da preocupação do governo do Paraná, através de Vossa Excelência, preocupação essa culminada com a vossa vinda a nossa cidade, mais do que nunca depositamos nossa confiança no Governo do Paraná e, sem dúvida alguma, dentro em breve, estaremos livres do fantasma da erosão [...].

Em declaração à Folha de Londrina, Emílio Gomes alega que “de agora em diante, esse problema será enfrentado pelo Estado e pelo Município. Providências imediatas serão tomadas. [...] Temos que somar esforços juntamente com o município e Governo Federal, a fim de encontrarmos uma solução a curto prazo, pois a situação tende a se agravar”. O governador acrescenta que a erosão, presente em toda a região Noroeste do Estado, tem preocupado o Governo Federal, “que está elaborando um projeto de combate vigoroso, em colaboração com a OEA⁸⁶. O projeto deverá estar concluído até o final deste ano, para em seguida entrar em execução”. Por fim, afirma que pretende voltar a Cianorte para ver as demais áreas erodidas.

Apesar das promessas, o governador nunca retornou à cidade e o auxílio do governo federal não chegou. A falta de verbas é atribuída ao fato de Nelson Prendin pertencer ao partido de oposição, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Segue seu depoimento a respeito:

Minha gestão foi uma gestão cheia de dificuldades, porque eu era do partido de oposição ao governo. [...] Sendo MDB, era uma espécie de castigo, era uma pessoa marcada. O governo não ajudava em nada. Mesmo assim, nós conseguimos fazer algumas coisas por Cianorte. A maior dificuldade ao assumirmos, é que a erosão estava invadindo a cidade. [...] Eu tinha [...] muitas dificuldades em passar alguns projetos. A Câmara procurava boicotar os projetos da Prefeitura [...] (CIOFFI, 1995, p. 230-231).

O descaso do governo e os esforços do prefeito são reconhecidos na edição de 1974, da Tribuna de Cianorte, na reportagem “Onde estão nossas reivindicações de 1973?”⁸⁷ Dentre os problemas de infraestrutura citados, transcrevemos a sessão sobre a erosão:

⁸⁶ Organização dos Estados Americanos. Para mais informações, ver: www.oas.org

⁸⁷ TRIBUNA DE CIANORTE, Cianorte, 26 de julho de 1974, Ano IX, n. 397, p. 6.

Houve até promessa de um ministro da República, o Sr. Costa Cavalcanti, que incluiu Cianorte entre os municípios a serem atendidos com verba especial para combate à erosão. Só o prefeito Nelson Prendin, entretanto, tem enviado esforços no combate ao flagelo. A erosão continua a “comer” o solo cianortense e destruir o trabalho da Prefeitura, embora exista um convênio com o DOE, para erradicá-la, mas que nada resolve.

Cioffi (1995, p.231) enfatiza que apesar da oposição e da falta de recursos financeiros, “Nelson Prendin conseguiu fazer uma boa administração e realizar obras de vulto, de absoluta necessidade para o município”. Prendin lembra que “fizemos curvas de nível como primeira atitude para combater a erosão da Mãe Biela” (VARELLA, 1995, p. 11). Além das curvas de nível e tabuleiros, “foram construídas as duas grandes galerias que ladeiam a famosa erosão Mãe Biela, desembocando no rio Manduí [sic.]” (CIOFFI, 1995, p. 232).

O problema da erosão aparece como solucionado no governo seguinte, de Francisco Honório Arieta Negrão (1977-1982) e não é mais citado no livro. Para Ivete Membrides João Pedro, “o Dr. Negrão tinha tudo ao seu favor, conseguia tudo o que queria e tinha sido bloqueado no governo de Nelson Prendin. Então, ele pode fazer asfalto, galeria, combate à erosão. Combateu a erosão da Mãe Biela e acabou com ela⁸⁸” (CIOFFI, 1995, p. 238).

Em entrevista à Irene Gimenes Praxedes, Francisco Honório Arieta Negrão também fala que a erosão da Mãe Biela foi extinta. “A senhora que é professora, sabe que nos livros de geografia de primeiro grau do Brasil, constavam a erosão de Cianorte, a Mãe Biela, famigerada, como uma das maiores erosões urbanas do Brasil. [...] Nós pedimos para que tirasse dos livros, já que não tem mais essa erosão”⁸⁹.

Por ser do partido da situação, a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), Negrão pode contar com recursos estaduais e os investir em obras de infraestrutura básica. As verbas públicas vieram com a inclusão de Cianorte “no programa da microbacia integrada de conservação do solo, sob a coordenação da EMATER/ACARPA⁹⁰ do Governo do Estado do Paraná, com o fim preventivo e educativo de combate à erosão, com apoio da Prefeitura Municipal” (VARELLA, 1995, p. 11-12). Negrão dá mais detalhes em seu depoimento:

⁸⁸ Depoimento oriundo de uma conversa informal com Irene Gimenes Praxedes, de acordo com Varella (2020).

⁸⁹ NEGRÃO, Francisco Honório Arieta. Entrevista concedida a Irene Gimenes Praxedes. Cianorte, 1986.

⁹⁰ Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural/ Associação de Crédito e Assistência Rural do Paraná. O EMATER foi criado em 1977 para substituir a ACARPA, fundada em 1959. A ACARPA liderou o processo de difusão de tecnologia, práticas de implantação e manejo de lavouras e criações, estratégias de controle de pragas, sistemas de manejo e conservação do solo, fundamentais para o aumento da produtividade. No Programa de Manejo em Microbacias, incorporaram 7 milhões de hectares da área cultivada com práticas de manejo de solos, que propiciaram a implantação dos sistemas de plantio direto, modificando a paisagem rural. Disponível em: <http://www.emater.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=43&fbclid=IwAR0bFSEJvbc3Z3Cpr676z1fxxF6qt7yOESMGBpZTYUluUgfCI2rZXoBwIUc> Data de acesso: 13/02/2019.

[...] o principal problema que nós enfrentamos foram as erosões, que eram oito erosões muito grandes e tínhamos que dispendir um dinheiro muito grande, apesar que o governo do Estado nos auxiliou com dois terços, mas um terço era pela prefeitura municipal. E muita coisa também, como por exemplo, os caminhões de terra, não eram computados nesses dois terços que o governo pagava. De forma que o setor mais pesado foi esse, que para combater a erosão eu tive que tubular a cidade. Para tubular a cidade, nós fizemos 50 quilômetros de tubulação. Tubos de um metro, tubos de oitenta centímetros, às vezes dois tubos de um metro, um colado ao outro, galerias muito grandes, dispendiam um dinheiro violento. Nos seis anos de receita da prefeitura, nós gastamos mais de dois terços, [...] só com combate à erosão (NEGRÃO, 1986).

Figura 39: Galeria pluvial (sem data)



Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE CIANORTE.

Algumas destas obras são citadas pela Tribuna de Cianorte, em reportagem datada de 1979, sob o título “Administração Francisco A. H. Negrão”⁹¹. Nesta, uma imagem mostra cinco pessoas ladeando uma placa encoberta por um pano e a descrição abaixo: “oportunidade em que o Governador Jaime Canet esteve em Cianorte, para juntamente com o prefeito Francisco Negrão e outras autoridades, inaugurarem um monumento de combate à erosão. O referido monumento, está situado no confronto das avenidas Maranhão e Amazonas”. Outra retrata dois caminhões despejando terra em um barranco, com a legenda: “trabalhos iniciais para controle e exterminação da voçoroca da ‘Mãe Biela’, que ocupou mais de 20 mil caminhões de terra. Uma grande obra do Dr. Francisco Honório Arieta Negrão”. Trata-se da última menção ao processo erosivo, encontrada nos jornais arquivados pelo Projeto Resgate Cultural.

Embora estudos recentes indiquem que a erosão nunca abandonou Cianorte, Varella (2012, p. 9) alega que “o empenho do Poder Público e da Companhia resultou na contenção do processo erosivo, hoje controlado”. O fim da erosão também é consenso na imprensa atual. Como mostra a Folha de Londrina, na matéria publicada em 07 de janeiro de 2007, sobre a trajetória do “buraco da Mãe Biela”:

⁹¹ TRIBUNA DE CIANORTE, Cianorte, 26 de julho de 1979, Ano XIV, n. 654, s/p.

[...] nas décadas de 60 e 70, por causa da erosão, tão calamitosa, que atraiu geólogos do exterior. Em cima do arenito caiuíá, que se desestabiliza ao perder a vegetação, a cidade não tinha 10 anos quando se constatou a primeira ameaça em 1961. Logo “a erosão estava invadindo Cianorte”, alarmou-se o então prefeito Nelson Prendin, mas ele sendo ele do MDB, oposição ao governo, não teria conseguido incluir o município nos programas de Superintendência de Controle da Erosão Urbana no Paraná (Sucepar). Avançando na direção da Rua [sic] Maranhão, na década de 70, e uma voçoroca deixou o “terreiro” da mãe-de-santo Maria Evangelina de Castro e casas vizinhas à beira do abismo. Evangelina incorporava o espírito da Mãe Biela, que prometia “segurar a voçoroca”. Mas não houve jeito, foi preciso retirar os moradores. A famigerada “Erosão de Mãe Biela”, seria enfrentada pelo prefeito Francisco Arieta Negrão (1977-1982), do partido governista. “Em Cianorte, visite a maior erosão do Paraná, antes que acabe”, proclamou o prefeito em uma placa na entrada da cidade. “O impossível fazemos agora, milagre demora pouco”, afirmava-se em outra. Reportagem da FOLHA (13/10/1978) informa que coube à Prefeitura tapar a voçoroca, descarregando 80 mil caminhões de terra e entulho, ao custo de 4,8 milhões de cruzeiros. O funcionário municipal René de Oliveira Costa, contemporâneo do fato, lembra que houve um mutirão, todo entulho de cidades vizinhas era transportado a Cianorte. Atualmente, a área continua reservada para a descarga de entulho, embora a erosão tenha sido eliminada⁹².

A SUCEPAR desenvolveu projetos de extremidade e estabilização dos canais naturais. Na bacia que envolve o Módulo Manduhy, estes consistiram na construção de emissários, em tubulações de concreto armado, para conduzir as águas drenadas pela rede de galerias de águas pluviais até o lançamento nos canais naturais. Foram projetadas barragens escalonadas e gabiões. Nos locais de lançamento aos canais naturais, à saída dos emissários, projetaram dissipadores de energia do tipo bacia de mergulho (FACHINI, 1987).

Entretanto, os canais de drenagem não solucionaram o problema, pois a entrada das águas da chuva, proveniente das vias vizinhas, não receberam atenção no momento de implantação dos projetos. As cicatrizes deixadas na área, em função da grande perda de solo, foram incorporadas pela população para acondicionar todo tipo de material descartável. As voçorocas foram, em alguns pontos, destinadas à deposição de resíduos domésticos, mobiliário, pneus, sobras da construção civil, galhos e troncos de árvores. Mais tarde, essa prática foi acolhida e incentivada pela administração municipal (SOUZA, 2010).

A decisão das autoridades municipais em utilizar entulhos para conter a erosão da Mãe Biela [...] foi acertada [...]. A técnica desenvolvida em Cianorte consistiu em ao menos duas vezes por semana passar uma máquina por cima dos mesmos (resíduos) acarretando a compactação destes com o solo (SANTOS; MAGALHÃES JUNIOR, 2007, p. 8).

⁹² Disponível em: www.folhadelondrina.com.br/cidades/a-cidade-que-escapou-da-erosao-589847.html Data de acesso: 20/02/2020.

No entanto, o uso de entulhos para preencher os rasgos na superfície pode aumentar o impacto ambiental (ARAÚJO et al, 2005). Na base da erosão, próxima a um dos canais de drenagem do córrego Mandhuy, o processo foi retomado. A cada chuva, o entulho depositado vem sendo arrastado para o leito do córrego principal. As rachaduras na área da antiga erosão, além de estreitos canais, denunciam o caminho da água da chuva que movimenta o solo. A base da voçoroca da Mãe Biela está derruindo, deixando à mostra os materiais usados para aterrál-la. A vegetação, que poderia reduzir a velocidade da água, não consegue se estabelecer, devido aos sucessivos incêndios, com exceção das samambaias, mamonas e do colômbio (SOUZA, 2010).

4.1.3. Vegetação e desmatamento

Descrevemos a vegetação antes da edificação de Cianorte e como esta foi suprimida em prol do “progresso”, sob a ótica dos primeiros habitantes e a partir da bibliografia sobre a temática. Verificamos também que os jornais locais só mencionam a mata nas retrospectivas históricas acerca da fundação da cidade, revelando que o desmatamento pouco importava.

No início da colonização, a área estava coberta pela floresta pluvial tropical. Altas palmeiras, palmitos em compactos conglomerados e perobas centenárias dominavam a mata. Joaquim Alves Ferreira lembra-se que: “aqui tinha [...] palmito fino! Ali na frente da igreja, era tudo cheio de palmito”. Assim como Celso Antonio Broetto: “as pessoas recolhiam da mata palmitos que existiam em grande quantidade”. E José Cardoso Pinto: “as madeiras mais encontradas aqui eram perobas, cedros e marfins, as madeiras de lei”. Oscar Boeing⁹³ confirma: “a madeira que predominava naquela época era a mesma de hoje, a peroba. Tinha muito cedro. Existia também madeira que não era de lei” (apud VARELLA, 1995, p. 17-18).

O palmito e as madeiras nobres eram considerados indicadores de terra fértil e determinavam o preço dos lotes vendidos pela CMNP. José da Silva, primeiro corretor de vendas de Cianorte, com o CRECI⁹⁴ registrado em 1959, explica: “de acordo com o padrão da mata, o preço do lote variava. Lote que tinha palmito e madeiras de lei seria mais caro. Eram 15 ou 20.000,00 o alqueire (valor da época). Pelo tipo da mata, olhava-se a terra, mais arenosa, mais rica, mais mista. A Cia. classificava os lotes” (apud VARELLA, 1995, p. 18-19).

As fotografias que se seguem exemplificam o tamanho das perobas encontradas em Cianorte. Na primeira, quatro adultos e duas crianças circundam a frente da árvore. Embora a

⁹³ No livro é escrito “Boing”. Acreditamos que grafia correta seja “Boeing”, como consta na publicação da CMNP (1975, p. 187) e em documentos encontrados no depósito da Prefeitura.

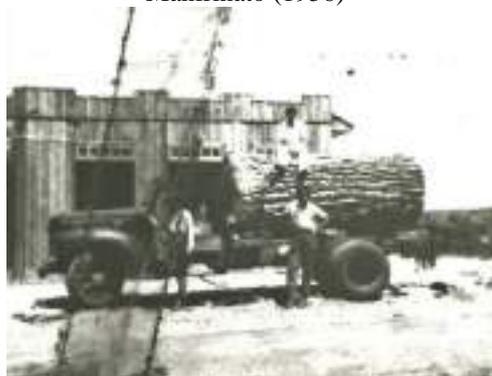
⁹⁴ Conselho Regional de Corretores de Imóveis do Paraná.

imagem não a mostre inteiramente, a peroba deve ser altíssima, tendo em vista seu diâmetro. A segunda mostra uma tora tão grande que ocupa toda a caçamba da caminhonete.

Figura 40: Peroba⁹⁵ no sítio de João Baboni (Gleba Bolívar)



Figura 41: Tora de peroba no caminhão do Hélio Manfrinato (1956)⁹⁶



Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE CIANORTE.

Havia espécies arbóreas como cedro (rosa, branco e vermelho), guajuvira (amarela, branca e preta), aroeira (branca e vermelha), alecrim (amarelo, branco e escuro), canela, figueira branca, guarimirim, araribá, caviúna, jacarandá, copaíba, guassara, arapoca, pau-marfim, pau-d'alho, cabreúva, angino, guanandi, macaúba, taquaruçu, timbouva, canafistula, guapeva, ipê e jatobá. Permeavam ainda em variada aglutinação as bromeliáceas, orquídeas, epífitas, aráceas, lianas, cipós, trepadeiras, arbustos, ervas, taquaras e heras.

A fauna herbívora beneficiava-se de árvores frutíferas, como laranjeiras, jabuticabeiras, pitangueiras, marmeleiros e gabirobeiras (VARELLA, 1995; 2012). As jabuticabas são as mais lembradas. Segundo Oscar Boeing⁹⁷, “aqui, o que se encontrava com abundância era jabuticaba”. João Baboni⁹⁸ confirma que “existia muita jabuticabeira. [...] Eu tinha um caminhãozinho velho, eu pegava a turma e ia pegar jabuticaba no meio do mato. A gente se divertia”. O depoimento de Manuel de Almeida Pina⁹⁹ resume bem a vegetação local:

Aqui a madeira mais comum era a peroba e o palmito. Tinha também muita fruta [...] Tudo aqui era mato, então você encontrava peroba, jabuticaba e tudo quanto é tipo de madeira. Tinha até sobrasil, [...] óleo pardo, deu guajuvira, tinha até madeira desconhecida. Deu gabiropa, aqui mesmo nessa esquina tinha um pé de gabiropa muito grande [...] na Juiz de Fora, esquina com a Amazonas (PINA, 1987).

⁹⁵ Havia perobas de 400 anos, que atingiam 40 metros de altura por 1,20 metros de diâmetro (VARELLA, 1995).

⁹⁶ A mesma imagem consta no livro, com a legenda “caminhão usado para frete” (CIOFFI, 1995, p. 276).

⁹⁷ BOEING, Oscar. Entrevista concedida à Helena Cioffi. Cianorte, 16 de junho de 1987.

⁹⁸ BABONI, João. Entrevista concedida à Helena Cioffi. Cianorte, 02 de junho de 1987.

⁹⁹ PINA, Manuel de Almeida. Entrevista concedida à Helena Cioffi. Cianorte, 11 de junho de 1987.

A vegetação é abordada em todas as entrevistas consultadas, devido ao questionário elaborado pelas professoras, no qual indagavam quais foram as primeiras impressões dos pioneiros ao chegarem em Cianorte – os tipos de árvores e animais avistados, como se deu a derrubada da mata e o que foi plantado. As respostas partiam do unânime “era tudo mato”, para descrições em que a flora e a fauna eram vistas tanto de modo romantizado, quanto de forma mais realista. No primeiro aspecto, os depoentes enaltecem a exuberância da floresta. No segundo, destacam as dificuldades de estabelecimento no local e de movimentação (estradas sem pavimentação, com poeira e atoleiros).

Omar Simão Chueri¹⁰⁰ recorda-se que: “às vezes, passávamos noites e dias na estrada, encalhados, comendo palmito com pimenta e tomando água da chuva. Mas era uma beleza, porque era mato para todo lado”. O senhor José Guimarães, pai do ex-prefeito Edno Guimarães, descreve sua vida no distrito de São Lourenço:

[...] era mato tudo, tanto que a onça pegava frango na porta da cozinha à noite. Era assim o nosso começo de vida. E entramos no mato, pra derrubar, ajeitar, plantar o café e arrumar. [...] peroba, angico, ipê, essas madeirinhas mais... Essas madeiras de terra mais ruim. [...] taquara, tudo essas coisas existiam lá dentro. Mas nós não nos incomodamos com terra ruim, não. [...] O que nós podíamos fazer era comprar lá, porque nos outros lugares era muito mais caro. E lá era barato, né? (GUIMARÃES, 1991).

Batista Bacarim, um dos fundadores da Congregação Mariana e do Partido Democrata Cristão (PDC) em Cianorte, relata: “gostei muito do local. Achei maravilhoso. Na época, era tudo mato em volta”¹⁰¹. Já o médico e político Ramon Máximo Schulz, questionado sobre a impressão que teve de Cianorte, após sair de São Paulo, dá risada e diz: “É claro que a decepção foi muito grande, né?” Em seguida, tenta se retratar:

Depois de ter visto tantas cidadezinhas do Paraná, e todas elas eram muito... Campo Mourão também era muito feio, muito sujo, né? Terra roxa, não tinha calçamento, não tinha nada, a estrada era uma barbaridade, não tinha condições de andar. [...] Mas a cidade, comparando com essas demais aqui, Cianorte, embora não tivesse construção nenhuma [...] era sempre bonito. Podia ficar aqui limpo, pelo menos. Roupa limpa (SCHULZ, 1984).

São poucas as menções à vegetação nos jornais. A mata é citada em algumas reportagens sobre a fundação da cidade. Por exemplo, a Tribuna de Cianorte, na coluna “Aconteceu na cidade”, anunciou: “Aconteceu há 17 anos. Um grupo de homens de visão estava começando a

¹⁰⁰ CHUEIRI, Omar Simão. Entrevista concedida a Helena Cioffi. Cianorte, 07 de fevereiro de 1986.

¹⁰¹ BACARIN, Batista. Entrevista concedida a Helena Cioffi. Cianorte, 20 de outubro de 1987.

realizar um sonho. No princípio era tudo mato, tudo floresta”¹⁰². “No princípio era o mato” é o título de outra matéria da mesma edição: “Cianorte foi idealizada como parte de um plano de reforma agrária no Norte Novíssimo do Paraná. A desmatção da cidade ocorreu no dia 26 de julho de 1953. O município possui uma área de 790.000 km². O empreendimento é da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná”¹⁰³.

Interessa observar que a palavra “desmatção” substitui o termo “fundação”. Ambos aparecem no tópico “E a História registrou”: “26 de julho de 1953: Desmatção e fundação da cidade”. A imprensa local não publica críticas sobre o assunto. Os problemas ambientais noticiados não são ligados à supressão da vegetação. Uma exceção é a matéria propagandística da CMNP, intitulada “Reflorestamento”¹⁰⁴:

A CMNP tem procurado preservar a nossa flora como comprova sua iniciativa em Maringá com a instalação de excelente Horto Florestal, notável sobre todos os pontos de vista; tanto pelo cuidado que tem merecido, como pelo esmero seleção e variedade das culturas introduzidas, num trabalho experimental que vem sendo sucedido com pleno êxito. Em Cianorte não seria diferente [...].

Mas foi diferente. O reflorestamento em Cianorte iniciou-se anos depois do enunciado no jornal, em terras não adequadas para a agricultura, com árvores de outras regiões, em virtude do cumprimento da legislação, visando o lucro da própria empresa. Como afirma a CMNP (1975, p. 232): “possuindo uma serraria em Cianorte, a Companhia executou um projeto de reflorestamento de 94,11 hectares, em terras fracas da Fazenda Água do Índio – para cumprir essa exigência legal – utilizando eucaliptos, pinus e, em menor quantidade, essências nativas”.

A serraria usava a madeira para fabricar vigas, caibros, mourões, esticadores, esteios, postes vistas, ripões, meia cana, ponteletes, forros, etc., que eram comercializados ou utilizados pela empresa. E beneficiava a lenha para gerar energia a ser aproveitada na olaria e na destilaria da CMNP. Mesquita (1995, p.132) enfatiza que “toda assistência técnica de reflorestamento, produção e distribuição para comércio está centralizada em Cianorte”.

Outra exceção é o artigo “É tempo de reflorestar”¹⁰⁵, de George Schpatoff, que faz referência à Lei nº 5.106 de 1966, ao IBDF¹⁰⁶ e ao Código Florestal. Concluído com a frase da

¹⁰² TRIBUNA DE CIANORTE, Cianorte, 26 de julho de 1970, Ano V, n. 279, p. 8.

¹⁰³ Op. Cit., p. 11.

¹⁰⁴ Por ser um recorte, não foi possível obter informações precisas do jornal. No alto da folha, consta a inscrição à caneta: “A Tarde, 6 de agosto de 1958”. Presumimos se tratar de um suplemento da Folha de São Paulo.

¹⁰⁵ TRIBUNA DE CIANORTE, Cianorte, 25 de julho de 1976, Ano XI, n. 498, p. 6.

¹⁰⁶ Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, criado pelo Decreto nº 289, de 28 de fevereiro de 1967, como autarquia vinculada ao Ministério da Agricultura. Foi extinto por meio da Lei nº 7.732, de 14 de fevereiro de 1989. Suas atribuições foram transferidas para o IBAMA, de acordo com a Lei nº 7.735, de 22 de fevereiro de 1989.

poetisa Vera Vargas, “chega de áreas desertas pelo Paraná”, trata-se de um texto de abrangência nacional. Dentre as florestas do país, cita apenas o pinheiro do Paraná, vegetação característica das regiões sul e centro-sul do Estado.

A imbricação entre o desmatamento e a fundação de Cianorte também pode ser constatada nas entrevistas. Maurício Cossich, um dos primeiros moradores de Cianorte, relata sua chegada, em 10 de junho de 1953: “iria ser fundada uma cidade [...]. Na ocasião, havia seis quarteirões derrubados apenas. Toco para todo lado”¹⁰⁷.

Figura 42: Desmatamento em Cianorte (1953)



Fonte: CMNP (1975), p. 107.

Figura 43: Café plantado em meio à derrubada¹⁰⁸



Fonte: PREFEITURA DE CIANORTE.

No norte do Paraná, a destruição da mata subtropical, em função da cafeicultura, foi conduzida, em primeira instância, pelas companhias colonizadoras que organizaram o processo de povoamento. Em prol do desenvolvimento econômico, trocaram as matas pelas estradas, a floresta pelos cafezais, os animais silvestres pela pecuária comercial (FOGARI, 2009). A devastação determinou o completo desequilíbrio ecológico: erosão do solo, assoreamento dos rios, multiplicação de pragas e doenças e contribuiu com o extermínio indígena. “A fúria demolidora não poupava sequer as matas ciliares, junto aos rios e córregos, protegidos pelas leis florestais do mundo inteiro, a começar pela do Brasil” (JOFFILY, 1985, p.91).

O código florestal de 1934 exigia a preservação de 25% da mata. Medida essa não cumprida pela CMNP. Embora a colonizadora afirme que, a partir de 1953, adotou em suas terras, a “preservação de uma área mínima de 20% das matas, de preferência junto às cabeceiras dos córregos” (CMNP, 1975, p. 233). Apesar de usar o termo “mínima”, um de seus diretores alega que 20% era o determinado por lei:

¹⁰⁷ COSSICH, Mauricio. Entrevista concedida a Izaura Varela. Cianorte, junho de 1984.

¹⁰⁸ Esta foto aparece no livro, sem data, com a legenda: “Café em terreno de mata de derrubada – Início da colonização” (MESQUITA, 1995, p. 105). Logo, deve ter sido tirada em 1953.

A Cia. tem reservas de matas em todas as áreas agrícolas, suas fazendas, portanto. Na implantação de seus projetos ela sempre respeitou o que dispõe **integralmente** o código florestal que determina que nessa região se deixe de pé pelo menos 20% das matas existentes. Como nós temos em projetos agrícolas uma área de pelo menos 30 mil alqueires, eu posso garantir que nós temos uma reserva florestal de pelo menos **10.000 alqueires** (BARROS NETO, Paulo de Moraes apud VARELLA, 1995, p.18, grifo nosso).

Observamos que este trecho diverge da entrevista. O mesmo ocorre com outros depoimentos publicados que, não obstante sejam apresentados como citações literais – inclusive estando entre aspas – são, na realidade, resumos e/ou adaptações. Respostas pertinentes a questões distintas são unidas indiscriminadamente na mesma citação e, às vezes, até perdem o sentido original. Neste caso, há dados discrepantes:

A Companhia mantém reserva de mata em todas as suas áreas agrícolas, em todas as suas implantações de projetos e ela sempre respeitou integralmente o que dispõe no código civil florestal, que determina que nessa região se deixe pelo menos 20% das matas existentes e posso dizer, sem medo de errar, que em nossas propriedades, de um modo geral, nós temos até mais de 20%. E como nós temos em projetos agrícolas uma área de pelo menos 30 mil alqueires, eu posso garantir que nós temos pelo menos uma reserva florestal de **6 mil alqueires** (BARROS NETO, 1984, grifo nosso).

Na citação publicada, a reserva florestal da Companhia corresponde a 10 mil alqueires, ao passo que na entrevista, Paulo de Moraes Barros afirma ser de 6 mil. Provavelmente, trata-se de um erro de transcrição, apesar de Varella (2020) dizer: “milha filha, por que quer saber dos detalhes? Está errada a entrevista! Pronto!”

Em entrevista ao jornal A Pioneira, datada de 1949, o superintendente da CMNP afirma que a empresa, “vinha incluindo nos seus contratos de compromisso de compra e venda a cláusula benéfica que mandava reservar 10% da área de mato, para não derrubar” (ROLIM, 1999, p. 17). Todavia, Oscar Boeing, funcionário da Companhia e do Estado¹⁰⁹, afirma que não havia restrições para a derrubada da mata:

Essa lei existia [...] tinha que ser preservado 10% do total da propriedade, mas ninguém respeitava. Eu lutei muito contra isso, lá na região de Apucarana, onde eu morava na época. As pessoas chegavam, desmatavam de ponta a ponta, nem a Companhia interferia. Nas escrituras da Companhia não existe compromisso com o desmatamento e o governo também não se incomodava com isso (BOEING, 1987).

¹⁰⁹ Entre 1946 e 1950, Oscar Boeing foi Delegado florestal nomeado pelo Estado. De 1942 até 1958, chefe do departamento de tratores e fiscal de trabalhadores da CMNP. Mudou-se para Cianorte em 1959, quando passou a ocupar o cargo de gerente da Serraria da Companhia, localizada nos “15 alqueires”, área que deu origem à cidade. (BOEING, 1987).

De posse da escritura, o proprietário derrubava o mato à vontade, com o intuito de se capitalizar e pagar a terra. O próprio governo, na ânsia de ocupar os chamados espaços vazios e fazer a modernidade chegar ao sertão, aplicava impostos sobre as terras cobertas de matas de forma bem mais elevada do que sobre os locais utilizados com pastagens e cultura agrícola. A floresta ia sendo destruída na medida em que se viam diariamente fileiras de caminhões transportando toras de ipê, peroba, canela, jacarandá, imbuia, pinho, aroeira e cedro rumo às estações ferroviárias e ao porto de Paranaguá (ROLIM, 1999). Inúmeras serrarias operavam sem cessar, para atender os importadores. Em consequência, a figueira branca, o cedro e o pau d’alho estão praticamente extintos no norte do Paraná (JOFFILY, 1985).

Entre 1930 e 1960¹¹⁰, as florestas do norte paranaense foram eliminadas para dar lugar aos cafezais. Sua rápida exaustão deveu-se à ocorrência de matas heterogêneas, onde a derrubada e exploração tinham caráter distinto, pois as madeiras nobres estavam distribuídas irregularmente (CANCIAN, 1974). Essa dispersão, somada à precariedade das vias, fazia com que apenas uma pequena parte da madeira fosse aproveitada, sendo a maioria das árvores “queimadas in loco” (NESELLA & ALCÂNTARA, 2002, p. 11). Enormes extensões de floresta estacional semidecidual foram queimadas, restando escassos remanescentes, que não ultrapassam 2,5% de cobertura vegetal nativa (IAP, 2000).

Em Cianorte não foi diferente. Conforme José Cardoso Pinto, o “pau-d’alho, a madeira branca, essa nunca foi tirada. Foi cortada para apodrecer no lugar” (apud VARELLA, 1995, p. 18). Oscar Boeing (1987) alega que “essas madeiras que hoje está se aproveitando, naquela época não se aproveitava para a indústria. Era só derrubar, tacar fogo e plantar o café”. Varella (1995, p. 22) conclui que: “a área onde se assenta o município de Cianorte está quase devastada em função das pastagens, do avanço da cultura cafeeira e de outras culturas. Resta apenas hoje, modesta proteção vegetal de 5% das matas originais”.

4.1.4. Clima e Economia

O clima subtropical úmido dos primeiros anos de reconhecimento do município, quando a área estava coberta por densas florestas, sofreu modificações em virtude do desmatamento. O aumento da amplitude térmica é um dos indicadores desta mudança. No período de 1955 a 1961, a temperatura média era de 25.4° no verão e de 17.4° no inverno. De 1972 a 1987, a média

¹¹⁰ Na década de 1960, o Paraná perdeu 240 mil ha/ano de florestas. Da área primitiva de 167.824 km², 119.688 km² foram destruídos. Restaram 48.136 km², sendo 32.204 km² da floresta pluvial tropical e 15.932 km² da floresta de araucária (MAACK, 1981).

das máximas chegou a 30,5° C e a média das mínimas a 13.1° C (VARELLA, 1995). A geada e a estiagem são outros indicadores. A destruição das matas primitivas possibilitou a entrada do frio da frente polar que se estendeu sobre vastas áreas replantadas com café (MAACK, 1963). A seca perdurou na região de 1952 a 1963 (NUNES, 2013).

De acordo com Varella (1995), em Cianorte, as precipitações pluviométricas são bem distribuídas durante o ano e são raros os períodos chuvosos contínuos ou de seca prolongada. As geadas ocorrem esporadicamente, com maior incidência nas partes menos elevadas do relevo¹¹¹. Contudo, os entrevistados recordam-se mais vivamente dos fenômenos climáticos adversos, certamente por prejudicarem a economia local.

Erasmão Vilela conta que “em 1955 deu uma seca até mais ou menos. Não houve muito prejuízo, porque tinha pouca lavoura na época”. Para Mateus Biazzi¹¹², “chovia muito. [...] Em 56 ou 57, houve uma temporada de chuvas tão grande e, talvez fosse o problema das estradas, houve um início de falta de alimentos”. João Gwadera lembra-se que “quando derrubava o mato, chovia tanto que não podia queimar o mato [...]. Depois deu seca do mesmo jeito” (apud VARELLA, 1995, p. 34).

Houve uma geada em 55, que foi o que atrasou bastante o crescimento da cidade. Porque foi quando o café começou a querer a produzir, a geada de 55 levou tudo no chão. A cidade deu uma paralisada até o café voltar e produzir novamente. Problema de geada no Paraná é sempre a mesma coisa. Depois foi gear novamente em 63, depois em 75, a geada violenta. Seca, também não teve esse problema, porque aqui sempre choveu bastante, só algum tempo atrás andou meio enrolado o negócio de chuva (COSSICH, 1984).

No livro, as geadas são bem menos citadas do que as erosões, dando a impressão de que se tratava de um problema menor. Nos depoimentos, enquanto o processo erosivo é encarado como um grande desastre, as geadas são vistas com normalidade e até certo conformismo. Como diz Cossich (1984): “Gear sempre gea [sic]”. Tal mentalidade pode ser explicada por Mores (2017), segundo o qual, graças à produtividade que as características do solo geravam para os cafeeiros, os agricultores do norte do Paraná aceitavam o risco da geada, tornando-a um aspecto quase de pensamento cotidiano.

Ainda assim, depois da chuva, a geada é o evento climático mais lembrado, em concomitância com a cafeicultura, base da economia cianortense até a década de 1970. O que

¹¹¹ “A concentração de ar frio ocorre sobre o solo, por isso, em acidentes topográficos que favorecem a invasão do cafezal pela brisa descendente de ar frio, que escorre do montante ou aquelas que dificultam a drenagem e o escoamento do ar frio, os grandes fatores responsáveis por geadas severas” (MATIELLO, 1977, p. 15).

¹¹² Mateus Biazzi foi vereador por três mandatos consecutivos, de 25/12/1963 a 31/01/1977 (CIOFFI, 1995).

nos leva a fazer uma breve explanação sobre o tema. Consoante a definição do IBC-GERCA¹¹³ (1979), geada é toda queda extrema da temperatura que causa danos à vegetação, acompanhada ou não de depósitos de gelo nas superfícies. A presença de gelo não tem maiores consequências, pois a água congela a 0°C, ao passo que os líquidos internos e os tecidos das plantas o fazem a uma temperatura mais baixa. No cafeeiro, o ponto de congelamento interno está entre -3 e -4°C.

As geadas podem causar diferentes tipos de efeitos nos cafezais: queima superficial, parcial e severa, e o estrangulamento do caule. A queima superficial ocorre quando somente as folhas e parte das extremidades dos ramos são atingidos. A queima parcial abrange folhas e ramos da porção superior da planta, incluindo ou não o tronco. A queima severa estende-se do topo da planta até menos de um metro acima do solo. O estrangulamento do caule sucede-se com o acúmulo de ar frio entre a copa da planta e solo (IBC-GERCA, 1979).

As geadas são classificadas em três categorias: de vento, de radiação ou de canela. As geadas que atingiram o norte do Paraná enquadram-se nas duas primeiras, também conhecidas como geada branca (de radiação) e geada negra (de vento). A mais comum é a geada de radiação, provocada pelo resfriamento intenso da superfície, que perde energia, durante as noites de céu limpo e com baixa umidade, sob o domínio de uma massa de ar polar frio e seco. A geada de ventos decorre de ventos fortes e constantes, com temperatura muito baixa. O vento resseca a parte da planta batida por ele, matando o tecido vegetal (SENTELHAS, 2012).

Ao contrário de Varella (1995), que alega serem as geadas esporádicas, Mores (2017) afirma que estas sempre foram uma espécie de ameaça, fazendo parte do cotidiano agrícola no norte do Paraná. Conforme Pozzobon (2006), entre 1953 e 1975, ocorreram 10 geadas na região (1953, 1955, 1957, 1962, 1963, 1966, 1967, 1969, 1972 e 1975), a maioria moderada. Exceto as de 1953, 1955, 1957, 1969 e 1975, consideradas intensas.

Apenas as geadas de 1955, 1963 e 1975 são citadas no livro, demandando maior atenção de nossa parte. Todavia, a geada de 1953 não pode ser deixada de lado, pois o ano coincide com a fundação de Cianorte e foi lembrada pelo primeiro prefeito. Wilson Ferreira Varella¹¹⁴ lamenta: “infelizmente, logo depois da inauguração da cidade, em 26 de julho [...], houve uma geada. Isto desanimou bastante”. Porém, a geada ocorreu em 5 de julho 1953. Os 20 anos que separam a entrevista do evento podem ter contribuído para o lapso do depoente, já com 71 anos.

Em 1953, a cafeicultura paranaense estava no auge de expansão, com a média de 135 milhões de pés plantados por ano. Algumas cidades optaram por um aproveitamento intensivo

¹¹³ Instituto Brasileiro do Café - Grupo Executivo da Racionalização da Cafeicultura.

¹¹⁴ VARELLA, WILSON FERREIRA. Entrevista concedida a Wilma Kobayashi Mesquita. Cianorte, 28 de maio de 1984.

do solo para o café, criando “ilhas de monocultivo” (CANCIAN, 1981). Casos de monocultivo são mais problemáticos do que outras áreas agrícolas, visto que ambientes nativos complexos são substituídos por um número limitado de plantas. O que gera uma situação de risco constante, já que não há outras espécies para proteger ou minimizar efeitos que possam ocorrer, como a expansão de uma fitopatologia, um evento climático, ou a erosão do solo (UEKOTTER, 2011).

As geadas de 1953 e 1955 lançaram as bases da política econômica e científica de recuperação de cafeeiros. A fim de pesquisar meios de diminuir os estragos, o governo do Paraná criou a Comissão de Estudos Contra as Geadas (CEDCG) (MORES, 2017). No entanto, políticas de prevenção não foram estabelecidas. Pelo contrário, de acordo com Paixão e Priori (2015), a racionalização da cafeicultura no norte do Paraná, que liberava terras para culturas temporárias e pastagens; ao lado da colonização de novas áreas no oeste, responsável pelo desmatamento em grandes proporções; marcaram a conjuntura social, política e econômica determinante para que as geadas culminassem em desastres ambientais.

No ano de 1963, ocorreu uma geada de radiação, de média intensidade, mas muito extensa e severa em relação aos danos provocados nos cafezais (POZZOBON, 2006). Na noite de 7 para 8 de agosto, a geada destruiu 15.304.000 dos 19.130.000 pés de café existentes em Cianorte (MAACK, 1981). Nas palavras de Maria de Lourdes de Melo Favilla: “em 1963, aconteceu uma grande geada. Após a geada, veio uma seca violenta. “Em seguida, começou a aparecer muita queimada por aí, pelos sítios. Muita casa foi queimada. Sempre casa de gente pobre. Houve muitos estragos nas plantações” (apud VARELLA, 1995, p. 34).

A geada e a longa estiagem, ao lado das práticas de queimadas como preparo da terra para novas lavouras, ocasionam um grande incêndio rural entre agosto e setembro de 1963, que atingiu aproximadamente dois milhões de hectares, 10% da área total do Estado. Cerca de 128 municípios tiveram sua infraestrutura afetada pelo fogo, gerando um prejuízo de bilhões de cruzeiros. Florestas, lavouras, pastos, animais domésticos e selvagens, casas e vidas humanas foram consumidas pelas chamas, que se espalhavam a uma velocidade de 30 quilômetros por hora, devido à ação dos ventos. O desastre vitimou 110 pessoas e deixou milhares desabrigadas, desempregadas, doentes e famintas (CARVALHO, 1999; PAIXÃO; PRIORI, 2015).

Estados, países e organizações privadas ajudaram o Paraná no momento do incêndio, mobilizando recursos como alimentos, vestuário, medicamentos, plasma sanguíneo, dinheiro e equipamentos do corpo de bombeiros. A “Campanha Socorro ao Paraná em Flagelo” recebeu 118 toneladas de roupas, calçados, cobertores e toalhas, 2.500 peças de utensílios domésticos e 1.500 de instrumentos agrícolas. O Departamento de Geografia e Terras do Paraná distribuiu

os donativos às populações atingidas. Técnicos da Divisão de Controle de Incêndios do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos auxiliaram equipes oriundas de diversas regiões e angariaram fundos junto à embaixada americana (PAIXÃO, 2015; MORES, 2017).

A geada de 1963 determinou os primeiros contatos dos cafeicultores com a soja (POZZOBON, 2006); e a erradicação de 72 milhões de cafeeiros. O Estado pediu auxílio ao governo federal que, através do IBC, implementou medidas em favor da erradicação e da diversificação da economia, favorecendo o plantio de soja com sementes do Rio Grande do Sul (CARVALHO, 1999). Porém, em 1975, o Paraná ainda era o maior produtor do país. O café concentrava-se entre Londrina e Maringá e em uma faixa que ia de Cianorte ao sul do rio Ivaí, o que por si só poderia gerar uma situação de risco, devido ao monocultivo (MORES, 2017).

Entre 6 e 10 de julho de 1975, uma massa de ar frio entrou no Paraná. A brusca queda de temperatura provocou geadas que atingiram os cafeeiros das áreas de baixadas. Após o dia 10, as temperaturas subiram, sendo registrados 25°C. No dia 15, um vigoroso sistema frontal alcançou o norte do Estado, promovendo significativa pluviosidade (74,5mm). No dia 17, a referida frente se deslocou para o sul e um anticiclone frio, penetrou na sua retaguarda, pelo oeste, causando acentuada queda nas temperaturas e fortes ventos frios na região norte. No dia 18 de julho, o Estado amanheceu coberto de gelo (SILVA, 2009).

Figura 44: Folha de Londrina (19/07/1975) e Tribuna de Cianorte (26/07/1975)



Fonte: POZZOBOM, 2006, p.148



Fonte: PREFEITURA DE CIANORTE

A geadas de 1975 foi notícia em todo Paraná. Contudo, teve menor repercussão na imprensa local. A Tribuna de Cianorte publicou o artigo “Governo lança plano: recuperar a lavoura”¹¹⁵, que apontou as medidas aprovadas pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico do governo Geisel para as lavouras do sul do país, atingidas pelas geadas. Bem como, as recomendações do Serviço Regional de Assistência à Cafeicultura para recuperar os cafeeiros. Notícias de âmbito nacional e estadual. Sobre o município em si, nada foi dito¹¹⁶.

Embora a geadas de 1975 seja considerada um marco histórico, com a estagnação das cidades fora do eixo Londrina-Maringá (POZZOBON, 2006), parece não ter afetado do mesmo modo a economia de Cianorte. No livro, não são apresentados dados sobre a quantidade de pés de café queimados em 1975, nem testemunhos sobre a famosa geadas negra, com exceção do depoimento de Maurício Cossich, que apenas a cita. Por fim, há uma breve menção no capítulo “Colonização e economia”, de Wilma Kobayashi Mesquita, que a aborda de forma geral:

A grande geadas de julho de 1975 [...] causou prejuízos totais aos cafeicultores. Ela foi seguida por um longo período de estiagem que aumentou esse prejuízo retardando a recuperação da lavoura cafeeira. Para ter ideia dessa perda, é preciso lembrar que os custos de recuperação dos fenômenos das geadas sempre foram pagos com o próprio café, o que não ocorreu desta vez (MESQUITA, 1995, p.110).

A razão pode estar no fato de a diversificação agrícola ter sido implantada antes de 1975. Segundo Bataliotti (2004), o período de duração do ciclo cafeeiro foi menor em Cianorte do que em outros núcleos colonizados pela CMNP. De acordo com Mores (2017), até meados de 1963, além dos cafeeiros antigos e de baixa produtividade, eram erradicados aqueles cultivados sob o solo de Arenito Caiuá. Mesquita (1995) explica que até 1963, o café era a grande fonte de renda do município, responsável pelo desenvolvimento de todos os setores. Mas pondera que o milho sempre teve produção expressiva, por poder ser plantado entre os cafezais.

Para João Baboni (1987), “antigamente, produzia qualquer cultura [...]. Era arroz, feijão, mandioca. [...] O forte na época em Cianorte era o algodão, algodão era uma cultura que dava bastante dinheiro”. Após a geadas de 1955, o governo passou a estimular a lavoura algodoeira. A produção atingiu tal volume que foram instaladas duas usinas de beneficiamento em Cianorte, a SANBRA¹¹⁷ e a Companhia Algodoeira Woolley Dixon. “Em 1996, Cianorte registrou uma produção de 550 mil arrobas de algodão, ao lado de 520 mil sacas de café, 200 mil sacas de milho, 22 mil sacas de arroz” (MESQUITA, 1995, p. 114-115).

¹¹⁵ TRIBUNA CIANORTE, Cianorte, 26 de julho de 1975, Ano X, n. 447, p. 8.

¹¹⁶ Não há outras publicações sobre a geadas de 1975, nos jornais selecionados pelo Projeto Resgate Cultural.

¹¹⁷ Sociedade Algodoeira do Nordeste Brasileiro, filial da empresa BUNGE, encerrou suas atividades em 1993.

O arroz teve participação na agricultura desde o início. José Guimarães (1991), conta: “nós fomos um dos primeiros maquinistas de arroz [...] de São Lourenço. Produzia muito arroz. Mais arroz que milho [...]. Nós levava pra São Paulo”. Aleixo Maioli afirma que: “em nossa máquina de arroz, comprávamos diretamente dos produtores daqui e exportávamos para Maringá, Londrina, Presidente Prudente”. E cita outras beneficiadoras de arroz: “a do Granzoto, a Bela Vista, da família Kay, a São Paulo” (apud MESQUITA, 1995, p. 114; 122).

A partir de 1967, surgiram outras opções agrícolas como a soja, que substituiu a maior parte das lavouras cafeeiras. Com o estímulo governamental às instalações de destilarias de álcool, os canaviais ocuparam grandes áreas antes destinadas ao café. O trigo, mais resistente ao clima e adaptado ao solo, também favoreceu a erradicação dos cafezais. E os terrenos baixos e sujeitos à geada, foram aproveitados pela pecuária (MESQUITA, 1995).

No município de Cianorte, tem uma área que [...] se presta muito bem para a pecuária. Área essa que também teve café, que não era a mais recomendada por ser uma zona de arenito, mas os colonos, os compradores de lotes, insistiam em plantio de café, porque era uma atividade bem remuneradora naquela ocasião, e essa área de arenito passou quase que diretamente do café para a agropecuária [...] (BARROS NETO, 1984).

O fato da CMNP ter instalado sua primeira Unidade de Beneficiamento de Sementes em Cianorte, no ano de 1971, também é significativo¹¹⁸. As fazendas da Companhia e de cooperados produziam diferentes espécies vegetais que passavam por “controle de qualidade antes e depois da classificação, em laboratório de análises, específico, dotado de germinadores e equipamentos para execução dos testes de germinação” (MESQUITA, 1995, p. 133).

Figura 45: Primeira Unidade de Beneficiamento de Sementes da CMNP, em Cianorte



Figura 46: Equipamento da Primeira Unidade de Beneficiamento de Sementes, da CMNP



Fonte: CMNP, 1975, p. 171-172.

¹¹⁸ “Prosseguindo na diversificação de suas atividades, a Companhia Melhoramentos Norte do Paraná deliberou, em 1971, concretizar uma antiga aspiração de Gastão de Mesquita Filho e Hermann Moraes Barros, ou seja, a produção de sementes selecionadas, de acordo com planos existentes, desde quando se iniciou o aproveitamento das reservas de terras para atividades agropecuárias” (CMNP, 1975, p. 175).

Culturas de primavera-verão: arroz, feijão, milho, soja e leguminosas para a adubação verde (mucunas, crotalárias, feijão-de-porco, lab-lab); culturas de outono-inverno: trigo, aveia preta, aveia branca, centeio branco, tremoço branco e nabo forrageiro. Outras sementes produzidas: sementes de café, sementes de grevêlea (MESQUITA, 1995, p. 133).

Não obstante coubesse “ao engenheiro agrônomo Paulo de Moraes Barros Neto, a supervisão executiva do Projeto de Sementes no local” (CMNP, 1975, p. 175); ele não parecia estar muito satisfeito com o processo de diversificação agrícola. Ao ser questionado sobre que tipos de culturas foram introduzidas e por quais razões, desabafa:

Depois do café, veio o advento da soja [...]. O motivo disso é a política de café que o país seguiu, que parece errada porque sempre muito contra a vontade de todos os produtores e que condicionou o desaparecimento da lavoura de café do Paraná. Hoje, o que o Paraná tem de café é um menos de um terço do que ele tinha no começo. E a lavoura de soja, com a necessidade que o mundo teve na produção alimentos e de proteínas, a qualidade da terra, a topografia favorável, foi a que mais se adaptou. Houve um pequeno tempo de produções de algodão, amendoim, em terras que foram de café. [...] A substituição mesmo se fez pela soja e pelo trigo. E agora também tem uma parte com lavoura de cana para a produção de álcool (BARROS NETO, 1984).

Bataliotti (2004) alega que, de 1953 até 1975, Cianorte pautou-se economicamente na expansão cafeeira atrelada às pastagens. Varella (2012, p.9) concorda ao afirmar: “a grande geadada de 1975 empurrou o município em busca de novas alternativas no seu crescimento, uma vez que o café, em pequenas propriedades, era o principal produto agrícola”.

No entanto, concordamos com Mesquita (1995) no sentido de que o café deixou de ser a base da economia em 1963. E, mesmo antes, dividia espaço com outras culturas, como milho, arroz e algodão. O fato da geadada de 1975 não estar presente nos depoimentos e os jornais não destacarem os prejuízos na cafeicultura cianortense, reforçam nosso argumento. Um exemplo é a matéria “Ruralista calcula quebra do café”, publicada na Folha de Londrina, em 18 de julho de 1975, que descreve como a geadada de 1975 atingiu a região entre Campo Mourão e Cianorte:

Houve queima de ponteiros de café, principalmente nas lavouras novas, mas também sapecadas as lavouras velhas situadas em baixadas, onde a incidência de geadas foi mais intensa. Calcula-se que o trigo tenha sido prejudicado em 20 por cento. Houve prejuízos para o trigo em Campo Mourão na base de 15 por cento, para o café e pastagens em Rondon e Gaúcha, quebra na produção do trigo e queima de pastagens em Goierê: queima total das lavouras de café em Tuneiras do Oeste (apud MORES, 2017, p. 258).

Nesta reportagem, o café aparece ao lado do trigo e das pastagens, enquanto que nas geadas ocorridas em anos anteriores, são raras as menções a outras culturas que não a rubiácea.

O que leva Silva (2009) a concluir que, nas áreas mais próximas ao noroeste paranaense, outros cultivos agrícolas estavam tendo a mesma importância que cafeicultura.

Em fins da década de 1970, os incentivos municipais passaram a ser direcionados para a diversificação da produção agrícola, principalmente culturas mecanizadas, como milho, trigo e soja, que diminuíram a área da cafeicultura. E para o setor industrial, em especial ao ramo da confecção (BATALIOTI, 2004). “Aos poucos, as confecções [...] foram se instalando e tornaram-se tão expressivas que o município é identificado como **A Capital do Vestuário**” (MESQUITA, 1995, p. 126, grifo da autora).

Paulo de Moraes Barros Neto (1984) lamenta: “a cidade em si sofreu a perda das indústrias ligadas ao café. Cianorte teve um grande número de máquinas de beneficiar café e hoje são poucas”. Aleixo Maioli cita algumas: “tinha a do Olímpio Monteiro, a São José, que era do Aristiano, a Santo Antonio, que era do Canassa” (apud MESQUITA, 1995, p. 122). Encontramos quatro fotos de beneficiadoras de café. Uma delas, pertencente aos médicos Ovídio Franzoni e Ramon Máximo Schulz, demonstrando que os investimentos na cafeicultura independiam da profissão exercida, diante dos lucros auferidos.

Figura 47: Beneficiadoras de café (sem data)



Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE CIANORTE.

Apesar de saudosista com a cafeicultura, Barros Neto (1984) mostra-se preocupado com a economia e aconselha o poder público a investir na industrialização. “A cidade está fazendo o esforço de implantar indústrias ligadas ao consumismo. Hoje, a cidade tem uma indústria de manufatura de tecidos de malha [...]. Mas ela tem condições de implantar outras indústrias”.

Podemos concluir que, embora a economia não tenha dependido exclusivamente da cafeicultura, Bataliotti (2004) está correta ao afirmar que o solo com menos nutrientes, por ser em parte proveniente do Arenito Caiuá e as fortes geadas, somadas à política-econômica voltada para as culturas mecanizadas de exportação, configuraram situações mais difíceis de serem enfrentadas por Cianorte, que a outros municípios colonizados pela CMNP. Quando o período áureo do café se extinguiu, o município teve que buscar uma nova alternativa que o mantivesse, esta que foi encontrada no ramo da confecção, consolidado na década de 1990.

4.2. População: indígenas, caboclos e migrantes

4.2.1. Indígenas: os Xetás

Sobre a população que encontrou ao chegar em Cianorte, Ramon Máximo Schulz (1984) diz: “população praticamente inexistente, né? Inexistente! Havia um outro sítio aberto aqui [...]. Abria a primeira rua em São Tomé, a primeira rua em Japurá... Não tinha gente. Aqui em Cianorte mesmo, tinha muito pouca gente”. Ele fala como se só fosse “gente”, as pessoas que compravam sítios ou abriam ruas. Deste modo, Schulz contribui para a perpetuação do “mito do vazio demográfico”¹¹⁹. Como já foi discutido, a região era habitada por índios, posseiros e populações sertanejas, antes da CMNP colonizá-la.

Helena de Moraes Barros (1984), paulista de Piracicaba, que veio para Cianorte em 1955, encontrou objetos indígenas e os guardou em casa – ferramentas de pedra, duas panelas e um camucim. Este último, espécie de urna funerária, foi localizado próximo ao sítio arqueológico José Vieira, “jazida situada no vale do Rio Ivaí, data de 7.000 anos” (MESQUITA, 1995, p. 80). Interessada em arqueologia, Helena pesquisou e concluiu que houve dois níveis de ocupação indígena na região, um pré-cerâmico e outro cerâmico:

Eu tenho duas panelas indígenas. A primeira foi encontrada no sítio do doutor Alfredo Bonevin da Costa, que trabalhava na Companhia. A segunda, foi um guarda da Companhia que achou num sítio que é de uma turminha aqui, que chama pesqueiros. E, depois disso, eu tive notícia que na fazenda, divisa da Companhia, tinham achado um pote muito grande e iam plantar um antúrio. Então, mandei buscar o pote! Não é? Porque eu, a vida inteira, gostei de arqueologia. E sempre procurei estudar alguma coisa de arqueologia. [...] Quando eu vi, fiquei feliz da vida. Inclusive, não tinham lavado o pote. O que foi uma coisa ótima, porque eu pude ver tal qual era. E dentro desse pote tinham achado restos de... provavelmente, não sei se índios, ou o que for. Jogaram fora os ossos e quebraram as pedras que havia dentro do pote. Porque

¹¹⁹ Cf. Capítulo III, “Colonização do Norte do Paraná: história e historiografia”.

eles achavam que dentro das pedras, havia brilhantes. Coitados dos índios! Nem sabiam de brilhantes, nem nada! Não é? E, em todo caso, eu consegui arrecadar uns pedacinhos de ossos, que ainda tenho aqui em casa. [...] Essa igaçaba que é grande. Aliás, diz que não e igaçaba é camucim. [...] Mas é um camucim muito interessante, porque tem uma tampa dentro e uma sobretampa e diz que isso não é uma coisa muito comum. Então, eu já falei com arqueólogos em São Paulo, tudo isso [...]. E eles acham, que eu fiz uma pequena sondagem no lugar e que há um, com o pouco que eu sei de arqueologia, que não é grande coisa mesmo, eu achei um segundo nível de ocupação do lugar. E ele como é perto duma jazida, que é citada até em livros franceses, que se chama José Vieira, que é rio abaixo. Então, provavelmente, ali é o [...] mesmo tipo de ocupação. Fui lá e fiz uma pesquisa. E é por isso que eu achei que há um segundo nível de ocupação. E os arqueólogos com que eu conversei acham também isso. É uma coisa provavelmente muito aparente, que há dois níveis de ocupação. [...] Esse nível do camucim é um nível cerâmico e outro é um nível pré-cerâmico, pelo tipo de ferramentas de pedra que eu achei (BARROS, 1984).

Helena de Moraes Barros (1984) tentou doar os objetos, sem sucesso. “Escrevi para a Universidade do Paraná, oferecendo. E eles ficaram de vir buscar, mas [...] não vieram [...]. Falei com o museu de Maringá, para fazer a doação, pelo menos desse camucim, que é muito grande e que faz quatorze que está me estorvando aqui em casa!”¹²⁰ A entrevistadora, Wilma Kobayashi Mesquita, sugere que deveriam fundar um museu em Cianorte. Helena concorda e, em seguida, alega que não pode fazer mais nada em relação ao sítio arqueológico.

É claro! Quando eu falei com os arqueólogos em São Paulo, inclusive com o professor Paulo Duarte, falei com o titular da USP, falei com o titular lá do Museu Paulista, o professor José Carlos de Moraes. Eles me disseram o seguinte: ‘que eu não achei mais nada, porque eu não sei procurar’. E é lógico! Porque lá... amador não serve pra fazer pesquisa e a pesquisa arqueológica é uma coisa muito especializada e que tem que ser feita com muito cuidado, porque se você estragar, estragou tudo. [...] Então, não compensa! Eu não posso! O que eu fiz, ele disse que tá muito bom, porque é um começo. É pra reconhecer o sítio. Mas eu não devo mexer mais lá. Então, eu não mexi mais (BARROS, 1984).

Dados arqueológicos confirmam que há vestígios de dois níveis de ocupação indígena na região hoje situada ao norte do Estado do Paraná. Pautando-se em um modelo simplificado, Tomazi (1997, p. 73-74) explica que os Xetá, os Kaingáng e os Guarani, indígenas que habitavam este território, têm seus antepassados nas seguintes tradições. Caçadores-coletores não ceramistas: Tradição Umbu, fase Itaguajé, 8 mil anos atrás, Norte do Paraná; e Tradição Humaitá, Sítio José Vieira, 7 mil anos atrás, Noroeste do Paraná. Ceramistas: Tradição Tupi-guarani, 2 mil anos atrás, Norte do Paraná.

¹²⁰ Izaura Varela (2018) esclarece que o camucim foi entregue para a Universidade Estadual de Maringá.

Portanto, Helena de Moraes Barros está correta quanto à existência de dois níveis de ocupação. Porém, Tomazi (1997) indica que no Sítio José Vieira há vestígios de povos caçadores coletores, não ceramistas. Enquanto Barros (1984), por encontrar um objeto de cerâmica num local próximo, acredita ser da mesma tradição. O mais provável é que o camucim tenha origem Tupi-Guarani. Pois os Guarani-Tapé e os Tupiniquins, últimos da nação Tupi-Guarani, habitaram a região de Cianorte, Campo Mourão e Fênix (MAACK apud VARELLA, 1995, p. 39). O capítulo “População e primeiros habitantes” (p. 38-56) indica os Xetás como os últimos povos indígenas a habitarem a região de Cianorte:

Há o registro de que um pequeno grupo de índios, muito primitivos, cuja etnia origina-se da tribo Tupi-Guarani, abrigava-se na cerrada mata pluvial-tropical, localizada entre os rios Ivaí e Piquiri, e, que dominavam a área do nosso município. Esta pequena nação, perto de 4.000 membros, conhecida como **Xetá**¹²¹ sobreviveu na área por quase três séculos, sendo obrigada a recuar com o desbravamento da área em 1955 e a consequente invasão dos cafezais. Ninguém suspeitava que este grupo de índios, muito primitivos, se abrigava na espessa mata. **José Louzeiro Fernandes** (1958) e **Reinhard Maack** (1962) comunicaram sobre o fato. **Reinhard Maack** e **Vladimir Kozak** possuem documentos cinematográficos deste povo primitivo, que ainda não fora atingido por nenhuma espécie de civilização e viviam na Idade da Pedra Lascada (VARELLA, 1995, p.39-40, grifos da autora).

Nota-se que a autora cita o termo “primitivo” duas vezes. Alega que o grupo Xetá não tinha sido “atingido por nenhuma civilização”, que vivia na Idade da Pedra Lascada. E dá mais destaque aos pesquisadores que os estudos do que ao próprios índios. Em outro trecho, repete: “os Xetás possuíam uma cultura primária e rudimentar e, na linha do tempo, viviam na Idade da Pedra Lascada” (VARELLA, 1995, p. 40). Esta assertiva não condiz com outras pesquisas, como a indicada na reportagem “O Fim de um Povo Paranaense: os últimos dos Xetás”¹²², escrita por Érica Busnardo e Guilherme Voitch:

Os Xetás são um povo do tronco Guarani. Eram caçadores e coletores e quando descobertos viviam como se estivessem na **Idade da Pedra Polida**. Não trabalhavam com agricultura e nem com cerâmica. A população Xetá é estimada entre 250 e 450 indivíduos à época do contato com os brancos. Habitavam o Noroeste do Paraná, na região chamada de Serra dos Dourados, entre os rios Ivaí e Paraná, especialmente às margens do córrego 215. Dividiam-se em subgrupos familiares, distantes uns dos outros, mas

¹²¹ Além da denominação Xetá, esse grupo indígena também pode ser identificado nas fontes documentais como Héta, Chetá, Setá, Ssetá, Aré, Yvaparé e Botocado. Desde 1958, a literatura antropológica adotou o termo Xetá. No entanto, o termo Xetá não possui significado no contexto linguístico do grupo, ao contrário de “héta” que significa muito(s), bastante (HARACENKO, 2007; ARAÚJO, 2012).

¹²² GAZETA DO POVO. Curitiba, 06 de março de 2005. Disponível em: <http://tudoparana.globo.com/site.phtml?url=gazetadopovo/brasil/conteudo.phtml?id=444744> Data de acesso: 18/01/2018.

visitavam-se com frequência. A língua xetá tem alguma semelhança com o guarani, mas é um idioma próprio e singular, segundo os linguistas. (BUSNARDO; VOITCH, 2005, p. 3, grifo nosso).

Além de garantir que os Xetás “viviam como se estivessem na Idade da Pedra Polida” Busnardo e Voitch (2005) descrevem seu modo de vida. Varella (1995, p. 40) faz o mesmo: “a fricção de pedras e gravetos forneciam-lhes o fogo e, mesmo quando percorriam a floresta levavam consigo uma chama sempre acesa”. Alimentavam-se:

[...] de onças, cobras até os animais mais típicos da região, como porcos-domato, pacas, capivaras e aves, como inhambu e jacu. Comiam também frutas silvestres, como jabuticaba, pitanga, laranja [...], insetos, palmitos e algumas larvas, Assim como mel (VARELLA, 1995, p. 40-41).

Segundo Varella (1995, p. 40), os Xetás “andavam nus e mesmo nas estações invernosas não se vestiam”. Entretanto, Araújo (2012, p. 88) afirma que “o vestuário Xetá era composto por apenas uma peça, a tanga de caraguatá, utilizada somente pelos homens. As mulheres andavam inteiramente desnudas”. Os adornos estavam presentes em todos os integrantes do grupo, para cada idade e sexo, havia um tipo específico:

Quando crianças pequenas, meninos e meninas usavam colares enrolados em várias voltas ao redor do pescoço; quando adultos, ambos usavam um colar de vareta de madeira com dentes de animais. Os brincos eram usados pelos homens durante toda a vida e pelas mulheres somente até o ritual de iniciação. [...] O tembetá [...] remete à identidade masculina. Ele poderia ser feito de diversos materiais, como ossos, sílex, madeira e resina [...]. Era composto por duas peças que, montadas, formavam um T [...] Outros adornos dos Xetá eram as pequenas penas unidas em pequenos tufo de cera, coladas no próprio corpo ou no cabelo¹²³ (ARAÚJO, 2012, p. 89-90).

Figura 48: Tecido da tanga aberto (sem data)



Figura 49: brincos de pluma, tembetá de resina e colar de dentes de mamíferos (sem data)



Fonte: Laboratório de Arqueologia, Etnologia e Etno-história – UEM apud ARAÚJO, 2012, p. 89-90.

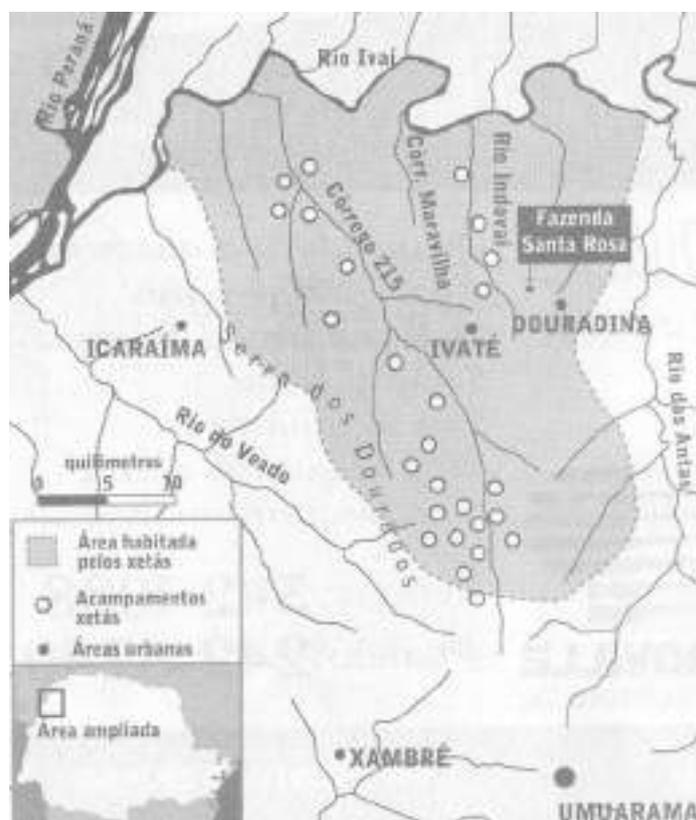
¹²³ Homens como as mulheres usavam o mesmo corte de cabelo, comprido até a altura dos ombros com uma franja cortada um pouco acima dos olhos (ARAÚJO, 2012).

Sobre a religiosidade Xetá, Varella (1995, p. 41) expressa-se de maneira simplória e preconceituosa. “Na sua relação intrínseca com a natureza chegavam a ser místicos, ingênuos, supersticiosos”. Araújo (2012, p. 73) é detalhista ao descrever os rituais, a começar pelo que era ingerido: “entre as inúmeras espécies de frutas [...] as mais importantes eram: a jabuticaba, guariroba, jervá e a pitanga [...]. Serviam para fazer bebida fermentada utilizada nos rituais”.

Araújo (2012, p. 79) alega que “há pouco conhecimento sobre os rituais realizados pelo povo Xetá, sendo o mais conhecido, o de iniciação. Todavia há também os rituais do urubu-rei, de cura, da chuva, de beberagem, dentre outros”. A autora centra-se nos rituais de iniciação, apontando as diferenças entre meninos e meninas em sua passagem para a vida adulta. A cargo de exemplo, segue-se uma breve descrição do ritual de cura:

Os rituais de cura podiam ser praticados tanto pelos homens como pelas mulheres, e pouco se sabe a respeito da existência de curandeiros especialistas nesse grupo. [...] Os Xetá atribuíam um poder curativo às peles ou partes de animais, utilizadas para abanar a pessoa doente ou para pressionar e esfregar sobre o seu corpo. [...] Para cada tipo de dor, havia uma parte específica do animal [...], bem como a forma de prepará-la e utilizá-la. [...] Havia as misturas de palmito quente com mel, indicadas para dores de garganta; as folhas de erva-mate misturadas com água, empregadas como unguento na cura de dores musculares, febres, ferimentos e eczemas (ARAÚJO, 2012, p. 82).

Figura 50: Onde viviam os Xetás



Fonte: adaptado de GAZETA DO POVO. Curitiba, 06 de março de 2005, p. 3.

A respeito da localização da tribos, Varella (1995) assegura que os Xetás habitavam a região entre os rios Ivaí e Piquiri. Busnardo e Voitch (2005) expandem-na aos rios Ivaí e Paraná. Haracenko (2007, p. 141) e Araújo (2012, p. 54) apontam o mesmo local. “A região se estendia pela margem esquerda do baixo rio Ivaí até a sua foz com o rio Paraná e seus afluentes [...]. Atualmente, aí se localizam os municípios de Umuarama, Campo Mourão, Douradina, Cruzeiro do Oeste, Ivaté, Icaraíma, Cianorte, dentre outros” (ARAÚJO, 2012, p. 53-54).

Este território tradicional Xetá foi totalmente expropriado no processo de colonização. No lugar, foram construídas cidades e fazendas. No fim da década de 1940, quando a “febre do café” se intensificou no Estado, atingiu a região da Serra dos Dourados. As companhias colonizadoras expandiram os loteamentos até às regiões impróprias para o cultivo, destruindo as últimas reservas de florestas, que, até então, eram habitadas pelos Xetá (MOTA, 1994; SILVA, 2003; HARACENKO, 2007).

Sabe-se que a invasão cafeeira nessa região do noroeste paranaense, entre o baixo Ivaí e as terras compreendidas entre o Paranapoema e o Piquiri, onde se situa a Serra dos Dourados, poderá transformá-la logo mais numa espécie de pequeno Saara, por se tratar de uma extensa formação de arenitos, sujeita a virar deserto à medida que a mata virgem for dali desaparecendo. Assim, sem maior proveito para a civilização, se exterminará não somente o indígena, mergulhado em plena cultura lítica, mas o próprio ‘habitat’ para o homem civilizado. O café não é, por certo, uma cultura predatória. Predatória e destrutiva é a ganância brutal do homem, que não se detém nem ao menos nos limites ecológicos da própria área cafeeira, sujeitando-a a todos os riscos climáticos e formando desertos (COSTA, 1961, p. 22-23).

O poder público e as companhias colonizadoras tinham conhecimento de que grande parte do território ocupado pelos indígenas era imprópria para a plantação do café e, mesmo assim, buscaram eliminar os Xetá – derrubaram as florestas, dizimaram a fauna, lotearam e venderam as terras (ARAÚJO, 2012). Varella (1995, p. 40), admite que os Xetás “não resistiram ao avanço dos colonizadores na década de 40 e, em menos de vinte anos, foram totalmente dizimados e seu espaço vital destruído pelas queimadas, geadas e plantadores de café”. A população já vinha diminuindo muito antes de 1940, devido às disputas com outros povos, aos conflitos internos e à “fuga eterna dos brancos” (BUSNARDO; VOITCH, 2005, p.1).

À época do contato, já eram poucos¹²⁴. Estavam debilitados pela redução de sua área de domínio, ocupada pela agricultura cafeeira. [...] Embora não se possa atribuir diretamente o fim dos xetás ao contato com os brancos, uma

¹²⁴ A estimativa de Busnardo e Voitch (2005) gira em torno de 250 a 450 indivíduos. Segundo Araújo (2012), fontes documentais indicam um total aproximado de 250 pessoas. Contudo, não é possível determinar o número exato na época da colonização. A maioria não chegou a ser conhecida, nem avistada. Como afirma Varella (1995, p. 41), “nunca se soube ao certo quanto teria sido a população”.

breve cronologia do povo mostra que a relação foi, no mínimo, desagregadora. O primeiro encontro foi uma iniciativa dos índios, que procuraram a administração da Fazenda Santa Rosa, no município de Douradina, uma propriedade que se tornou ponto de referência para o estudo da etnia. Eles sabiam que uma aproximação era inevitável, e deram o primeiro passo para evitar confrontos [...]. Sete anos depois, expedições organizadas pelo Serviço de Proteção ao Índio (SPI, embrião da atual Funai) e pela Universidade do Paraná (hoje UFPR) não conseguiram localizar nenhum subgrupo Xetá na floresta. O povo já não existia mais em seu estado original. A maioria havia morrido, por intoxicação alimentar, envenenamento, doenças e assassinatos (BUSNARDO; VOITCH, 2005, p.1).

Araújo (2012, p. 54) consente que “o extermínio se deu pela disseminação de doenças pelos colonizadores, ingestão forçada de alimentos alheios a sua dieta alimentar, como o sal e açúcar em grandes quantidades, envenenamento, assassinatos com arma de fogo e sequestro”. Contudo, Varella legitima o discurso do colonizador:

Esta extinção progressiva não se fez com violência, com a força das armas ou métodos escusos aos Xetás, mas pela própria ocupação da terra pelos pioneiros, que os **empurravam** para o interior da Serra dos Dourados (atualmente município de Douradina), provocando a dissolução das aldeias, aculturação dos Xetás sobreviventes. O contato com o homem branco trazia doenças. Há registro de grande parte dos nativos acabaram por morrer contaminados por bactérias e vírus de pneumonia e gripes ou por mudança de hábitos alimentares (VARELLA, 1995, p. 42, grifo da autora).

Varella busca justificar o indefensável, invertendo a situação. Como os Xetás foram “empurrados” durante a (re)ocupação, se não pela violência? Como puderam morrer por mudanças alimentares, se não foram intoxicados, envenenados? E ainda põe a culpa neles! “O temperamento dos Xetás era dócil e pacífico [...]. A ausência de agressividade enfraqueceu a disposição para a defesa de seu espaço vital, com a penetração incondicional dos colonizadores” (VARELLA, 1995, p. 41). E se fossem guerreiros? Faria alguma diferença sem armas de fogo?

Por fim, vale lembrar que, apesar da propagação da ideia de que o grupo está quase extinto¹²⁵; atualmente, os Xetás somam cerca de 300 pessoas, que vivem dispersas em terras indígenas de outras etnias e em áreas urbanas. A maioria habita a Terra Indígena São Jerônimo, no município de São Jerônimo da Serra, e a Aldeia Urbana Kakané Porá, em Curitiba. Em ambas, convivem as etnias Guarani, Kaingáng e Xetá (ARAÚJO, 2012).

Para concluir, é necessário destacar que na história desse grupo indígena, há várias lacunas. Como observa Araújo (2012), existem apenas alguns relatos e anotações de campo de

¹²⁵ “Segundo a FUNAI [...], restam apenas seis sobreviventes” (VARELLA, 1995, p. 41). “O último grupo indígena a ser contactado no Paraná está reduzido a oito indivíduos” (BUSNARDO; VOITCH, 2005, p. 1).

pesquisadores e colonizadores que acompanharam expedições na região noroeste do Paraná, nas décadas de 1950 e 1960. Fontes orais foram elaboradas por linguistas e antropólogos. Mas o material biográfico sobre os Xetá é escasso quando comparado com os dos demais grupos indígenas no Paraná.

As lembranças dos Xetá que viveram com seus grupos tradicionais também são fragmentadas, visto que foram retirados violentamente de suas famílias quando eram crianças, não sendo possível apreender todo o modo de vida dos grupos. Criados separados, por famílias estranhas, os sobreviventes Xetá foram impedidos de compartilhar costumes aprendidos e de falar a sua língua (ARAÚJO, 2012, p. 49).

4.2.2. Caboclos, populações sertanejas: os Sutis

Um grupo humano, bastante primitivo, conhecido por Sutis, provavelmente, remanescente dos primeiros habitantes indígenas, despertou a curiosidade e o interesse dos colonizadores da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná. Eles tinham uma aldeia onde hoje é o Município de Japurá, que pertencia à Cianorte. Os primeiros contatos com eles foram feitos por funcionários da Companhia e entre eles Wilson Ferreira Varella, funcionário da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná e primeiro prefeito municipal de Cianorte que os visitava em busca de farinha de milho, que produziam com ótimo sabor. Eram porcadeiros, livres e nômades, safristas. Derrubavam o mato, produziam colheita e iam pra frente, como verdadeiros índios¹²⁶. Eram pacíficos, entretanto somente o cacique tinha autorização para falar com estranhos. Diante de pessoas não pertencentes ao grupo, os demais ficavam em silêncio absoluto. Tinham um vocabulário muito reduzido para se comunicar entre si e usavam palavras desconhecidas pelo homem branco, palavras, provavelmente criadas por eles mesmos¹²⁷ (VARELLA, 2012, p. 12).

Varella (2012) usa o termo “primitivo” para descrever os Sutis que, “viviam como índios”. O subcapítulo dedicado aos Sutis, intitulado: “O índio - um intruso nas terras colonizadas ou um nômade expulso do seu ‘habitat’ pelo progresso?”; inicia-se assim: “é interessante observar o depoimento dos pioneiros, que quando aqui chegaram, em suas incursões pela mata que dominava a área conseguiram, involuntariamente, fazer alguns contatos com prováveis remanescentes da tribo dos Xetás” (VARELLA, 1995, p. 43).

Como os Sutis podem ser remanescentes do Xetás, se viveram e “desapareceram” mais ou menos na mesma época? O que esses povos têm em comum é o esquecimento ou a

¹²⁶ Varella incorporou a fala de Helena de Moraes Barros (1984). Quando Wilma Mesquita questiona se os Sutis se julgavam donos das terras, ela responde: “Não, eles não se julgavam donos de nada! Eles eram livres! Nômades, livres e safristas. Safrista derruba o mato e vai para frente, como índio. Só que eram índios... como índios brancos, que criavam porcos.”

¹²⁷ Este trecho faz parte do depoimento de Wilson Varella, também não creditado.

descaracterização feita por de pesquisadores que reproduzem o discurso da CMNP (1975), como faz Varella (1995; 2012; 2019).

Embora a assertiva seja atribuída aos depoentes, eles são unânimes em afirmar que os Sutig não eram indígenas. Inclusive, em trechos citados no próprio capítulo. De acordo com José Cardoso Pinto Sobrinho: “Eu conheci os Sutig... eram caboclos, mas não eram índios”. José Sebastião Pereira: “Eram uns caboclos que estavam se apossando da Companhia” (apud VARELLA, 1995, p. 47).

Não obstante alguns dos entrevistados vissem semelhanças. “Essa família tinha sempre um cacique, tipo de índio”, assegura Wilson Varella (1984). “Eram brancos que viviam como índios”; responde Helena de Moraes Barros (1984), à pergunta de Wilma Mesquita: “Aqui havia uma população cabocla? Característica mesmo, cabocla?” O termo usado por Mesquita, “população cabocla” é mais adequado. No entanto, Varella, responsável por escrever este capítulo, não se preocupa em fazer tal distinção. A fim de descrever o modo de vida Sutig, Varella põe “a culpa” nos depoentes de novo:

Os depoimentos revelam a presença de nômades, primitivos quase selvagens, pacíficos [...] que, eventualmente, faziam contato com os primeiros fornecedores de alimentos, na busca de charques, bebidas, guloseimas e sal. Viviam em pequenas clareiras abertas na selva, praticando uma agricultura primária e rudimentar, sem técnicas, avessos¹²⁸ ao contato com o colonizador (VARELLA, 1995, p. 43).

Este trecho é contraditório. Afinal, os Sutig contactavam os colonizadores atrás de guloseimas ou fugiam deles? Eram selvagens, mas compravam comida? Nada era dado de graça, obviamente. Como informa Celso Antônio Broetto: “iam buscar sal e outras coisas na região de Apucarana [...]. Havia uma picada que os conduzia à Campo Mourão. Iam vender seus produtos e comprar o que necessitavam”. José Sebastião Pereira: “Eles iam de São Tomé até Tuneiras a pé, por uma picada. Embrenhavam-se na mata e iam fazer compras” (apud VARELLA, 1995, p. 44; 46). E Helena de Moraes Barros (1984):

Os Sutig eram uma família de porcadeiros que se enquistou no mato. [...] O pessoal daqui chamavam de safristas. Porque eles derrubavam o mato, plantavam milho, soltavam os porcos no milho, engordavam e traziam por dentro da mata. Até hoje ainda existe, dentro das matas da Companhia, o picadão dos Sutig. Que era por onde os Sutig traziam os porcos pra vender na

¹²⁸ Na “mudança de um ponto para outro, ou iam passar por um patrimônio, eles não iam para a cidade. A 1 ou 2 quilômetros antes, armavam suas barracas e faziam a sua comida. E, antes do amanhecer, eles saíam, para não passar durante o dia na cidade” (VARELLA, 1984). “Eles não estavam interessados em ficar dentro de... da civilização (BARROS, 1984). Estes depoimentos explicam o porquê de Izaura Varella considerar os Sutig “avessos à civilização”.

cidade. Na medida que a civilização ia chegando, ia empurrando eles pra mais longe (BARROS, 1984).

Portanto, os Sutis não eram “livres e nômades”. Do mesmo modo que os Xetás, foram “empurrados” pelos colonizadores. Neste caso, com a ajuda do primeiro prefeito de Cianorte. “O seu Wilson, então, entrou em contato com eles [...]. E como ele ficou amigo deles, na hora que era... foi necessário tirar eles daqui, pra recolocar pra adiante, foi o seu Wilson Varella que entrou nas negociações” (BARROS, 1984). O depoimento de Wilson Varella é o mais completo em relação aos Sutis.

Começando de Apucarana pra cá, quando tive o primeiro contato com eles. Ingressavam na mata, procuravam local onde tinha queda d’água, onde colocavam monjolo, para fazer farinha. Carne de caça era a base alimentar deles. [...] Comprava boi deles, matava ali no acampamento. Eles levavam os miúdos, pesavam, eu pagava eles ali e comprava a farinha. [...] A casa deles era um rancho e o banco deles era daquelas abóboras grandes [...], o colchão era o baixeiro que fica embaixo do arreio do animal. E isso era o modo deles viver e dava até dó. Mas muito educados. Inclusive, a primeira coisa que faziam, a dona da casa, você chegava, ela fazia um cigarro de palha, um fumo bem seco, dobrava a pontinha e trazia pra você. Era uma apresentação. E tinha o chimarrão [...]. Comi aquela farinha de milho com feijão, com leite, com café, um biju que era uma maravilha (VARELLA, 1984).

Wilson Varella contactou os Sutis antes de ser prefeito, quando fiscalizava as terras da região, justamente no intuito de “localizar intrusos”, como lembra seu colega Oscar Boeing (1987), também fiscal da CMNP. Graças ao seu relato, sabemos que o Sutis não foram “empurrados”, foram “carregados” e em dois caminhões: “Os Sutis eu não cheguei a conhecer. [...] Quem era encarregado dessa parte era um outro fiscal. Me lembro de quando a Companhia conseguiu tirar eles e colocar em dois caminhões, e levou eles passando por Maringá. Aí eu vi eles em cima dos caminhões” (BOING, 1987).

O outro fiscal encarregado pode ter sido José Cardoso Pinto, que conta: “Os Sutis moravam aqui perto de São Tomé e foram transferidos. Eu mandei dois caminhões mudá-los [...]. Levaram eles para uma gleba de Campo Mourão, lá em Roncador [...]. A Cia. arrumou essas terras e tiraram eles daqui”. As ações da CMNP para remover os Sutis de “suas terras”, aparecem em vários relatos, como no de Celso Antônio Broetto:

A Companhia tinha interesse em removê-los daqui, porque a presença deles criava obstáculos à colonização da região de Japurá, local onde se encontravam. [...] Moravam ali por mais de trinta anos, pois existia laranjal e até mesmo pés de café, pela simples observação, já tinham sido plantados há mais de 30 anos (apud VARELLA, 1995, p. 44).

Celso Antonio Broetto, primeiro funcionário do Posto de Saúde de Cianorte, fez contato com os Sutig, com a finalidade de vaciná-los e evitar um possível surto de varíola (VARELLA, 2012). “Fomos com funcionários da Companhia, com tropas de mulas, levar presentes, ferramentas, objetos, brinquedos a eles. O objetivo principal era tentar aplicar vacina nos caboclos que viviam ali. Temia-se que eles propagassem o mal grave da época, a varíola” (BROETTO apud VARELLA, 1995, p. 43-44).

A data da visita não é mencionada. Todavia, como Broetto conta: “cheguei a ter contato com os Sutig bem no início de Cianorte” (apud VARELLA, 1995, p. 43); estimamos que ocorreu em 1956, logo que o posto de saúde foi aberto. Pois, conforme o “Relatório do Posto de Higiene de Cianorte”, neste ano, 3.273 pessoas foram vacinadas contra a varíola¹²⁹. Broetto reparou que muitos Sutig tinham hanseníase:

Eles aparentavam ser um mistura de índios e caboclos e havia até algumas pessoas loiras, muitos albinos, cabelos brancos, olhos e sobrancelhas brancas, inclusive com problema de enxergar. Em conversa com eles, disseram que moravam ali há muito tempo [...]. Viviam isolados, no meio da floresta, sem contato com as pessoas. Nós descobrimos que grande número deles era portador do mal de Hansen e, talvez, por esse motivo, é que eles se isolaram da civilização” (apud VARELLA, 1995, p. 44).

Quanto à aparência Sutig, Helena de Moraes Barros (1984) descreve-os como “uma gente esquisita, que se casou muito entre si, havia muita consanguinidade, eram uns tipos exóticos”. Wilson Varela (1984) diz que “era mistura, tipo mineiro”. Em relação à quantidade de indivíduos e à passividade, os relatos convergem. “Houve um tempo que eles eram quase 300. [...] Super pacíficos! Gente muito tranquila” (BARROS, 1984). “Chegaram a umas 200 ou 300 pessoas” [...]. Não criaram problemas. Eles eram conquistadores e eles entravam nas terras, não brigavam, não discutiam e iam mudando e se você mandava eles irem para longe, eles iam pra perto” (VARELLA, 1984).

Wilson Varela confirma que o nomadismo dos Sutig devia-se ao fato de serem constantemente “mandados pra longe”. Lembramos que Broetto esteve numa comunidade sutil estabelecida no mesmo local há 30 anos. Como eram pacíficos, deixavam-se levar. Mas retornavam, certamente, porque eram assentados em “terras fracas¹³⁰”.

Segundo Joaquim Alves Ferreira, “a Companhia comprou uma área de terra [...] e levou-os ali para perto de Barbosa Ferraz. Prá lá de Corumbataí” (apud VARELLA, 1995, p. 46). Já

¹²⁹ O PORTA VOZ. Cianorte, 24 de dezembro de 1956, Ano I, n. 1, p. 1.

¹³⁰ “A Companhia têm terras fracas aqui para o lado de Tuneiras do Oeste” (VARELLA, 1984). Não é coincidência que remanescentes dos Sutig tenham sido encontrados em Tuneiras do Oeste.

Wilson Varella (1984), diz que foram os Sutig que compraram terras oferecidas pela CMNP, venderam-nas e logo depois voltaram. Para Helena de Moraes Barros (1984), os Sutig “nã queriam comprar terras. Eles queriam derrubar o mato e ir para frente”.

Conforme chegava o progresso, a Companhia me mandava pra frente. E os Sutig também. Até que um dia a Companhia resolveu ceder um terreno a eles para ficarem lá. Mas ele também estavam sabidos demais. Depois de adquirir as terras por menos de nada, um valor simbólico, venderam as terras por um bom preço e foram mudando. Quando a Companhia apertou-os para se retirarem das terras da Companhia (VARELLA, 1984).

Como será que a CMNP “apertou” os Sutig? Isto foi antes ou depois de serem carregados em dois caminhões e “sumirem”? Visto que ninguém sabe ao certo “o destino final dos Sutig” (VARELLA, 1995, p. 45). “Nã sei se ainda há restos do sutis. [...] Provavelmente, estão aí misturados com todo mundo. Principalmente, aí pro lado onde eles foram colocados. Que deve ser para adiante de Cruzeiro” (BARROS, 1984). “Foram para o sul do Paraná, nã me recordo bem o local” (VARELLA, 1984). As professoras procuraram por um sobrevivente dos Sutig por sete anos e encontraram Antonio Subtil.

As professoras de História **Irene Gimenes Praxedes e Helena Cioffi**, coautoras deste livro revelaram-se ao longo dos sete anos de pesquisa, determinadas e persistentes na procura e identificação de algum remanescente dos **Sutig**. Em uma conversa informal com **Helena Rocha de Moraes Barros**, foram informadas que um sobrevivente dos Sutig poderia ser encontrado no município de Tuneiras do Oeste. Em 10 de maio de 1994, finalmente, elas localizaram o provável último sobrevivente do grupo nômade dos Sutig, o **Sr. Antonio Afonso Subtil**, morador do Distrito de Cuaraitava, município de Tuneiras do Oeste. Oriundo de Tamarana, Antonio Subtil (que conserva no sobrenome¹³¹, o nome originário do grupo nômade) relata fatos muitos interessantes, gravados em longa entrevista em poder do Projeto Resgate Cultural (VARELLA, 1995, p. 51-50, grifos da autora).

Nã encontramos a entrevista de Antonio Subtil no depósito da Prefeitura e esta nã nos foi fornecida por Izaura Varella. Dado a importância das informações fornecidas pelo provável último remanescente dos Sutig, reproduzimos o trecho de seu depoimento publicado e as duas fotos que encerram o subcapítulo, de Antonio Subtil e sua esposa.

Éramos mais de 40 famílias, vindas do Ivaí, para Peabiru, vivendo no sertão da Companhia. Vivíamos de plantação de cana de pesca. Nã tinha escola,

¹³¹ Varella (2012, p. 12-13) encontrou uma descendente de Sutig. “Curiosamente, num salão de beleza de Curitiba, numa conversa informal, a cabelereira Nelci me relatou que seus avós eram de origem nômade. E desde criança ouvia falar pelo avô, José Soares Sutig, pai de seu pai, que a mãe dele tinha nascido debaixo da serra e era filha de índios. Nelci Sutig é filha de Acir Ribas Sutig e Nelza Costa Sutig. Nelci Sutig carrega no seu sobrenome a sua origem e se lembra da farinha de milho do avô feita na pedra quente, um costume sutil, sem dúvida”.

nem remédios. Remédio era tirado do mato, casca de pau, garrafadas para curar malária. Nós fazíamos farinha de milho, usando um monjolo tocado à água. O engenho era para fazer rapadura, pois não se comprava açúcar. Tinha casa com 10 ou 12 sacos de farinha de milho, biju com feijão e arroz. Eu tinha 12 anos quando morava em Japurá. De lá viemos para Tuneiras e meu pai abriu Cuaraitava. Ele tinha 160 porcos quando morreu. Meu pai era o líder¹³². Ele mandava naquela turma, se tinha alguma coisinha, ele que acertava tudo. O casamento era feito sempre entre casais do mesmo grupo. À noite fazíamos fogueiras e assim ficávamos contando casos a noite inteira. Ninguém ficava doente, se ficava, cozinhava uma casca de pau e tomava, bebia uns goles, ficava bom. Antônio Afonso Subtil (VARELLA, 1995, p. 50).

Figura 51: Sr. Antonio Afonso Subtil e sua esposa (1994)



Fonte: VARELLA, 1995, p. 50.

Sabemos que os trechos publicados no livro são resumos das falas dos depoentes. Muitas vezes, adaptadas ou “corrigidas”. Varella fez questão de transcrever trechos que confirmam a narrativa dos pioneiros citados. Inclusive, faz três comentários entremeados ao relato. Observações como: “verificar depoimento impressionante” de Wilson Varella; observar “a coincidência com o depoimento de Celso Antônio Broetto”; “daí a razão de haver sido encontradas pessoas albinas entre eles” (VARELLA, 1995, p. 50).

Concluimos que o texto de Varella (1995) não se adequa aos relatos que a mesma publicou; segundo os quais, os Sutus se diferenciavam dos indígenas paranaenses em vários aspectos – agricultura, criação de animais e comércio. Aliás, um depoente dá a entender que eram excelentes negociantes, compravam barato e vendiam caro. E até falavam a mesma língua do homem branco, com exceção de uma outra palavra inventada.

¹³² Talvez o pai de Antonio Subtil fosse o “cacique” ao qual Wilson Varella (1984) se refere. “Ninguém falava, só o cacique com quem tive contato, arrumar empreitada pra ele, fazer roçada de estrada, e me dava muito bem e qualquer reclamação, era para fazer com o chefe. E eram atenciosos. [...] Era um povo que não queria conversa, perguntas, secos. O chefe deles é que discutia, falava qualquer coisa. Mas os outros não, eram mesma coisa que mudo. Não respondiam uma palavra. O cacique é que respondia”. Wilson Varella se contradiz. Afinal, os sutis eram “secos” ou “atenciosos”?

Os relatos dos pioneiros que ouviram falar, viram na caçamba de um caminhão ou tiveram poucos contatos com os Sútis são desconhecidos. Montar um perfil deste povo a partir destes depoimentos fragmentados, seria digno do paradigma indiciário¹³³. Diante destas dificuldades, buscamos referências bibliográficas. Os poucos textos acadêmicos encontrados foram suficientes para determinar a origem e os costumes dos Sútis. Todavia, quanto ao seu “destino final”, a dúvida permanece.

Conforme Oliveira (2012), os Sútis do norte do Paraná vieram de Castro, sul do Estado. Chegaram por volta de 1910, antes dos pioneiros brancos, e residiram na região até a década de 1960, quando foram expulsos pelos colonizadores e esquecidos pela história oficial. Com base nas pesquisas de Marcos Luiz Wanke, do Instituto Histórico e Etnográfico Paranaense, Oliveira (2012) assegura que os Sútis descendiam de africanos escravizados de origem muçulmana – os Malês – e de indígenas da etnia Guarani.

Os Malês fundaram a “República da Sinhara”; atualmente, o patrimônio histórico “Fazenda Capão Alto”. De Castro, deslocaram-se por trilhas e encontraram índios Guaranis. O encontro teria gerado o caboclo “aré”, conhecido por Sutil. Segundo Wanke, este encontro foi documentado por Sebastião Paraná, Antonio Salomão Faris Michael e Telêmaco Borba. As trilhas feitas pelos Sútis facilitaram idas e vindas de norte a sul do Estado, ajudando a desbravar a região (OLIVEIRA, 2012).

Wanke afirma que os Malês que vieram para o Paraná não participaram da revolta baiana¹³⁴. Porém, para Nelson Brito Rodrigues (2012), foram os africanos islamizados, que sobreviveram ao movimento e, em consequência das perseguições sofridas, fugiram da Bahia, embrenhando-se pelas matas litorâneas, passando pelo Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, chegaram ao Paraná, onde deram origem ao povo Sutil.

O nome Sutil vem dos irmãos Subtil, que lideraram os refugiados e os conduziram pelas matas. Uma parcela foi para o Mato Grosso e outra para o Paraná. Os que vieram para o Paraná, chegaram por volta de 1850, passaram por todas as regiões do Estado, e permaneceram até

¹³³ Cf. GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: **Mitos, emblemas e sinais**. Morfologia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

¹³⁴ Revolta dos Malês (Salvador, 1835). Insurreição contra a escravidão e a imposição da religião católica, liderada pelos haussas e os nagôs, etnias conhecidas por “malês” – termo que designava negros muçulmanos que sabiam ler e escrever em árabe. Em janeiro de 1835, 1500 negros reuniram-se com o objetivo de libertar companheiros islâmicos e matar brancos e mulatos considerados traidores. Marcaram o levante para o dia 25. Arrecadaram dinheiro, compraram armas e redigiram planos em árabe. Porém, a conspiração foi denunciada ao juiz de paz. Ainda atacaram o quartel, mas devido à inferioridade numérica e de armamentos, foram massacrados pela Guarda Nacional, pela polícia e por civis – apavorados perante a possibilidade de sucesso da rebelião. Morreram sete das tropas oficiais e setenta negros. Mais de 200 foram levados aos tribunais. As condenações variaram entre pena de morte, trabalhos forçados, açoite e degredo. 500 foram mandados para a África. Disponível em: http://www.multirio.rj.gov.br/historia/modulo02/rev_males.html Data de acesso: 30/12/2020.

1960, quando foram expulsos do pelas companhias colonizadoras. Restou apenas o Quilombo do Sutil, em Ponta Grossa.

Diante da escassez de documentos sobre a história dos Sutis, Hartung (2000), entrevistou os moradores mais antigos de uma pequena comunidade, em Ponta Grossa, a Comunidade Negra do Sutil, que se originou em 1854. Segundo os depoentes, Maria Clara do Nascimento deixou em testamento, metade da Fazenda Santa Cruz para seus escravos libertos. A parte doada foi dividida em seis: as Capoeiras, a casa da Fazenda com quintal de mangueiras e os quatro campos: da Rocha, da Porta, do Subtil, do Potreiro. O Campo do Subtil possuía área de 794 hectares e era avaliado em um conto de réis.

A quantidade de terras herdadas era tal, que permitia sua utilização como moeda, forma sonante para compra de alimentos e custeio para festas de casamento. Em outros casos, a terra servia também enquanto presente, ofertado a compadres, amigos, vizinhos, passantes, pobres, padres [...]. A terra dos antepassados é dita “aberta”, livre de cercas e portões, internos e externos, o que lhes possibilitava criar solto o gado e deslocar as roças à vontade. A terra aberta e abundante dos antepassados aparece também nas doações feitas a estranhos, gente de fora, padres, caboclos, imigrantes, vizinhos, pobres, enfim, para todos aqueles que, conhecedores da “riqueza” dos escravos herdeiros – notícia que correu os Campos Gerais – chegavam à fazenda mendigando abrigo. Os dons foram tantos que, em alguns momentos, a gente de fora excedia à do lugar (HARTUNG, 2000, p. 215).

A história que os Sutis contam sobre seu surgimento, desenvolve-se na sequência: doação, abundância e perda das terras. Após a doação, tiveram um período de abundância em alimentos, trabalho e terra. A lavoura e a criação visava o sustento das famílias. Embora vendessem parte da produção, em certos momentos. A perda das terras foi provocada pela expropriação imposta aos mais velhos. Impossibilitados, financeiramente, de regularizar a propriedade herdada, tornavam-se vulneráveis aos especuladores. A prática corrente de doação de terras e de seu uso como moeda, somavam-se à falta de documentos comprobatórios. Situação agravada pelo fato destes antepassados serem analfabetos (HARTUNG, 2000).

Aqueles a quem os mais velhos venderam terras ou permitiram que se instalassem nos domínios da fazenda, ali também estabeleceram as próprias vendas, locais onde os herdeiros e seus descendentes acabavam por contrair dívidas que saldavam com terras. A condição de analfabetos dos últimos e a de sabidos dos primeiros teria facilitado a fraude, quer na contabilidade das dívidas, quer no registro e demarcação das terras negociadas. Malgrado os pagamentos efetuados pelos mais velhos nas novas vendas suas dívidas só faziam crescer. Não bastasse, a demarcação das terras, muitas vezes, superava aquela negociada, resultando sempre na diminuição da propriedade dos antigos e legítimos donos. Todas as transações de terra, referidas na história oral do grupo, carregam a marca da fraude (HARTUNG, 2000, p. 216-217).

Por volta de 1930, a violência agravou o quadro de expropriação das terras dos Sútis – por parte de grandes proprietários, ligados ao poder político e econômico local e imigrantes europeus, instalados nas vizinhanças. Os relatos registram: “o assassinato de um parente, inconformado com a perda das terras; ameaças de morte e agressão física a outros tantos; prisão arbitrária de 13 homens do grupo¹³⁵; invasões e destruição de casas e roças”. Diante da perda total das terras, a solicitação de propriedade por “usucapião” foi o modo encontrado para garantir o que lhes restava (HARTUNG, 2000, p. 216-217).

A venda/doação e a expropriação das terras herdadas acabaram por criar uma configuração espacial que fragilizava os descendentes dos libertos, cercados que estavam por aqueles a quem haviam sido vendidas partes de sua herança e/ou por aqueles que lhes tomaram as terras, os lobos ou grandões. Segundo alguns, a venda mais recente das terras se explicaria devido à nova e ameaçadora configuração do entorno da Santa Cruz: considerada perigosa a própria permanência ali, isolados entre grandes e poderosos proprietários de terra, pois mais cedo ou mais tarde, a exemplo do já sucedido, eles também acabariam perdendo as áreas que ainda lhes restavam. Donde a opção de venda e garantia de algum ganho. Outros, desejosos de permanecer nas “terras do pai” não trilharam o mesmo caminho e permaneceram nas áreas, sem regularizá-las. Ainda mais fragilizados, estes últimos foram expropriados por completo de suas terras, hoje residindo de favor sobre terras que, historicamente, lhes pertenceram (HARTUNG, 2000, p. 217-218).

Voltando aos Sútis que habitaram o norte do Paraná, percebemos que os trabalhos acadêmicos e os depoimentos dos pioneiros de Cianorte, possuem semelhanças no que toca ao modo de vida do grupo. De acordo com Rodrigues (2012), os Sútis eram hábeis artesãos, criadores de animais e comerciantes. Sobreviviam, principalmente, da venda de animais, que negociavam com os moradores da região.

Oliveira (2012; 2016) descreve-os como caboclos de baixa estatura, fala mansa e pausada, que viviam em casas de pau a pique cobertas com tábuas de embira, criavam porcos em mangueirões e plantavam para subsistência. Tinham até uma moeda própria, o “peso hueco”, utilizada na compra e venda de porcos. Depois de serem expulsos da região pela CMNP, os Sútis rumaram para o oeste do Paraná, na crença de encontrariam o “campo da vaca branca”, um lugar sem males, onde poderiam viver para sempre.

No norte do Paraná, restou somente uma capelinha cercada por pedras, situada às margens da PR-323, rodovia que liga Paiçandu a Cianorte. O local, denominado “Cemitério

¹³⁵ “Jezuino [...] estava no pasto com seu irmão, quando uma bala o atingiu na nuca. Os mandantes de sua morte teriam sido os interessados nas ‘terras dos pretos’, cabendo à polícia a incumbência da execução; a prisão dos 13 homens se deu pelo mesmo motivo: oposição à expropriação” (HARTUNG, 2000, p. 217).

dos Caboclos”, resulta de uma comunidade de mais de 300 Sutis, que se estabeleceu em Paiçandu, na década de 1950 (OLIVEIRA, 2012; 2016). Wilson Varella (1984) comenta sobre o ritual de sepultamento que ali era realizado:

Tinha uma chácara que se chamava “Cemitério dos Caboclos”. Eles faziam sepultamento diferente do nosso [...]. Levavam o defunto no caixão, mas punham dentro da sepultura o corpo e o caixão por cima. Era o costume. [...] Na direção do cemitério, tinha um picadão, vinha um outro rumo mais a frente, fazendo um triângulo. [...] Era perto da chácara que eu tinha em Paiçandu. [...] Era da família dos Sutis. Eram vários grupos. Todos lá eram compadres. Ali, casamento de primos, uma grande mistura (VARELLA, 1984).

Figura 52: Cemitério dos Caboclos (2012)



Fonte: Blog MPB - Maringá, Paraná, Brasil¹³⁶.

Enquanto os habitantes locais eram expropriados, migrantes de diversos lugares chegavam ao norte do Paraná (FREITAS et al., 2016). No caso de Cianorte, Varella (1995; 2012) afirma que os migrantes eram originários principalmente dos estados de Pernambuco, Ceará, Bahia, Minas Gerais, São Paulo, Santa Catarina e de outras regiões do Paraná.

4.2.3. Migrantes: paulistas, mineiros e nordestinos

O capítulo “Dinâmica populacional do município de Cianorte” (p. 52-66), escrito por Izaura Varella, baseia-se em dados estatísticos sobre as regiões das quais procederam aqueles “que chegaram depois do índio”; e acerca do número de habitantes da cidade, entre 1955 e 1991. Bem como, reproduz trechos dos relatos de quatro pioneiros.

Há uma breve introdução que repete o discurso da CMNP sobre a aquisição de terras; estudos e planejamentos com fins de colonização; repartição de terras em minifúndios; venda

¹³⁶ Disponível em: <http://maringaparanabrasil.blogspot.com/2012/03/importancia-historica-cemiterio-dos.html>
Data de acesso: 30/12/2020.

de lotes sustentada na assistência ao comprador; e uma descrição pormenorizada do incansável slogan “certeza do lucro e direito de propriedade”.

As professoras realizaram uma pesquisa no Cartório de Registro Civil do município e na sede do IBGE local, para determinar o fluxo migratório dos primeiros anos de Cianorte. Em 1955, 41,66% da população procedia do Nordeste (Bahia, Ceará e Pernambuco), 33,32%, do Sudeste (São Paulo e Minas Gerais) e 8,33% de outras regiões do Paraná. Nos anos 1960, predominavam pessoas vindas de São Paulo (45,16%). A partir da década de 1970¹³⁷, os principais migrantes eram paranaenses e, em 1980, compunham 44% da população de Cianorte (VARELLA, 1995, 2012).

Dos entrevistados, dois mencionam a presença de imigrantes. Batista Cienfuentes diz que “o povo que aqui veio desbravar veio de toda parte do Brasil, além de estrangeiros”. Celestino Jacinto Gomes lembra-se dos pais de Fariz Nabhan, os primeiros comerciantes de Cianorte. “Mais tarde, foram chegando parentes deles, foram buscando gente no Líbano”. João Batista Mafra fala sobre a presença de pessoas da região norte do país, que não estão presentes nas estatísticas (apud VARELLA, 1995, p. 54-55).

Indagado por Wilma Mesquita, sobre “de onde veio essa gente que trabalhou aqui nos primórdios”, Wilson Varella (1984) responde: “O pessoal que trabalhava comigo era todo do sul do Paraná. [...] De Irati, Marechal Mallet e Cruz Machado”. Mesquita insiste se não havia nordestinos. Varella assegura que não. E completa que ele era o único mineiro dentre os 48 trabalhadores que construíam estradas na região.

De acordo com Mesquita (1995, p. 106), “os serviços de derrubada da mata original e abertura de estradas requeriam mão de obra numerosa, o que explica a grande afluência de nordestinos até 1970, para Cianorte”. Embora fossem muitos, o único nordestino entrevistado pelo Projeto Resgate Cultural foi o dentista Francisco de Assis Macedo Freire¹³⁸.

Dr. Francisco de Assis de Macedo Freire chegou em Cianorte pelos idos de 1.957, já formado Dentista, buscando nestas terras que desbotavam da mata uma oportunidade para exercer a sua profissão. Veio do Rio Grande do Norte e logo que chegou aqui instalou seu consultório dentário numa casa de madeira na rua Piratininga, onde hoje há um estacionamento de veículos. [...] Homem alegre, animado, contador de histórias, com grande oratória, e muito envolvido com a comunidade social e política de Cianorte daqueles velhos tempos. [...] Os clientes eram pessoas honestas, que se comprometiam com o pagamento integral ou parcelado e eram pontuais com seus compromissos. Muitas vezes, bem me lembro disto, pagamentos eram feitos com frangos e outros produtos

¹³⁷ Santa Catarina apresenta um pequeno percentual. Em 1974, 3,31% dos habitantes de Cianorte eram oriundos deste Estado. Em 1979, representavam 1,79% (VARELLA, 1995).

¹³⁸ FREIRE, Francisco de Assis de Macedo. Entrevista concedida a Irene Gimenes Praxedes, s/l, s/d.

da roça, conforme ele mesmo contava rindo. Ele mesmo nos disse numa entrevista de anos passados, quando desfrutava de boa saúde: “Naquela época era completamente diferente de hoje. Qualquer consultório, tanto médico como odontológico, abrindo e tendo o espírito de trabalho era automático; a gente tinha clientes porque eles procuravam um profissional. E como todo mundo era novo na cidade, não interessava fulano ou sicrano morava numa rua ou outra; onde eles encontravam uma porta aberta e era um profissional eles iam, viam se o trabalho era bom, depois traziam as suas famílias. Tudo era muito fácil. Era só abrir o consultório e querendo trabalhar encontrava bastantes clientes”. [...] Freire foi o primeiro Diretor do Ginásio Estadual de Cianorte, que hoje é chamado de Colégio Estadual de Cianorte. [...] Simplesmente, aceitou o cargo para colaborar. Como não haviam professores formados e habilitados para lecionar para o curso ginásial a comunidade, foi chamado a colaborar de acordo com suas habilitações. “Fui o primeiro Diretor do Ginásio Estadual Cianorte. A região estava se iniciando e todos cooperavam, desde o mais simples, até o mais intelectual. Naquela época, o prefeito era o senhor Wilson Varella e sem política, sem nada, ele achou conveniente me escolher como diretor. Fiquei meio confuso, mas ele disse: ‘Precisa ajudar, cada um precisa ter uma parcela de responsabilidade para com a cidade’. Então eu assumi a minha responsabilidade, formei o corpo de professores e todos se comprometeram [...]”¹³⁹.

Uma amostra do envolvimento de Francisco Freire com a comunidade, é a matéria escrita por ele, em homenagem aos 15 anos de Cianorte. No trecho em que elogia a miscigenação ocorrida na cidade, faz analogias curiosas: “O que mais me empolga e a alma me domina docemente, é observar nesta transfusão de sangue humano, que a grandiosidade desta cidade evidencia a impressão digital de muitas raças”¹⁴⁰

Quanto aos migrantes nordestinos anônimos, temos o exemplo de José Francisco do Santos. Soubemos um pouco de sua trajetória por seu bisneto, João Vitor Cano, de 14 anos. Oriundo de Pernambuco, nasceu em 12 de junho de 1930, na cidade de Garanhuns. Morava em Recife, quando decidiu vir para o Paraná, em busca de uma vida melhor. João Vitor Cano não sabe a data exata em que o bisavô chegou em Cianorte. Apenas que foi “bem no comecinho da cidade”. Portanto, na década de 1950. Ele faleceu em 2019, aos 89 anos¹⁴¹. Segue-se um

¹³⁹ “Legítimo pioneiro de Cianorte”, Francisco Freire faleceu em 06/05/2019, aos 90 anos de idade. VARELLA, Izaura. **Dr. Francisco de Assis de Macedo Freire e Mário Padial, cidadãos cianortenses – não podem ser esquecidos**. Folha Regional de Cianorte. Cianorte, 12 de maio de 2019. Disponível em: <https://folhadecianorte.com/dr-francisco-de-assis-de-macedo-freire-e-mario-padial-cidadaos-cianortenses-nao-podem-ser-esquecidos/> Data de acesso: 01/01/2021.

¹⁴⁰ TRIBUNA DE CIANORTE, Cianorte, 26 de julho de 1968, Ano III, n. 74, p. 1.

¹⁴¹ CANO, João Vitor. Entrevista concedida a Gelise Cristine Ponce Martins. Cianorte, 06 de julho de 2019. João Vitor foi meu aluno em 2018, no Colégio Estadual Cianorte. Dedicado e interessado na disciplina de História, participava da aula e costumava me acompanhar na troca de sala para fazer mais perguntas. Em 2019, começou a pesquisar por conta própria a história da família. Como não era mais meu aluno, procurou-me nas redes sociais, a fim de obter orientações. Em meio às conversas pela internet, surgiu o assunto da minha pesquisa. João Vitor disse que conhecia o livro, “Cianorte, sua história contada pelos pioneiros” e que este devia se chamar “Cianorte, sua história contada pelos ricos e donos de terra”.

documento seu emitido pelo Exército, que contém uma fotografia e a descrição de suas características físicas.

Figura 53: José Antônio Francisco do Santos (década de 1950)



Fonte: acervo pessoal de João Vitor Cano.

De acordo com Paulo de Moraes Barros Neto (1984), até 1960, antes do “primeiro recenseamento oficial do IBGE”, a CMNP encarregava-se da contagem populacional. “Não se pode se chamar de recenseamento no sentido oficial da palavra, mas a Companhia nos primeiros tempos, quase que anualmente fazia e publicava dados da população da cidade e dos municípios vizinhos que também eram áreas de colonização Companhia”.

Varella (1995) não publicou dados oriundos da CMNP. Nem os recenseamentos referentes às décadas de 1960 e 1970, realizados pelo IBGE. Para conhecer os números oficiais anteriores à 1980, consultamos outra obra de Izaura Varella¹⁴². Conforme o primeiro censo demográfico realizado em 1960, a população total de Cianorte era de 31.987 habitantes. Apenas 4 mil viviam na zona urbana (12,5%). Com a inclusão dos municípios de São Tomé e Japurá, que eram distritos de Cianorte, totalizava-se 48.820 pessoas. No recenseamento de 1970, a taxa de urbanização subiu para 44,76%, evidenciando o êxodo rural. A população constituía-se em 52.532 habitantes. Estimativas do IBGE apontavam que em 1980, a população estaria em torno de 70.015 habitantes. No entanto, a geada de 1975 dizimou a produção cafeeira, esvaziou a zona rural e provocou a migração para outros Estados (VARELLA, 2012).

¹⁴² Cf. VARELLA, Izaura Aparecida Tomaroli. **Caminhos da História: um manual indicativo e biográfico dos logradouros públicos do município de Cianorte.** Cianorte: Gráfica e Editora Bacon Ltda., 2012.

Paulo de Moraes Barros Neto (1984) também foi questionado sobre o êxodo rural e o movimento migratório para outros Estados. Ele assegura que o êxodo não foi apenas “da população cianortense, foi do norte do Paraná inteiro. Mesmo no Estado de São Paulo e em cidades tradicionais houve êxodo muito grande. Primeiro da zona rural para a cidade e de cidades menores para cidades maiores”.

Quando Wilma Mesquita pergunta se houve migração para regiões novas, como Mato Grosso e Rondônia, Barros Neto (1984) responde: “Houve, mas não no volume desejado. O que significa que a migração do trabalhador rural, uma parte muito ponderável, se deu para as cidades e, uma parte muito menor do que a desejável, é que foi abrir novas áreas agrícolas no país”. Barros Neto (1984) acha que não foi gente suficiente de Cianorte para o norte do país. Assim como Wilson Varella (1984), que assegura que “muito saíram daqui, mas muitos voltaram [...]. A maioria dos que abriram Cianorte, continuam aqui, muitos por motivos familiares, emprego ou coisa parecida”. Varella também expõe sua opinião sobre os motivos que culminaram na onda migratória:

A região mudou um pouco porque tinha o pensamento no café, que um dia caiu, a lavoura branca e o gado apareceram. [...] Acho que seja por isso. O pessoal foi procurar serviço nas grandes cidades e voltou. Outros foram e não voltaram por não ter recursos para voltar [...]. Pensam em sair, inclusive não sabiam porque, só por aquele sonho de ir para cidades maiores, para conseguir emprego melhor e ganhar mais. Sabiam quanto iam ganhar, mas não sabiam quanto iam gastar. A lavoura de café dava emprego, mais emprego, enquanto que a fazenda de gado, não emprega quase nada (VARELLA, 1984).

Dentre os pioneiros analisados, o único que migrou para o norte do país, foi João Cioffi Neto. Ele não diz quando ocorreu a mudança. Pressupomos que foi entre meados da década de 1970 e início da de 1980. Pois, relata que não presenciou a construção do pontilhão e a inauguração da estrada de ferro, ocorridas nesta época, porque estava estudando em São Paulo. Quando foi entrevistado, no ano de 1987, já morava em Rondônia. Não lhe perguntaram sobre a onda migratória. O assunto surgiu no momento em que ele respondia se tinha valido a pena vir para Cianorte.

Ah, valeu sim. [...] Embora na época eu era garotão, a gente viveu a criação disso aqui. A gente participou, a gente tomou parte, a gente viu a abertura das ruas, as construções dos prédios, a construção da Igreja, de escola. Enfim, os pontilhões, a estrada de ferro, depois o asfalto. Enfim, acho que é muito importante pra gente andar hoje dentro de Cianorte e a gente saber [que] onde hoje existe um edifício, naquela época existia um tronco de madeira, ou existia uma mata, ou uma rua aberta sem nada. Arroz plantado, algodão plantado. Onde é a rodoviária era mato. Onde é a estrada de ferro era mato, enfim, então acho que é muito importante uma vivência dessa. [...] Na ocasião, eu não pude

participar, eu construindo, efetivamente, porque [...] estava estudando, me preparando. Eu saí, fui estudar em São Paulo, e hoje estou em Rondônia. [...] Ajudando a construir uma nova cidade, abrindo uma nova região. Então, fazendo tudo aquilo que meu pai fez, que viveu aqui, que eu acompanhei aqui. E hoje eu faço o mesmo em Rondônia. Por isso que acho muito importante isso aí (CIOFFI NETO, 1987).

Varella (1995, p. 62) aponta o solo arenítico, pobre em nutrientes, predominante em Cianorte, como fator determinante para as migrações, tanto do campo para a cidade, quanto para outros Estados. “A devastação das matas, [...] rebaixou o padrão de qualidade do solo que, exposto à intempéries, alastrou o pauperismo à várias áreas, provocando, após algumas décadas, o refluxo do desenvolvimento populacional”.

Varella (1995, p. 63) conclui com a citação de Paulo de Moraes de Barros Neto que reproduzimos anteriormente. Entretanto, parece não concordar com sua opinião em relação à migração para outras fronteiras ser menor do que o desejável. Ela passa a impressão de que se entristece com a diminuição da população de Cianorte. “A zona rural do município esvaziou-se sensivelmente. Grande parte da população abandonou seus empregos no campo, para transferir-se para a zona urbana ou para outras unidades da federação, reduzindo o crescimento vegetativo”.

Em 1980, contradizendo a estimativa do censo anterior, a população era de 48.797 habitantes, com taxa de urbanização de 59,21%. Uma redução de 3.735 pessoas em relação ao recenseamento realizado em 1970. Somente no censo de 2000, 25 anos após a geada de 1975, que a população total ultrapassou esta marca, com 57.401 habitantes e taxa de urbanização de 86,49%. No censo de 2010, Cianorte ainda contava com 69.962 habitantes, com 10, 98% da população vivendo na zona rural. Sem ter alcançado os 70 mil previstos na década de 1970 (VARELLA, 2012).

4.3: Arquitetura e patrimônio histórico

4.3.1. Cianorte, uma cidade planejada

Segundo a CMNP (1975, p. 110), todas as cidades por ela fundadas obedecem a um plano urbanístico previamente estabelecido. Praças e ruas são abertas aproveitando as características do relevo. Um núcleo urbano dividido em datas, destinadas à construção de prédios comerciais e residenciais, é circundado por um cinturão verde repartido em chácaras para abastecer a população. “Londrina, Maringá, Cianorte e Umuarama, são cidades planejadas

nos mínimos detalhes para se transformarem em grandes metrópoles”. Porém, o plano inicial de Cianorte segue um padrão diferenciado em relação aos demais núcleos desenvolvidos pela CMNP, com exceção de Maringá. As características urbanísticas de Cianorte e Maringá foram influenciadas pela proposta de cidade-jardim, idealizada por Ebenezer Howard (REGO, 2001; DALBERTO, 2009)

Na obra “Tomorrow: a Peaceful Path to Social Reform” (1898), Howard propõe o ideal de cidade-jardim em reação aos problemas advindos do processo de urbanização acelerada nas cidades industriais inglesas. Trata-se de uma possibilidade de organização do território para corrigir a densidade exagerada, estabelecendo um fluxo de população e buscando um equilíbrio entre cidade e campo. Howard estabelece um modelo de cidade, de seu entorno rural, bem como da formação de uma rede de cidades, como solução para os problemas gerados pelo crescimento das mesmas (ARIAS NETO, 1998).

A cidade-jardim de Howard eliminaria a dicotomia entre o campo e a cidade: teria o atrativo tanto das cidades como do campo, combinando-se entre si. [...] Seriam como três ímãs: os dois primeiros puxando as pessoas, tendo como força atrativa aquilo que o campo tem a oferecer de positivo e somando-se ao que a cidade, por sua vez, oferece de positivo. O terceiro seria o reencontro com a beleza da natureza: campos e parques de fácil acesso, ar e água puros, residências e jardins esplêndidos, ausência de fumaças e de cortiços, boa drenagem, e, ao mesmo tempo, a possibilidade [...] de aluguéis baixos, oportunidades de empreendimento, afluxo de capital, entre outras, contando ainda com o espírito de cooperação entre as pessoas (STEINKE, 2007, p. 32).

Raymond Unwin e Richard Barry Parker materializaram a cidade idealizada por Howard, ao executarem o projeto da primeira cidade-jardim, Letchworth. Em novos trabalhos, os arquitetos aprimoraram os conceitos de qualidade urbana que pregavam através da impregnação de identidade na cidade. Jorge de Macedo Vieira, responsável pelo planejamento de Maringá (1947) e de Cianorte (1955), teve contato com o modelo inglês, após estagiar com Parker, na Cia City (REGO, 2001; DALBERTO, 2009).

O engenheiro paulista Jorge de Macedo Vieira (1894-1978) formou-se pela Escola Politécnica da USP e foi responsável pelo desenvolvimento de projetos inovadores. Entre eles, os bairros paulistanos de Vila Formosa, Vila Maria, Chácara da Mooca, Rolinópolis; além de bairros em outras cidades: Campos de Jordão, Campinas, Atibaia. Macedo Vieira empregou conceitos de bairro-jardim e de cidade-jardim em seus projetos. Esse traçado foi introduzido no Brasil pela empresa inglesa Company City. Ele, por sua vez, lograva esse legado após ter trabalhado junto de Barry Parker, urbanista inglês que veio ao país para desenvolver o Jardim América, em São Paulo [...]. A Company City introduziu em São Paulo um novo conceito de urbanismo, que buscou oferecer aos moradores alto nível de qualidade ambiental e urbanística. Isto é, muitas áreas verdes, uso residencial, baixa densidade populacional, lotes

unifamiliares com edificações de um ou dois pavimentos, ruas bem desenhadas que consideram a curvatura e declividade do terreno. Em 1943, Jorge de Macedo Vieira foi contratado pela Companhia de Terras Norte do Paraná para desenvolver o projeto da cidade de Maringá. [...] Mais tarde, o mesmo urbanista foi contratado para desenvolver o mesmo conceito na outra cidade que se abria ao longo do eixo Noroeste do Estado: Cianorte [...] ¹⁴³.

Apesar dos planejadores não estarem alheios às propostas urbanísticas da Europa, Arias Neto (1998) argumenta que é arriscado concluir que houve uma transposição linear da proposta de Howard para o norte do Paraná. A começar pelo tamanho das cidades. A CMNP planejou-as para serem grandes. Só Cianorte, deveria abrigar de 90 a 100 mil habitantes. Ao passo que, na cidade jardim inglesa, o número era de 30 mil. Já Steinke (2007), observa alguns deslocamentos em relação à concretização urbanística da cidade-jardim. Ao difundir o modelo, Macedo Vieira destituiu-o de seu conteúdo utópico ¹⁹¹.

Cianorte foi a última cidade planejada por Macedo Vieira. Ele não veio ao local, fez o projeto com base no levantamento topográfico enviado pela CMNP. A experiência dos trabalhos anteriores e o amadurecimento de ideias são demonstradas na combinação de linhas retas, curvas e geometrias. Através da prioridade dada ao eixo monumental e às áreas verdes preservadas, que permeiam a cidade em um sistema hierárquico de vias intercalado a praças, proporcionando fluidez ao tráfego (SEIXAS; BOVO, 2017).

Figura 54: Plano Original de Cianorte projetado por Jorge de Macedo Vieira



Fonte: DALBERTO, 2009, p. 32.

¹⁴³ Disponível em: <http://www.maringahistorica.com.br/2012/07/jorge-de-macedo-vieira.html> Data de acesso: 17/10/2020.

¹⁹¹ Howard buscava uma alternativa à metrópole, um lugar apartado da natureza, com problemas físicos e sociais, que punham em risco a realização individual. Morador da cidade de Londres, absorveu o pensamento circulante na época, sintetizando ideias defendidas por urbanistas e socialistas utópicos (STEINKE, 2007).

A malha abriga espaços públicos de qualidade, que concordam com o traçado urbano, com a forma do sítio e com os edifícios públicos, cujas áreas se mostram bem distribuídas, dando importância aos principais nós da cidade. Também há uma preocupação com as perspectivas que os edifícios teriam, entre a variação do traçado reto e curvo empregado por Macedo Vieira (FREITAS; SEIXAS; DALBERTO, 2016).

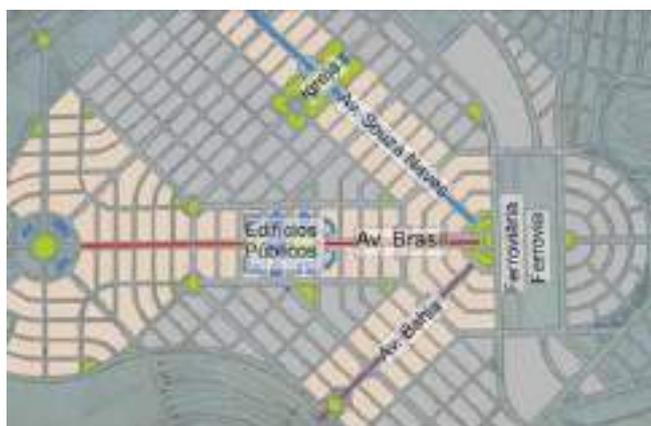
Figura 55: Praças, nós e edifícios especiais do plano original de Cianorte



Fonte: Dalberto, 2009, p. 40.

O plano urbanístico previa três eixos principais de estruturação viária e urbana, com definição dos edifícios e espaços públicos. O eixo monumental – constituído pela avenida Brasil, local dos edifícios públicos e o eixo da avenida Lovat, atual Souza Naves, destinado ao comércio, sendo a Igreja Matriz o foco da paisagem (FREITAS; SEIXAS; DALBERTO, 2016).

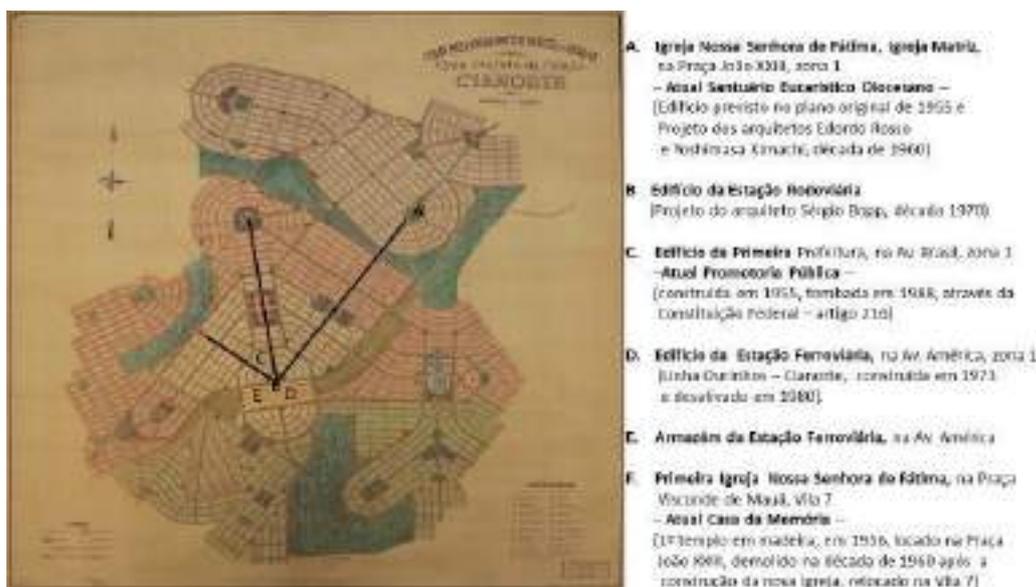
Figura 56: Os dois eixos principais de Cianorte (sem escala)



Fonte: Dalberto, 2009, p. 36.

A implantação do projeto se deu de forma gradativa, colaborando para o esquecimento de suas diretrizes. As áreas públicas do plano original sofreram mudanças principalmente ao longo da avenida Brasil – eixo monumental. Nos dois outros eixos, avenidas Bahia e Souza Naves, as praças propostas foram mantidas.

Figura 57: Anteprojeto de Cianorte (1955)



Fonte: adaptado de SEIXAS; BOVO, 2017.

O projeto de Cianorte foi implementado em duas etapas. Em decorrência da crise do café, nos anos 1950, a cidade não contemplou todo o planejamento original. Bairros residenciais e edifícios públicos foram deixados em segundo plano. Até meados da década 1980, não houve grande alteração na malha urbana. A área ocupada de 1990 em diante, cresceu seguindo a forma dos lotes rurais do entorno urbano¹⁹² (DALBERTO, 2009).

Aqui surgem as primeiras questões, pois, com a implantação apenas parcial do plano de Macedo Vieira surgiriam lacunas na malha urbana. As áreas não implantadas estariam apenas aguardando pelo reaquecimento da economia para haver a retomada da implantação dos bairros residenciais? Ou desde o início o plano existente para essas áreas foi esquecido em detrimento da venda de mais lotes rurais? O que sabemos é que a área não implantada na década de 1950 foi vendida como lotes rurais, e assim permaneceu até a primeira fase de expansão efetiva da área urbana (DALBERTO, 2009, p. 2).

¹⁹² Dalberto (2009) constata três fases distintas em Cianorte: a Cidade Planejada, a Cidade Implantada e a Cidade Construída. A Cidade Planejada refere-se ao projeto de 1955, nunca implantado (o desenho urbano, a legibilidade urbana, a situação dos edifícios públicos, a ligação do traçado à topografia e as características que a remetem à cidade-jardim). A Cidade Implantada omitiu partes da Cidade Planejada. Dois bairros residenciais não foram executados. Edifícios públicos não foram construídos. A Cidade Construída cresceu após 1986, esqueceu das cidades implantada e planejada e tomou como parâmetro as divisas dos lotes rurais. Esta fase continua a se expandir. Não é objeto de nossa pesquisa, que aborda os anos de 1953 a 1982.

Figura 58: Cidade planejada e cidade implantada



Fonte: DALBERTO, 2009, p. 2.

Paulo Moraes de Barros Neto (1984) explica os motivos que levaram às mudanças no projeto original. No início, ocorreram “pequenas alterações, porque toda a região era coberta de mato, de modo que nas demarcações, nas aberturas, sempre existem algumas distorções. [...] Algumas foram corrigidas, algumas com poucas alterações, outras com nem tanto”. Já as modificações significativas são de ordem fiscal:

Houve alterações do projeto original, em função de redução propriamente dita das proporções da cidade. Redução essa motivada principalmente por questões de ordem fiscal. O poder público municipal que não entendeu as proporções do projeto e impôs de uma forma proibitiva, impossibilitando que seguisse dessa forma. Então, foram feitas reduções especialmente das áreas de previsão futura, de expansão de bairros mais nobres. Essas áreas foram reduzidas em função de impostos fiscais muito pesados. E essas áreas foram transformadas em pequenas chácaras, que passaram a ser oneradas pelo imposto rural, que é mais suave que o imposto urbano. E isso, inegavelmente, prejudicou o desenvolvimento e a funcionalidade do projeto, que foi dividido originalmente em zonas comerciais, residenciais, industriais, todas com a finalidade prevista e que a Companhia procurou respeitar integralmente. O que não se pode dizer do poder público municipal que, por injunções políticas, a maior parte das vezes, não cumpriu o projeto [...]. Onerando demais as áreas de expansão urbanas, fazendo então que essas áreas se tornassem chácaras, para escaparem dos impostos urbanos, trazendo a cidade ao que é hoje, que vamos dizer que é um tanto mutilada (BARROS NETO, 1984).

Barros Neto (1984) não menciona a crise econômica, indicada por Dalberto (2009) como causa da implantação parcial do projeto. Ele apenas se refere às desavenças entre a Prefeitura e a Companhia, na década de 1960. O prefeito decidiu cobrar impostos sobre as terras

da CMNP¹⁹³. Em represália, a Companhia desistiu de dividir em lotes urbanos a Zona 05 e a Zona 08. A Zona 08 foi loteada recentemente, formando o Jardim Universidade e o Jardim Atlântico. A Zona 05 permanece como área rural¹⁹⁴. A redução do tamanho da cidade é notável. Atualmente, a população estimada de Cianorte é de 83.816 habitantes¹⁹⁵, sendo que a cidade foi planejada para abrigar 100 mil:

O projeto da cidade, previsto para uma população de 100.000 habitantes, é obra de renomado urbanista. Seu perímetro abrange uma superfície de mais ou menos 20 km² e seus 15.000 lotes urbanos distribuem-se em zonas comerciais, residenciais, industriais, operárias, etc., perfeitamente delimitadas¹⁹⁶.

Tais desentendimentos culminaram em modificações nos nomes de logradouros que homenageavam personalidades ligadas à CTNP/CMNP. A avenida Souza Naves chamava-se avenida Lovat. E a avenida Bahia, avenida Willie Davids¹⁹⁷. Os primeiros nomes conservaram-se na memória dos primeiros moradores: “Em Cianorte, todas as ruas eram de terra. Me lembro bem da avenida Lovat, que atualmente é a Souza Naves” (CIOFFI NETO, 1987).

Figura 59: Avenida Lovat (14/11/1960)



Fonte: arquivos pessoais de Gines Ponce Martins.

Para Izaura Varella (2019, p. 467), “estas atitudes insensatas descaracterizaram o projeto histórico original”, que “tinha coerência com todos os nomes dados às ruas e avenidas”¹⁹⁸. E o

¹⁹³ A contenda entre a Prefeitura e CMNP acerca dos impostos não consta no livro “Cianorte, sua história contada pelos pioneiros” (1995). Uma evidência de que a história oficial da cidade prima pelo consenso.

¹⁹⁴ PONCE MARTINS, Gines. Entrevista concedida a Gelise C. Ponce Martins. Cianorte, 16 de março de 2012.

¹⁹⁵ Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/cianorte/panorama> Data de acesso: 17/01/2020.

¹⁹⁶ O ESPINHO, Cianorte, 26 de julho de 1958, Ano I, n. 8, p. 6.

¹⁹⁷ PONCE MARTINS, Gines. Entrevista concedida a Gelise C. Ponce Martins. Cianorte, 16 de março de 2012.

¹⁹⁸ Quando os arruamentos e sondagens de Cianorte começaram em 1953, a CMNP baseou-se em fatos geográficos e históricos para nomear as ruas. Nomeou os logradouros da Zona Dois com nomes das principais cidades do país.

fato dos vereadores terem aprovado e, o prefeito, Ramon Máximo Schulz, sancionado a Lei nº 11 de 20 de maio de 1968, mudando o nome da avenida Lovat para Souza Naves, demonstrou “completa desarticulação com a história da cidade”.

[...] a principal avenida de Cianorte, chamada no projeto original da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, de avenida Lovat. A intenção da Companhia era homenagear Lord Lovat, inglês, colonizador e que fazia parte da diretoria da empresa colonizadora que criara Cianorte. [...] Foi eleito Senador pelo Estado do Paraná, Abilon Souza Naves, mineiro de Uberaba, pelo PTB, com expressiva votação para o cargo, no ano de 1958 e preparava-se para ser candidato a Governador do Estado. [...] Faleceu durante um jantar que foi oferecido em sua homenagem, no dia 12 de dezembro de 1959, com apenas 54 anos. **Souza Naves nunca esteve em Cianorte, não participou da colonização da cidade e sequer tinha envolvimento com a história da cidade** (VARELLA, 2019, p. 466-467, grifos da autora).

Seguindo o mesmo raciocínio, Lovat nunca esteve em Cianorte, não participou da colonização da cidade, nem tem envolvimento com sua história. Primeiramente, o lord integrou a diretoria da Companhia de Terras Norte do Paraná, uma empresa tão inglesa quanto ele. Quando foi comprada por brasileiros e se tornou a Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, Lovat há muito já havia voltado para a Inglaterra. Como Cianorte foi colonizada pela CMNP e não pela CTNP, o nome de Lovat tem ainda menos coerência do que o de Souza Naves, que ao menos foi um político do Paraná.

A indignação de Varella só demonstra como o discurso oficial, que enaltece os capitalistas ingleses, no dizer de Tomazi (1997), permanece forte na região. Outra mostra da força deste discurso, é o fato de ainda existirem vários logradouros nomeados em homenagem às figuras da CMNP, como a Praça Gastão Vidigal e a Avenida Gastão Vidigal, no distrito de Vidigal, e a Praça Antonio Morais de Barros, em Cianorte:

Antonio de Morais Barros foi o advogado que negociou a compra de terras no Paraná, que pertenciam aos ingleses, através da **CMNP - COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ**, sendo o seu Primeiro Presidente, e coube a ele garantir a legitimidade dos títulos das terras aos futuros compradores. Pai do honrado Hermann de Morais Barros, que foi Diretor Geral dessa companhia. Foi um democrata sincero e visceral e um chefe de família de caráter ilibado. Filho do Magistrado e Senador Manoel de Morais Barros, revelou em sua vida a mesma bravura e o mesmo destemor na vida profissional e política; foi Deputado Estadual por São Paulo. O seu apego ao sentimento de honra, sob todas as formas, era quase uma obsessão. Tinha uma concepção muito especial de honra privada e pública, enorme zelo profissional e grande probidade, em coisas grandes e miúdas, assim como ao

Na Zona Três, deu nomes de pessoas e fatos históricos. E nomes de estados brasileiros às grandes avenidas (VARELLA, 2012). Por exemplo, na Zona 2, há a Avenida São Paulo, na Zona 3, a Praça Garibaldi e, dentre as maiores avenidas, estão a Avenida Maranhão e a Avenida Goiás.

atender interesses alheios de ricos, pobres, remediados, de forma igual e linear. Quando Cianorte foi fundada no dia 26 de julho de 1953, pela Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, esta cidade teve a honra de ter como primeiro gerente desta companhia em Cianorte, o **DR. PAULO DE MORAIS BARROS NETO**, que aqui chegou para ficar e até hoje vive entre nós, herdando de seu avô as mesmas qualidades intocáveis de caráter e honradez. Avô e neto são nomes familiares do cianortense que participaram bravamente da história do nosso município, e em especial Dr. Paulo de Moraes Barros Neto¹⁹⁹ (VARELLA, 2012, p. 65, grifos da autora).

Esta citação traz dois equívocos. Primeiro, Antonio de Moraes Barros não negociou terras no Paraná, através da CMNP, visto que faleceu em 1931 e a Companhia foi fundada em 1944. Provavelmente, Izaura Varella deve ter querido se referir à CTNP, esta sim, pertencente aos ingleses, que só se tornou a CMNP, após passar para um consórcio brasileiro do qual fazia parte Hermann de Moraes Barros, o filho, não o pai. Segundo, Antonio de Moraes Barros não participou bravamente da história de Cianorte, simplesmente porque a cidade foi fundada vinte e dois anos após a sua morte. Em Cianorte, constata-se a participação do neto, não do avô. Quanto a isso, Izaura Varella não pode ter se confundido. Apenas quis justificar o fato da praça ter recebido este nome.

Mesmo com tantas modificações, Bortolotto (2001) considera que o projeto urbanístico, sob a perspectiva da cidade-jardim, ainda se faz presente em Cianorte. Nos jardins, no cinturão verde, nas dimensões de ruas e avenidas, no traçado ferroviário e no próprio o sistema de planejamento da ocupação urbana da região. Tais características permeavam a trama das primeiras cidades-jardins inglesas. A presença do sistema de rotatória, os parques urbanos e as avenidas que o contornam, relacionam-se com os “três ímãs”, em clara alusão ao sistema híbrido campo/cidade.

Dalberto (2009, p. 46) concorda com Bortolotto na medida em que afirma que este modelo responde pela qualidade espacial de Cianorte. Com relação ao traçado da malha urbana e à sobreposição de características dos movimentos da cidade-jardim, “a boa forma alcançada no plano original de Cianorte é fruto do desenvolvimento de um pensamento que buscava a qualidade do espaço urbano”. Pedro Garcia Abreu discorda:

Eu fiz críticas e critico até hoje. Você pega duas avenidas e que cruzam e só tem um balãozinho de uma via só para dar acesso aos 4 seguimentos de 2 avenidas, é um verdadeiro funil. [...] Você vem [...] na Goiás, na praça 26 de julho, ali tem um balãozinho, aí cruza com a Souza Naves. São duas avenidas

¹⁹⁹ Vale destacar os termos utilizados por Varella na descrição. Somente a palavra “honra” aparece três vezes, mais seus derivados “honrado” e “honradez”. Além de “sincero”, “ilibado”, “bravura”, “destemor”, “zelo” e “probidade”, as duas últimas palavras antecedidas dos advérbios de intensidade “enorme” e “grande”. Com a óbvia intenção de exaltar a figura de Antonio Moraes de Barros e de seus familiares.

de grande porte, de grande afluência de tráfego. [...] Esse defeito existe em Maringá e em Cianorte (ABREU, s/d).

No livro, “Cianorte, sua história contada pelos pioneiros” (1995), as autoras não discutem o modelo arquitetônico preconizado e parcialmente adotado em Cianorte, nem sua origem, o ideal de cidade-jardim. Não obstante Pedro Garcia Abreu e Paulo de Moraes Barros Neto tenham falado sobre o projeto de Macedo Vieira, ao responder questões feitas pelas entrevistadoras acerca de sua implantação – se houve mudanças ou se o plano original foi seguido à risca. As informações obtidas resumem-se em dois parágrafos:

A Companhia colonizadora atribuiu a Paulo de Moraes Barros Neto a reponsabilidade de abrir e administrar novas frentes de colonização à margem esquerda do rio Ivaí, radicando-se desde o início, com sua família, em Cianorte, cumprindo o Plano Diretor de autoria do Engenheiro Civil Jorge de Macedo Vieira (VARELLA, 1995, p. 53).

Cianorte obedece a um plano urbanístico previamente fixado como todas as cidades do Norte Novo e Novíssimo, colonizadas pela Companhia Melhoramentos. As características do relevo são aproveitadas ao máximo no traçado de praças e ruas, com levantamento topográfico cuidadoso. Coube ao engenheiro urbanista Dr. Jorge de Macedo Vieira executar o projeto da cidade, com uma área de 18.646.144 m², mais tarde reduzida por injunções de ordem fiscal e correções em função das demarcações (MESQUITA, 1995, p. 99).

A arquitetura é trabalhada de forma indireta, na descrição da abertura de ruas, avenidas, praças, bosques e das construções pioneiras – o primeiro hotel, a primeira casa comercial, o primeiro hospital. Basicamente, as professoras não explicam “como”, apenas que “foram” construídos(as). Do mesmo modo, não reuniram, nem publicaram imagens dos projetos, somente das obras em andamento e das edificações concluídas.

4.3.2. Cianorte, uma cidade propagandeada pela CMNP

Cianorte orgulha-se de ser uma cidade planejada, o que contribuiu para atrair os pioneiros. Este orgulho vem de berço, visto que a Companhia adotou o slogan de cidade planejada na divulgação de venda dos lotes, um “city marketing”, antes da criação desta expressão. Em São Paulo e Minas Gerais havia pontos de venda dos empreendimentos lançados no Paraná. Usava-se a expressão “cidades planificadas com os mais recentes requisitos da urbanística moderna” (STEINKE, 2007). Celso Antônio Broetto orgulha-se:

Cianorte era a menina dos olhos da Companhia. Eles iriam lançar mão de todos os recursos da engenharia e do planejamento da cidade, porque queriam

fazer uma cidade modelo ou, em outras palavras, a cidade mais projetada de todas as que haviam sido lançadas pela Companhia (BROETTO apud MESQUITA, 1995, p. 84-85).

O “city marketing” é notável na imprensa regional. A inauguração de Cianorte, em 1953, foi divulgada em jornais e revistas, seguindo as estratégias de propaganda da CMNP (FREITAS; SEIXAS; DALBERTO, 2016). Como no jornal A Tarde, que publicou o anteprojeto da cidade, juntamente com fotografias de construções concluídas e em andamento, para ilustrar a matéria “Cianorte, ponto avançado de civilização além Ivaí”²⁰⁰.

Figura 60: Cia. Melhoramentos Norte do Paraná: anteprojeto da cidade de Cianorte



Fonte: A TARDE, 1955, p. 4-5.

[...] Cianorte foi traçada atendendo os mais avançados métodos urbanísticos com reservas para todos os fins; locais em quantidade surpreendente para instalação de parques, praças e demais logradouros públicos; reservas para localização das repartições públicas municipais, estaduais e federais: bosque; horto florestal. A Cidade foi dividida em zonas completamente delimitadas e que se destinam atender ao crescimento previsto. Com uma população urbana

²⁰⁰ A TARDE. Curitiba, 6 de abril de 1955, p. 4-5.

de 90.000 habitantes, o que, ao nosso ver, se dará em futuro próximo, face ao progresso que tem alcançado, do sucesso obtido todos os setores de atividades humanas organizadas nesta e em outras iniciativas imobiliárias. [...] Esta nova cidade é, praticamente, o centro geométrico de um quadrilátero de aproximadamente 2.400 km² de superfície, o que equivale a 590.000 acres, dentro das terras de propriedade da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (CMNP), que se estendem às margens do rio Ivaí, afluente do rio Paraná. [...] Cianorte conta aproximadamente com 15.000 alqueires de chácaras e 12.000 lotes urbanos, sendo a área de cidade de 600 alqueires. O clima é bom e possui excelente água. Às chácaras foram reservadas 5.000 alqueires, contando cada unidade com 1,2 e 5 alqueires [...] ²⁰¹.

Por toda década de 1950, anúncios, notas, reportagens veiculadas na imprensa regional consolidaram o ideal de grandiosidade e progresso. Basta ler os títulos: “Cianorte, recém-inaugurada na Zona do Ivaí, é mais uma gigantesca cidade em perspectiva”²⁰²; “Além Ivaí: Cianorte figura em posição vanguardeira na rota das cidades de maior progresso no Norte do Paraná”²⁰³; “Cianorte, a capital do Ivaí, fecunda criação da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná”²⁰⁴. Estas são matérias reunidas pelo Projeto Resgate Cultural. Outras com o mesmo teor, circularam na época em vários estados.

Toda a publicidade paga pela CMNP convenceu pessoas de várias regiões do país e até do exterior a confluírem para a cidade. Há vários exemplos de sua competência em cativar compradores. Daniel Antunes Barbosa conta: “eu levei fé em Cianorte devido à Companhia Melhoramentos, pela sua idoneidade”. Conforme Mateus Biazzzi, “na época falava-se que Cianorte seria a Canaã desta região” (apud MESQUITA, 1995, p. 84-85). Além da confiança na Companhia, os colonos eram atraídos pela euforia da expansão econômica, centrada na cafeicultura e na continuidade da ferrovia (BATALIOTI, 2004).

4.3.3. Cianorte, uma cidade nova

“Cidades novas” é o termo utilizado para designar núcleos urbanos planejados, construídos “conscientemente em resposta a objetivos claramente formulados”. Trata-se de um fenômeno que pressupõe “uma autoridade ou organização suficientemente efetiva para assegurar o lugar, reunir os recursos necessários e exercer um controle contínuo até que a cidade alcance um tamanho viável” (GALANTAY, 1977, p.15).

²⁰¹ Op. Cit., p. 4.

²⁰² A HORA. Maringá, 30 de julho de 1953, Ano I, n. 3, p. 1.

²⁰³ FOLHA DE LONDRINA. Londrina, 31 de julho de 1958, p. 4.

²⁰⁴ O JORNAL DE MARINGÁ. Maringá, 5 de agosto de 1958, Ano VI, n. 1232, p. 5 e 7.

Resumidamente, conceito CNs [Cidades Novas] como núcleos urbanos criados: 1) pelo desejo do poder público ou da iniciativa privada e concretizado em ações específicas; 2) que buscam atender, ao menos de início, a uma ou mais funções dominantes (administrativa, de colonização, ferroviária, de relocação, balneária, satélite etc.); 3) implantados num sítio previamente escolhido; 4) a partir de um projeto urbanístico; 5) elaborado e/ou desenvolvido por agente(s) definido(s) – eventualmente profissional(is) habilitado(s); e 6) em um limite temporal determinado, implicando inclusive em um momento de fundação razoavelmente preciso (TREVISAN, 2009, p. 14).

Para Yamaki (2003), a colonização do norte do Paraná constituiu uma das experiências mais significativas de organização do território e de projeto de cidades novas, realizadas no Brasil, no século XX. Conforme Steinke (2007), Cianorte encontra-se disposta nesta rede, como parte desta porção planejada de forma inédita.

O processo de colonização promovido pela CTNP/CMNP no norte do Paraná, caracterizou-se pela implantação de mais de sessenta cidades, num processo rápido de ocupação e construção. Em pouco tempo, as cidades planejadas tornaram-se grandes canteiros de obras. Neste cenário, a valorização do presente se destaca em meio ao crescimento das cidades e as antigas construções são substituídas ou modificadas num fluxo contínuo. Logo, o panorama das cidades planejadas tem variantes de valor do patrimônio diferente de cidades formadas espontaneamente (FREITAS; SILVA, 2018).

As cidades novas representam um ideal de empreendedorismo, dentro da visão mercadológica comprometida com objetivos em grande escala. Na formação dessas cidades, a expressão de cultura e identidade estão representadas nos edifícios existentes. Os cianortenses pouco conhecem da história local, mas ao referirem-se à cidade, apontam elementos positivos quanto ao aspecto urbano (FREITAS; SILVA, 2018). Varella (1995) explica esta questão a partir da diversidade e dinâmica populacional:

Nosso município não tem tradições marcantes que possam dar uma identidade a sua cultura. Povos de todos os recantos brasileiros aqui estiveram, passaram, foram embora, caminhando com extraordinária mobilidade em tempo muito pequeno de sua existência. Resta no município, um número reduzido de famílias pioneiras e desbravadoras que, por ter origem tão diversa, não conseguiu construir tradições (VARELLA, 1995, p. 62).

Para Lynch (1999), a cidade é uma construção no espaço, não há resultado final, mas sim uma sucessão de fases. Assim, Freitas, Seixas e Dalberto (2016) alegam que Cianorte não está estagnada, segue na linha progressista em que foi formada. Na década de 1990, o poder público passou a incentivar o processo de verticalização no centro. Porém, não houve resposta

positiva do mercado. A partir dos anos 2000, investimentos privados e públicos nas áreas centrais e edifícios, configuram uma nova paisagem urbana.

Na plasticidade diversificada entre o novo e o velho, a imagem da cidade mostra ritmos diferentes convivendo lado a lado. Mas a valorização do presente se destaca no crescimento da cidade, onde as construções antigas são substituídas ou modificadas num fluxo contínuo (FREITAS; SEIXAS; DALBERTO, 2016). Logo, a busca do novo ameaça e desconsidera o que é histórico e que deve ser preservado (DALBERTO, 2009).

Se, por um lado, a história de uma cidade de menos de 50 anos é, em tese, fácil de reconstruir, por outro lado, devido à rapidez com que as transformações ocorrem, muito do que se poderia preservar como fonte de pesquisa se perde. Talvez, seja mais fácil obter um documento sobre o Rio de Janeiro dos tempos coloniais do que a respeito da fase de implantação de uma cidade pioneira da década de 40, no norte do Paraná. Da mesma forma, os vestígios materiais que ficaram dessa época são poucos (LUZ, 1997, p. 7).

Um fato exemplar foi a visita que Ferreira e Lupion (2015, p. 18; 33) fizeram à Prefeitura Municipal de Cianorte, em 30 de janeiro de 2015, onde foram “informados de que praticamente toda a documentação, incluindo imagens, foram descartadas no processo de mudança do prédio antigo para o novo, entre os de anos 2005 e 2008”. Os pesquisadores constataram que “não existe uma medida do governo para preservar a memória do município, visto que parte dos documentos que datam do início da cidade foram jogados no lixo, como se fossem apenas papéis velhos sem importância”.

No caso de Maringá, as substituições das construções de madeira que conformam o tecido urbano estão vinculadas à forma como ocorreu a ocupação local, onde essas edificações eram concebidas com caráter provisório (HOFFMANN, 2005). A concepção de provisório manteve-se no imaginário da população, que almeja o progresso da cidade, como nos primeiros tempos, esquecendo de preservar os testemunhos materiais que revelam sua história. Como Maringá e Cianorte comungam da mesma origem, pode-se criar um paralelo (FREITAS; SEIXAS; DALBERTO, 2016).

Muitas construções em madeira foram demolidas ao longo do eixo principal da cidade. Nos outros dois eixos, as construções mistas restantes, foram bastante alteradas ou demolidas em prol da demanda do mercado imobiliário. Um exemplo, é a demolição de um dos prédios mais antigos do eixo principal, a Casa União de Ferragens, na Avenida Souza Naves. O edifício de arquitetura simples, possuía treliças de madeira feitas pelos primeiros carpinteiros locais (FREITAS; SILVA, 2018). No lugar, construída a segunda filial das farmácias Nissei em Cianorte.

Figura 61: Demolição da Casa União de Ferragens, em Cianorte (2017)



Fonte: arquivos pessoais de Eleutério Langowski apud FREITAS; SILVA, 2018, p. 11.

A urgência de renovar a paisagem urbana e o anseio pelo uso de materiais atuais estão presentes nas cidades do norte do Paraná. “A paisagem das cidades novas é marcada por essa espécie de tripé – construção/ demolição/ reconstrução”. Embora essa ação exista em todas as cidades, “nas cidades novas, tais práticas são intrínsecas à sua condição de terem sido iniciadas no século XX” (PAULA, 2011, p. 15).

A discussão acerca da implantação da cidade e da construção de suas primeiras edificações, está no cerne da questão da preservação do patrimônio histórico ou na falta dela. As professoras não escreveram sobre o assunto porque, entre meados das décadas de 1980 e 1990, quando o Projeto Resgate Cultural organizou a pesquisa, os prédios históricos de Cianorte ainda não estavam desaparecendo diante dos olhos.

Hoje, a destruição do patrimônio histórico é evidente. Por causa do descaso do poder público; do empreendedorismo característico das cidades novas e sua urgência em substituir antigas edificações por prédios modernos e funcionais; e da falta de interesse, conhecimento ou consciência da maior parte da população; dentre outros fatores.

Freitas e Silva (2018) dão o exemplo da demolição da Casa União de Ferragens. Edifício antigo, mas não tombado. Mostramos o caso de um prédio tombado que, apesar das leis que devê-lo-iam proteger, vem sendo descaracterizado. O governo exalta seu status de patrimônio histórico, enquanto propaga as reformas feitas em suas instalações como “melhorias”. Trata-se da primeira igreja de Cianorte, a atual Casa da Memória.

Izaura Varella (2018) reclama da igreja ter sido pintada de azul, uma vez que a cor original era amarelo. Da reforma que trocou o piso, instalou novos assentos, palco e som. E do seu uso para eventos culturais. Afirma que a capela deveria ser um museu, com documentos e objetos dos primórdios da cidade, que contassem a história dos pioneiros. E lamenta que, apesar do tombamento, vem sendo modificada, ao invés de restaurada.

A Casa da Memória Padre Luiz Mark é um resgate do passado e guarda a memória do município, a começar pelo edifício de madeira construído no início dos anos 50, onde funcionou a primeira igreja matriz de Cianorte. Em 1967, a igreja foi transportada do local onde hoje é atual igreja matriz para a Zona Sete, levando o nome de Igreja Sagrado Coração de Jesus. Com a ajuda da Prefeitura Municipal, ela foi reconstruída com uma base mais alta, mas aproveitando a parte de madeira e telhas originais. Também foi pintada nas mesmas cores: azul e branco. A igreja foi tombada em 1990 e em 2002 encerrou as celebrações, passando a ser a Casa da Memória. Em 2006, a construção foi restaurada pelo Instituto Morena Rosa, a fim de conservar o aspecto original. Mantém ainda, uma exposição permanente de fotos que revelam a história da cidade desde a sua fundação. O local tem capacidade para 150 pessoas. E se tornou palco para as apresentações artísticas de Cianorte. A Casa da Memória ganhou painéis nas janelas e um novo sistema de som para proporcionar um ambiente adequado para os artistas e expectadores²⁰⁵.

Estivemos na Casa da Memória, juntamente com Izaura Varella, em julho de 2017. Estávamos a procura dos arquivos do Projeto Resgate Cultural e, da prefeitura, fomos mandadas ao local, onde poderiam estar as fotografias antigas. Não havia nenhuma exposição. Nem acervo, depósito, uma imagem sequer! As “fotos que revelam a história da cidade desde a sua fundação” são expostas somente em períodos comemorativos e, nos últimos anos, no Centro de Eventos Carlos Yoshito Mori²⁰⁶.

Não encontramos referências acerca da cor original, apenas sobre a “igrejinha azul”²⁰⁷. “A primeira igreja levantada na cidade, conhecida hoje como ‘igreja de madeira’ ou ‘igrejinha azul’ foi um dos poucos edifícios propostos no plano original da cidade que realmente foram executados” (FREITAS; SEIXAS; DALBERTO, 2016, p. 12). Por isso, decidimos comparar imagens da igreja da década de 1950 com a atual.

²⁰⁵ Disponível em: <https://cianorte.pr.gov.br/sobre/turismo-em-cianorte> Acesso em 20/12/2020.

²⁰⁶ Lembramos que a saleta no centro de eventos, onde encontramos as fotografias, em 2013, não existe mais. Ainda tivemos sorte, pois Ferreira e Lupion, que chegaram dois anos depois, não encontraram nada.

²⁰⁷ A não ser referências da própria Izaura Varella. Em sua coluna “Crônicas da Cidade”, na Folha Regional de Cianorte, enfatiza qual era a cor da igreja, escrevendo em caixa alta: “O povoado precisava de uma igreja e a pequena Igreja Nossa Senhora de Fátima, de madeira, foi levantada à custa de rifas e doações no meio do pequeno bosque, hoje Bosque “João XXIII”. E A LINDA IGREJINHA NÃO ERA AZUL, era pintada de amarelo clarinho, uma tinta muito comum da Companhia Melhoramentos para pintar suas construções!” Disponível em: <https://folhadecianorte.com/a-saga-de-uma-cidade/> Data de acesso: 29/01/2021.

Figura 62: Primeira Igreja Matriz de Cianorte (1958)



Fonte: PREFEITURA DE CIANORTE.

Fonte: Acervo pessoal de Eleutério Langowski.

Figura 63: Casa da Memória (sem data)



Fonte: Sindicato dos Empregados em Turismo e Hospitalidade de Umuarama²⁰⁸.

Originalmente em preto e branco, as primeiras fotografias foram amareladas pelo tempo. No cenário bege, destaca-se a vegetação mais escura ao fundo. Se a igreja original fosse pintada de azul, como a atual, apareceria em um tom semelhante ao verde das árvores. Usamos um programa de edição de imagens para “envelhecer” a quarta foto, a partir da terceira, tirada recentemente, aplicando o filtro “sépia”. Na foto editada, a cor da igreja se assemelha à das árvores ao redor. Deste modo, comprovamos que a primeira igreja de Cianorte foi originalmente pintada com uma cor clara. Portanto, o azul que recobre as tábuas descaracteriza o patrimônio material desta cidade nova, que quase não tem nada preservado. E ainda destrói o que tem:

Na madrugada do último sábado [30/08/2014], a Casa da Memória de Cianorte sofreu com a ação criminosa de vândalos que jogaram querosene e atearam fogo na lateral da edificação. A atitude não teve consequências graves, graças à boa ação de pessoas que passavam pelo local no momento do incidente e moradores da região²⁰⁹.

²⁰⁸ Disponível em: http://www.sethosu.com.br/?page_id=12 Data de acesso: 30/12/2020.

²⁰⁹ Disponível em: <https://www.cianorte.pr.gov.br/noticia/vandalos-ateiam-fogo-na-casa-da-memoria> Data de acesso: 30/12/2020.

O paisagismo é outra característica das cidades novas. O crescimento acelerado concomitante ao desmatamento, contribuiu para o interesse por jardins e parques, que têm como modelo paisagístico os jardins ingleses do século XVIII. Essas miríades de pequenos fragmentos vegetais estão inseridas em Maringá e Cianorte (SOUZA, 2010).

No intuito de repor parte da vegetação suprimida, nos processos construtivos das cidades, reinventa-se o elemento verde aceitável, sob forma de paisagismo, em busca de um passado natural (SPÓSITO, 2003). Em Cianorte, a devastação das matas foi rápida e o paisagismo se fez presente cedo. Como anuncia esta nota, intitulada “Urbanização”²¹⁰:

A sede do Município recebeu inúmeras melhorias [...]. Ruas e Avenidas arborizadas. Ajardinamento das principais artérias da cidade. Colocação de meios-fios [...]. Brevemente serão iniciados os serviços de colocação de passeios em toda Avenida Lovat e adjacências. Outros melhoramentos urbanos [...] serão cumpridos ainda neste governo.

Concluimos que a cidade, como lugar de memória, liga indivíduos, famílias e grupos sociais, de modo que não permite que suas memórias fiquem perdidas no tempo, ancorando-as no espaço. As relações sociais de um lugar são o que fazem surgir a memória coletiva, ainda que seja de dominação, cooperação ou conflito. Mesmo que nem todas as memórias sejam registradas, fragmentos perpetuam vestígios do passado na paisagem e nas instituições, muitas vezes ligada a estruturas de poder (ABREU, 1998). Assim explica-se o parco patrimônio material de Cianorte. A primeira igreja, ligada ao poder simbólico da religiosidade. A primeira prefeitura, que remete ao capital político. Há mais algum exemplo?

Uma vez discutidos os aspectos geográficos do município, como relevo, hidrografia, solo, vegetação, clima e agricultura, sob a perspectiva da História Ambiental; os movimentos populacionais, caracterizados pela exclusão dos indígenas e caboclos de seus territórios, diante do intenso fluxo migratório provocado pela propaganda das companhias colonizadoras, que prometiam facilidades de pagamento para aquisição de terras férteis e livres de litígio, tendo como consequência o crescimento demográfico e a rápida urbanização da região; fenômenos que contribuíram para a construção de cidades modernas, que primavam (e ainda primam) pelo progresso em detrimento da preservação do patrimônio material; adentramos na história política de Cianorte, entre as décadas de 1950 e 1970, indo além das disputas de poder, buscando analisar a cultura, o cotidiano, enfim a vida em sociedade dos primeiros habitantes.

²¹⁰ O ESPINHO. Cianorte, 26 de julho de 1958, Ano I, n. 8, p. 1.

CAPÍTULO V. A CONSTRUÇÃO DA HISTÓRIA OFICIAL DE CIANORTE (1953-1975)

Neste capítulo, relacionamos a produção historiográfica sobre a cidade – tanto o livro “Cianorte, sua história contada pelos pioneiros”, quanto os estudos que nele se basearam – com as fontes reunidas pelo Projeto Resgate Cultural. Com o objetivo de compreender o que foi preservado, o que foi ocultado, o que foi reproduzido, o que foi distorcido, enfim, as semelhanças e as diferenças entre a memória histórica, a memória individual, a memória coletiva e a memória institucional.

Analizamos as narrativas dos pioneiros acerca da fundação e desenvolvimento inicial de Cianorte, traçando uma breve biografia dos depoentes citados e envolvidos no processo de colonização da região. Atentamos para a abertura das picadas na mata, de estradas e ruas; os primeiros meios de transporte; as dificuldades de locomoção entre rios, poeira e encalhes; as primeiras construções e seus proprietários; enfim, o cotidiano dos habitantes de uma cidade no meio do mato que não tinha nada! O destaque é para a inauguração da cidade: o famoso churrasco realizado em meio a uma clareira na floresta. Evento detalhados nos relatos, na propaganda da imprensa e nas fotografias.

A partir da perspectiva da Nova História Política, buscamos estudar as gestões municipais de 1955, quando Cianorte foi elevada à categoria de município, até 1982, quando o Projeto Resgate Cultural já dava seus primeiros passos. Os depoimentos de contemporâneos, as notícias na imprensa exaltando as realizações de cada prefeito (ou a crítica pela falta destas), estruturam esta parte do capítulo, complementada por imagens e pela bibliografia disponível – principalmente nas gestões que possuem poucas fontes.

Com relação ao contexto histórico, ampliamos o foco da história regional, para a história nacional, devido à Ditadura Militar. Regime de exceção que ambientou três dos seis governos municipais analisados, influenciando os rumos da política local – inclusive, a perseguição aos ditos comunistas. Em suma, abordamos desde as discussões de gabinete até as anedotas que permeiam o imaginário popular, inclusive os mitos fundadores, ainda hoje exaltados.

Por fim, inserimos os documentos e a produção do Projeto Resgate Cultural em seu “lugar de fala”, o contexto de rememoração e comemoração do passado da cidade, em conformidade com a visão da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, cujo livro (1975) embasa a contextualização histórica fomentada pelas professoras Helena Cioffi, Irene Gimenes Praxedes, Wilma Kobayashi Mesquita e Izaura Aparecida Tomaroli Varela, idealizadoras e responsáveis pelo desenvolvimento desta pesquisa.

5.1. Narrativas sobre a fundação do Patrimônio de Cianorte (1953-1955)

5.1.1. O desbravamento

O patrimônio de Cianorte foi fundado em 26 de julho de 1953, pela Companhia Melhoramentos Norte do Paraná que, antes da demarcação, já cuidava destas terras enviando fiscais e fazendo aberturas nas matas (MESQUITA, 1995). Um desses fiscais, Oscar Boeing, descreve o trabalho realizado por volta de 1949:

[...] A Companhia ainda estava com sede em Mandaguari. Nós morava [sic] em Mandaguari. Então, a gente vinha de automóvel, pé de bode, até o rio Ivaí, e de lá pra cá a gente vinha a cavalo. Tinha um fiscal que se chama Armando Borrasca, ele morava aqui [...]. Toda segunda-feira, ele esperava alguém lá no rio, porque a gente atravessava de bote. E tinha dia em que [...] vinha eu, outra vez vinha o Wilson Varella, [...] e outros fiscais que ajudavam na fiscalização. E a gente vinha aqui localizar intrusos, baixadas de águas, essas coisas assim, né? Andava a cavalo por aqui, andava a pé também por meio dos matos, com picadeiro na frente. [...] Não existia nada, nem demarcação. [...] Nem se falava em Cianorte. [...] A gente vinha segunda-feira, passava a semana toda, [...] sábado cedo, a gente voltava lá para o rio Ivaí. E vinha um pé de bode de Mandaguari, pegar a gente lá do outro lado (BOEING, 1987).

O primeiro ponto de apoio da abertura da cidade, denominado “15 alqueires”, localizado na cabeceira do ribeirão Cristalina, data de fins de 1948, onde CMNP construiu uma serraria (MESQUITA, 1995). O fiscal geral responsável por Cianorte, Wilson Varella (1984), relata: “foi feita uma abertura [...], derrubado e plantado pasto e, nessa ocasião, morava em Mandaguari e vinha aqui abrir os 15 alqueires, passando de canoa pelo rio Ivaí, puxando animal dentro da água [...] para mostrar aos empreiteiros, onde ia fazer a derrubada”.

Oscar Boeing (1987) acrescenta que “quem vinha pra cá, pra Cianorte, então falava: ‘você vai para os 15 alqueires’ [...]. A gente sabia que era aqui, porque não tinha outro nome.” Sabemos que o nome se originou do endereço telegráfico da Companhia, formado por suas iniciais: Cia Norte. Mas como isto ocorreu? Quem o escolheu?

Varella (2012, p.6) acredita que “provavelmente, trata-se de alguém ligado ao setor de topografia do escalão mais alto da Companhia”, ou usuários que procuravam se comunicar com a Companhia através da sigla Cia Norte, até que a sigla se popularizou e passou a identificar o nome do município. Na realidade, foi mais simples. Paulo de Moraes Barros Neto (1984) esclarece: “foi uma sugestão dada por amigos nossos, que frequentavam Maringá na época do planejamento da cidade [...] “não sei especificamente qual deles”. Os amigos eram fazendeiros que, em uma reunião informal, comentavam “o próximo projeto de cidade” da CMNP.

A rodovia que liga Maringá a Cianorte, atual PR 323, foi construída no início da década de 1950, pela CMNP. De acordo com Cioffi (1995, p. 264), o sistema viário era precário. “Todo esforço empreendido pela Companhia [...] para conservar a estrada em condições de tráfego era inútil diante das chuvas que caíam com intensidade no verão e no início do outono. No período de estiagem, os areões que se formavam também atrapalhavam o trânsito”. O “pioneiro Francisco Pedro da Silva, peão da Companhia Melhoramentos”, relata:

Nós viemos fazendo a estrada de Maringá. Em fins de 1951, nós chegamos na barranca do rio Ivaí. Dali nós viemos com a estrada até o rio Ligeiro. Viemos com ela até a estrada da cidade. Voltamos para Jussara e começamos aquela estrada cruzando a estrada de ferro e saímos nessa que vem pelo asfalto. A estrada Cristalina, como é conhecida hoje. Tudo mato! Viemos acampar aqui no [rio] Bolívar [...] (CIOFFI, 1995, p. 264).

A ponte sobre o Rio Ivaí foi inaugurada em 1956. Até então, a travessia era feita por meio de uma balsa²¹⁰. Construída por Tokuiti Kumamoto²¹¹, a balsa era propriedade da CMNP, que arrendava o serviço para terceiros (CIOFFI, 1995). Sua instalação foi autorizada por um departamento da Marinha, sediado em Guaíra, também responsável por realizar inspeções periódicas, a fim de garantir a segurança dos usuários (ABREU, s/d). Sobre seu funcionamento:

[...] tinha um motor a diesel, para poder impulsionar a balsa a atravessar o rio [...]. A função do cabo de aço que atravessa todo o rio, é apenas guiar e segurar a balsa para não descer rio abaixo. Essa própria balsa que era ligação Maringá-Cianorte, uma vez foi parar lá embaixo do rio, totalmente destruída. Quando o rio começava a encher, chegava em um determinado nível que já parava o serviço de balsa. Então, normalmente quando ocorria esses desastres, a balsa não estava funcionando (ABREU, s/d).

Responsável pela abertura da cidade, Barros Neto (1984) conta que, entre 1953 e 1954, viajava a serviço de Maringá para Cianorte todos os dias, “vinha de manhã e voltava à tarde”. Ao contrário da maioria dos depoentes, que reclamava das péssimas condições das estradas, ele alega que eram “muito bem conservadas pela Companhia”²¹². Com algumas ressalvas:

A demora era na balsa, devido a quantidade de veículos que sempre estavam esperando [...]. Nas épocas de chuva, as viagens se tornavam muito demoradas, porque na região de terra roxa, mesmo muito bem conservadas, as estradas não eram cascalhadas. Então, havia um grande problema, os

²¹⁰ Disponível em: <http://www.maringahistorica.com.br/2020/01/inauguracao-da-ponte-do-rio-ivai-1956.html>
Data de acesso: 10/12/2020.

²¹¹ Segundo Wilson Varela (1984), a balsa construída pelo desce de japoneses, saía do Porto Andirá, atravessava o Rio Ivaí e atracava próxima à olaria da Companhia. Em 23 de abril de 1951, construíram uma maior.

²¹² Ao destacar a conservação das estradas, Barros Neto (1984) se contradiz: “houve épocas que levávamos de Maringá a Umuarama quase seis horas, por causa das condições da estrada, apesar da conservação. Mas o tráfego era muito intenso a estrada não conseguia se manter em boas condições, era uma estrada primitiva aberta na mata”.

caminhões acabavam atolando. A balsa sempre sofria transtornos pela alta do Rio Ivaí, que subia com muita frequência (BARROS NETO, 1984).

Outros depoentes confirmam que as estradas eram intransitáveis²¹³, como João Cioffi Neto: “passamos pelo rio Ivaí de balsa, porque ainda não existia a ponte. Quando chovia, a situação era precária, principalmente naquele trecho de Maringá até Jussara [...]. Eram estradas de terra roxa e o trânsito era impraticável na estação das chuvas” (apud CIOFFI, 1995, p. 270).

Barros Neto (1984) viajava de jipe, acompanhado de outros engenheiros da CMNP. “Em 1953, com o senhor Manuel Mesquita. [...] A partir de 1954, com o Pedro Garcia de Abreu. [...] O tempo de viagem variava conforme as condições das estradas. Levava em torno de [...] uma hora e meia a duas horas, por conta da travessia da balsa”. De acordo com Abreu, “se você chegasse no ponto de embarque da balsa logo após ela ter saído, teria que esperar uma hora”.

Figura 64: Transporte de café, balsa do Rio Ivaí (1960)



Figura 65: Ponte do Rio Ivaí (1960)



Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE CIANORTE

Grande parte das informações sobre os primeiros anos da cidade foram fornecidas por Paulo de Moraes Barros Neto. Nascido no dia 31 de agosto de 1922, em São Paulo, o engenheiro agrônomo formado em Piracicaba, pela Escola de Agricultura Luiz de Queiroz, foi contratado pela CMNP em 1953, para “abrir a região de Cianorte”.

[...] na época, Cianorte era toda coberta de mato e a Companhia estava iniciando os serviços nessa região. A Companhia acreditava que pela extensão de sua área, seria preciso dividir os serviços entre Maringá e Cianorte e, para isso, seria necessário criar um escritório em Cianorte. E eu fui contratado para dirigir esse escritório em Cianorte (BARROS NETO, 1984).

²¹³ Mesquita (1995, p. 85) resume a situação: “De Maringá à Cianorte, eram 100 quilômetros de estrada de rodagem [...] sendo necessário transpor o rio Ivaí por meio de uma balsa, até atingir o núcleo de Cianorte. O percurso era demorado, dependendo das condições da estrada que ficava escondida por nuvens de poeira durante a estiagem. Em dias de chuva, os veículos caíam nos barrancos ou fechavam a estrada, impedindo a passagem de outros veículos. Formava-se então, enorme fila de caminhões, ônibus e outras conduções, que não podiam atravessar e levavam-se muitas horas ou até dias para sair do encalhe”.

Barros Neto estagiou em Maringá, ao lado de Alfredo Nyffeler. Depois, radicou-se em Cianorte e assumiu “todas as responsabilidades administrativas e comerciais nas áreas situadas a margem esquerda do rio Ivaí”. A frente do escritório de Cianorte, “além de distribuições ligadas à atividade agrícola e pecuária, dirigia a colonização da Gleba Cruzeiro, com autoridade também sobre as indústrias de madeira e de cerâmica, sobre os trabalhos de abertura e conservação de estradas, bem como de supervisão da área” (CMNP, 1975, p. 122). Sua esposa, Helena de Moraes Barros (1984) conta como vieram para Cianorte:

O tio do meu marido, Doutor Gastão Mesquita – nós chamamos tio, mas é parente apenas – precisava de uma pessoa para vir abrir Cianorte. E como meu marido já tinha gerido a fazenda do pai dele e tinha tido sucesso [...], ele achou que era uma oportunidade boa. E nós também gostamos muito.

Paulo de Moraes Barros Neto faleceu em 29 de janeiro de 2018, aos 95 anos, conforme o Requerimento n. 012/18,²¹⁴ através do qual a Câmara Municipal registrou seu voto de pesar. Em 02 de fevereiro de 2018, Izaura Varella publicou em sua coluna, na Folha de Cianorte²¹⁵, um texto lamentando a perda de “um amigo lúcido e produtivo até os últimos dias de sua vida”.

Desde criança, me lembro da figura do Dr. Paulo. Eu morava em frente à porta principal da Companhia, [...] via-o chegar [...]. Cumprimentava a gente levantando o olhar e depois entrava por aquele portão onde ficava seu escritório. [...] Reservado, falando pouco e falando de manso, mas sempre com muita propriedade, Dr. Paulo conquistou o respeito de toda a população [...]. Ele foi durante muitos anos uma referência histórica para os cidadãos que aqui chegavam. Informações de terras, de lotes, de compras e vendas? “Vai na Companhia falar com o Dr. Paulo”. [...] Não é possível falar da história de Cianorte, sem falar do cidadão Dr. Paulo.

Outro depoente relevante é Wilson Ferreira Varella. Nasceu em Muriaé, Minas Gerais, em 06 de fevereiro de 1913. Morou em Santo Amaro, São Paulo. No Paraná, passou por Cornélio Procópio, Londrina, Marialva e Maringá, antes de se fixar em Cianorte, onde foi prefeito (1955-1959) e vereador (1959-1963) (VARELLA, 1984). Homenageado no almoço do cinquentenário da CMNP (1995, p. 186), recebeu um relógio folheado a ouro e um diploma de honra ao mérito, pelos 42 anos de serviços prestados. Ele orgulha-se deste trabalho:

No meu tempo, quando comecei a abrir estradas, começando de Londrina. Me exibindo um pouco, agora no dia 11 de setembro deste ano, completarei 50 anos na Companhia Melhoramentos. Naquela época, quando trabalhava com

²¹⁴ Disponível em: https://www.camaracianorte.pr.gov.br/temp/31122020142427arquivo_0012-2018.pdf Data de acesso: 30/12/2020.

²¹⁵ Disponível em: <https://folhadecianorte.com/dr-paulo-de-moraes-barros-neto-nosso-legitimo-pioneiro-e-desbravador/> Data de acesso: 30/12/2020.

turmas, cheguei a abrir [...] um quilômetro de estrada por dia! Pronta! Embaulada, desmatada, 3 metros de cada lado! (VARELLA, 1984).

Mesquita pergunta-lhe: “que trabalhos realizou nos primórdios da cidade? O senhor praticamente fez de tudo, né?” Ele concorda: “fiz, no começo da cidade”. Porém, na sequência, diz que só contratava os trabalhadores, enquanto descreve a abertura de Cianorte: “primeiro, abrem-se as ruas já preparadas pelo engenheiro, as derrubadas nos quarteirões e depois a demarcação das datas para venda [...]. Apenas a minha parte era arranjar quem fizesse o serviço, os empreiteiros, e entregar à sessão de vendas, os terrenos derrubados” (VARELLA, 1984).

Wilma Mesquita procede enaltecendo seu papel: “Já me falaram também que o pessoal que veio para cá não aguentou continuar a viagem de reconhecimento da mata. Só o senhor e o Dr. Hermann tiveram a coragem de andar”. Dessa vez, Wilson Varella apenas usa o pronome “nós”, sem especificar se o diretor da CMNP, estava com ele:

O reconhecimento foi feito a pé e a cavalo, por ter lugares intransitáveis. Mesmo a pé havia dificuldade para se romper as picadas sujas. Praticamente, íamos a procura de algum sinal de foice ou facão, para saber se estava no rumo certo [...]. Muitas vezes, nos perdemos nas picadas. A dificuldade em achar de onde tínhamos vindo ou onde se iria e isso nos preocupava [sic]. Quando são picadas novas têm rumo marcado. Porém, quando já é mais antiga, ela fecha, dado à vegetação, e se perde o rumo (VARELLA, 1984).

Certamente, ao falar do pessoal que não conseguiu proceder com a viagem, Mesquita refere-se aos altos funcionários da CMNP. A coragem dos empreiteiros não é referenciada. Apesar de Varella (2018) deixar trabalho deles implícito, ao enumerar as ferramentas usadas nas derrubadas: “Enxada, pá, picareta, foice. [...] Hoje é feita por tratores. Naquele tempo, o serviço era manual e o serviço era pesado”. Dificuldades endossadas por Karol Kopzynsk:

Fizemos a viagem em cima de caminhão. Viemos parar aqui em Cianorte. O primeiro ano foi difícil, o mato tudo em pé, derrubar tudo de machado, roçar. Não tinha motosserra. Pegava o machado, roçava uns cinco ou seis dias e depois derrubava (KOPZYNSK apud MESQUITA, 1995, p. 89-90).

Animais, jipes e até um “pé de bode a gasogênio” eram os primeiros meios de transporte. Indagado se havia tropas de muares em Cianorte, Varella (1984) confirma: “Os animais cargueiros eram o ponto de apoio para os transportes dos agrimensores, pioneiros, porque o caminhão não ia até onde terminava a estrada. Dali pra frente, iam os cargueiros até o acampamento”. Wilma Mesquita lembra-se das primeiras conduções. “Porque o senhor está falando que o caminhão chegava num ponto e depois só o cargueiro, quando começaram a transitar os jipes, aqui? Por que numa época, só jipe para andar nessa região. Varella esclarece:

Em 1952, em Maringá, a condução principal era o jipe. Mas eu tenho o prazer de ter comprado um pé de bode a gasogênio, foi o primeiro veículo. [...] Um automóvel transformado em caminhoneta. Na ocasião da guerra, puseram gasogênio. Tinha caldeira com coador para coar o gás que vinha com cinza. Se passasse a cinza, não funcionava o carro. E quando o carvão estava terminado, abria a tampa e tirava o resíduo de lá de dentro. Se entrasse ar, explodia, incendiava. [...] A pessoa que já tinha prática, abria, não explodia. [...] Felizmente, eu conhecia o segredo (VARELLA, 1984).

Sobre a aquisição de muares, Varella (1984) explica que “a Companhia comprava os animais para uso dela, mas não havia comércio. E quando começou vir de Guarapuava, Campo Mourão, esses comerciantes de animais, troca e venda, começou bem depois”. Por fim, questionado se conheceu algum tropeiro e qual era o trabalho feito por eles, responde:

Tive diversos contatos [...]. Os tropeiros mudavam de um lugar para outro com minhas ordens, minhas instruções. [...] Mas não me recordo o nome deles. [...] Esses tropeiros que cuidavam dos animais da Companhia, não tinham conhecimento [...]. Não tinha muita gente especializada, [mas] todo mundo tinha boa vontade. [...] Lidar com tropas, com cargueiros. Transportar, serviço de carroça, carroceiro também. Porque tropeiro e carroceiro, esse título não tem muita diferença (VARELLA, 1984).

Embora supervisionasse os tropeiros, Wilson Varella não lembra do nome de nenhum. Nem explica corretamente quais eram suas funções, ao confundir “tropeiro” com “carroceiro”²¹⁶. Soubemos o nome de um tropeiro, graças ao depoimento de Manuel de Almeida Pina (1987): “Quando eu cheguei aqui, só havia um fundador primeiro que eu, o João Avelino. [...] Ele era tropeiro [...], trabalhava na chácara da Companhia Melhoramentos, [...] com tropa, levando mercadoria pra peão e engenheiros, indo por essas picadas aí pelo mato”.

5.1.2. A inauguração

Sobre a inauguração de Cianorte, temos convites enviados pela CMNP a autoridades e instituições e agradecimentos recebidos em troca; propagandas em jornais que enaltecem o evento; testemunhos dos organizadores, trabalhadores, convidados; e fotografias do churrasco. Em 20 de julho de 1953, a CMNP convidou o presidente da Câmara Municipal de Maringá, vereadores e familiares para o “grande churrasco comemorativo da inauguração da cidade”.

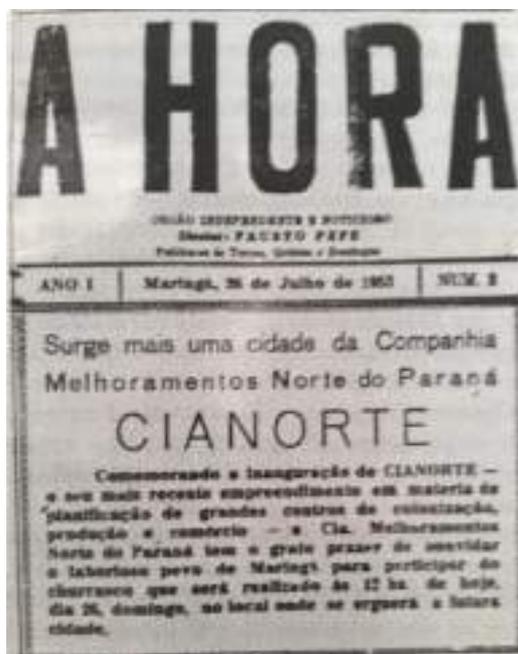
²¹⁶ Carroceiro é condutor de carroça; quem faz fretes com carroça. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/carroceiro/> Data de acesso: 10/12/2020. Tropeiro é aquele que conduz uma tropa, principalmente de equídeos; que conduz bestas de carga ou manadas de gado grosso, como cavalos e bois; que negocia gado; empresário de transportes. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/tropeiro/> Data de acesso: 10/12/2020.

No dia 22, o juiz de Direito da Comarca de Apucarana, Miguel Thomaz Pessoa²¹⁷, agradeceu por escrito o convite a ele dirigido. Na mesma data, o Banco Moreira Salles confirmou presença: “teremos o prazer de compartilhar dos festejos comemorativos de inauguração da cidade de Cianorte²¹⁸”. No ofício nº 30 de 29 de julho de 1953, a Associação Comercial de Maringá agradeceu o “amável convite” e alegou ter sido representada na festividade por Amâncio Marques Dias, presidente, e Ivan Neves Pedrosa, consultor jurídico, “os quais se viram cercados com gentileza e finesa de trato”.

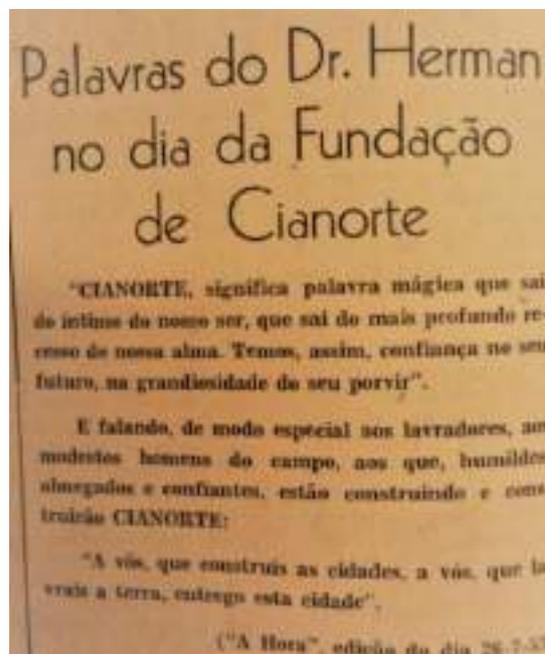
Em 23 de julho de 1953, o jornal A Hora anunciou: “Mais uma grande cidade no norte paranaense”²¹⁹. No dia 26 de julho, publicou a manchete na primeira página: “Surge mais uma cidade da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná: Cianorte”²²⁰. Seguida da ementa:

Comemorando a inauguração de CIANORTE – o seu mais recente empreendimento em matéria de planificação de grandes centros de colonização, produção e comércio – a Cia. Melhoramentos Norte do Paraná tem o grato prazer de convidar o laborioso povo de Maringá para participar do churrasco que será realizado às 12hs. [sic] de hoje, dia 26, domingo, no local onde se erguerá a futura cidade.

Figura 66: A Hora (26/07/1953) e Tribuna de Cianorte (26/07/1968)



Fonte: MESQUITA, 1995, p. 89.



Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE CIANORTE.

²¹⁷ Miguel Thomaz Pessoa nasceu em Curitiba, no dia 07 de junho de 1914. Em 1938, formou-se Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Paraná. Em 1948, foi nomeado juiz substituto da comarca de Bandeirantes. Em 1950, exerceu o cargo de juiz de direito nas comarcas de Rebouças, Morretes, Wenceslau Braz e Apucarana. Em 1968, foi nomeado desembargador do Tribunal de Justiça do Estado. Aposentou-se em 1984 e faleceu em 24 de fevereiro de 1990. Disponível em: <https://www.tjpr.jus.br/desembargadores/> Data de acesso: 27/12/2020.

²¹⁸ Cf. resposta do Banco Moreira Salles ao convite da CMNP no Capítulo I, figura 17, página 40.

²¹⁹ A HORA, Maringá, 23 de julho de 1953, Ano I, n. 1, p. 8.

²²⁰ Ibid., p. 1.

A primeira imagem é a capa desta edição de A Hora, reproduzida no livro “Cianorte, sua história contada pelos pioneiros”. Ao lado, um trecho do discurso proferido no dia da inauguração, pelo diretor da CMNP, Hermann Moraes Barros, extraído do mesmo jornal, que foi publicado novamente pela Tribuna de Cianorte²²¹, no dia 26 de julho de 1968.

Em 26 de julho, o Maringá Jornal escreveu uma página inteira sobre a inauguração de “mais uma cidade da CMNP”²²². Na edição de 28 de julho, a Folha de Londrina noticiou: “Brilhante acontecimento: a inauguração da Cidade ‘Cianorte’”²²³. No dia 30, com o título: “Cianorte, recém-inaugurada na Zona do Ivaí, é mais uma gigantesca cidade em perspectiva”²²⁴, A Hora informou: “o churrasco de domingo último, que contou com a presença de altas personalidades, inclusive o renomado escritor e professor da Universidade de Princeton, Otto Piper²²⁵”. Texto republicado na edição comemorativa de 15 anos da Tribuna de Cianorte²²⁶:

Figura 67: Edição Comemorativa da Tribuna de Cianorte (26/07/1968)



Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE CIANORTE.

²²¹ TRIBUNA DE CIANORTE, Cianorte, 26 de julho de 1968, Ano III, n. 74, p. 16.

²²² MARINGÁ JORNAL, Maringá, 26 de julho de 1953, s/n, p.7.

²²³ FOLHA DE LONDRINA, Londrina, 28 de julho de 1953, Ano VI, n. 647, p. 5.

²²⁴ A HORA, Maringá, 30 de julho de 1953, Ano I, n. 3, p. 1.

²²⁵ Otto Alfred Piper nasceu em 29 de novembro de 1891, em Lichte, Alemanha. Mudou-se para os Estados Unidos em 1937 e naturalizou-se em 1942. Faleceu em 12 de fevereiro de 1982, em Princeton, Nova Jersey. Para mais informações sobre sua formação e atuação acadêmica, ver: https://prabook.com/web/otto_alfred.piper/678174

²²⁶ TRIBUNA DE CIANORTE, Cianorte, 26 de julho de 1968, Ano III, n. 74, p. 6.

A Folha de Londrina, em 7 de agosto, publicou uma nota na capa, sobre a inauguração de Cianorte: “Churrasco realizado a sombra das árvores e animada palestra entre os Srs. Diretores da CMNP, Gastão Mesquita, Alfredo Nyffeller, Hermann Moraes de Barros”. O texto continua na página 5, onde lê-se: “Cianorte, hino e fé no destino grandioso do Paraná. Cometimento que confirma a decisão inabalável da gente do setentrião em continuar sua obra ciclópica e extraordinária – A seiva estuante”²²⁷. Discursos pomposos como este repetem-se em outros impressos arquivados pelo Projeto Resgate Cultural.

Tais elogios não saíram de graça. Em um manuscrito sem data, com o cabeçalho: “Despesas churrasco Cianorte”, consta o valor pago à imprensa. A Hora recebeu C\$ 1.500,00; o Maringá Jornal, C\$ 2.000,00; e a Folha de Londrina, C\$ 8.000,00. Um impresso denominado “O Jornal”, do qual não encontramos nenhum exemplar, C\$ 2.200,00. À Rádio Cultura de Maringá foi pago C\$ 720,00. Alto-falantes em Peabiru e Campo Mourão custaram C\$ 80,00 e C\$ 30,00, respectivamente. Apenas a cidade de Jussara, o Aero Clube Maringá e o Avião Londrinense não cobraram pela divulgação do evento.

Também foram listados custos com tipografia e alimentos. Cinquenta mil impressos saíram por C\$ 1.950,00. Um frigorífico não nomeado recebeu C\$ 17.000,50 por 850 quilos de carne e C\$ 1.850,50 por 50 quilos de linguiça. Dois mil pães, de um estabelecimento cujo nome é ilegível, custaram C\$ 2.000,00. Coelho aparece por último, sem valor ao lado, o que nos leva a pressupor que se trata de carne de caça, comum na época. Uma cooperativa sem nome cedeu materiais não identificados, temperos e bebidas.

Os gastos com mão de obra totalizaram Cr\$ 6.500,00, conforme um documento datilografado de 5 de agosto de 1953, intitulado “Relação das pessoas que trabalharam no churrasco em Cianorte”. Cada uma recebeu Cr\$ 100,00, exceto João Ribeiro de Barros e Antonio Dalio de Azevedo que receberam Cr\$ 300,00 e Cr\$ 200,00, respectivamente. Como o trabalho desempenhado por cada um não foi especificado, não sabemos o motivo do pagamento deles ter sido mais alto. A relação traz 62 nomes, alguns por nós conhecidos: Oscar Boeing, Wilson Varela, Armando Borrasca, João Avelino e Paulo de Moraes Barros Neto.

As imagens mostram que o churrasco foi mais simples do que as descrições divulgadas na imprensa. Realizado em uma clareira no meio da floresta, não tão magnífica, haja vista os tocos circundando o local, que ainda serviram como bancos. Não obstante tenham sido tiradas várias fotografias, somente uma foi reproduzida no livro²²⁸. Mas uma imagem não é suficiente para captar o discurso por trás da visão do evento. Graças às demais, percebemos que só os

²²⁷ FOLHA DE LONDRINA, Londrina, 7 de agosto de 1953, Ano VI, n. 653, p. 1 e 5.

²²⁸ Cf. MESQUITA, 1995, p. 88; ou Capítulo I, figura 16, página 39.

convidados “ilustres” foram retratados de perto e tiveram seus nomes indicados no verso. As pessoas comuns permaneceram anônimas, sem registro. Fotografadas de longe, em grupos, sentadas no chão, em mesas afastadas, de costas, trabalhando, desfocadas ao fundo.

Figura 68: Churrasco de inauguração de Cianorte, Waldomiro Babbkoff e dona Angelina (1953)



Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE CIANORTE.

Tivemos dificuldades para descobrir o nome correto do senhor desta foto, de origem russa. No verso, lê-se “Waldomiro Babbkoff”. No livro, “Wladimir Babikoff” (MESQUITA, 1995, p. 91). Na publicação da CMNP (1975), consta tanto “Vladimir Babkov” (p. 7; 184; 187) e “Wladimir Babkov” (113; 246); quanto “Waldomiro Babcov” (p. 122; 124) e “Waldomiro Babkov” (p. 134; 181). Nesta, seu rosto foi estampado entre os grandes nomes da Companhia.

Figura 69: Waldomiro Babkov, engenheiro da CMNP



Fonte: CMNP, 1975, p. 134.

Na internet, encontramos todas estas formas escritas. Pensamos que poderiam ser duas pessoas, talvez irmãos. As dúvidas foram sanadas por Miguel Fernando Perez Silva, historiador e ex-secretário de Cultura de Maringá, ao esclarecer que Valdomiro é uma versão abrigada de Vladimir. Adotamos a grafia de seu site, “Maringá Histórica”, “Vladimir Babkov”.

Izaura Varella (2020) conta que “Valdomiro era engenheiro civil da Cia Melhoramentos e morava em Maringá. Mas eventualmente dava assistência em Cianorte”. Conforme Pedro Garcia de Abreu, era chefe do departamento de topografia²²⁹. Segundo a CMNP (1975), Babkov acompanhou desde o início os trabalhos e chefiou por longos anos as equipes técnicas. Engenheiro topógrafo, foi contratado em 1944, como colaborador do chefe do Departamento Técnico de Mandaguari, Nivaldo Gandra. Sob a supervisão de Manoel Mendes Mesquita, realizou o Plano Diretor de Umuarama. Aposentou-se com 32 anos de serviços prestados.

“Peça importante da colonização do Norte e Noroeste do Paraná”, idealizou Babkov o eixo central que corta Maringá transversalmente (Estádio Municipal, Estação Ferroviária e Rodoviária, Praça Raposo Tavares, Avenida Getúlio Vargas, Igreja Matriz). Faleceu em 02 de novembro de 1999, aos 97 anos. E sua esposa, Angela Babkov, em 01 de junho de 2000²³⁰.

Figura 70: Aristides de Souza Melo, Silvino Lopes de Oliveira, Domingos Camargo Ribas



Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE CIANORTE.

Aristides de Souza Mello colaborou com a organização da edição comemorativa do cinquentenário da CMNP, na qual é descrito como “dedicado”, “continuador da obra de Willie Davids em Londrina”. Engenheiro, foi admitido em 1942, no cargo de gerente da CTNP, em substituição ao adoentado Willie Davids. E “seguiu-o no ritmo de atividade e na inspiração idealista, fazendo-se também credor dos maiores reconhecimentos”. Aposentou-se após 34 anos de “profícuo trabalho” (CMNP, 1975, p. 7; 116; 186).

²²⁹ “A demarcação estava a cargo do Departamento de Topografia da Companhia, cujo chefe era o engenheiro Valdomiro Duque Coffe [sic], um russo [...]. Ele tinha centenas de topógrafos para isso. Esse departamento levantou todas as terras da Companhia, que era coisa de 500 mil alqueires. Cem mil alqueires a área de Cianorte”. ABREU, Pedro Garcia de. Entrevista concedida ao Projeto Resgate Cultural, sem data. A transcrição foi feita por um estagiário de Izaura Varella. Realmente, o russo tinha um nome difícil de pronunciar e pior ainda de escrever.

²³⁰ Disponível em: <http://www.maringahistorica.com.br/search?q=Vladimir+Babkov> Data de acesso: 15/12/2020.

Figura 71: Aristides de Souza Mello, engenheiro da CMNP



Fonte: CMNP, 1975, p. 134

A maioria das personalidades citadas nos jornais não aparecem nas fotos. Apesar de A Hora afirmar que quase toda diretoria da CMNP esteve presente no churrasco; e a Folha de Londrina destacar que os diretores palestraram à sombra das árvores; só Gastão de Mesquita Filho e Aristides de Souza Mello foram retratados. Provavelmente, estes célebres convidados fizeram seus discursos, deram seus cumprimentos e retiraram-se tão rápido, que o fotógrafo não pode clicá-los. Ou, talvez, as professoras não obtiveram os direitos de reprodução das imagens.

Nos documentos do Projeto Resgate Cultural, encontramos uma fotografia semelhante à imagem publicada pela Tribuna de Cianorte, em 26 de julho de 1968, na qual Gastão de Mesquita Filho, com um chapéu na mão, em uma mesa enfeitada com um vaso de flores e uma paisagem natural ao fundo, assina a ata de fundação da cidade. Esta não foi tirada na mata.

Figura 72: Gastão de Souza Mesquita Filho, na época da fundação de Cianorte



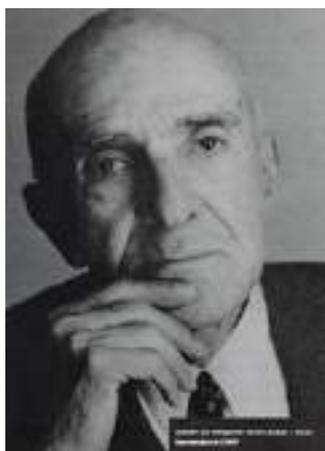
*De Gastão de Souza Mesquita Filho
Diretor Superintendente da CMNP
na época da fundação de Cianorte.*

Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE CIANORTE

Engenheiro formado pela Escola Politécnica de São Paulo em 1918, Gastão de Souza Mesquita Filho acompanhou desde o início as atividades da CTNP. O que lhe valeu a inclusão no seleto rol da CMNP (1975) dos pioneiros que desbravaram o Norte do Paraná. Em 1924, quando estava encarregado da construção da estrada de ferro Ourinhos-Cambará, acompanhou Lord Lovat em sua visita à região. Entre 1942 e 1944, organizou o grupo sucessor da CTNP, com auxílio de Gastão Vidigal. Ao lado deste, foi coautor do anteprojeto de Maringá.

De 1950 a 1975, Mesquita Filho orientou a diversificação das atividades da CMNP. No almoço do cinquentenário, foi homenageado como representante mais idoso da Diretoria. É época em que ocupava os cargos de Diretor Superintendente da Companhia Melhoramentos, da Companhia de Cimento Portland Maringá e da Companhia de Cimento Portland Ponte Alta; Presidente da Cobrasma, da Braseixos e da Companhia Agrícola Usina Jacarezinho; Diretor da Marítima Companhia de Seguros Gerais; e membro do Conselho de Administração do Banco Mercantil de São Paulo (CMNP, 1975). Faleceu em 12 de julho de 1979, aos 84 anos²³¹.

Figura 73: Gastão de Mesquita Filho, fundador e Diretor Superintendente da CMNP²³²



Fonte: CMNP, 1975, p.95.

Concluimos que a memória visual da inauguração de Cianorte e o discurso da imprensa que divulgou o evento exemplificam como a CMNP construiu o “mito do norte do Paraná”. Os “grandes” pioneiros, desbravadores e empreendedores são as estrelas da documentação reunida pelo Projeto Resgate Cultural. E os personagens principais do livro que forjou a história oficial da cidade. Aos pioneiros anônimos, restam as imagens desbotadas aqui reproduzidas. Estas que já desaparecem do empoeirado depósito. E, talvez, não sejam encontradas outra vez.

²³¹ Disponível em: <http://www.maringahistorica.com.br/search?q=Mesquita+Filho> Data de acesso: 25/12/2020.

²³² Esta fotografia foi reproduzida no livro. Ao lado das imagens de Gastão Vidigal, Hermann Moraes Barros e Paulo de Moraes Barros Neto, todas retiradas da publicação da CMNP (1975) (MESQUITA, 1995).

Figura 74: Fotografias do churrasco (sem legendas no verso)



Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE CIANORTE.

As entrevistas são as únicas fontes capazes de recuperar parte da trajetória dos pioneiros que não foram homenageados. Infelizmente, poucas chegaram em nossas mãos. Depoentes que fazem referências à inauguração de Cianorte são apenas quatro. Destes, o único que pode ser considerado um pioneiro anônimo, é Manuel de Almeida Pina. Baiano, vindo de Presidente Prudente, chegou em Cianorte no dia 30 de maio de 1953. Contratado como empreiteiro pela CMNP, abriu as picadas na mata no local onde foi feito o churrasco:

Ali onde é o Detran hoje, eu abri pra fazer um churrasco da Companhia. Fui eu que abri aquela rua. Dali daquela praça, até lá, onde era a antiga prefeitura. Então, aqui foi inaugurado com um churrasco, foi arrancado os paus, ali onde é a casa do Dr. Paulo, quem arrancou fomos nós, a turma nossa e do escritório da Companhia, né? Naquele tempo, o Wilson Varela chegou aí pra por fogo [...]. Vieram aí muita gente, vieram de São Paulo, de Londrina, de Maringá, vieram aqui pra inaugurar a cidade (PINA, 1987).

A maioria das publicações descreve de modo genérico que o churrasco foi realizado em clareira no meio da mata, onde hoje está a Praça 26 de Julho, que possui 50 metros de diâmetro.

Entretanto, a partir do manuscrito sobre os gastos com o evento, calculamos que cerca de duas mil pessoas foram convidadas. E, pelas imagens, elas não pareciam estar amontoadas.

Com a descrição de Pina, podemos traçar a área aproximada do local desmatado para a inauguração. A sede da primeira prefeitura, prédio do Detran na época da entrevista de Pina, hoje abriga a Biblioteca Municipal Paulo de Moraes Barros Neto, localizada na Avenida Brasil. Tomando este como ponto de partida e a praça na Avenida Goiás, como o de chegada – passando pela casa de Paulo de Moraes Barros Neto, que ocupa uma quadra inteira na Avenida Santa Catarina – formamos um polígono com 128.455 metros quadrados, cerca de 5 alqueires.

Figura 75: Área aproximada do local desmatado para a inauguração de Cianorte



Elaborado por Alexandre Luís Ponce Martins (2020).

A casa de Barros Neto também é citada como referência do local da inauguração por sua esposa, Helena Rocha da Cunha de Moraes Barros (1984). Quando Mesquita indaga: “Você estava aqui na inauguração da cidade, na festa? Parece que foi um churrasco, que até foi comentado no jornal, né?” Ela confirma: “Foi um churrasco e foi aqui, nessa rua atrás da minha casa. E naquele tempo tudo era mato”. Não obstante a resposta traga menos informações do que a pergunta, confirma a descrição de Pina. Outro depoente que menciona o evento é Boeing:

No dia da inauguração da cidade, eu vim, foi em 1953. Nós atravessamos a balsa, fizemos um churrasco [...]. **Naquela época já, a maioria das pessoas que foram transferidas pra cá, já estavam morando aqui.** [...] Depois voltei para Maringá, que eu tinha minha função lá de chefe de departamento de tratores [...] (BOEING, 1987, grifos nossos).

Além dos “15 alqueires”, não sabemos de outro local aberto antes da inauguração. Portanto, onde moravam as pessoas de que Boeing fala? Pina (1987) afirma que “era tudo mato.

[...] O único aberto [...] era a chácara da Companhia, [...] eu acampeei por ali”. Cossich (1984) recorda: “chegamos no dia 10 de junho [...]. A cidade era o nosso hotel, o hotel da Companhia, uma bomba de gasolina e mais umas duas outras casas que foram construídas logo depois”. Ana Maria Manfrinato conta que “era tudo madeira ainda no chão, nem casa tinha. [...] Era somente eu, dona Júlia Cossich e as barracas da Companhia”. Antônio Rodrigues Mota diz que “em 1953, devia ter [...] uns seis a oito ranchos, nem eram casas” (apud MESQUITA, 1995, p. 101).

É válido argumentar que, por mais dificuldades que os funcionários da CMNP que “abriram” Cianorte tenham enfrentado, rodando por estradas esburacadas, atravessando balsa, embrenhando-se por picadas na mata; não se comparam à situação dos empreiteiros – expostos às intempéries em barracas improvisadas, longe da família por meses. Além dos hotéis, os fiscais e engenheiros tinham lares confortáveis para onde retornar depois do trabalho, fosse ele diário ou semanal. E aqueles que fixaram residência na cidade, só o fizeram depois que a Companhia construiu uma infraestrutura básica.

Por exemplo, Wilson Varella passou a residir em Cianorte em 1954. Paulo de Moraes Barros Neto, em 1955 – após dois anos construindo uma casa enorme. Como explica Helena de Moraes Barros (1984): “Antes nós tínhamos vindo para Maringá, porque Cianorte não existia. Viemos para Maringá em 53. Então, foi feita a derrubada de Cianorte e começaram a construção da casa. Quando a casa ficou pronta, viemos para cá”. E Oscar Boeing só se mudou em 1959.

5.1.3. As primeiras construções

Começamos a abertura das ruas em 1953, e fizemos uma primeira análise onde seria o hotel e as demais construções, para depois constatar a profundidade do lençol freático. Porque até então toda a cidade era abastecida com poços. E tivemos surpresa em verificar que os poços eram muitos profundos, davam em média 40 metros de profundidade (BARROS NETO, 1984).

Os poços tinham 25 a 42 metros de profundidade²³³. “Quem não tinha poço em casa, servia-se com o do quarteirão. Então, faziam-se filas de senhoras e homens com baldes na mão”. Depois, surgiram bombas comunitárias que serviam a dois ou três vizinhos. Daniel Barbosa afirma que “a água era trazida pelos caminhões da Companhia para uso de seus funcionários e donos. Alguns buscavam de carroça e vendiam em tambor”. Segundo João Batista Mafra, “moradores compravam água de pessoas que traziam do rio” (MESQUITA, 1995, p. 103).

²³³ Para Helena Moraes de Barros (1984), a profundidade “obrigou a Companhia a fazer logo um serviço de água para servir a cidade. Porque não era possível puxar! Eu contei uma vez, uma senhora puxando água, ela virou a manivela 105 vezes!”

Figura 76: Primeiro Poço (1953)



Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE CIANORTE.

O material de construção utilizado “no começo, vinha da região de Maringá. [...] Até se instalar aqui a serraria [...] e a cerâmica que [...] foi transferida de Paiçandu para perto do Rio Ivaí” (BARROS NETO, 1984). José Sebastião Pereira conta que “de Maringá a gente fazia o transporte pra cá, pra construir o Hotel Cianorte, a casa dos empregados” (apud CIOFFI, 1995, p. 266). Segundo Mário Nunes Filho, “os tijolos vinham de Jussara [...]. Aí a Companhia montou a olaria dela” (apud MESQUITA, 1995, p. 123). A CMNP também tinha um ferraria:

A Companhia, por intermédio do seu Wilson, me deu a concessão de eu fazer carvão. A Companhia derrubava as quadras para fazer a cidade, aquela lenha, a Companhia me dava e eu fazia o carvão. [...] A Companhia, naquela época, tinha uma ferraria. Cianorte, tudo no começo da cidade, não existia eletricidade, então, a maior parte, era só carvão (BABONI, 1987).

Manuel de Almeida Pina (1987) recorda-se das primeiras construções. “Era aberto só aquele redondo ali da praça, largo 26 de julho. E não tinha mais nada ali. [...] Tinha um poço aberto, um poço só, né? Começou a construir o Hotel da Companhia”. E dos primeiros moradores. “Tinha uma casa que era do seu Ricardo²³⁴ [...], uma casa de madeira. [...] O primeiro de todos eles, o Gabriel Cossich, né? Que é o pai do Mauricio. [...] Ali começou um hotelzinho de madeira. Foram os primeiros fundadores”.

Maurício Cossich era criança quando chegou em Cianorte. Nascido no Rio de Janeiro, cresceu em Minas Gerais e, com 10 anos, veio para Maringá, onde morou por seis meses. “A coisa em Minas Gerais estava meio difícil e o velho descobriu o Paraná. [...] O transporte [...] era o pau de arara. Colocamos a mudança em cima, depois de seis dias de viagem, chegamos em Maringá” (COSSICH, 1984). Ele faleceu 29 de março de 2020, aos 78 anos²³⁵.

²³⁴ Ricardo da Costa Moraes foi um dos primeiros moradores (apud MESQUITA, 1995, p. 143).

²³⁵ Disponível em: <https://folhadecianorte.com/dizendo-adeus-a-mauricio-cossich/> Data de acesso: 10/12/2020.

O hotel do Gabriel Segundo de Minas Cossich foi o segundo a ser construído na cidade, chamava-se Hotel São Luiz (VARELLA, 2020). O primeiro foi o Hotel Cianorte, erguido pela CMNP na futura Praça 26 de Julho e arrendado para Primo Manfrinato. A construção de dois hotéis em pouco tempo se explica pela demanda crescente. Para Miguel Alves Sena, “aquilo ali era um formigueiro, era cheio de gente. Tinha vez que não cabia o pessoal, então ia pro hotel do finado Gabriel Cossich” (apud MESQUITA, 1995, p. 98).

Figura 77: Cianorte Hotel e Hotel São Luiz (sem data)



Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE CIANORTE.

Os hotéis são citados em vários depoimentos. Conforme Wilson Varella (1984), “a primeira casa foi feita pela Companhia, o Hotel Cianorte”. João Baboni (1987) confirma: “quando eu cheguei em Cianorte, tinha o hotel da Companhia. Depois, em segundo lugar, tinha o hotel do Gabriel Cossich”. O mesmo diz Batista Cifuentes: “a Companhia abriu um hotel de madeira, o Sr. Primo Manfrinato foi o primeiro hoteleiro [...]. Ali na rua Ipiranga, [...] ficava o hotel do Sr. Gabriel Cossich (apud MESQUITA, 1995, p. 136). Pina (1987) lembra que, embora seu hotel tenha sido construído depois, Cossich chegou na cidade antes de Manfrinato. “Os Manfrinato já veio [sic], já tinha o hotel inaugurado pra eles trabalharem, né?”

Mesquita (1995, p. 98) afirma que era prática da empresa construir hotéis e arrendá-los, durante a implantação das cidades. Apesar de não mencioná-lo, baseia-se no depoimento de Barros Neto (1984): “ela construía um hotelzinho, uma estação rodoviária, que era o ponto de apoio dos clientes que chegavam aqui e que iam procurar os seus lotes para comprar e que não faziam isso em um único dia, com as dificuldades que as estradas da época representavam”.

Primo Manfrinato não foi entrevistado pelo Projeto Resgate Cultural, pois já havia falecido. Casado com Ana Maria Manfrinato²³⁶, teve oito filhos. Dois deles, Hélio e Dirceu,

²³⁶ MANFRINATO, Ana Silveira. Entrevista concedida a Irene Gimenes Praxedes. Cianorte, 18 de abril de 1984. Encontramos a transcrição desta entrevista no depósito da Prefeitura, mas não chegamos a lê-la.

ocuparam os cargos de vereador e deputado estadual. Primo integrou a primeira Legislatura da Câmara Municipal. Segundo Izaura Varella (2020), ele “fez parte de um pequeno grupo que indicou numa ata²³⁷, Wilson Ferreira Varella como candidato a prefeito de Cianorte”. Manfrinato era corretor de imóveis urbanos e rurais da CMNP. Ramon Máximo Schulz recorda-se que ele fazia propaganda da nova cidade aos hóspedes e os levava para conhecê-la:

Eu, o Ovídio e o Douglas, né? Viemos aqui, paramos no hotel do Manfrinato. [...] Na parte de fora, na área, tinha uma planta da cidade de Cianorte: “grande projeto da cidade de Cianorte”, uma cidade imensa. E o Manfrinato era um propagandista de Cianorte, viu? [...] “Isso aqui vai passar Maringá dentro de dois anos”. “Mas seu Primo, como é que o senhor acha que isso aqui vai passar Maringá dentro de dois anos?” “Não, é porque o pessoal que vem pra essa região aqui, não vai ter opção. Entre a terra vermelha e a terra branca, eles vêm para Cianorte”. E liderava gente para aquele corte de estrada de terra ali, [dizia] que a estrada ia chegar dentro de seis meses [...]. “Nós vamos ter água aqui”. [...] A Companhia estava fazendo um poço artesiano, aí na bica [...] de São Tomé. Porque nem estrada não tinha [...] para São Tomé, nós tínhamos que ir [...] no caminho que vai para Cruzeiro do Oeste [...]. Então, ele levava a gente lá pra mostrar isso, [...] poço artesiano (SCHULZ, 1984).

“Quando eu cheguei, [...] às vezes ficava uma temporada no Hotel Cianorte, cujo locatário era o Primo Manfrinato”, conta Pedro Garcia de Abreu. Engenheiro civil da CMNP,²³⁸ residia em Maringá porque “Cianorte ainda não tinha estrutura pra gente ficar aqui sediado”. Quanto aos empreiteiros que contratava: “os primeiros, eles moravam em Maringá. E quando eles vinham fazer ponte aqui na região de Cianorte, eles acampavam no local da construção”.

Segundo Abreu, faltava mão de obra especializada. “Tinha uns empreiteiros de pontes, que já vinham construindo antes da minha entrada na Companhia. [...] Era escassa a mão de obra, não era fácil. [...] O pessoal pioneiro que veio para cá, eles tinham seus construtores, mas tinham suas limitações”. De acordo com José Cardoso Pinto, “na época da abertura de estradas e construção de pontes, trabalhavam mais de 800 pessoas” (apud MESQUITA, 1995, p. 91).

Nós os contratávamos no ato da execução de uma ponte [...]. Havia sempre um acerto entre a Companhia e esses empreiteiros. Estabelecia-se um preço e fazia-se um contrato [...]. Eles já traziam sua equipe, seus operários [...] e executavam a planta como no desenho. Nossa função era fazer o pagamento e fiscalizar a execução da obra (ABREU, s/d).

Contratado em 1952, como assistente de Aristides de Souza Mello, em Londrina, Abreu foi enviado para Cianorte em 1953, a fim de concluir as instalações do escritório da CMNP, nas

²³⁷ Não consta a assinatura de Primo Manfrinato na referida ata. Cf. figura 25, página 49.

²³⁸ “Manoel Mendes Mesquita foi designado para colaborar com [...] Nivaldo Gandra na fábrica de cimento de Itapeva, passando a chefia do departamento técnico ao engenheiro Pedro Garcia de Abreu” (CMNP, 1975, p. 124).

imediações do hotel e da primeira rodoviária. “Tinha [...] ali, de madeira, uma estaçãozinha rodoviária, onde os ônibus desciam os passageiros. [...] Era padronizado pela Companhia, duas saletas, uma de cada lado e o meio era vago, ali onde ficava o povo” (ABREU, s/d). Para Cioffi Neto (1987), “não era rodoviária, era um ponto de ônibus”.

Figura 78: Primeira Rodoviária de Cianorte – Praça 26 de julho (sem data)



Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE CIANORTE.

Assim como Barros Neto, Abreu enfatiza o “apoio” da CMNP: “Uma das características da Cia. era dar apoio aos compradores [...]. Na abertura do patrimônio, [...] montava uma serraria, montava uma pedreira [...]. Para facilitar a vida do comprador de lote da região de Cianorte, não precisaria demandar para Maringá para comprar o necessário para fazer sua casa”.

Abreu lembra que quando chegou em Cianorte “havia apenas uma rua aberta, o resto tudo era mato [...]. Minha vinda aqui era exatamente para abrir o patrimônio dessa cidade”. Ele especifica que “abria as estradas dos lotes” e construía “pontes sobre as estradas”; “era o chefe desse serviço”. As pontes eram feitas de madeira, principalmente perobas, cortadas no local ou vindas da serraria da Companhia. “Havia pontes de concreto, mas aqui no norte do Paraná nós não tínhamos esse material. [...] Tínhamos que demandar São Paulo, Curitiba atrás de ferragens, cimento [...]. O material que era abundante aqui, era barato e seguro, era a madeira”.

As funções de Abreu incluíam: “construir as escolas, os pontos de ônibus, as chamadas estações, todos padronizados. Em geral, duas salas²³⁹ para 80 alunos, uma área de lazer abrigada do tempo [...]. Às vezes, a gente introduzia modificações a pedido das autoridades de ensino ou [...] do prefeito”. Questionado se estas não seriam atribuições do Estado, Abreu responde:

²³⁹ Em 1955, a CMNP “construiu na rua Piratininga, esquina com a rua Abolição, duas salas de aula. Os móveis escolares foram confeccionados pelos pais dos alunos, sendo que a madeira foi doada pela Cia. Melhoramentos. Dois meses depois, foi registrada na Inspetoria de Peabiru com o nome Casa Escolar Cianorte (PRAXEDES, 1995, p. 360). Este foi o primeiro estabelecimento de ensino público da cidade (CIOFFI, 1995).

Seria, mas o Estado quase que não intervia aqui [...]. Sempre foi tudo feito pela própria Companhia, com os recursos próprios dela. Olha, uma curiosidade. Teve uma época que eu brincava com os engenheiros [...], que nosso sistema rodoviário era muito maior, muito mais extenso do que o do próprio Estado. [...] O Estado não dava importância, não tinha interesse, porque eu acho que entendia que a Companhia era autossuficiente para tudo isso, então ele se afastava [...]. Ficou tudo a cargo da Companhia, inclusive prédios que no fim foram doados ao próprio Estado para a instalação de departamentos [...], cartórios, coletorias, prefeituras [...] (ABREU, s/d).

Wilma Mesquita apresenta uma dúvida semelhante, ao indagar se no início, a cidade contava com colaboração do governo para instalar escolas e serviços de água. A resposta de Paulo Moraes de Barros Neto também é parecida com a de Pedro Garcia Abreu.

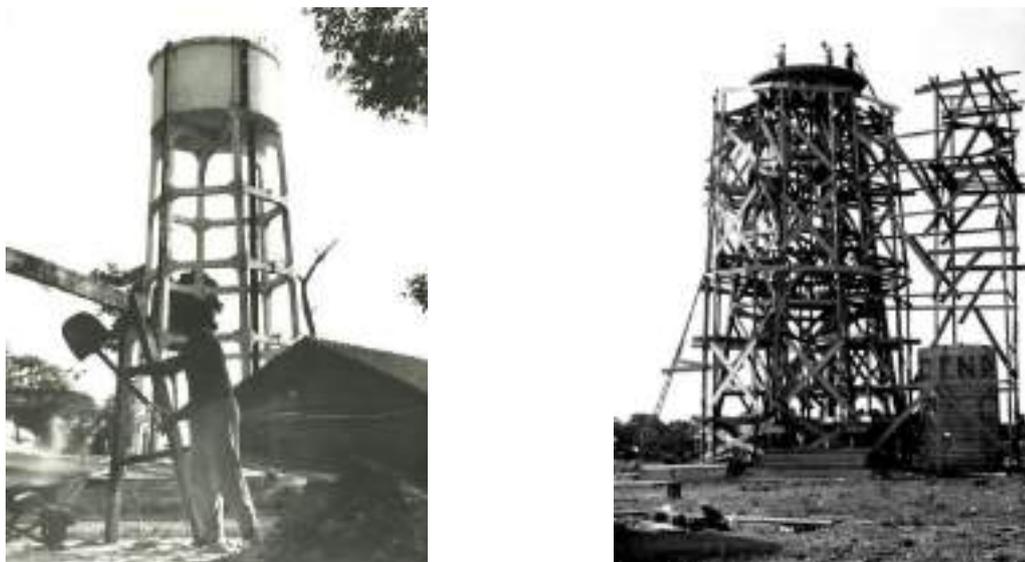
As cidades novas de sertão não contam com o apoio do governo. O governo não é dinâmico como é uma empresa privada. De modo geral, o governo sempre está atrasado com relação às empresas privadas, especialmente no sertão. Então, falta o apoio do governo em tudo! E se a iniciativa privada não supre essa falta, corre o risco de [...] prejudicar o desenvolvimento da cidade e o da colonização. [...] A falta de apoio do governo aqui no começo era uma constante. Mas [...] ninguém dava muita importância a isso. E a iniciativa privada sempre supriu essas necessidades, especialmente a Companhia Melhoramentos. Quanto ao serviço de água, [...] Cianorte tem um lençol freático muito profundo. E para não se correr o risco de prejudicar o desenvolvimento da cidade, nos primeiros anos, [...] a Companhia decidiu implantar o serviço de água. Em Cianorte, mesmo antes de ser município, já tinha o começo do seu serviço de água. Mais tarde, foi doado à prefeitura [...] e hoje esse serviço está entregue à Sanepar²⁴⁰ (BARROS NETO, 1984).

Pedro Garcia Abreu foi o engenheiro responsável pelo projeto e execução dos primeiros prédios da Prefeitura, do Fórum e da Sanepar. “Hoje é o Detran, ali era a prefeitura [...], esse desenho é meu. [...] O primeiro fórum de Cianorte, o projeto também foi meu. Os dois prédios eram de madeira. Aqui dificilmente nós usávamos alvenaria, porque não tínhamos o material”.

O projeto da rede de água não foi meu, ele veio calculado de São Paulo [...], a minha função foi apenas executar o projeto. [...] O escritório é projeto nosso [...]. E, ao lado desse escritório, foi executado uma torre de madeira para sustentar uma caixa d'água que era metálica, com capacidade de 30 mil litros e uma caixa pequena, que era usada como regulador de pressão. Então, essa torre também foi feita de madeira peroba, com 15 metros. E depois fomos elevando a caixa d'água lá para cima. Então, passou a funcionar como um regulador de pressão na rede de distribuição (ABREU, s/d).

²⁴⁰ “A água era captada na cabeceira do ribeirão São Tomé. **Em dezembro de 1972, a SANEPAR iniciou suas operações em Cianorte, como segunda concessionária. Na época, havia 64.000 metros de rede de distribuição e 2.200 ligações de água**” (MESQUITA, 1995, p. 104, grifos da autora). Na gestão de Nelson Prendin, havia um problema do abastecimento de água, que “foi resolvido com a construção da estação de captação de água do Ribeirão Bolívar. Foi construída a atual caixa d'água, ampliada a estação de tratamento e concluído o reservatório subterrâneo com capacidade para milhões de litros de água” (CIOFFI, 1995, p. 232).

Figura 79: Implantação da rede de água encanada – Sanepar (sem data)



Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE CIANORTE²⁴¹.

A entrevistadora indaga se o viaduto que atravessa a Avenida Goiás foi obra de Abreu. Ele confirma e explica que foi um projeto misto: “a base de concreto e os pilares também [...] o vigamento e o estrado, de madeira, [...], de peroba, onde passam os veículos”. Questionado se o viaduto foi financiado pela Rede de Viação Paraná-Santa Catarina, ele diz que “o viaduto em concreto, o atual, foi financiado, agora esse em madeira foi feito pela Companhia”²⁴². Em 13 de dezembro de 2020, Izaura Varella escreveu sobre o “Pontilhão da Avenida Goiás”²⁴³:

O chamado pontilhão que atravessa a Avenida Goiás é tão desconhecido pela população que a maioria das pessoas ao atravessá-lo, não se dá conta que está passando sobre um pedaço da história de Cianorte. Logo que a cidade foi planejada pela Companhia Melhoramentos Norte do Paraná e as primeiras derrubadas aconteceram, um pouco antes, lá pelos idos de 1952/53 aquela escavação enorme sobre a qual ele se assenta, já existia. A intenção de levar os trilhos do trem para o oeste estava nas metas da Companhia e do Governo Federal. Cortaram a cidade ao meio com a intenção de deixar mais funda a passagem do trem e assim a população corria menos risco com a passagem do trem. Do trem que veio, se foi e nunca mais voltou. E lá ficou a enorme escavação, a cidade cresceu e teve que se arranjar com este corte profundo na terra que dividiu a cidade em duas partes. O pontilhão foi concluído na gestão do primeiro Prefeito Wilson Ferreira Varella. Ainda nos tempos da fundação da cidade eu achava estranho investir sobre um buraco e onde deitaram enormes toras de madeira de peroba rosa para ligar um lado ao outro, cortado propositadamente, pelo homem. Poucas casas aqui e ali, a cidade acabava no pontilhão. [...] Depois de alguns anos, em 1974, refizeram o pontilhão, agora de concreto, e lhe deram duas mãos, eis que cruzava uma avenida, porque até então ia-se e voltava-se pela mesma passagem. Nunca ouvi falar que aquele

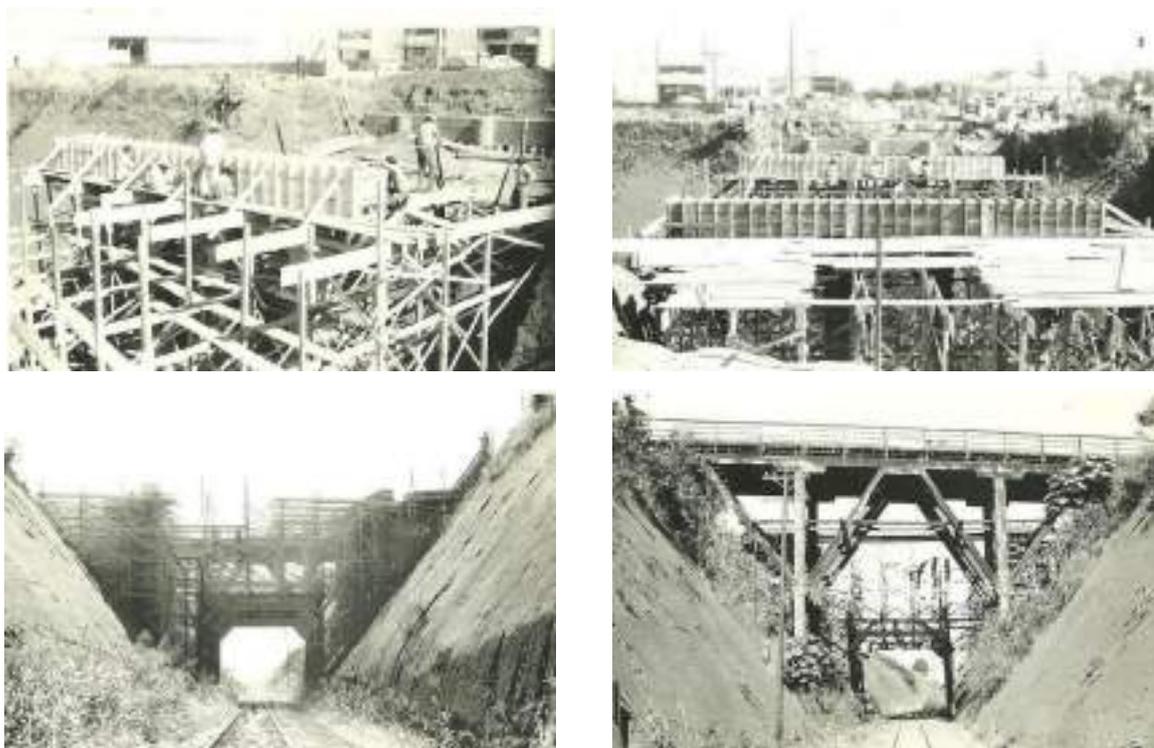
²⁴¹ Disponível em: <https://www.cianorte.pr.gov.br/cianorte67anos/> Data de acesso: 24/12/2020.

²⁴² Encontramos 7 fotografias da construção do viaduto na década de 1950 e 38 da reforma feita nos anos 1970.

²⁴³ Disponível em: <https://folhadecianorte.com/o-velho-pontilhao-da-avenida-goias/> Data de acesso: 29/12/2020.

pontilhão tivesse nome. Era conhecido simplesmente, como o Pontilhão da Avenida Goiás! Nos primeiros tempos nunca foi chamado de viaduto. Agora puseram uma placa com um nome lá: **Viaduto Hercílio Vicente de Souza**. E poucas também são as pessoas que sabem que este homem, carpinteiro, foi um entre os demais trabalhadores que ajudou a construir o novo pontilhão, e participou da construção de inúmeras pontes no município e na região. Um pioneiro legítimo que com seus braços ajudou a construir as primeiras passagens sobre obstáculos na cidade e região. Um simples trabalhador, mas que com a força de seus braços, conseguiu com outros trabalhadores anônimos ligar a cidade de um lado ao outro, sem que se percebesse a passagem [...].

Figura 80: Construção do primeiro Viaduto/Pontilhão da Avenida Goiás (sem data)



Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE CIANORTE.

Pedro Garcia Abreu lembra que fez o abrigo de madeira do aeroporto de Cianorte: “aquele abrigo lá era para proteger o passageiro durante a espera de um avião. [...] O campo de pouso aqui de Cianorte era da Companhia, foi construído pela Companhia, só que com homologação do DAC²⁴⁴”. Wilma Mesquita pergunta a Barros Neto se o aeroporto foi construído para facilitar o acesso à cidade, ou se justificava-se diante do movimento de pessoas.

No tempo em que foram criadas essas cidades, fazia parte desse projeto o aeroporto, como facilidade de comunicação. Porque a [...] comunicação por estrada naquela ocasião era uma raridade. E o aeroporto era uma obra de certo

²⁴⁴ Com o nome de Departamento de Aeronáutica Civil, era subordinado ao Ministério da Viação e Obras Públicas. Em 1941, passou para o Ministério da Aeronáutica. Em 1969, seu nome foi modificado para Departamento de Aviação Civil (DAC), permanecendo sob o Comando da Aeronáutica até 2006, sendo substituído pela ANAC. Disponível em: <https://www2.anac.gov.br/imprensa/historicoaviacaocivil.asp> Data de acesso: 28/12/2020.

modo poderosa e que o poder público não fazia em geral, a não ser quando uma cidade atingisse um certo desenvolvimento. E a Companhia fazia esses aeroportos junto com a programação da cidade. Tanto que era necessário que na data da fundação da cidade, a cidade toda já tivesse um transporte comercial com linhas aéreas do porte da Real, da qual se originou a Trans Brasil. Não tem mais esse transporte aéreo comercial, em função da facilidade da comunicação rodoviária, com estradas asfaltadas e também o encarecimento do preço das passagens aéreas [...] (BARROS NETO, 1984).

O campo de aviação foi construído pela firma França Simões, em 1954. O avião era requisitado pelo rádio amador ou telefone da CMNP. Havia três empresas de transporte aéreo, a Reta, a Viação Real e a Star (MESQUITA, 1995). Conforme o panfleto da programação das comemorações do primeiro aniversário de Cianorte, o aeroporto foi inaugurado em 25 de julho de 1954, às 9h, com a participação da comitiva do Aero Clube de Maringá. Quem quisesse prestigiar, deveria pegar um ônibus na Praça da Rodoviária. Apesar do evento ser aberto a toda população, as autoridades receberam convites. Um ofício enviado ao prefeito Silvino Lopes de Oliveira²⁴⁵, indica que às 9h30min, ocorreu o “batismo e benção do Aeroporto”.

Em 26 de julho de 1954, primeiro aniversário da cidade, foi inaugurado o aeroporto. O então tenente aviador **Eduardo da Silva Ramos**, na presença do **Dr. Hermann Moraes de Barros** e diversas autoridades, firmou o termo de homologação do aeroporto, usando como mesa o profundor de um avião BT-15 da Força Aérea Brasileira. O transporte aéreo foi muito utilizado [...] na época da colonização. A rapidez, segurança e conforto, fazia com que muitas pessoas optassem pela via aérea. [...] O serviço de taxi aéreo [...] era solicitado sempre que havia uma emergência ou quando as pessoas tinham pressa em chegar em Maringá ou vir de lá para Cianorte. No período de chuvas intensas, as estradas eram intransitáveis (CIOFFI, 1995, p. 278-279, grifos da autora).

Figura 81: Inauguração do Aeroporto (1954)²⁴⁶



Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE CIANORTE.

²⁴⁵ Cf. ofício no Capítulo 1, figura 18, página 42.

²⁴⁶ Não obstante conste no livro uma imagem do campo de aviação, de 1953 (MESQUITA, 1995, p. 94); e outra da inauguração (CIOFFI, 1995, p. 279); só encontramos duas fotografias do aeroporto no depósito da prefeitura. Uma de baixa resolução, tirada de longe, que mostra seis pequenos aviões estacionados na pista, sem data no verso.

Figura 82: Programação das festividades do primeiro aniversário de Cianorte (25/07/1954)



Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE CIANORTE.

A data de inauguração no verso não confere com a do panfleto. Contudo, é a mesma indicada no livro. Como o panfleto é contemporâneo ao evento e a legenda foi escrita na década de 1980, acreditamos que o aeroporto tenha sido inaugurado no dia 25, um domingo. As professoras se equivocaram porque o aniversário da cidade é no dia 26. Porém, em 1954, este dia caiu numa segunda-feira. Varella (2020) identificou as pessoas retratadas: “da esquerda para a direita, funcionário da Cia. de Maringá. O segundo é Wilson Ferreira Varella, depois vem os dois pilotos, o Dr. Herman Moraes Barros e o outro é um engenheiro da Cia de Maringá”.

Em 1954, o aeroporto ainda não tinha sido nomeado. Num telegrama de 1956,²⁴⁷ enviado a Paulo de Moraes Barros Neto, Herman Moraes Barros avisa que o “Ministério da Aeronáutica exige nos aeroportos o nome da própria cidade. Portanto, deveria chamar Aeroporto Cianorte”. Todavia, acabou recebendo o nome de um dos diretores da CMNP: “Aeroporto Gastão de Souza Mesquita Filho” (MESQUITA, 1995, p. 94).

Em 06 de setembro de 2020, Izaura Varela publicou o texto “Como nasceu o ‘Aeroporto Gastão Vidigal’ de Cianorte”²⁴⁸. Ou seja, homenageou o diretor errado! Aeroporto Gastão Mesquita Filho²⁴⁹ é o nome correto, como consta no próprio site da Folha de Cianorte²⁵⁰. Apesar do pequeno lapso, a crônica traz detalhes que não estão nos documentos, nem no livro.

Assim como a chegada da estrada de ferro data antes da inauguração de Cianorte, o aeroporto municipal foi fruto de planejamento da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná e foi construído também antes da fundação de Cianorte. Estas eram as duas condições necessárias para o acompanhamento das obras que mais tarde iam aflorar como nossa querida cidade de Cianorte. A região do **Aeroporto “Gastão Vidigal”** já estava desmatada e no início de 1953. A Companhia contratou a empresa **França Simões** para a construção da pista e do abrigo, dentro dos padrões obrigatórios que o D.A.C – Departamento de Aviação Civil exigia para o pouso com segurança das aeronaves. O campo de pouso foi construído sob a homologação do D.A.C para pouso de aeronaves comerciais e transporte coletivo. Esta construção terminou em março de 1954, e, curiosamente, o primeiro abrigo de madeira, que hoje não existe mais, teve a efetiva participação do trabalho dos carpinteiros **Antonio de Rodrigues Mota**, que mais tarde foi o segundo prefeito municipal de Cianorte e o senhor **Miguel Alves Sena**. Esta construção singela estava localizada no ponto mais alto junto ao atual ‘redondo’ na chegada ao aeroporto e era um local de espera para o pouso das aeronaves. Tinha um banco simples de madeira e uma varanda aberta voltada para a pista do aeroporto. A pista do aeroporto foi construída com 1.600 metros de comprimento e 60 metros de largura, juntamente, com um sistema de canaletas laterais de madeira impermeabilizada destinadas a proteger a pista de alagamentos e erosões. No dia 26 de julho de 1954, no primeiro aniversário de fundação da cidade, o aeroporto já estava funcionando. O **avião “Bonanza”** da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná trouxe a bordo **Dr. Hermann Moraes Barros**, que estava em Maringá, para o campo de pouso de Cianorte, cujo piloto era **Vitor Neurben**. Pouco depois do avião “Bonanza” aterrissar, chegava também o avião da **Força Aérea Brasileira, BT-15, pilotado pelo Tenente Aviador Eduardo da Silva Ramos, da Base Aérea de Curitiba**, que aterrissou nesta data para inspecionar e fazer o laudo de vistoria para a futura homologação do campo, cujas características técnicas eram as melhores possíveis e que permitiam também o pouso de aviões comerciais e aviões DC-3. Neste dia, e neste local, foi assinado o Termo de

²⁴⁷ Cf. telegrama no Capítulo 1, figura 24, página 48.

²⁴⁸ Disponível em: <https://folhadecianorte.com/como-nasceu-o-aeroporto-gastao-vidigal-de-cianorte/> Data de acesso: 30/12/2020.

²⁴⁹ Disponível em: https://www.aeroportosdobrasil.com.br/parana_pr/cianorte_pr/aeroporto_cianorte_pr.php Data de acesso: 30/12/2020.

²⁵⁰ Disponível em: <https://folhadecianorte.com/agente-municipal-de-aeroporto-conquista-certificado-da-infraero/> Data de acesso: 30/12/2020.

Homologação e o Laudo de Vistoria do Aeroporto Gastão Vidigal, e, como não havia mesa no local, foi assinado em cima do profundor do avião BT-15, da Força Aérea Brasileira. O **Padre Aloisi Jacob de Peabiru, S.V.D.**, eis que Cianorte pertencia àquela comarca, procedeu a benção do campo; o Presidente da Companhia Dr. Hermann usou a palavra para falar dos programas de colonização da Companhia que seriam executados no futuro. Além dele estavam presentes **Dr. Paulo de Moraes Barros, sua esposa Helena Rocha da Cunha de Moraes Barros, Dr. Alfredo Nyffeler, Virgilino Ferreira Varella, com apenas 14 anos, seu pai Wilson Ferreira Varella que seria o primeiro Prefeito Municipal de Cianorte e sua esposa Luiza Lúcia Ruffini Varella, Antonio Rodrigues Mota**, entre outros. Os moradores da cidade presentes puderam desfrutar de uma oportunidade única, ao ver as belas evoluções nos céu do aeroporto. Estes aviões do Aeroclube de Maringá eram pilotados por **Silvio Barros, Primo Monteschio** e a piloto **Barbara Bueno** que despertou a curiosidade de todos por ser uma mulher.

Entre as primeiras construções, estão as casas. Helena Moraes de Barros (1984) afirma que “não havia taperas, nem choças em Cianorte. [...] Eram casas de madeira. Simples, às vezes sem mata-juntas, mas eram casas de madeira coberta de telhas. Quando João Batista Mafra chegou, em 1955, “havia apenas 33 casas. Dentre essas, algumas eram casas comerciais²⁵¹”.

Figura 83: Casas comerciais (sem data)



Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE CIANORTE.

Neste setor, havia “armazéns de secos e molhados, armarinhos, quitandas, açougues, farmácias, lojas de tecidos, pensões e hotéis”. Aleixo Maioli cita as casas comerciais da época: “Casa Primavera do Valente, Casa Planeta do Planas, Posto Esso no centro, posto do Lima, sorveteria do Garcia, Loja Sato de tecidos” (MESQUITA, 1995, p. p.101; 135).

²⁵¹ “Os locais mais ocupados na abertura da cidade: Av. Lovat (atual Souza Naves), desde a igreja Matriz até o cruzamento com a Av. paraná e vias adjacentes transversais como as ruas Ipiranga, Piratininga, Humaitá e Av. Goiás, pelas primeiras casas comerciais” (MESQUITA, 1955, p. 145).

Os entrevistados concordam que o primeiro estabelecimento comercial foi um armazém de secos e molhados, a Casa Planeta, de Ângelo Planas, filial de Maringá. Francisco Freire alega que “os turcos²⁵² já tinham duas ou três casas no centro” (apud MESQUITA, 1995, p. 102; 137). Nos relatos, também mencionam pessoas de origem japonesa e outros detalhes.

Segundo Carlos Yoshito Mori (1986), “tinha a Casa Sato do Sr. Hirata e a loja do Fariz”. De acordo com Batista Cifuentes, o primeiro “posto de gasolina foi o do Sr. Okuno [...]. O segundo posto foi do Sr. Antonio Lima”. Para Dominício Alves de Lima, “as primeiras lojas que traziam roupa melhor foram o Bazar Kamei, a Loja Cianorte e [...] a Libanesa”. Celestino Jacinto Gomes lembra-se “de uma firma que vendia refrigerantes, pinga, cerveja, [...] era a Casa Primavera, do Sr. Cezinando Valente. [...] A Gold Scrin [...] era um salão [...]. O Adelino Pagani era dono e vendedor (apud MESQUITA, 1995, p. 135-137).

A Gold Scrin foi a primeira indústria instalada na cidade. Conforme Joaquim Pagani²⁵³, a fábrica de Guaraná fazia entregas em Cianorte, “Cruzeiro do Oeste, Umuarama e Terra Boa. O capital veio de Londrina. Meu pai [Adelino Pagani], no começo, comprou uma propriedade agrícola e um terreno para montar a fábrica [...]. Não havia energia e precisamos comprar [...] motor diesel [...]. Faltava também gente para trabalhar” (apud MESQUITA, 1995, p. 123).

Figura 84: Primeiras instalações da Gold Scrin²⁵⁴ (sem data)



Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE CIANORTE.

A indústria de refrigerantes Gold Scrin foi fundada no dia 4 de outubro de 1954, na cidade de Cianorte – região noroeste do Estado do Paraná. No início, os fundadores, Victorio, Adelino, Joaquim, Arlindo e Celestino Pagani eram os responsáveis por todo o trabalho da primeira indústria da cidade,

²⁵² Freire se refere à família Nabhan, que é de origem libanesa e foi pioneira no ramo de confecções. “Em 1955, o Sr. Mitre Amin Abou Nabhan e família aportaram em Cianorte [...]. Ele instalou uma loja de armarinhos, confecções, tecidos calçados e brinquedos, [...] a Loja Libanesa, depois Paris. Em 1966, [...] passou a chamar-se A Brasileira. Em 1970, [...] surge a Elite Magazine [...] do Sr. Fariz Nabhan” (MESQUITA, 1995, p. 127).

²⁵³ Foi vereador por dois mandatos. De 12/12/1955 a 12/12/1959 e de 25/12/1963 a 31/01/1969 (CIOFFI, 1995).

²⁵⁴ A primeira imagem foi publicada no livro com a legenda: “instalação antiga da Gold Scrin na Avenida Paraná”. (MESQUITA, 1995, p. 124). E consta no site da Gold Scrin.

participando da produção, das vendas, da administração, contabilidade, manutenção e entrega dos produtos. Com exceção do envasamento da linha, tudo o mais dependia do impulso manual na indústria. [...] A distribuição do produto era outro grande problema para as indústrias de refrigerantes brasileiras, e a Gold Scrin também passou por isso, já que o “setor de logística” das entregas era dependente de carros de bois e um caminhão para maiores distâncias. No início, com uma pequena produção de 24 dúzias de refrigerantes por dia – em garrafas de vidro de 600 ml e 300 ml– havia Gold Scrin nos sabores guaraná, laranja e limão. Por sua vez, o nome da indústria de refrigerantes ‘Gold Scrin’ foi registrado pelo italiano Victorio Pagani, que o traduzia como “pingo, ou gota de ouro”. Apesar de sua tradução e grafia erradas, o nome foi mantido em homenagem ao sócio fundador da fábrica²⁵⁵.

Cianorte não tinha hospital, mas tinha farmácia. Schulz (1984) afirma que quando chegou, “tinha duas farmácias. Tinha a farmácia do Daniel e [...] a do Benedito Vilela”. De acordo com Antonio Negri, “tinha a do Sr. Aristides e a do Daniel Antunes Barbosa” (apud MESQUITA, 1995, p.135). A este respeito, Daniel Antunes Barbosa pronuncia-se:

Peguei oito mil cruzeiros em medicamentos numa farmácia em Maringá, na Minerva. Comecei com esse capital e depois fui pagando à medida do possível. Vendia muito pouquinho porque havia pouca gente. O começo foi difícil. Só depois que chegaram o Dr. Ramon, o Dr. Ovídio e o Dr. Douglas, começaram a vir viajantes propagar junto aos médicos e depois passavam nas farmácias para colocar os produtos (apud MESQUITA, 1955, p. 137).

Nascido em Itajaí, Santa C, em 16 de julho de 1925, Daniel Antunes Barbosa fundou a primeira farmácia da cidade, a Farmácia Cianorte. Não era farmacêutico, concluiu apenas o segundo grau. Em sua entrevista²⁵⁶, explica porque veio para Cianorte:

Eu fui até o escritório da Melhoramentos, em Maringá e lá me informei que estava abrindo um patrimônio novo, além do Ivaí. Então, eu tinha interesse em abrir uma farmácia. Foi o motivo de eu ter vindo aqui antes. Para ser o primeiro, para eu poder ser responsável pela saúde, não dependendo de farmacêutico formado (BARBOSA, 1984).

Barbosa participou ativamente da política local. Foi vereador por três mandatos. Eleito pelo PSP, com 16 votos, integrou a primeira Legislatura da Câmara Municipal (12/12/1955 a 12/12/1959), como segundo secretário. Pelo PTB, assumiu o cargo na segunda Legislatura (12/12/1959 a 23/12/1963). Foi suplente na terceira (25/12/1963 a 31/01/1969) e foi eleito na sexta Legislatura (01/02/1977 a 31/01/1983) (CIOFFI, 1995). Faleceu em 2013, aos 87 anos²⁵⁷.

²⁵⁵ Disponível em: <http://goldscrin.com.br/empresa/nossa-historia#> Data de acesso: 31/12/2020. A empresa deu um depoimento semelhante para o Projeto Resgate Cultura. Cf. MESQUITA, 1995, p. 125.

²⁵⁶ BARBOSA, Daniel Antunes. Entrevista concedida a Irene Gimenes Praxedes. Cianorte, 04 de junho de 1984.

²⁵⁷ Disponível em: https://issuu.com/folharegionaldecianorte/docs/frc-ed-597-15_01_2013 Data de acesso: 01/01/2021.

O Hospital demorou para ser construído porque não parecia muito necessário. Ângelo Vicentim²⁵⁸ diz que quando chegou em Cianorte, em 23 de outubro de 1952, para formar lavoura de café numa fazenda, não tinha hospital. Mas também não tinha doença: “Tinha nada! Parece que o povo tinha mais saúde. Não via gripe, não via nada”. Schulz (1984) consente: “aqui sempre foi uma região muito saudável. [...] Não tinha doença assim nenhuma não”.

Ramon Máximo Schulz foi o primeiro médico de Cianorte. Nasceu em Foz do Iguaçu, no dia 24 de agosto de 1924, de pai austríaco, naturalizado brasileiro, e mãe paraguaia. Recém formado na Escola Paulista de Medicina, em 1953, foi convidado por uma colonizadora da qual não se lembra o nome, para fundar um hospital em Jacaratiá. Rindo, Schulz (1984) conta que jamais encontrou a tal cidade, nem no mapa.

Para não perder a viagem, buscou um local para se instalar. “Embora fosse paranaense, no meu tempo, o norte do Paraná não existia. [...] Era só floresta. Então, nós procuramos um mapa do Paraná e vimos lá, Maringá”. De Maringá, partiu para visitar região. “Ficamos conhecendo todas aquelas cidadinhas [sic], também nenhuma delas agradou”. Schulz (1984) refere-se a Floresta, Peabiru, Campo Mourão e Paranavaí. O percurso foi feito de ônibus e balsa.

Eu empurrando o ônibus no barro. Eu lembro que quando nós passamos o Ivaí para ir para Campo de Mourão, [...] não tinha motor a balsa, era no braço. Então [...] diziam assim: “olha, quem não ajudar a puxar aqui, vai pegar maleita (risos). Então todo mundo ficava com medo e ajudava, né? (Risos). Então, era eu, o Ovídio e o Douglas, os três. [...] Ele [Ovídio] achava graça nesse papo, mas não pegava no cabo da corda pra puxar não. Eu sei que nós rodamos por tudo aí. E de vez em quando alguém dizia: “escuta, vocês já foram ver Cianorte?” “Não, ainda não”. [...] Por fim, quando nós já tínhamos visto tudo por aí e que nada servia, e nem mesmo Maringá, por causa da sujeira. Eu, depois de uma semana, fiquei inchado em Maringá, eu tinha alergia por poeira. Falei, “olha aqui eu não fico, de maneira nenhuma” [...]. Já estava para ir embora. E alguém disse: “[...] vamos ver Cianorte. Cianorte, uma cidade que foi fundada agora”. “Puxa vida, mas foi fundada agora, não tem nada lá, fazer o que lá? “Mas vamos ver, vamos ver Cianorte”. Aí eu vim aqui em Cianorte (SCHULZ, 1984).

Esta foi sua primeira visita, quando se hospedou no Hotel Cianorte, com Ovídio Luiz Franzoni e Douglas Gervásio, também médicos. Após ser levado por Manfrinato para conhecer o lugar, disse aos amigos: “Aqui tô de boa, gente!” E lembrou-se que “essa era a tal cidade que o Branco tinha falado”. Luiz Branco era genro de Gastão Mesquita Filho. Comentou sobre a cidade quando Schulz estava para se formar e trabalhava no Hospital São Paulo, em São Paulo. Época em que expressava a vontade de ir para o interior, porque sempre quis ter um hospital.

²⁵⁸ VICENTIM, Ângelo. Entrevista concedida a Izaura Varela. Cianorte, s/d.

Mas o interior para mim não era o interior como Cianorte, ou coisa parecida. Era cidade como Campinas, Ribeirão Preto, Rio Preto, Santos [...]. Então ele disse: “olha, já que você tá [...] decidido em ir para o interior, você não deixa de falar comigo, [...] porque o meu sogro, é presidente, ou diretor de uma grande firma de colonização e eles estão fundando no Paraná, uma cidade. Eu não sei o nome da cidade ainda, mas eles estão para fundar uma cidade”. Falei: “olha, vocês estão me convidando para uma cidade que ainda não foi nem fundada?” (Risos) [...] Mas na saída, de passagem, nós ficamos por Maringá. E lá conversando no balcão, [...] um sujeito disse: “negócio de Cianorte é com o Dr. Paulo”. A primeira vez que vi o Paulo foi em Maringá. [...]. O Paulo apareceu, nós conversamos com ele [...]. Pra ver qual era a possibilidade de ir para Cianorte e tal. Daí ele deu pra trás. Esperança nenhuma. Falei: “bom, deixa estar. Eu vou falar com o Branco”. Falei com o Branco e aí combinamos um encontro para falar com o Gastão Mesquita, mas ele não estava. Ele tinha viajado para a Grécia, não sei para onde. E quem nos atendeu foi o Dr. Hermann. [...] Nós acertamos com o Dr. Hermann de vir para Cianorte. Ele nos daria um desconto de 50% nas datas e daria um desconto, se não me engano, de 20% [...] no fornecimento da madeira para construção do hospital. E facilidade para pagamento dessa madeira. Foi a primeira vez que nós conversamos com o Dr. Hermann. E, na volta, já combinamos pra vir aqui em janeiro (SCHULZ, 1984).

Quando chegaram em Cianorte, em 30 de janeiro de 1954, “não tinha nada. Nós ficamos no Hotel Cianorte. Ficamos seis meses. Até que fosse construído o hospital. O hospital foi construído, nós inauguramos o hospital no primeiro aniversário de Cianorte, dia 26 de julho de 54”. Mas não havia demanda na cidade. “Os doentes vinham de fora, porque aqui não tinha. [...] De Moreira Sales e Goioerê. [...] Terra Boa, vinha aqui também” (SCHULZ, 1984).

Quando o hospital começou a funcionar, não havia luz elétrica na cidade. Segundo Schulz (1984), só o hotel da Companhia e o hospital tinham gerador a diesel. E a energia era racionada. “De noite, funcionava até dez e meia, onze horas, né? E de dia, quando precisava para esterilização de roupa, ou se tivesse cirurgia, [...] precisava ligar o motor. Mas ficava funcionando só o tempo necessário, depois tinha que desligar”.

Cada pessoa pagava ao proprietário um gerador pelo fornecimento de energia em sua casa por algumas horas à noite. Escolas, hospitais, indústrias, como máquinas de café e mercearias utilizavam motores diesel para obterem energia. Geladeiras e lâmpadas eram a querosene. As donas de casa utilizavam ferro à brasa para passar roupas. A iluminação na rua somente com o uso de lanterna a pilha (MESQUITA, 1995, p. 104).

Os médicos atendiam chamadas urgentes em residências, usando como locomoção um “jipinho”. “Tinha um tal de Antonio Baiano, o Baiano. E o Chiquinho, o Chiquinho Cearense, eles tinham um jipe, né? A gente chamava como taxi, os jipes. Bem no começo”. Wilma Mesquita pergunta se saíam à noite, em época de chuva, se encalhavam. Schulz (1984) responde rápido: “Saía do mesmo jeito!” E, na sequência, narra uma história de “encalhe”:

Eu fui para Vidigal atender um parto [...]. Na volta... Chovia que Deus dava! Naquele tempo, havia aquele... Acho que até hoje acontece isso em estradas não pavimentadas, né? Então, há lagoas em certos trechos, né? E o motorista mesmo, acho que um pouco meio inexperiente, viu? Ele entrou na primeira lagoa, o carrão morreu. Porque molha o distribuidor, né? Falei, “ó”. Aí começou a dar partida [...]. Até que realmente acabou pegando o carro. [...] Andou mais não sei quantos metros, caiu em outro poço. Outra vez morreu a distribuição. Vou até encurtar a história. No terceiro poço ficou, e aí a bateria acabou e nós passamos a noite inteira dentro do jipe [...]. E chovendo, sem parar. [...] Só depois que amanheceu o dia, que saí de lá (SCHULZ, 1984).

O Hospital Nossa Senhora de Fátima recebeu este nome em homenagem à padroeira da cidade. No entanto, “mais tarde mudou o nome para São Lucas”. Até 1973, “o hospital permaneceu comigo e com o Ovídio [...]. Nós abrimos a sociedade e o Ovídio ficou com o hospital, [...] depois passou para o Jorginho”²⁵⁹ (SCHULZ, 1984). Ele continuou exercendo a profissão. Em 1988, atendia em um consultório na Rua Constituição, nº 464, como consta nos arquivos do Conselho Regional de Medicina (1988)²⁶⁰, que também fornece o número de seu CRM 0001006. Ramon Máximo Schulz faleceu em 04 de setembro de 2001, aos 77 anos²⁶¹.

Mesquita (1995) resume que, nos primeiros anos de formação da cidade, a CMNP organizou e dirigiu, direta ou indiretamente, a implantação de casas de utilidades domésticas, hospital (1954) e outros serviços de saúde, telefonia, jornais (1954), rede bancária, escola (1955), correio²⁶² (1956) e rádio (1959). A Companhia doou os terrenos destinados aos órgãos dos poderes Executivos e Legislativo municipais, ao Fórum, à Igreja Matriz, à Receita Estadual, às residências dos juízes, às instalações da Sanepar, entre outros.

Em todo o projeto da Companhia, [...] sempre houve reservas de áreas destinadas à doações, [...] tanto ao poder público, [...] municipal, estadual e federal, [quanto à] [...] iniciativa privada, que são doações destinadas a empreendimentos de interesse público. [...] E no próprio projeto, já existem áreas destinadas à doação, o que significa que [...] estão escritas nos registros de imóveis, que a Companhia não pode simplesmente vendê-las [...]. São bastante expressivas, a área de doação [...] que já foi feita à prefeitura de Cianorte, é [...] de 4 alqueires (BARROS NETO, 1984).

²⁵⁹ Schulz refere-se a Jorge Moreira da Silva. Farmacêutico formado pela UFPR, veio para Cianorte em 1956 e como “não era homem rico, que pudesse montar farmácia por conta própria”, associou-se. Militante da UDN, foi secretário do partido e eleito primeiro vice-prefeito de Cianorte, em 1964. Sendo prefeito entre 1982 e 1988, colaborou com o Projeto Resgate Cultural, “oferecendo condições básicas para a realização de pesquisas, filmagens e entrevistas” (CIOFFI, 1995, p. 240-243; 246). Governou novamente a cidade de 1992 a 1996. Disponível em: <https://www.tribunadecianorte.com.br/cidades/marco-franzato-obtem-a-maior-votacao-desde-eleicoes-de-1992/>; <https://www.cianorte.pr.gov.br/sobre/galeria-de-prefeitos> Data de acesso: 31/12/2020.

²⁶⁰ Disponível em: [https://www.crmpr.org.br/uploadAddress/18\[3334\].pdf](https://www.crmpr.org.br/uploadAddress/18[3334].pdf) Data de acesso: 31/12/2020.

²⁶¹ Disponível em: <https://folhadecianorte.com/uma-perda-irreparavel-laura-guedes-schulz/> Data de acesso: 31/12/2020.

²⁶² Antes, “o correio era particular. O Sr. Carlos [...] ia buscar correspondência em Maringá e cobrava uma taxa anual por uma caixa postal” (MESQUITA, 1995, p. 104).

À guisa de conclusão, retomamos a questão da CMNP ter assumido incumbências do Estado, como se estivesse fazendo um favor à comunidade. O que fica evidente no livro, graças aos depoimentos dos engenheiros Pedro Garcia Abreu e Paulo de Moraes Barros Neto. As entrevistas de ambos reproduzem fielmente o discurso promulgado na edição comemorativa do cinquentenário da Companhia que, à propósito, Barros Neto ajudou a escrever.

Até a implantação do município, a Companhia respondia por toda a atividade [...]. Inclusive, o controle do cemitério e, portanto, o sepultamento²⁶³. [...] Porque a prefeitura, aqui no caso de Cianorte, era em Peabiru, muito distante. E o próprio município dava autoridade para a Companhia. Isso foi feito em Jussara, Cianorte, Terra Boa [...]. Para a implantação desses municípios, a Companhia precisou construir desde prédio até contribuir com móveis [...], porque o Estado alegava falta de recursos. A Companhia precisou [...] contribuir até com máquinas de escrever (BARROS NETO, 1984).

Segundo Abreu, o Estado não tinha interesse. Para Barros Neto, o Estado não tinha recursos. De qualquer forma, a CMNP lucrou muito com a abertura dessas cidades. O Estado havia praticamente dado as terras. A Companhia não teria vendido tantos lotes urbanos e rurais, se não tivesse construído a infraestrutura básica dessas cidades. Portanto, exaltar seu papel na abertura de estradas e ruas, construção de pontes e prédios públicos, etc. e desmerecer o Estado nesse processo, significa ignorar o funcionamento do próprio capitalismo. Uma empresa privada grande e de sucesso como a CMNP não gasta, investe.

Os engenheiros estavam fazendo seu trabalho, ao propagandear as ações da CMNP. Às professoras, caberiam analisar os depoimentos com criticidade. Ao invés de tê-los reproduzido e os incorporado ao texto, muitas vezes, sem nem identificar os autores. Como se fossem verdades absolutas e não versões ou visões sobre estes fatos.

5.1.4. Cotidiano

Mesquita (1995, p. 104) descreve “os primeiros tempos”, em que Cianorte era “boca do sertão”, como “difíceis, mas ao mesmo tempo agradáveis”. “Mata a toda volta, algumas casas rústicas de madeira”, ruas que “começavam a surgir de um chão cheio de tocos e mato”. Carlos Yoshito Mori (1986) é mais realista ao dizer que na cidade não “tinha quase nada. Na avenida mesmo era cheio de toco. A noite não tinha luz elétrica. Água não existia”.

²⁶³ Mesquita (1995, p. 92) reproduz esta fala, sem creditá-la a Barros Neto (1984). “Até a implantação do município, a prefeitura, no caso de Cianorte, era em Peabiru, muito distante na época. Então, o próprio município delegava poderes à Companhia que respondia por várias atividades municipais, inclusive o controle do cemitério: realizar enterros, preencher fichas. Então, os óbitos eram feitos aqui e registrados no cartório de Peabiru”.

Figura 85: Ruas abertas, Zona 1 (1954)



Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE CIANORTE.

Helena Moraes Barros (1984) concorda: “as ruas eram cheias de buracos, no meio das avenidas ainda tinham ficado os tocos das árvores. [...] O mato estava tão próximo das casas, que até animais silvestres vinham para o quintal. [...] Uma vez nós encontramos cinco quatis dentro da garagem”. E confirma que “tinha pouca coisa” na cidade. “Na minha rua, havia mais uma casa, do seu Wilson Varella e da dona Luiza”.

Nós chegamos e como não havia nada, nós duas pensamos imediatamente, como tínhamos filhos pequenos, em fazer horta. E fizemos horta e os passarinhos do mato comiam tudo. Então, eu fui perguntar para a dona Luiza, como é que a gente fazia para combater os passarinhos. E ela me deu uma resposta engraçada. Ela disse: “bota no espeto um passarinho e um pedacinho de tocinho, que isso combate qualquer passarinho!” [...] Se você comer os passarinhos, fica livre deles (BARROS, 1984)!

Pelos relatos, podemos conhecer um pouco sobre a alimentação dos primeiros habitantes. Não havia açougue, nem padaria, mais tarde abriu uma quitanda. Segundo Ramon Máximo Schulz, Maurício Cossich e Helena de Moraes Barros, carne e pão vinham de Jussara. Verduras e legumes eram trazidos de Maringá. Helena comenta que muitas pessoas não sabiam como fazer uma horta. E explica como procedia antes da sua começar a produzir:

Eu fiz uma horta [...]. Mas havia muita gente que não sabia fazer horta. Porque [...] veio de São Paulo diretamente para cá. [...] Não sabia utilizar os recursos do lugar. Nos comíamos muito palmito do mato [...]. Eu aprendi a comer caxi. [...] No começo, até minha horta começar a funcionar, eu tinha falado com um japonês, que era meu freguês lá em Maringá e ele despachava um caixote de verduras por semana. E eu pedia, naturalmente, essas verduras não perecíveis,

tomate, cenoura, chuchu [...]. Mas às vezes acontecia o seguinte: como as estradas eram muito ruins, não havia ponte no rio, a balsa rodava ou havia um contratempo qualquer, as minhas verduras ficavam dois dias na estrada e chegavam todas estragadas! (BARROS, 1984).

Maurício Cossich (1984) recorda-se que “uma vez choveu 15 dias sem parar, a balsa parou de funcionar e a coisa foi ficando feia. Era sardinha em lata, pescadinha, era o que tinha para comer”. Daniel Antunes Barbosa conta que “o gás era comprado na quitanda. Quando iam buscar verduras em Maringá, levavam botijões vazios e traziam cheios. [...] Leite não havia, só leite em pó. Havia muito leite de cabra”. Antônio Roberto Manfrinato relaciona comida e amizade (apud MESQUITA, 1995, p.101):

Travávamos relações amistosas com os trabalhadores da Companhia Melhoramentos, indo a seus acampamentos conversar, ouvir seus contos, às vezes, ao som de uma gaita de boca. Comíamos o pão quase doce, com o famoso chá mate e também saboreávamos a linguiça de barril (era guardada dentro de barris de madeira com água e sal) e o delicioso charque.

As pequenas confraternizações no acampamento da CMNP podem ser consideradas uma forma de lazer. Pois, de acordo com Praxedes (1995), a cidade não oferecia muitas opções. A população masculina divertia-se com a caça e a pesca. Cossich (1984) lembra que caçava todo sábado e domingo. “Cedo a gente saía de casa e só chegava de noite. [...] As caçadas aqui eram tradicionais, bicho aqui era o que tinha, de toda espécie: anta, onça... Se bem que não era meu forte caçar onça não (risos). Mais era passarinho, macuco, cachorro”. Ângelo Vicentim costumava caçar bastante, com três ou quatro companheiros e cachorros americanos:

O seu falecido Primo, os irmãos dele, o Dr. Ricardo, o Hélio Manfrinato [...] nós juntava uma turminha lá. Então, eles iam lá em casa, às vezes eu chegava do bar, jogava a sanfona, colocava os cachorros no carro e ia caçar. [...] Ia no mato, soltava no rastro dos veados [...], catetos, queixadas. Os veados caíam água abaixo, o pessoal da beirada do córrego atirava dentro da água. Os cachorros tiravam eles da mata onde estavam amoitados. [...] Depois trazia a caça pra casa, dividia com o vizinhos. Não tinha açougue e por mais de um ano era só carne de mato (VICENTIM, s/d).

Nos primórdios da colonização, “o esporte que existia era o futebol”, expressa João Batista Maфра. Esta modalidade sempre esteve presente no lazer dos cianortenses. Jogavam num descampado, onde foi instalado o pátio da estrada de ferro, posteriormente (apud PRAXEDES, 1995, p. 347). “Para jogar uma partida de futebol, tinha que entrar ali perto do hospital que era do Dr. Ramon, descia por uma picada, até a esplanada, lá [...] era o campo da cidade. Lá a gente ia jogar, treinar, e quando voltava por dentro da picada, já era noite” (COSSICH, 1984).

No Hotel Cianorte, as famílias se reuniam para conversar, jogar cartas e dançar. Ângelo Vicentim, com “o finado primo, junto com o Dr. Ovídio e o Dr. Ramon [...], fazia brincadeira com a sanfona [...] dentro do hotel”. Por ser o ponto de chegada do único ônibus que vinha de Maringá, trazendo notícias dos centros maiores, era o local mais frequentado pelos moradores (PRAXEDES, 1995, p. 336). Schulz (1984) brinca: “Comunicação? Só indo... lá! [...] Não tinha telefone, não tinha nada! Nada, nada, nada!”

Com a falta de jornais, revistas ou outros meios de comunicação, “as conversas entabuladas nas calçadas assumiram um papel importante na divulgação dos acontecimentos locais. Após a realização de suas tarefas cotidianas, os primeiros moradores levavam as cadeiras para a frente de suas casas” e conversavam com os transeuntes (PRAXEDES, 1995, p. 337). Nostálgico, Omar Simão Chueiri (1986) opina:

Cianorte era muito melhor naquela época. Em Cianorte, nós tínhamos tempo de sentar, tínhamos tempo de bater papo, tínhamos tempo de olhar a lua, tínhamos tempo de trocar ideias, mesmo depois de 62 anos de casados, eu me lembro, o passatempo das famílias de Cianorte era sentar em frente à calçada no verão, e ficávamos ali conversando.

O entretenimento era garantido por um alto-falante instalado em um poste da Avenida Goiás. “Entremeados às músicas, os noticiários informavam os acontecimentos e transmitiam recados”. Era o meio mais rápido e eficaz de se comunicar com a população. O som propagava-se por toda cidade (PRAXEDES, 1995, p. 337-338). “O pessoal se aglomerava ali, um oferecendo música para o outro, tinha uma luzinha acesa, as borboletas todas ali. E o locutor era o Celso Broeto (COSSICH, 1984).

Segundo o próprio Celso Antônio Broeto (1987), sua “profissão era alfaiate. Eles tinham uma alfaiataria na Rua XV de Novembro. Foi a primeira alfaiataria de Cianorte, na qual trabalhavam meu pai, minha mãe, eu e os irmãos. Era o meio de vida da família à época. Mesquita (1995, p. 97) confirma: “o primeiro alfaiate foi o Celso Broeto”. Portanto, atuar como locutor devia ser um passatempo, tendo em vista que o alto-falante era uma divertida novidade.

Gabriel Cossich discursava nas datas cívicas para toda população, usando o alto-falante (PRAXEDES, 1995). Mateus Biazzini lembra que ele um tinha interesse especial pelas datas cívicas. “Quando as pessoas se esqueciam daquela data, de repente a gente ouvia aquela voz, lá, soando nos ares de Cianorte com [...] um pronunciamento” (CIOFFI, 1995, p. 287).

O alto-falante anunciava tudo o que acontecia naquele início de Cianorte: desde notas de falecimentos à pronunciamentos políticos, à chegada de verduras na Quitanda Maringá, a encontrados marcados por pessoas que

chegavam em Cianorte e não sabiam onde moravam os parentes. Anunciava as Ave-Marias, às 18 horas (CIOFFI, 1995, p. 287).

Do mesmo modo, Gabriel Cossich interessava-se por política. Concorreu ao cargo de vereador nas eleições de 03 de outubro de 1955, pela UDN. Foi suplente na primeira Legislatura da Câmara Municipal (12/12/1955 a 12/12/1959) (CIOFFI, 1995). Seu filho o chama de “bobo”, por ele colocar o bem estar geral acima do próprio. E explica que Gabriel Cossich teve participação fundamental na comissão que indicou Wilson Varella para prefeito:

Eu me lembro que meu pai sempre mexeu com essa droga e foi o político mais burro que eu conheci na minha vida. Ele mexia com futebol, com um monte de coisa, sempre se relacionou bem com as pessoas. Gostava de fazer um discurso. Ele surgiu com o negócio de passar Cianorte para município e não sei o que, juntou uma turma aí, numa bela noite dessas, e resolveram pedir para o Wilson Varella ser candidato único. Aí foram lá na casa do senhor Wilson, porque ele era lá da Companhia, teria mais acesso com a Companhia. Aí acho que o velho só teve juízo nisso, porque por ele, poderia ter sido muito bem prefeito, em vez de escolher outro, ser ele. Mas fazia as coisas pensando mais no bem geral da comunidade do que para ele. Por isso, digo que ele é bobo, político tem que pensar nele. Pelo menos aqui no Brasil é assim. Aí o senhor Wilson aceitou com muita humildade ser candidato único e foi uma boa escolha. Ele [...] conseguiu instalar a prefeitura, organizar a contabilidade, não tinha muito o que fazer, porque a Companhia naquela época fazia tudo. Arruamento, conservação de rua, isso era tudo através da Companhia. [...] O velho era tão ruim político, ajeitava tudo para os outros, que foi candidato a vereador e acabou perdendo (COSSICH, 1984).

Outra atividade recreativa que entusiasmava a todos era o baile. Realizado nos finais de semana, nas máquinas de café, em armazéns, tulhas ou barracas (PRAXEDES, 1995). “A gente fazia divertimento, dávamos uma limpada em qualquer máquina de café, chamávamos alguns tocadores de sanfona e violão e passava a noite toda dançando” (BOEING, 1987).

A gente chegava sete e meia, oito horas e começava o baile. [...] Batia o sanfão em cima, o pessoal gostava [...]. Um dia eu estava lá assistindo jogo e elas pediram pra mim: “o senhor não vai tocar sanfona aqui pra nós?” Eu falei: “toco sim”. Elas falaram: “mas o senhor não faz mais baratinho pra nós?” Eu falei: “pra você que é professora eu faço”. Naquele tempo, era cinquenta cruzeiros. [...] No dia desse baile da professora lá, [...] eu estava tocando. O seu Vilela, seu Wilson, seu Mota, mataram um cabrito e colocaram debaixo da mesa e falaram que era pra eu comer (VICENTIM, s/d).

A vida era pacata no patrimônio de Cianorte. Até a criação do município, o policiamento era feito por um soldado do destacamento de Peabiru, que tinha pouco trabalho. “As ocorrências mais comuns eram o excesso de bebidas alcoólicas, em finais de semana, quando a peonada se reunia nos bares”. Celso Antonio Broeto afirma que “não havia roubos, mortes, nenhuma

violência”. Floripes Conceição da Silva concorda: “quando chegamos aqui, a casa não estava terminada. Dormíamos com as portas abertas e não tinha janela. A gente punha um pano. Nunca aconteceu nada. E tinha trezentos peões trabalhando aí”. (CIOFFI, 1995, p. 290-291).

Já no hospital, o dia a dia era mais difícil. Não havia enfermeiros. Pessoas da comunidade, sem formação acadêmica, assumiram a função. Como relata Schulz (1984): “nós treinamos aí, duas ou três mulheres aí, pra fazer enfermagem. [...] Grande parte do serviço nós mesmos fazíamos [...]. Limpar o doente. [...] Limpar até o quarto. Até o hospital [...]. Primeiro, nós tínhamos que fazer para elas verem como é que era”. Além delas, havia o Lauro, “um enfermeiro até muito bom”. “Sujeito eficiente”, que aprendeu enfermagem acidentalmente²⁶⁴.

Schulz (1984) afirma que a maioria dos partos eram feitos pelas parteiras, antes e depois da chegada dos médicos. Júlia Pires, primeira parteira de Cianorte, conta: “O Dr. Ramon e o Dr. Ovídio sempre me deram uma mão [...]. Quando eu chegava no hospital com uma mulher, eles falavam pras enfermeiras: ‘Foi a dona Júlia que trouxe, pode arrumar a mesa que é uma cesárea, se não, ela não trazia aqui’” (apud VARELLA, 1995, p. 427). No “Relatório do Posto de Higiene de Cianorte”, publicado em 1956²⁶⁵, constam três parteiras cadastradas.

Seus nomes são recordados por Cioffi (1995, p. 198): Juvir Correia de Castilho, Júlia Pires e Carmem Silva²⁶⁶. “Mulheres simples do povo, são lembradas até hoje, com carinho, pelas pessoas que as conheceram e que acompanharam a luta dessas senhoras, que a qualquer hora do dia ou da noite, com qualquer tempo, estavam prontas para trazer à luz, mais um cidadão cianortense”. Elas “desempenharam uma tarefa de grande relevância naquela época em que não havia atendimento previdenciário”²⁶⁷.

Para Schulz (1984), dona Júlia representava a concorrência. “Era mais barato e o pessoal acreditava mais nela do que em nós [...]. No começo, [...] eu tinha que disputar com ela! E ela ganhava”. Certamente por isso foi contratada. Segundo Cioffi (1995, p. 198), Júlia Pires “trabalhou durante muitos anos no Hospital Nossa Senhora de Fátima”. Religiosa, tinha o costume de batizar os bebês adoentados, quando ainda não existia igreja católica em Cianorte:

[...] batizávamos em casa. Nós pegávamos água, falava a oração que o padre fala, a mesma coisa. Pegava a criança prá morrer, trazia um pratinho de água, pedia três raminhos, pedra e sal e benzia a criança. E eu falava: ‘eu te benzo com o nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo’, três vezes, rezava o Creio em Deus Pai e a criança ficava boa (apud PRAXEDES, 1995, p. 302-303).

²⁶⁴ “Ele trabalhava numa serraria. A caldeira da serraria explodiu. E ele ficou muitos meses no hospital, tratando da queimadura. [...] Que nunca sarou direito [...], o obrigou a cortar perna” (SHULZ, 1984).

²⁶⁵ O PORTA VOZ, Cianorte, 24 de dezembro de 1956, Ano I, n. 1, p. 1.

²⁶⁶ Das três, apenas a entrevista de Carmem Silva não foi encontrada. E só Júlia Pires teve trechos de seu depoimento publicados.

²⁶⁷ De acordo com Schulz (1984), o atendimento médico era particular. “INPS começou a funcionar aqui em 1970”.

As parteiras realizavam o batismo apenas quando havia risco de vida para a criança. Posteriormente, o sacramento era confirmado pelo padre. “Era o que mais preocupava aquela comunidade que acreditava ser impossível salvar-se sem ele” (PRAXEDES, 1995, p. 302). O primeiros moradores sentiam falta de assistência religiosa. A maioria era católica. E manifestava sua fé através de práticas como rezar o terço todas as noites, nas casas dos fiéis ou ao redor do bosque João XVIII.

Praxedes (1995, p. 301) afirma que “no mesmo ano da fundação da cidade (1953), foi celebrada a primeira missa no pátio do Hospital Nossa Senhora de Fátima”. Mas o hospital só foi inaugurado no ano seguinte (1954). Desconhecemos a data exata. Virgilino Ferreira Varella, filho de Wilson Varella, tem lembranças da primeira missa.

Lá estavam meu pai, minha mãe, o Dr. Hermann Morais Barros, o Dr. Luiz Mesquita Filho, o Dr. Gândara, funcionários da Companhia que trabalhavam na derrubada da mata e pouquíssimas famílias de pioneiros. [...] Eu fui o primeiro coroinha da primeira missa celebrada em Cianorte (apud PRAXEDES, 1995, p. 302).

Segundo Praxedes (1995, p.302), as “celebrações eram ansiosamente esperadas pelos fiéis, que se esmeravam nos preparativos da missa. O alto-falante anunciava a chegada do padre, atraindo a todos para o local”. De acordo com Cossich (1984), o “padre vinha celebrar missa aqui uma vez por mês. As missas eram celebradas em local incerto. Conforme ia surgindo construções novas, a gente transferia para outro lugar. [...] Se bem que já existiam outras religiões, outras crenças. Então, a religião já era bem diversificada”.

Em 1954, o pastor luterano John Alisson Abel, norte-americano de nascimento, chegou em Cianorte e encontrou um “terreno fértil para suas pregações, visto que não havia padre fixado na cidade e, portanto, a população estava carente de direção espiritual”. Em seus ofícios religiosos, reunia evangélicos e até católicos. Segundo o pastor, “mal tinha aberto a Igreja e vinham presbiterianos, da Assembleia de Deus, batistas e metodistas. Logo eu tinha mais de 100 pessoas” (PRAXEDES, 1995, p. 309-310).

Na mesma época, a Igreja Batista, na falta de um templo, realizava os cultos nas casas das famílias. O primeiro foi celebrado na residência de Mateus Biazzini, que se “orgulha do fato de ter sido de sua Igreja, o primeiro culto realizado dentro de Cianorte, antes mesmo da Igreja Luterana”. Posteriormente, a Igreja Presbiteriana deu início às suas atividades religiosas, com cultos também realizados nas casas dos fiéis (PRAXEDES, 1995, p. 310).

Segundo Praxedes (1995), no dia 26 de julho de 1954, o padre Aloísio Jacob de Peabiru, celebrou uma missa campal no local onde seria construída a Igreja Matriz. A data não confere com a do panfleto que anuncia as comemorações do primeiro aniversário, programada para 25 de julho. Às 8 horas, “Missa rezada pelo Rev. Vigário de Peabiru, que ouvirá as confissões dos fiéis antes da mesma”. Depois da inauguração do aeroporto, às 10 horas, há outra missa, “rezada pelo Rev. Vigário de Peabiru, que efetuará batizados após a mesma”. No final do panfleto, em letras garrafais, destaca-se a informação: “no sábado, dia 24, Rev. Vigário de Peabiru rezará uma novena e, após a mesma, ouvirá os fiéis em confissão”.

No local da missa, “ergueu-se o Cruzeiro²⁶⁸, símbolo da fé cristã dos pioneiros”. No mesmo dia, os fiéis formaram uma comissão, presidida por Joaquim Pagani, a fim de alcançar os meios necessários para a construção da capela. Além da arrecadação de dinheiro através de listas de doação, organizaram quermesses, em que “todos colaboravam, doando frangos, leitões, prendas ou apenas trabalhando” (PRAXEDES, 1995, p. 305-306).

No panfleto de programação das comemorações do primeiro aniversário de Cianorte, destaca-se a “Grande Quermesse em benefício da construção da Igreja de N.S. de Fátima, nos dias 24 e 25 deste”, escrito em negrito, no fim da folha. Portanto, as quermesses não foram ideia da comissão formada após a missa. Antes da celebração desta, já havia propaganda da quermesse para arrecadar fundos para construir a futura capela, que foi inaugurada em 1956.

Para concluir, lembramos a importância do cotidiano nas pesquisas sobre memória. Segundo Ferreira (2011, p. 178), as sociedades contemporâneas passaram a ter uma verdadeira obsessão pela memória”. Esta valorização levou os historiadores a priorizar os estudos do cotidiano, com ênfase na biografia dos personagens comuns e nos testemunhos orais.

Vertente nascida na França, na década de 1960, a História do Cotidiano propõe enxergar a realidade sob a perspectiva de pessoas comuns, práticas, hábitos e rituais que caracterizam seu dia a dia. Investigar como viviam, namoravam e casavam, divertiam-se, eram educados, nasciam e morriam (RAMALHO, 2002).

O cotidiano remete à vida privada e familiar, às atividades ligadas à manutenção dos laços sociais, ao trabalho doméstico e às práticas de consumo. A história da vida cotidiana é a história dos pequenos prazeres, dos detalhes quase invisíveis, dos dramas abafados, do banal, do insignificante, das coisas deixadas de lado. Contudo, nesse inventário de aparentes miudezas, contém a imensidão e a complexidade através da qual a história se faz e se reconcilia consigo mesma (PRIORE, 1997).

²⁶⁸ Embora o Cruzeiro ilustre a capa do livro, não encontramos fotos suas, nem de missas, entre os documentos do Projeto Resgate Cultural. Estas já deviam ter se perdido quando tivemos acesso ao arquivo.

5.2. História Política de Cianorte (1955-1975)

No capítulo “Cianorte – aspectos políticos e administrativos” (1995, p. 179-263), Helena Cioffi descreve a “evolução política” de Cianorte entre 1955 e 1992. O texto é dividido de acordo com as gestões municipais – de Wilson Ferreira Varella a Edno Guimarães. E inclui os principais aspectos de cada governo: administração, educação, segurança, fazenda, saúde e poder legislativo. Todavia, devido aos limites desta pesquisa, encerraremos na gestão de Ramon Máximo Schulz (1963-1969), abordando apenas alguns aspectos das gestões seguintes.

Este capítulo segue os parâmetros da História Política Tradicional²⁶⁹, visto que destaca eventos, fatos, datas e nomes considerados grandiosos. Não obstante depoimentos de “pequenos pioneiros” sejam citados, sua contribuição é desproporcionalmente menor. E não há fotografias deles, salvo raras exceções, em que não são nomeados. Como na foto da contracapa do livro “Cianorte, sua história contada pelos pioneiros (1995), que retrata um homem carregando feixes de lenha sobre os ombros, em meio à mata, com os dizeres: “pioneiro anônimo”. Basicamente, as imagens consistem em fotografias de prefeitos, vereadores, deputados e suas edificações, principalmente as construções que dão o toque do progresso.

Ainda assim, Cioffi é a única professora que faz uma crítica à ditadura militar e escreve um pouco sobre o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cianorte e a perseguição infligida aos seus membros, acusados de serem comunistas. Demonstrando uma possível influência da “história vista de baixo”, da Nova Esquerda Inglesa²⁷⁰. Infelizmente, a maior parte do texto

²⁶⁹ A História como disciplina é institucionalizada no Brasil, na década de 1930, na USP. Os cientistas sociais estudaram a história brasileira recente antes dos historiadores de formação. O que se explica pela influência do positivismo, que pressupõe certo recuo no tempo para estudar os fatos históricos, como garantia de objetividade. A história política tradicional, dominante nos anos de 1930, retorna em 1970. A ditadura militar influencia a volta dos estudos políticos na história, juntamente com a crise dos paradigmas estruturalistas, valorizando o sujeito e o acontecimento (GOMES, 1996). Foi na década de 1970, que as professoras obtiveram diploma universitário.

²⁷⁰ A Nova Esquerda Inglesa surgiu em 1956, com historiadores britânicos vinculados ao Partido Comunista Inglês, que, descontentes com o regime stalinista, romperam com o partido e acabaram por influenciar a historiografia. Deste movimento participaram Raymond Williams (1921-1988), Eric Hobsbawm (1917-2012), Christopher Hill (1912-2003), Perry Anderson (1938-), Maurice Dobb (1900-1976), Edward Palmer Thompson (1924-1993), entre outros. Estes intelectuais reescreveram a História britânica, contribuindo, principalmente, para os estudos de História Social. Fundaram a revista “New Left Review”, em 1959, para divulgar suas ideias pautadas em uma releitura crítica dos conceitos marxistas. A Nova Esquerda Inglesa considera a subjetividade, as relações entre as classes e a cultura. Defende que a consciência de classe se constrói nas experiências cotidianas, a partir das quais são tratados os comportamentos, valores, condutas, costumes e culturas. Busca superar a visão mecânica e reducionista do marxismo ortodoxo, que prescreve uma História linear, em direção à revolução; bem como, uma História tradicional, calcada em fatos históricos determinados e aliados a figuras de heróis. Procura analisar a concepção de poder de forma a apresentar outros atores sociais e outros espaços de poder – história vista de baixo”. Reconhece o conceito de luta de classes no interior de uma mesma classe e não somente entre as classes. Estes historiadores elegeram a classe trabalhadora como personagem central de seus estudos empíricos e ampliaram os conceitos de classe social e de luta de classes, fundamentais no pensamento marxista. Deste modo, não reduzem a explicação histórica ao aspecto econômico, uma vez que o conceito de experiência envolve de forma dialética, o econômico, o cultural e o social. Passaram a usar documentos desvalorizados pela historiografia tradicional, como

centra-se nos debates travados nos gabinetes dos prefeitos e na Câmara Municipal. A eterna e inútil disputa entre a oposição e a situação, que prejudicou a cidade em diversos aspectos.

Nosso propósito consiste em analisar este capítulo e, conseqüentemente, a história política oficial de Cianorte. Para tanto, valemo-nos dos princípios da Nova História Política que, segundo Rémond (1996), apresenta métodos, objetos e problemas renovados a partir da interdisciplinaridade. E da busca de uma cultura política inserida na longa duração, de seu estudo com a integração de todos os atores e da quantificação. Além da revalorização do sujeito, do acontecimento e da narrativa.

De acordo com Falcon (1997), esta abordagem provém da percepção da politização dos acontecimentos, comportamentos, ideias e discursos. Bem como, da superação epistemológica da confusão entre político e factual. Articula o retorno do acontecimento com paradigmas e modelos teóricos, desvincula-se do empirismo positivista e redefine o político, a partir da noção de social e do conceito de representação.

Portanto, poder e política passam ao domínio das representações e de suas conexões com as práticas sociais. O estudo do político compreende não mais apenas a política em seu sentido tradicional – instituições, partidos, eleições, biografias, guerras. Mas em nível das representações sociais ou coletivas – imaginários sociais, memória ou memórias coletivas, opinião pública, mídia, enfim, diversas práticas discursivas associadas ao poder (FALCON, 1997; RÉMOND, 1996).

Para Rémond (1996), estudar a história do político é estar convencido de que o político existe por si mesmo, que tem consistência própria e autonomia. É o ponto para onde conflui a maioria das atividades e componentes do conjunto social. Contudo, não mantém tudo sob sua dependência, pois não escapa das determinações externas.

A história contemporânea demonstrou a força do acontecimento político e a fraqueza das explicações redutoras. O político é uma das expressões mais altas da identidade coletiva. Um povo se exprime tanto pela sua maneira de conceber, de praticar, de viver a política, quanto por sua literatura, seu cinema e sua cozinha. A cultura política, que resume a singularidade do comportamento de um povo, é um poderoso revelador do “ethos” de uma nação (RÉMOND, 1996). Ou, no caso de Cianorte, de uma comunidade.

processos judiciais, interrogatórios, boletins de ocorrência, relatos de tradições orais, canções e livros populares. Pautaram suas análises na experiência do historiador, na sua dimensão social e investigativa, contribuindo para o surgimento de novos questionamentos sobre o passado e novos métodos de pesquisa. Esta concepção de História, como experiência de homens e mulheres e sua relação dialética com a produção material, valoriza a possibilidade de luta e mudança social. Adaptado de: <https://ensinodehistoriaproblematizada.wordpress.com/historiografia/> Data de acesso: 08/01/2020.

O conceito de cultura política foi criado na década de 1960, por Almond e Verba, a partir da combinação das perspectivas sociológica, antropológica e psicológica dos fenômenos políticos. Com o objetivo de incorporar nas análises da política da sociedade de massas contemporânea, uma abordagem comportamental, que considere os aspectos subjetivos das orientações políticas, tanto do ponto de vista das elites, quanto do público. No entender de Kuschnir e Carneiro (1999), a noção de cultura política refere-se ao conjunto de atitudes, crenças e sentimentos que dão ordem e significado a um processo político, pondo em evidência as regras e pressupostos nos quais se baseia o comportamento de seus atores.

Cultura política é uma espécie de código ou conjunto de referentes, compartilhados por um partido, família ou tradição políticas. Forma um todo coerente (concepção de Estado, sociedade, vocabulário, passado e futuro), que se materializa através de símbolos, ritos, formas e gestos comuns. É uma fração da cultura aplicada ao universo político. Esta definição de Berstein (1998) tem caráter plural, uma vez que aceita várias culturas políticas em uma sociedade. Ainda que uma possa sobrepor-se às outras, influenciando-as. O estudo da cultura política serve para informar sobre os comportamentos individuais e coletivos, não explicados pela racionalidade. E para compreender o imaginário, as crenças, os valores, as normas, enfim, a cultura das pessoas. As motivações dos atos humanos e suas representações da sociedade.

Em nossa análise, mantemos a estrutura do capítulo, com a divisão por governos. Porém, ampliamos o olhar através de documentos que complementem, comprovem ou desconstruam a narrativa oficial. Dentre estes, os jornais são destaque, pois, ao mesmo tempo em que refletem a opinião pública, podem influenciá-la. Incluímos as reportagens que elogiam e as que criticam os prefeitos. Porque a cultura política brasileira centra-se no indivíduo, não no partido²⁷¹ ou no Estado. Os eleitores votam na “pessoa”. O prefeito, não a administração que ele representa, torna-se alvo da imprensa. Os problemas do município são denunciados como culpa dos prefeitos. E tudo que é feito a fim de solucioná-los, é mérito exclusivo deles²⁷².

²⁷¹ O antipartidarismo enraizado na cultura política do Brasil tem origens remotas. Valorizados durante o Império, enquanto garantidores da alternância no poder; passaram a ser estigmatizados com o advento da República, pelos positivistas e autoritários. Nos anos 1930, o questionamento dos valores liberais levou à rejeição da democracia representativa. Com o fim do Estado Novo, o país passa por uma experiência democrática, entre 1945 e 1964, mas a visão antipartido mantém sua força ideológica. A desvalorização dos partidos pode ser explicada pelo fato das relações pessoais serem mais fortes que o racionalismo: o clientelismo e o fisiologismo. Esta tendência se exacerba em épocas crise, devido à intervenção do Estado e das elites, que mantém os partidos débeis para continuarem no poder. Portanto, a criação dos partidos é artificial, trata-se de uma manobra ligada ao interesse da cúpula e não da base. Em síntese, os partidos são instáveis, sem enraizamento social (DINIZ, 1989).

²⁷² Neste sentido, confunde-se com o capital político, uma forma de capital simbólico, firmado no reconhecimento e na crença que os agentes conferem a uma pessoa. Só existe porque aquele que lhe está sujeito coloca sua confiança naquele que o exerce. Como depende da opinião, o homem político está sujeito às suspeitas, calúnias, escândalos. Este capital lábil pode ser conservado mediante o trabalho não só para acumular crédito, mas para evitar o descrédito (BORDIEU, 1998).

Aproveitamos algumas imagens do livro e do Projeto Resgate Cultural, que não foram publicadas. E incluímos outras, de procedência distinta, principalmente do site da Prefeitura Municipal de Cianorte, que exhibe uma galeria de fotos históricas e atuais. Muitas das quais estão no livro e estavam no depósito. Por fim, temos as entrevistas e demais fontes da época, cujas informações são comparadas com as divulgadas no capítulo em estudo. Os capítulos restantes também são citados, na medida em que complementam várias referências.

5.2.1. Emancipação política de Cianorte e sua primeira eleição (1955)

Através da Lei Municipal nº 12 de 25 de abril de 1955, “a Câmara Municipal de Peabiru decretou [...]: ficam criados os Distritos Administrativos de Jussara, Cianorte, Tuneiras do Oeste, Rondon, Cidade Gaúcha, Cruzeiro do Oeste, Maria Helena, Porto Camargo, Umuarama e Iporã”. Após 79 dias, Cianorte deixou de ser distrito de Peabiru. E foi elevado a município por meio da Lei Estadual nº 2.412 de 13 de julho de 1955 (MESQUITA, 1995, p. 83-84).

Graças ao empenho da diretoria da **Companhia Melhoramentos Norte do Paraná** e à articulação de lideranças locais e políticos como **Accioly Filho**, **Napoleão Moreira da Silva** e **Silvino Lopes de Oliveira**, o município de Cianorte foi criado pela Lei 2.412/55 da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná e sancionada pelo Governador **Bento Munhoz da Rocha Neto**, em 13 de julho de 1955, publicada no Diário Oficial do Estado de 16 de julho de 1955 (CIOFFI, 1995, p. 180, grifos da autora).

O processo que levou à municipalização iniciou-se em princípios de 1955, com a mobilização de lideranças locais, com destaque para Gabriel Segundo de Minas Cossich, “homem de espírito pioneiro e grande mobilizador da opinião pública da época [...], porta-voz do povo em suas reivindicações”. Em julho, já era consenso na comunidade que Cianorte deveria participar das eleições na condição de município independente (CIOFFI, 1995, p. 179).

Havia um certo temor de que o Sr. Silvino Lopes de Oliveira, Deputado Estadual pela região de Peabiru, se candidatasse a Prefeito de Cianorte, o que não era conveniente para as lideranças de então. O Sr. Wilson Ferreira Varella, acima de qualquer partido, era funcionário da Companhia Melhoramentos e, consultado a respeito, aceitou o convite dos amigos e da própria comunidade (CIOFFI, 1995, p. 185).

Embora Cioffi (1995) afirme que a população estava entusiasmada com as eleições e que a comunidade indicou Wilson Ferreira Varella como candidato único à prefeito, muitas pessoas nem título eleitoral tinham. Tampouco, manifestavam interesse nas eleições. Se não entregassem o título eleitoral em sua casa, nem compareciam no dia da votação.

Uma das coisas que eu me lembro, bem do começo aqui, foi da qualificação eleitoral. Porque o pessoal que vinha do Norte não era qualificado. Então, era preciso fazer a qualificação eleitoral pra poder votar. E pra você fazer a qualificação, você tinha que entregar no sítio, na casa do dono a sua cédula. Porque se não, ele não vinha votar (BARROS, 1984).

Criado o município, os partidos políticos se mobilizaram rapidamente para apresentarem seus candidatos (CIOFFI, 1995). Schulz (1984), assim descreve o processo: “organizou-se aqui o PSP e o PSD e [...] apresentaram candidatos. E o senhor Ovídio [...] me jogou dentro do PR [...]. Eu acabei sendo candidato, mas não fui eleito. [...] Foi eleito o Primo Manfrinato [...], o Washington [...], o Antonio Lima, funcionário da Companhia, [...] o Bigão [...]”.

Na “Ata da reunião da comunidade que escolheu o candidato a prefeito Wilson Ferreira Varella” (CIOFFI, 1995, p. 181), não constam nem uma dúzia de assinaturas. A “comunidade”, na realidade, são as lideranças locais já mencionadas, as mesmas pessoas que articularam a elevação de Cianorte à município. Como vemos na transcrição de um trecho da ata abaixo:

Aos vinte e seis dias de agosto de mil novecentos e cinquenta [sic] e cinco, no Hotel Cianorte, nesta cidade, reuniram-se os srs. Benedito Vilela de Andrade e dr. Ramón Máximo Schulz, Gabriel de Minas Segundo Cossich e Rizieiri Baboni, Benedito Pereira da Silva e Mário Nunes Filho, Antonio Rodrigues Mota e Justino Mendes Neves, presidente e secretário, respectivamente, representantes dos diretórios locais do PR, da UDN, do PSP e do PSD, na ordem anunciada, e mais os srs. Silvino Lopes de Oliveira, representante dos eleitores de Aparecida d’Oeste, como candidato a deputado estadual mais votado naquela zona, nas últimas eleições, e dr. Paulo de Moraes Barros Neto, gerente local e representante da Cia. Melhoramentos Norte do Paraná, os quais, de comum acordo, apontaram o nome de Wilson Ferreira Varella para disputar [...] o cargo de Prefeito desta cidade, nas eleições que se realizarão a três de outubro próximo²⁷³.

Cioffi (1995, p. 182; 186) alega que as eleições transcorreram calmas, “sem as costumeiras discórdias, naturais em período eleitoral. [...] Com candidato único, não havia o que discutir”. Porém, Helena de Moraes Barros (1994) manifesta outra opinião. “Toda política, bem no começo, é muita cheia de coisas, muita briga, umas questões, umas disputas. [...] Ninguém tinha grande coisa pra fazer, então o jeito que tinha era brigar por causa de política”.

A Casa Escolar Cianorte serviu como seção eleitoral na sede. “Os eleitores não ultrapassavam o número de 400 em todo o município” (CIOFFI, 1995, p. 182). Porém, no início da década de 1950, a população estimada era de 3.500 habitantes (IBGE, 1959). A situação não melhorou tão cedo. A Lei nº 5/58 de 7 de julho de 1958 autorizava a abertura de crédito especial

²⁷³ Cf. Ata no Capítulo I, figura 25, página 49.

no valor de Cr\$ 20.000,00, para aumentar o alistamento eleitoral no município²⁷⁴, que contava com 6.000 habitantes²⁷⁵. Dados que demonstram o desinteresse do povo pela política.

A análise de Souza (2008) sobre as eleições de 1951, em Londrina, pode ser aplicada à Cianorte da década de 1950. Para o autor, o fato do número de eleitores ser baixo com relação ao total da população, têm duas condicionantes principais. Em primeiro lugar, vários migrantes, com pouco tempo de moradia²⁷⁶, não se interessavam em se tornarem eleitores. Em segundo, a falta de interesse das classes populares em participar das eleições, decorrente de situações conjunturais, como a alta taxa de analfabetismo, pouca divulgação nos meios de comunicação e ausência de uma tradição em participação política e exercício da cidadania.

Com relação à divulgação, Cioffi (1995, p.180) salienta as dificuldades advindas da ausência de infraestrutura viária: “as estradas arenosas, sem linhas de ônibus, eram praticamente picadões em meio à mata”. Assim como, os esforços dos cabos eleitorais²⁷⁷ “para levar os nomes de seus candidatos às mais longínquas localidades, embriões de futuros municípios, como Japurá e São Tomé e futuros distritos como São Lourenço e Vidigal”. Na época, Cianorte possuía uma área de 1.629 km². Atualmente, a área é de 809,232 km² (SILVA; ROCHA, 2014).

A árdua tarefa dos cabos eleitorais é minimizada por Helena de Moraes Barros (1984): “a política daquele comecinho, era a política que o pessoal dizia: ‘tem que ser feita em todos os botequins, tem que ser feita batendo um papo com todo mundo, tomando uma pinguinha com este, comendo bolo na casa do outro, fazendo visita nos sítios’. Tudo isso foi feito no começo”.

A apuração foi concluída no dia 12 de dezembro de 1955, em Peabiru, sede da comarca. Wilson Varella, do PSD, foi eleito prefeito com 302 votos. O vereador mais votado, Primo Manfrinato, recebeu 24 votos. A última vaga da Câmara Municipal foi ocupada por Daniel Antunes Barbosa, com 16 votos. Constituíram a primeira Legislatura nove vereadores, quatro da União Democrática Nacional (UDN), três do Partido Social Democrático (PSD), um do Partido Republicano (PR) e um do Partido Social Progressista (PSP) (CIOFFI, 1995).

Conforme Cioffi (1995), os preparativos para a posse transcorrem em clima de festa. Em 20 de dezembro de 1955, a Câmara Municipal se reuniu pela primeira vez, para sua instalação e formação da Mesa Diretora. Ovídio Luiz Franzoni (UDN) foi eleito presidente, Washington de Oliveira Telles (PSD), primeiro secretário e Daniel Antunes Barbosa (PSP),

²⁷⁴ O ESPINHO, 26 de julho de 1958, Ano I, n. 8, p. 4.

²⁷⁵ Ibid., p. 6.

²⁷⁶ “Havia muita rotatividade também aqui. Havia gente que vinha pra cá e não se atentava a isto aqui. Porque havia os que achavam que isto daqui era um limão cascudo, azedo e não queriam ficar” (BARROS, 1984).

²⁷⁷ Segundo Cioffi (1995, p.182), o papel dos partidos políticos era de suma importância, “pois através de seus cabos eleitorais é que o povo do interior tomava conhecimento, pelo menos dos nomes dos candidatos”. Não havia circulação de jornais. “Nos finais de semana, destinados às compras e às rezas, é que o pessoal se informava”.

segundo secretário. Wilson Varella tomou posse como primeiro prefeito de Cianorte no dia 24 de dezembro, às 8 horas, no Cine Ópera. Às 11 horas foi realizada a missa pelo padre de Peabiru. Estavam presentes todas as pessoas ligadas aos partidos políticos, amigos e familiares.

O evento foi noticiado na Folha de Londrina: “Tomam posse os prefeitos de Cianorte, Jussara e Terra Boa”. Mas a programação publicada do jornal diverge da descrita por Cioffi. Além de incluir o empossamento dos vereadores e o local da missa, há discrepância em relação ao horário da posse do prefeito e à quantidade de pessoas que compareceram à solenidade:

Em Cianorte, a solenidade de posse do sr. Wilson Varela [sic], primeiro prefeito eleito ali, realizada no cinema local, obedeceu ao seguinte programa: 8 horas, posse dos rs. vereadores; 9 horas, posse do prefeito; 11 horas, missa em ação de graças, na Igreja Matriz. Numeroso público acorreu ao local, tomando literalmente as dependências do cinema, fazendo-se presentes também autoridades da Comarca e representantes da Cia. Melhoramentos²⁷⁸.

Nem Cioffi, nem o jornal informam ao certo quantas pessoas prestigiaram a posse. O cinema²⁷⁹ poderia ser lotado facilmente. Era “modesto e os bancos coletivos, sem encosto, eram desconfortáveis e poucos” (PRAXEDES, 1995, p. 340). Quanto à missa, Cioffi não diz onde foi realizada. Contudo, não pode ter sido na Igreja Matriz, que estava em construção nesta data. Segundo Praxedes (1995), a primeira missa nesta igreja foi celebrada na Páscoa de 1956. Wilson Varella (1984) recorda-se que a missa de sua posse foi celebrada pelo mesmo padre que rezou a missa campal no local em que foi erguido o Cruzeiro e onde seria construída a Igreja Matriz, em 1954. Ou seja, Aloísio Jacob, vigário de Peabiru.

A Folha de Londrina publicou na capa o longo e garboso discurso de Aristides de Souza Mello, gerente geral da CMNP, proferido após o juramento de Wilson Varella, assim iniciado: “Ao ensejo da auspiciosa efeméride de hoje, em que se realizam expressivas solenidades de posse do Sr. Prefeito, do presidente e demais membros da Câmara de Vereadores [...]”. Para resumir, após enaltecer a presença do juiz e do vigário, descrever a data como marco histórico, ele aproveita para fazer propaganda das realizações da Companhia e garante que esta vai continuar amparando o município. Por fim, rasga-se em elogios à Wilson Varella. O discurso encerra-se na última página. E, na sequência, “A palavra do prefeito empossado”²⁸⁰:

Dois foram, sem dúvida, os dias de maior emoção em minha vida política. O primeiro quando, por imposição das forças políticas desta terra, tive que

²⁷⁸ FOLHA DE LONDRINA. Londrina, 29 de dezembro de 1955, Ano IX, n. 1.340, p. 1.

²⁷⁹ O cinema foi instalado em um prédio de madeira na Av. Goiás, por Alcebíades Franco Vieira. “Além de proporcionar divertimento, era um meio de informação, visto que antes do início do filme, as notícias nacionais e internacionais eram veiculadas” (PRAXEDES, 1995, p. 340).

²⁸⁰ FOLHA DE LONDRINA. Londrina, 29 de dezembro de 1955, Ano IX, n.1.340, p.10.

aceitar a indicação de meu nome para o honroso cargo de prefeito de Cianorte. O segundo dia é hoje, quando venho assumir o Poder Executivo, trazido pelo voto quase unânime da população desta dadivosa terra. Grande é a minha responsabilidade e tenho plena consciência disso, em face das esperanças que em mim depositaram. Espero, com a ajuda de Deus e dos meu munícipes, não decepcionar o povo. Cianorte, apesar de ser município cujas atividades político-administrativas têm início agora, deu expressiva prova de maioria política, pela congregação de todos os Partidos, na apresentação de seu candidato. Não posso deixar de mencionar aqui o meu grande agradecimento à UDN, PSD, PSP e PR, pela colaboração recebida para a minha eleição. À Justiça Eleitoral da Comarca, na pessoa do dr. Juiz de Direito, e seus ilustres colaboradores, pela maneira com que agiram, no pleito e apuração. Estou certo de que continuarei a contar com a cooperação de todos, para que, assim, possa retribuir a confiança em mim depositada.

A divergência entre as informações veiculadas no livro e a documentação produzida na época, ainda que se trate de meros detalhes, é preocupante. Como não existe bibliografia no final do livro, é difícil verificar a procedência das fontes usadas pelas professoras. À exceção de citações diretas, documentos reproduzidos na íntegra e meia dúzia de notas de rodapés.

E, como já foi dito, depoimentos e trechos da publicação da CMNP (1975) foram amalgamados ao texto, como se tivessem sido escritos pelas próprias autoras. Quais outros autores foram incorporados? E as entrevistas às quais não tivemos acesso? São estes aspectos que fazem com que a pesquisa do Projeto Resgate Cultural não se encaixe nos padrões acadêmicos. Por isso, não só as entrevistas, fotografias e jornais e são estudados como fonte, o livro também é. Não é possível usá-lo como bibliografia. Cada linha precisa ser problematizada.

Com a entrevista de Wilson Varella (1984), temos a eleição e seu governo descritos a partir do seu ponto de vista. De início, ele afirma: “Nunca fui político. E até não sou amante da política”. Isto porque as palavras anteriores foram: “fui vereador em Mandaguari”. E depois de cumprir o mandato como prefeito, foi vereador em Cianorte também, ainda que a contragosto²⁸¹. É interessante notar que “ser político” parece um estigma em Cianorte. Os políticos não se assumem como políticos! Ramon Máximo Schulz (1984) disse exatamente a mesma coisa: “nunca fui político!” Após alegar que entrou na política “acidentalmente”.

Talvez, para eles, político é aquele que se mantém em cargos eletivos a vida toda, como Edno Guimarães – várias vezes vereador, deputado estadual e prefeito por três mandatos. Como se atuar nos bastidores da vida pública não fosse fazer política. Mas o poder permeia toda a

²⁸¹ “Querida desistir da política logo depois do término do meu mandato. [...] Como ingressei no PSD para poder fazer alguma coisa, porque tinha compromissos com o povo e não com o partido, comecei a ter adversários políticos. Então, houve a nova campanha [...], parti para apoiar Antonio Rodrigues Mota, que foi o segundo prefeito. E eu, dado ter posto ele no fogo, também tive que tomar parte e fui eleito vereador e fui até Presidente da Câmara. Depois do mandato do Antonio Rodrigues Mota, desisti por completo da política” (VARELLA, 1984).

vida em sociedade²⁸². E por mais que neguem, a maioria dos entrevistados participou da política local, direta ou indiretamente. Inclusive aqueles que nunca assumiram cargos públicos. Como Manuel de Almeida Pina, que fundou o primeiro sindicato de Cianorte, para defender os direitos dos trabalhadores rurais. Ou Luiza Lúcia Ruffini Varella, que se dedicou à assistência social:

A infância teve especial atenção do Prefeito Wilson Ferreira Varella, com o incentivo de sua esposa, Luiza Lúcia Ruffini Varella, que dedicou seu trabalho à Liga Feminina Pró-Infância e Maternidade de Cianorte e Associação de Proteção à Maternidade e Infância. Embora essas entidades tivessem caráter exclusivamente assistencial, desempenharam um papel de grande importância numa época de grandes dificuldades para as famílias que se instalaram na região, num momento em que não existia legislação previdenciária no país. As senhoras da sociedade local faziam promoções pra a aquisição de leite em pó e medicamentos e confecções para as mães carentes, que recebiam orientação quanto aos cuidados com os bebês (CIOFFI, 1995, p. 190).

Sobre sua candidatura, Wilson Varella (1984) determina que foi influenciado pela “convivência com diversos políticos”, como Napoleão Moreira da Silva, da UDN e Ângelo Planas, do PR. Estes que o “surpreenderam”, ao indicar seu nome para concorrer à prefeitura; quando ele foi à CMNP, conversar com os diretores, sobre “três ou quatro nomes que poderiam aparecer”. Antes disso, “tinha pertencido, desde Mandaguari à Maringá, ao PTB”. E foi “presidente e vice-presidente do mesmo partido”. Ou seja, político sim! Mesmo que não admita.

Sugeriram o meu nome. Então, todos eles concordaram e todos eles eram meus amigos. [...] Se fosse eu, aceitariam, se não, cada um lançaria um candidato. Dr. Paulo me pôs na parede. Dr. Hermann também. “Vamos evitar o que aconteceu em Maringá” [...]. Você vai pra casa, deita e pensa”. Eu disse: “Mas daí não vou nem dormir, porque não sou político, não tenho dom pra isso”. [...] No dia seguinte, como tinha que dar a resposta, fiz igual D. Pedro: “Se é para o bem de todos, diga ao povo que eu fico!” (VARELLA, 1984).

5.2.2. Gestão Wilson Ferreira Varella (1955-1959)

No início do governo, prefeito e vereadores instalaram-se nas dependências da CMNP. Varella, em sua sala de trabalho e a Câmara, no Departamento de Transportes (CIOFFI, 1995). “Isso foi por poucos dias, a Companhia depois me cedeu, provisoriamente, o escritório de serviço de água. Naquele escritório, funcionou a Câmara e a Prefeitura” (VARELLA, 1984).

²⁸² Não obstante seja uma construção abstrata, a política é concreta na medida em que todos se deparam com ela – interfere na atividade profissional e se imiscui na vida privada. Na verdade, o campo político não tem fronteiras fixas, comunica-se com todos os outros setores da atividade humana (RÉMOND, 1996).

Ao contrário dos engenheiros e das professoras²⁸³, Wilson Varella minimiza o papel da CMNP em sua administração e atribui a ajuda recebida ao Estado.

A partir do momento que aceitei a minha candidatura, assumi o compromisso de não fazer política. Mas tinha que procurar interesses do próprio município. Então, pedi ajuda. Na ocasião, quem governava o país era o PSD. Então, para construir escolas, tudo aquele pouco que fiz, não tinha recurso nenhum. Foi por intermédio do Governo do Estado, de preferência do Dr. Acioly Filho [...]. Deputado e presidente da Assembleia. Num município pequeno, que não tem eleitores [...]; precisava procurar uma pessoa que se interessasse pelo município. Fui lá pedir para o Acioly, que disse: “Tudo que eu puder fazer por você, eu faço”. O que pode fazer, ele fez²⁸⁴. [...] As obras realizadas no município teve [sic] auxílio de mais de 60% do Governo do Estado, da União e da CMNP (VARELLA, 1984).

A Prefeitura não dispunha de dotação orçamentária ou arrecadação tributária. “Os móveis foram emprestados pela Companhia, que financiou Cr\$ 50.000,00 em nome pessoal de Wilson Varella, sem cobrança de juros e taxas” (CIOFFI, 1995, p. 185). “Eu aceitei na condição de me ajudarem na conservação de estradas, escolas, porque não tinha nada, não tinha um lápis e como é que eu iria governar sem ter com o quê?” (VARELLA, 1984).

Não tinha recursos porque aqui foi criado município sem fazer estágio para distrito, foi direto. [...] Tive que arranjar um barraco para ficar embaixo, para formar a Prefeitura. E comprar a barraca, porque também não tinha. [...] Para comprar lápis, os primeiros impressos, eu pedi, e tenho recibos e documentos que provam isso, empréstimos na Cia. [...] de 50 mil cruzeiros [...] para fazer funcionar a Prefeitura. [...] Aqui pertencia a Peabiru e antes da minha posse. Peabiru tirou alguns recursozinhos que tinha aqui e levou pra lá [...]. Então se construiu a Prefeitura [...], um ano ou dois anos depois (VARELLA, 1984).

Figura 86: Primeiro Prédio da Prefeitura (sem data)



Fonte: CIOFFI, 1995, p. 187.



Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE CIANORTE²⁸⁵.

²⁸³ Embora Cioffi (1995) admita que Wilson Varella, por ser militante do PSD, tenha recebido grande apoio em sua administração, conseguindo, sempre que necessário, recursos para Cianorte. Por intermédio de Antônio Rodrigues Mota, presidente do Partido, que tinha livre acesso ao Palácio do Governo e à Assembleia Legislativa.

²⁸⁴ A imprensa confirma o apoio recebido, ao publicar: “Nêo Martins e Accioly Filho são os verdadeiros e legítimos representantes de Cianorte. Votar nesses nomes é assegurar um voto tranquilo e merecedor”. In: O ESPINHO, Cianorte, 26 de julho de 1958, Ano I, n. 8, p. 4.

²⁸⁵ Disponível em: <https://www.cianorte.pr.gov.br/sobre/paco-municipal> Data de acesso: 24/12/2020.

A sede da prefeitura foi construída com recursos cedidos pela comunidade, pelo Estado e pela CMNP. Por ser o primeiro prédio público da cidade, foi tombado pela Lei Orgânica Municipal de 1989. Embora a conservação do patrimônio histórico seja garantida por lei, Cioffi (1995, p. 186) lamenta que o referido prédio “ainda não mereceu das autoridades e do Poder Público, a garantia de conservação, encontrando-se em estado de abandono²⁸⁶”. O local que já abrigou o Detran, foi ocupado pelo Ministério Público/Casa da Cidadania até 2018. Desde 2020, aloja as instalações da Biblioteca Municipal Paulo de Moraes Barros Neto²⁸⁷.

Mesquita indaga como era administrar Cianorte sem água, nem luz. Wilson Varella (1984) diz: “felizmente eu tinha luz, pelo motor da Companhia. [...] Havia luz numa parte da cidade, mas não havia recursos. Havia propostas de companhias elétricas [...], elas queriam que tivesse certo auxílio do município. Tivemos que esperar que chegasse a Copel”²⁸⁸.

Sobre a instalação de água, O Porta Voz²⁸⁹ esperava que “a oportuna e gigantesca obra, fruto particular da conceituada Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, [...] até junho de 1957”, fosse se concretizar. O jornal elogiou a “boa vontade do Dr. Pedro Garcia Abreu, conceituado engenheiro a quem foi confiada esta grande missão”; bem como, “seus grandes conhecimentos hidráulicos e inaudita capacidade de trabalho realizador”. Lembramos que, segundo o próprio Abreu, o projeto hidráulico veio pronto e ele apenas supervisionou a obra.

A obra atrasou. Em 26 de julho de 1958, não havia sido inaugurada. O Espinho, em reportagem dedicada a propagandear as realizações da Companhia, anunciou: “ainda este ano, entrará em funcionamento o Serviço de Abastecimento de Água à cidade, feita por conta exclusiva da C.M.N.P., [...] um investimento no valor aproximado de Cr\$ 10.000.000,00²⁹⁰”.

No mesmo ano, a CMNP apresentou a proposta de abastecimento de água. O prefeito encaminhou o projeto à Câmara, que o engavetou. Para Cioffi (1995, p.200), esta foi “a primeira grande divergência entre o Legislativo e o Executivo”, que gerou um “grande descontento entre a população”. Wilson Varella só firmou contrato com a Companhia, após a realização de uma passeata organizada pelos líderes da comunidade, que “foram de casa em casa dos vereadores, convencendo-os a se dirigirem às dependências da Câmara”, para aprovarem o projeto.

Conforme a imprensa, a partir de 1956, os recursos começaram a chegar. A Lei Municipal n. 1/56 que orçou “a Receita Financeira do Município para o Exercício de 1956, em

²⁸⁶ Izaura Varella (2018) não se conforma com a reforma feita recentemente no prédio, à revelia das normas de tombamento, que substituiu o piso original de madeira por cerâmica.

²⁸⁷ Disponível em: <https://folhadecianorte.com/prefeitura-inaugura-acervo-historico-na-biblioteca-publica-municipal/> Data de acesso: 05/01/2021.

²⁸⁸ A energia elétrica foi instalada no município em 1965 (MESQUITA, 1995).

²⁸⁹ O PORTA VOZ, Cianorte, 24 de dezembro de 1956, Ano I, n. 1, p. 4.

²⁹⁰ O ESPINHO, Cianorte, 26 de julho de 1958, Ano I, n. 8, p. 4.

um milhão de cruzeiros”, foi publicada em *A Voz de Cianorte*²⁹¹. No entanto, “até fins de novembro, a Prefeitura havia ultrapassado essa previsão em Cr\$ 925.025,60”. Por isso, o orçamento para o exercício de 1957 foi feito na base de dois milhões, informou *O Porta Voz*²⁹².

A Lei Municipal n. 2/56 sancionou “o Código tributário de Cianorte, a partir do dia 1º de janeiro de 1956”²⁹³. Em setembro, a Prefeitura recebeu pela primeira vez, “a importância de Cr\$ 632.810,40, referentes à cota de impostos de renda”. Em dezembro, foi criado o Distrito Fiscal, garantindo “a arrecadação de impostos estaduais com maior facilidade”, pois os contribuintes “não precisariam mais se deslocar para Peabiru” (CIOFFI, 1995, p. 196). Segundo Wilson Varela (1984), “a arrecadação naquela época era precisamente de Cr\$ 15.586.135,70”, insuficiente para arcar com os custos da prefeitura.

O prefeito contava com o apoio da imprensa. A matéria “Flagrantes do Município de Cianorte na Administração Wilson Ferreira Varela”²⁹⁴, de *O Porta Voz*, assegura que ele foi indicado ao cargo porque “seus amigos e concidadãos [...] acreditavam que sob a direção de seu pulso firme e decidido, teriam um chefe à altura do desenvolvimento surpreendente da novel comuna”. E o elogia ao dizer que “está executando sem alardes, uma política construtiva à todos satisfatória”. Até a obrigatória prestação de contas, torna-se motivo para enaltecê-lo:

Com o numerário arrecadado, o Sr. Prefeito vem atendendo às necessidades prementes do Município como sejam: pagamento de funcionários, professoras, operários, aquisições de móveis, veículos, etc. Na prestação de contas que será realizada em mensagem enviada à Câmara Municipal, dará o chefe do Executivo, demonstração da aplicação total das verbas. [...] Ao completar um ano de profícua gestão, irá o Sr. Wilson Ferreira Varela, prestar contas à Câmara Municipal e principalmente ao povo que o elegeu. Nessa ocasião, irá mostrar o que foi seu trabalho nesse curto período administrativo. Esse gesto, caracteriza seu caráter de homem público que não se furta à fazer prestação de seus atos. Continua o Sr. Prefeito, a merecer inteira confiança de seus munícipes e irrestrito apoio da coligação que o elegeu, pois a maneira com que vem se portando à frente dos desígnios do Município e a eficiente administração que tem demonstrado, o tornaram merecedor de nosso crédito.

Certamente, o apoio originou-se das realizações de sua gestão, como o posto de saúde, as escolas e a delegacia. Celso Antônio Broeto expõe que “numa reunião entre os principais líderes da cidade, [...] fui indicado para dar início ao funcionamento do Posto de Saúde”. Douglas Gervásio foi escolhido para chefiá-lo. A Secretaria de Saúde enviou os móveis, alguns medicamentos, vacinas e equipamentos básicos. O atendimento à população iniciou-se antes

²⁹¹ A VOZ DE CIANORTE, Cianorte, 1 de maio de 1956, Ano 1, n.1, s/p.

²⁹² O PORTA VOZ, Cianorte, 24 de dezembro de 1956, Ano I, n. 1, p. 2.

²⁹³ A VOZ DE CIANORTE, Cianorte, 1 de maio de 1956, Ano 1, n.1, s/p.

²⁹⁴ O PORTA VOZ, Cianorte, 24 de dezembro de 1956, Ano I, n. 1, p. 2.

mesmo da nomeação do médico. Maria Aparecida Telles foi contratada como atendente e também “fazia a faxina nas dependências do posto” (CIOFFI, 1995, p. 196-197).

No aniversário da emancipação de Cianorte, em 24 de dezembro de 1956, O Porta Voz escreveu sobre o Posto de Saúde, que havia sido inaugurado há oito meses. Segue um trecho da reportagem “Posto de Higiene”²⁹⁵, que exalta os esforços de Douglas Gervásio para fazê-lo funcionar e critica a demora do governo estadual em enviar materiais básicos:

Acha-se instalado, anexo ao prédio do Paço Municipal, o Posto de Higiene local, sob a competente chefia do abalizado e jovem facultativo, Dr. Douglas Gervásio. No momento, luta o Posto com sérias dificuldades, decorrentes da falta de medicamentos e outros materiais imprescindíveis ao seu funcionamento. Mais de 500 carteiras de saúde, estão aguardando despacho, dependendo somente da boa vontade da Secretaria de Saúde do Estado, em mandar o carimbo respectivo. Os exames de saúde, que porventura são feitos, dependem do espírito de colaboração do Médico Chefe, que não medindo esforços, emprega materiais de seu uso particular. Medicamentos e algumas amostras grátis são fornecidos aos indigentes, também adquiridos particularmente pelo Dr. Douglas. [...] São grandes os serviços já prestados à coletividade Cianortense pelo Posto. Resta agora somente que o governo estadual não relegue à cousas secundárias, os pedidos do Médico Chefe, no sentido de doar ao Posto todos materiais que necessita [...].

Na mesma edição²⁹⁶, O Porta Voz opinou: “Ensino Primário é o ponto preponderante” da administração de Wilson Varella. “Tudo tem feito, o Sr. Prefeito, na medida do possível, no sentido de criar e instalar novas escolas em todo município”. Concedeu informações acerca das escolas a serem construídas, através de um convênio com a Secretaria de Educação e Cultura do Paraná. Apresentou uma relação de cinco escolas rurais que, em 1957, estariam “em condições de abrigar centenas de crianças, hávidas [sic] em saber”. E comentou sobre a abertura de licitação para as obras e da autorização expedida pelo secretário de Viação e Obras Públicas.

Conseguiu ainda o Sr. Prefeito, junto ao Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos²⁹⁷, a construção de uma Escola de Alvenaria no Patrimônio de

²⁹⁵ O PORTA VOZ, Cianorte, 24 de dezembro de 1956, Ano I, n. 1, p. 1.

²⁹⁶ Ibid., p. 2.

²⁹⁷ “Fui ao cinema com a minha falecida esposa e estava com uma engenheira do Instituto de Estudos Pedagógicos. Ela, engenheira, preta. Cheguei lá, apresentei essa senhora competente. Inclusive, o Dr. Pedro [Garcia de Abreu] sempre [a] elogiou. Comprei as entradas para a minha senhora e a engenheira. O porteiro falou alto assim: “é a cozinheira”. Xinguei em voz baixa, disse para não tratá-la assim e ordenei: “Ponha-se daqui pra fora”. São passagens da vida. Mostram o preconceito. Essa senhora passou um dia em minha casa e, com isso, arrumou a construção da escola “Itacelina Bittencourt”. O grupo escolar, depois de ampliado em Vidigal, em Japurá; o convênio adquirido por intermédio dela. [...] Queria provar a ela o que precisava, necessitava de mais recursos, para regulamentar a vida. Mostrei o número de alunos que não tinham escola. E aquele moleque foi chamá-la de cozinheira? Fiquei numa situação ruim. Felizmente, ela não se incomodou e disse que quando tivesse qualquer coisa, mesmo não sendo prefeito, qualquer política, para procurá-la, que arrumaria pra mim. Era um espetáculo de mulher” (VARELLA, 1984). É interessante constatar que Wilson Varella indigna-se com o racismo do rapaz da

Vidigal, cuja obra está prestes a se tornar realidade. Também fruto de seus esforços, foi a criação da Biblioteca Municipal, Lei n.17/56, conforme convênio firmado entre o Instituto do Livro²⁹⁸ e esta municipalidade, somente aguardando verba federal, para sua instalação e funcionamento.

Por fim, a matéria mencionou sete escolas que estavam em funcionamento e que “o número de alunos matriculados no município durante o ano de 1956, atingiu a casa dos 1200. As professoras municipais nomeadas pelo Sr. Prefeito são em número de vinte, com tendência a aumentar para o próximo ano”²⁹⁹. O que se tornou realidade, pois dezenove professoras foram contratadas entre 15 de março e 15 de abril de 1957, conforme a Tribuna de Cianorte³⁰⁰.

Em 15 de março de 1957, treze foram nomeadas para “exercer interinamente o cargo de Professora Municipal Padrão”, através das Portarias n. 2/57 a n. 14/57. A maioria já estava em exercício, pois as nomeações são retroativas a 15 de fevereiro e 1º de março. Salvo algumas exceções, cujas nomeações datam de 15 de março. Em 15 de abril, mais seis foram nomeadas, por meio das Portarias n. 19/57 a 24/57, todas retroativamente a 1º e 15 de março. Todavia, as Portarias 15/57 a 18/57 e 25/57 exoneraram cinco professoras, a pedido das mesmas³⁰¹.

Em 1958, O Espinho publicou na capa, a ementa: “Wilson Ferreira Varella, prefeito honesto e realizador – governar também é construir escolas e interessar-se pela educação pública – dois anos e seis meses de fecunda e útil administração [...]. Bom emprego do dinheiro público”. Seguida da reportagem “Ensino Primário”³⁰², segundo a qual, “dotar o Município sempre de mais Escolas é o fator primordial da administração [...]. Graças a ‘Convênios’ firmados com o Governo Estadual e Federal, Cianorte acha-se bem servida de Escolas Rurais”. No fim da página, há uma fotografia do prefeito com o governador Moisés Lupion.

A matéria lembrou que, “ao assumir as rédeas do governo, Wilson Ferreira Varella, somente encontrou funcionando precariamente em todo município” 8 escolas, 4 rurais. No primeiro ano de governo, construiu e pôs em funcionamento 6 escolas rurais. Em 1958, 1 grupo escolar e 6 escolas rurais foram inaugurados; 2 grupos escolares e 2 escolas rurais estavam

bilheteria do cinema, que pensou que a engenheira fosse cozinheira, por conta da cor da pele. Mas não percebe o próprio preconceito. Além de nem mencionar o nome dela, desmerece a profissão de cozinheira.

²⁹⁸ “No Congresso Nacional dos Municípios, realizado no Rio de Janeiro, em 1957, o Prefeito Wilson conseguiu junto à Fundação Nacional do Livro, o primeiro acervo bibliográfico para a Biblioteca Municipal, sendo transferido posteriormente para as dependências do Ginásio Estadual, em 1958, que estava em processo de criação. A existência de uma Biblioteca e de um Laboratório, também conseguido pelo prefeito, era a condição necessária para que a Secretaria de Educação do Estado autorizasse a instalação do ginásio” (CIOFFI, 1995, p. 188). Varella (1984) acrescenta: “tenho até a relação do material que adquiri por intermédio do Estado, do Governo Federal, Estadual, inclusive esqueleto humano, porque precisava de todo esse aparato pra a instalação do ginásio.

²⁹⁹ O PORTA VOZ, Cianorte, 24 de dezembro de 1956, Ano I, n. 1, p. 2.

³⁰⁰ TRIBUNA DE CIANORTE, Cianorte, 26 de julho de 1957, Ano I, n. 1, p. 3-4.

³⁰¹ Ibid.

³⁰² O ESPINHO, 26 de julho de 1958, Ano I, n. 8, p. 1.

sendo construídos. Por fim, frisou que “lecionam nas Escolas Rurais e Grupos Escolares 39 Professoras municipais, nomeadas por Atos do Chefe do Executivo”. E concluiu que:

[...] podemos aquilatar a batalha que o prefeito Wilson Ferreira Varella mantém para debelar o analfabetismo no Município, que com tanto carinho administra [...]. Cianorte, governada pelo pulso firme e decidido de Wilson Ferreira Varella, marcha junto com a civilização, podendo se descortinar um futuro promissor ao Município que mais cresce e prospera na Zona do Ivaí³⁰³.

A manchete: “A Companhia Melhoramentos Norte do Paraná sente-se jubilosa nesta data e por intermédio de seus Diretores apresenta ao povo cianortense sinceros cumprimentos”. Seguida da ementa: “A Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, com carinho e admiração no futuro de Cianorte, interessa-se vivamente pelo progresso da cidade”; apresentam a propaganda sobre as ações da empresa, que ocupam uma página inteira de O Espinho. Inicia com a “Relação de prédios públicos construídos pela C.M.N.P.”, que inclui cinco escolas:

1 - Prefeitura Municipal; 2 - Posto de Saúde; 3 - Delegacia de Polícia, com residência separada; 4 - Grupo Escolar “Itacelina Bittencourt”, na Sede; 5 - Grupo Escolar “Princesa Izabel”, em Vidigal; 6 - Escola Rural “Santos Dumont”, em São Tomé; 7 - Escola Rural “Salgado Filho”, na Estrada Cariaçú; 8 - Escola Rural “Floriano Peixoto” em São Lourenço³⁰⁴.

É provável que as novas escolas fossem destaque na mídia, porque as salas de aula funcionavam em barracões ou em salões alugados³⁰⁵. Como expõe Luiz Antônio Vendramento: “Cheguei em Cianorte no meio de 1957. [...] Minha irmã já começou a estudar nos barracões que existiam na cidade. [...] Entrei no 1º ano em 1958. [...] A gente estudava nesse salões³⁰⁶.”

Assim como os periódicos, Cioffi (1995, p. 187-188) salienta que Wilson Varella “preocupou-se com a educação municipal”. Visto que construiu 26 escolas rurais e grupos escolares nos distritos de Vidigal, São Tomé e Japurá. Promoveu a criação da Escola Normal Regional Silva Jardim, destinada à formação de professores; do Ginásio Estadual de Cianorte³⁰⁷; do Curso de Alfabetização de Adultos; e do Grupo Escolar Itacelina Bittencourt³⁰⁸.

João Cioffi Neto³⁰⁹ foi um dos primeiros alunos do Ginásio Estadual de Cianorte. Morava em Bela Vista do Paraíso, quando veio para Cianorte, em 25 de junho de 1957, com

³⁰³ O ESPINHO, 26 de julho de 1958, Ano I, n. 8, p. 1.

³⁰⁴ Ibid., p. 4.

³⁰⁵ Cf. Capítulo I, figura 13, p. 38.

³⁰⁶ VENDRAMENTO, Luiz Antônio. Entrevista concedida a Irene Praxedes. Cianorte, 25 de novembro de 1987.

³⁰⁷ Em 1958, a Câmara autorizou o Prefeito a abrir crédito especial no valor de Cr\$ 150.000,00, “para a aquisição de materiais para o funcionamento do Ginásio Estadual de Cianorte” (CIOFFI, 1995, p. 201).

³⁰⁸ Informações retiradas da entrevista de Wilson Varella (1984). Após citar as escolas, Varella inclui o Posto de Saúde, a Liga Pró-Infância e a conservação de aquedutos na sede e nos distritos.

³⁰⁹ CIOFFI NETO, João. Entrevista concedida a Helena Cioffi. Cianorte, 09 de julho de 1987.

seus pais. Irmão de Helena Cioffi e entrevistado por ela, lembra que estudaram juntos. “Nós fomos a primeira turma, [...] você, inclusive, recorda, porque fez parte daquela primeira turma do Ginásio em Cianorte. Foi em 1959”. O Ginásio funcionava de modo precário. Nem luz tinha:

A energia, quando nós tínhamos lá, era fornecida pelo Dr. Ramon, que tinha o Hospital próximo ao Ginásio. [...] Nem sempre a gente tinha e podia contar com a energia. Muitas vezes, muitas vezes mesmo, nós tivemos que assistir aulas com lampiões a querosene. [...] Eu me recordo, inclusive, em uma ocasião, nós conseguimos um motorzinho. Esse motorzinho foi adaptado lá no pátio do ginásio mesmo. [...] Foi instalada uma prancha [...] ela funcionava a gasolina. Mas os alunos, quando estavam afim de matar aula, eles iam e jogavam areia dentro da distribuição ou dentro do tanque e pronto! Ficávamos sem energia! [...] Todo mundo ia para casa. (CIOFFI NETO, 1987).

João Cioffi Neto (1987) participou de “um protesto” estudantil bem sucedido, em prol do direito de pagar meia entrada no cinema. “Seu Odilon, [...] de início, não aceitava que os estudantes pagassem meia entrada. E nós fizemos um movimento [...]. A turma toda [...] jogou ovo, jogou tomate na tela. [...] Foi um alvoroço! Mas, por fim, nós conseguimos pagar o meio ingresso no cinema”. Ele envolveu-se em “uma série de outras atividades. [...] Nós realmente tivemos uma participação ativa, considerando o tamanho de Cianorte. E o pequeno número. Eram apenas duas turmas de ginásio”.

A “turma bastante dinâmica” de João Cioffi Neto (1987) integrava a fanfarra, fundou o grêmio estudantil e um jornal. “Ganhamos alguns torneios com aquela nossa fanfarra. [...] Na ocasião em que nós fundamos o grêmio estudantil [...] Machado de Assis, nós promovíamos muitos trabalhos. Nós criamos o jornalzinho, o Sputnik, você lembra?” Helena Cioffi responde: “e tinha gente que comprava aquele jornal, hein?” Ele prossegue: “havia assim, em termos de gozação né? A concorrência do Sputnik com o Espinho. [...] O Espinho que era o jornal oficial de Cianorte, do nosso amigo Amândio Matias. Grande lutador pela imprensa em Cianorte”.

Havia quatro jornais na cidade. Wilson Varella (1984) lembra-se: “o primeiro jornal ‘A Voz de Cianorte’, depois ‘O Espinho’ e depois ‘A Tribuna de Cianorte’. Sempre o proprietário foi o Sr. Amândio Mathias”. Ele se equivoca, pois A Voz de Cianorte pertencia a Sebastião Zinho Serrati, que também era diretor e redator³¹⁰. Mas acerta a data de sua fundação, ao dizer: “maio de 1956, A Voz de Cianorte, primeiro jornal”. E se esquece de O Porta Voz.

No subcapítulo “Imprensa escrita”, Cioffi (1995, p. 283) comete erros semelhantes. “O primeiro jornal data de 1954, O Espinho, que era editado eventualmente. Mais tarde foi substituído pela A Voz de Cianorte, que deu origem ao atual jornal Tribuna de Cianorte, editado

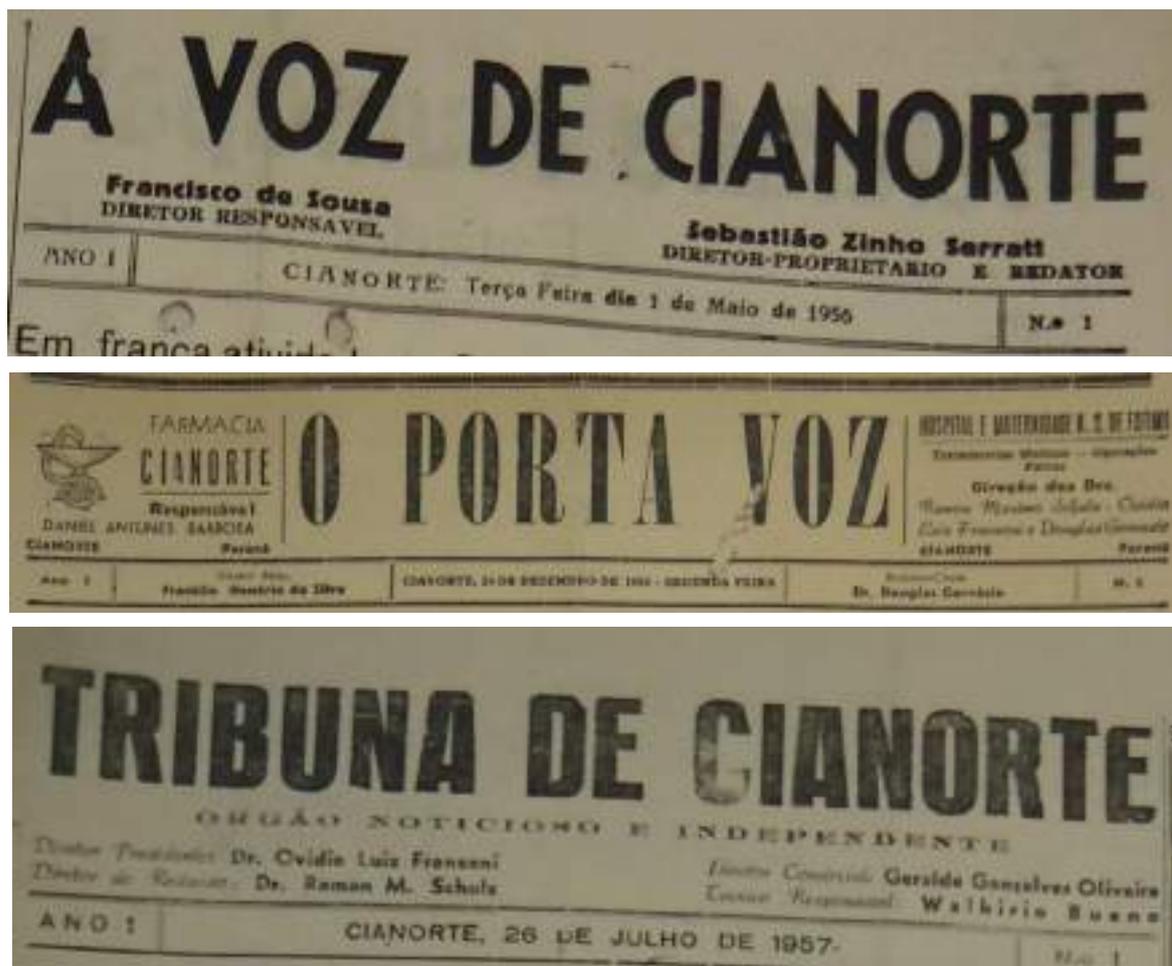
³¹⁰ A VOZ DE CIANORTE, Cianorte, 1 de maio de 1956, Ano 1, n.1, s/p.

pelo jornalista Amândio Mathias”. O “mais tarde” foi em 1965, quando O Espinho “já havia mudado de nome para A Voz de Cianorte”. Ela também não menciona O Porta Voz.

Nos arquivos do Projeto Resgate Cultural, encontramos um exemplar de cada impresso. Um de A Voz de Cianorte e um de O Porta Voz, datados de 1956; um da Tribuna de Cianorte, de 1957; um de O Espinho, de 1958. Todos primeiras edições, exceto O Espinho, cujo exemplar é o número 8. Entretanto, no cabeçalho, lê-se “Ano I”. Detalhe que prova que O Espinho foi fundado em 1958 e não em 1954, como alega Cioffi. Wilson Varella estava correto, A Voz de Cianorte foi o primeiro jornal da cidade.

A sequência de surgimento dos jornais apontada por ambos está incorreta. E a ideia de que um deu origem ao outro não faz sentido, visto que os impressos existiram na mesma época e tinham proprietários distintos. O nome de Amândio Mathias só aparece no exemplar de O Espinho. Logo, ele não pode ter sido o dono de todos os jornais (CIOFFI, 1995, p. 283).

Figura 87: Primeiros jornais de Cianorte (década de 1950)





Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE CIANORTE.

Amândio Mathias não foi entrevistado, apenas sua esposa³¹¹. Dona Leda, como gostava de ser chamada, no trecho do depoimento reproduzido por Cioffi (1995, p. 283), não fala quando O Espinho foi fundado, só que Mathias: “começou com o primeiro jornal de Cianorte”. E que a distribuição era irregular, porque “imprimir era uma dificuldade, tinha que ir pra Curitiba. Os fatos da cidade não eram muitos. Ia colhendo e quando dava para cobrir o jornal financeiramente... porque o jornal vive de publicidade [...] O Espinho nunca deu lucro”.

Os jornais desempenharam funções relevantes, pois através de suas publicações, “a cidade tomava conhecimento da prestação de contas da prefeitura, das notícias em geral, das notas sociais e, especialmente, das fofocas”. Boatos que espetavam alguns munícipes, o que justifica o nome de um dos impressos, “O Espinho”. Segundo Dona Leda, este “surgiu como jornal de sátira”, mas “tinha assunto sério também” (CIOFFI, 1995, p. 283).

Diante de tantos equívocos, podemos supor que os jornais não foram selecionados pelo Projeto Resgate Cultural para serem consultados. Restringem-se à função de ilustrar o capítulo dedicado à imprensa. As informações a respeito dos impressos que constam no livro, parecem ter sido baseadas apenas nas entrevistas de Wilson Varella e Gelzedete de Souza Mathias.

Para encerrar, elencamos as principais realizações da gestão Wilson Varella. Em 1956, foi implantada a primeira Delegacia de Polícia³¹². Só neste ano, três delegados foram nomeados: o Primeiro Tenente Dirceu Mendes, o Primeiro Tenente Jorge Lopes e o civil Luiz Gonzaga Nogueira. Em 1958, o Primeiro Tenente Carlos Martins da Costa assumiu o cargo. Posteriormente promovido a capitão, permaneceu em Cianorte até 1961 (CIOFFI, 1995).

Cioffi (1995, p. 192; 195) reproduziu dois documentos expedidos pela Delegacia de Polícia de Cianorte. O termo de exercício de Luiz Gonzaga Nogueira, Ofício nº 46/56 de 17 de maio de 1956. E a Portaria nº 1/56, na qual, o delegado proíbe a prática de jogos de azar, “de acordo com o Artigo 50 e seus parágrafos, da Lei das Contravenções Penais, no firme propósito de preservar esta cidade dos maléficis efeitos causados pelos chamados jogos de azar”.

³¹¹ MATIAS, Gelzedete de Souza. Entrevista concedida a Izaura Aparecida Tomaroli Varella. Cianorte, s/d.

³¹² “A cadeia era pequena. [...] Feita de madeira, só com uma cela” (MESQUITA, 1995, p. 97).

Tais documentos não foram analisados, são ilustrativos. Seu conteúdo sequer foi incluído no texto, que somente reproduz trechos de depoimentos que avultam a ausência de crimes em Cianorte. E endossam que as ocorrências policiais se limitavam a brigas de bar. Não existem indicações de fontes criminais que confirmem o dizer dos depoentes. Testemunhas oculares, como soldados e delegados, não foram entrevistados. E ninguém fala dos jogos de azar. Esquecidos justamente por serem contravenções? E deviam ser praticados com frequência, já que foi preciso expedir uma portaria para coibi-los.

Em 1956, foi instalada a Junta do Serviço Militar, que facilitou “a vida dos jovens cianortenses, que não mais precisavam se deslocar para outras cidades, para fazer o alistamento militar”. A Agência Municipal de Estatística foi criada em 1957, “com a finalidade primeira de dar cumprimento à resolução nº 695/57 do IBGE”, que solicitava “o levantamento de dados necessários para as operações do censo geral” de 1960 (CIOFFI, 1995, p. 194; 196).

Em 1958, foi inaugurado o Estádio Olímpico que, “na realidade, era um campo modesto, [...] construído no meio da mata”. Na mesma época, Amândio Mathias, “jornalista e secretário da Prefeitura”, organizou o primeiro time profissional de futebol da cidade, o CAFÉ – Cianorte Associação Física e Educativa. Para presidi-lo, foi “escolhido o Sr. José Nóbile Sobrinho que, ao lado do Dr. Ovídio Luiz Franzoni [...] e do Sr. Gabriel Cossich, eram os maiores incentivadores desse esporte” (PRAXEDES, 1995, p. 350-351).

O CAFÉ [...] tinha um time muito bom. Eu me recorro de boas partidas [...]. Tinha já o campo de futebol que, inclusive, é onde está o atual estádio. Só que naquela época, era uma cerquinha de madeira, no meio da mata. [...] Havia uma abertura apenas no local do campo do futebol. [...] Em 64 ou 65, o Palmeiras veio fazer um jogo aqui em Cianorte e o “Fiori Vigotti” [...] veio fazer a transmissão do jogo [...]. Lembro dos elogios que ele fazia da beleza do campo de futebol, bem no meio daquela mata (CIOFFI NETO, 1987).

João Cioffi Neto (1987) fala sobre os meios de comunicação: “Nós tínhamos a agência do correio³¹³. [...] Tinha um telefone da Companhia Melhoramentos³¹⁴. [...] Posteriormente, acho que em 59 [...], foi instalada a Rádio Porta Voz. O que nós tínhamos na época, de comunicação, era o serviço de alto falante. Serviços de Alto Falantes Guarani”. [...] Não tínhamos televisão.

³¹³ A agência dos Correios foi instalada em uma casa de madeira, nos fundos do Hospital. Em época de chuva, levava até um mês para a correspondência chegar. Para enviar também demorava, porque era despachada de ônibus para Maringá. Não havia carteiro. “A atual agência dos correios foi criada pela portaria nº 2882 de 02 de setembro de 1960” (CIOFFI, 1995, p. 282)

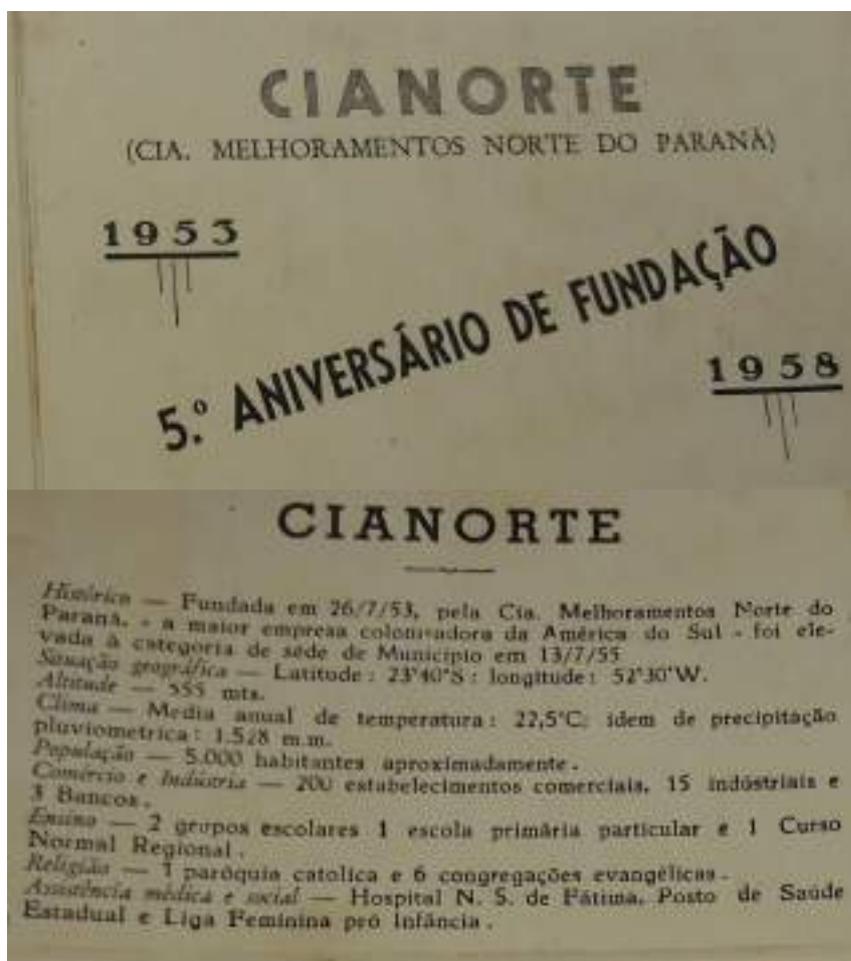
³¹⁴ “Desde os primeiros dias, Cianorte pode contar com o serviço de um telefone, embora este aparelho não fosse de uso público, pois pertencia à Companhia Melhoramentos Norte do Paraná que, no entanto, era usado pela população nas emergências” (CIOFFI, 1995, p. 289).

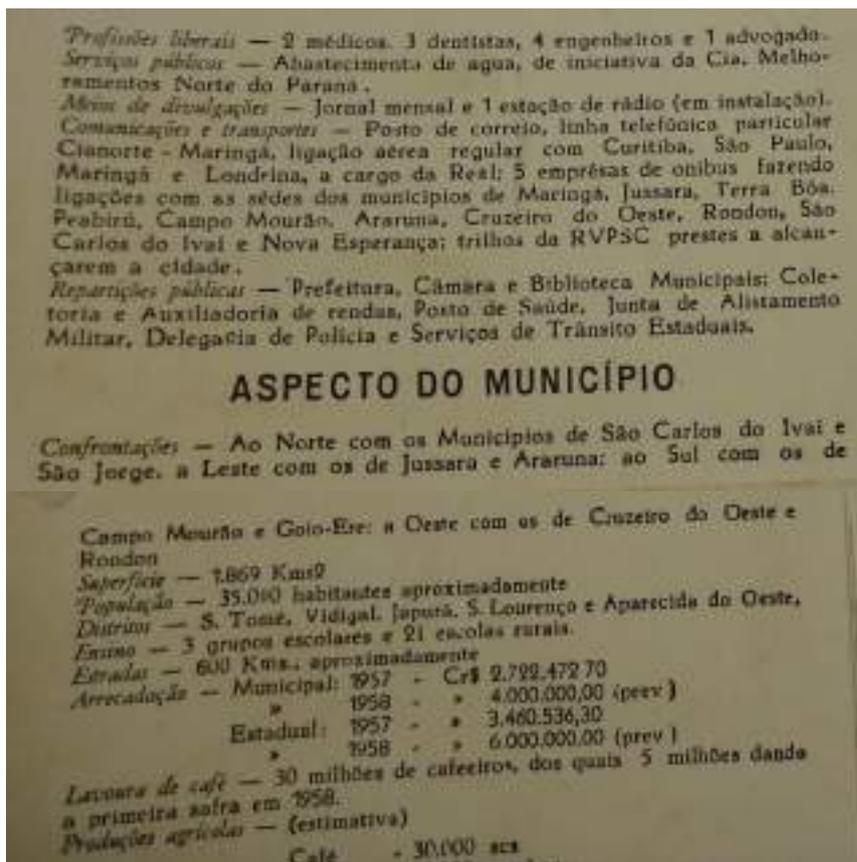
Wilson Varella (1984) fundou a primeira rádio de Cianorte, A Rádio Porta Voz, em 1959. “Eu, mais um deputado federal [Newton Carneiro]. Eram mais ou menos seis a sete pessoas”. Assim que rádio entrou no ar, “tiveram início os programas de auditório e os concursos infantis e de música sertaneja, que atraíam grande público” e distraíam as donas de casa (PRAXEDES, 1995, p. 340). Os jovens da cidade tinham outras distrações:

O lazer era restrito. Nós tínhamos, para a juventude, o cinema. Então, me recordo bem dos programas de finais de semana daquela época. Sábado à noite, quando tinha circo, era no circo, quando não tinha, era no cinema. Domingo de manhã, era a missa, quando terminava, todo mundo dava volta na pracinha e tal. Domingo à tarde, era o futebol. [...] E o mais era isso aí, as brincadeiras, alguns bailinhos (CIOFFI NETO, 1987).

Um ano antes do fim do mandato de Wilson Varella, no aniversário de cinco anos da fundação de Cianorte, a CMNP publicou um documento com dados tão completos sobre o município –exceto a parte da produção agrícola, porque a borda do papel estava rasgada – que merece ser reproduzido na íntegra:

Figura 88: Aspectos do município de Cianorte (1958)





Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE CIANORTE.

Por fim, Cioffi (1995, p. 199) aponta as primeiras medidas aprovadas pelo Poder Legislativo: “o orçamento da receita financeira do município para o exercício de 1956; a escala padrão de vencimentos do quadro de pessoal permanente; a criação do Conselho Municipal de Contribuintes; o Código de Posturas do Município”. E cita o presidente da Câmara Municipal, Washington de Oliveira Telles: “nos reuníamos, os nove, no escritório onde funciona hoje o serviço de água, [...] e anotávamos em qualquer papel a ordem do dia e de acordo com o prefeito, mandando o que ele ia pedindo”. Frase que indica que Legislativo e o Executivo estavam em sintonia, ao menos no início da administração.

Cioffi (1995, p. 202; 203) exalta o trabalho desempenhado pelos vereadores. “O clima de amizade reinante, o espírito de solidariedade e de cooperação para o progresso do município fez com que aqueles senhores, eleitos pelo povo, deixassem seus afazeres particulares e se dedicassem à missão de fazer as leis, tão necessárias”. Lembra “que não havia remuneração para os vereadores³¹⁵. Era uma dedicação gratuita ao bem comum”. E conclui com o

³¹⁵ Os vereadores só passaram a receber salários a partir de 30 de outubro de 1958 (VARELLA, 2020). Disponível em: <https://folhadecianorte.com/como-foram-as-eleicoes-para-prefeito-municipal-e-veredores-nas-decadas-de-50-e-60-em-cianorte/> Data de acesso: 04/01/2021.

falecimento de Wilson Ferreira Varella, em 18 de maio de 1992: “sepultado no cemitério local, num clima de grande comoção por parte da sociedade cianortense”.

Em sua entrevista, Wilson Varella (1984) diz ser “antissocial”. Talvez não gostasse de tirar fotos. Pois, neste capítulo, há somente duas imagens do prefeito. Na primeira, datada de 1953, Varella está fazendo anotações sob uma escrivadinha, certamente em seu escritório, nas dependências da CMNP. Na última, aparece em segundo plano. À sua frente, Hermann Morais Barros assina o contrato do serviço de água, em 1958 (CIOFFI, 1995, p. 184; 200). Ambas retratam-no na faixa dos 40 anos, sem óculos e com cabelos escuros. Nos arquivos do Projeto Resgate Cultural, havia apenas uma foto, sem data, na qual ele aparenta ter mais de 60 anos.

Figura 89: Wilson Ferreira Varella, em seu escritório na CMNP (1953)



Fonte: CIOFFI, 1995, p. 184.

Figura 90: Wilson Ferreira Varella, primeiro prefeito de Cianorte (sem data)



Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE CIANORTE.

5.2.3. Gestão Antonio Rodrigues Mota (1959-1963)

O governo de Antonio Rodrigues Mota é pouco documentado. Nenhum jornal da época do seu mandato foi guardado. Entre os impressos selecionados, o último da década de 1950 é do ano de 1958. E o primeiro da década seguinte, é de 1964. Como os periódicos foram perfurados e inseridos em uma pasta de papel, com grampos de metal, é difícil que algum exemplar tenha sido extraviado. Não é possível saber se este hiato foi proposital ou acidental. Mas o esquecimento também é significativo.

Não temos jornais e não temos a entrevista de Antonio Rodrigues Mota³¹⁶. Nos arquivos do Resgate Cultural, não há nenhuma imagem referente às realizações de seu governo, nem que o retrate. Cioffi (1995, p. 203) publicou apenas uma fotografia, sem data, na qual o prefeito assina documentos em sua mesa. Além desta, reproduzimos uma foto da Galeria de Prefeitos:

Figura 91: Antonio Rodrigues Mota, durante seu mandato



Fonte: CIOFFI, 1995, p. 203.



Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE CIANORTE³¹⁷.

A respeito da gestão de Antonio Rodrigues Mota (1959-1963), Helena Cioffi escreveu apenas três páginas (p. 203-208). E a última folha versa sobre o Poder Legislativo. A cargo de comparação, o subcapítulo dedicado a Wilson Varella tem dez páginas (CIOFFI, 1995, p. 183-202). O fato de poucas informações terem sido divulgadas sobre o segundo prefeito, coaduna-se com a ausência de fontes. Entretanto, temos algumas entrevistas em que Mota foi citado.

E contamos com o novo livro de Izaura Varella, “Sob a sombra das perobas da minha terra” (2019), que complementa informações do livro “Cianorte, sua história contada pelos pioneiros (1995), apresenta novos dados e corrige equívocos. Por exemplo, Varella (2019) afirma que o primeiro jornal foi A Voz de Cianorte, e não O Espinho, como alegou Cioffi. O

³¹⁶ MOTA, Antonio Rodrigues. Entrevista concedida a Alberto Abreu Mota. Cianorte, 02 de maio de 1984.

³¹⁷ Disponível em: <https://www.cianorte.pr.gov.br/sobre/galeria-de-prefeitos> Data de acesso: 11/01/2020.

livro de 2019 parece uma espécie de edição revista e ampliada do de 1995. O capítulo sobre a gestão de Mota é mais extenso (p. 439-460) e concede detalhes retirados de sua entrevista.

Mineiro de Januária, nascido em 13 de setembro de 1921, casado com Cremilda de Abreu Mota, Antônio Rodrigues Mota veio para Maringá em 1951, atraído pela propaganda de desenvolvimento da região. Em 1953, mudou-se para Cianorte, a pedido da CMNP, que precisava de seus serviços como carpinteiro, para iniciar a construção das primeiras casas (CIOFFI, 1995; VARELLA, 2019).

[...] tinha excelente prática de trabalho com madeira e ajudou levantar a primeira construção da cidade, que foi o Hotel Cianorte, na Praça 26 de Julho. A construção da primeira igreja católica no Bosque João XXIII, de madeira, também teve sua participação direta. Como prestava serviços para a Companhia, esta empresa vendeu para Mota um terreno [...] por 14 mil cruzeiros, onde construiu sua casa. Instalou-se com toda a sua família depois construir uma casa de madeira, com um salão na frente, [...] e ali criou todos os seus filhos. Em troca do terreno, a Companhia pediu para Mota construir algumas casas num sítio, estrada para São Tomé, e cobrou 6 mil cruzeiros, que foi a entrada para efetuar a compra do terreno (VARELLA, 2019, p. 440).

Helena de Moraes Barros (1984) recorda: “o seu Mota veio bem no começo aqui. Depois ele foi prefeito. Ele era carpinteiro, [...] construiu muita casa”. Pedro Garcia Abreu afirma que Mota executou a construção da torre da caixa d’água, que ele supervisionou. E fala sobre o cargo que Mota ocupava na CMNP, como foi contratado, além de outros trabalhos feitos por ele:

Ele era consultor da Companhia, de madeira, principalmente. E era contratado, prestou muitos serviços à Companhia, antes de ser prefeito. Ele [...] veio a convite meu, por intermédio do Sr. Miguel Sena, que era o consultor da parte de alvenaria. Os dois são mineiros, provavelmente da mesma cidade, acho que são até compadres. O Sr. Miguel me indicou o Sr. Mota que residia em Maringá. Então, o Mota veio para cá e passou a fazer os serviços para a Companhia. [...] A estrutura do telhado do escritório da Companhia, essa torre de madeira, o meu próprio telhado foi o Sr. Mota quem construiu. [...] A parte de alvenaria o Sr. Miguel foi quem construiu e a parte de madeira foi o Sr. Mota. Depois disso, ele se encantou com a cidade e acabou ficando aqui e se tornando prefeito (ABREU, s/d).

Antônio Rodrigues Mota iniciou sua carreira política no PSD. Filiou-se em 1955. Foi um dos fundadores do partido em Cianorte e seu primeiro presidente. Foi indicado pelo partido para disputar as eleições de 1959, porque era “um político honesto, bem intencionado e expoente na cidade. Já tinha experiência política, pois, durante o mandato anterior, foi eficiente auxiliar do prefeito [...]. Tinha bom relacionamento com o deputado estadual Antônio Ferreira Ruppel e o governador Moisés Lupion (VARELLA, 2019, p. 440-441).

Antônio Rodrigues Mota concorreu com outro forte candidato da UDN, Ramon Máximo Schulz e elegeu-se com 2060 dos 3686 votos válidos. “Foi uma grande vitória se considerarmos o poder da UDN na época” (CIOFFI, 1995, 204). Schulz, médico de grande prestígio na cidade, obteve 1476 votos. “Foram marcados 220 votos nulos e 71 votos em branco” (VARELLA, 2019, p. 441). “A cidade crescia velozmente, pois, na eleição anterior, Varella elegeu-se com pouco mais de 300 votos, sendo candidato único”³¹⁸.

O resultado das eleições de 4 de outubro de 1959 foi consequência do crescimento demográfico ou um prenúncio do aumento do interesse dos cidadãos pela política? Com os dados apresentados por Cioffi e Varella, observamos que, proporcionalmente, o número de eleitores cresceu mais do que a população.

Retomando a comparação com a análise de Souza (2008), constatamos que a cidade já contava com moradores estabelecidos há anos. Wilson Varella havia investido no aumento de eleitores. Além dos cabos eleitorais e dos políticos que iam de casa em casa³¹⁹, “foi usado o rádio como meio de divulgação das propostas dos candidatos” (CIOFFI, 1995, p. 204). E a campanha contou com a participação dos jovens, conforme o depoimento de João Cioffi Neto (1987), o que pode ser um indicativo do nascimento de uma “tradição política”.

A primeira campanha política que teve em Cianorte foi a do senhor Antônio Rodrigues Mota. [...] Seu Wilson Varella [...] foi [...] um prefeito nomeado. Aí, então, veio a primeira campanha política do seu Mota, inclusive nós, na ocasião, participamos. A gente saía para acompanhar os trabalhos da política. Esses foram os primeiros movimentos. Depois vieram as outras eleições, entrou o Dr. Ramon. E posteriormente o Dr. Ovídio, como deputado Estadual. [...] Eram mais ou menos tranquilas. Sempre, sempre, tinha os prós e os contras. Os debates, as discussões, mas eu não me recordo de maiores incidentes em campanha política (CIOFFI NETO, 1987).

As despesas de campanha de Antonio Rodrigues Mota importaram Cr\$ 50,00 de suas economias. Tendo emprestado Cr\$ 10,00 de Oswaldo Marcondes, gerente da Coletoria Estadual, Cr\$ 5,00 de Oswaldo Hoffmann, e Cr\$ 5,00 de Accioly Filho, deputado estadual (VARELLA, 2019). Totalizando um valor de Cr\$ 70,00.

Antonio Rodrigues Mota teve apoio da CMNP, de políticos da região e do Governo do Estado. “O próprio governador Moisés Lupion veio participar de comícios e prestigiar o

³¹⁸ VARELLA, Izaura. Como foram as eleições para prefeito municipal e vereadores nas décadas de 50 e 60 em Cianorte. **Folha de Cianorte**, Cianorte, 18 de outubro de 2020. Disponível em: <https://folhadecianorte.com/como-foram-as-eleicoes-para-prefeito-municipal-e-veredores-nas-decadasde-50-e-60-em-cianorte-parte-ii/> Data de acesso: 11/05/2021.

³¹⁹ Carlos Yoshito Mori (1986) conta: “na campanha, saía uma turma, eu, o senhor Mota, o Dr. José Maria Pinto, Oswaldo Osman, que foi o coletor [de impostos]. Uma turma aí. Ia dois, três carros na casa do eleitor, que naquela época era pouco. A gente chegava lá, fazia festa, mandava fazer frango, bebia e comia. Fazia aquela bagunça.

candidato da situação. A vitória não foi surpresa para ninguém” (CIOFFI, 1995, p. 204). A eleição transcorreu sem fatos notáveis, a despeito de rixa política. Foram eleitos nove vereadores: cinco do PSD, dois do PTB e dois da UDN³²⁰.

Antonio Rodrigues Mota assumiu o cargo em 23 de dezembro de 1959. No primeiro ano, “tudo correu muito bem. Estado e Município comungavam a mais perfeita harmonia e o Sr. Mota contava com a maioria na Câmara”. Mas com a eleição de Ney Aminthas de Barros Braga, da UDN, as reivindicações do prefeito junto ao Governo do Estado passaram a ser sistematicamente indeferidas (CIOFFI, 1995, p. 204-205).

Mota buscou alternativas para aumentar a arrecadação da Prefeitura. Sancionou a Lei nº 1 de 30 de janeiro de 1960, que alterou o Código Tributário Municipal, acrescentando impostos sobre o trânsito de carroças e charretes. Instituiu a “cobrança de imposto e alvará para novas indústrias ou estabelecimentos comerciais”, taxou “os serviços de remoção do lixo, escórias e resíduos domiciliares”. E tomou medidas reduzir os gastos. Os vereadores só receberiam ajuda de custo nas sessões em que realmente tivessem comparecido. “Foi exigido um livro de presença para comprovar” (VARELLA, 2019, p. 443-444). Até com caixões, ele economizou:

No final de novembro de 1.960, Luiz Previatti solicitou à Prefeitura Municipal um pedido de concessão para explorar o serviço funerário de Cianorte, através da Empresa Funerária São Luiz, pelo prazo de 20 anos. Afirmou que caso fosse concedido este serviço, confeccionaria, gratuitamente, caixões para todos os indigentes falecidos na cidade, sem contrapartida do município. A princípio a Câmara Municipal negou a instalação do serviço, para, posteriormente, o Prefeito autorizar, pois era de seu interesse este trabalho na cidade. Entendia o Prefeito Antônio Mota que a Prefeitura vinha bancando o pagamento de caixões para indigentes e estes gastos seriam suprimidos da folha mensal de despesas (VARELLA, 2019, p. 449-448).

Apesar da oposição cerrada da UDN ao prefeito, durante três dos quatro anos de mandato, “Mota conseguiu entregar à municipalidade algumas realizações”. Construiu 25 escolas rurais, uma escola em São Lourenço³²¹ e, na sede, o Grupo Escolar Cianorte, que acolheu os muitos alunos que estavam espalhados pelos 20 salões alugados e “que não dispunham das mínimas condições de conforto e higiene”. Criou a Inspeção Regional de Ensino³²² e construiu a sede da Liga Feminina Pró-Infância (CIOFFI, 1995, p. 205).

³²⁰ Disponível em: <https://folhadecianorte.com/como-foram-as-eleicoes-para-prefeito-municipal-e-vereadores-nas-decadasde-50-e-60-em-cianorte-parte-ii/> Data de acesso: 11/05/2021.

³²¹ O Grupo Escolar de São Lourenço foi a primeira casa escolar de alvenaria construída no distrito. Os recursos vieram do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos – INEP, no valor de Cr\$ 300.000,00 (VARELLA, 2019).

³²² Tornando Cianorte a sede da educação estadual de 14 municípios. Após três décadas, Inspeção Regional de Ensino foi substituída pelo Núcleo Regional de Educação (VARELLA, 2019).

Mota construiu duas casas destinadas a moradia de professores, para fixar o professor no local de trabalho na Escola Rural Municipal Júlia Wanderlei e E.R.M Almirante Barroso. A Merenda Escolar em todas as escolas municipais estava garantida pela Lei 40/60 de 20 de dezembro de 1960. [...] Construiu o Parque Infantil “Luiza Lúcia Ruffini Varella”, no Bosque I do Largo João XXIII, em Cianorte, em 1961, próximo da Igreja Matriz, em homenagem à esposa do primeiro eleito e fundadora da APMI, que faleceu em 19 de outubro de 1960 [...]. A morte de Dona Luiza como era conhecida causou profunda consternação nos munícipes, eis que era uma cidadã que se interessava pela pobreza e pelos mais vulneráveis, ajudando-os desde o mandato do esposo, Wilson Ferreira Varella (VARELLA, 2019, p. 445).

A construção do Grupo Escolar Cianorte, atual Escola Estadual Princesa Isabel, é um exemplo da oposição enfrentada por Mota³²³. Segundo Varella (2019), ele viajou à Curitiba para pleitear recursos financeiros. Na primeira audiência com o governador, conseguiu 15 milhões de cruzeiros. Na volta, anunciou na Rádio Porta Voz a liberação dos recursos.

Bastou isto para que meus adversários políticos³²⁴ – Francisco Kanô e Ovídio Franzoni – conseguissem cancelar a liberação destes recursos. Vi-me obrigado a retornar a Curitiba, mas não fui recebido pelo Governador Ney Braga. Voltei para o hotel, quando dois sujeitos fardados apareceram e disseram que o Governador queria falar comigo. Fui seco! Numa hora dessas, saio, vou lá preso! “Amanhã de manhã eu vou lá”, eu disse. E no dia seguinte, o Governador me atendeu. O Ney Braga falou que eu não poderia ir pro rádio jogando ele contra o povo. Aí eu disse: “Governador, eu lhe prometo que na próxima eleição eu não vou concorrer a nada, não apoiarei ninguém. O que eu quero é que o senhor libere o dinheiro para a construção da casa escolar”. Em seguida, o Ney Braga ligou para o secretário de Educação, Alípio Alves Carvalho e autorizou que os 15 milhões fossem liberados (MOTA apud VARELLA, 2019, p. 446).

Outro exemplo é a questão da energia elétrica. Precariamente fornecida por motores a diesel, atendia a uma ínfima parcela da população. Para solucionar o problema, Mota propôs a construção de uma usina hidrelétrica no salto do Rio Ligeiro. Com apoio da Câmara, sancionou a Lei 28/60 de 15 de setembro de 1.960 que, por meio de um convênio com o Governo Federal e Estadual, autorizava a liberação do crédito no valor de Cr\$ 100.000,00, para as despesas preliminares do levantamento do volume de água. No entanto, a usina não saiu do papel. O empreendimento não prosperou em razão dos elevados custos; da projeção de que forneceria energia insuficiente para a demanda do município; e devido à falta de apoio político de órgãos superiores que eram da oposição (CIOFFI, 1995; VARELLA, 2019).

³²³ O mesmo ocorreu com a Escola Normal de Grau Colegial Cândido Portinari, instalada em 1962, hoje extinta. Mota “enfrentou inúmeras dificuldades para colocar em funcionamento esta escola normal, em razão da oposição política” (VARELLA, 1995, p. 451).

³²⁴ Questionado sobre quem eram os adversários políticos, Carlos Yoshito Mori (1986) responde: “O Dr. Ovídio era da UDN, então o Dr. Ovídio, o Francisco Kanô, tinha o Geraldão, o nome dele é Geraldo Gonçalves”.

Descartada esta possibilidade de ter sua própria usina, Mota viu-se obrigado a buscar outra alternativa para a iluminação pública da cidade. Assim, em 27 de agosto de 1.963, pela Lei 9/63, a Prefeitura outorgou procuração à Companhia Paranaense de Energia Elétrica - COPEL, para que a mesma representasse O município nas gestões que faria junto ao Ministério de Minas e Energia, e assim requerer em seu nome a concessão do serviço de energia elétrica para O município de Cianorte, com assinatura de concessão. Os valores da concessão seriam destinados à construção da rede interna de energia para a cidade. A Copel também se obrigava a fornecer postes de ferro ou de cimento para serem colocados no perímetro urbano da cidade, num prazo mínimo de 60 dias. Realmente, foi uma grande avanço para cidade que assim deixava de usar os tradicionais lampiões, lamparinas, velas e faroletes para se locomoverem na escuridão das noites sem lua (VARELLA, 2019, p. 452).

Figura 92: Salto do Rio Ligeiro (1949)



Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE CIANORTE.

De acordo com Cioffi (1995, p. 206-207), o feito “mais importante da gestão de Antônio Rodrigues Mota foi a criação da Comarca de Cianorte”, que abrangia os municípios de São Tomé, Jussara, Rondon, Cidade Gaúcha, Tapira e Guaporema. “Apesar das correntes políticas desfavoráveis, Mota conseguiu que o deputado Antonio Ruppel se interessasse pelo projeto e incluísse Cianorte no rol das novas comarcas”³²⁵.

Entretanto, o Estado exigiu que a Prefeitura construísse o Fórum e as residências do promotor e do juiz. A CMNP doou os terrenos para as instalações e construiu o prédio do Fórum (CIOFFI, 1995). Para erguer as casas, segundo a Lei nº 1 de 14 de março de 1963, o município contraiu empréstimos no valor de Cr\$ 2.200.000,00. A Lei nº 7 de 22 de junho de 1963 liberou

³²⁵ A autorização foi expedida em 29 de dezembro de 1962, pela Lei Estadual nº 4.666 (VARELLA, 2019).

as obras (VARELLA, 2019). A instalação da Comarca³²⁶, em 26 de julho de 1963, foi até divulgada na imprensa. “Cianorte completa hoje dez anos. Elevada à condição de comarca”³²⁷.

Na área da saúde, Cioffi (1995, p. 207) destaca a criação da Santa Casa. Em janeiro de 1960, o vereador José Maria Pinto entregou ao governador um ofício solicitando verbas para construção do hospital. Formou-se uma comissão para agilizar o início das obras. Em 1961, o projeto foi aprovado. “Um selo adesivo foi criado em 1962, para ser aplicado em todos os papéis que tramitassem pela Prefeitura de Cianorte. A arrecadação proveniente desse selo seria destinada única e exclusivamente à Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Cianorte”. O prédio da Santa Casa não foi concluído, “apesar da boa vontade dos poderes Executivo e Legislativo, do empenho da comunidade cianortense”. O prédio semiacabado foi entregue para abrigar idosos. Hoje é o Lar dos Velhinhos, administrado pelas Irmãs Vicentinas.

Com todas as dificuldades, falta de recursos, oposição política, “Mota ainda asfaltou grande parte da Avenida São Paulo, a rua Piratininga e a rua Ipiranga, conseguiu ampliar o modesto prédio da prefeitura e pôs a funcionar a primeira unidade do Instituto Brasileiro do Café – IBC, em Cianorte” (VARELLA, 2019, p. 459).

Por meio da Lei nº 5 de 10 de junho de 1963, Mota criou a Guarda Noturna, uma organização municipal a serviço da Polícia Civil. E, pela Lei nº 9 de 22 de julho de 1963, implantou a primeira linha de ônibus urbana, chamada de circular, pois circulava por toda a cidade. Neste ano de 1963, o último do mandato de Mota, Cianorte contava com 3.200 construções, o número de alunos matriculados em escolas primárias chegava a 6.952 e havia sido fundada a Associação Comercial e Industrial de Cianorte³²⁸, (VARELLA, 2019, p. 459).

No decorrer do mandato de Mota, muitos vereadores foram substituídos por suplentes. Como ocorreu com Carlos Yoshito Mori (1986): “eu fazia parte do extinto PSD, inclusive fui

³²⁶ “O primeiro Juiz de Direito foi em seguida nomeado pelo Tribunal de Justiça, Dr. Ronaldo Grollmann, que atuou nos primeiros atos, sendo logo sucedido pelo Dr. Antônio Gomes da Silva. O Fórum estava funcionando com os cartórios Civil, Criminal e Eleitoral. O primeiro Escrivão Eleitoral foi o Professor Antônio Fecchio. Este assumiu e se viu diante de tarefas incomuns para um cartório que começava. No primeiro dia do funcionamento, ele expediu o primeiro título eleitoral do município, isto é, da Comarca, carimbado com Título de Eleitor nº 1, pertencente, coincidentemente, a Izaura Aparecida Tomaroli Varela, autora deste livro, e, que só veio se dar conta deste fato muitos anos mais tarde”. Izaura procurou o Cartório Eleitoral porque havia sido emancipada pelo seu pai, para tornar-se professora. Era menor de idade e necessitava do título de eleitor (VARELLA, 2019, p. 456).

³²⁷ O JORNAL DE MARINGÁ. Maringá, 26 de julho de 1963, Ano X, n. 2710, p. 1; 5-9.

³²⁸ “A ACIC Cianorte foi fundada [...] devido a necessidade de representação da classe empresarial da cidade, que entrava em um período de expansão comercial e industrial, e teve sua primeira reunião realizada à rua Piratininga, s/nº, em prédio gentilmente cedido pelo senhor João Mafra, onde foi eleita sua diretoria e aprovado seu estatuto. A reunião teve a presença do prefeito municipal da época, senhor Antonio Rodrigues da Mota, que na oportunidade exaltou a personalidade daqueles que se prontificaram em preencher o que seria em suas palavras, descritas em Ata de mesma data, como uma entidade defensora da classe empresarial, que bem orientada deveria ser um baluarte em defesa não só dos interesses dos empresários, como também do município”. Disponível em: <http://www.findglocal.com/BR/Cianorte/302474479785808/ACIC-Cianorte> Data de acesso: 15/01/2021.

candidato a vereador. Não tinha sido eleito, mas era suplente [...] O vereador, não sei por que, não sei se renunciou. Eu exerci o cargo quase toda legislatura”. O motivo foi “a criação dos municípios de São Tomé e Japurá, seus representantes na Câmara de Cianorte foram disputar as eleições em seus domicílios eleitorais recém criados” (CIOFFI, 1995, p. 208).

Apesar da forte oposição, a gestão de Antônio Rodrigues Mota foi importante para a cidade. Principalmente, no campo da educação. Foi o prefeito que mais investiu nessa área. Cioffi (1995, p. 207) conclui elogiando-o: “homem dotado de forte espírito de luta, de uma honestidade impoluta e imbuído de grande desejo de contribuir para o progresso de Cianorte”. Tão honesto que saiu da prefeitura mais pobre do que quando entrou. Pois, segundo Varella (2019, p. 460), “encontrou seus negócios seriamente arruinados”:

Nunca procurei auferir lucros próprios na minha administração; meu ideal, sempre foi, como pioneiro, trabalhar para a construção de uma cidade próspera e saudável. Cumpri meu mandato como Prefeito de Cianorte e transmiti meu cargo ao meu grande amigo, Dr. Ramon Máximo Schulz. Como me dediquei em tempo integral à Prefeitura nestes quatro anos, abandonei minhas atividades, inclusive na pedreira, que era o principal negócio de nossa família. [...] Mas consegui fazer alguma coisa boa para a nossa cidade. (MOTA apud VARELLA, 2019, p. 460).

Antônio Rodrigues Mota cumpriu a promessa feita da Ney Braga. Nunca mais se candidatou a um cargo público. Entretanto, a causa de sua decepção com a política foi não conseguir realizar seu “grande sonho de trazer para Cianorte uma faculdade” (MOTA apud VARELLA, 2019, p. 460). Eis o seu depoimento:

Na gestão do Dr. Ramon, a cidade estava crescendo muito e eu falei com o deputado Accioly Filho sobre a faculdade. Ele se comprometeu em pedir e pediu mesmo! Ele pediu para eu entrar em contato com o relator do processo, José Alckmin, que era meu amigo desde Minas Gerais. Fui em Brasília, falei com ele e ele liberou a faculdade! O que aconteceu depois foi consequência de briga política local. Já na gestão de Ricardo de Queiroz Cerqueira, que queria que o Reitor fosse Francisco Kanô e o deputado estadual insistia que o Reitor deveria ser Dr. Roberto Luiz Boareto. Porém, outros três nomes foram apresentados, [...] mas não aceitaram. O Decreto Presidencial tinha 6 meses de duração para a instalação da faculdade e tudo se perdeu. Naquele dia, chorei feito uma criança e jurei a mim mesmo que nunca mais iria mexer com política (MOTA apud VARELLA, 2019, p. 460).

Para Varella (2019, p. 439), Antônio Rodrigues Mota foi um “autêntico pioneiro”. Popularmente conhecido como “Seu Mota”, faleceu em 25 de junho de 2012, um mês antes de completar 93 anos. Varella afirma que quisera Deus e a História que ela estivesse no quarto de hospital, onde ele estava internado, e presenciasse seu último suspiro. Assim ela descreve:

Cheguei no Hospital São Paulo para que sua filha primogênita, Antomilda, pudesse descansar, depois de tantos dias em plantão com o pai doente. [...] Ele estava sereno, calmo, quis me reconhecer [...]. Após alguns minutos, ele deu seu último suspiro, calmamente; a sua pele ficou branca repentinamente, e parou de respirar. O espírito grandioso do homem de bem encontrou-se com Deus (VARELLA, 2019, p. 439).

Decidimos encerrar com um momento de felicidade, quando Mota e sua esposa marcaram presença no “Reencontro de amigos que viveram a adolescência (anos 60/70) em Cianorte”, realizado na AABB, em 26 de julho de 2008. Festa em que Izaura Varella também compareceu, juntamente com outros nomes conhecidos da cidade. Eis a foto publicada no blog:

Figura 93: Cremilda Mota (ex-primeira dama), Antônio Rodrigues Mota (ex-prefeito) e Airton Petris (2008)



Fonte: Blog “Reencontro Cianorte”³²⁹.

5.2.4. Gestão Ramon Máximo Schulz (1963-1969)³³⁰

Este subcapítulo inicia-se com uma breve biografia de Schulz, sua chegada em Cianorte e a consagrada fala “de não ser político”. “O povo sempre diz que eu sou político. Eu nunca fui político! O Ovídio que era o político dentre nós dois. Só ele fazia política. Eu me lembro [...] a primeira vez em que eu tive uma participação por causa do Ovídio, no PR. Fui candidato à vereador pelo PR, no tempo do Wilson Varella” (SCHULZ, 1984).

“O Senhor Ovídio, que era o político, pra poder tudo ficar reluzente em Cianorte, ele me jogou dentro do PR”. Após ter sido jogado na política, Schulz parece ter tomado gosto, haja

³²⁹ Disponível em: <http://reencontrocianorte.blogspot.com/2008/07/mais-fotos.html> Data de acesso: 15/01/2021.

³³⁰ De acordo com Cioffi (1995, p. 215), “Dr. Ramon governou o município por cinco anos. Seu mandato foi prorrogado em função dos atos institucionais que passaram a reger a administração do país em substituição da Constituição Federal deixou, praticamente, de ser observada em função do golpe militar de 1964”. Para Varella (2019, p. 472; 276), “com a eclosão da Revolução de 31 de março de 1964, o mandato de Dr. Ramon foi prorrogado até 31 de janeiro de 1969 [...]. Por força de dispositivo da lei vigente, [...] cumpriu-se 5 anos, 1 mês e 7 dias”.

vista ter se candidatado várias vezes à cargo eletivos (1955, 1959 e 1963). “Na segunda vez, fui candidato pela UND a prefeito e perdi para o Mota [...]. O Mota tinha aqui não só a força do governo do Estado mais também a municipal. [...] Eu só fui ser eleito na outra eleição. [...] Eu fui assumir em dezembro de 1963 e em março de 1964 foi a Revolução” (SCHULZ, 1984).

O uso do termo “Revolução” e os partidos aos quais foi filiado, PR, UDN e ARENA, evidenciam a orientação política de Schulz. Fora que o Sindicato dos Trabalhadores Rurais foi incendiado em seu governo³³¹. Pior, é sua perspectiva acerca da participação popular na política e do povo em si, que praticamente remete ao coronelismo:

O povo você sabe. Todo começo de eleição, a exploração era uma barbaridade. Isso o eleitor tentava de todos os meios. Então, era uma situação sem saída. Outra coisa terrível era pinguço em comício. Todo comício tinha um pinguço querendo falar com você, justamente nessa hora. Então, o pessoal precisava ficar atento para se precisar tirar o sujeito. Porque brigar você não pode. Nessa hora, a gente tem que bancar o bonzinho. Mas incomodava e incomodava demais. [...] O povão... uma das coisas erradas que eu acho é a obrigatoriedade do voto, a obrigatoriedade do eleitor ao voto, eu acho isso uma barbaridade. Os camaradas são obrigados a votar, eles vem porque são obrigados e assim mesmo tem muitos que não vem. Então, apesar disso, você tinha que ir lá buscar. Então, combinávamos com ele pra mandar uma condução. E se essa condução fosse um jipe, eles falavam, “mas eu não quero um jipe, eu quero um automóvel”, e não vinham de jipe. Falavam “minha mulher não anda de Jipe”, aí tinha que ir buscar de automóvel. Aí ele vinha, trazia criancinha de colo, traz cachorro, traz tudo, não quer nem saber. E quando vem aqui sozinho, acaba a eleição e ele fica por aí bebendo. E quando é onze horas da noite, ele vai na sua casa te chamar, porque quer condução para ir embora. “Você me traz para votar e agora não quer me levar embora? Que negócio é esse?” E isso aconteceu muito. E outros pedem sapatos, pedem empregos, ou seja, eles querem uma coisa e aproveita para pedir. E nessa hora os políticos prometem tudo (SCHULZ, 1984).

Schulz coloca os políticos como vítimas de uma situação criada por eles mesmos, o clientelismo. O povo não é bobo. Sabe que só é procurado em tempo de eleição. E pede tudo que precisa, porque em outro momento não será ouvido. Tirar proveito também pode ser uma forma de protesto. Pedir um automóvel ao invés de um jipe, afinal, quem não quer um pouco de conforto? Levar a família toda, pois quem cuidaria das crianças se os adultos precisavam

³³¹ Izaura Varella (2019, p. 481) isenta-o desta responsabilidade. “Na verdade, todos esses contratemplos não afetaram a administração de Ramon e sequer ele participou de qualquer movimento, mas, certamente, pessoas de extrema direita agiram sigilosamente. Estes fatos somente são citados aqui porque aconteceram na época do seu mandato e constam apenas como registros históricos deste tempo, são relatos sem qualquer conotação de direita ou esquerda”. Varella (2019) explica os “contratemplos” em uma página, reproduzindo trechos do capítulo escrito por Cioffi (1995). Finaliza com essa desculpa, sem dizer quem participava da tal extrema direita sigilosa. Porém, Pina os viu, era o prefeito, o delegado... Infelizmente, o depoimento de Pina (1987), que viveu na pele os “anos de chumbo” – que jamais podem ser resumidos como meros “contratemplos” – não tem visibilidade. A opinião pública é forjada pelo discurso de Izaura Varella, exposto em artigos de jornais e livros de sua autoria.

votar? Além de ser uma rara oportunidade de se divertir na cidade. Apesar de ter consciência de que é ilegal trocar sapatos por votos, Schulz arruma uma justificativa:

A justiça proíbe dar alimento, dar condução pra quem não podia vir por seus próprios meios. Mas na verdade sempre se deu alimento e sempre se deu condução. [...] Nessas últimas eleições, até a justiça de acordo com a lei era obrigada a dar condução. Ela tinha a obrigação de dar a condução, mas não tinha dinheiro. Então, os próprios eleitores apelam para os partidos, para darem condução (SCHULZ, 1984).

Ainda que Schulz (1984) diga que a UDN foi marginalizada no governo Ney Braga (PDC), chegando a se tornar oposição³³², ele nunca sofreu com o problema de falta de recursos como Prendin. Haja vista as realizações de seu mandato. Para Cioffi (1995), o grande feito de sua gestão foi o levantamento topográfico e altimétrico da cidade, necessário para a construção de galerias pluviométricas, esgoto, calçamento, meio-fio e asfalto. Inclusive, instalou uma fábrica de tubos, meio-fio e artefatos de cimento, para as obras de contenção da erosão.

Cioffi (1995) escreve sobre todas as obras: execução de galerias fluviais, asfaltamento da área central da cidade; instalação de energia elétrica (Copel), rede telefônica (Telepar), agência bancária (Banco do Brasil), oficina mecânica (frota de veículos municipais); aquisição de maquinário; construção do Hospital Municipal, de várias escolas rurais, do Grupo Escolar Vicente Machado e do Grupo Escolar Maria Montessori. Cioffi não cita a Escola Estadual Princesa Izabel (obra que atribuiu a Mota), que Schulz diz ter terminado:

O Princesa Izabel, ele [Mota] entregou praticamente pronto, realmente quem terminou foi eu. [...] Esses outros colégios, o Vicente Machado que começou no tempo do Mota e terminou no meu tempo, também teve o Maria Montessori. Mais tarde saíram os outros. No meu tempo de mandato, o que saiu aqui muito importante, que eu acho, foi a instalação de rede telefônica do Paraná, isso foi uma coisa boa. E a chegada da luz aqui em 1965 [...]. A luz veio na campanha do Paulo Pimentel, se não saísse a luz, o Paulo não ganhava em Cianorte. Então, eles fizeram uma força para vir luz (SCHULZ, 1984).

A chegada da energia elétrica foi um grande acontecimento. Como descreve Francisco Freire, “emocionado” com a “inauguração da luz em Cianorte, pelo governador Ney Braga”. “Eram seis ou sete horas da noite, já estava tudo preparado. Estava tudo escuro. Ele deu por inaugurada oficialmente a luz. Acionou a chave e, em poucos minutos, a cidade estava toda iluminada” (apud CIOFFI, 1995, p. 210). “Toda iluminada” é um exagero, pois a demanda era

³³² “O Ney Braga era do PDC, mas eu fui eleito com o apoio da UDN [...]. Depois que o Ney se elegeu, quem é que mandava era o PDC. E a UDN, de certo modo, foi marginalizada, tanto é que logo depois foi para a oposição. Mas aqui em Cianorte não, sempre continuamos com uma vida de rei. E, então, não havia grandes problemas” (SCHULZ, 1984).

muito grande. Em 1967, foram colocadas duas mil luminárias de mercúrio a vapor, na área central da cidade (CIOFFI, 1995; VARELLA, 2019).

Não sabemos como a imprensa noticiou a vinda do governador para se promover acendendo luz em Cianorte. Uma vez que não há nenhum periódico de 1965, nos arquivos do Projeto Resgate Cultural. Só temos uma página³³³ de uma edição comemorativa da Tribuna de Cianorte, que dá um panorama geral sobre a cidade, em 1966. A reportagem “Cianorte aos 13 anos”³³⁴ é dividida em tópicos: Histórico, Clima, Situação Geográfica, Superfície, Agricultura, Pecuária, Comércio e Indústria, Profissões Liberais, Finanças, Movimento Bancário, Energia Elétrica, Educação e Cultura, Saúde, Religião, Diversões, Comunicações e Transportes, Serviços Públicos, Obras Públicas, Construções, Outros Dados, Origem e Significado do Nome (Cianorte). A variada compilação explica o porquê de ter sido selecionada.

A Tribuna de Cianorte não informa datas (exceto a agricultura, cujos dados remetem à safra de 1965), logo, não podemos distinguir o que foi feito na gestão de Schulz. A não ser o que Cioffi e Schulz comentam. No jornal, não aparecem os nomes das três escolas. Mas constam notas sobre o “Serviço Telefônico com 500 aparelhos instalados (automáticos³³⁵)”. As “Obras Públicas: Está em franco andamento os serviços de pavimentação nas principais artérias da cidade. No início também, as obras de esgoto e galerias pluviais”. E “Energia Elétrica”:

Toda cidade é servida pela Usina Mourão I, obra do Governo Estadual, que está a cargo da COPEL. A rede de distribuição interna conta com 52 circuitos, construídos de acordo com as normas técnicas do país, com postes de concreto, cabos de alumínio, etc. A subestação de Cianorte conta atualmente com 5.000 KVA na 1ª etapa. Na 2ª terá mais 5.000 KVA e será p entroncamento das Usinas Mourão I e Chavantes, com saída para os municípios vizinhos³³⁶.

Cioffi (1995, p. 211) adentra na “vida política”, destacando que, “pela primeira vez, Cianorte é representada na Assembleia Legislativa, com a Eleição do Dr. Ovídio Luiz Franzoni, para Deputado Estadual”. Segundo Schulz (1984), “ele se elegeu a primeira vez a deputado em 1966 e foi vencer em 1970. Ele se elegeu duas vezes então. Ele foi candidato quatro vezes, em 1962 não ganhou, 1966, 1970 e em 1974”. O assessor jurídico da Prefeitura, Omar Sião Chueiri, discorre sobre a primeira candidatura, mostrando que Franzoni também sofria da “síndrome de não ser político”, antes de concorrer quatro vezes ao cargo de deputado:

³³³ Não temos a edição, só um recorte, com uma indicação no cabeçalho: “julho de 1966, tiragem semanal”.

³³⁴ TRIBUNA DE CIANORTE. Cianorte, julho de 1966, p.7.

³³⁵ A rede telefônica (TELEPAR), iniciada no governo anterior, foi ampliada com a criação do sistema eletrônico de ligações que, até então, eram feitas via telefonista (VARELLA, 2019).

³³⁶ TRIBUNA DE CIANORTE. Cianorte, julho de 1966, p.7.

A candidatura do Dr. Ovídio a deputado. Essa candidatura saiu praticamente da minha sala. E nós recebíamos através do Jovino e do falecido Josué, viemos de Curitiba, com uma conexão do Governador Ney Braga que havia vaga para deputado. Que Cianorte deveria ter um candidato a Deputado Estadual. Nos reunimos com todo o pessoal que compunha, que naquela época, já era o PDC, já havia mudado, era o PDC e resolvemos que só havia uma pessoa com possibilidade enfrentar e essa pessoa era o Ovídio. E inclusive saiu dali de consenso. No início, o Ovídio recusou que não queria largar a medicina para ser político. Mas, enfim, [...] ele foi candidato (CHUEIRI, 1986).

Chueiri é uma figura interessante. Comunicativo, divertido, otimista e politizado, mas quase não citado no livro. Talvez porque a maior parte de suas informações sejam referentes ao governo Schulz, praticamente tomado pela história dos “comunistas”. O modo como ele explica a escolha de Cianorte é, no mínimo, inusitado: “Cianorte não foi opção, Cianorte foi sorteio. Quando, antes da tinha formatura, apesar do bom emprego, ganhava muito bem em Curitiba, eu resolvi que deveria ser advogado. E, fechei os olhos, corri o dedo no mapa, e Cianorte, estou aqui (CHUEIRI, 1986). Ele descreve sua atuação profissional e a situação do mercado:

Eu fui advogado desde o começo. Lecionei na cadeira de francês no Colégio Estadual, logo no início. Mas sempre fui advogado. Com exceção de 63, quando instalou a Comarca e eu fui nomeado como promotor interino. Vi que aquilo não era o que queria e voltei para a profissão. E estou até hoje nela. [...] Na época, tudo que se quisesse fazer em Cianorte era viável. Advogado, médicos, dentistas, comerciantes, corretores. Tudo era viável. Porque Cianorte estava sendo considerada como uma segunda Maringá. Quero dizer, a expansão estava de tal forma, tanto é que a melhor profissão que tinha aqui naquela época era motorista de taxi. Existiam os jipes de táxi aqui e era uma beleza. Porque todo mundo precisava utilizar o táxi. E até onde eu sei, todos que vieram para cá, contadores, advogados, dentistas, médicos, corretores, comerciantes, todos aqueles daquela época se deram bem (CHUEIRI, 1986).

Sua visão liberal dos acontecimentos pode explicar o fato de ter sido pouco mencionado. Ele teve o “azar” de fazer parte do contexto abordado no capítulo atribuído à Helena Cioffi. Izaura Varella interpretaria seu depoimento de outra forma³³⁷. Uma vez que ele reproduz o discurso da “terra onde se anda sobre dinheiro”, ao alegar que todos que vieram para Cianorte se deram bem, pintando a cidade como a terra das oportunidades. Chueiri chegou na cidade em 1961, já empregado e fazendo amigos:

³³⁷ Varella o fez. Em sua coluna, na Folha Regional de Cianorte, prestou homenagens a Chueiri, na ocasião de seu falecimento, em 10 de fevereiro de 2019. O texto apoia-se neste depoimento (inclusive, o jornal afirma que foi Varella quem o entrevistou) e nas lembranças pessoais da autora. “Dr. Omar era uma pessoa culta, preparada, hábil advogado e que se dava muito bem com todos. Eu o conheci ainda adolescente, quando ele vinha tomar café no balcão do Bar Lux, na Avenida Lovat, mais tarde Avenida Souza Naves, propriedade de meu pai. Eu o servia e depois lavava as xícaras. Mal sabia a garota ingênua que um dia compartilharia de sua sabedoria sendo sua aluna na primeira turma do Curso de Direito instalado em Cianorte em 1997, na Unipar”. Disponível em: <https://folhadecianorte.com/dr-omar-simao-chueiri-faz-parte-da-historia-de-cianorte/> Data de acesso: 30/01/2021.

Quando eu vim para Cianorte, eu tinha meu tio, Júlio Pará, era secretário de Interior e Justiça do governo. [...] Ele me mandou já com apresentação dos contatos do Dr. Ovídio e Dr. Ramon que, naquela época, eram os chefes políticos locais. Apesar do prefeito ser o Mota, os chefes políticos eram o Ovídio e Ramon. Então, já vim com uma apresentação da antiga UDN, e cheguei aqui, já travando amizade. Inclusive, já ingressei de imediato na Prefeitura. Assessoriei o Mota [...]. Assessoriei o Ramon (CHUEIRI, 1986).

É interessante que ele afirme e reafirme que em 1961, os “chefes políticos” eram Ramon Máximo Schulz e Ovídio Luiz Franzoni, não obstante o prefeito fosse Antonio Rodrigues Mota. Schulz explica que Mota o derrotou nas eleições de 1959, porque tinha o apoio estadual e municipal. Se considerarmos a ótica de Chueiri, bastou o apoio do governo do Estado para elegê-lo. Franzoni foi eleito deputado quatro anos depois de sua chegada. E, a princípio, alegou não querer deixar a medicina para concorrer, como o próprio Chueiri conta. Se ele já estava no comando político, mesmo que não oficialmente, por que hesitou ao aceitar a indicação?

Há uma foto nos arquivos do Projeto Resgate Cultural, de 1973, que retrata Ovídio Franzoni. Ele aparece entre Hélio Manfrinato³³⁸ e um jornalista, conversando com Emilio Gomes. Conforme Varella (2019), o jornalista é o senhor de óculos. Franzoni é senhor calvo, olhando para o governador, de cabelos grisalhos, à sua frente. Manfrinato é o senhor de bigode.

Figura 94: Governador Emílio Gomes, deputados Ovídio Franzoni e Hélio Manfrinato (1973)



Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE CIANORTE.

Cioffi (1995, p. 211) usa o mesmo termo de Chueiri. “O comando político da região passava para as mãos do Deputado Estadual Ovídio Franzoni, que iria procurar carrear verbas para o município e influenciar nas nomeações de pessoas para cargos públicos”. Se Franzoni já mandava na cidade, passou a mandar na região toda.

³³⁸ Filho de Primo Manfrinato, foi vereador pelo PTB (1959-1963), candidato a prefeito por duas vezes (1963 e 1972) e deputado estadual pelo MDB (1970-1974; 1974-1978) (CIOFFI, 1995).

Com relação às nomeações, Cioffi (1995, p. 211) destaca que os funcionários não tinham liberdade para assumir qualquer posicionamento político contrário ao governo estabelecido. “Até mesmo professores passavam pelo crivo do partido. Os diretores só podiam atribuir aulas a quem fosse simpatizante ou absolutamente neutro. Caso manifestassem preferências por outro partido, que não fosse o da situação, teriam suas indicações indeferidas”. Um exemplo mais sutil de perseguição política em Cianorte.

Quanto à Chueiri, ele responde ao questionário padrão: de onde veio, o que achou da cidade, como era o transporte, a assistência médica, a vida social, religiosa e política. Sua fala não difere da dos demais entrevistados. Até chegar na questão política, quando ele se mostra empolgado: “Eu tenho um monte de coisa da vida política para contar. [...]. Se nós formos conversar sobre curiosidades políticas aqui, nós vamos ficar aqui uns três dias conversando”. Espirituoso, Chueiri (1986) conclui: “É importante frisar que, com toda essa vida política, eu não consegui me eleger vereador”; arrancando gargalhadas da entrevistadora, Helena Cioffi.

Contemporâneo de Manuel de Almeida Pina, Omar Simão Chueiri tem uma visão de mundo completamente oposta, visto pertencer a outra classe social. Ainda assim, vale traçar um paralelo entre os dois depoimentos. Em outro trecho acerca da ascensão social, Chueiri fala sobre “quem não tinha nada” e ganhou muito dinheiro. Todavia, ele que se refere a pessoas com alto grau de escolaridade, bons empregos, vida social ativa³³⁹ e relacionados aos donos do poder, que nunca tiveram problemas financeiros e, se comparadas a Pina, sempre tiveram tudo. E até podem se dar ao luxo de dizer que não gostam de dinheiro.

No meu campo profissional, eu, particularmente, não tenho o que me queixar. Após 3 ou 4 meses, ao estar em Cianorte, eu iniciei uma clientela. Eu consegui coisas memoráveis na minha profissão em Cianorte. Eu consegui vitórias que eu considero memoráveis. Consegui ganhar muito dinheiro com minha profissão. Apesar da Comarca ter sido em Peabiru, eu consegui muito dinheiro. Eu acho que na minha profissão, como toda profissão, sempre existe os altos e baixos. Ela não pode ser um mar de rosas. Mas eu me realizei em Cianorte. Quer no campo criminal, quer no campo civil, eu realizei. Eu hoje, se tivesse que parar de advogar, eu teria condições de escrever até um livro sobre esses 25 anos praticamente de Cianorte, de tudo que foi feito. Porque nós viemos do nada aqui. Chegamos aqui sem nada. Conseguimos construir um patrimônio, conseguimos construir uma família, nós conseguimos educar

³³⁹ Em relação ao lazer, ele repete o que outros depoentes falaram sobre a década de 1950, demonstrando que o crescimento da cidade não mudou o cenário em que os jovens se divertiam. “Na época que eu cheguei aqui nós não tínhamos clube propriamente. A vida social se resumia em se reunir uma turma de amigos, de vez em quando se programava um baile, era feito normalmente numa máquina de café e o cinema que era a diversão da época. Não tinha outro local. O Odilon suportava, depois de sessão, quinze, vinte minutos, deixava a luz acesa, depois apagava e todo mundo tinha que ir pra sua casa. Mas a vida social naquela época se resumia nessas reuniões. Quer dizer, realmente existiam. E eu me lembro bem, eu, Ailton, naquela época o Dr. Moreno, Alexandre, Wilson, nós todos solteiros, tínhamos uma convivência espetacular. Nós éramos convidados, almoçávamos um dia na casa de um. Éramos muito queridos. Nossa vida social se resumia nisso (CHUEIRI, 1986).

os filhos. Estamos sobrevivendo, agora, sempre com um aspecto: eu nunca tive inclinação para ser rico. [...]. E nunca gostei de dinheiro também. Então, eu acho que me dei bem. Eu ajudei quem eu podia ajudar, cobreí de quem eu podia cobrar. E eu creio que vou continuar vivendo a profissão dessa forma (CHUEIRI, 1986).

Após narrar a história dos “comunistas”, Cioffi retoma a gestão Schulz, citando-o: “Com a revolução, os grupos políticos ficaram desarticulados e cada um tomou rumos diferentes” (SCHULZ apud CIOFFI, 1995, p. 214). Cioffi não explica a tal desarticulação, nem nomeia os grupos partidários, em questão. Na entrevista, esta frase é o início da resposta dada à pergunta: “E que outras pessoas firmavam, assim, o grupo político com vocês, que hoje ainda estão ativas?”

E difícil explicar isso, porque, após a revolução de 1964, esses grupos se desfizeram e cada um tomou um rumo diferente do outro. [...] Naquele tempo, não era como hoje, tudo organizado [...]. Convidava essas pessoas amigas para fazer parte do partido, só que ninguém fazia, assim, uma ficha de inscrição partidária. Já hoje não. Para uma pessoa entrar no PDS ou no PDT, ele assina uma ficha e uma via fica com o partido e a outra vai para o tribunal. E fica registrado lá no tribunal que a pessoa é do PDS ou do PDT, ou coisa parecida. Naquele tempo, não era assim, a gente juntava as pessoas e era coisa de momento. Hoje, eram do seu partido, amanhã já não eram e misturava tudo. [...] Dependendo do momento, pegava os amigos, sem pensar, [...] fazia, assim, rápido, uma reunião e era assim. Não é como hoje, [...] a lei partidária exige que o sujeito seja ligado ao partido. Para convencer esses membros de partido, tem que ter uma aderência partidária para poder eleger o diretório que vai dirigir o partido no município. E esse diretório é que vai escolher os candidatos a prefeito e a vereador. E antigamente não era assim [...]. Olha, você pode convidar fulano, sicrano e se ele não aceitar, você procura fulano e fulano, ninguém era obrigado a fazer inscrição partidária (SCHULZ, 1984).

A autora não adentra no assunto da filiação partidária. Cioffi (1995, p. 215) centra-se na oposição dos vereadores a Schulz. “O desmantelamento da máquina partidária influenciou e muito, na relação Prefeito e Câmara”³⁴⁰. “Enfrentando forte oposição do Poder Legislativo, que tentava obstruir qualquer iniciativa do Poder Executivo, o Dr. Ramon conseguiu, apesar disso, realizar um bom trabalho administrativo com relevantes obras de infraestrutura”³⁴¹. Em uma página, Cioffi elogia a gestão de Schulz e, na outra, a Câmara Municipal. “Considerada de alto nível, porque seus membros, a maioria deles, pessoas com conhecimentos, alguns, com curso superior”. E, pela primeira vez, indica as profissões exercidas e omite as siglas partidárias:

³⁴⁰ Cioffi (1995, p. 215) também informa que o relacionamento com a CMNP, que ajudara em gestões anteriores, “ficou tenso, por causa da aprovação da lei que regulamentava o Código Tributário do Município, lançando impostos pesados sobre os terrenos não ocupados”. Eis a origem da mudança dos nomes de logradouros da cidade.

³⁴¹ Um exemplo é a declaração de Gentil Pereira: “O Prefeito havia mandado uma lei para a Câmara Municipal para ser aprovado o asfaltamento do centro da cidade, fizeram, os vereadores, ‘cera’, e Dr. Ramon se esgotou e meteu a mão na obra e fez o asfalto, mesmo sem aprovação da Câmara” (apud VARELLA, 2019, p. 469)

Foram eleitos: Joaquim Pagani, empresário do ramo de móveis, Mateus Biazzi, funcionário público, Francisco Kanô, advogado, Carlos Resquetti, comerciante do ramo de farmácia, Antonio Barão, fazendeiro, Dr. Francisco de Assis Macedo Freire, cirurgião dentista, Dr. Alfredo Gonevino Costa, engenheiro civil, Kai Shizuo, comerciante, Manuel Nunes, comerciante. Liderada por Francisco Kanô, a Câmara fazia forte oposição ao Prefeito Ramon (CIOFFI, 1995, p. 216).

Cioffi (1995) não explica quais eram as divergências entre os poderes Executivo e Legislativo. E Schulz não fala sobre a oposição da Câmara em seu governo, pelo contrário: “A gente de vez em quando brigava, mas todo mundo era amigo, pelo menos aqui em Cianorte” (SCHULZ, 1984). Nem Chueiri (1986), que alegava que Schulz tinha o comando político da cidade. Teria o perdido por apoiar o golpe militar? Mateus Biazzi dá seu parecer:

Eu fazia parte do grupo de oposição, até o dia em que o Dr. Ramon nos convocou lá na Prefeitura. E ele abriu o jogo e abriu o coração. Expôs seu ponto de vista, não implorou, mas chegou a derramar lágrimas dizendo que queria administrar Cianorte e não conseguia o apoio necessário. Eu pude entender isso e passei a apoiá-lo. Mas isto me custou perseguições (BIAZZI apud CIOFFI, 1995, p. 216).

As lágrimas do prefeito quase lhe custaram o cargo. “O grupo conseguiu que a Câmara baixasse uma portaria declarando extinto o mandato de Mateus Biazzi, alegando ser ilegal o seu mandato de vereador. A Justiça, no entanto, declarou inválido o ato da Câmara e Biazzi reassumiu suas funções”. Percebemos que a oposição à Schulz não era de caráter ideológico, quando Cioffi comenta que “outro combativo vereador, Dr. Alfredo Gonevino Costa, presidente na época do PTB – Partido Trabalhista Brasileiro, teve seu mandato cassado por seus companheiros” (CIOFFI, 1995, p. 216). A Câmara era tão de direita quanto o prefeito:

No livro de atas da Câmara Municipal está registrado, no dia 08 de junho de 1964, uma representação dos vereadores Joaquim Pagani, Manuel Nunes, Carlos Resquetti, Antonio Barão, Kai Shizuo e Francisco Freire, na tentativa de cassar o mandato do vereador Alfredo Gonevino Costa por ter tentado enviar um telegrama de solidariedade ao ex-Presidente João Goulart, deposto pelo golpe militar de 31 de março. Segundo os vereadores, João Goulart estava tentando implantar o regime comunista no país (CIOFFI, 1995, p. 216).

O telegrama sequer foi enviado, acabou sendo interceptado na rodoviária. Cioffi (1995) não diz quem o interceptou. Mas explica que, como Cianorte não tinha telégrafo, Gonevino pediu ao funcionário do Expresso Maringá, Antonio Roberto de Oliveira, para passar o telegrama em Maringá. Segundo Varella (2019), o telegrama foi interceptado pelo próprio

funcionário da linha de ônibus. Este episódio ocorreu exatamente no dia 31 de março, indicando que as forças conservadoras estavam bem organizadas na cidade.

Alfredo Gonevino Costa recorreu à Justiça e teve a causa ganha. O juiz Antonio Gomes da Silva julgou sem validade o ato da Câmara. Em 22 de fevereiro de 1965, Alfredo Gonevino foi reintegrado ao quadro do Poder Legislativo, em sessão solene (CIOFFI, 1995). A Câmara foi condenada a pagar os custos judiciais do processo e repassou a responsabilidade ao prefeito:

Para isso, a Câmara votou a Lei 03/65 de 26 de julho de 1965, autorizando o prefeito Dr. Ramon, a pagar as custas do Mandato de Segurança interposto pelo vereador, no valor de Cr\$ 81.700,00 [...]! Ainda mais, a Câmara obrigou-se a autorizar o Prefeito Municipal a pagar Cr\$ 288.000,00 [...] de subsídios e jetons do Vereador Dr. Genovino Alfredo Costa [sic], correspondente ao período em que ficou afastado de suas funções de Vereador na Câmara no período de 9 de junho de 1964 a 21 de fevereiro de 1965, pela Lei 4/65 de 26 de julho de 1965. Todo este custo provocado por **vereadores que entendiam a política como algo pessoal**, foram pagos pelo tesouro municipal! (VARELLA, 2019, p. 470, grifo nosso)

Cioffi (1995, p. 217) acrescenta: “É interessante observar que, a Câmara, sempre em oposição ao Prefeito Municipal, nesse momento, porque atendia a interesses pessoais, alia-se ao Executivo e ao comando político local para punir um companheiro, por um suposto crime contra a Segurança Nacional”. Sua observação mostra o apoio local ao regime militar. E que as diferenças entre os vereadores e o prefeito eram de natureza pessoal, assim como constata Varella (2019). Cioffi conclui criticando a postura da a Câmara³⁴²:

Em janeiro de 1969, tomou posse a nova equipe eleita para o quadriênio 69/73, do Sr. Ricardo de Queirós Cerqueira. Terminava assim, um período conturbado da história do município e que trouxe muitos dissabores para a comunidade. Passava o trem da história e com ele a oportunidade única de fazer acontecer o progresso de que o município tanto necessitava. Com o comando político nas mãos, de braços dados com o poder central e estadual, muito se poderia fazer, se houvesse querer político de nossos representantes. Empenho do Prefeito houve, mas faltou-lhe o respaldo do Legislativo, descompromissado com o povo (CIOFFI, 1995, p. 219).

Nos documentos do Projeto Resgate Cultural, não havia fotografias de Ramon Máximo Schulz, ou que remetessem ao seu governo. Embora conste uma na abertura do subcapítulo, que reproduzimos na sequência. Com exceção da “Galeria de Prefeitos” do site da prefeitura,

³⁴² Antes de culpar a Câmara e inocentar o prefeito, Cioffi (1995, p. 217-218) lembra da criação do cargo de vice-prefeito. “Em 1964, foi criado o cargo de Vice-Prefeito, sendo eleito pela Câmara, o Sr. Jorge Moreira da Silva, que tomou posse em abril, em sessão solene”. E reproduz uma imagem da Resolução nº 2/64 de 19 de março de 1964 que, respaldada pela emenda nº 6/64 da Constituição Estadual, de 21 de fevereiro de 1964, resolve que o vice-prefeito tomaria posse no dia 13 de abril, às 20:30, na sala de sessões da Câmara Municipal.

não localizamos nenhuma foto de Schulz. No site de busca, só aparecem imagens e textos relativos ao posto de saúde que recebeu seu nome: “UBS Ramon Máximo Schulz – Setor IV”. A mesma dificuldade se deu com Ovídio Luiz Franzoni. Só há informações acerca da escola municipal ou do conjunto habitacional, que foram batizados em sua homenagem.

Figura 95: Ramon Máximo Schulz (sem data)



Fonte: PREFEITURA DE CIANORTE³⁴³



Fonte: CIOFFI, 1995, p. 209.

5.2.4: Os “comunistas” de Cianorte

As gestões de Ramon Máximo Schulz (1963-1969), Ricardo de Queiroz Cerqueira (1969-1973), Nelson Prendin (1973-1977) e Francisco Honório Arieta Negrão (1977-1982), inserem-se em um contexto que extrapola o da História Regional, pois a vigência de seus governos coincide com o período da ditadura civil-militar (1964-1985). A partir do depoimento de Manuel de Almeida Pina (1987), trabalhador rural, sindicalista e preso político, analisamos a repressão em Cianorte, durante os “anos de chumbo” – a destruição do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e a prisão de seus integrantes, sob a acusação de comunismo.

No título, o termo “comunistas” está entre aspas por razão evidente: nem todos que foram perseguidos em Cianorte, eram integrantes ou simpatizantes do Partido Comunista Brasileiro. Foram presos membros do PTD, do MDB e até um político de direita. O que não impediu Helena Cioffi (1995, p. 234) de intitular um subcapítulo como “Continua a caça aos comunistas”, em letras maiúsculas e em negrito.

³⁴³ Disponível em: <https://www.cianorte.pr.gov.br/sobre/galeria-de-prefeitos> Data de acesso: 11/01/2020.

Dos treze apreendidos citados, constam no livro os depoimentos de Manuel de Almeida Pina, fundador e presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cianorte, e de Celestino Jacinto Gomes, descrito como “pioneiro e militante político de esquerda” (CIOFFI, 1995, p. 213). Recuperamos apenas a entrevista de Pina – suficiente para demonstrar a situação dos engajados na luta pelos direitos trabalhistas e o funcionamento da máquina de censura e perseguição política do regime militar. Para preencher as lacunas deixadas por Cioffi, também contamos com os documentos da Delegacia de Ordem Política e Social³⁴⁴.

A narrativa sobre a esquerda em Cianorte é iniciada com a fundação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Apesar de descrevê-lo com simpatia, Cioffi (1995) dedica poucas páginas à sua formação, lutas e conquistas, extinção e refundação, e à perseguição infligida aos seus membros. A questão é tratada em conjunto aos acontecimentos concernentes às gestões municipais de Schulz, Cerqueira e Prendin, com breves referências à política nacional.

Política nacional esta, imprescindível para compreender os eventos ocorridos em Cianorte. O que nos leva a retomar os principais aspectos do governo de João Goulart (1961-1964), do golpe militar (1964) e da ditadura subsequente (1964-1985), em concomitância à análise do texto de Cioffi e do depoimento de Manuel de Almeida Pina.

No início da década de 1960, o Brasil vivia uma grave instabilidade política. Quando Jânio Quadros renunciou à presidência, o vice-presidente e sucessor constitucional, João Goulart, do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), encontrava-se em visita oficial à China comunista. No contexto da Guerra Fria, a posse de Jango, que construíra sua carreira política em bases de esquerda³⁴⁵, não agradava aos círculos militares e empresariais (GUILHERME, 2012).

O impasse gerou, de um lado, a Campanha pela Legalidade, liderada por Leonel Brizola (PTB), governador do Rio Grande do Sul, que defendia a posse de Goulart; e, de outro, o posicionamento contrário à posse por parte de militares, empresários e alguns parlamentares. A solução encontrada foi a instituição do parlamentarismo. Jango assumiu como chefe de Estado e o parlamento elegeu um primeiro ministro para administrar o país. O sistema presidencialista foi restaurado no início de 1963, após um plebiscito popular (MARKUN, 2011).

O Brasil enfrentava a estagnação econômica e a inflação, decorrentes da política desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek e das tentativas fracassadas de Jânio Quadros. A

³⁴⁴ A documentação da Subdivisão de Informações da Polícia Civil, conhecida como Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS), foi transferida para o Departamento de Arquivo Público do Estado do Paraná (DEAP), por ordem do Decreto Estadual nº 577 de 11/07/1991. O acervo, que abrange o período de 1937 a 1989, é formado por 62.500 fichas e cerca de 7.000 pastas, divididas em pastas nominais e pastas por assunto (POMARI; PRIORI, 2012).

³⁴⁵ Goulart trilhou toda sua carreira política no PTB, sob forte influência do varguismo. Desde sua atuação como Ministro do Trabalho de Getúlio Vargas e como vice-presidente de Juscelino Kubitschek e Jânio Quadros, estava ligado a uma tradição trabalhista, reformista, nacionalista e desenvolvimentista (SILVA, 2019).

migração do campo para a cidade exigia respostas nas áreas da saúde, educação, habitação, e a miséria no campo criava mobilizações em prol da reforma agrária (GUILHERME, 2012).

No período em que ocupou a Presidência da República (07 de setembro de 1961 a 31 de março de 1964), João Goulart defendeu a execução de reformas estruturais que estimulassem o desenvolvimento da indústria, a reestruturação da produção agrária e a integração da população urbana e rural no mercado interno. Essa proposta, que visava aliar desenvolvimento econômico e social, ficou conhecida como “Reformas de Base” (SILVA, 2019).

Com as Reformas de Base, Goulart propunha aumentar a presença do Estado nas esferas econômica e administrativa (reformas tributária, bancária, cambial, administrativa e controle da remessa de lucros para o exterior); melhorar as condições de vida da população (reformas agrária, urbana e universitária); e estender o direito de voto aos analfabetos e às patentes subalternas das forças armadas (reforma eleitoral). No intuito de fortalecer o mercado interno, promovendo desenvolvimento econômico com autonomia nacional (SILVA, 2019).

O carro-chefe das reformas era a Reforma Agrária, que visava eliminar os conflitos pela posse da terra e garantir o acesso à propriedade de milhões de trabalhadores rurais. Contudo, a previsão constitucional da obrigação de indenização prévia em dinheiro pelo Estado, em caso de desapropriação fundiária, inviabilizava uma reforma efetiva. E a mudança constitucional encontrava forte resistência por parte dos setores mais conservadores do governo³⁴⁶. Uma emenda que contornasse este obstáculo, dependia da aprovação do Congresso Nacional. Goulart repetiu inúmeras vezes o pedido de mudança na Constituição, sem êxito (SILVA, 2019).

Segundo Silva (2019), Goulart valia-se do discurso cristão e “antirrevolucionário” para marcar distância do comunismo, de que foi constantemente acusado. Fazia questão de destacar que a reforma agrária não estava apenas desvinculada do avanço comunista, como também seria uma forma de combatê-lo, uma vez que reforçaria os laços do povo com o regime democrático e multiplicaria o número dos defensores da propriedade privada. Em suas palavras, a reforma seria “genuinamente brasileira” e realizada pacificamente, dentro de uma “perspectiva democrática e cristã” (GOULART, 1975, p. 244). Pina (1987) adotava uma postura semelhante. Era um entusiasta da reforma agrária e do governo Jango, que negava veemente ser comunista.

Diante da baixa produtividade agrícola, da crise de abastecimento, do aumento dos preços de gêneros alimentícios e do custo de vida, o “livre acesso à terra” para os agricultores que ainda não a tinham, juntamente com “assistência técnica e financeira”, era uma saída para

³⁴⁶https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/As_reformas_de_base. Data de acesso: 08/11/2020.

aumentar a produção de gêneros alimentícios e torná-la “mais barata e acessível ao povo” (GOULART, 1963, p. 91). Além de prover a demanda urbano-industrial pelos produtos agrícolas, a reforma agrária elevaria o padrão de consumo dos trabalhadores e aumentaria a procura pelos produtos industrializados (SILVA, 2019).

Apesar do esforço de Goulart em divulgar sua proposta de reforma agrária – cristã e democrática, dentro de um projeto de desenvolvimento econômico nacional – distanciando-a das reformas realizadas nos países comunistas, não teve qualquer avanço (SILVA, 2019). O Legislativo não acatou suas propostas de emendas constitucionais, ignorando pesquisas como a do Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (IBOPE) que, em 1963, apontou que 62% dos eleitores eram favoráveis à reforma agrária (RODRIGUES, 1965).

O ano de 1964 iniciou-se com o esgotamento das negociações para implementar a agenda do governo. A estratégia de Goulart era o seu comparecimento a uma série de grandes comícios nas principais cidades do país, a fim de mobilizar a população em favor das reformas. Essa nova fase foi inaugurada no dia 13 de março, com o comício realizado na estação da Central do Brasil, no Rio de Janeiro, ao qual compareceram 150.000 pessoas. Na ocasião, Goulart anunciou importantes medidas, como a encampação das refinarias de petróleo particulares e a desapropriação das propriedades privadas valorizadas por investimentos públicos, situadas às margens de estradas e açudes. Entretanto, o afastamento de Jango com golpe militar de 31 de março, impediu a concretização das reformas³⁴⁷.

Neste contexto, surgiu o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cianorte. Fundado em 1961 e reconhecido pelo Ministério do Trabalho no ano seguinte, não tinha sede própria, funcionava de modo precário nas dependências do Sindicato da Construção Civil. Segundo Cioffi (1995, p. 212), o “sindicato mantinha acesa a chama da luta pela Reforma Agrária, bandeira dos partidos de esquerda”. Com 2.500 filiados em diversos municípios da região, como São Tomé, Rondon, Japurá, Cidade Gaúcha, “constituía uma respeitável força que contava com o apoio do Presidente da República, João Goulart”.

O movimento sindical era uma das formas de articulação dos trabalhadores rurais na luta pela terra e pela legislação social trabalhista, entre as décadas de 1950 e 1960. As ações impetradas na justiça, reclamando direitos sociais, sobretudo o pagamento integral do salário mínimo e das férias, não cumpridos pelos empregadores rurais do Norte do Paraná, acabaram por suscitar nas classes dominantes rurais a preocupação de que os sindicatos pudessem perturbar a paz social no campo. Já que essas entidades seriam passíveis da influência de

³⁴⁷ Op. Cit.

“agitadores profissionais” – leia-se as Ligas Camponesas e o Partido Comunista Brasileiro (MARTINS, 1983; PRIORI, 1996; SILVA, 2006).

O “medo” das classes dominantes rurais diante do processo em curso (POMARI; PRIORI, 2012), explica o fato do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cianorte ter sido “pressionado pela pequena burguesia rural e as lideranças políticas locais” (CIOFFI, 1995, p. 212). Conforme Pina (1987): “houve uma luta aqui na época, que os tubarões e os fazendeiros não gostavam, porque quando nós convocava, vinha dois, três caminhões de filiados. Essa luta era afim de reforma agrária, a fim dos direitos trabalhistas dos trabalhadores rurais”.

Dá toda a campanha anticomunista montada pela Sociedade Rural Brasileira e outras organizações das classes dominantes rurais, buscando afastar os comunistas desses debates. Mas foi a partir desses movimentos e de seus órgãos de representação, que os trabalhadores rurais conquistaram espaço no cenário social, ampliando o debate político acerca de questões fundamentais, como a reforma agrária, a extensão da legislação social trabalhista para o campo, as condições e relações de trabalho, preços e política agrícola (POMARI; PRIORI, 2012).

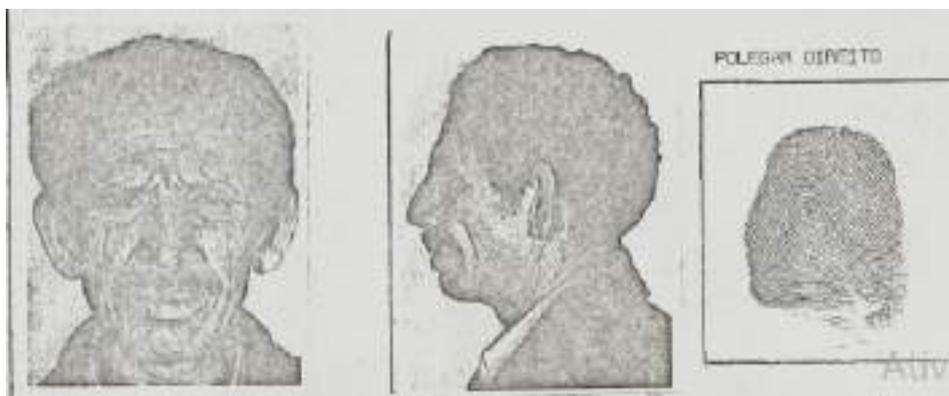
Como exemplo de conquista do sindicato, Cioffi (1995, p. 212-213) cita o reajuste do preço do algodão. “Cotado em Cr\$ 1.000,00 a arroba, a SAMBRA, empresa compradora e beneficiadora de algodão, só pagava Cr\$ 700,00. Um abaixo assinado com 500 assinaturas foi levado ao Presidente da República, que ordenou o imediato pagamento do preço de tabela”. Foi Pina quem recolheu as assinaturas, elaborou um texto para o presidente e o entregou em mãos.

O algodão valia mil cruzeiros a arroba e eles só pagavam setecentos, a SAMBRA. Então, eu peguei quinhentas e cinquenta assinaturas de trabalhadores de Rondon, [Cidade] Gaúcha e daqui e fiz um texto para o Presidente da República. [...] Nós chegamos lá e conseguimos mil cruzeiros por arroba [...]. Na hora, passou um rádio pra SAMBRA aqui, se não ele [João Goulart] vinha encampar a SAMBRA. [...] Eu cheguei a falar com o Presidente João Goulart, ele me deu todo apoio e ele me deu um avião, eu vim de avião de Brasília até aqui. [...] Quando eu cheguei aqui, o povo estava recebendo mil cruzeiros a arroba (PINA, 1987).

Os dados pessoais de Pina estão incompletos no livro e na entrevista. “O Sr. Manuel de Almeida Pina, baiano de Itibana [sic], radicado em Cianorte desde 1953, vindo a serviço da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná e Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais” (CIOFFI, 1995, p. 213). Na transcrição da entrevista só consta seu endereço. Obtemos informações detalhadas nos arquivos da DOPS e do CODI-DOI, referentes aos anos de 1964, 1972 e 1975. A começar pela cidade em que ele nasceu, cujo nome correto é Ibipitanga.

Na pasta individual³⁴⁸, constam nome (Manuel de Almeida Pina), codinome (Nequinha), data de nascimento (18 de outubro de 1924), profissão (lavrador), grau de instrução (primário), estado civil (casado), nome dos pais (José Almeida Pina e Alvina Cavalcante Pina) e da esposa (Maria das Dores Pina), número do documento de identidade, endereço (o mesmo indicado na entrevista e nas três vezes em que foi preso), impressões digitais, características físicas (cútiis branca, cabelos e olhos castanhos, barba e bigode raspados, 1,70m de altura, 59 quilos), motivo da detenção (suspeita de atividades junto ao PCB), por quem foi preso (Equipe “C”), se ofereceu resistência (não), se foi preso antes (sim) e por qual órgão (Polícia Federal de Londrina), xerox de uma foto 3x4 e assinatura do depoente.

Figura 96: Manuel de Almeida Pina fichado pela DOPS/PR (1975)



Fonte: ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ. Fundo Dops, Pasta Individual N° 02674.

Antes de conhecer “os porões da ditadura”, Manuel de Almeida Pina era um sindicalista ativo. Representou o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Curitiba em Londrina, Curitiba, São Paulo e em outras cidades, em diversas ocasiões. Com o objetivo de obter o reconhecimento do sindicato pelo governo, viajou para Brasília em 1962, com Joao Vieira dos Santos (presidente do Conselho Fiscal do Sindicato) e Alcides José Coutinho (vice-presidente). Pina conheceu Brizola e Jango, participou de comícios, discursou em palanques e quase foi preso.

Quando eu fui à Brasília, eu fui falar com o presidente João Goulart para a criação, a carta do Sindicato em 1962. [...] Cheguei em Brasília em 30 de abril, eu fui para a festa de primeiro de maio. [...] Foi uma confusão para eu chegar a falar com o João Goulart. Ninguém queria falar. Então, eu fui ao Sindicato da Construção Civil lá de Brasília [...] e ninguém me atendia. Diziam que eu não tinha condições de falar com o Presidente da República. Então houve um comício dos trabalhadores na Praça da Rodoviária e eu subi no palanque. [...] Falei com um estudante e ele falou: “o senhor é presidente do sindicato rural em Cianorte? [...] Isso é [o] que nós queremos”. Ali entrei na luta com os estudantes. Era um comício, ali estava senador da República, ali estava

³⁴⁸ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ. Fundo Dops, Pasta Individual N° 02674.

deputado federal do Paraná e do Rio Grande do Sul, inclusive eles me entregaram para o Leonel Brizola. Ele era cunhado do João Goulart e ele foi e falou: “Olha, muito me interessa você. Eu faço muita questão de te levar até o Presidente da República”. Aí eu até falei na praça pública. Eles pediram para eu falar um pouco sobre os trabalhadores rurais daqui de Cianorte, sobre a Reforma Agrária, ali eu falei. E fui para Taguatinga em mais de um comício e falei na Associação dos Sindicatos de lá [...]. Quando foi à noite, a polícia veio me prender. Eu fui pra um hotel, mandado pelo Leonel Brizola. Quando a polícia veio me pegar [...], eu estava trancado no quarto. Eles bateram, o delegado de Taguatinga. Porque eu cheguei a dizer na praça pública, que a Reforma Agrária não chegaria de forma pacífica [...]. Ela só vinha na força dos trabalhadores, numa luta unida. Talvez, eu nem precisasse falar, mas a gente quando está assim, o povo ali, a gente fala até bobagem e eu falei. [...] Quando eles bateram na porta, eles disseram: “Aqui tem um telegrama da sua família, que vem do Paraná”. Eu falei: “A minha família não sabe nem onde estou. Não abro a porta”. O guarda do hotel também era a favor da gente, também era sindicalista [...]. Quando o dia amanheceu, eu abri a porta e ele falou: “Fez bem em não abrir a porta, era a polícia federal” (PINA, 1987).

Diante do depoimento de Pina, observamos que a censura e a perseguição política iniciaram-se bem antes do golpe militar. Ainda em 1962, por discursar a favor da Reforma Agrária – enfatizando que esta não viria de forma pacífica –, Pina acabou com a polícia federal batendo à sua porta, no quarto de hotel em que se hospedou após o comício. Vale lembrar que a Reforma Agrária integrava o conjunto de reformas proposta pelo presidente. Portanto, participar desse debate não deveria ser motivo para uma visita da polícia³⁴⁹.

Cioffi (1995, p. 213) expressa sua concordância: “as reformas de base se faziam necessárias para o bom andamento do país”. E notável pesar ao completar: “o presidente João Goulart, no entanto, não conseguiu o apoio necessário e o golpe militar de 31 de março, pôs fim ao sonho da esquerda do Brasil. Estava deflagrada a caça às bruxas e os sindicatos se tornaram o principal alvo das perseguições políticas”.

Cioffi está correta, pois com a tomada do poder pelos militares, inaugurou-se no Brasil um Estado de exceção, imbuído pelos pressupostos da Doutrina de Segurança Nacional (DSN), adaptada pela Escola Superior de Guerra (ESG), que proibia ideias contrárias ao regime. A guerra se dava, dentro dos limites territoriais da nação e tinha como propósito combater os inimigos internos, sobretudo os militantes de esquerda (BRUNELO, 2006).

Na madrugada de 31 de março de 1964, foi deflagrado um golpe militar contra o governo legalmente constituído. Apesar da insistência de Brizola, Goulart desistiu de um confronto

³⁴⁹ Todavia, a DOPS tinha uma preocupação central com os movimentos dos trabalhadores rurais. O período 1945-1964 foi marcado pela efervescente organização dos trabalhadores rurais, a exemplo do que ocorria em vários estados do país. Nesses vinte anos, alguns movimentos sociais foram significativos e reveladores do grau de insatisfação e miserabilidade em que viviam os trabalhadores do campo (POMARI; PRIORI, 2012). A breve existência dos Sindicato dos Trabalhadores Rurais evidencia que esta luta teve suas ramificações em Cianorte.

armado e seguiu para o exílio no Uruguai. Antes de Jango deixar o país, o presidente do Senado, Auro de Moura Andrade, já havia declarado vaga a presidência da República. O presidente da Câmara, Ranieri Mazzilli, assumiu-a interinamente. O poder, no entanto, encontrava-se em mãos militares. Em 2 de abril, foi organizado o “Comando Supremo da Revolução”, composto pelo brigadeiro Francisco de Assis Correia de Melo, o vice-almirante Augusto Rademaker e o general Artur da Costa e Silva, junta que governou o país por duas semanas. Seguiu-se uma violenta repressão contra os setores mobilizados à esquerda no espectro político: o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), a União Nacional dos Estudantes (UNE), as Ligas Camponesas, a Juventude Universitária Católica (JUC) e a Ação Popular (AP). Milhares de pessoas foram presas e torturadas³⁵⁰.

O golpe militar “teve seus reflexos aqui na pacata Cianorte” e “a primeira vítima da nova situação política foi o Sindicato dos Trabalhadores Rurais” (CIOFFI, 1995, p. 211). Inclusive, a repressão pode ter se iniciado no mesmo dia do golpe. Há divergências em relação à data. Segundo Cioffi (1995, p. 213), “no dia primeiro de abril, por volta das 17h, as lideranças políticas de Cianorte arregimentaram as pessoas favoráveis ao golpe e se dirigiram ao Sindicato que já estava fechado. Encontrava-se lá somente o Sr. Manoel Pereira, Presidente do Sindicato da Construção Civil”. Pina alega que o fato ocorreu no dia 31:

No dia mesmo da Revolução, no dia 31 de março, tacaram fogo. [...] O Carlos Resquetti era o subdelegado, o outro Carlos, o capitão Carlos, era o delegado, eles gritavam em frente [...], eu vi todos eles. A rua veio em peso. Eu até agradeço duas pessoas que me avisou que eles iam queimar. [...] O Benedito Dias [...]. Ele me chamou lá no Hotel Lusitano e falou, “senta aí”, abriu uma carta da Associação e disse: “Olha, eu não quero entrar nessa, eu tenho muita amizade com você, eu gosto muito de você. Tá aqui, é uma ordem, eles vão chamar o prefeito pra queimar o sindicato. Vai dar um golpe aí nesses dias”. [...] O Dr. Freire, [...] “vai queimar”. Depois eu cheguei lá com a notícia da queima e disse: “Vamos fechar!” O Manuel Pereira de Souza, que era presidente do Sindicato da Construção Civil, [...] “não fecho!” [...] Eles chegaram e enfiaram um pé-de-cabra na porta e abriram [...]. Este menino meu, o Aparecido [...], estava lá, ele tinha quatorze anos, pegaram ele, derrubaram ele no chão [...]. Eu não vi, o Manuel Pereira viu e o meu filho viu. Estava o prefeito, todo mundo ali, toda essa rapa da cidade da UDN estava ali [...]. Puxaram as máquinas pra fora [...]. E tacaram fogo [...]. Queimaram a papelada toda. Tinha muita coisa lá. Não ficou nada. [...] Eles puseram no meio da rua: mesa, escrivaninha, tudo foi botado fogo (PINA, 1987).

Independente da data exata, importa salientar que tais lideranças sabiam do golpe em curso, assim como os próprios sindicalistas. Conforme o depoimento Pina, adaptado por Cioffi (1995, p. 213): “Duas pessoas me avisaram que iam queimar o sindicato. O Dr. Freire e o

³⁵⁰ Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/Golpe1964>. Data de acesso: 08/11/2020.

Benedito Dias. Este me chamou lá no Hotel Lusitano e disse, abrindo uma carta: ‘É uma ordem, eles vão chamar o Prefeito para queimar o sindicato. Vai dar um golpe nesses dias’”. Além do prefeito, Pina aponta o delegado, o subdelegado e os partidários da UDN como responsáveis. Celestino Jacinto Gomes assim descreve o ocorrido:

Naquele momento, chegou aquela avalanche, caminhões de gente na porta do Sindicato. Então, o Manuel Pereira, um homem ignorante, sacou de uma carruchinha e enfrentou aquela multidão... Uma garruchinha dessas de dois tiros, daquelas de descanhotar. Chegaram outros elementos do Sindicato e pediram para ele ir pra casa e deixar aquilo. Nisso, chegou a polícia e prendeu ele. Aí entraram no sindicato, puseram máquinas, escrivatinhas e arquivos pra fora e botaram fogo em tudo (apud CIOFFI, 1995, p. 213).

Pina (1987) lamenta a perda do patrimônio: “Nós tinha [sic] até bíblia! [...] Tinha tudo naquele sindicato. Tinha a Constituição de 46 e foi tudo queimado. Só a Bíblia não queimou. E as máquinas que eram de ferro. As máquinas carregaram. [...] Ninguém sabe onde é que foram. [...] Era do povo, não era nossa! E Cioffi (1995, p. 214) registra sua indignação: “A história de Cianorte perdia naquele incêndio provocado pela exaltação de pseudodefensores da ordem, um importante acervo”.

Os líderes sindicais Manuel de Almeida Pina, Gerônimo Antônio de Souza e Pedro Brito esconderam-se na casa do militante comunista Fiori Libanori, proprietário de uma chácara nos arredores de Cianorte. “Mais tarde, foram todos presos, inclusive o ‘velho’ Libanori, cujo casebre tinha as paredes forradas com recortes de fotografias de Luiz Carlos prestes” (CIOFFI, 1995, p. 214). Pina narra sua fuga antes de ser pego:

Quando eu vinha cruzando esta avenida [Rio Branco], aqui eu encontrei uma kombi lotada de jagunços [...]. Eles disseram: “Tamo aqui pra te liquidar!” Eu disse: “Pode liquidar, eu sei que vocês são tudo covarde. Covarde puxa-saco de político”. Eles já morreram quase todos. Foram matados lá por Alto Araguaia. Foram fazer grilo lá e mataram eles. Entrei aqui e minha filha Carminha me abraçou, a coisa estava feia. [...] Eu saí por aqui e entrei naquele bosque ali e passei a maior parte da tarde deitado ali dentro [Estádio Olímpico]. [...] Fui lá pro Libanori. Foi eu, Gerônimo Antônio de Souza e Pedro Brito que era secretário do Sindicato. [...] Nós tava [sic] só pra comer qualquer coisa, porque em casa não podia nem ir. Dalí eu saí, fui por esse mato [...] Fiquei seis dias no mato. Não podia sair dali porque estavam rondando tudo, estava tudo cercado. [...] Eu fui até Engenheiro Beltrão a pé, porque a estrada aí tava assim de bandido me procurando. De Engenheiro Beltrão peguei o ônibus e fui pra Maringá. Quando eu cheguei no Horto Florestal [...] ali eu desci e fui pra Vila Operária, que eu tinha um amigo e fui pra casa dele. Fiquei uma noite e no outro dia eu fui pra Jaguapitã. Eu tinha família lá [...]. Depois eu voltei pra Maringá e fui pra São João do Caiuá e fiquei rodando [...]. Depois eu fui pra Mandaguaçu pra fazenda do Lázaro Cerco, que era do PTB, era deputado aqui. Eu fiquei ali na fazenda dele, fiquei trabalhando lá e mandando dinheiro pra família viver, né? E a polícia sempre me procurando.

[...] Quem me deu um grande apoio foi um tio desse Jorginho, que era capitão da polícia, mas ele é meu amigo desde o Exército, quando eu estive no Exército, ele era sargento. [...] Ele estava em Nova Esperança e fui na casa dele e ele me deu todo apoio. E ele mandava recurso pra minha família e era o contato. Ele é capitão da polícia em São Paulo [...] (PINA, 1987).

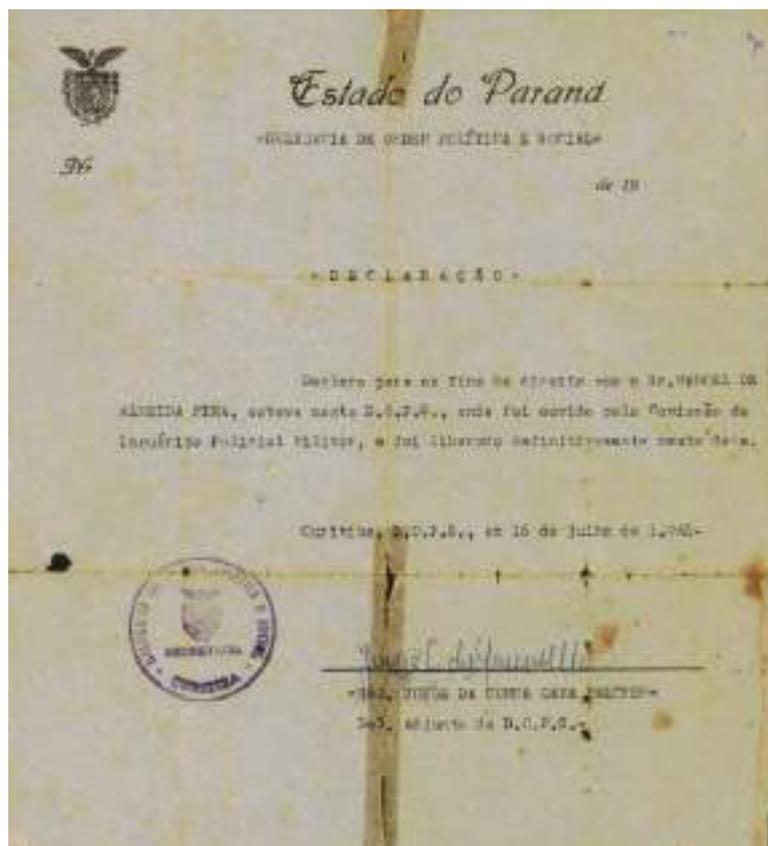
Enquanto Pina transitava pela região e se valia de sua rede de amigos e contatos políticos para permanecer escondido, o regime endurecia. Em 9 de abril de 1964, os militares decretaram o Ato Institucional nº 1. Com o AI-1, o Poder Executivo, sobrepondo-se ao Legislativo e ao Judiciário, poderia alterar a Constituição por maioria simples, instituir estado de sítio, cassar mandatos legislativos e suspender direitos políticos por dez anos. O AI-1 também preparou o terreno para as eleições indiretas. Em 15 de abril, o general Humberto de Alencar Castello Branco assumiu a presidência (COUTO, 1999; MATTOS; SWENSSON JR., 2005).

Cioffi lembra-se da polícia procurando por Pina: “eles perguntavam ali em casa, na casa dona Fica, da dona Ana parteira, perguntavam pelo senhor na época”. Pina (1987) prossegue: “Eu estava bem aqui mesmo! [...] Quando moderou a situação, né? O Dr. Moura, que era do PTB e muito meu amigo, e era advogado, ele apareceu e me disse: ‘Nequinha, você tem que ir pra Curitiba, se entregar. Eu vou te levar’ [...]”. Cioffi pergunta: “Isso tudo foi em 64? O mesmo ano da Revolução?” Pina confirma: “Em 64! No ano da Revolução³⁵¹. Eu fiquei 120 dias sem poder chegar em casa. Aí eu fui pra Curitiba e me apresentei no DOPS”³⁵².

³⁵¹ É interessante notar que Pina e Cioffi usam o termo “revolução” ao invés de golpe, na entrevista realizada em 1987. No livro, publicado em 1995, Cioffi só utiliza o vocábulo “golpe”, evidenciando sua oposição à ditadura. A diferença nas datas deve ser a causa da mudança de discurso. A lembrança da censura ainda era muito recente em 1987, para que Cioffi emitisse qualquer juízo de valor a respeito dos eventos de 1964. O mesmo se aplica a Pina.

³⁵² De acordo com Pomari e Priori (2012), a Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS) foi criada pela Lei nº 177 de 15 de março de 1937. Em 18 de fevereiro de 1948, o Estado baixou a Lei nº 47, que desvinculou a Chefatura de Polícia da Secretaria do Interior e Justiça. Com a Lei nº 4615 de 09 de julho de 1962, a Chefatura de Polícia foi extinta, dando lugar à Secretaria de Segurança Pública, que passou a ser responsável pelos organismos policiais e pelas políticas de segurança pública. O Decreto nº 8999 de 27 de julho de 1962, instituiu a Divisão de Polícia Especializada, criando cinco delegacias: a de Crimes contra a Fazenda Pública; a de Estrangeiros; a de Jogos e Diversões; a de Proteção ao Menor; e a de Ordem Política e Social. A DOPS era formada por um Delegado Adjunto, uma Superintendência, um cartório e a secretaria. Entre as funções da DOPS estavam: “adotar as medidas necessárias para a investigação, prevenção, repressão e o processamento, não só dos delitos de ordem política e social, previstos em legislação especial, como também dos crimes contra a economia popular, a lei de imprensa e dos previstos pelo Código Penal Brasileiro, em seus artigos 197 a 207, 253, 260 a 266, 328 a 331 e 344; 2. Orientar, cooperar e providenciar, em todo o território do Estado, a investigação, a sindicância, prevenção e repressão, relativamente os delitos e contravenções de sua competência; 3. Manter correspondência, no interesse do serviço, diretamente com todas as autoridades federais, estaduais e municipais, para orientação das diligências tendentes a prevenir e reprimir os delitos compreendidos na legislação de amparo a economia popular; 4. Providenciar a permuta com os poderes dos Estados, Distrito Federal e Territórios e com qualquer delegacia ou autoridade policial, as informações referentes a indivíduos considerados perigosos à ordem política e social; 5. Fiscalizar e inspecionar aeroportos, estações rodoviárias e rodoviárias; 6. Expedir passaportes nacionais; 7. Tomar medidas em relação às armas e explosivos, no que tange a importação, fiscalização, controle, registro etc. 8. Organizar fichários e prontuários de hóspedes de hotéis, pensões e similares, bem como o movimento desses hóspedes (DOE, 04/12/1962, p. 14)” (POMARI; PRIORI, 2012, p. 105-106).

Figura 97: Declaração de comparecimento de Manuel de Almeida Pina à DOPS/PR (16/06/1964)



Fonte: ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ. Fundo Dops, Pasta Individual N° 02674.

A declaração que comprova que Pina esteve na DOPS/PR, encontra-se em sua pasta individual, que contém 12 páginas de informações sobre ele ou que fazem referência ao seu nome, em conjunto com outras pessoas. Cada folha tem o carimbo “confidencial”. Celestino Jacinto Gomes também possui uma pasta, N° 0066, com 12 páginas, no mesmo teor. As pastas nominais eram um dos modos da DOPS organizar seus arquivos:

Pastas nominais: se o DOPS notasse que as atividades do fichado eram recorrentes e/ou se esse fichado tinha alguma importância na política (seja partidária, sindical, associativa) ou na sociedade, era aberta uma pasta nominal e individual, onde constava as anotações dos agentes do DOPS sobre aquela pessoa e todos os documentos relativos a essa pessoa, como fotografias, panfletos, recortes de jornais, cartas etc. (POMARI; PRIORI, 2012, p. 108).

Estes documentos mostram que a DOPS os via como “subversivos recorrentes”. Porém, como vemos na declaração, Pina prestou depoimento e foi liberado no mesmo dia. Segundo Pina (1987), isto ocorreu porque: “o DOPS já não atendia mais. E então eu fui para o QG do Exército [...] e me apresentei. [...] Eles me prenderam lá cinco dias, pra fazer depoimento e contar tudo. E daí me deram uma carta pra mim me apresentar aqui. Cheguei em julho aqui, dia 29 à noite,

eu fui me apresentar”. Na sequência, Cioffi afirma: “Depois, mais tarde, vocês foram presos novamente”. Pina concorda: “É, vamos pra outra, né? Foi em 1972”.

Antes de darmos continuidade à narrativa de Pina, convém esclarecer o que aconteceu no Brasil entre 1964 e 1972. Em 27 de outubro de 1964, foi editado o AI-2. Os poderes do presidente foram maximizados, permitindo que cassasse direitos e mandatos políticos, tornasse indiretas as eleições para a presidência e extinguisse todos os partidos existentes; substituindo-os por apenas dois: a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), para o governo; e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), para a oposição (BRUNELO, 2006).

No ano de 1966, após a decretação do AI-3, o MDB sofreu expurgos. A pressão exercida pelo governo militar visava esvaziar a oposição. As eleições de 1965 para o Senado e a Câmara foram satisfatórias para a ARENA. Em 7 de dezembro, com o AI-4, o Congresso foi reaberto para legitimar a nova Constituição. Com sua promulgação, o Poder Judiciário perdeu algumas de suas funções, visto que os Tribunais Militares passaram a julgar os processos políticos que apuravam crimes contra a Segurança Nacional (MATTOS, SWENSSON JR., 2005).

Eleito pelo Colégio Eleitoral, em 3 de outubro de 1966, o general Artur da Costa e Silva assumiu a presidência em 15 de março de 1967, com uma Constituição e uma nova Lei de Segurança Nacional. Mas o recrudescimento dos mecanismos de repressão não desestabilizou completamente as forças de oposição da sociedade civil – a Frente Ampla, o movimento estudantil e as organizações grevistas de Minas Gerais e São Paulo (BRUNELO, 2006).

A Frente Ampla, criada em 1966 e proibida em 1968, uniu personalidades como Carlos Lacerda, Juscelino Kubitschek e João Goulart, na luta pela reinstalação da democracia. Com o golpe de 1964, o movimento estudantil, representado pela UNE, aproximou-se dos militantes de esquerda. A questão estudantil ganhou proporções com o assassinato de Edson Luís Lima Souto³⁵³, durante uma passeata contra a desativação do restaurante Calabouço, no Rio de Janeiro. A morte do secundarista mobilizou outros segmentos sociais e, em 25 de junho de 1968, ocorreu a Passeata dos Cem Mil. No mesmo ano, os trabalhadores organizaram greves contra a política de arrocho salarial do governo (MATTOS, SWENSSON JR., 2005).

³⁵³ Para Izaura Varella (2019, p. 467), “a Lei nº 19 de 20 de maio de 1968, que substituiu o nome de avenida Guaporé” por “avenida Edson de Lima Souto”; foi uma atitude insensata por parte Câmara Municipal, uma “demonstração de estar na contramão da história”. Varella explica brevemente que Edson de Lima Souto foi morto com um tiro no peito, pelos militares que tentavam desocupar o restaurante e insiste que ele era “uma pessoa totalmente desconhecida dos cidadãos cianortenses”. A homenagem prestada pelos vereadores, diante do que Varella chama de “acontecimentos militares”, inclui-se em sua crítica à mudança de nomes de logradouros atribuídos pela CMNP por parte a Prefeitura que, em sua visão, descaracterizava “o projeto histórico original”, ao substituir “nomes históricos ligados à Companhia, por nomes que nada deviam à história de Cianorte”. Varella não demonstra comoção diante deste episódio marcante na história nacional que, pra ela, é menos importante do que meia dúzia de nomes dados por um empresa colonizadora que nem administrava mais a cidade.

Em 2 de setembro, o deputado federal Márcio Moreira Alves discursou contra a invasão da polícia no campus da Universidade de Brasília. Costa e Silva solicitou à Câmara que o permitisse processar. Mas os deputados decidiram pela não suspensão do parlamentar. Segundo Brunelo (2006), a votação no Congresso, no dia 12 de dezembro, serviu de pretexto para a promulgação do pior dos Atos Institucionais que, na verdade, era uma resposta aos movimentos estudantil e trabalhista. Em 13 de dezembro, o governo baixou o AI-5, atribuindo ao Executivo:

1) poder de fechar o Congresso Nacional e as assembleias estaduais e municipais; 2) direito de cassar os mandatos eleitorais de membros dos poderes Legislativo e Executivo nos níveis federal, estadual e municipal; 3) direito de suspender por dez anos os direitos políticos dos cidadãos e reinstauração do “Estatuto dos Cassados”; 4) direito de demitir, remover, aposentar ou pôr em disponibilidade funcionários das burocracias federal, estadual e municipal; 5) direito de demitir ou remover juízes e suspensão das garantias ao Judiciário de vitaliciedade, inamovibilidade e estabilidade; 6) poder de decretar estado de sítio sem qualquer dos impedimentos fixados na Constituição de 1967; 7) direito de confiscar bens, como punição por corrupção; 8) suspensão da garantia de habeas-corpus em todos os casos de crime contra a Segurança Nacional; 9) julgamento de crimes políticos por tribunais militares; 10) direito de legislar por decreto e baixar outros atos institucionais ou complementares; e finalmente 11) proibição de apreciação pelo Judiciário de recursos impetrados por pessoas acusadas em nome do Ato Institucional nº 5 (ALVES, 2005, p. 161).

Em 25 de outubro de 1969, o Congresso foi reaberto para a escolha do novo presidente. O general Emílio Garrastazu Médici assumiu o cargo em 30 de outubro de 1969. Seu governo representou o período de maior repressão e arbitrariedade do regime militar. Porém, o “milagre econômico” (1968-1973), marcado pelos grandiosos projetos públicos e pelo veloz crescimento econômico, diminuiu o impacto das medidas de segurança. Além da propaganda e da censura eficientes, que fomentaram um clima de ufanismo em toda a nação³⁵⁴, fortalecendo a imagem de prestígio do presidente (BRUNELO, 2006).

No governo Médici (1969-1974), o movimento estudantil e trabalhista foi enfraquecido. As forças de segurança agiam livremente, cometendo arbitrariedades como torturas, prisões e mortes (COUTO, 1999). O aparato de repressão teve o seu potencial de ação aumentado com a criação do DOI-CODI³⁵⁵, em janeiro de 1970, em substituição a Operação Bandeirantes, em

³⁵⁴ O governo Médici tinha o respaldo da classe média, segmento social mais favorecido pelo crescimento econômico e pela inflação controlada. O povo, mesmo beneficiado em menor grau, também o apoiava. Uma vez que a censura neutralizava as críticas (BRUNELO, 2006).

³⁵⁵ Destacamento de Operações de Informação - Centro de Operações de Defesa Interna. Órgão de repressão política criado por diretrizes internas do Exército assinadas pelo presidente Emílio Médici em 1970, com o objetivo de combater as organizações de esquerda. Foi extinto no final do governo de João Batista Figueiredo (1979-1985). Os primeiros anos de funcionamento do órgão foram dedicados ao combate às organizações da esquerda armada. O recurso ao “desaparecimento” de presos políticos passou a ser empregado com maior frequência, entre 1971 e

São Paulo. No segundo semestre de 1970, o CODI e o seu executor, o DOI, – subordinados às Secretarias Estaduais de Segurança Pública (SESP) – foram montados em várias regiões. Em 1971, surgiu o CODI-DOI da 5ª Região Militar, em Curitiba³⁵⁶. O DOI-CODI, também esteve envolvido com a Operação Marumbi, no Paraná (BRUNELO, 2006).

Por outro lado, durante o governo Médici, denúncias sobre locais secretos de sevícias começaram a vir à tona, graças a ação de organizações internacionais religiosas e de direitos humanos, que averiguavam as denúncias feitas por presos políticos (BRUNELO, 2006). Nesta época de censura, tortura e mortes, Manuel de Almeida Pina foi preso pela segunda vez:

Eu tive que ir para Foz do Iguaçu trabalhar lá. O Mori me arranjou um serviço [...]. Peguei uma posse de terra lá. Ele me ajudou e eu fiquei trabalhando por lá pra poder viver [...]. Porque aqui ninguém me dava serviço, ninguém queria me ver [...]. O Antonio Rossi também me deu serviço e, quando foi em 72, eu fui pra Cuiabá. Eu fui trabalhar em Cuiabá e deu um problema de um moço que morava na rua aqui. Ele tinha um livro “O Poder Soviético” (PINA, 1987).

Cioffi o interrompe: “Nossa! Naquela época, hein?! Como a frase foi transcrita em caixa alta, supomos que ela tenha elevado o tom da voz, tamanha admiração. Pina (1987) continua: “Esse livro foi visto pela esposa [...]. Um dia ele me contou [...] e eu disse: ‘É muito perigoso esse livro, viu? Com a ditadura que está aí’ [...]. E eu estava aqui, antes de ir pra Cuiabá, aí a mulher dele entregou ele pra polícia. Disse que ele tinha um livro comunista”. Cioffi corta Pina outra vez e, rindo (como indica a transcrição), diz: “Tudo isso por causa de um livro!”

O capitão mandou ele buscar o livro. [...] Ele veio aqui na minha casa falar comigo, mas não me encontrou. Quando ele voltou, pegou o livro e levou. Se eu estou aqui, eu não deixava ele levar o livro. Eu destruí o livro. [...] Prenderam ele, chamaram a polícia federal de Londrina [...]. Lá castigaram muito ele e então ele dedou treze daqui, inclusive eu [...], o Antônio Rossi, o Dr. Amantino, Celestino Jacinto Gomes, Benjamim Pereira, Seu Gwadera, Alexandre Chabalin, Epifânio, o Epifânio conversava muito aí, né? Na rua, sobre socialismo. Ele era peitudo... (PINA, 1987).

1974. Evitavam-se, dessa maneira, as versões desgastadas de “tiroteio”, “atropelamento”, “suicídio”, e “tentativa de fuga” para mortes ocorridas em dependências militares ou em sítios clandestinos de tortura. À medida que as organizações armadas foram sendo destruídas, as atenções do DOI-CODI voltaram-se na direção dos dois partidos que não haviam participado da guerrilha urbana, o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e o Partido Comunista do Brasil (PC do B). As eleições de 1974 acirraram os ânimos, pois o partido oposicionista oficial, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), recebeu uma votação maciça de setores da esquerda, permitindo que candidatos apoiados pelos partidos comunistas se elessem. Entre 1974 e 1975, foram assassinados clandestinamente vários dirigentes do PCB, em grande parte por agentes do DOI-CODI. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/destacamento-de-operacoes-e-informacoes-centro-de-operacoes-e-defesa-interna-doi-codi> Data de acesso: 27/01/2021.

³⁵⁶ Em cada comando militar, deveria ser instalado um Centro de Operações de Defesa Interna (CODI) e um Destacamento de Operações Internas (DOI). Os CODI se encarregavam de planejar e coordenar as atividades que primavam pela defesa interna, planos executados pelos DOI, que se comprometiam com o “trabalho sujo”. Os DOI não possuíam uma composição fixa, podiam movimentar pessoal e material, conforme as necessidades da operação (BRUNELO, 2006).

Cioffi (1995, p. 225) contextualiza: “não podemos esquecer que a ditadura militar estava no auge, com o General Emílio Garrastazu Médici no poder. E, nesse clima propício para delações, novamente membros da esquerda de Cianorte são presos sob a acusação de serem simpatizantes ou militantes do regime comunista”. Pina só se lembra do primeiro nome do rapaz preso com o livro comunista, Paulo. Cioffi não o cita e atribui a prisão dos treze a outro motivo:

A denúncia de um jovem estudante de teologia da Igreja Assembleia de Deus, de que seu padrao, então pastor da referida igreja, possuía em casa um exemplar de um jornal do Partido Comunista, foi o bastante para que o pastor fosse preso. Pressionado pela polícia, ele apontou vários nomes de cidadãos cianortenses que seriam comunistas. Dentre os treze apontados estavam: João Gwadera, polonês radicado em Cianorte, Alexandre Chabalin, de origem russa, comerciante de insumos agrícolas, Antônio Rossi, político de direita, Epifânio de Souza, Mário Nunes Filho, Manuel Pereira, Manoel de Almeida Pina e Gerônimo Souza. Esses três últimos haviam sido presos em 1964, por serem diretores do sindicato dos trabalhadores rurais e sindicato da construção civil. Também foram presos Celestino Jacinto Gomes e Fiori Libanori, italiano radicado no Brasil, comunista confesso (CIOFFI, 1995, p. 225).

Cioffi (1995, p) destaca que “sobre eles pairava a acusação de que tinham armamentos e até mesmo bombas de fabricação caseira que iriam detonar, fazendo explodir a Igreja Matriz. Para piorar a situação, a Prefeitura mandou limpar os bueiros do centro da cidade e foram encontrados armamentos e munição”. De acordo com Celestino Jacinto Gomes, isto ocorreu entre os dias 26 e 27 de julho, durante as festividades do aniversário da cidade. Ele acredita que a “provas” foram plantadas, porque só havia uma loja de armas e munições na cidade e não vendiam sem registro.

Certamente, a denúncia do pastor somou-se à de Paulo e às armas encontradas nos bueiros, criando o cenário perfeito para a deflagração da prisão dos sindicalistas, das pessoas ligadas à esquerda e até de um político de direita. Pina, que estava no Mato Grosso, foi preso depois, ao retornar para Cianorte. “Quando eu cheguei, minha mulher me contou como é que estava a situação – estavam todos presos. E, então, eu saí pra rua e o Jorginho, esse Jorginho delegado, conhece ele?”, pergunta Pina (1987). E Cioffi conjectura: “O Saraiva?”

Saraiva! Foi ele que me entrevistou e me prendeu. [...] O capitão me atendeu muito bem e eu agradeci e então ele me falou: “Pina, eu vou ter que te prender. Já tenho aí tantos presos”. Doze me parece, treze comigo. “E você estava viajando” [...]. Eu estava com meu filho João, que hoje é da polícia militar. Aí ele falou: “Eu vou telefonar pra Londrina, pra ver se ainda te quer”. Falei: “Pois não”. Telefonou, a polícia falou que segurasse eu. Aí me prenderam uma noite. Isso foi no mês de junho. [...] Chegou dois agentes da federal e me tirou do xadrez aqui e me levou pra Londrina. Mas antes o Major Milton [...] falou:

“Eu conheço o Pina desde Maringá, ele trabalhava na Companhia, é um moço bom e trabalhador. Saímos. [...] Tocamos daqui pra Londrina. E ele fizeram algumas perguntas. Se eu conhecia algum comunista na cidade, quem é comunista na cidade. Eu disse: “Não conheço comunista nenhum”. “Você conhece fulano?” “Conheço”. “Conhece sicrano?” “Conheço”. “Eles estão presos em Londrina”. “Se eles são comunistas, eu não sei”. “Eu não sou comunista”. [...] Chegamos lá, me puseram no xadrez e quando eu vi, um velho lá deitado, o Libanori. Só faltava o Libanori! Mas naquele dia mesmo soltaram ele. E ele contou que quem dedou ele foi o Carlão. [...] Pegaram ele sentado num banco de jardim em Nova Esperança [...] e levaram pra Londrina. [...] Naquele depoimento eles começaram a me apurar: “Onde estão os comunistas?” Disseram que eles já tinham confessado. E eu disse: “Se eles confessaram, confessaram. Eu não sou comunista”. Mas eu fui ligado mesmo a muitos elementos comunistas aí. Não há dúvida, não há como esconder. [...] “Você esteve com fulano, esteve com sicrano”. “Tá bom, eu tive. Eles vinham me visitar e eu recebia no sindicato, tudo, católico, crente, protestante, comunista, o que chegasse lá eu recebia”. [...] Chegou um ponto que eles disseram que eu era ligado ao Leonel Brizola. Eu disse: “Sim senhor, eu não vou negar. Eu estive lá, ele me deu um avião pra eu viajar [...]. Não tenho nada a esconder”. O delegado então disse: “Você deve mesmo confessar porque os outros estão em Brasília. E você vai pra Brasília”. [...] Eu sei que fiquei dez dias lá, incomunicável, em Londrina. Depois disso me libertaram. Me mandaram embora. E eles estavam aqui. Já tinham sido libertados.

Figura 98: Ficha individual de Manuel de Almeida Pina (19/07/1972)

MANOEL DE ALMEIDA PINA
DELEGACIA DE ORDEM POLITICA E SOCIAL
 FICHA INDIVIDUAL
 32.141

Nome - MANOEL DE ALMEIDA PINA -	Filiação "MARIQUINA"
Data - 19/07/72.	Des. Inter. Mº
Pai JOSÉ DE ALMEIDA PINA	Mãe ALFREDINA CAVALCANTE PINA
Estado SP - BOMBUZAL - São	Data de Nascimento 1924
Profissão -	Nº de Registro -
Estado Civil -	Profissão -
Local de Trabalho -	
Residência - R. DIAMANTE - PT - Rua Uberaba, 18 - XI - BOMBUZAL/SP	
Nome e Endereços de Parentes ou Conhecidos -	
NOTAS:	

PT 2.2.141

Fonte: ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ. Fundo Dops, Ficha Individual³⁵⁷ Nº 32.141.

Neste momento de recrudescimento do regime militar, o sindicalista, conhecido de “comunistas confessos”, que possuía “ligação” com Brizola, devia ser perigoso para os padrões de uma pequena cidade do interior. Porém, em nenhum momento, Pina diz ter sido torturado.

³⁵⁷ Fichas individuais: pequenas fichas de cartolina, em tamanho aproximado de 10x15cm, onde na frente havia as informações mais gerais do fichado, como nome, filiação, local e data de nascimento, profissão etc. E no verso dessas fichas anotavam-se as suas atividades políticas, com uma entrada por data e um pequeno descritivo das atividades realizadas pelo fichado naquela data (POMARI; PRIORI, 2012, p. 108).

Fala que foi bem tratado pelo delegado Jorge Saraiva e que um dos agentes federais que o levou para Londrina, o Major Milton, conhecia-o há tempos e o considerava “bom e trabalhador”. Fora que sempre negou ser comunista. Detalhes que podem tê-lo salvado de entrar para as cruéis estatísticas. Embora não tenha saído de Londrina, Pina foi fichado pela DOPS de Curitiba.

Em 15 de março de 1974, foi empossado o novo presidente, Ernesto Geisel. Conforme suas palavras, estava disposto a promover um processo gradual, lento e seguro de abertura política. Neste ano, foram realizadas eleições diretas para o Legislativo. Os candidatos puderam expor seus planos no rádio e na televisão. O resultado das urnas evidenciou o crescimento do MDB e Geisel reconheceu publicamente a vitória da oposição (MACIEL, 2004). Nos bastidores do poder, o governo adotava outra postura. Em 1975, Armando Falcão, ministro da Justiça, asseverou que o PCB tinha ajudado o MDB a vencer as eleições parlamentares. O PCB era um alvo fácil e o ministro precisava satisfazer a paranoia militar (SKIDMORE, 1988).

Trata-se de um período paradoxal, haja vista que Geisel tinha em uma das mãos o ideal de retomar o caminho da democracia e, na outra, a representação máxima do autoritarismo, o AI-5 (BRUNELO, 2006). Apesar da política de distensão, o PCB foi duramente atingido nos primeiros anos do governo Geisel, sobretudo pela ação do DOI-CODI paulista. Mas a repressão não atuava só nos grandes centros urbanos. No Estado do Paraná, militantes do PCB foram presos em 1975, pela Operação Marumbi. Vários foram torturados na DOPS e no DOI-CODI (MATTOS, SWENSSON JR., 2003).

Em 1975, Pina foi preso pela terceira vez, na Operação Marumbi. Deflagrada em nome da Segurança Nacional, assim como a Operação Bandeirantes, em São Paulo, a Operação Barriga Verde, em Santa Catarina e outras operações militares colocadas em ação pelo governo em alguns Estados. Do trabalho desenvolvido pela polícia política paranaense, originou-se o inquérito policial-militar número 745 ou BNM 55, que indiciou militantes do PCB e apontou para uma ligação entre pecebistas e políticos do MDB (BRUNELO, 2006).

Iniciadas em 12 de setembro de 1975, durando cerca de um mês, as ações da polícia política tinham o propósito de apreender pessoas acusadas de rearticularem o PCB no Paraná. A Operação Marumbi abrangeu 13 cidades – Londrina, Paranaguá, Curitiba, Mandaguari, Ponta Grossa, Maringá, Arapongas, Apucarana, Rolândia, Guarapuava, Cianorte e Paranavaí. Mais de 100 pessoas foram presas e 65 foram indiciadas. Inclusive, detiveram pessoas que não tinham ligação concreta com nenhuma organização de esquerda (BRUNELO, 2006). Manuel de Almeida Pina e Celestino Jacinto Gomes foram presos e indiciados.

No inquérito nº 745, consta que Celestino Jacinto Gomes havia ingressado no PCB em 1962, recebia o jornal *Voz Operária* e tinha feito uma contribuição de Cr\$ 300,00 para o partido.

Possuía o ensino primário, era comerciante, tinha situação econômica regular e 48 anos quando foi preso. Manoel de Almeida Pina recebia o jornal *Voz Operária* e trabalhava para reorganizar o partido no Estado. Sua situação econômica era ruim e tinha 51 anos (BRUNELO, 2006).

Pina (1987) refere-se a Celestino Jacinto Gomes, embora não comente estas acusações. Mesmo dizendo nunca foi integrante do PCB, demonstra admiração por sua perseverança: “Foi a luta de 75. Então, a organização do Partido Comunista clandestino estava aí. [...] O partido nunca parou. Partido Comunista é um partido que não para nunca [...]. Foi o único partido até hoje que viveu. Os outros partidos acabam, ele continua aí (PINA, 1987).

Em 1975, Pina era filiado ao MDB. Embora esta informação não apareça nos autos da DOPS e do DOI-CODI, o delegado da DOPS no Paraná, Ozias Algauer, que decretou a prisão preventiva dos acusados – que aguardariam seus julgamentos retidos nos cárceres estaduais – e formulou as diretrizes da decisão tomada, atenta para a aproximação entre o PCB e os candidatos do MDB, nas eleições parlamentares de novembro de 1974 (BRUNELO, 2006).

Os acusados antigos e conhecidos militantes do Partido Comunista, muitos já processados e até condenados pela Justiça Militar, por delitos de subversão, segundo os elementos de prova apurados na fase instrutória, no ano de 1974, reorganizaram os Comitês Estadual e Municipal do Partido Comunista de Paranaíba e Londrina. Ao mesmo tempo, estruturavam os de Curitiba, Guarapuava, Apucarana, Maringá, Cianorte, Ponta Grossa, Cascavel e Paranaíba, que seriam após as eleições em 1974, fortalecidos pelas organizações de base. Para tanto, realizaram várias reuniões onde estruturaram os comitês, com a designação de funções e atribuições de cada um, contendo, para a divulgação dos ideais, com a impressão e distribuição do jornal clandestino “*Voz Operária*”. Os denunciados, em esforço e conjunto dirigido, não somente em termos de trabalho, mas também na contribuição financeira de cada um, desenvolveram campanha de apoio aos candidatos políticos da oposição MDB, com eles compromissados para defenderem os interesses comunistas nas tribunas, como autênticos representantes do povo (apud BRUNELO, 2006, p. 93).

Para os agentes da polícia política, os indiciados representavam um perigo social e “possuíam comportamentos altamente nocivos à Segurança Nacional”. Por isso, após a qualificação de todos os acusados, considerando o Código de Processo Penal Militar de 1973, decidiu-se decretar a prisão preventiva de 55 pessoas (BRUNELO, 2006):

Fernando Pereira Christino, João Alberto Einecke, Mário Gonçalves Siqueira, Luiz Gonzaga Ferreira, Osvaldo Alves, Diogo Afonso Gimenez, Nilton Abel de Lima, Paulo Simião da Costa, Genecy Souza Guimarães, Eujácio de Almeida, Francisco Luiz de França, Antônio Brito Lopes, Ildeu Manso Vieira, Arnaldo Assunção, Jodat Nicolas Kury, Antônio Cardoso de Melo, Berek Krieger, Severino Francisco Ribeiro, Ubirajara Moreira, Antônio Lima Sobrinho, Salim Haddad, Veríssimo Teixeira da Costa, Synval Martins de Araújo, Moacir Reis Ferraz, Gregório Parandiuç, Zízimo de Carvalho, Flávio

Ribeiro, Antoniel de Souza e Silva, Nicanor Gonçalves da Silva, Severino Alves Barbosa, Pedro Agostineti Preto, José Caetano de Souza, Ceslau Raul Kaniewski, Laércio Figueiredo Souto Maior, Antônio Elias Cecílio, Osires Boscardim Pinto, Noel Nascimento, Nelson Pedro Zambon, Lenine Pereira dos Passos, Newton Cândido, Leonor Urias de Mello Souza, Antônio Narciso Pires de Oliveira, Arnaldo Ramos Leomil, **Celestino Jacinto Gomes**, Júlio Costa Bonfim, Vladimir Salomão do Amarante, Carlos Guimarães, Tranqüilo Saragiotto, Paulo Eugênio Sudório e João Teixeira³⁵⁸.

Na realidade, estas pessoas já se encontravam no cárcere desde o dia em que foram presas pela Operação Marumbi. Para “Halue Yamaguti de Melo, Honório Delgado Rúbio, Teodolino Alves de Oliveira e Manoel de Almeida Pina, foi emitido o alvará de soltura para que pudessem aguardar o julgamento em liberdade”. O restante dos acusados tiveram o pedido de prisão preventiva indeferido (BRUNELO, 2006, p. 96, grifo nosso). Os julgamentos ocorreram em 1976³⁵⁹. Celestino Jacinto Gomes e Manuel de Almeida Pina foram absolvidos:

As pessoas absolvidas pela resolução do Conselho Especial de Justiça para o Exército foram as seguintes: Luiz Gonzaga Ferreira, Halue Yamaguti de Melo, Nilton Abel de Lima, Paulo Simião Costa, Antônio Brito Lopes, Arnaldo Assunção, Jodat Nicolas Kury, Jorge Karam, Renato Ribeiro Cardoso, Antônio Cardoso de Melo, Severino Francisco Ribeiro, Berek Krieger, Esmeraldo Blasi Júnior, Jacob Schmidt, Manoel Urquiza, Salim Haddad, Veríssimo Teixeira da Costa, Danilo Schwab Mattozo, Júlio de Oliveira Feijó, Honório Delgado Rúbio, Aldo Fernandes, Humberto Soares de Oliveira, Synval Martins Araújo, Abelardo de Araújo Moreira, Gregório Parandiuç, Zízimo de Carvalho, Teodolino Alves de Oliveira, Severino Alves Barbosa, Pedro Agostineti Preto, José Caetano de Souza, Ceslau Raul Kaniewski, Arno André Giesen, Laércio Figueiredo Souto Maior, Antônio Elias Cecílio, Osires Boscardim Pinto, Noel Nascimento, Nelson Pedro Zambom, Lenini Pereira dos Passos, Leonor Urias de Mello Souza, Arnaldo Ramos Leomil, **Celestino Jacinto Gomes**, Júlio Costa Bonfim, **Manoel de Almeida Pina**, Carlos Guimarães, Tranqüilo Saragiotto, Paulo Eugênio Sudório e João Batista Teixeira³⁶⁰.

Pina (1987) relaciona a repressão às eleições parlamentares de 1974. “A ARENA, eles não queriam que o MDB pusesse os seus candidatos aí, né? Então, eles buscaram aqueles elementos marcados feito eu, né? Eles foram buscar aqueles marcados de 64 e levaram pra Curitiba”. Cioffi o interrompe: “Aí foram presos de novo!”

Fomos presos. Aí fomos presos em 65 pessoas. [...] E levaram depois pra Curitiba. Me prenderam aqui, na porta de casa, [...] no dia 18 de outubro de

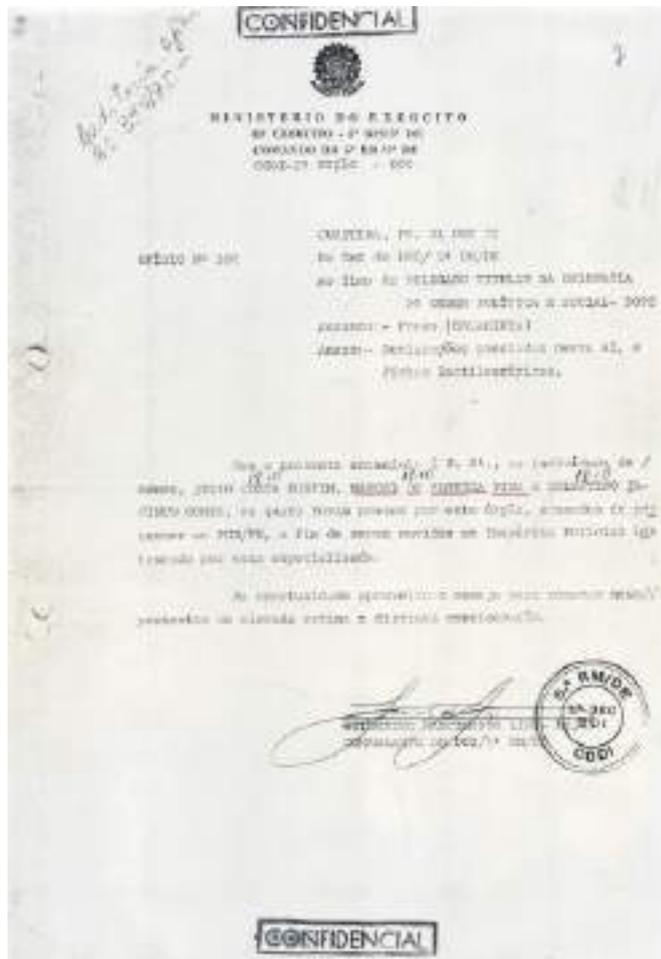
³⁵⁸ AEL. **Projeto BNM**. Processo nº. 551, p. 1.915 apud BRUNELO, p. 94, grifo nosso.

³⁵⁹ Os advogados de defesa das pessoas condenadas à reclusão, entraram com a apelação nº 41.949 junto à esfera do Supremo Tribunal Militar. Com base na Lei nº 6.683 de 28 de agosto de 1979, a Lei da Anistia, o STM decretou a extinção da punibilidade dos acusados, em 30 de agosto de 1979. Este foi o ponto final dado ao IPM 745 (BRUNELO, 2006).

³⁶⁰ AEL. Op. cit. Processo nº. 551, p. 5.654-5.655 apud BRUNELO, p.137, grifo nosso.

1975, às três horas da tarde e me levaram para Apucarana, me puseram num xadrez lá. [...] Um xadrez que só tinha um colchão jogado, um banheiro entupido e ali fiquei uma noite. No outro dia, me levaram para o DOI de Curitiba. Eu sei que me tiraram do xadrez, me puseram um capuz na cabeça, me algemaram, jogaram dentro de um carro. [...] Daí quando chegaram naquela cidadezinha pra lá de Apucarana, [...] me tiraram o capuz e eu vi que era um japonês [...] e outro brasileiro. Lá já eram outros elementos que eu não conheço. Tudo barba grande, bigode, de metralhadora. Estava eu e o Celestino Jacinto Gomes e ainda tinha um moço de Londrina, que era fiscal da Garcia, de Londrina. Nós estava [sic] preso dentro de uma perua. [...] Eu passei sessenta e um dias preso no Ahú de Curitiba. [...] Só eu e o Celestino, mas eles queriam levar muita gente daqui. Mas foi uma luta travada em Curitiba, que eles queriam que a gente entregasse elementos, como aconteceu que alguém nos entregou. Não sei quem eram [...]. Eles vieram chamando: Antonio Rossi, o Mário Nunes Filho também foi preso um tempo, os outros que também tinham sido presos, eles tinham tudo escrito. Eu disse: “Vocês querem buscar, busquem! Mas tem muitos deles que não estão nem lá. Muitos já foram embora”. O Epifânio, o Dr. Amantino não estava mais aqui. Só tinha o Rossi e o Mário Nunes. Eu até disse que ele não estava aqui. Eles tinham até um processo, que eu tenho uma cópia aqui. Estava no fim do processo. Eles fecharam sessenta e cinco elementos, de Mandaguari, de Londrina, de Curitiba, de Cianorte (PINA, 1987, grifo nosso).

Figura 99: Ofício nº 100, CODI - 2ª Seção – DOI



O ofício expedido pelo DOI-CODI de Curitiba, em 21 de outubro de 1975, encaminha para interrogatório na DOPS, Júlio Costa Bonfim, Manuel de Almeida Pina e Celestino Jacinto Gomes, presos sob a acusação de pertencer ao PCB. Na 1ª Declaração do depoimento prestado (sem hora, nem data) por Manuel de Almeida Pina, “Nequinha”, consta o seguinte:

Que o depoente diz que conheceu Newton Cândido³⁶¹, “Cláudio”, “Jonas” ou “Jair Silva” no bar Paranaguá em Cianorte, de propriedade de Celestino Jacinto Gomes. Que quando o depoente chegou ao referido bar, Newton Cândido, “Cláudio”, “Jonas” ou “Jair Silva” e Celestino Jacinto Gomes já se encontravam conversando e o depoente foi ao encontro dos mesmos. Que esse bate-papo durou aproximadamente 20 a 30 minutos, no máximo. Que durante esse tempo, Newton Cândido, “Cláudio”, “Jonas” ou “Jair Silva” expôs o motivo de sua ida àquela cidade, que era para que pudesse formar uma Organização de Base do Partido Comunista Brasileiro e, para isso, o epigrafado necessitaria de elementos que cooperassem nesse sentido. Que o depoente diz que o epigrafado fez um pedido em dinheiro para os mesmo que lá se encontravam, sendo que, com Celestino Jacinto Gomes, o proprietário do Bar, o epigrafado conseguiu uma certa importância em dinheiro, não sabendo qual montante. Que o declarante cooperou com o almoço para o epigrafado, pagando-lhe a importância de Cr\$ 30,00 de despesas no referido bar. Que o depoente diz que quando da saída de Newton Cândido, “Cláudio”, “Jonas” ou “Jair Silva”, chegou Mário Nunes Filho, mas que nada teve na palestra dos mesmos. Que Mário Nunes Filho, trabalha no Ministério do Trabalho; que este também foi secretário da Câmara Municipal de Cianorte. Que o depoente recebeu de Newton Cândido, “Cláudio”, “Jonas” ou “Jair Silva” 01 exemplar do jornal Voz Operária, mas que pouco adiantou, pois o declarante lê muito mal ou quase nada lê. Que o declarante nunca mais viu Nilton Cândido (“Cláudio”). Que o epigrafado ficou de manter novos contatos com os mesmos, mas que não mais voltou. Que o depoente diz que é conhecido na cidade como “Nequinha”, adquirindo esse apelido desde criança. Que o depoente foi Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cianorte (provisório) em fins de 1962 e começo de 1964. Que o depoente foi chamado a comparecer junto ao DOPS/PR, por citação em jornal e em rádio, sendo que o depoente apresentou-se no Q/G 5ª RM/DE em 14 de julho de 1964. Que o depoente foi levado ao DOPS/PR para prestar esclarecimentos a respeito da citação. Que o depoente foi preso em 24 de julho de 1972 pela Polícia de Cianorte, por delegação da Polícia Federal, sendo que o depoente foi recambiado à cidade de Londrina. Que em Londrina, o depoente prestou declarações sobre a situação do Sindicato do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cianorte, com respeito ao período de 62 a 64, quando ocupou o cargo de Presidente do mesmo [...]³⁶².

Nada disso foi dito na entrevista. Vale lembrar que depoimentos obtidos pelo CODI-DOI ou pela DOPS não têm credibilidade, visto que eram obtidos sob coerção, inclusive tortura física e psicológica. Mesmo que Pina nunca tenha dito que foi torturado, ou “judiado” – termo

³⁶¹ Segundo secretário do PCB no Paraná. Participou de reuniões em Apucarana, Maringá, Paranavaí, Cianorte, Guarapuava e Cascavel. Fez curso na escola do Partido Comunista, na União Soviética (BRUNELO, 2006).

³⁶² ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ. Fundo Dops, Pasta Individual N° 02674, p. 9.

que usou ao se referir a colegas submetidos às sevícias do sistema de repressão. Outra evidência de que pode ser uma declaração falsa, é o fato de haver incoerências em relação à 2ª declaração.

Concedida em 20 de outubro de 1975, das 10:30 às 11:30, à Equipe de Interrogatório “C”, 2ª declaração firma que “o interrogado viu quando Celestino Jacinto Gomes, dono do bar Paranoá de Cianorte, entregou a importância de Cr\$ 300,00 a “Claudio”, “Jair”, “Newton Cândido”, importância esta que seria destinada ao PCB”³⁶³. Na declaração anterior, ele viu o que foi entregue um valor, mas não sabia quanto. Na segunda já virou 300 cruzeiros?

O trecho que menos alterado é este: “Que não conhece outros elementos simpatizantes do PCB em Cianorte”. Pois bate com a entrevista dada por Pina mais de dez anos depois do ocorrido. Num momento em que ele não precisaria mentir para se proteger. O único problema dessa frase é o termo “outros”. Pina não se assume como comunista, logo não teria dito “outros simpatizantes do PCB”, incluindo-se como sendo um. O certo é que ele tenha dito o mesmo que falou para Cioffi, que não conhecia comunista nenhum.

Pina cita várias vezes o nome de Celestino na entrevista. Confirma que foram presos juntos, inclusive. Mas nenhum “Newton Cândido”, “Cláudio”, “Jonas” ou “Jair Silva” foi mencionado. Novamente, não podemos considerar verdadeira o tal bate-papo no bar. Até a parte sobre Mário Nunes Filho é contada de forma diferente na 2ª Declaração: “Que Mário Nunes Filho ouviu a conversa (não toda) entre o interrogado, Newton Cândido e Celestino Jacinto Gomes no bar Paranoá, mas que quis não com o PCB e “Claudio” Newton Cândido, tendo se retirado do local visivelmente alterado”.

Na entrevista, Pina afirma que os interrogadores chegaram munidos de perguntas acerca de seus conhecidos, dentre eles, Mário Nunes Filho. E que alegou que todos tinham ido embora de Cianorte, incluindo Mário Nunes Filho, que estava na cidade. Na 1ª Declaração, Mário Nunes Filho chegou na hora em que Newton Cândido estava saindo, por isso não participou da conversa. Na 2ª, ele fez com que Cândido saísse alterado do recinto, por não querer participar do PCB. Nos vários trechos reproduzidos, vimos que Pina não se contradiz. Ao contrário, ele é repetitivo, talvez, para ter certeza de que se fez entender.

Podemos concluir que conteúdo das declarações da DOPS e do DOI-CODI não condizem com o relato que Pina concedeu à Cioffi. E mostra contradições internas. Nem o nome do bar do Celestino dá pra saber, pois ora aparece como Paranaguá (1ª e 3ª Declaração), ora como Paranoá (2ª Declaração). Se não há consenso com relação a um simples substantivo próprio, como pode haver no restante?

³⁶³ Op. Cit., p. 8.

Nas “Primeiras declarações que presta Manuel de Almeida Pina à Equipe de Interrogatório ‘A’, das 22:00 às 00:10, do dia 19 de outubro de 1975”, lê-se que o motivo da prisão foi: “Por ter sido citado nas declarações de Newton Cândido, 1ª decl. como contribuinte do PCB”³⁶⁴. Se a situação econômica de Pina era ruim, como ia contribuir para o PCB? Nem emprego ele conseguia em Cianorte. Teve que ir para outras cidades para obter sustento. Se o grau de instrução era baixo, como podia receber o jornal *Voz Operária*?

Na entrevista, Pina não explica como saiu da prisão. Cioffi pergunta sobre o sindicato, quando este havia se reorganizado. E Pina (1987) responde: “Eu não tenho bem certeza, um ano ou dois [depois de ter sido queimado]. Eu fui até convidado [...]. Foi o padre Nelson³⁶⁵ que reorganizou o Sindicato, quando ele estava na Igreja ainda [...]. Eles eram três padres. Quando foi pra fazer vieram me convidar. Mas convidar bocalmente [sic]”. Ele não retorna às atividades sindicais, por não haver documentos escritos, nem confiar na pessoa que o convidou:

Não mandaram nem uma carta pra mim. Mas veio um elemento e me convidou, o João Montalvão. [...] O João era integralista, sabe? [...] E eu disse: “Não, não vou. Tem alguma coisa por escrito? Se não tem, eu não vou não”. Ele disse: “Só que não é pra você dizer que queimou o sindicato, porque vem o presidente da Federação aí”. Então eu disse: “Então eu não vou lá, porque eu vou dizer! Acha que vou comer essa? [...] Eu tô correndo perigo. Eu não vou (PINA, 1987).

“Ele queria que o senhor fosse o pato de lá, né?” Comenta Cioffi. Pina (1987) reafirma: “Não fui, não fui lá mesmo. E depois disso eu visitei o sindicato duas vezes”. Preocupado com a perseguição política, Pina presume que se trata de uma armadilha. Ele não acrescenta que o “elemento” era integralista à toa. Na sequência, Cioffi questiona se o PCB funcionou de maneira clandestina em Cianorte. Como já havia dito que não era comunista, duas vezes, Pina simplesmente concorda e fala sobre sua filiação a outros partidos.

Clandestina. Naquele tempo eu era do PTB. Ajudei o PTB, ajudei o MDB. Fui do MDB daqui. Eles não podem negar porque está nos livros aí. Eles quiseram até me caçar. Dois vereadores quiseram me expulsar do PMDB [...]. O Venâncio Vieira me falou, que era o presidente do partido, “dois vereadores

³⁶⁴ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ. Fundo Dops, Pasta Individual N° 02674, p.10.

³⁶⁵ Nelson Prendin, nos cinco anos em que atuou como vigário paroquial de Cianorte, participou da organização de promoções e festas, angariando fundos para a construção do Serviço de Obras Sociais, do Albergue Noturno, da sede da Congregação Mariana, Ginásio La Salle, da nova sede do Colégio Nossa Senhora do Rosário e da Igreja Matriz Nossa Senhora de Fátima. Em 1969, foi forçado a deixar a cidade por imposição do bispo D. Eliseu Simões Mendes, de Campo Mourão, por motivos desconhecidos. Em 1972, retornou a Cianorte e, em uma campanha de apenas três meses, elegeu-se prefeito pelo MDB, derrotando o deputado estadual Hélio Manfrinato (MDB) e o promotor Francisco Honório Arieta Negrão (ARENA), candidatos de grande prestígio. Prendin enfrentou pressões violentas por parte dos adversários políticos ainda durante a campanha, que persistiram após tomar posse do cargo em 1973. Não obstante contasse com alta popularidade, sofreu a oposição da Câmara Municipal e do governo federal durante todo o mandato (CIOFFI, 1995).

do MDB aí, fizeram uma reunião”. Quiseram expulsar meu filho da polícia, mas não puderam. Inclusive, quem foi a meu favor para não me expulsarem do Partido, foi o Alencar Furtado. O Alencar lutou pra mim não sair. Ele me visitou na cadeia. E depois eu criei aqui o Partido dos Trabalhadores. Eu sempre estou na luta. Acho que não posso ficar parado (PINA, 1987).

Com mais de 60 anos, Pina confunde-se com a sigla dos partidos. Diz PMDB ao invés de MDB. Também troca ARENA por PDS, quando se refere à eleição de 1974. “Eles não queriam eleição do PMDB. O PDS, eles não queriam, a ARENA, era ARENA” (PINA, 1987). Apesar da insistência de Alencar, Pina saiu do MDB e fundou o PT em Cianorte, um ano depois do Partido dos Trabalhadores ter sido criado por Luiz Inácio Lula da Silva, sindicalista como ele. Assim como Jango, Lula o teria recebido e ouvido suas reivindicações. Sobre o PT:

Eu organizei foi em 81. Fiquei dois anos presidente. Porque nós lutamos. É o seguinte, até hoje a liderança do Partido parece que é minha. Os filiados aí todos me conhecem. Com aquele voto vinculado, todo mundo com medo, então começamos a organizar: “Eu, o Celestino, o Aparecido, meu filho, o Mauricio, aquele professor que é dono daquele açougue [...]. A barra estava pesada. Todo mundo dizia: “isso é comunista”. Mas eu como tenho conhecimento aí com os trabalhadores rurais, eu consegui fazer trezentos e cinquenta assinaturas. [...] Eu fui provisório [presidente]. Depois, mais uma convenção e venceu então o Celestino [...] (PINA, 1987)

Tendo a narrativa chegado ao presente, Pina (1987) afirma que dali a cinco dias teria uma pré-convenção para escolher os concorrentes ao cargo de presidente do partido. Cioffi pergunta se eles participaram da última eleição. Ele confirma e diz que apesar de não ter recursos, o PT concorreu à prefeitura e lançou a candidatura de onze vereadores. Pina candidatou-se a vereador e Celestino Jacinto Gomes a prefeito. “A turma falava: “Vocês com esses candidatos aí... Mas tinha quem representasse os trabalhadores”. Cioffi consente: “Pelo menos eram representantes da classe, né?”

Em uma cidade conservadora como Cianorte, a esquerda não chega ao poder. Em toda a história da cidade, apenas Nelson Prendin, do MDB, era considerado oposição e, por isso mesmo, não recebia recursos do governo, não conseguia a aprovação da Câmara e, em consequência, não pode concretizar o que propôs³⁶⁶.

³⁶⁶ Cioffi (1995, p. 231) enfatiza que mesmo com a falta de recursos financeiros, “Nelson Prendin conseguiu fazer uma boa administração e realizar obras de vulto [...]. Algumas não puderam ser inauguradas, apesar de estarem prontas ao término de seu mandato, por imposição do Governador do Estado [...]. O problema mais grave, no entanto, era a falta de competência política e de amor à cidade, demonstrada pelos vereadores”. Entre as obras construídas e não inauguradas, Cioffi (1995) cita: Tiro de Guerra, Centro de Saúde, Escola Estadual Vicente Machado, Colégio Polivalente (que jamais funcionou, atualmente Colégio Estadual Igléa Grollman), Terminal Rodoviário, Cadeia pública e Delegacia de Polícia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa surgiu da constatação de que há poucos trabalhos acadêmicos acerca da história de Cianorte e que sua maioria tem como referência o livro “Cianorte, sua história contada pelos pioneiros” (1995), escrito pelas professoras Helena Cioffi, Irene Gimenes Praxedes, Izaura Aparecida Tomaroli Varella e Wilma Kobayashi Mesquita.

No intuito de estudar a história da cidade a partir de fontes primárias, contatamos a Prefeitura e localizamos em uma espécie de depósito, os rascunhos do Projeto Resgate Cultural. Entrevistas com os primeiros habitantes da cidade, seleção de reportagens, cadernos especiais e recortes de jornais, ofícios, convites e uma grande quantidade de fotografias antigas. Documentos utilizados na elaboração do mesmo livro, que revelam o processo de construção da história por este divulgada.

Analisar as fontes do Projeto Resgate Cultural tornou-se o objetivo desta pesquisa, desde as primeiras entrevistas até a publicação dele resultante, que se tornou a versão oficial e institucional da história local. A obra “Cianorte, sua história contada pelos pioneiros” (1995), é oficial porque seu conteúdo está presente em tudo que se refere ao passado da cidade, de revistas científicas a “blogs”. E é institucional, pois seu discurso é reproduzido pela Prefeitura Municipal, em publicações e nas comemorações do aniversário de Cianorte.

A organização dos festejos, com exposições fotográficas, reportagens especiais sobre a história da cidade e homenagens aos pioneiros, divulga uma imagem do passado moldada pelo Projeto Resgate Cultural, a partir da exibição do material produzido por suas organizadoras. Através da rememoração de uma versão de um passado não vivenciado, a Prefeitura influi na memória coletiva das atuais gerações. Deste modo, Cianorte conta sua história sob o mesmo viés todo ano, desde a fundação até a atualidade.

Por exemplo, em 2003, ano do cinquentenário de Cianorte, a prefeitura centrou-se nas homenagens aos pioneiros. No Centro de Eventos, numa grande caixa de papelão, encontramos material de divulgação e documentação referente aos pioneiros. Fichas cadastrais de “Pioneiros Desbravadores de Cianorte” – chefes de família chegados até dezembro de 1960 e nascidos ou chegados até dezembro de 1973. Uma longa lista com nomes em ordem alfabética, data de nascimento, local de origem, data da chegada em Cianorte, profissão, endereço e telefone. Diplomas de Honra ao Mérito assinados pelo então prefeito Flávio Vieira, fotografias da confraternização realizada para os pioneiros e uma fita cassete.

A origem das fotografias e da filmagem é esclarecida pelo convite para a reunião dos “Pioneiros Desbravadores”, a ser realizada no dia 09 de julho, às 19:30, no Dallas Fest, por

motivo da confraternização em comemoração ao 50º aniversário do município, assinado pelo prefeito Flávio Vieira, em 2 de julho de 2003.

Figura 100: Wanderley Gonçalves Borges recebendo o Diploma de Honra ao Mérito (2003)



Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE CIANORTE.

O sucesso do evento parece ter motivado os organizadores a fundar a Associação dos Pioneiros de Cianorte (APIC). No Edital 1/2003 de 08 de agosto, os representantes da Divisão de Cultura e do Conselho Municipal da Cultura, convidam todos os nascidos ou chegados na cidade até o ano de 1973, para a Assembleia Geral de criação, eleição e posse da primeira diretoria, na Casa da Cultura, às 19:30 do dia 12 de agosto.

Encontramos a pauta da reunião, o estatuto da associação e uma ficha de cadastramento e filiação em branco. Mas nenhum documento sobre a diretoria eleita, nem o livro de atas assinado pelos presentes, ou qualquer referência sobre o resultado da assembleia. Como a APIC não existe, pressupomos que os pioneiros não se interessaram em participar e, talvez, nem tenham comparecido em número suficiente. Afinal, já era agosto. Todas as festividades do aniversário da cidade já tinham acabado, inclusive os comes e bebes. Certamente, acharam melhor deixar para o ano seguinte, quando seriam homenageados outra vez.

Retomando à conclusão da pesquisa, no Capítulo I, “Os documentos da Divisão de Cultura da Prefeitura Municipal de Cianorte e o Projeto Resgate Cultural”, expomos as fontes de pesquisa. Enumeramos as entrevistas, jornais e fotografias e fizemos uma breve análise material, visto que o estudo do conteúdo realizou-se nos demais capítulos. Documentos produzidos pelo Projeto Resgate Cultural, durante a pesquisa que resultou no livro, “Cianorte, sua história contada pelos pioneiros” (1995), organizado por Helena Cioffi, Irene Gimenes

Praxedes, Izaura Aparecida Tomaroli Varella e Wilma Kobayashi Mesquita, professoras de História do município de Cianorte, com exceção de Izaura Varella, formada em Geografia.

No fim da década de 1970, as professoras perceberam que a história de Cianorte estava se “perdendo”, perante ao falecimento de seus moradores mais antigos. Decidiram “resgatá-la”, entrevistando aqueles que participaram da fundação e primeiros anos da cidade. Com auxílio financeiro da Prefeitura Municipal, obtido graças ao prefeito Jorge Moreira da Silva, “conhecedor da importância das coisas históricas”, fundaram o projeto em 1983. Com o apoio de Eva Torres do Paraíso e Aparecida Oneida de Almeida Silva, também professoras, entrevistaram mais de 100 pessoas, entre 1984 e 1992.

Com o objetivo de “buscar a verdade dos fatos”, “confirmaram” o relato pessoal dos entrevistados com pesquisas feitas em instituições públicas e privadas – prefeitura, fórum, cartório, jornais, igrejas e arquivos da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná. Selecionaram reportagens de jornais locais e regionais sobre Cianorte e as organizaram em três calhamaços, divididos em períodos, 1953-1964, 1965-1985, 1985-1992. Reuniram quase 300 fotografias e outros documentos, como ofícios, panfletos, telegramas e contratos. Após o término da pesquisa, as professoras entregaram todo o material para a Prefeitura, conforme exigido nos contratos de prestação de serviços.

Quase 20 anos depois, encontramos os documentos do Projeto Resgate Cultural, em uma saleta do Centro de Eventos Carlos Yoshito Mori, que servia como depósito da Prefeitura. Armazenados sem o mínimo cuidado, estavam os rascunhos de 72 entrevistas, a maioria escrita à mão. Recortes e edições completas de jornais, datados, principalmente, de 26 julho, dia do aniversário da cidade – cujas reportagens traçavam um panorama da história do município, desde sua fundação, em 1953, até o momento da publicação. E fotografias que retratavam paisagens urbanas e rurais, eventos festivos e cenas do cotidiano dos anos de 1950 a 1980.

A funcionária não permitiu que retirássemos os documentos do local para copiá-los. Por isso, levamos uma impressora scanner, uma máquina fotográfica de qualidade duvidosa e um ajudante, Gines Ponce Martins – cianortense desde 1961, capaz de explicar a natureza das fontes e distinguir as mais relevantes. E, entre dezembro de 2012 e janeiro de 2013, digitalizamos 286 fotografias – a maioria em preto e branco, tiradas antes de 1970, quando as imagens coloridas se popularizaram – e a primeira página de cada entrevista. Escolhemos reportagens do período de 1953 a 1984. Tivemos que fotografá-las, pois as dimensões dos jornais ultrapassavam as da impressora. A resolução ficou tão ruim, que muitos trechos mal podem ser lidos.

Cometemos o erro de não copiar todo o material, só o suficiente para elaborar um projeto de pesquisa. Devido à sua quantidade e ao fato de não podermos retirá-lo do local.

Acreditávamos que poderíamos voltar posteriormente, para analisá-lo com profundidade. Não pensamos que todo este desapareceria. Até por conta do zelo da funcionária, que não nos deixou sair com uma folha de lá. No entanto, nas eleições seguintes, com a troca de integrantes de cargos de confiança na Prefeitura, o acervo tornou-se lixo.

Em 2016, quando retornamos ao depósito, encontramos-lo vazio. Os funcionários disseram que havia sido feita uma reforma no local em 2013. E tudo que lá estava, fora jogado fora. Contatamos a Divisão de Cultura, já administrada por outras pessoas, que nem sabiam da existência do material. A maior perda foram as entrevistas. Visto que digitalizamos a maioria das imagens, fundamentais em todo o desenvolvimento da pesquisa. E conseguimos fotografar grande parte dos jornais, ao menos as edições comemorativas do aniversário de Cianorte, praticamente patrocinadas pela CMNP (cuja propaganda ocupava páginas inteiras), que atribuíam o progresso da cidade ao planejamento moderno e à excelente administração da Companhia e, é claro, ao trabalho duro dos pioneiros. A Tribuna de Cianorte publicou de 1966 a 1982, o mesmo discurso que exaltava os feitos da CMNP, disfarçado de história da cidade.

Após muitas lamentações, foi nos dada a ideia de entrar em contato com uma das professoras que organizaram o projeto e o livro, Izaura Aparecida Tomaroli Varella. A única viva e “lúcida”, como a mesma disse. Aliás, lúcida é modéstia, visto que é ela capaz de precisar datas, fato e nomes com rapidez e precisão espantosas. Com mais de 70 anos de idade, ela procede pesquisando e escrevendo sobre a cidade, com o mesmo entusiasmo em que tinha na década de 1980. Época em que já publicava crônicas e poemas nos jornais locais – que crescemos lendo, todos os domingos. Graças ao fato dela ter feito cópias em CDs das entrevistas gravadas – pouco antes da Prefeitura mudar para um prédio amplo e moderno e se desfazer de todas as fitas e transcrições – salvamos nossa pesquisa.

Tivemos acesso a 25 entrevistas com os pioneiros. Perdemos em quantidade, mas ganhamos em qualidade. Ao invés de fazer uma análise serial, como havíamos pensado, aprofundamo-nos no conteúdo e contextualizamos os relatos. Buscamos conhecer a história de vida dos entrevistado, a fim de precisar seu lugar de fala e identificar possíveis influências. E entrevistamos Izaura Varella, que nos deu informações valiosas para compreender o processo de construção da história oficial de Cianorte. Com sua narrativa organizada, criteriosa e vívida, tivemos acesso aos bastidores do Projeto Resgate Cultural – à detalhes impossíveis de serem descobertos com a leitura dos documentos produzidos. Partilhamos das emoções revividas. Em suma, era como se estivéssemos lá.

Nosso questionário foi abandonado logo de início e deixamos que ela narrasse a história da cidade e sua própria história, à sua maneira. Das entrevistas analisadas, a sua é a que melhor

se encaixa no conceito de ilusão biográfica de Bourdieu. O sentido que incorpora à sua trajetória, leva-a diretamente ao que se tornou, professora e escritora. Pouco falou de seus pais e de sua infância. É como se sua história começasse aos 14 anos. Mal tinha concluído o ginásio e foi convidada a dar aulas para as classes iniciais. Precisou ser emancipada pelo pai para se tornar funcionária da Prefeitura Municipal. Fez parte da primeira turma do magistério. Foi diretora da Escola Estadual Dom Bosco, chefe do Núcleo Regional de Educação e tornou-se a primeira vereadora mulher de Cianorte. Foi eleita na primeira vez que se candidatou, com a campanha baseada no fomento da cultura e da educação. Encerrou seu mandato e nunca mais concorreu a outro cargo. Disse não ter gostado da política. Mas não deixou de participar ativamente e escrever sobre ela.

A ode ao pioneirismo permeia seu relato. Orgulhosa de ser uma das pioneiras da cidade, dedicou sua vida a escrever sobre o assunto. Além de crônicas e artigos de jornais, publicou vários livros. Deu-nos três deles, um sobre a História do Cianorte Clube e dois sobre a história de Cianorte. Os livros “Caminhos da História” (2012) e “Sob as perobas da minha terra” (2019) foram fundamentais no desenrolar desta pesquisa. Na medida em que complementaram e acrescentaram novas informações àquelas divulgadas no primeiro livro, “Cianorte, sua história contada pelos pioneiros” (1995). Uma vez que, além das entrevistas com os pioneiros, apoia-se em dados estatísticos e na legislação municipal.

Os capítulos mais estudados foram os escritos por Izaura Varella e Helena Cioffi. De Cioffi soubemos pouco, só o que Varella nos contou. Sempre foi dedicada aos estudos e interessada na vida pública. Fundou o Grêmio Estudantil do Colégio Estadual Cianorte. Também começou a dar aulas cedo. Nunca se casou, não teve filhos. Dedicou sua vida à Igreja Católica. Na internet, encontramos uma reportagem de 2013, cuja manchete diz que, após se recuperar de um infarto, Cioffi pensava em escrever um novo livro. Contudo, ao clicar no endereço, aparece a mensagem de que página não existe. Em uma breve leitura de seu texto, nota-se a simpatia pela esquerda, por causa dos temas escolhidos e pelos depoentes que invoca para desenvolvê-los. Já Varella claramente identifica-se com a direita no espectro político.

Hoje, Izaura Varella personifica a história de Cianorte. Conhecedora das anedotas mais banais, dos fatos considerados relevantes, de cada canto da cidade; sua interpretação dos acontecimentos que vivenciou ou que lhes foram contados é dada como “verdade”. Varella foi a única das professoras que continuou produzindo e, portanto, contribuindo para a construção da história local. História esta que se tornou oficial, pois perpetua-se em textos acadêmicos, em jornais e em canais oficiais, como a Prefeitura Municipal de Cianorte, sendo referência para qualquer estudo sobre Cianorte.

O Capítulo II, “História Oral e memória na construção da história oficial de Cianorte”, forneceu as bases teórico-metodológicas para analisar as entrevistas. Não iremos retomá-las. Preferimos mostrar os resultados de nosso estudo, exemplificando como a metodologia adotada tornou possível compreender os documentos. As professoras elaboraram um questionário padrão. Coletaram os dados pessoais dos entrevistados, perguntaram-lhes os motivos de terem vindo para Cianorte, quais foram suas primeiras impressões da cidade, os trabalhos que nela realizaram e suas considerações sobre a vida social, o lazer, a religiosidade, a economia e a política local. E obtiveram respostas semelhantes em vários aspectos. Consenso que foi reproduzido no livro “Cianorte, sua história contada pelos pioneiros” (1995), como sendo a “verdadeira” história da cidade.

Todavia, sabemos que essa história produzida pelo Projeto Resgate Cultural, a partir dos depoimentos que consideraram corretos por convergirem, é apenas uma versão da história local. Até porque é impossível conhecer os fatos tal qual aconteceram. No entanto, as autoras, filhas de seu tempo, valeram-se da perspectiva da história tradicional vigente. Com exceção da diversidade de fontes, passaram ao largo da Nova História, ainda em desenvolvimento no país, na época, não praticada nem nas universidades, conforme dados levantados por Gomes (2005).

Para analisar a versão oficial da história de Cianorte, tivemos que a desconstruir. Fomos além do consenso, buscamos detalhes que tornaram cada depoimento único. Atentamos para as contradições ignoradas no livro. Uma vez que memória é seletiva, cada um recorda os acontecimentos de uma forma e tem seu modo peculiar de relatá-los. Nem todos estabeleceram uma ordem cronológica em sua narrativa, por exemplo. Algumas questões nem chegaram a ser respondidas, porque no processo de organização das lembranças, a pessoa abria um parêntese para falar algo, mudava completamente o rumo da conversa e não retomava o assunto inicial.

A maioria dos depoentes apresentaram dificuldades em elaborar uma narrativa coerente. Tornando difícil sua compreensão por quem não vivenciou os eventos relatados. Neste ponto, coube às entrevistadoras nomear lugares, pessoas, precisar datas. Não obstante as professoras aleguem ter reproduzido fielmente os depoimentos, estes foram modificados e até incorporados ao próprio texto. As autoras preferiram resumi-los e apresentá-los sem identificar sua origem, ao invés de realizar uma análise crítica. Citações literais foram adaptadas, para ter “sentido” aos olhos dos leitores. Incluíram dados de outras fontes. Reuniram depoimentos de pessoas diferentes e atribuíram sua autoria a apenas uma ou a nenhuma, utilizando os dizeres: “síntese de vários depoimentos”. Conseguimos encontrar até informações dadas por uma pessoa e atribuídas a outra. E ainda tínhamos poucas entrevistas para comparar.

Observamos que algumas entrevistas são tão curtas, que sua transcrição cabe em uma página. Outras tiveram que ser divididas em duas partes, pois acabava a fita do gravador e a conversa não. Por que algumas testemunhas tinham tanto pra falar e outras mal abriam a boca? Vários fatores influenciaram. Em primeiro lugar, a afinidade com a entrevistadora. Helena Cioffi entrevistou o próprio irmão. O fato de terem lembranças em comum, tornou prazeroso o processo de recordar e as reminiscências fluíram com riqueza de detalhes. A personalidade de cada pessoa foi determinante. Algumas eram naturalmente tímidas, outras adoravam contar uma história. A maneira como cada uma se enxergava também influenciou. Aqueles que consideravam seu relato digno de ser registrado, forneceram uma narrativa complexa. Os que acreditavam que não tinham nada de importante pra contar, pouco acrescentaram.

À princípio, pensamos que a educação formal teria influenciado na quantidade e qualidade de informações concedidas. Ledo engano. O pouco estudo pode ter pesado no jeito truncado de contar suas experiências, graças ao vocabulário limitado, mas não teve relação direta com a variedade e profundidade do que foi relatado. Percebemos que aqueles que entrelaçaram sua trajetória pessoal à da cidade, recordaram-se vivamente de detalhes e foram além do que lhes era perguntado. Enquanto que os depoentes que evitaram entrar em assuntos pessoais e ativeram-se às questões a eles dirigidas, forneceram uma narrativa curta e ordinária.

Por exemplo, o ex-prefeito e promotor Francisco Honório Arieta Negrão, cuja entrevista transcrevemos, narra os acontecimentos sem emoção, não acrescenta nada além do oficial, não opina, não fala de sua própria vida. É tão imparcial que se torna desinteressante. Ao contrário, a entrevista do médico e ex-prefeito Ramon Máximo Schulz, é uma das mais longas e divertidas que tivemos o prazer de transcrever. Ele faz a entrevistadora rir todo tempo, ao contar de forma bem humorada os percalços dos primeiros tempos em um lugar que não tinha nem luz, nem água, nem nada, em suas palavras. Os eventos narrados foram enriquecidos por suas vivências pessoais e pelas relações travadas com outras figuras locais, que ele faz questão de descrever.

Dos entrevistados desprovidos de educação formal, destacamos o depoimento de Manuel de Almeida Pina, trabalhador rural e sindicalista. A linguagem transcrita é simples e repetitiva. Não tivemos acesso ao áudio da entrevista, porém percebemos a emoção em sua fala. Orgulhoso de suas ações, produz uma narrativa clara e interessante. Preciosa no sentido de mostrar o funcionamento da máquina de censura e perseguição política do regime militar – delações, fugas, prisões arbitrárias, interrogatórios absurdos, inquéritos kafkianos. Em contrapartida, José Guimarães, representante dos poucos que realmente chegaram sem nada e ascenderam social e politicamente, com o mesmo vocabulário limitado, mal informa o trivial.

Indiferentes às peculiaridades narrativas, as autoras buscaram uniformizar relatos, minimizar divergências e priorizar “grandes pioneiros”. Assim chamados pela historiografia regional mais recente que, influenciada pelo marxismo, destaca os conflitos e tenta dar voz aos marginalizados, aos vencidos, aos esquecidos – índios, caboclos, camponeses, migrantes anônimos. Atraídos pelas imagens da “Terra da Promissão”, propagandeada pela CMNP, permaneceram tão pobres quanto quando chegaram. Já os vencedores, são os fazendeiros, funcionários da Companhia, políticos, empresários, pessoas que chegaram com capital ou aqui conseguiram enriquecer. Essa discussão “grandes pioneiros” x “pequenos pioneiros” foi abordada no terceiro capítulo. E retomada várias vezes, diante dos exemplos encontrados.

Os trechos mais citados no livro remetem aos funcionários da CMNP, políticos, empresários, damas da sociedade, enfim, aos donos do poder. Por pertencerem ao mesmo grupo, o dos “grandes pioneiros”, partilhavam de uma memória comum. A convivência tornou suas reminiscências semelhantes, verossímeis – não verdadeiras. Seu discurso é o mesmo propagado pela historiografia tradicional. Ou seja, é a história dos vencedores. Estes depoentes encarnam os mitos fundadores do norte do Paraná, imaginário construído pela CTNP/CMNP – o “eldorado cafeeiro”, “a terra onde se anda sobre dinheiro” e, no caso de Cianorte, a “Canaã” da região noroeste.

Portanto, o livro “Cianorte, sua história contada pelos pioneiros”, publicado em 1995, aproxima-se da historiografia regional tradicional, cujos estudos se desenvolveram entre os anos de 1950 e 1970, sob a influência dos escritos da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná. O livro dedica um capítulo especialmente para a CMNP e seus grandes nomes. Figuras enaltecidas apenas por comparecerem num churrasco, numa inauguração de aeroporto ou missa campal, como vemos no quinto capítulo. O livro reproduz passagens inteiras da publicação da CMNP, “Colonização e Desenvolvimento do Norte do Paraná” (1975).

O discurso da CMNP (1975) marcou não só a produção acadêmica da época, mas a mentalidade da população local, mediante à intensa propaganda. Por isso, este discurso transparece nos relatos dos pioneiros que mais são citados na obra. Comparamos as falas dos “personagens principais” com a dos depoentes relegados a segundo plano. Deste modo, tivemos acesso a outra visão, ainda que marginal. Infelizmente, não nos aprofundamos na história dos vencidos, pois as entrevistas a que tivemos acesso, são as mesmas citadas no livro. Justamente por Izaura Varella continuar considerando-as como as mais importantes, 35 anos após terem sido coletadas.

Por exemplo, o depoimento de Manuel de Almeida Pina foi “contrabandeado”, pelas costas de Izaura Varella. Seu estagiário, Daniel Longhini Vicençoni, conseguiu a entrevista

com Eleutério Langowski. Conhecido na cidade, costuma comentar os ocorridos nas redes sociais. Foi mencionado no livro por ter publicado artigos na Tribuna de Cianorte, criticando a oposição da Câmara ao prefeito Nelson Prendin (MDB), no início dos anos 1970, auge da repressão. Ele não foi entrevistado. Talvez por ser jovem na época ou por não pertencer à comunidade imaginada³⁶⁷ pelas professoras. Comunidade esta que deu o tom do livro, não obstante represente um recorte da realidade, nada mais.

Podemos relacionar o Capítulo III, “Norte do Paraná, história e historiografia”, com o Capítulo IV, “Dados ambientais, socioeconômicos, populacionais e arquitetônicos de Cianorte (1953-1975)”. No Capítulo III, analisamos os primórdios da colonização, quando os indígenas foram expulsos de seus territórios, em nome do progresso e da civilização. Discutimos o processo de expansão da cafeicultura do oeste paulista para o norte paranaense. Estudamos a legislação estadual que impulsionou a concessão de terras devolutas a companhias privadas de colonização, ocasionando conflitos com posseiros e grileiros. E enfatizamos a colonização empreendida pela CTNP/CMNP, nas regiões norte e noroeste do Paraná. O objetivo desta revisão bibliográfica consistiu em inserir as fontes em seu contexto histórico e analisar o conteúdo do livro, “Cianorte: sua história contada pelos pioneiros” (1995).

No Capítulo IV, remontamos ao início da (re)ocupação, a fim de desconstruir o mito do vazio demográfico na região de Cianorte. Ao contrário do que alegam alguns depoentes, a terra nunca esteve desabitada. Os pioneiros não encontraram ninguém, porque os indígenas já tinham sido expropriados pelas colonizadoras. Em Cianorte, a CMNP influenciou no “desaparecimento” dos Xetás, último grupo indígena a ter contato com o homem branco na região. Embora não exista nenhum depoimento a respeito, os Xetás deixaram vestígios no local, assim como etnias mais antigas, como os Tupi-Guarani – cujo camuim de dois mil anos foi parar em mãos de uma entrevistada. As autoras não abordam a história dos Xetás apropriadamente. Descrevem-nos como primitivos, selvagens, dóceis, quase infantilizados.

O processo de expansão da cafeicultura do oeste paulista para o norte paranaense, enfocado no capítulo terceiro, é uma das causas da rápida (re)ocupação da região: o movimento migratório dominado pelos paulistas, também maioria dentre os migrantes que afluíram para Cianorte, como discutido no capítulo quarto. Analisamos CTNP/CMNP, responsável pela ocupação capitalista da região, para compreender sua atuação em Cianorte. Não obstante a Companhia alegue ter pagado até três vezes pela mesma terra, a fim de livrar seus domínios de

³⁶⁷ ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

conflitos e assegurar o direito de propriedade ao comprador. Há depoimentos que evidenciam a presença de posseiros nas imediações e deixam claro que a CMNP “livrou-se” deles.

Em Cianorte, os posseiros conhecidos como Sutis, foram colocados em caminhões e mandados para ninguém sabe onde. Testemunhas oculares confirmam que foi a CMNP que os realocou. Só não há consenso sobre seu paradeiro, uns dizem que foram levados para Maringá, outros para Cruzeiro do Oeste. De fato, sobraram poucos remanescentes deste grupo, identificáveis pelo sobrenome Subtil. Não há relatos sobre conflitos entre os Sutis e a CMNP. Pelo contrário, funcionários desta enfatizaram que eram muito dóceis. Só cometeram o erro de voltarem continuamente para as terras de onde eram retirados.

No quarto capítulo, descobrimos que os Sutis eram descendentes de africanos escravizados da etnia conhecida como Malês (islamizados), provenientes da Bahia, que se estabeleceram nos Campos Gerais, por volta de 1850. Os negros encontraram-se com índios Guaranis, dando origem ao caboclo “até”, conhecido como Sutil, sobrenome do grupo que guiou os fugitivos após a malfadada Revolta dos Malês (1835). Chegaram no norte do Paraná em 1910, antes da CMNP. Apesar de incluir os Sutis, as autoras não pesquisaram suas origens. Interpretaram mal os depoimentos e chegaram a dizer que os Sutis eram índios, descendentes dos Xetás. Afirmativa improvável visto que ambos coexistiram e “sumiram” praticamente ao mesmo tempo, entre as décadas de 1950 e 1960.

No terceiro capítulo, vimos que o norte do Paraná, desenvolveu-se de modo surpreendente entre 1930 e 1950, graças à riqueza trazida pelo café. Mas o que “o café deu, o café tirou” e, a partir da década de 1960, e a região se tornou um polo dispersor de populações, graças ao esgotamento das terras devolutas e à decadência da cafeicultura. Os habitantes migraram para novas zonas de fronteira, buscando a “Terra Prometida” no Mato Grosso ou no norte do país. Fenômeno observável em Cianorte, como estudado no quarto capítulo. Na década de 1970, a zona rural esvaziou-se e a população urbana caiu em tal nível, que só se igualou nos anos 2000. Os migrantes direcionaram-se para as novas regiões. Como João Cioffi Neto, que foi fazer em Rondônia, o que seu pai fez em Cianorte – desbravar e construir.

A produção cafeeira foi a base da economia cianortense até 1963. Graças às geadas e aos incêndios ocorridos neste ano, o café começou a perder sua importância. Embora a geada negra de 1975 seja o marco do fim da cafeicultura no Paraná, em Cianorte, só serviu para acelerar o processo de diversificação agrícola, com a adoção de lavouras mecanizadas (soja, milho, trigo). Devido à pouca incidência de terra roxa, nunca houve monocultura. Desde o início, o café dividiu espaço com o milho, o algodão, a mandioca, o amendoim, dentre outras lavouras. Além da pecuária, desenvolvida nas áreas de Arenito Caiuá. Solo predominante no

município, não tão fértil e suscetível à erosão, causou dor de cabeça ao poder público. Os prefeitos se desesperavam em tapar buracos, sem atentar para o desmatamento desenfreado.

O descarte dos documentos, fez-nos refletir sobre a não preservação do patrimônio histórico em cidades novas (fundadas em meados do século XX), na última parte do Capítulo IV. Estas cidades constituem-se num canteiro de obras intermináveis. Fascinadas pelo ideal de progresso, não se importam em resguardar sua memória material. Em Cianorte, localizamos só duas construções antigas, o primeiro prédio da prefeitura e a primeira Igreja. Ambas tombadas e, mesmo assim, têm sofrido descaracterizações devido às reformas e ao mau uso do espaço.

É consenso entre os pesquisadores que o processo de colonização do norte do Paraná completou-se em 1975. Data escolhida como limite de nossa pesquisa. Tendo em vista que na década de 1980, com o crescimento demográfico negativo e economia em crise, o poder público passou a investir na industrialização. As primeiras indústrias têxteis desenvolveram-se com sucesso e a alcunha da cidade mudou de Capital do Ivaí, para Capital do Vestuário. Logo, trata-se de um contexto histórico completamente novo. E não tivemos tempo hábil para explorá-lo.

No Capítulo V, “A construção da história oficial de Cianorte (1953-1975)”, trabalhamos, primeiramente, com as narrativas acerca da fundação e desenvolvimento inicial de Cianorte. Destacamos os depoimentos, reportagens e imagens que versam sobre a derrubada da mata, plantio do café, abertura de ruas e estradas, meios de transporte, primeiras construções, eventos festivos, com destaque para inaugurações, das quais participaram políticos, empresários e funcionários da CMNP. Por fim, descrevemos o cotidiano dos primeiros moradores.

Em segundo lugar, trabalhamos com a história política de Cianorte, através dos parâmetros da Nova História Política. Enfocamos temas consagrados como eleições, partidos e governos, por meio de fontes diversas. Priorizamos os depoimentos, relacionando-os com o conteúdo do livro, a fim de complementar, discutir e, até mesmo, contradizer a história estabelecida. Abrangemos o período de 1955 a 1969, quando Cianorte foi elevada à município e administrada por Wilson Ferreira Varella, Antonio Rodrigues Mota e Ramon Máximo Schulz. E abrimos um espaço para discutir o reflexo das políticas de exceção do regime militar em Cianorte, com base no depoimento de Manuel de Almeida Pina.

Pina foi preso em três ocasiões: 1964, 1972 e 1975, pela Polícia Federal de Londrina, pelo DOPS e DOI-CODI. A primeira vez, por conta de suas atividades sindicalistas. Ele fundou o sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cianorte em 1961 e foi até Brasília em 1963, para obter seu reconhecimento e levar suas reivindicações ao presidente, João Goulart. Este que o atendeu prontamente e ajudou a subir o preço do algodão fixado pela SAMBRA. Em 1964 o sindicato

foi incendiado e seus membros perseguidos e apreendidos. No interrogatório, apontaram as ligações de Pina com Brizola – que conheceu em um comício em Brasília – e o PTB.

Nas duas vezes seguintes, foi acusado de ser comunista. Durante a entrevista, Pina deixou claro que nunca foi integrante do PCB. Contudo, sempre esteve alinhado à esquerda. Foi filiado ao PTB, ao MDB e fundou o PT em Cianorte. Os motivos da segunda prisão não são claros. Ele acredita que foi delatado por uma pessoa, mas Helena Cioffi afirma ter sido por outra, que entregou outros doze em Cianorte. Na última vez, Pina foi apreendido pela Operação Marumbi. A esta altura tinha, já tinha sido fichado no DOPS/PR e deposto no DOI-CODI, cujos documentos o acusam de colaborar com a reorganização do PCB no Paraná. Sabia que 65 pessoas tinham sido presas, mas não se refere ao nome da operação. Respondeu o processo em liberdade e foi absolvido em 1977.

Inserimos os eventos relatados por Pina em seu contexto histórico. Discutimos os principais aspectos dos governos militares – presidentes, atos institucionais, censura e tortura; e a Operação Marumbi. Chegamos a mencionar algumas questões da gestão de Nelson Prendin (1973-1976), que mal conseguiu administrar Cianorte por ser do MDB. Não chegamos a desenvolver este tópico, nem o governo anterior, de Ricardo de Queiroz Cerqueira, da ARENA (considerado o milagre econômico municipal); por ter findado o prazo de entrega da tese.

Após a análise dos documentos do Projeto Resgate Cultural e do livro dele resultante, “Cianorte sua história contada pelos pioneiros” (1995), concluímos que a história oficial local foi construída com base no discurso da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, a exemplo da historiografia regional dos anos de 1950 a 1970. Os jornais selecionados e os depoimentos mais citados no livro, são aqueles que remetem à versão dos fatos propagada pela CMNP (1975). Estes depoimentos pertencem ao grupo denominado “grandes pioneiros” ou “pioneiros vencedores”, parte da elite política, econômica e/ou cultural da cidade. A esta memória coletiva dominante, as professoras atribuíram “a verdadeira história de Cianorte”.

Das professoras, destaca-se Izaura Varella, uma espécie de “guardiã da memória”, no dizer de Ângela de Castro Gomes. Não existe pesquisa sobre Cianorte que não passe por seus escritos, cujo conteúdo não difere da história regional tradicional. Visto que ela também integra este grupo dominante que institucionalizou a própria memória. Se, no passado, a história da cidade era a história divulgada pela CMNP. Hoje, esse discurso se perpetua através de Varella, que faz questão de se manter o mais fiel possível à publicação da CMNP (1975) e ao testemunho de seus interlocutores principais – funcionários da Companhia, políticos, fazendeiros e profissionais liberais entrevistados há cerca de 30 anos, que ainda falam através das “Crônicas da Cidade” coluna de Izaura Varella na Folha Regional de Cianorte.

FONTES

JORNAIS

- A HORA. Maringá, 23 de julho de 1953, Ano I, n. 1
- A HORA. Maringá, 26 de julho de 1953, Ano I, n. 2
- A HORA. Maringá, 30 de julho de 1953, Ano I, n. 3.
- A TARDE. Curitiba, 6 de abril de 1955, s/n.
- A VOZ DE CIANORTE, Cianorte, 1 de maio de 1956, Ano 1, n.1.
- FOLHA DA MANHÃ. São Paulo, 24 de julho de 1957, s/n.
- FOLHA DE LONDRINA, Londrina, 28 de julho de 1953, Ano VI, n. 647.
- FOLHA DE LONDRINA, Londrina, 7 de agosto de 1953, Ano VI, n. 653.
- FOLHA DE LONDRINA. Londrina, 29 de dezembro de 1955, Ano VIII, n. 1.340.
- FOLHA DE LONDRINA. Londrina, 31 de julho de 1958, Ano XI, s/n.
- FOLHA DE LONDRINA, Londrina, 31 de maio de 1969, Ano XXII, s/n.
- FOLHA DE LONDRINA, Londrina, 25 de agosto de 1970, Ano XXIII, n. 5564.
- FOLHA DE LONDRINA, Londrina, 23 de outubro de 1973, Ano XXVI, s/n.
- FOLHA DE LONDRINA, Londrina, 28 de julho de 1974, Ano XXVII, s/n.
- FOLHA DO NORTE DO PARANÁ. Maringá, 11 de abril de 1964, Ano II, n. 444.
- MARINGÁ JORNAL, Maringá, 26 de julho de 1953, s/n.
- O DIÁRIO DO NORTE DO PARANÁ, Maringá, 27 de julho de 1974, s/n.
- O ESPINHO. Cianorte, 26 de julho de 1958, Ano I, n. 8.
- O JORNAL. Fundação da Rádio Cultura. Maringá, 25 de julho de 1954, Ano II, s/n.
- O JORNAL DE MARINGÁ. Maringá, 5 de agosto de 1958, Ano VI, n. 1232.
- O JORNAL DE MARINGÁ. Maringá, 3 de fevereiro de 1959, Ano VII, n. 1381
- O JORNAL DE MARINGÁ. Maringá, 26 de julho de 1963, Ano X, n. 2710.
- O JORNAL DE MARINGÁ. Maringá, 27 de julho de 1968, Ano XV, n.1225.
- O NOROESTE. Paranavaí, 10 de agosto de 1958, s/n.
- O PORTA VOZ. Cianorte, 24 de dezembro de 1956, Ano 1, n. 1.
- TRIBUNA DE CIANORTE. Cianorte, 26 de julho de 1957, Ano 1, n. 1.
- TRIBUNA DE CIANORTE. Cianorte, 26 julho de 1966, s/n.
- TRIBUNA DE CIANORTE. Cianorte, 26 de julho de 1968, Ano III, n. 74.
- TRIBUNA DE CIANORTE, Cianorte, 26 de julho de 1970, Ano V, n. 279.

TRIBUNA DE CIANORTE, Cianorte, 26 de julho de 1974, Ano IX, n. 397.
TRIBUNA DE CIANORTE, Cianorte, 4 de agosto de 1974, Ano IX, n. 398.
TRIBUNA CIANORTE, Cianorte, 26 de julho de 1975, Ano X, n. 447.
TRIBUNA DE CIANORTE, Cianorte, 25 de julho de 1976, Ano XI, n. 498.
TRIBUNA DE CIANORTE, Cianorte, 1 de agosto de 1976, Ano XI, s/n.
TRIBUNA DE CIANORTE, Cianorte, 26 de julho de 1978, Ano XIII, n. 602
TRIBUNA DE CIANORTE, Cianorte, 26 de julho de 1979, Ano XIV, n. 654.

ENTREVISTAS

ABREU, Pedro Garcia de. Entrevista concedida ao Projeto Resgate Cultural, s/l, s/d.
BABONI, João. Entrevista concedida à Helena Cioffi. Cianorte, 02 de junho de 1987.
BACARIN, Batista. Entrevista concedida a Helena Cioffi. Cianorte, 20 de outubro de 1987.
BARBOSA, Daniel Antunes. Entrevista concedida a Irene Gimenes Praxedes. Cianorte, 04 de junho de 1984.
BARROS, Helena de Moraes. Entrevista concedida a Wilma Kobayashi Mesquita. Cianorte, 02 de maio de 1984.
BARROS NETO, Paulo de Moraes. Entrevista concedida à Wilma Kobayashi Mesquita. Cianorte, 14 de maio de 1984.
BIAZZI, Mateus. Entrevista concedida a Helena Cioffi. Cianorte, 01 de março de 1986.
BROETO, Celso. Entrevista concedida a Irene Gimenes Praxedes. Maringá, 10 de junho de 1987.
BOEING, Oscar. Entrevista concedida à Helena Cioffi. Cianorte, 16 de junho de 1987.
CANO, João Vitor. Entrevista concedida a Gelise Cristine Ponce Martins. Cianorte, 06 de julho de 2019.
CIOFFI NETO, João. Entrevista concedida a Helena Cioffi. Cianorte, 09 de julho de 1987.
COSSICH, Mauricio. Entrevista concedida a Izaura Aparecida Tomaroli Varella. Cianorte, junho de 1984.
CHUEIRI, Simão. Entrevista concedida a Helena Cioffi. Cianorte, 07 de fevereiro de 1986.
FREIRE, Francisco de Assis Marcado. Entrevista concedida a Irene Gimenes Praxedes. s/l, s/d.
GUIMARÃES, Edno. Entrevista concedida à Helena Cioffi. Cianorte, 29 de setembro de 1987.
GUIMARÃES, Edno. Entrevista concedida à Helena Cioffi. Cianorte, 09 de julho de 1992

GUIMARÃES, José. Entrevista concedida à Wilma Kobayashi Mesquita. Cianorte, 29 de setembro de 1991.

MANFRINATO, Ana Silveira. Entrevista concedida a Irene Gimenes Praxedes. Cianorte, 18 de abril de 1984.

MATIAS, Geldezete de Souza. Entrevista concedida a Izaura Aparecida Tomaroli Varella. Cianorte, s/d.

MOTA, Antonio Rodrigues. Entrevista concedida a Alberto Abreu Mota. Cianorte, 02 de maio de 1984.

MORI, Carlos Yoshito. Entrevista concedida a Eva Torres do Paraíso. Cianorte, 15 de março de 1986.

NEGRÃO, Francisco Honório Arieta. Entrevista concedida a Irene Gimenes Praxedes. Cianorte, 1986.

PINA, Manuel de Almeida. Entrevista concedida à Helena Cioffi. Cianorte, 11 de junho de 1987.

PONCE MARTINS, Gines. Entrevista concedida a Gelise Cristine Ponce Martins. Cianorte, 16 de março de 2012.

SCHULZ, Ramon Máximo. Entrevista concedida a Wilma Kobayashi Mesquita. Cianorte, 02 de maio de 1984.

VARELLA, Izaura Aparecida Tomaroli. Entrevista concedida a Gelise Cristine Ponce Martins. Cianorte, 23 de agosto de 2018.

VARELLA, Izaura Aparecida Tomaroli. Entrevista concedida a Gelise Cristine Ponce Martins. Cianorte, 13 de janeiro de 2019.

VARELLA, Izaura Aparecida Tomaroli. Entrevista concedida a Gelise Cristine Ponce Martins, em 02 de março de 2020

VARELLA, WILSON FERREIRA. Entrevista concedida a Wilma Kobayashi Mesquita. Cianorte, 28 de maio de 1984.

VENDRAMENTO, Luiz Antônio. Entrevista concedida a Irene Praxedes. Cianorte, 25 de novembro de 1987.

VICENTIM, Ângelo. Entrevista concedida a Izaura Aparecida Tomaroli Varella. Cianorte, s/l, s/d.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, Maurício de. Sobre a memória das cidades. **Território**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 4. p. 5-26, 1998.
- ADUM, Sônia Maria Sperandio Lopes. **Imagens do progresso: civilização e barbárie em Londrina, 1930/1960**. Assis, Dissertação de Mestrado, UNESP, 1992.
- ALBERTI, Verena. Os historiadores e a fonte. In: PINSK, Carla Bassanezi (org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.
- ALMEIDA, Ana Maria Chiarotti de. **Participação social dos operários de origem rural em uma área urbana: Londrina**. Curitiba: Grafipar, 1981.
- _____. **A Morada do Vale: sociabilidade e representações, um estudo sobre famílias pioneiras do Heimtal**. São Paulo, Tese de Doutorado, USP, 1995.
- ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil: 1964-1984**. Bauru: EDUSC, 2005.
- ARAUJO, Gustavo Henrique de Souza; ALMEIDA, Josmar Ribeiro; GUERRA, Antônio José Teixeira. **Gestão Ambiental de Áreas Degradadas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2005.
- ARAÚJO, Rita de Cássia. **Educação escolar e os indígenas Xetá no Paraná: uma abordagem da teoria Histórico-Cultural**. Maringá, Dissertação de mestrado, UEM, 2012
- ARIAS NETO, José Miguel. **O Eldorado: representações da política em Londrina (1930-1975)**. Londrina: EDUEL, 1998.
- ASSMANN, Jan. **Cultural Memory and Early Civilization: Writing, Remembrance and Political Imagination**. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.
- BARROSO, Vicente. **O Famoso Norte do Paraná - Terra onde se anda sobre dinheiro**. Caxias do Sul. São Miguel, 1956.
- BECKER, Jean-Jacques. O handicap do a posteriori. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta Moraes. (coord). **Usos e abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2010.
- BENATTE, Antonio Paulo; TOMAZI, Nelson Dacio. As terras do Nordeste do Paraná segundo Romário Martins. In: **Anais do II Encontro Regional GT Religião e Religiosidades da ANPUH PR/SC & da 40ª. Semana de História DEHIS/ UEPG**. Ponta Grossa: Editora Aos Quatro Ventos, 2011, p.133-151.
- BERGSON, Henri. **Matière et mémoire**. Paris: Presses Universitaires de France, 1959.

- BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François. **Para uma história cultural**. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.
- BORGES, Viviane Trindade. As falas gravadas pelos outros: fontes orais, arquivos orais e arquivos sonoros, inquietações da história do tempo presente. **Diálogos**, Maringá, v. 16, n. 2, p. 663-676, 2012.
- BORTOLOTTI, Marcelo de Azambuja. **Cianorte: A Utopia Urbana**. Guarapuava, Dissertação de Mestrado, UNOESTE, 2001.
- BOSI, Eclea. Memória-sonho e memória-trabalho. In: **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. São Paulo: Cia das Letras, 1994.
- BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta M. (coord). **Usos e abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2010.
- _____. A representação política. Elementos para uma teoria do campo político. In: **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.
- BUSNARDO, Érica; VOITCH, Guilherme. O fim de um povo paranaense: os últimos dos Xetás. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 06 de março de 2005.
- BRUNELO, Leandro. **Repressão política na terra das araucárias: a Operação Marumbi em 1975 no Paraná**. Maringá, Dissertação de Mestrado, UEM, 2006.
- BUARQUE, Chico; GUERRA, Ruy. **Calabar**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1985.
- CANCIAN, Nadir Aparecida. **Cafeicultura paranaense (1900-1970): um estudo de conjuntura**. Curitiba: GRAFIPAR, 1981.
- _____. **Conjuntura econômica da madeira no Norte do Paraná**. Curitiba, Dissertação de Mestrado, UFPR, 1974.
- CARVALHO, Márcia Siqueira de. O uso do solo na década de 1960 no norte do Paraná e a política cafeeira. **Geografia**, Londrina, v. 8, n. 2, p. 135-141, 1999.
- CARVALHO, Vânia Carneiro de et al. Fotografia e História: ensaio bibliográfico. **Anais do Museu Paulista**. São Paulo, v. 2, p. 253-300, 1994.
- CERNEV, Jorge. **Liberalismo e colonização: o caso do Norte do Paraná**. Rio de Janeiro, Dissertação de Mestrado, Universidade Gama Filho, 1988.
- CESÁRIO, Ana Cleide Chiarotti. Norte novo: a expansão da fronteira e seu conteúdo simbólico. In: PAZ, Francisco Moraes. **Cenários de economia e política: Paraná**. Curitiba: Prephacio, 1991.
- _____. **Poder e partidos políticos em uma cidade média brasileira: um estudo**

de poder local. Londrina: 1934-1979. São Paulo, Tese de Doutorado, USP, 1986.

CIOFFI, Helena; PRAXEDES, Irene; VARELLA, Izaura; MESQUITA, Wilma. **Cianorte**: sua história contada pelos pioneiros. Cianorte: Gráfica Ideal, 1995.

CHARTIER, Roger. **A história ou a leitura do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ. **Colonização e Desenvolvimento do Norte do Paraná**. São Paulo: Ave Maria, 1975.

COSTA, Odah Regina Guimarães da. Comentários sobre “Cafelândia, terra das glebas de outro”. In: **Anais do Colóquio de Estudos Regionais, comemorativo do I Centenário de Romário Martins**. Boletim do Departamento de História. Curitiba: UFPR, n. 21, 1974.

COSTA, Samuel Guimarães da. Os sobreviventes da idade da pedra. **Revista Panorama**, Curitiba, v. 7, n. 110, p. 20-26, 1961.

COUTO, Ronaldo Costa. **História indiscreta da ditadura e da abertura: Brasil 1964-1985**. Rio de Janeiro: Record, 1999.

CRUIKSHONK, Julie. Tradição oral e história oral: revendo algumas questões. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta Moraes. (coord). **Usos e abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2010.

DALBERTO, Anelise Guadagnin. **O desenho da cidade e a identidade urbana: o caso da expansão de Cianorte – PR**. Maringá, Dissertação de Mestrado, UEM, 2009.

DINIZ, Eli. Crise política, eleições e dinâmica partidária no Brasil: um balanço histórico. **Dados – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 32, n. 3, p. 323-340, 1989.

FACHINI, M. P. **A urbanização e impactos ambientais em Cianorte**. Maringá, Monografia de conclusão de Curso, UEM, 1987.

FALCON, Francisco. História e Poder. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da História. Ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997.

FERREIRA, Lucas; LUPION, Marcia Regina de Oliveira. Levantamento primário de fontes históricas sobre o município de Cianorte, no Noroeste do Estado do Paraná. **Revista Científica SMG**, Maringá, v. 31, n. 1, p. 17-35, 2015.

FRANÇOIS, Etienne. A fecundidade da história oral. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta Moraes. (coord). **Usos e abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2010.

FREITAS, Valéria Tramontini; SEIXAS, Marcia Valéria Carraro; DALBERTO, Anelise Guadagnin. Patrimônio histórico de Cianorte: os primeiros edifícios e áreas públicas. In: **Anais do**

Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo.

Porto Alegre: PROPAR/UFRGS, 2016.

GALANTAY, Ervin Iván. *Nuevas ciudades de la antigüedad a nuestros días*. Barcelona, Espanha: Editorial Gustavo Gili, 1977.

GALVES, Marcelo Cheche. “Pequena imprensa” e poder político: pensando os jornais locais como objeto e fonte de pesquisa. **Outros Tempos**, São Luís, v. 1, p. 66-73, 2004.

GINZBURG, Carlo. *Sinais: raízes de um paradigma indiciário*. In: **Mitos, emblemas e sinais**. Morfologia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GOMES, Angela de Castro. *Política: história, ciência, cultura, etc.* **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 17, p. 59-84, 1996.

_____. *História, historiografia e cultura política no Brasil: algumas reflexões*. In: SOIHET, Rachel; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVEIA, Maria de Fátima. **Culturas Políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história**. Rio de Janeiro: Mauad, 2005, p. 21-44.

_____. *A guardiã da memória*. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1/2, 2011, p. 17-30.

GOULART, João. **Desenvolvimento e Independência**. Discursos 2 (1962). Brasília: IBGE, 1963.

_____. *Entrevista concedida à Revista Manchete, em novembro de 1963*. In: CASTELLO BRANCO, Carlos. **Introdução à Revolução de 1964**. Tomo 2. A queda de João Goulart. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2004.

HARACENKO, Adélia Aparecida de Souza. **O processo de transformação do território no noroeste do Paraná e a construção das novas territorialidades camponesas**. São Paulo, Tese de Doutorado, USP, 2007.

HELLER, M. **Resistência democrática: a repressão no Paraná**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

HOFF, Sandino. *A ocupação do Norte*. In: PAZ, Francisco Moraes (org.). **Cenários de economia e política: Paraná**. Curitiba: Prephacio, 1991.

HOFFMANN, Alessandra Corsato. **Registrar para preservar: a arquitetura religiosa em madeira na cidade de Maringá-PR**. Maringá, Dissertação de Mestrado, UEM, 2015.

HARTUNG, Miriam Furtado. **A comunidade do Sutil: história e etnografia de um grupo negro na área rural do Paraná**. Rio de Janeiro, Tese de Doutorado, UFRJ. 2000.

- INSTITUTO AMBIENTAL DO PARANÁ – IAP. Curitiba, 2000.
- IBGE. **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros**. Rio de Janeiro: IBGE, v. 31, 1959.
- IBC-GERCA. **Geadas em cafezais**: efeitos, recuperação e condução dos cafeeiros. Rio de Janeiro: IBC, 1979.
- JOFFILY, José. **Londres-Londrina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- JOUTARD, Philippe. História oral: balanço da metodologia e da produção nos últimos 25 anos. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta Moraes. (coord). **Usos e abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2010.
- KNAUSS, Paulo. Aproximações disciplinares: história, arte e imagem. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 15, n. 28, p.151-168, 2008.
- KOBIYAMA, Masato et al. Prevenção de desastres naturais: conceitos básicos. Curitiba: Editora Organic Trading, 2006.
- KUSCHNIR, Karina; CARNEIRO, Leandro Piquet. As Dimensões Subjetivas da Política: Cultura Política e Antropologia da Política. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, n. 24, p. 227-250, 1999.
- LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.
- LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- LOPES, Ana Yara Dania Paulino. **Pioneiros do capital: a colonização do Norte do Paraná**. São Paulo, Dissertação de Mestrado, USP, 1982.
- LOZANO, Jorge Eduardo Aceves. Prática e estilos de pesquisa na história oral contemporânea. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta Moraes. (coord). **Usos e abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2010.
- LUZ, France. **O fenômeno urbano numa zona pioneira**: Maringá. Maringá: Prefeitura Municipal, 1997.
- MAACK, Reinhard. **Geografia Física do Estado do Paraná**. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1981.
- _____. O ritmo da devastação das matas no Estado do Paraná, suas consequências e problemas de reflorestamento. **Revista Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 15, n. 1, p. 25-33, 1963.
- MARKUN, Paulo. **1961**: o Brasil entre a ditadura e a guerra civil. São Paulo: Benvirá, 2011.
- MARTINS, José Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1983.
- MATIELLO, José Braz. **Cultivo do café no Brasil**. Rio de Janeiro: IBC, 1977, p. 27.

- MATTOS, Marco Aurélio Vannuchi. L. de; SWENSSON Jr.; Walter Cruz. **Contra os inimigos da ordem**: a repressão política do regime militar brasileiro (1964-1985). Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- MAUAD, Ana Maria. Através da imagem: fotografia e história interfaces. **Tempo**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 73-98, 1996.
- _____. O olhar engajado: fotografia contemporânea e as dimensões políticas da cultura visual. **ArtCultura**, Uberlândia, v. 10, n. 16, p. 33-50, 2008.
- MEIHY, José Carlos Sebe Bom. Definindo história oral e memória. **Cadernos Ceru**, São Paulo, n. 5, p. 52-60, 1994.
- MENESES, Ulpiano T. Bezerra. Fontes visuais, cultura visual, História visual. Balanço provisório, propostas cautelares. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 23, n. 45, p. 11-36, 2003.
- MONBEIG, Pierre. **Pioneiros e fazendeiros em São Paulo**. São Paulo: HUCITEC, 1984.
- MONTEIRO, Charles. A pesquisa em História e Fotografia no Brasil: notas bibliográficas. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 15, n. 28, p.169-185, 2008.
- _____. História, fotografia e cidade: reflexões teórico-metodológicas sobre o campo de pesquisa. **METIS: história & cultura**. CIDADE, v. 5, n. 9, p. 11-23, 2006.
- MORAES, Roque. Análise de conteúdo. **Revista Educação**, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999.
- MORES, Lucas. **História ambiental do agroecossistema do café (*Coffea arabica*) no norte do Paraná (1945-1975)**. Florianópolis, Dissertação de Mestrado, UFSC, 2017.
- GUILHERME, Cassio Augusto Samogin Almeida. **A Ditadura Civil-Militar e a “politicalha interiorana”**: análise sobre o processo de cassação do prefeito Halim Maaraoui em Nova Londrina-PR (1969). Maringá, Dissertação de Mestrado, 2012.
- MORO, Dalton Aureo. **Substituição de culturas, modernização agrícola e organização do espaço rural no norte do Paraná**. Presidente Prudente, Tese de Doutorado, UNESP, 1991.
- MOTA, Lúcio Tadeu. **As guerras dos índios Kaingáng**: a história épica dos índios Kaingáng no Paraná (1729-1924). Maringá: EDUEM, 1994.
- _____; NOELLI, Francisco, Silva. Exploração e guerra de conquista dos territórios indígenas nos vales dos rios Tibagi, Ivaí e Piquiri. In: DIAS, Reginaldo Benedito; ROLLO GONÇALVES, José Henrique (orgs.). **Maringá e o Norte do Paraná**: estudos de história regional. Maringá: EDUEM, 1999.

- MUSSALAM, René. **Norte pioneiro do Paraná: formação e crescimento através dos censos**, Curitiba, Dissertação de Mestrado, UFPR, 1974.
- NASCIMENTO, Noel. O camponês no norte do Paraná. **Revista Brasiliense**, Brasília, n. 41, p. 123-128, 1962.
- NESELLA, Maria Lúcia Bertachini; ALCÂNTARA, José Carlos. O desmatamento no norte do Paraná: um recorte comparativo ambiental. **Teia**, Maringá, 2002. Disponível em: <http://www.pea.uem.br/teia;teia-art_04.html> Data de acesso: 08/01/2002.
- NORA, Pierre. Entre a Memória e a História. **Projeto História**. São Paulo, n. 10, dezembro, 1993.
- NUNES, José Luiz Alves. **1963: O Paraná em chamas**. Londrina: Ed. do autor, 2013.
- OLIVEIRA, Airton Donizete. A participação dos caboclos na colonização do norte e noroeste do Paraná. In: **Caderno de Resumos XXI Semana de História, VIII Fórum de Pós-Graduação em História e III Fórum de Licenciatura em História**. Maringá: UEM, 2016. Disponível em: <http://www.cih.uem.br/anais/2016/semana_historia_caderno_resumos.pdf> Data de acesso: 01/01/2021.
- OLIVER-SMITH, Anthony. What is a Disaster: Anthropological perspectives on a persistent question. In: OLIVER-SMITH, Anthony; HOFFMAN Susanna. (Orgs.). **The Angry Earth: Disaster in Anthropological Perspective**. London: Routledge, 1999.
- PADIS, Pedro Calil. **Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná**. São Paulo: Hucitec, 1981.
- PAIXÃO, Letícia Aparecida. **Seca, geada e fogo: considerações sobre um desastre ambiental (Paraná 1963)**. Maringá, Dissertação de Mestrado, UEM, 2015.
- _____; PRIORI, Angelo. As transformações socioambientais da paisagem rural a partir de um desastre ambiental (Paraná, 1963). **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 56, p. 323-342, 2015.
- PAULA, Zuleide Casagrande de. A cidade de Londrina e a Imagem do Patrimônio Edificado: a Estação/Museu e a Secretaria de Cultura/Casa da Criança. In: GAWRYSZEWISKY, Alberto. **Patrimônio histórico cultural: cidade de Londrina – PR**. Coleção História da Comunidade, v. 5. Londrina: UEL/ LEDI, 2011.
- POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.
- POMARI, Luciana Regina; PRIORI, Angelo. DOPS, trabalhadores rurais, comunistas e anticomunistas. **Revista Espaço Acadêmico**, Maringá, n. 128, p. 102-109, 2012.

- PONCE MARTINS, Braz. **Memorial de um Século de Cafeicultores**. Cianorte: Gráfica e Editora Bacon Ltda., 2003.
- PONCE MARTINS, Gelise Cristine. **As relações cotidianas de uma comunidade de cafeicultores, nas memórias de Braz Ponce Martins (1897-1975)**. Maringá, Dissertação de Mestrado, UEM, 2012.
- POSSAMAI, Zita Rosane. Fotografia, História e Vistas Urbanas. **História**, São Paulo, n. 27, p. 253-254, 2008.
- POZZOBON, Irineu. **A epopeia do café no Paraná**. Londrina: Grafmarke, 2006.
- PRIORE, Mary Del. História do Cotidiano e da Vida Privada. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Domínios da História. Ensaios de Teoria e Metodologia**. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997.
- PRIORI, Angelo. DOPS: repressão, violência e controle social. **Revista da ADUEM**, Maringá, v. 1, n. 1, p. 21-23, 1998.
- PRIORI, Angelo. Movimentos sociais no campo. Perspectivas de abordagem e análise historiográfica. In: PELEGRINI, Sandra; ZANIRATO, Silvia. **Narrativas da pós-modernidade na pesquisa histórica**. Maringá: EDUEM, 2005.
- _____. **O levante dos posseiros**: a revolta camponesa de Porecatu e a ação do Partido Comunista Brasileiro no Campo. Maringá: EDUEM, 2011.
- _____. **O protesto do trabalho**: história das lutas sociais dos trabalhadores rurais no Paraná: 1954-1964. Maringá: EDUEM, 1996.
- RAMALHO, Priscila. A história em detalhes. **Revista Escola**, São Paulo, Editora Abril, p. 26-28, julho, 2002.
- REGO, Renato Leão. O desenho urbano de Maringá e a ideia de cidade-jardim. **Acta Scientiarum**, Maringá, v. 23, n. 6, p. 1569-1577, 2001.
- RÉMOND, René. **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/FVG, 1996.
- RICOEUR, Paul. O esquecimento. In: **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007.
- RODRIGUES, José Honório. **Conciliação e reforma no Brasil**: um desafio histórico político. Rio de Janeiro, 1965.
- RODRIGUES, Nelson Brito. **O Povo Sutil** – Um povo que caiu no ostracismo da história paranaense. São Paulo: Gregory, 2012.
- ROLIM, Rivail Carvalho. Tensões entre imagens e experiências. In: **O policiamento e a ordem**: histórias da polícia em Londrina. 1948-1962. Londrina: Editora UEL, 1999.

ROUSSO, Henry. A memória não é mais o que era. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta Moraes. (coord). **Usos e abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2010.

SANTOS, Rosinete; MAGALHÃES JÚNIOR, Carlos Alberto de Oliveira. Estudo da utilização de entulhos na contenção do impacto ambiental da erosão “Mãe Biela” do Município de Cianorte – Paraná. **Akrópolis**, Umuarama, v. 15, n. 1 e 2, p. 3-9, 2007. Disponível em: <<https://www.revistas.unipar.br/index.php/akropolis/article/viewFile/1409/1232>> Data de acesso: 30/07/2020.

SEIXAS, Marcia Valéria Carraro; BOVO, Marcos Clair. Macedo Vieira e a aplicação do ideário internacional no Centro Cívico de Cianorte – PR. In: **8ª Conferencia Científica Internacional de la Universidad de Holguín, 2017, Holguín. Conferencia Científica Internacional**. Holguín: Universidad de Holguín, 2017. v.1.

SENTELHAS, Paulo; ANGELOCCI, Luiz. **Geadas: ocorrência, prevenção e controle**. Piracicaba: ESALQ, USP, 2012. Disponível em: <http://www.esalq.usp.br/departamentos/leb/aulas/lce306/Aula12_2012_Geada_modificada_e_m_pdf.pdf> Data de acesso: 10 de maio de 2016.

SERRA, Elpídio. **Processos de ocupação e a luta pela terra agrícola no Paraná**. Rio Claro, Tese de Doutorado, UNESP, 1991.

SILVA, Aline de Vasconcelos. João Goulart e as Reformas de Base. **Textos e Debates**, Boa Vista, n. 32, p. 5-20, 2019.

SILVA, Andreia Assis. **A gênese da geada ocorrida durante os últimos trinta anos que prejudicaram os cultivos do café no município de Apucarana**. Maringá, Dissertação de Mestrado, UEM, 2009.

SILVA, Carmen Lúcia da. **Sobreviventes do extermínio**: uma etnografia das narrativas e lembranças da sociedade Xetá. Florianópolis, Dissertação de Mestrado, UFSC, 1998.

_____. **Em busca da sociedade perdida**: o trabalho da memória Xetá. Brasília, Tese de Doutorado, UnB, 2003.

SILVA, Helenice Rodrigues da. “Rememoração”/comemoração: as utilizações sociais da memória. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 22, n. 44, p. 425-438, 2002.

SILVA, Osvaldo Heller. **A foice e a cruz**: comunistas e católicos na história dos sindicatos dos trabalhadores rurais. Curitiba: Rosa de Bassi, 2006.

SILVA, Vicente Rocha; ROCHA, Márcio Mendes. Aspectos da estrutura fundiária no município de Cianorte na região Noroeste do Paraná. In: **Anais do VII Congresso Brasileiro**

de Geógrafos. Vitória: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 2014. Disponível em: <http://www.cbgb2014.agb.org.br/resources/anais/1/1404068431_ARQUIVO_VIICBG2014.Trabalho.completo.vr.10p.pdf> Data de acesso: 17/01/2019.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Castelo a Tancredo.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

MACIEL, David. **A argamassa da ordem:** da ditadura militar à Nova República (1974-1985). São Paulo: Xamã, 2004.

SOSA, Derocina Alves Campos. Imprensa e História. **Biblos**, Rio Grande, n. 19, p. 109-125, 2006.

SOUZA, Éder Cristiano de. **Os excluídos do café:** as classes populares e as transformações no espaço urbano de Londrina, 1944-1969. Maringá, Dissertação de Mestrado, UEM, 2008.

SPÓSITO, Maria Encarnação Beltrão. O embate entre as questões ambientais e sociais no urbano. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; LEMOS, Amália Inês Geraiges (Org.). **Dilemas Urbanos:** novas abordagens sobre a cidade. São Paulo: Contexto, 2003,

STEINBERG, Ted. **Acts of God - The Unnatural History of Natural Disaster in America.** Oxford: Oxford University Press, 2006.

STEINKE, Rosana. **Ruas Curvas versus Ruas Retas:** a trajetória do urbanista Jorge de Macedo Vieira. Maringá: EDUEM, 2007.

UEKOTTER, Frank. The magic of one: Reflections of the pathologies of monoculture. **RCC perspectives.** Munich, n. 2, 2011.

VOLDMAN, Danièle. A invenção do depoimento oral. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta Moraes. (coord). **Usos e abusos da História Oral.** Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2010.

_____. Definições e usos. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta Moraes. (coord). **Usos e abusos da História Oral.** Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2010.

TOMAZI, Nelson Dacio. **Certeza de lucro e direito de propriedade.** O mito da Companhia de terras Norte do Paraná. Assis, Dissertação de Mestrado, UNESP, 1989.

_____. **“Norte do Paraná”:** História e Fantasmagorias. Curitiba, Tese de Doutorado, UFPR, 1997.

_____. Construções e silêncios sobre a (re)ocupação da região Norte do Estado do Paraná. In: DIAS, Reginaldo Benedito; ROLLO GONÇALVES, José Henrique (orgs.). **Maringá e o Norte do Paraná:** estudos de história regional. Maringá: EDUEM, 1999.

THOMSON, Alistair. *Recompondo a memória: questões sobre a relação entre a História Oral e as memórias*. Projeto História, São Paulo, n. 15, p. 51-84, 1997.

TODOROV, Tzvetan. **Les abus de la mémoire**. Paris: Arléa, 1995.

TOURTIER-BONAZZI, Chantal de. Arquivos: propostas metodológicas. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta Moraes. (coord). **Usos e abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2010.

TREVISAN, Ricardo. **Cidades novas**. Brasília, Tese de Doutorado, UnB, 2009.

VARELLA, Izaura Aparecida Tomaroli. **Cianorte Clube – 50 anos de história**. Cianorte: Gráfica Ivaí, 2011.

_____. **Caminhos da História: um manual indicativo e biográfico dos logradouros públicos do município de Cianorte**. Cianorte: Gráfica e Editora Bacon Ltda., 2012.

_____. **Sob as perobas da minha terra: contando a história dos primeiros vinte anos de Cianorte – 1953 a 1973**. Cianorte: Midiograf, 2019.

WACHOWICZ, Rui Christovam. **História do Paraná**. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2010.

WELZER, Harald. A matéria da qual consistem as histórias de vida. **Espaço plural**, Marechal Cândido Rondon, v. 11, n. 23, p. 105-114, 2010.

WESTPHALEN, Cecília Maria; MACHADO, Brasil Pinheiro; BALHANA, Altiva Pilatti. Nota prévia ao estudo da ocupação da terra no Paraná moderno. **Boletim do Departamento de História** - Universidade Federal do Paraná. Curitiba: UFPR. n. 7, 1968.

YAMAKI, Humberto. Cidades novas norte-paranaenses. In: **Anais do Seminário de História da Cidade e do Urbanismo**. Natal: UFRN, 2000.

ZICMAN, R. B. História Através da Imprensa. Algumas Considerações Metodológicas. **Revista História e Historiografia**. São Paulo, n. 4, p. 89-102, 1985.